

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Bruno Pereira Bedim

**O PROCESSO DE INTERVENÇÃO SOCIAL DO TURISMO NA SERRA DE IBITIPOCA (MG):
SIMULTÂNEO E DESIGUAL, DILEMA CAMPONÊS NO “PARAÍSO DO CAPITAL”**

**Belo Horizonte
Fevereiro de 2008**

Bruno Pereira Bedim

**O PROCESSO DE INTERVENÇÃO SOCIAL DO TURISMO NA SERRA DE IBITIPOCA (MG):
SIMULTÂNEO E DESIGUAL, DILEMA CAMPONÊS NO “PARAÍSO DO CAPITAL”**

**Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia da Universidade Federal
de Minas Gerais, como requisito
parcial à obtenção do título de
Mestre.**

**Área de concentração: Organização, Gestão e Produção do Espaço
Orientadora: Dr^a. Maria Aparecida dos Santos Tubaldini**

**Belo Horizonte
Instituto de Geociências – UFMG
Fevereiro de 2008**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



TÍTULO DA DISSERTAÇÃO APROVADA:

O PROCESSO DE INTERVENÇÃO SOCIAL DO TURISMO NA SERRA DE IBITIPOCA (MG):
SIMULTÂNEO E DESIGUAL, DILEMA CAMPONÊS NO “PARAÍSO DO CAPITAL”

BRUNO PEREIRA BEDIM (AUTOR)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Organização, Gestão e Produção do Espaço

Aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Dr^a Maria Aparecida dos Santos Tubaldini (Orientadora)
Universidade Federal de Minas Gerais (**UFMG**)

Dr. Heber Eustáquio de Paula
Universidade Federal de Ouro Preto (**UFOP**)

Dr. Jacob Binsztok
Universidade Federal Fluminense (**UFF**)

Dr. Bernardo Machado Gontijo
Universidade Federal de Minas Gerais (**UFMG**)

Coordenador do Colegiado do Programa de Pós-Graduação: Dr. Sérgio Manuel Merêncio Martins
Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2008.

Instituto de Geociências da UFMG – Av. Antônio Carlos, 6.627 – Campus Pampulha – CEP 31270-901 – Belo Horizonte (MG)
Colegiado de Pós-Graduação - Telefone (31) 3409-5404 - Fax 3409-5494 - Sala 3055 - Anexo do IGC

B412p
2008

Bedim, Bruno Pereira.

O processo de intervenção social do turismo na Serra de Ibitipoca (MG) [manuscrito]: simultâneo e desigual, dilema camponês no “Paraíso do Capital” / Bruno Pereira Bedim. – 2008.

xviii, 406 f. : il. mapas, fots, tabs color; enc.

Orientadora: Maria Aparecida dos Santos Tubaldini.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2008.

Área de concentração: Organização, Gestão e Produção do Espaço.

Bibliografia: f. 377-397.

Inclui apêndices.

1. Turismo – Minas Gerais – Teses. 2. Meio ambiente – Minas Gerais – Teses. 3. Serra do Ibitipoca (MG).– Teses. 4. Parque Estadual do Ibitipoca (MG) – Teses. 5. Camponeses – Teses. 6. Cultura – Teses. 7. Materialismo Dialético – Teses. I. Tubaldini, Maria Aparecida dos Santos. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia. III. Título.

CDU: 379.85(815.1)

DEDICATÓRIA

À Aracy, pela falta que me faz e pela presença que um dia me fez.

*Àqueles camponeses de Ibitipoca que um dia tiveram o seu chão
cerceado em nome de uma tal “preservação da natureza”.*

*Aos idosos entrevistados que partiram antes mesmo que a pesquisa
estivesse concluída. O relato de vocês agora está aqui. A memória
tem essa capacidade de sobreviver à morte. As futuras gerações
entenderão que a proteção da vida no planeta inclui também o
cuidado para com a vida humana.*

AGRADECIMENTOS

Devo agradecer, primeiramente, a todos os entrevistados, em especial aos camponeses do entorno do parque que tão bem me acolheram em suas casas, compartilhando comigo o seu tempo, sua comida, seus cafés e sua sabedoria.

À minha família, por compreender os motivos de minha ausência.

Aos amigos que me fizeram companhia durante a realização de alguns trabalhos de campo: Cidinha, Célia, Marcelo Terra, Gerson, Tom Carvalho e Flávio.

À Maria Paula e à Érica, da Secretaria do Programa de Pós-Graduação.

Àqueles que não agüentam mais ouvir o Bruno falar nessa bendita Ibitipoca!

À minha tia Célia por ter me acompanhado durante 12 dias no campo, perambulando comigo por caminhos pouco conhecidos e por ter cozinhado tão bem quando da nossa estada na Serra.

Ao professor Heber Eustáquio de Paula, pelos esclarecimentos acerca do Materialismo Histórico.

Aos demais professores que lecionaram ou que interagiram comigo ao longo desse período de pesquisa: José Antonio Souza de Deus, Klemens Laschefski, Andréa Zhouri (Fafich), Anselmo Alfredo (USP), Bernardo Gontijo, Karin e Marly Nogueira.

Aos colegas do IGC e do mestrado: Gisele, Roberta Raggi, Gerson, Maria das Graças Bibiano, Leocádia, Virgínia, Frederico, Luciana, Lussandra, Rafael e Agostinho.

À CAPES, pela concessão de bolsa e auxílio à pesquisa.

À Ângela que, no âmbito de nossas diferenças, travou comigo longos embates acerca do turismo.

Ao IEF, pela hospedagem no parque e por permitir o acesso aos arquivos, muito embora o projeto de pesquisa licenciado evidenciasse que a “história oficial” de criação do parque seria questionada.

Ao Paulo Roberto Rodrigues, por todo o apoio despendido quando da formatação dos mapas.

Ao amigo Miguel, por ter me auxiliado com sua arte nas apresentações do *power-point*.

Aos primos Dores, Fabiano e Fernando, uma presença da família em Belo Horizonte.

A todos os ouvidos que aluguei nesse período e que sequer me lembro de quem (foram muitos...!).

E, finalmente, à orientadora e amiga, Cidinha, por ter acreditado em mim desde o começo, me encorajando na ampliação do estudo e à candidatura ao doutorado. Num momento em que muitos duvidaram da exequibilidade do projeto de pesquisa, ela reforçou os créditos científicos depositados no escopo da proposta. Não por acaso representa toda uma geração de mulheres que se dedicam às pesquisas da questão agrária no Brasil. Diferenças ideológicas à parte, ela soube direcionar minhas energias ao trabalho construtivo.

Se a pesquisa tomou a dimensão que tem, foi porque pessoas respeitaram minha liberdade de criação e pautaram suas críticas e recomendações naquilo que deveria ser criticado e revisto.

PORQUÊS DO CAPITAL

**De lembrança um postal
Na bagagem um talvez
Fogão a lenha, que legal
Com cardápio em inglês
Quanto vale teu curral?
Dou-lhe duas, dou-lhe três
Eu não vendo o milharal
Nem o vale dos ipês
Tudo era tão normal
Até chegar a sua vez
Intervenção social
Na fartura da escassez
Olha o reggae no seu quintal
O que foi que você fez?
Exploração sem igual
Salário no fim do mês
Tudo há nesse rural
Até garçom camponês
Um hóspede virtual
Pinga uísque escocês
Pode acampar no matagal
Mas se caçar, vai pro xadrez
Et cétera e tal
A mulher e seus crochês
Peles secas no varal
Sua grande pequenez
É patrimônio cultural
Diferente de vocês
Sou roceiro capiau
Nesse mundo de clichês
Forasteiro capital
Empresário e burguês
Deixei a terra natal
Pra viver na démodês
Voçoroca cultural
Rastafári do freguês
Simultâneo e desigual
O dilema camponês
Paraíso do Capital
Uma Serra e seus porquês. (BEDIM, B. P. – Nov. 2007)**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO19

PARTE I: “O PROCESSO” E SUAS INTERFACES TEÓRICAS

<p>CAP.1: METAMORFOSES NO TEMPO: A HUMANA NATUREZA DA MATERIA EM MOVIMENTO</p>

1.1 – Forças produtivas, espaço e materialismo dialético.....32

1.2 – Simultâneo e desigual: anatomia capitalista do ‘processo’.....37

1.3 – Interfaces espaço-temporais entre agricultura e turismo.....44

 1.3.1 – Imagens do Tempo.....50

1.4 – O turismo como metáfora dos ‘tempos modernos’.....58

 1.4.1 – Viagens no tempo.....58

 1.4.2 – O ‘tempo livre’ e a maquinaria das horas.....65

 1.4.3 – O ‘espaço dos lazeres’ e o mundo da mercadoria.....69

<p>CAP.2 – TURISMO E POPULAÇÕES RURAIS DO ENTORNO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</p>

2.1 – Conflitos no paraíso do imaginário ocidental.....77

2.2 – Viagens à natureza da arte.....85

2.3 – Sinopse teórica da experiência turística em áreas naturais protegidas.....86

2.4 – ‘Para além da Unidade’: o entorno rural de Unidades de Conservação.....88

2.5 – Povos e Parques: a subversão histórica dos entornos.....91

 2.4.1 – O problema mora ao lado?.....91

2.6 – Turismo, espaço rural e mudança social.....98

 2.6.1 – (Re)Visitando os visitados.....103

2.7 – ‘Ethos’ da terra: o lugar histórico do camponês no mundo moderno.....107

 2.7.1 – O dilema conceitual das ‘batatas’.....107

 2.7.2 – Modernos ou não, camponeses são.....115

**PARTE II – ENTE EMPÍRICO IBITIPOCA:
O ESPAÇO ETNOGRÁFICO**

CAP.3 – METODOLOGIA

3.1 – Confrontações da ‘matéria’	127
3.2 – Os caminhos metodológicos na Serra.....	128
3.2.1 – Amostragem, tratamento e coleta de dados.....	134

**CAP.4 – MEMÓRIAS DA SERRA GRANDE:
A VIDA RURAL EM IBITIPOCA ANTES DO TURISMO**

4.1 – Das raízes históricas do povoamento à agropecuária.....	141
4.2 – Das relações de produção baseadas em formas coercitivas ambíguas.....	155
4.2.1 – Entre colonos, camaradas, fazendeiros e sitiantes.....	156
4.3 – A cultura camponesa e suas representações.....	162
4.3.1 – A endogamia como estratégia patrimonial.....	173
4.3.2 – Jongo: o compasso da lavoura.....	175
4.3.3 – A árvore dos sete cavaleiros.....	183
4.3.4 – A Encomendação das Almas.....	185
4.4 – Entre mascates e expedicionários, a construção histórica da hospitalidade.....	187
4.5 – A Serra Grande, seus mitos e ritos.....	191
4.5.1 – Terra de Santo e Pastagem Comunal.....	191
4.5.2 – Ibitipoca: altar natural.....	194
4.5.3 – Sobrenatural, do alto.....	197
4.5.4 – O terço de Santa Cruz.....	198

PARTE III:
A HISTÓRIA DO ESPAÇO, O ESPAÇO DA HISTÓRIA

**CAP.5 – A EXPROPRIAÇÃO PELAS PEDRAS:
CRIAÇÃO E USO PÚBLICO DO PARQUE ESTADUAL DO IBITIPOCA**

5.1 – A história, ao contrário do Parque, não é criada por decreto.....	200
5.2 – A razão alucinante do Ibitipoca: um projeto de sanatório resulta em Parque Estadual.....	208
5.3 – Anos 1950 e 60: o limiar de uma terra camponesa.....	209
5.4 – O conservadorismo político que subjaz à criação do Parque.....	212
5.4.1 – O parque como ativo econômico, nos ideários da política regional.....	217
5.5 – Terras para quem? Devolutas por quê?.....	221
5.6 – Preenchendo com turistas o lugar do camponês.....	231
5.6.1 – Conflitos de uso, interesses conservados?.....	233
5.6.2 – A controversa primavera de Krieger.....	239
5.7 – Uma terra de uso camponês destinada aos turistas.....	240
5.8 – O silêncio das pedras e o descompasso da lavoura.....	248

PARTE IV: A TRANSIÇÃO

**CAP.6 – ALTERIDADES DISSONANTES:
A CHEGADA DO ‘OUTSIDER’ AO RURAL-PARAÍSO**

6.1 – Representações sobre a gênese do turismo na Serra.....	252
6.1.1 – Do enquadramento da memória, o “turista pioneiro”.....	258
6.2 – A condição forasteira.....	261
6.2.1 – O Movimento Fora-Forasteiro.....	270
6.2.2 – O rótulo caipira: novas racionalidades, velhos estigmas.....	281
6.3 – A falta que o planejamento fez. A falta que o planejamento ainda faz.....	285
6.3.1 – Um arraial em movimento.....	288
6.3.2 – O Plano Diretor que não viu o camponês.....	289

**CAP.7 – “DESTINOS DIALÉTICOS”:
TURISMO, CULTURA E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO ENTORNO DO
PARQUE ESTADUAL DO IBITIPOCA**

7.1 – A reestruturação da esfera produtiva.....	294
7.1.1 – A transição do primário ao terciário e suas contradições.....	299
7.1.2 – A dialética das chuvas.....	308
7.2 – Reminiscências da terra.....	313
7.2.1 – A família empreendedora e o turismo: o trabalho familiar como estratégia de organização da força de trabalho.....	314
7.3 – Capital Alternativo; Alternativas do Capital.....	318
7.4 – Tração e atração pelos caminhos da roça.....	320
7.5 – O DILEMA CAMPONÊS NO PARAÍSO DO CAPITAL.....	321
7.5.1 – Da cerca ao cerco que cerceia.....	322
7.5.2 – O camponês e as condições objetivas de sua existência.....	323
7.5.3 – Uma equação ecológica, um processo econômico.....	328
7.5.4 – A grande ameaça não é o pequeno agricultor.....	337
7.5.5 – Entorno do parque: a morada do camponês.....	348
7.5.6 – Preservar para produzir: o caráter mimético da renda territorial.....	349
7.5.7 – No meio do caminho tem um milharal. Tem um milharal no meio do caminho.....	354
7.6 – Assimetrias do “processo”: a dialética do destino.....	357
8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	364
9 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ARQUIVÍSTICAS	
9.1 – FONTES PRIMÁRIAS.....	377
9.2 – REFERÊNCIAS HISTÓRICAS SOBRE IBITIPOCA.....	380
9.3 – ARTIGOS E/OU MATÉRIAS DE JORNAIS E REVISTAS.....	381
9.4 – BIBLIOGRAFIA GERAL.....	383
10 – APÊNDICES	
10.1–Caracterização fundiária e demográfica das unidades camponesas amostradas.....	398
10.2–Relação consumidor/trabalhador por unidade camponesa de produção.....	399
10.3–Questionários aplicados.....	400
11 – MAPAS.....	407

LISTA DE TABELAS

1 – População do distrito de Conceição de Ibitipoca (1940-1960).....	172
2 – Fontes históricas indicativas da prática de queimadas nas pastagens da Serra de Ibitipoca (1822-2007).....	193
3 – Documentos e/ou reportagens envolvendo interfaces do conflito entre uso turístico do parque <i>versus</i> perspectivas preservacionistas de biólogos (1971-1992).....	238
4 – Tempo de permanência do turista em Ibitipoca (2005).....	266
5 – Freqüência de visitantes no PEIb (1995-2007).....	267
6 – Estimativa da migração rural-urbana no Brasil/ Projeção da população virtual.....	268
7 – Local de origem dos visitantes do PEIb (2004/ 2005).....	276
8 – Dados Demográficos – Distrito de Conceição de Ibitipoca (1980-2005).....	285
9 – Caracterização do pessoal ocupado nos meios de hospedagem e estabelecimentos comerciais amostrados em Ibitipoca (2007).....	302
10 – Ocupação profissional dos jovens que concluíram o ensino médio (2006) na Escola Pública de Conceição de Ibitipoca (MG).....	307
11 – Número e Dimensão das Unidades Camponesas amostradas no entorno.....	325
12 – Usos da Terra por intervalo de classe fundiária – entorno do PEIb (2007).....	334
13 – Produção agrícola (milho e feijão crioulo, 2007).....	341
14 – Equipamentos e técnicas agropecuárias/ Serra de Ibitipoca (2007).....	342
15 – Pecuária bovina, suínos e aves (2007).....	344
16 – Produção leiteira diária do efetivo pecuário (abril/maio/2007).....	345
17 –Elementos fundantes da contradição inerente à reestruturação da esfera produtiva...	363

LISTA DE GRÁFICOS

1 – Frequência de Campistas e visitantes no PEIb (1988 – 1995).....	263
2 – Meses com Maior Pico de Visitação/ PEIb (1988 – 1995).....	264
3 – Classificação percentual do uso total da terra no entorno do Parque.....	332
4 – Classificação do uso da terra/ Classe fundiária 5 (36 a 40 ha).....	333
5 – 8: Classificação do uso da terra por intervalos de classe fundiária	
5 – Categoria de uso da terra/ Pastagens artificiais.....	336
6 – Categoria de uso da terra/ Lavoura.....	336
7 – Categoria de uso da terra/ Mata e Capoeira.....	336
8 – Categoria de uso da terra/ Pastagens naturais.....	336

LISTA DE MAPAS

1 – Localização do Parque Estadual do Ibitipoca (MG) e o recorte espacial do entorno estudado.....	407
2 – Distribuição espacial das propriedades rurais amostradas no entorno do Parque Estadual do Ibitipoca – MG (2007).....	408
3 – Distribuição espacial dos meios de hospedagem e estabelecimentos comerciais amostrados no entorno do Parque Estadual do Ibitipoca (2007).....	409

LISTA DE FIGURAS

Fig.1 – Localização do PEIb e municípios do entorno.....	26
Fig.2 – Relógio equinocial.....	50
Fig.3 – Viagens no tempo.....	50
Fig.4 – Roçado de feijão-da-seca.....	50
Fig.5 – O embarque para a Ilha de Cítera (1717).....	85
Fig.6 – Festa num Parque (1720-21).....	85
Fig.7 – A natureza da Serra e seus neomitos (2002).....	85
Fig.8 – Mulheres de Fé.....	186
Fig.9 – Agricultores a batear ouro no Ribeirão do Salto (1912).....	190
Fig.10 – Ruínas da Capela do Pico do Pião.....	194
Fig.11 – O lugar do rito I/ Missa na Gruta dos Viajantes.....	194
Fig.12 – O lugar do rito II/ A Cruz, a visitante e os líquenes.....	194
Fig.13 – O Paredão de Santo Antonio.....	194
Fig.14 – Morro do Cruzeiro, 1987: Ritual de soerguimento de uma nova cruz.....	197
Fig.15 – Morro do Cruzeiro, 2007: Prossegue a tradição.....	197
Fig.16 – O destino dos campos.....	207
Fig.17 – A caminho da Serra (1927).....	220
Fig.18 – Krieger em Ibitipoca: Expedições e atritos na memória.....	236
Fig.19 – As flores da discórdia.....	239
Fig.20 – Herbarium Kriegerianum.....	239
Fig.21 – Conceição de Ibitipoca, 1987: o arraial como forma de organização espacial da vida camponesa.....	288
Fig.22 – Ibitipoca 2007: Qual Planejamento?.....	288
Fig.23 – A “Cachoeira dos Macacos” e seus novos primatas.....	292
Fig.24 – Hobbies de mercado.....	318
Fig.25 – Camping no pomar.....	318
Fig.26 – Pão-de-canela produzido em escala comercial.....	318
Fig.27 – Tração a quatro patas I.....	320
Fig.28 – Tração a quatro patas II.....	320
Fig.29 – Tração a quatro patas III	320
Fig.30 – Tração a quatro rodas.....	320
Fig.31 – O viés econômico subjacente à capoeira.....	328

Fig.32 – O verde que suprime a reprodução camponesa?.....	328
Fig.33 – Máquina a extrair areia para a construção civil.....	337
Fig.34 – Eucaliptais avançam sobre a Serra e já tangenciam a divisa do parque.....	337
Fig.35 – Mogol: cenário para quem?.....	337
Fig.36 – Típico moinho d’água/ entorno Sudeste.....	348
Fig.37 – A morada.....	348
Fig.38 – A janela camponesa e o maior patrimônio da Serra.....	348

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALMG	- Assembléia Legislativa de Minas Gerais
AMAI	- Associação dos Moradores e Amigos de Conceição de Ibitipoca
APM	- Arquivo Público Mineiro
APRAL	- Associação dos Produtores Rurais de Andorinhas e São José dos Lopes
Art.	- Artigo
C.I.	- Conceição de Ibitipoca
BA	- Bahia
Cf.	- Conforme citação
CGG/MG	- Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais
DF	- Distrito Federal
DNAE	- Departamento Nacional de Águas e Energia
DNER	- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
Emater	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (MG)
Embratur	- Instituto Brasileiro de Turismo
ES	- Espírito Santo
Fig.	- Figura
FJP	- Fundação João Pinheiro
Graf.	- Gráfico
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IEF	- Instituto Estadual de Florestas (MG)
IPTU	- Imposto Predial e Territorial Urbano
JK	- Juscelino Kubitschek
MG	- Minas Gerais
OMT	- Organização Mundial de Turismo
PARNA	- Parque Nacional
PE	- Pernambuco
PEIb	- Parque Estadual do Ibitipoca
Promata	- Projeto de Proteção da Mata Atlântica (MG)
RJ	- Rio de Janeiro
SNUC	- Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SP	- São Paulo
UC	- Unidade de Conservação da Natureza
UFJF	- Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	- Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	- Universidade Federal de Ouro Preto
UFRJ	- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

RESUMO

Considerando a trajetória histórico-social de criação e uso público do Parque Estadual do Ibitipoca (MG), a pesquisa discute a subsequente apropriação de seu entorno pelo turismo – enfocando o movimento processual de transformação das condições materiais de existência humana na Serra de Ibitipoca. Os aspectos discutidos estão ligados à reestruturação da esfera produtiva, ao aumento da complexidade da vida social com o advento do turismo e à análise das características atuais como resultado de processos sincrônicos e diacrônicos de produção do espaço analisado. Demonstra-se como a perspectiva “conservacionista” do órgão gestor do parque (IEF/MG) contrasta com os dilemas socioambientais do campesinato de seu entorno, produzindo discrepâncias no próprio processo histórico e social desenvolvido localmente.

No âmbito da Economia Política, o tema central foca ainda a idéia de simultaneidade e desigualdade inerente às interações entre forças produtivas e relações de produção identificadas a partir de dados empíricos coletados no entorno do Parque. Tem-se o campesinato de Ibitipoca enquanto grupo humano que se organiza para atingir a produção dos seus meios de vida, cuja margem de lazer e ócio contrasta com os usos e os sentidos do tempo característicos da lógica produtiva incorporada pelo turismo. Num contexto em que a racionalidade do turismo passa a conduzir o processo econômico na Serra de Ibitipoca, as outras formas de produção e de vida tendem a ser desqualificadas. O mercado de trabalho então se afirma como equalizador dos conflitos sociais à medida que o poder político é redistribuído no “processo”. Sob as rubricas do “ecologicamente correto”, tem-se o caráter mimético assumido pela renda da terra mediante a inauguração de novas modalidades de uso e ocupação do solo no entorno de Unidades de Conservação. Não obstante, a transição dos critérios de valorização da terra suscita a humanização da natureza via a desumanização do homem.

Coisificado pelos artifícios do capital que transformam a si próprio e o seu lugar em reles mercadoria a ser fotografada e vendida aos turistas urbanos, o camponês resiste e/ou se conforma mediante o processo que lhe espreita. Empurrado para os bastidores da vida social, estabelece novas estratégias de enfrentamento das circunstâncias de vida no entorno do parque. O *ethos* da terra (re) constrói assim o espaço de sua própria diferença: o compartimento de um outro tempo que se faz presente; a enunciação dos enigmas de um futuro incerto pois envolto pelos cercos e desafios a um modo de vida confrontado pelos movimentos mais amplos de expansão do capital. O turismo em Ibitipoca enuncia assim uma complexa transição entre o primário e o terciário que mantém traços diacrônicos do modo de vida camponês como algo funcional à reprodução do capital. A Ibitipoca atual teima em extrapolar os seus limites, articulando suas reminiscências e seus acréscimos, suas desigualdades e suas próprias contradições.

Palavras-chave: Turismo; Cultura Camponesa; Economia Política; Parque Estadual do Ibitipoca; Materialismo Dialético; Unidade de Conservação.

***LE PROCESSUS D’INTERVENTION SOCIAL DU TOURISME DANS LA SERRA DE IBITIPOCA :
SIMULTANÉ ET INÉGAL, DILEMME CAMPAGNARD DANS LE “PARADIS DU CAPITAL”***

RÉSUMÉ

En considérant la trajectoire historique et sociale de création et utilisation publique du Parque Estadual do Ibitipoca (MG), la recherche discute la successif appropriation de son entour pour le tourisme – en prenant le mouvement processuel de transformation de conditions matérielles de existence humaine dans la Serra de Ibitipoca. Les aspects discutés sont liés à la restructuration de la sphère productive, à l’augmentation de la complexité de la vie sociale avec l’avènement du tourisme et à l’analyse des caractéristiques actuelles comme résultat des processus synchroniques et diachroniques de production du lieu analysée. On démontre comme la perspective “conversationniste” de l’organe gestionnaire du parc (IEF/MG) contraste avec les dilemmes sociaux et de l’ambiance du campagnard de son entour, en produisant des incohérences du processus historique et social développé dans la localité.

Le sujet central phoque encore l’idée de simultanéité et inégalité inhérente aux interactions entre les forces productives et les relations de production identifiés a partir des données empiriques collectés autour du Parc. On a le campagnard de Ibitipoca pendant groupe humain que se organise pour atteindre la production des ses milieux de vie, dont marge de loisir et oisiveté contraste avec les usages et les sens du temps inhérents a la logique productive incorporée par le tourisme. Dans un contexte dans lequel la rationalité du tourisme commence à conduire le processus économique dans la Serra de Ibitipoca, les autres formes de production et de vie tendre à être disqualifiés. Le marché de travail alors s’affirme comme stabilisateur des conflits sociaux à mesure que le pouvoir politique est redistribué dans le “processus”. Sous la rubrique du “écologiquement correct”, on a le caractère mimétique assumée par la rente de la terre moyennant l’inauguration de nouvelles modalités d’usage et occupation du sol dans l’entour des Unités de Conservation. Toutefois, la transition des critères de valorisation de la terre suscite l’humanisation de la nature par le moyen de la deshumanisation de l’homme.

Chosifié par les artifices du capital que se transforme et à son lieu en maigre marchandise à être photographié e vendue aux touristes urbains, le campagnard résiste et/ou se conforme moyennant le processus que est aux aguets. Impulsé aux coulisses de la vie sociale, étable nouvelles stratégies d’affrontement des circonstances de vie dans l’entour du parc. L’*ethos* de la terre (re) construit ainsi le lieu de sa propre différence: le compartiment d’un autre temps que se fait présent; la énonciation des énigmes d’un futur incertain donc enveloppé par les encercllements et défis à un moyen de vie confrontés par les mouvements plus amples de expansion du capital. Le tourisme à Ibitipoca énonce ainsi une transition complexe entre le primaire et le tertiaire que maintien traces diachroniques du moyen de vie campagnard comme une chose fonctionnel à reproduction do capital. L’Ibitipoca actuel s’entête en extrapoler ses limites, en articulant ses réminiscences et ses accroissements, ses inégalités et ses propres contradictions.

Mots-clés: Tourisme; Culture Campagnard; Économie Politique; Parque Estadual do Ibitipoca; Matérialisme Dialectique; Unité de Conservation.

ABSTRACT

Considering the historical-social path of creation and public use of the Ibitipoca Park (MG - Brazil), the research discusses the subsequent appropriation of surrounding by the tourism - focusing the procedural movement of transformation of the material conditions of human existence in the Ibitipoca Mountain. The discussed aspects are linked to the restructuring of the productive sphere, to the increase of the complexity of the social life with the coming of the tourism and to the analysis of the current characteristics as a result of synchronous processes and diachronic of production of the space analyzed. It is demonstrated how the "conservationist" perspective of the park managers (IEF/MG) contrasts with the socio-environmental dilemmas of the peasant of its surrounding, producing discrepancies in the own historical and social process developed locally.

The central theme still focuses the simultaneity idea and inherent inequality to the interactions between productive forces and identified production relationships starting from empirical data collected in the park surrounding. The Ibitipoca's peasant while a human group that organized itself to reach the production of its life means, whose leisure margin contrasts with the uses and the senses of the inherent time to the incorporate productive logic for the tourism. In a context that the rationality of the tourism starts to drive the economical process in the Ibitipoca's Mountain the other production and way of life tend to be disqualified. The marketplace then is affirmed as social conflicts equalizer while the political power is redistributed in the "process". Under the initials of the "ecologically correct", the mimic aspect assumed by the earth income at meantime the opening of new use modalities and occupation of the soil in surrounding of Conservation Units. In spite of, the transition of the valorization criteria of the earth raises the humanization of the nature through the man's inhuman.

Material value reduced for the artifices of the capital that transform itself and its place in common merchandise to be photographed and sold to the urban tourists, the peasant resists and/or conforms itself by the process that peeps them. Pushed for the back stages of the social life, it establishes new strategies to faces the life circumstances in surrounding of the park. The ethos of the earth rebuilds the space of its own difference: the compartment of another time that is made present; the enunciation of the enigmas of a uncertain future because wrapped up for the fences and challenges to a way of life confronted by the widest movements of the capital expansion. The tourism in Ibitipoca enunciates a complex transition between the primary and the tertiary sector that maintains diachronic lines in farmer's way of life as something functional to the capital reproduction. Current Ibitipoca insist in extrapolating its limits, articulating its reminiscences and increments, its inequalities and its own contradictions.

Keywords: Tourism; Peasant Culture; Political Economy; Ibitipoca Park; Dialectic Materialism; Conservation Unit.

O turista chegou acabando, implantou outra criação, outro desenvolvimento popular no lugar. O povo está usando muita droga, mudou tudo, não tem mais mutirão, não tem nada... nem gente pra trabalhar na roça mais não tem. O povo mudou pra cidade, civilizou, os mais velho estão acabando...

(Lavrador aposentado, 79).

Aí quer dizer que era um tipo de medo que o povo tinha mesmo, né? E era o turista... Tinha medo e vergonha de até informar as coisa pra eles. Porque nunca mexeu com aquele tipo de gente né, é só criado aqui no arraial, na roça, o povo fica meio acismado não fica?

(Ajudante de serviços gerais, 53).

Quando criou o parque, o povo chegou a achar bem ruim, né? Depois que criou é que eles anunciaram... A reação foi por conta do gado, pois ficou proibido pôr o gado lá e apanhar macela... logo o fiscal tomou a frente e disse que não podia apanhar, não podia deixar fogo, medo de fogo... A Serra Grande fez falta, né, porque a gente cortava mourão, buscava carro de candeia, apanhava macela pra encher almofada e vendia até macela pra fora...

(Agricultora, 92).

Na lavoura não tem mão-de-obra, está sem custeio o sítio. Depois que entrou esse turismo, tudo mudou. Por exemplo, aqui tem muita terra pra vender: pedacinho, pedaço... e os poderosos estão comprando as terras. E o povo está só vendendo, só vendendo... porque não tem dinheiro. Está só bom pra vender, quando acha um que dá valor. Mas como é que eu vou mudar? Eu ainda não perdi a instrução da vida. Se eu sair daqui eu morro, ué...

(Agricultor aposentado, 76).

Eu cheguei aqui eu nunca tinha visto um fogão a lenha pessoalmente, eu nunca tinha tocado num cavalo... Tudo para mim era novidade, tudo era lindo, tudo era uma coisa completamente fora do que eu já tinha vivido. As pessoas eu achei de uma simplicidade... e tudo isso me comoveu muito. Você chegar na casa de não sei quem e senta, come uma broa, toma um café... uma pessoa que nunca me viu na vida eu entrar na casa dela e ser recebida como uma rainha e sem ela saber quem eu era, de onde eu vinha, se eu era do bem ou do mal...e lá em São Paulo a gente anda tão armado constantemente... E de repente eu me vi num lugar onde eu estava completamente desarmada, podendo ser o que eu de fato era. Então isso me encantou...

(Turista paulistana, 52, freqüenta Ibitipoca há 33 anos).

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos 35 anos, mais de 200 pesquisas foram realizadas no Parque Estadual de Ibitipoca: suas rochas, seu relevo, suas águas, seu clima e suas grutas vêm sendo incessantemente estudados. Da mesma forma, desde o século XIX, com o naturalista francês Saint-Hilaire, um número considerável de pesquisadores ligados às ciências biológicas se propuseram a examinar a fauna e a flora deste que chegou a ser o 4º parque mais visitado do Brasil¹. Tais cientistas catalogaram, na Serra, centenas de espécies animais e vegetais, estudaram o seu habitat, sua alimentação, seus sistemas reprodutivos, etc. Porém, até o momento, nenhuma pesquisa em Ibitipoca teve o “bicho-homem” da Serra como foco de análise. Pouco se sabe sobre o camponês que habita a Serra de Ibitipoca: suas práticas culturais, o seu meio de vida, suas interações ecossistêmicas e suas estratégias de reprodução social são, ainda hoje, desconhecidos (ignorados?) pelos acadêmicos e até mesmo pelos órgãos públicos.

Ocorre que a dinâmica da funcionalização econômica ao longo das três últimas décadas vem delineando a lógica da *produção da não-existência*² deste campesinato: com o advento do turismo, convencionou-se que a reestruturação da esfera produtiva na Serra se daria em bloco e que, inevitavelmente, as formas de ser e de viver deste grupo social estariam fadadas a um fim.

E esses não são fatores “naturais” ou extra-humanos, mas questões que se impõem pelo e para o próprio homem que hoje habita o entorno do parque, desumanizando-o. O enfrentamento das circunstâncias de vida no entorno desta Unidade de Conservação engendra assim estratégias de conformação e resistência a emergir do tecido social. Na

¹ Dados relativos ao ano de 2002, quando a visitação do parque registrou o ápice de 51.521 pagantes. Após a limitação do número de visitantes pela portaria nº 36, de 03 de março de 2003 (IEF/MG), este número decaiu consideravelmente. Mesmo assim, o Ibitipoca ainda figurava, em 2007, entre os mais visitados do país. Apesar de ser um dos menores Parques de Minas em dimensão territorial, é o mais visitado entre todos os Parques Estaduais geridos pelo IEF, e ainda, o que atinge o maior preço dos ingressos cobrados na portaria. Atualmente, a entrada individual chega a custar R\$ 15,00 por visitante nos fins de semana e feriados prolongados – o equivalente a US\$ 8,42, quando da publicação desta pesquisa. Não obstante, o preço do camping é também o mais caro entre todos os parques do território mineiro – a diária por pessoa custa R\$ 20,00 (US\$ 11,24).

² A expressão ora utilizada advém das teorizações de Souza Santos (2006), quando de sua crítica à razão metonímica.

outra face do Janus³, insurge o turista enquanto ser humano reduzido àquilo que ele pode pagar. Sob as rubricas do “ecologicamente correto”, tem-se o visitante que, alienado de si, amplifica a atribuição de sentidos ao “Paraíso do Capital”.

Em certo sentido, a racionalidade hegemônica do *trade* turístico atualmente se esforça para produzir a não-existência daquilo que não é compatível à sua funcionalidade produtiva e ao seu tempo linear. Nas páginas seguintes, pelo menos, o camponês de Ibitipoca terá o seu espaço, na qualidade de sujeito histórico do presente, com seus traços de um passado que se faz presente, seus dilemas atuais e suas aspirações para o futuro. Nossos esforços convergem no sentido daquilo que Sousa Santos (2006) sinalizara enquanto proposição acadêmica: a pesquisa científica como instrumento para transformar as ausências em presenças. Com a palavra, o mestrando e os motivos que lhe suscitaram a desenvolver seus estudos:

Nos últimos 3 anos, a Serra de Ibitipoca, sua gente, seus (des) encantos e seus enigmas fizeram parte da minha vida. A trajetória de pesquisa teve início quando fiz um estágio curricular no parque e produzi uma monografia de graduação pela UFOP. Curioso, então procurei saber da história desta Unidade de Conservação. Foi quando percebi que as pesquisas, assim como as ações prioritárias que visam à conservação ambiental, estavam circunscritas ao território do parque. Vasculhei pilhas e pilhas de relatórios e publicações, realizei entrevistas e observações sistemáticas para então concluir que muito se pesquisa sobre as características biofísicas de Ibitipoca, mas pouco ou nada se sabe sobre o “bicho homem” da Serra. O campo fértil para minha pesquisa não estava dentro do parque, mas no seu entorno. Mesmo porque a população do entorno, no passado, usava as terras que hoje constituem o parque. **Para o IEF, o problema do parque morava ao lado. Para o camponês, o parque era o grande problema. Então eu não havia procurado um ente empírico no lugar “errado”. O fator político da dissonância é que estava fora do lugar.** A narrativa começava ali – não no parque, mas no que aquelas terras foram no passado: a “Serra Grande”. **Um mesmo espaço físico, duas realidades distintas e distantes.** A história começava na transformação da Serra Grande em parque, na memória camponesa sobre o processo de criação do parque. Até então, submergiam no imaginário local representações simbólicas de um grupo social e seus códigos distintos de apropriação coletiva de uma porção de terras devolutas. **Os arquivos oficiais do Estado silenciaram por mais de 3 décadas todo esse processo.** Nesta epopéia sem heróis, ressurgiu uma tal Serra Grande que virou parque. Em Ibitipoca, o homem rural simples retoma assim o seu lugar na história.

(BEDIM, Bruno P. *Diário de Campo*. Ibitipoca: 2005-2007).

Com a criação do parque e seu subsequente uso público via turismo, o camponês foi empurrado para os bastidores da vida social de Ibitipoca. Aos olhos do Estado e até

³ Janus, na mitologia greco-romana, é o deus das transições – sendo representado com duas cabeças voltadas para direções opostas, simbolizando as diferenças, o passado e o futuro, os términos e os começos. Também é associada a ele a mudança entre a vida primitiva e a civilização, o campo e a cidade, etc.

mesmo dos que se dizem “planejadores turísticos”, o campesinato de Ibitipoca é uma alternativa não-credível do que existe, um fragmento da experiência social não socializado pela racionalidade dominante que atualmente conduz o “processo”; um modo de ser e de viver no entorno do parque que é estrategicamente desqualificado e tornado invisível.

No território circunscrito ao perímetro do Parque Estadual do Ibitipoca, tem-se uma efetiva contribuição do IEF no sentido de preservar, proteger, asilar exemplares da fauna e da flora ameaçados de extinção. No entorno do parque, contudo, assiste-se ao exílio involuntário do “bicho homem”, o camponês da Serra atingido por processos desumanos que expropriam suas terras e/ou exploram sua força de trabalho. Nos limites de um parque, a voracidade ilimitada do capital se revela: a linha tênue do aceiro demarca também a fronteira abstrata entre o que é legal e o que é justo. Pela humanização da floresta, as vias da contradição providenciam a desumanização do homem.

Mutatis mutandis, o Parque Estadual do Ibitipoca é um pedaço de terra que subjaz à história recente do Capitalismo sobre o planeta. É a intervenção da espécie humana sobre a sua natureza externa a construir uma outra natureza, pretensamente conservada, resguardada dos mecanismos destrutivos do capital. Basta lembrar que foi a exploração econômica dos recursos naturais pelas sociedades modernas que suscitou – mediante a conjuntura capitalista que envolve a dominação racional do “mundo natural” – o avigoramento das demandas sociais pela criação de áreas protegidas, as quais têm se destacado enquanto estratégia de conservação dos patrimônios naturais, à medida que os principais ecossistemas do planeta encontravam-se ameaçados.

Mas isso não evitou que as próprias Unidades de Conservação se configurassem enquanto espaços-mercadoria e se inserissem na lógica de acumulação, tampouco que sua composição enquanto categoria jurídica de organização territorial desencadeasse processos de expropriação e violência simbólica para com as populações locais.

Um Parque aberto à visitação pública, em certo sentido, é um espaço organizado e apropriado a partir de demandas externas a ele, articulando a si a lógica da simulação, um espaço diferenciadamente produzido para ser consumido sazonalmente pelo visitante. A racionalidade do “uso” destes recursos naturais por populações urbanas, subjugadas ao modo de produção e às ideologias e aparatos políticos dominantes, engendram a transformação das práticas sociais de apropriação da natureza. O Parque Estadual do Ibitipoca, assim, incorpora o mimetismo inerente às sociedades capitalistas; ele é um

exponente contraditório de um modo de produção que tem uma capacidade muito grande de resistir e de se amoldar a diferentes situações.

Os aspectos discutidos estão ligados à reestruturação da esfera produtiva, ao aumento da complexidade da vida social com o advento do turismo e à análise das características atuais como resultado de processos sincrônicos e diacrônicos de produção do espaço analisado. A partir do momento que tais fatores são conhecidos, torna-se possível formatar instrumentos de planejamento que contribuam para a conservação da natureza e das tradições culturais dos lugares, a melhoria da qualidade de vida dessas populações e a contenção do êxodo rural.

Em Ibitipoca, nos deparamos com fragmentos de uma realidade rural que se transforma: seus homens, suas mulheres, suas lutas, suas técnicas e práticas culturais, suas formas de resistência e reprodução social num ocidente cada vez mais marcado por fenômenos globais, tecnificações, mudanças. Veremos também a emergência do turismo a inaugurar novas formas de intercâmbio material entre o homem e a terra, já que sua prática altera substancialmente a interação natureza-homem, inserindo *mudanças qualitativas ao nível das relações de trabalho*, tendo em vista que a natureza preservada é um importante atrativo turístico. Diante disso, assiste-se à emergência de uma nova forma de incorporação do trabalho humano ao espaço: **a dimensão estética da paisagem como força produtiva**.

O *ethos* camponês, por sua vez, (re)constrói na Serra o espaço de sua própria diferença; o compartimento de um outro tempo que se faz presente; a enunciação dos enigmas de um futuro incerto pois envolto pelos cercos e desafios de um modo de vida confrontado aos movimentos mais amplos de expansão do capital. A noção de “conservação cultural”, assim, insurge como demanda social dessa pesquisa, já que não apenas registraremos aspectos culturais desse grupo social e suas respectivas práxis de manejo dos recursos ambientais disponíveis, como discutiremos, ao final, possíveis alternativas de permanência dessa população no campo e de conservação de suas tradições.

Mas como interpretar as transformações observadas em Ibitipoca? O que tomar como quadro de referência? Como descrever e analisar as mudanças que o fenômeno turístico confere ao lugar, compreendendo suas condições e antecedentes?

Primeiramente, não podemos pensar o turismo e a agricultura em Ibitipoca “isoladamente”; seria um exercício de arbitrariedade ignorar os contextos mais amplos da sociedade em que o camponês se insere – mesmo porque os “processos globais” hoje batem à sua porta. Propõe-se, então, a uma análise bipolar dos processos que permeiam a

relação TURISMO/AGRICULTURA – os impactos daquele sobre esta e vice-versa. Não nos questionamos apenas sobre como o turismo suprimiu a vida rural em Ibitipoca, mas, sobretudo, em que medida o modo de vida camponês impõe limites à expansão do turismo na Serra. O pretense “Paraíso do Capital” sinaliza assim os seus limites e dissonâncias.

No mesmo sentido, para não se reduzir as análises a ‘localismos’, o enfoque da problemática deve partir tanto da análise da dinâmica interna da unidade de produção familiar camponesa e seus reflexos no mundo exterior (“do camponês para fora”) quanto da incidência do fenômeno interventor (turismo) sobre os camponeses (“de fora para dentro”). Neste sentido, temos questões aparentemente locais inseridas e produzidas no e pelo processo social que lhes dá sentido.

A partir dessas considerações, a presente pesquisa discute a transformação nas condições da existência humana na Serra de Ibitipoca a partir da análise de 3 aspectos de sua organização: **i)** a reestruturação da esfera produtiva; **ii)** a chegada de novos atores sociais; **iii)** os dilemas camponeses do presente. Para tanto, são comparados dois momentos da dinâmica socioeconômica – antes e após a criação do parque e do subsequente advento do turismo na Serra. A partir desse pressuposto é que são analisadas as mudanças que o turismo confere ao lugar, em termos comparativos.

Sendo assim, serão diagnosticadas trajetórias e estratégias familiares face às situações de mudança – a interconexão de casos aparentemente isolados de expropriação e reestruturação fundiária; a interdependência dos grupos conflitantes; a continuidade e/ou ruptura na transmissão, ao longo das gerações, do patrimônio sociocultural que sustentava a dinâmica eminentemente agrária de outrora.

Nas últimas décadas, inúmeras pesquisas se propuseram a apreender e interpretar os significados econômicos das múltiplas funções que o fenômeno turístico vem apresentando na contemporaneidade. Contudo, pouca atenção tem sido despendida para se analisar os processos sociais desencadeados pelo turismo nos lugares rurais, à medida que seus desdobramentos sociais se expandem por territórios até então voltados a funções eminentemente agrícolas.

Considerando a trajetória histórico-social de implantação e uso público do Parque Estadual do Ibitipoca, a pesquisa discute os subsequentes processos socioeconômicos derivados da apropriação de seu entorno “rural” pelo turismo – enfocando o movimento processual de transformação de espaços até então caracterizados por atividades agrícolas de subsistência e peculiares formas de organização social. Partimos de uma análise

sincrônica (antes do turismo e a partir de sua gênese) e, sob a perspectiva processual, a contextualizamos em termos diacrônicos, já que os arranjos atuais resultam de movimentos que ocorreram no passado e que, apesar de não os vemos mais, estão atuando sobre o fragmento da realidade que tomamos em separado para estudar.

O contexto socioeconômico da Serra de Ibitipoca começa a se redesenhar antes mesmo da criação oficial do Parque Estadual do Ibitipoca em 1973 – que, aliás, se deu por iniciativa exterior à população local. A notável beleza cênica de suas paisagens aliada à riqueza histórico-cultural de seu território lhe conferem um grande potencial turístico, que desde então atrai milhares de visitantes anualmente. Por conseguinte, foi engendrada uma série de tensões estruturais no interior de um movimento processual de transformação econômica e social.

Mas... que tipo de transformações são essas e como podem ser explicadas? Em que sentido e para quais grupos humanos se inclinam as mudanças observáveis dessas estruturas?

Contudo, não se trata aqui de apenas discutir as mudanças adaptativas que um fenômeno social – o turismo – causa às populações locais, mas de percorrer o caminho oposto, conforme a proposta metodológica levantada por Martins (1993, p.64), conferindo aos camponeses em questão a condição de sujeitos do processo histórico e social – o que dispensa eventuais vitimizações.

A pesquisa, a priori, parte de uma pesquisa etnográfica no núcleo “nativo”, enfocando o período que precedeu a criação do parque, levantando aspectos do modo de vida camponês, manifestações culturais (mitos e ritos) e formas de organização social (regras de parentesco, formas solidárias de trabalho, relações vicinais, etc.). A partir daí, discutiremos a estrutura diacrônica da mudança social provocada pelo turismo em Ibitipoca, tendo em vista que todas as épocas estão encadeadas umas às outras, ligando o estado presente (o que vemos, hoje) a todos aqueles que o precederam.

No capítulo 4, as *Memórias da Serra Grande* revelam o camponês como experiência precursora a congregar formas de vida social e de organização do espaço; sociabilidades pretéritas que ainda se fazem presentes na trama social do entorno do Parque Estadual do Ibitipoca. São expostos alguns espectros da agricultura camponesa praticada em Ibitipoca enquanto expressão da vida de um grupo humano que estabelece meios de manipulação da natureza de forma a alcançar a satisfação das necessidades elementares à sua existência.

O paradigma filosófico-metodológico a nortear o estudo é o materialismo dialético, tendo em vista o contexto de transformação dos meios de produção e a reconfiguração da estrutura ocupacional na Serra de Ibitipoca⁴. É a partir desses pressupostos que reconstruímos, no capítulo 5, a atmosfera social que envolve os usos da Serra Grande por um dado grupo camponês e seus códigos distintos de apropriação coletiva da terra – recolocando na história o papel do Estado como agente a intervir pela violência simbólica do processo de criação do parque e do seu subsequente “uso público” (leia-se, exploração econômica via turismo).

A criação do Parque do Ibitipoca fez-se pela intervenção na trajetória de um grupo social que viu as bases materiais de sua existência ameaçadas por agentes externos ao seu mundo: **a violência simbólica do Estado a preencher com turistas o lugar do camponês**. Que contexto é esse em que árvores e bichos são exaltados enquanto ícones de fetichização do espaço como mercadoria reproduzível⁵, ao passo que o camponês é varrido de sua terra como se fosse um bicho?

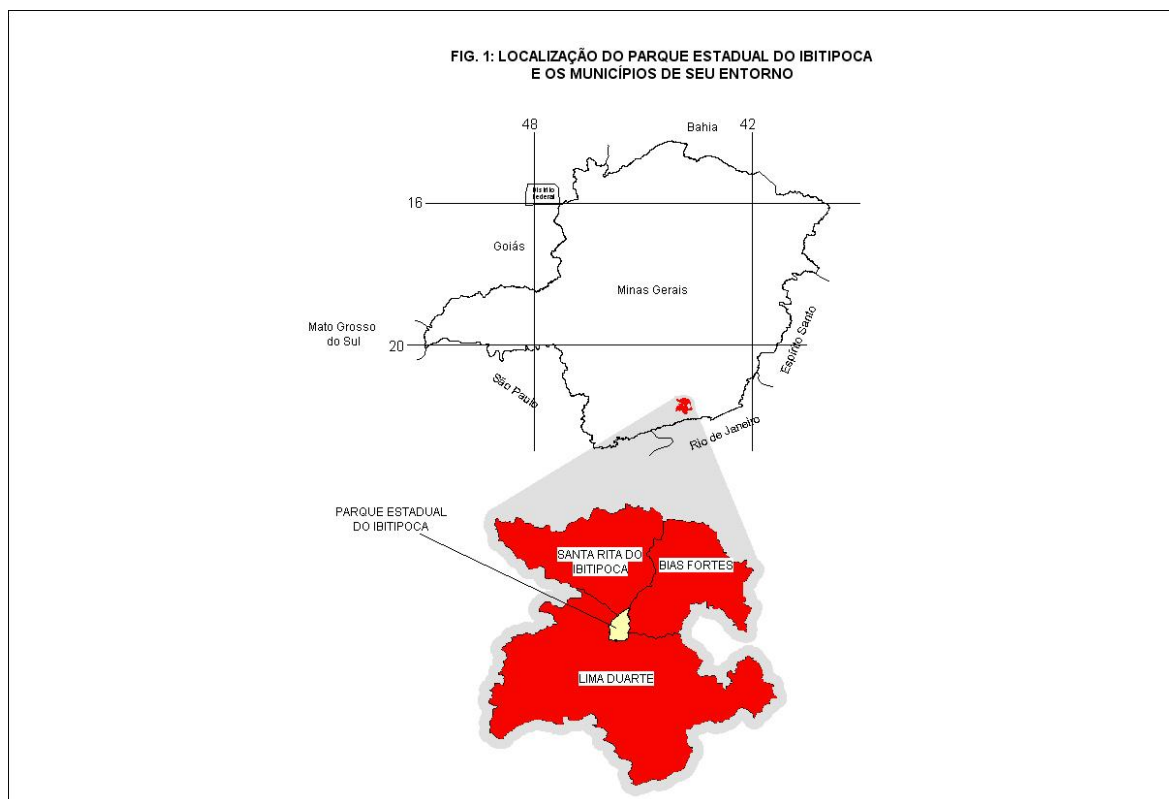
Sendo assim, a pesquisa traz, no capítulo 7, a análise dos processos que envolvem a expropriação de terras camponesas a partir de sua incorporação enquanto espaço-mercadoria a ser consumido na lógica de reprodução do capital. Fetichizado, despedaçado e vendido, o “Paraíso do Capital” expõe as chagas de um sistema que se apropria das desigualdades do desenvolvimento para se reproduzir, submetendo o uso dos recursos naturais aos termos da troca – o “paraíso” como um privilégio para quem pode pagar por ele. Mas e o custo social desse processo? Quem paga?

Ao final do capítulo 7, o supra-sumo do movimento de expansão do capital no entorno do parque é exposto a partir da constatação empírica da emergência de **uma nova modalidade de uso e ocupação do solo no entorno de Unidades de Conservação no Brasil, na forma peculiar assumida pelos processos recentes verificados no entorno do**

⁴ Para Marx, ao produzir seus próprios meios de existência, os homens produzem também as bases de sua vida material. Daí a modificação – e produção – dos espaços pelos homens no curso do movimento dialético da história, transformando a sua natureza exterior e a si próprios pelo intermédio de seu trabalho. Neste contexto, as sucessivas interações entre os sujeitos sociais e a natureza material do espaço fazem com que vida e coisa se confundam – o próprio homem enquanto matéria-espaço em movimento. A produção do espaço, por sua vez, transcende ao mero conceito clássico de *produção*, incorporando, segundo Lefebvre (2006), produção e reprodução de relações sociais. O “exagero material”, por vezes apropriado pelo marxismo vulgar, requer aqui um novo tratamento, e nele se incluem as relações sociais como expoentes da dimensão do uso.

⁵ Conforme lembra Martins (1996, p.44), se quisermos produzir conhecimento sobre o espaço, não poderemos fazê-lo sem incorporar a análise dos mecanismos perversos e excludentes do capitalismo e suas respectivas contradições, tendo-se a forma mercadoria como metáfora desta “racionalidade sem nenhum compromisso que não seja o da valorização das coisas pela desumanização do homem”.

Parque Estadual do Ibitipoca: um grande grupo empresarial a constituir uma nova forma de apropriação da renda da terra, imobilizando grandes extensões territoriais e conservando os seus atributos ecológicos como forma de lhes atribuir um sobrevalor – já que a natureza preservada atualmente se apresenta enquanto força produtiva em potencial. A (re)distribuição do custo social da renda da terra incorpora, aqui, uma dimensão socioambiental que pode permitir ao capitalista a sua posterior utilização enquanto reserva de valor.



A complexidade de tais problemáticas, de fato, aponta inúmeros temas a serem explorados. Propõe-se, contudo, a repensar as intervenções do fenômeno turístico nos destinos visitados, recolocando os eventuais papéis que as populações locais e seus respectivos meios de vida têm sobre a expansão do turismo pelos territórios e vice-versa. Nesta perspectiva, torna-se oportuno delinear estudos que investiguem os desdobramentos sociais dessa “atividade” em comunidades rurais⁶ receptoras, privilegiando-se o estudo do turismo enquanto fenômeno sociocultural, enfocando aspectos como a relação entre os visitantes e os visitados (populações locais), bem como as conseqüências daqueles sobre

⁶ A expressão “comunidade rural” ora utilizada tem por base as reflexões de John Comerford (2005, p.112), segundo o qual o termo se refere a um grupo que se organiza a partir de “relações de proximidade e solidariedade, em que sobressaem a importância de parentesco, vizinhança, cooperação no trabalho e co-participação nas atividades lúdico-religiosas” – características diagnosticadas em Ibitipoca – MG.

estas – e vice-versa –, a partir da idéia de que as populações afetadas impõem limites e obstáculos ao desenvolvimento do turismo, à medida que “o processo econômico encontra pela frente barreiras sociais e ideológicas que conformam a reprodução do capital e as relações de poder dele originadas”⁷.

Os desdobramentos sociais do turismo nos lugares não suscitam apenas problemas históricos, a pesquisa de suas origens ou antecedentes. Em Ibitipoca, o fenômeno turístico não define apenas a transformação social refletida em determinada época e num dado espaço, mas uma dimensão que pertence à reconstrução de um tempo histórico, um fator inaugurador que implica não a ruptura do tempo presente, mas em continuidades descontínuas; mudanças. Tem-se enquanto premissa o caráter originalmente processual do turismo, concebendo-o enquanto fenômeno que não se explica pela sua própria manifestação. Para entendê-lo, faz-se necessário analisar a partir de seu conteúdo e temas específicos, olhar além de um ambiente disciplinar particular.

É numa construtiva “sinergia interdisciplinar” que a Sociologia, a História, a Geografia, a Economia Política, a Antropologia e as Ciências Ambientais se encontram e se complementam nesta dissertação. É no alargamento dos horizontes científicos que buscamos subvenção teórica e empírica para a orientação prática desta pesquisa; a interpretação de um ente empírico não-planejado como forma de subsidiar o seu planejamento futuro.

Neste percurso, a tentativa de se esquivar das fórmulas e modismos acadêmicos em voga; a proposição da “ciência em poesia” como contraponto – e complemento – às convencionais ladainhas acadêmicas contemporâneas. Côncio de suas próprias limitações, este trabalho pretende traçar uma narrativa científica sobre o “real” que incorpore a poeira das estradas de chão de Ibitipoca ao invés de simplesmente juntar poeira nas prateleiras da biblioteca universitária. Em última instância, é uma contribuição que, apesar de limitada, traz um punhado de saber camponês para se somar às miríades de teses e dissertações. Tudo porque a pesquisa transcorre às pretensas fronteiras da ciência para se juntar ao cotidiano do homem do campo e traduzir em narrativa os fragmentos de seu mundo prático, objetivo – a percepção camponesa sobre os fenômenos pesquisados como possibilidade de compreensão do “real”; o valor heurístico do *ethos da terra* acumulado ao longo das gerações. Nós, acadêmicos, temos muito a aprender com eles. Não podemos – nunca – esquecer que a ciência é apenas uma forma de apreensão da realidade. Há outras.

⁷ Martins (1993, p.66).

A chegada do *outsider* em Ibitipoca e a concomitante implementação do turismo na região implicam na reestruturação da esfera produtiva, indicando a gradativa ascensão a um estágio não-agrícola, de prestação de serviços pessoais, ao passo que resistem, simultaneamente, reminiscências das formas de vida social geradas num período anterior – constituindo, tais movimentos, uma mesma unidade, um mesmo processo, envolto pela interconexão de individualidades históricas de expropriação e de interdependência dos grupos conflitantes. Essas constatações, de certa forma, remetem à perspectiva lefebvriana de embaralhamento do tempo na modernidade, conferindo aos fenômenos estudados a qualidade de **simultâneos**.

A gênese do turismo em Ibitipoca representa, em certo sentido, um “ponto de ruptura” e um fator inaugurador em relação a um “passado” eminentemente camponês que se atualiza no presente. Tudo porque, no atual contexto “turístico” de Ibitipoca, assiste-se à permanência (resistência?) de estruturas sociais geradas num período anterior, notadamente marcadas pelo modo de vida camponês e suas variantes culturais e socioeconômicas. Tal perspectiva diacrônica nos permite dilatar a visão dos fenômenos estudados, contrastando aquilo que podemos observar em termos empíricos com o próprio processo histórico e social desenvolvimento localmente. É este o principal enfoque do capítulo 6.

O processo de intervenção social do turismo em Ibitipoca é *desigual e combinado* não apenas porque ele não se dá pelo princípio da igualdade, mas, sobretudo, porque o mesmo não contradiz a lógica de reprodução do capital. As forças produtivas verificadas na Serra não somente intervêm como recriam modos de organização social. Turismo e Agricultura, enquanto esferas produtivas diferenciadas, suscitam a coexistência, a (des)integração ou a superposição de distintas formas de relações de produção, engendrando e acentuando **desigualdades** a partir dos diferenciados ritmos de desenvolvimento.

Nesta perspectiva, a desigualdade do desenvolvimento em Ibitipoca se apresenta como funcional à reprodução do capitalismo, uma vez que resguarda espaços para onde o capital futuramente terá condições de se expandir e se valorizar. Talvez isso explique o acentuado interesse de grandes empresas de construção pela aquisição de terras no entorno do parque: medida compensatória ou capital especulativo? Em ambas as alternativas, o que se vê é **o caráter subversivo da renda da terra a imobilizar uma parcela considerável de recursos ambientais via monopolização territorial**.

Nossos estudos indicam que o turismo, enquanto processo de intervenção social, produz seus efeitos no entorno do Parque Estadual do Ibitipoca, suprimindo as formas de reprodução da vida rural, porém, sem destruí-las. Ao contrário, trava com elas relações contraditórias, já que a possibilidade histórica da existência de “enclaves camponeses” neste espaço é permeada por contradições internas do processo de sua própria transformação. Por conseguinte, tem-se um movimento gradativo de mudança social que se traduz em estratégias familiares que mistificam formas de exploração do trabalho (ou ausência de), sem, contudo, extinguir as unidades familiares de produção – mas sim diversificando suas estratégias de reprodução social enquanto camponeses.

São essas as “evidências empíricas” que nos levam a conceber o turismo enquanto processo de intervenção social não-planejado e não-intencional, cuja manifestação subjaz uma “(des)ordem oculta” a produzir conformações específicas derivadas da ação social no tempo – estruturas intangíveis ajustadas à determinada época e refletidas no espaço que as rebate. Depositam-se aí o nosso esforço em captar e entender a complexidade do fenômeno turístico e seus processos complementares, cuja dinâmica ainda carece de investigação.

O interesse em focar o estudo nesse tema também surgiu com a necessidade de se conhecer melhor a relação entre a criação de Unidades de Conservação e o processo de transformação, pelo turismo, dos espaços rurais adjacentes a essas áreas. Tendo em vista que a bibliografia de pesquisas que contemplem abordagens socioantropológicas envolvendo turismo e populações rurais apresenta-se incipiente no Brasil – uma vez que o objeto dos estudos turísticos está quase sempre centrado no turista e nos interesses da indústria que vive das viagens⁸ – propõe-se um olhar dos “indivíduos visitados” sobre os processos em questão. Se há pouca reflexão teórica acumulada sobre o assunto, traz-se um estudo de caso que se abre à realidade socioeconômica, levantando questões e problematizando-as a partir da natureza trans-escalar dos fenômenos observados no “microcosmo” social da Serra de Ibitipoca.

Ao intervir direta ou indiretamente nas dinâmicas socioambientais de seu entorno, as Unidades de Conservação representam muito mais do que simples categorias jurídicas de organização espacial – sendo necessário olhar para além de suas fronteiras. Compreender esses processos socioculturais desencadeados em espaços limítrofes às áreas naturais protegidas equivale a reconhecê-las como fenômeno de cultura, fenômeno com espírito social, cujo viés ambiental e econômico são tão representativos quanto os demais

⁸ Krippendorf (2003, p.68).

– e cuja vertente funcional tende a transformar as suas adjacências em territórios de lazer socialmente construídos.

A partir do momento em que tais mecanismos de intervenção são conhecidos, podemos ampliar o entendimento sobre os fenômenos socioambientais e sobre as sociedades que os produzem, aumentando o nosso poder de atuar sobre a realidade ambiental através de ações que visem aos tão anunciados princípios de *sustentabilidade*, analisando-os, compreendendo-os e transformando-os no sentido da sua humanização. O conhecimento de tais processos pode ser extremamente útil aos propósitos de se produzir conhecimento em ciências humanas e sociais.

Paraíso? Para quem? É na efervescência empírica de Ibitipoca – onde **a população local e o parque constituem-se estrangeiros entre si**; em que o turista é o estranho elemento a intervir sobre espaços e culturas – é neste contexto que buscamos subsídio empírico para o entendimento da transformação do cotidiano social incerto e, muitas vezes perverso, ao qual estão submetidas as populações locais impactadas pelo Turismo. E esse não é um contexto “non sense”, sem lógica. É o mundo da lógica da contradição. Olhemos para essas diferenças.

Nossa expectativa é que este estudo se apresente enquanto modelo explicativo em pequena escala – como um paradigma empírico, pronto para ser testado, ampliado e, se necessário, revisto através de investigações correlatas em maior escala. Dessa forma, os resultados obtidos poderão ser aplicados como “gabarito” a ser comparado a configurações⁹ mais complexas de outros estudos envolvendo a temática em questão.

Nas páginas a seguir, nossos esforços de investigação tentarão captar e entender, de forma mais aprofundada, como o camponês vivencia essas estruturas, conformando-se e/ou resistindo a elas; expressando suas visões de mundo; suas aspirações e estratégias; sua capacidade de adaptação face às novas formas de (re)produção ou sua marginalização nesse processo; o estabelecimento de novas redes de solidariedade e a construção de alternativas de organização da vida social.

Assim, a **mudança enquanto processo** se torna a preocupação teórica e empírica dominante na pesquisa. É essa a contribuição limitada que apresentamos. Que este estudo subsidie outros; e que esses outros discutam formas de se planejar o “processo” (ele é planejável?), ou, ao menos, atenuá-lo. É isso o que nos move a olhar para a Serra de Ibitipoca e ver ali a possibilidade de elevação física e espiritual do homem.

⁹ Neste sentido, ver Elias e Scotson (2000).

PARTE I:
“O PROCESSO” E SUAS INTERFACES TEÓRICAS

...as teorias dos teóricos só revelam seu sentido (desde que o tenham) se encararam como tentativas ordenar o desordenado, simplificar o complexo, destemporalizar o temporário – sendo o ordenado, o simples, o extra-temporal a “teoria”, e sendo o desordenado, o complexo, o ligado à história a experiência em que eles, como os habitantes de seu tempo e lugar, estão imersos.

Bauman, 1998, p.106.

CAP.1 – METAMORFOSES NO TEMPO: A HUMANA NATUREZA DA MATÉRIA EM MOVIMENTO

A mudança pode operar-se em nós num ritmo lento, mas nem por isso é menos contínua “no tempo e no espaço”: todos envelhecemos cada vez mais, todos fazemos parte de uma sociedade em evolução, e todos somos habitantes desta Terra que não pára de se mover.

Norbert Elias, 1897-1990.

1.1 – FORÇAS PRODUTIVAS, ESPAÇO E MATERIALISMO DIALÉTICO

No curso da história, a condição de heterotrofia da espécie humana a levou a produzir os seus próprios meios de existência, sua vida material propriamente dita. Tal concepção histórica se fundamenta na modificação das bases materiais da natureza pela ação do homem, levando-o a se distinguir das outras espécies animais. Esse entendimento baseia-se nos escritos de Marx e Engels (1984, p.44) e é comumente denominado de materialista ou naturalista. A partir dessa acepção, têm-se duas “metamorfozes” que definem a própria história: **i)** A transformação da natureza exterior pelo homem; **ii)** A transformação do próprio homem pelo fato de ele criar suas próprias condições de existência transformando a natureza¹⁰.

Os desdobramentos dessas relações criadoras entre homem e natureza e a subsequente transformação da própria espécie humana no curso do tempo se dá a partir de um processo dialético, (re)criador, já que o homem cria o seu meio para si ao recriar a si mesmo. Essa *dialética da espécie natural* traduz-se no reconhecimento, pelo homem, de sua própria essência ao realizar as suas metas e materializá-las no espaço que o cerca e incorpora, produzindo-o e sendo produzido por ele. Por conseguinte, o fundamento da história é o próprio homem, toda relação humana e toda atividade humana a prosseguir com seus objetivos sobre a Terra.

¹⁰ “...a identidade entre o homem e a natureza aparece de modo a indicar que a relação limitada dos homens entre si condiciona a relação limitada dos homens com a natureza, exatamente porque a natureza ainda está pouco modificada pela história” (MARX; ENGELS, 1984, p.44).

Em suas práticas cotidianas, os diferentes indivíduos e grupos humanos se territorializam através de diversificadas formas de apropriação do espaço social, de forma simbólica e/ou material. Segundo Halbwachs (1990, p.133), “quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem”. Assim, as sucessivas interações entre os sujeitos sociais e a natureza material do espaço¹¹ fazem com que vida e coisa se confundam – o próprio homem enquanto matéria-espaço em movimento. Nesse processo, as experiências do indivíduo influenciam a sua relação com o seu entorno material, tendo em vista que as imagens habituais do mundo exterior são inseparáveis do nosso eu. O ambiente congrega, simultaneamente, a nossa marca e a marca dos outros que em algum momento da história compartilharam de determinado quadro espacial. Tais constatações remetem à hipótese de que a práxis humana, enquanto fenômeno individual e social, contém linguagens específicas expressas na configuração espacial dos objetos que nos cercam – já que os diferentes códigos culturais definem e são definidos pelas disposições materiais do ambiente que nos envolve e do qual nós também somos parte.

Segundo Plekhanov (1977, p.77), na concepção moderna do materialismo dialético o estado das forças produtivas e sua vertente econômica correspondem também à natureza humana, sendo que “os homens fazem a sua história procurando atender suas necessidades, e a ciência deve explicar como influem as diferentes formas de satisfação dessas necessidades nas relações sociais dos homens e na sua atividade espiritual”. A dialética marxista, por sua vez, se configura como um método de pensar e interpretar a realidade social e, ainda, transformá-la¹². Ao abordar o *objeto*, sua análise pressupõe que o mesmo é sempre relação, movimento, um modo dinâmico de relacionamento social (IANNI, 1985)¹³.

A apreciação das relações sociais e dos fenômenos espaciais, por conseguinte, deve concentrar o seu esforço intelectual no sentido de desvendar as aparências que os

¹¹ Quanto à relação dos indivíduos e grupos com os espaços dos quais eles se apropriam e transformam, Halbwachs lembra que não se tratam apenas de espaços físicos, já que os mesmos estão envoltos por conteúdos simbólicos e, ainda, atrelados à memória coletiva (BEDIM, 2007).

¹² MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1984. p.11-14.

¹³ “Na medida em que uma explicação adere ao objeto e é absorvida por este, passando a fazer parte intrínseca dele, ela também precisa ser submetida à análise. Não se trata simplesmente de opor ou substituir interpretações. Trata-se de ir até o fundo das relações, processos e estruturas, apanhando, inclusive e necessariamente, as representações ideológicas ou teóricas construídas sobre o objeto e impregnadas por ele” (IANNI, 1985, p.15).

dissimulam; revelar suas contradições e suas desigualdades; seus mecanismos subjetivos de expropriação, alienação e violência simbólica e/ou material.

No curso do tempo, o espaço socialmente produzido é resultado do trabalho do homem a transformar a natureza e a si próprio, numa contínua interação que pressupõe diversificadas formas de apropriação da natureza pelo homem no fluxo do devir, imprimindo aos recursos naturais formas e conteúdos úteis à sua reprodução social. Neste processo, o ser humano antropomorfiza a sua natureza externa (ambiente) e, por conseguinte, transforma a sua própria ‘natureza interna’.

A relação homem-natureza, assim, se dá a partir de processos de trabalho, cujo viés teleológico¹⁴ confere à natureza a condição de objeto e meio de trabalho do homem. A apropriação e a transformação dos objetos (recursos naturais) visam, pois, à satisfação das necessidades humanas, processo pelo qual são produzidas riquezas.

Conforme Enrique Leff (2000, p.112), a apropriação dos recursos naturais por um dado grupo social se dá a partir da intersecção de um conjunto de valores culturais que definem e são definidos pelas práticas produtivas das diferentes formações sociais, abrangendo desde a significação social dos recursos naturais disponíveis – simbolização do ambiente de vida – incluindo ainda práxis de manejo e formas não-convencionais de organização econômica. Assim, “a organização cultural de uma formação socioeconômica é um tecido de valores, de formações ideológicas, de sistemas de significação, de práticas produtivas e de estilos de vida, num contexto geográfico e num dado momento histórico”.

A cultura, por sua vez, orienta e é orientada pela forma de uso dos recursos, denotando diferentes sistemas sociais de relações de produção¹⁵. Como exemplo, tem-se a racionalidade do uso dos recursos naturais por populações camponesas – subjugadas ao modo de produção e às ideologias e aparatos políticos dominantes –, a engendrar a

¹⁴ A *teleologia* se refere à qualidade do homem em possuir consciência de seus atos, o que o difere, pois, das demais espécies do reino animal. Neste sentido, os outros animais *realizam atividades*, mas só o homem *trabalha* (MARX; ENGELS, 1984).

¹⁵ “Com a conformação do Modo de Produção Capitalista, as tendências dos processos ecológicos e culturais articulam-se, são assimiladas ou transformadas pela sobre-determinação que lhes impõe a racionalidade econômica de uso dos recursos. Neste sentido, é necessário articular o Materialismo Histórico com a Antropologia e a Ecologia, para estudar os processos de transformação dos sistemas ecológicos e culturais, através das práticas produtivas que induziu a exploração capitalista dos recursos naturais e da força de trabalho das diferentes formações sociais” (LEFF, 2000, p.107-8).

transformação das práticas sociais de apropriação e uso dos recursos e seus determinantes culturais¹⁶.

Ao condicionar a relação entre os homens, o desenvolvimento das forças produtivas (re)produz realidades sociais e ambientais adversas. No cerne desse processo, o binômio tempo-espaço expressa a interação de categorias que definem a influência mútua entre homem e natureza, no bojo de um movimento histórico socialmente condicionado.

Desde os tempos remotos, a agricultura é um dos estágios mais primitivos de intercâmbio material entre homem e natureza, cuja prática permitiu a fixação do homem à terra, em contraponto e complemento às práticas essencialmente itinerantes de coleta e caça dominantes até então¹⁷.

Não obstante, Gonçalves (2004, p.26) observa que tais mudanças contextualizam a “revolução neolítica”, donde provém a oposição entre natureza e cultura, sendo a agriCULTURA um marco histórico a incorporar o espírito de dominação do homem sobre a natureza – fator que possibilitou o sedentarismo dos povos, o seu estabelecimento em determinados territórios e a subsequente dominação das paixões e instintos humanos a partir da formação das civilizações e dos mecanismos reguladores do Estado.

Neste sentido, Costa e Moraes (1999, p.76) sublinham que a fixação de grupos humanos em determinadas áreas, via agricultura, alterou substancialmente a interação homem-natureza, inserindo *mudanças qualitativas ao nível das relações de trabalho* – tendo em vista que “a natureza, em particular nas chamadas sociedades agrícolas antigas, aparece agora não apenas como objeto de trabalho, mas principalmente como meio de trabalho, cuja maior expressão empírica é o próprio solo agricultável” (ibid.). Diante disso, tem-se um aumento da incorporação do trabalho humano ao seu espaço de vivência, incluindo o desenvolvimento de novas técnicas de cultivo, instrumentos de trabalho, domesticação de animais, etc., denotando, pois, aprimoramentos consideráveis na estrutura produtiva agregada ao solo.

Já Oliveira Jr. (1989, p.6) destaca que o surgimento da agricultura se deu a partir do momento em que os agrupamentos humanos reuniram “uma série de condições,

¹⁶ Para a análise de tais processos, Leff (2000) propõe a conjugação entre os aparatos teóricos do materialismo e suas interfaces dialógicas com diferentes ciências sociais, articulando, por exemplo, elementos da antropologia e ecologia para se atingir a ‘racionalidade econômica’ de apropriação dos recursos naturais de um dado território.

¹⁷ Oliveira Jr. (1989) destaca a não existência de uma sucessão de etapas que permitam precisar em qual período se deu a transição efetiva das atividades de caça e coleta à agricultura. Contudo, o autor pontua que tal transição tenha demorado aproximadamente mil anos para se efetivar.

historicamente suficientes, para tirar proveito das potencialidades de um meio natural determinado”. Os primeiros vestígios de práticas agrícolas, em termos arqueológicos, são datados aproximadamente em 10 mil anos, no máximo¹⁸. Entre os elementos que contribuíram para a consolidação da agricultura como prática social predominante, tem-se a sedentariedade – ou melhor, o desenvolvimento de uma economia sedentária de coleta intensiva – e a subsequente domesticação de espécies animais e vegetais (em especial, cereais). Uma vez esgotados os solos agricultáveis, as populações se viam induzidas a migrar para novas áreas de cultivo, quando, não raro, se deparavam com um meio florestal que era submetido ao fogo e à derrubada de novas matas, como forma de manejo *naturalmente cultural* dos recursos.

Ao encontrar formações florestais como ecossistema natural a ser transformado, as populações humanas intervieram até mesmo sobre florestas densas – no intuito de abrir clareiras e assim permitir que os raios solares alcançassem a terra em que germinariam as sementes. Dessa forma, desenvolveu-se um *sistema agrário de florestas*¹⁹ dirigido ao rendimento constante das lavouras a partir de técnicas de manejo que visavam à manutenção da fertilidade do solo – evitando-se a redução de sua biomassa. Contudo, a pressão demográfica crescente sobre essas áreas levou à progressiva degradação de sua capacidade de produção. Uma vez impossibilitadas de se reconstituírem, muitas florestas foram reduzidas a formações residuais, processo que marca o primeiro dilema ambiental da humanidade:

A luta daquelas sociedades contra a diminuição do rendimento das culturas se fez em detrimento da floresta. Houve uma extensão progressiva das plantas cultivadas para compensar a perda de fertilidade do solo. Com a diminuição do tempo de pousio, a floresta não pôde mais se reconstituir, degradando-se. (OLIVEIRA JR, 1989, p.20).

Como se vê, o estabelecimento de conflitos envolvendo práticas agrícolas e a devastação dos recursos florestais advém de estágios anteriores ao desenvolvimento das sociedades diferenciadas, a partir de uma combinação de elementos que possibilitaram a emergência da agricultura como atividade indispensável à formação socioeconômica e territorial das primeiras civilizações.

¹⁸ O que, de certa forma, confere *status* de antiguidade à agricultura. Contudo, conforme pondera Oliveira Jr. (op.cit.), se levarmos em conta o tempo de existência da espécie humana (1 milhão de anos), a agricultura pode ser considerada um fenômeno relativamente recente.

¹⁹ OLIVEIRA JR., Paulo H. B. *A história da agricultura através do tempo*. Rio de Janeiro: FASE/PTA, 1989.

Por conseguinte, inicia-se a organização social voltada para a produção material da vida rural e a diversificação das atividades produtivas face à divisão social do trabalho no campo. Tal artifício permite a produção de excedentes, isto é, uma certa quantidade de produtos agrícolas além das necessidades imediatas das sociedades agrárias, portanto disponíveis para a troca.

Ainda hoje, o agricultor, o sitiante, o camponês, são considerados agentes de intervenção direta sobre a natureza, cujas interações dialógicas são materializadas na relação homem-terra, não opondo e sim articulando o homem rural aos meios de que dispõe para produzir. E essa “produção” não se encerra em fins alimentares ou mercadológicos, já que bens simbólicos, ritualísticos, são igualmente produzidos. Uma vez transformada a terra, o homem também se transforma. Essa *reflexividade natural* não se desvincula da concepção dialética da história²⁰. A vida rural e a mercadoria são produzidas simultaneamente, estão envoltas por um mesmo processo. Mais que alimentos ou mercadoria, produzem-se espaços de vivência, relações sociais, regras de parentesco, sistemas de manejo. Produz-se um *ethos* camponês, *campesinidades*²¹; produz-se a vida e suas contradições materiais.

1.2 – SIMULTÂNEO E DESIGUAL: ANATOMIA CAPITALISTA DO PROCESSO

A concepção teórica do desenvolvimento do capitalismo se configura pela lógica contraditória de desenvolvimento das forças produtivas, seu tempo histórico e seu ritmo na história. Na produção social da própria vida humana, tem-se, pois, uma combinação de fatores de produção a partir da tríade Terra, Trabalho e Capital – isto é, renda, salário e lucro como fontes de rendimento das três grandes classes da sociedade moderna: os proprietários de terra, os proprietários de mera força de trabalho e os proprietários de capital.

A compreensão da dialética e da transformação da sociedade capitalista demanda o entendimento da história e do processo de acumulação e reprodução do capital no tempo e

²⁰ Vale lembrar que, conforme observa Octavio Ianni (1985, p.35), para Marx a historicidade é dada a partir da confrontação dialética entre as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas, sendo que “a historicidade do regime capitalista não é aquela que aparece na sucessão temporal, ou cronológica, dos acontecimentos, relações, processos ou estruturas”.

²¹ No capítulo seguinte, aprofundaremos a discussão sobre a categoria *campesinidade*, a partir dos termos propostos por Woortmann (1990).

no espaço. A sociedade civil, para Marx e Engels (1984), se constitui a partir do condicionamento que as forças produtivas de períodos anteriores impõem às formas de intercâmbio entre os indivíduos e grupos sociais. O ser social humano, por sua vez, determina a sua consciência. A explicação dessa consciência se dá a partir das contradições da vida material, dos conflitos que envolvem as relações sociais de produção e as forças produtivas (ibid.).

Ao desenvolver as forças produtivas, o movimento da história acentua as contradições internas da sociedade atual à medida que cria homens empiricamente universais que se impõem sobre os indivíduos correspondentes a um plano local (ibid.). O capitalismo, assim, produz uma sociedade desigual, baseada na exploração do trabalho. Para Marx,

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção, essas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. [...] não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (MARX, 1974, p.135).

Nesta perspectiva, cada sociedade é também uma formação econômico-social, um conjunto histórico a constituir um *todo*, sendo que cada fragmento da realidade e cada momento da história conformam também uma unidade, um conjunto, um *todo* que deve ser estudado levando-se em conta a sua inserção num desenvolvimento total (totalidade), ou seja, nos processos mais amplos que o envolvem (MARX, 1974).

Tais pressupostos carregam em si uma aplicabilidade empírico-metodológica essencial às nossas análises – o *todo* da Serra de Ibitipoca imerso num *todo* mais amplo, constituindo-o e sendo constituído por ele; questões aparentemente locais inseridas e produzidas no e pelo processo social que lhes dá sentido.

Uma concepção fundamental aos pressupostos do materialismo é a noção de formação econômico-social, a qual é anunciada por Marx já no prefácio d’O Capital – e, ainda, posteriormente, problematizada por Lênin – no intuito de se verificar regularidades e leis que permeiam os fenômenos sociais e as sociedades que os produzem, apontando, pois,

para a indissociabilidade entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. Assim Henri Lefebvre (1969a, p.189) interpreta os termos desenvolvidos por Lênin:

→ **Formação:** trata-se duma realidade que se transforma, que evolui, que muda – de maneira histórica e objetiva como uma realidade da natureza.

→ **Econômico-social:** significa que se trata duma formação com dois aspectos que não podemos separar nem confundir: **i)** Econômico (forças produtivas, relações práticas dos grupos humanos com a natureza); **ii)** Social (relações dos homens uns com os outros, relações de produção, classes e forças sociais).

Por conseguinte, os processos de acumulação e reprodução do capital no espaço e no tempo engendram a *lei do desenvolvimento desigual*, segundo a qual as relações sociais de produção, as forças produtivas e as superestruturas possuem diferenciados ritmos de transformação na história. Nesta perspectiva, a desigualdade do desenvolvimento é funcional à reprodução do capitalismo, uma vez que resguarda espaços para onde o capital futuramente terá condições de se expandir e se valorizar. A desigualdade do desenvolvimento no tempo e no espaço é, pois, funcional à reprodução do capitalismo. O desenvolvimento é *desigual e combinado* não apenas porque ele não se dá pelo princípio da igualdade, mas sobretudo porque o mesmo não contradiz a lógica de reprodução do capital.

Em certa fase de seu desenvolvimento, as forças produtivas da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma era de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transtorna mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura (MARX, 1946, p.31)²².

As forças produtivas verificadas em Ibitipoca não apenas intervêm como recriam modos de organização social. Turismo e Agricultura, enquanto esferas produtivas diferenciadas, suscitam a coexistência, a (des)integração ou a superposição de distintas formas de relações de produção, engendrando e acentuando desigualdades a partir dos diferenciados ritmos de desenvolvimento.

²² MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Flama, 1946.

Da articulação produtiva que define a prestação de serviços diretos ou indiretos ligados ao turismo às formas mais elementares de interação entre o homem e a terra (o camponês e seus meios de produção): eis as esferas produtivas que compõem o atual conjunto histórico de Ibitipoca, contexto permeado por permanências e mudanças; diferenças e contradições.

Fenômenos sociais, costumes, espaços, indivíduos e grupos humanos possuem ritmos diferenciados de transformação na história, assim como a formação econômico-social que os envolve. Daí a necessidade – e o desafio – de se transcender à análise sincrônica do caso Ibitipoca.

Tal contexto nos remete à lógica da simultaneidade anunciada por Henri Lefebvre ao discorrer sobre o embaralhamento do tempo na modernidade – tendo em vista que o tempo de reprodução do capital exige que diferentes coisas aconteçam ao mesmo tempo, permitindo assim a coexistência de formações sociais de diversas épocas – sendo possível observar num território restrito estágios “arcaicos” de existência ao lado do ultra-moderno, onde os conjuntos recentes se compõem a partir de mosaicos conjugados de diferentes eras.

Numa fascinante simultaneidade, presente, passado, futuro, justapõem-se; eu percebo vir o possível, morte ou vida. Eu provo o presente, eu sou (enquanto eu lutar e salvo a derrota) sua presa e seu mestre. Eu vejo o passado que foge. Diante de mim? Atrás de mim? Eu não sei mais. E é isso a visão, conhecimento que penetra além do conhecido. O passado não se reduz à lembrança. Ele está ali, perigo findo. Ele não mais atua sobre mim, ele atua ainda ali, até que ele expire para renascer; ele me anuncia os obstáculos a superar para alcançar a margem (LEFEBVRE, 1969b, p.150)

Assim, a Serra de Ibitipoca é uma multiplicidade de tempos, da qual nós só registramos alguns fragmentos e onde os diferentes eventos são produzidos não apenas pelas demandas do tempo presente, e sim, pela co-ação de um passado que se atualiza, resiste, coexiste. A nossa práxis interpretativa, por sua vez, pode apoiar a releitura dos “vestígios históricos” de uma memória relacionada às várias inserções sociais e espaciais dos diferentes sujeitos com os quais lidamos em nossas pesquisas. O entrelaçamento entre memória, espaço e sociedade, assim, articula elos capazes de tornar os homens sujeitos de seu tempo.

Tais consignações movem o nosso esforço metodológico no sentido de situar a produção do “espaço turístico” no fluxo do devir – já que a determinação do tempo, assim como os processos de produção do espaço, têm funções sociais precisas. Tanto o tempo quanto o espaço não independem da realidade humana: a produção do espaço turístico é,

pois, construção das representações humanas no curso do devir. A partir da problematização dos “tempos da pesquisa”, podemos interpretar as transformações observadas em Ibitipoca, situar quadros de referência na história e, ainda, descrever e analisar as mudanças que o fenômeno turístico confere ao lugar, compreendendo os seus antecedentes, as suas condições e as possíveis tendências de seu desenvolvimento²³.

De acordo com Martins (1993, p.36), a concepção do tempo dos indivíduos e grupos camponeses difere do tempo do pesquisador e dos contextos sociais em que estes estão inseridos, já que aqueles estão imersos num tempo cósmico e, ainda, “o nosso tempo não tem nada a ver com o tempo ‘deles’. O nosso tempo é um tempo linear, começa tal hora e termina tal hora, com tantos minutos, tantos segundos, e assim por diante. O tempo para eles é completamente outra coisa...”. Neste sentido, o autor destaca que

A dimensão do tempo é essencial para decifrar os movimentos sociais. Ela tem implicações metodológicas. É na inversão do tempo ou, ao menos, na redefinição do tempo, que o estudioso dos movimentos sociais se transforma em instrumento de momento do seu objeto, através da experiência de se transformar em experiência do outro. Na verdade, o estudo dos movimentos sociais no campo, e também dos movimentos indígenas, só é eficaz quando se transforma, por meio deles, num estudo sobre a nossa própria sociedade e sobre nós mesmos. “Nós” que abrange a diversidade constituída por “eles” (MARTINS, 1993, p.40).

Para Elias (1998, p.31), nas sociedades diferenciadas o tempo²⁴ assume um caráter multifuncional, ao qual correspondem à extensão e à diversidade de seus usos. Apreendido como símbolo de origem humana, o tempo é um instrumento necessário à tarefa de se captar e entender, de forma mais aprofundada, as mudanças perceptíveis situadas no tempo e no espaço desta dissertação²⁵.

Por sua vez, a experiência do tempo imbrica processos físicos e sociais em sua composição, variando de acordo com as necessidades e os estágios de desenvolvimento das diferentes sociedades – sendo tanto um meio coercitivo quanto um mecanismo de orientação das atividades humanas em distintos espaços. Assim como os meios de transporte ou os instrumentos de trabalho, “o tempo é algo que se desenvolveu em relação

²³ Neste sentido, o que turismo provoca ou provocou em Ibitipoca se refletirá para sempre, mesmo que eventualmente o turismo venha a ser, um dia, extinto de nossa civilização.

²⁴ O conceito de tempo, para Norbert Elias (1998, p.11), “não remete nem ao ‘decalque’ conceitual de um fluxo objetivamente existente nem a uma forma de experiência comum à totalidade dos homens, e anterior a qualquer contato com o mundo. O tempo não se deixa guardar comodamente numa dessas gavetas conceituais onde ainda hoje se classificam, com toda a naturalidade, objetos desse tipo”.

²⁵ “Existe uma grande luta, ora visível, ora invisível, em torno do tempo, bem como em torno do espaço social, para saber como utiliza-los, isto é, como empregá-los. Tem-se em vista também a produção eventual de um tempo e de um espaço diferentes” (LEFEBVRE, 1982, p.136).

a determinadas intenções e tarefas específicas dos homens” (ELIAS, op.cit., p.15). Dessa forma, a regulação social do tempo se apresenta como traço de um processo civilizador.

Na perspectiva de George Marcus (1991), é preciso ligar o espaço localizado em que são produzidas as observações etnográficas ao curso da história, ao seu tempo histórico e a seus movimentos; explicar os fenômenos sociais a partir de suas origens; problematizar o seu tempo, entender a memória do espaço como um processo social e representá-la textualmente; captar o seu passado que se faz presente na confluência dos tempos históricos.

A experiência do tempo e seus enigmas representam assim um desafio à sustentação teórico-metodológica desta pesquisa e à análise do ente empírico Ibitipoca, uma vez que nosso objeto de estudo não é a-histórico. A análise de um espaço e de uma cultura rural em transformação suscita a problematização do tempo de reprodução da unidade familiar de produção, isto é, uma ótica que se desdobre ao longo das gerações que em algum momento coexistiram num dado lugar – camponeses que nasceram no campo, conviveram juntos, trabalharam juntos, envelheceram e subsistiram na mesma porção territorial em que nasceram – mas que, por uma combinação de fatores, num dado momento histórico se viram num contexto de transformações estruturais.

Pretende-se partir de uma **análise sincrônica** (antes do turismo e após sua gênese) e, sob a perspectiva processual, contextualizá-la em **termos diacrônicos**, já que os arranjos atuais resultam de movimentos que ocorreram no passado e que, apesar de não os vermos mais, estão atuando sobre o fragmento da realidade que tomamos em separado para estudar. Na perspectiva sincrônica, conforme lembra Le Goff (2003, p.13), há a oposição – e a distinção – entre passado e presente como uma construção social essencial à aquisição da consciência do tempo – sendo que o passado é atingido no e a partir do presente, esclarecendo-o. Por sua vez, a *dialética da história* se dá numa oposição – ou num diálogo – entre passado e presente, acrescentando-lhe uma outra dimensão, o futuro:

A realidade da percepção e divisão do tempo em função de um antes e um depois não se limita, em nível individual ou coletivo, à oposição presente/passado: devemos acrescentar-lhe uma terceira dimensão, o futuro. Santo Agostinho exprimiu, com profundidade, o sistema das três visões temporais ao dizer que só vivemos no presente, mas que este presente tem várias dimensões, ‘o presente das coisas passadas, o presente das coisas presentes, o presente das coisas futuras’ (LE GOFF, 2003, p.209).

A noção de tempo sincronizado (recorte temporal específico adotado nesta pesquisa) auxilia a determinar, de acordo com o ‘antes’ e o ‘depois’, o sentido das

transformações estudadas. Tal institucionalização do tempo serve aos propósitos deste trabalho, já que a gênese do turismo em Ibitipoca é um elemento de periodização, um ponto de ruptura que se projeta enquanto recorte criado pela pesquisa; um contraponto à concepção linear do tempo, mas que é útil à tarefa de se determinar posições sucessivas no interior de um processo *continuum*, diacrônico – esboçando o ‘antes’ e o ‘depois’ pelos olhos do ‘agora’ – relacionando, pois, figurações correlatas em maior ou menor escala.

Num contexto em que o capitalismo mundial se apropria das desigualdades do desenvolvimento para se reproduzir, Martins (1981) anuncia que tal mecanismo produz igualmente a relação desigual entre cidade e campo – sendo o ‘atraso’ tão ‘moderno’ quanto o próprio moderno, elementos lógicos que constituem uma mesma unidade. Em raciocínio análogo, David Harvey (2005) observa que a desigualdade do desenvolvimento é inerente ao modo de produção capitalista, sendo que este desenvolvimento é *combinado e desigual* – combinado porque não contradiz a lógica de reprodução do capital. O aparente “atraso” da agricultura camponesa praticada em Ibitipoca, por exemplo, pode ser funcional ao capitalismo, uma vez que resguarda territórios para onde ele poderá se expandir no futuro e se valorizar.

Não obstante, Florestan Fernandes (1979) observa que no mundo contemporâneo a permanência de estruturas ‘arcaicas’ é uma forma de “modernização periférica”, em que o ‘atraso’ também compõe e produz o ‘moderno’ enquanto elementos de um mesmo movimento processual. O autor então propõe que a sincronização da análise dos fenômenos sociais e sua posterior diacronização favorecem uma melhor observação da transformação de elementos do meio social pelo homem, suas variadas condições, processos e efeitos atuantes na cena social.

A análise sincrônica revela qual é a natureza, a variedade e as funções dos mecanismos de consciência social e das técnicas sociais de controle na sociedade de classes. Cabe à análise diacrônica evidenciar quais são as influências dinâmicas mais profundas e persistentes dos referidos elementos na preservação e na alteração do padrão de equilíbrio dessa sociedade. Em uma ordem social na qual a distribuição desigual da renda, do poder e do prestígio é regulada por fatores estruturais e organizatórios, aqueles mecanismos e aquelas técnicas acabariam operando, fatalmente, como ‘fermentos sociais’ (FERNANDES, 1979, p.332).

O objetivo da análise diacrônica, no caso, é diagnosticar a eventual mobilidade intergeracional dos atores sociais estudados, focando projetos individuais e coletivos de ascensão ou declínio socioeconômico e as vivências culturais nas últimas décadas, frente à chegada de novos atores sociais ao lugar e à reestruturação da esfera produtiva.

Mas um dos propósitos desta pesquisa não seria periodizar uma narrativa histórica? Não necessariamente. Conforme propõe Elias (2006), o tempo social, assim como o tempo desta pesquisa, é concebido como um *continuum* diacrônico, onde movimentos contraditórios circunscrevem o passado, o presente e o futuro. Os processos sociais não acontecem à revelia da história, tampouco se isolam em recortes temporais específicos, sendo que a Teoria Processual abrange o passado, o presente e um futuro possível – tendo em vista que os fenômenos sociais não somente intervêm como transformam culturas, espaços, sociedades. A partir das “evidências” empíricas do passado e do presente ao longo de 3 gerações, a condução metodológica deste trabalho.

Como exemplo, podemos dizer que o eixo sul/sudeste da atual Serra de Ibitipoca é um espaço turístico por eminência, mas não o é em sua essência. Consiste na produção conjunta de demandas sociais ao longo do tempo, um espaço produzido e apropriado por uma sucessão de gerações passadas, presentes e futuras. É possível que se apresente a nós, hoje, enquanto espaço eminentemente turístico, pelas imagens do presente, o presente histórico. Mas antes se configurava enquanto espaço agrário. Num passado colonial, contudo, fora funcional à mineração do ouro. O fragmento de sua funcionalidade atual, assim, se curva aos movimentos da sua própria história. Pode até ser funcional ao turismo agora e então; mas não significa que assim o será além e depois.

1.3 –INTERFACES ESPAÇO-TEMPORAIS ENTRE AGRICULTURA E TURISMO

Turismo e agricultura não são esferas produtivas hermeticamente fechadas; temporalidades difusas e complementares lhes permeiam. Contudo, reconhecer os aspectos temporais que envolvem tais fenômenos requer o exercício de olhar além da cronometria que atravessa o cotidiano urbano-industrial. O relógio de pulso, tal qual o concebemos, pode não significar muita coisa para quem não toma ônibus ou metrô diariamente, para quem não depende de ponto eletrônico no trabalho, para quem carece de energia elétrica em casa e cujo tempo ainda não é ditado pela programação da televisão. No universo camponês, em certo sentido, o tempo é outro²⁶. Se quisermos captar essa temporalidade, será preciso olhar para os sinais que o céu, as árvores ou os bichos emitem. Da mesma forma, olhemos para a ânsia dos turistas a contemplar, no parque, os sinais da natureza. Os

²⁶ O pesquisador desatento, aliás, na ânsia de concluir a tempo uma entrevista para não ter que retornar à noite pela estrada, perguntou ao camponês que horas eram. Eis a resposta que recebeu: – *Não tenho relógio não, moço. Nunca precisei de um.*

turistas estão a observar árvores, nuvens e bichos. Mas nem sempre percebem o tempo que eles sinalizam. Ao contrário, buscam nesses elementos a fuga da agitação da metrópole, portanto fogem de um cotidiano acelerado e anseiam por uma outra temporalidade, a qual não deve lembrar em nada o “caos urbano” de onde saíram. Mas só saíram de lá às custas do tempo. Qual tempo? O tempo de trabalho, que por sua vez gerou o tempo de não-trabalho preenchido com as férias remuneradas que eles foram desfrutar em Ibitipoca.

A experiência turística na Serra de Ibitipoca, assim, pressupõe uma dialética do tempo, já que o tempo de trabalho de uma parcela da população rural local passa a ser ditado pelo tempo de não-trabalho das populações urbanas que visitam tal espaço. Não obstante, a inserção de atividades não-agrícolas no lugar suscita a submissão da estrutura ocupacional local a horários cada vez mais “exatos”, cronometrados, em oposição ao “tempo da agricultura” e seu expoente campesino.

O camponês é um sujeito histórico dependente dos sinais espaço-temporais de seu meio; desde cedo aprende a interpretar os códigos que definem o tempo da terra em que trabalha. O tempo camponês está atrelado a um modo de vida permeado por uma maior interdependência da repetição de seqüências ditadas por fenômenos naturais – estações do ano, período chuvosos ou secos; frios ou quentes; tempo de plantio e tempo de colheita; percepção da influência das fases da lua na caça, pesca e afazeres do cotidiano rural; períodos de maior ou menor incidência de cio nos rebanhos eqüinos e bovinos; épocas mais ou menos propensas à reprodução ou abate dos pequenos animais domésticos; momentos do dia mais propícios à poda das árvores, à ordenha ou ao curandeirismo de doenças. Para o camponês, o tempo cíclico é, pois, uma de suas formas elementares de apreensão do mundo.

Segundo Diegues (2002), a vida de muitas comunidades de pequenos agricultores está vinculada à representação simbólica do tempo cíclico, a partir da qual configuram-se complexos calendários agrícolas – já que tudo no cosmo está atrelado aos ciclos naturais da própria vida, incluindo nascimento, morte, renascimento. Assim, na simbologia do tempo camponês:

Há o tempo para fazer a coivara, preparar a terra, semear, capinar e colher [...]. Uma vez terminado esse ciclo, ele recomeçará no período seguinte. Em muitas dessas comunidades, essas atividades são comandadas por sinais, como o aparecimento de uma lua determinada, da chuva, etc. Esses “tempos” são muitas vezes celebrados por festividades que marcam o início ou o fim de determinada safra – a colheita, por exemplo (DIEGUES, 2002, p.56-7).

No mundo rural, a sucessão irreversível dos anos traduz-se em representações simbólicas cíclicas, onde os acontecimentos naturais e sociais orientam as ações humanas no fluxo contínuo de um devir que não se repete, apesar de permeado por fenômenos recorrentes – estações do ano, fases da lua, piracemas, estiagens, florescências, etc. Eliade (1991), aliás, considera o *ano* uma criação das sociedades agrícolas – cuja concepção provém da estrutura lunar, já que as fases da lua e os fenômenos a ela correlacionados expressam periodicidades que permitiram às sociedades agrícolas medir o tempo²⁷.

O *habitus*²⁸ camponês é, pois, um modo peculiar de existir no tempo histórico, cujas construções simbólicas independem de horários regulados mecanicamente ou de mecanismos de produção em série. A *campesinidade* traz em si uma temporalidade aprisionada em sua própria manifestação; signos cíclicos conjugados num modo de vida. O ritmo das águas, do solo, dos animais e das plantas orienta as estratégias de (re)produção do homem rural, donde códigos *culturalmente naturais* – ou seja, um conjunto de indicadores espaço-temporais – revelam ao camponês os “sinais do tempo” e se apresentam como marcadores rituais dos períodos de vida²⁹ e trabalho.

Neste sentido, Brandão (1999, p.90) destaca a necessidade de se compreender a diversidade que permeia o tempo camponês, já que suas manifestações se apresentam a partir de variados indicadores, incluindo “o sentimento do tempo vivido como imaginário, conhecimento, preceito e gramática da vida individual e coletiva”. Têm-se, assim, os indicadores de natureza cósmica; os do ambiente imediato, mais próximo do camponês; os do efeito de seu trabalho incorporando a natureza à sociedade; os das relações entre os ciclos do mundo natural e as repetições cíclicas/anuais das atividades domésticas no espaço peridomiciliar³⁰; os códigos do calendário de festas dos grupos sociais e seus significados identitários, etc.

²⁷ Mircea Eliade (op.cit., p.69) observa ainda que na medida lunar do tempo têm-se a representação simbólica dos ciclos da vida – nascimento, morte, renascimento: “os ritmos lunares sempre marcam uma ‘criação’ (a lua nova) seguida de um crescimento (lua cheia) e de uma morte (as três noites sem lua)”.

²⁸ No âmbito conceitual, a noção de *habitus* é aqui referenciada nos termos de Pierre Bourdieu (1990).

²⁹ Carlos Rodrigues Brandão (1999, p.84), por sua vez, traz algumas considerações sobre a importância do tempo cíclico para os grupos camponeses das encostas da Serra da Mantiqueira situados nas divisas entre Minas e São Paulo: “Aqui valem de pouca coisa as ‘folhinhas’ e as previsões do tempo dadas pela televisão. Verdade que a cada dia elas invadem mais e se inscrevem neste cenário montanhoso de matas e rios, de bichos criados e soltos, de plantas naturais, de lavouras perenes (que o censo do IBGE chamará de ‘permanente’) e, mais do que tudo, de lavouras temporárias com os seus ciclos próximos ou desiguais, elas sim e tudo o que muda à sua volta com influência importante sobre elas, os verdadeiros marcadores do tempo, aqui”.

³⁰ Entende-se por espaço peridomiciliar a área circundante à residência camponesa, a qual compreende a horta, o pomar e o quintal, entre outros.

Por sua vez, Margarida Moura (1986) destaca as representações e práticas sociais do modo de vida camponês, sublinhando as formas culturais próprias de sua organização econômica, e ainda, apontando o campesinato como base indispensável à reprodução social dos primeiros núcleos urbanos. A partir das condições físicas de seu meio (solo, chuvas, relevo, etc.) e a subsequente transformação da terra e de sua força de trabalho em mercadoria, tem-se o papel do camponês em movimentar economias e sociedades que o subjagam; o cultivador que trabalha a terra e dela extrai o seu sustento e alimenta outros com o excedente de sua produção. Não por acaso a palavra *lavrador* – comumente utilizada pelos atores sociais de Ibitipoca ao se auto-identificarem profissionalmente – advém do termo latino *labor*, o qual não apenas significa trabalho, incorporando ainda o sentido e a conotação de dor, cansaço, fadiga, simbolizando o tempo de trabalho do homem a transformar a terra e a si próprio; a luta diária do *lavra-dor* em interagir com as adversidades espaço-temporais do meio em que vive. Não obstante, Moura (1986) destaca ainda que Chayanov (1974) utilizara a palavra russa *tyagostnost* para traduzir o sofrimento do trabalho do camponês e seu respectivo esforço despendido ao trabalhar a terra e dela retirar as bases de sua existência. Seu envolvimento direto com os elementos da natureza conotam uma multiplicidade simbólica de “sentidos e sinais simbólicos, para quem observa o mistério da terra, da água e do ar” (MOURA, op.cit., p.22), ritos e mitos que circundam o seu modo de vida e sua interação com o tempo e o espaço envolvente:

... o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. A céu aberto, é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinada tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convencionamos chamar de *ciência* (MOURA, 1986, p.9).

Bosi (1992, p.11) salienta que, assim como o tempo camponês, o tempo da cultura popular também é cíclico-sazonal³¹, fundamentando-se no retorno a situações da memória grupal: “Tempo sazonal, tempo do lavrador, marcado pelas águas e pela seca. Tempo lunar: tempo das marés, tempo menstrual. Tempo do ciclo agrário, da sementeira à ceifa, com a pausa necessária ao repouso da terra. Tempo do ciclo animal [...]”. Como oposição básica ao tempo cíclico, tem-se a aceleração do tempo a partir de ritmos seriados a ditar o tempo de trabalho em série.

³¹ “O tempo da cultura popular é cíclico. Assim é vivido em áreas rurais mais antigas, em pequenas cidades marginais e em algumas zonas pobres, mas socialmente estáveis, de cidades maiores. O seu fundamento é o retorno de situações e atos que a memória grupal reforça atribuindo-lhes valor” (BOSI, 1992, p.11).

Por sua vez, o turismo em Ibitipoca traduz a relação dialética entre *ciclo* e *série* a partir da experimentação de ritmos diferenciados de tempo, já que, assim como o tempo cíclico-sazonal do universo camponês, o tempo do turismo é permeado pela sazonalidade da demanda – uma vez que a mesma se distribui irregularmente no tempo, concentrando o fluxo de turistas em determinadas épocas do ano. A marcação do tempo, na agricultura, advém do ciclo das lavouras temporárias, das invernações do gado, da rebrota das pastagens. A marcação do tempo, no turismo, se atrela diretamente ao calendário urbano-industrial, ao tempo de não-trabalho do turista, à incidência de feriados prolongados e ao ritmo da esfera produtiva nas grandes metrópoles.

Para o camponês, contudo, um feriado nacional pode não significar muita coisa. Suas tarefas diárias nem sempre são diretamente afetadas pelo calendário nacional, salvo, quando se trata de um dia santo que envolva algum ritual ou crença do catolicismo popular. Mas o próprio calendário litúrgico pode sofrer alterações³² para se adequar ao ritmo cíclico que permeia o universo camponês. Eis um exemplo constatado: No calendário católico convencional, o dia de Santa Cruz é celebrado no mês de agosto. Em Ibitipoca, contudo, a data foi realocada para maio, coincidindo assim com a época da florescência da macela, a qual era coletada pela população rural nos campos de altitude da Serra – local onde o Terço de Santa Cruz é rezado³³. Maio é também o mês que marcava o fim do período de invernação do gado nas pastagens extensivas das terras devolutas da Serra, quando os sítiantes da região recolhiam o gado de volta às suas respectivas propriedades rurais.

Ao camponês de Ibitipoca, de pouco importa, por exemplo, o dia mundial do trabalho, 1º de maio. Via de regra, esse agricultor desconhece catraca/ponto eletrônico ou quota de produtividade diária. Ele é seu próprio patrão e determina o seu tempo de trabalho na terra. O 1º de maio, para o camponês de Ibitipoca, é um dia como outro qualquer, em que é preciso alimentar os animais, aguar as plantas, apanhar lenha, consertar cercas ou pastorear o rebanho³⁴. O leite no úbere das vacas não pode esperar o feriado passar, sob a pena de prejuízos. Ao contrário do tempo de não-trabalho dos turistas, o cotidiano

³² “As regularidades da natureza e as regularidades da religião combinam-se em função do trabalho rural, da atividade humana sobre a natureza. Cada passo do primeiro ciclo é referido aos momentos do segundo, em explicando o outro” (MARTINS, 1974, p.28).

³³ Como veremos no capítulo 5, em 1973 toda essa área foi transformada em Parque Estadual; os usos tradicionais que a população local tinha desses campos de altitude foram proibidos pelo Estado.

³⁴ Entre 24 de abril e 06 de maio de 2007, efetuamos trabalhos de campo em Ibitipoca, quando foram produzidas tais observações. Ao camponês de Ibitipoca, o *dia mundial do trabalho* (1º de maio) pouco altera sua rotina de trabalho, ao passo que, dois dias seguintes a esta data – 03 de maio, quando é celebrado o terço de Santa Cruz, na Serra – suas atividades são parcialmente paralisadas em respeito ao dia santo.

camponês, assim, é relativamente independente do calendário convencional de uma metrópole ocidental, ou ainda, mais especificamente, do país:

Se uma data nacional, como a Independência ou a Proclamação da República, chega ao conhecimento do camponês, não lhe altera a substância simbólica do tempo, como ocorre num dia de festejos de um santo padroeiro. A festa deste é forte o suficiente para gerar a parada do trabalho, enfim, a alteração do cotidiano nas áreas rurais, mesmo que não esteja prevista no calendário nacional (MOURA, 1986, p.22).

Tais constatações revelam não apenas o quão significativo é a religião para a cultura camponesa, bem como reforçam a crença do homem rural nos “poderes sagrados” da natureza e sua respectiva devoção a elementos marcantes da paisagem natural – tal qual o Paredão de Santo Antônio, o Morro do Cruzeiro e o Pico do Pião, em Ibitipoca.

Pritchard, citado por Leff (2000, p.118), pontua que “o tempo está estruturado ao redor de eventos sociais e econômicos significativos”, sendo que os sistemas temporais das diferentes culturas estão atrelados às cosmologias das mesmas. Por conseguinte, a diversificação e adaptação das estratégias de reprodução social em determinadas populações humanas ditas *tradicionais* articulam a otimização do uso de sua força de trabalho, ajustando-a às condições ecológicas regionais. Tal processo de *transformação cultural da natureza* denota, assim, formas complementares de manejo dos recursos disponíveis.

Na contemporaneidade, contudo, o sistema econômico mundial estaria imprimindo novas temporalidades às práticas de uso dos recursos naturais, acelerando o ritmo de transformação da natureza pelo homem. Como contraponto a tais acelerações, tem-se a organização social produtiva do camponês, a qual pressupõe a assimilação cultural dos processos ecossistêmicos do ambiente envolvente – o que Leff (op.cit., p.97) denomina de “racionalidade da produção rural e das economias de auto-subsistência” –, a qual integra valores culturais específicos, indissociáveis, pois, de seus fatores ecológicos.

Teodor Shanin (1980, p.48) assinala que “o ritmo de vida da aldeia e do grupo doméstico camponês reflete, nitidamente, os principais ciclos ‘naturais’, ou seja, o ano agrícola” – ou seja, uma percepção circular do tempo. De acordo com Jaguaribe (2003, p.156), assim como a órbita dos astros, o tempo cósmico é permeado por elementos de circularidade, representando a continuidade da ordem cósmica sobre a terra e o eterno retorno de fenômenos e marcos cíclicos. Uma vez submetidos à ordem da circularidade, tempo e espaço são *dimensões primárias irredutíveis*.

1.3.1 – IMAGENS DO TEMPO



Fig.2: Relógio Equinocial situado nas dependências do Parque Estadual do Ibitipoca. Construído sobre uma Rosa dos Ventos, seu tempo cósmico é marcado por fatores naturais, como as estações do ano, a inclinação da Terra e os ângulos de incidência dos raios solares sobre o seu ponteiro. Tal mecanismo de medição do tempo possui estatuto de antiguidade, sendo proveniente das mais remotas civilizações. O relógio equinocial metaforiza, aqui, a memória do espaço como um processo social representado imagetivamente, captando a confluência dos tempos históricos que permeiam os fenômenos observados na Serra de Ibitipoca. Foto: Bruno Bedim, março/2007.

Fig.3: Viagens no tempo. Um grupo de turistas observa a sombra projetada pelo ponteiro do relógio equinocial numa manhã de outono. Em Ibitipoca, esse instrumento de medição do tempo capta o tempo cíclico e o informa, em termos seriados, aos visitantes do parque, os quais estão em gozo de seu tempo de não-trabalho e, dialeticamente, determinam o tempo de trabalho da população rural local que lhes presta serviços diversos. O turismo, assim, altera o uso e o sentido do tempo camponês à medida que as inovações nos mecanismos de comunicação e transporte reduziram as distâncias globais, sob signos de modernidade a imprimir velocidade ao tempo. Foto: Bruno Bedim, maio/2007.



Fig.4: Roçado de feijão-da-seca plantado sob a técnica milenar da coivara, no mês de fevereiro, durante a lua crescente, e dias antes do início da quaresma. Diretamente ligado ao tempo cíclico, o seu plantio se dá entre fevereiro e março – aproveitando-se as últimas chuvas do verão –, para ser colhido em junho ou julho e, assim, abastecer a família camponesa nos períodos de seca. Foto: Bruno Bedim/abril 2007. Entorno sul do Parque.



Tais ritmos diferenciados da experiência do tempo estão atrelados às relações sociais de produção, mesmo que se tratem de esferas produtivas engendradas pelo uso do tempo de não-trabalho, tal qual é o tempo apropriado pelo lazer e o turismo na contemporaneidade.

Para Chayanov (1974), é o camponês quem determina por si mesmo a intensidade e o tempo de seu trabalho, sendo que as relações sociais de produção local influenciam a sua produtividade e a sua remuneração, e que a exploração da unidade familiar de produção está diretamente vinculada ao tipo de atividade e cultivo realizados, e ao tempo-espaço em que ela se insere. Nesta perspectiva, a parte do tempo de trabalho que o camponês dispõe nas atividades de manutenção de sua unidade de produção é essencial no processo de compreensão da diferenciação demográfica da unidade econômica camponesa (a correlação entre o tamanho da área que se dispõe para trabalhar e o tamanho da família).

Uma interpretação possível do “tempo camponês” permite-nos deduzir que tais pressupostos estão vinculados ao reaparecimento regular de certos modelos seqüenciais, como os ciclos das estações do ano, em que representações simbólicas são menos dependentes do tempo do relógio e onde os acontecimentos do cotidiano rural servem como quadro de referência – diferindo, pois, dos quadros temporais urbano-industriais dos turistas.

Karl Marx, por sua vez, destaca a diferenciação entre ‘tempo de trabalho’ e ‘tempo de produção’, bem como a desigualdade existente entre os períodos de trabalho de acordo com os diferentes setores produtivos. Neste sentido, Raymond Aron (2003, p.342) pondera que, na agricultura, as diferenças entre o ‘período de trabalho’ e o ‘período de produção’ são facilmente identificáveis, uma vez que o tempo dedicado à produção se dá a partir de uma conjugação entre fatores naturais e o tempo despendido no trabalho:

É preciso um certo período de trabalho para adequar o solo a produzir colheitas. Uma vez terminado esse período de trabalho, é preciso, como dizia Bergson, esperar. Esperar a primavera seguinte e a colheita. Se são florestas que se plantam, por exemplo, e se há necessidade de lenha, constata-se que o período de trabalho não equivale ao tempo de produção [...]. Além do tempo necessário para o trabalho, há uma duração ou um tempo necessário ao desenvolvimento do esforço exercido pelo trabalho humano. O tempo de produção não está simplesmente em função do período de trabalho, mas também de circunstâncias naturais (ARON, op.cit., p.342).

Dessa forma, Aron estabelece um paralelo entre o ciclo de (re)produção e circulação do capital e as fases de produção e circulação experimentadas na agricultura. Ao agricultor, é preciso saber o tempo exato de semear e colher; é necessário colocar a semente na terra e criar condições técnicas favoráveis ao desenvolvimento da lavoura, mas o agricultor não trabalha durante todo o tempo de produção; o ciclo de crescimento das espécies vegetais plantadas e sua reprodução biológica como um todo escapam ao seu **trabalho na terra**. Contudo, o **trabalho da terra** é permanente, já que o solo agricultável

em si e suas circunstâncias ‘naturais’ é que processam a transformação das sementes em grãos, frutos ou tubérculos, entre outros. Ao final desse processo (culturalmente biológico?), contudo, o agricultor se apropria da colheita e a oferece no mercado. Diante disso, tem-se uma representação possível da produção agrícola no mundo da mercadoria e suas interfaces:

- i) A engrenagem humana que faz a natureza produzir alimentos se apresenta como metáfora reveladora da distinção entre o tempo de trabalho e o tempo de produção, já que o trabalho do agricultor é descontínuo no processo produtivo, a passo que a terra, *mutatis mutandis*, processa a transformação das sementes em gêneros alimentares;
- ii) Neste processo, há a subsequente transferência de valor para a terra, um valor que é em seguida transformado em mercadoria quando as colheitas são oferecidas no mercado, sendo que as condições técnicas de produção agrícola induzem a modificações na composição orgânica do capital;
- iii) Tem-se, pois, uma sincronicidade diacrônica do trabalho agrícola face aos pressupostos marxistas da auto-reprodução do modo de produção capitalista. Ou seja, a reprodução social da vida humana se dá a partir de uma vida contínua, linear, garantindo uma subsistência permanente apesar de fracionada pelo tempo, já que é a partir de tempos descontínuos de trabalho na agricultura que os seres humanos produzem alimentos e se sustentam ao longo das eras.

Nesta perspectiva, a metáfora da agricultura no reino da mercadoria se dá pela disparidade entre o tempo de trabalho e o da produção, trazendo em si a transformação da matéria pelo trabalho do homem, e, na seqüência, as metamorfoses do próprio capital personificado na mercadoria. Tal processo é assim interpretado por Aron:

O ciclo econômico descrito por Marx é ao mesmo tempo comparável ao ciclo das estações que determina o ciclo de produção e de reprodução da agricultura. É comparável ao ciclo da atividade humana. Fica claro que a teoria da circulação ou da auto-reprodução tem sua primeira imagem no trabalho da terra. Primeiro, a preparação da terra, ou, para empregar a linguagem dos fisiocratas, os “investimentos primitivos”, em seguida vêm os “investimentos anuais” que devem ser recuperados no fim de um ano, pois permitiram as colheitas do ano

transcorrido. É preciso que, no final do ano transcorrido, se recupere o equivalente desses investimentos anuais para ter a colheita do ano seguinte. Mas esse trabalho da terra é descontínuo e, simultaneamente, o sustento dos trabalhadores é permanente. Daí a idéia, apresentada outro dia, segundo a qual o tempo de produção não se confunde com o tempo de trabalho. Essa disparidade entre tempo de produção e tempo de trabalho aparece com clareza no trabalho da terra. O agricultor não trabalha permanentemente todo o tempo de produção, que transcorre entre o semear e o colher. O trabalho é descontínuo, apesar de a terra de maneira contínua provocar a transformação das sementes em trigo (ARON, op.cit., p.613).

Assim como a ‘lógica do tempo’ na agricultura, o turismo se (re)produz a partir da disparidade entre o tempo de trabalho e o de produção. O tempo livre a ser gozado pelo turista e personificado nas férias remuneradas, só pôde existir enquanto tal a partir do tempo de trabalho e seus movimentos ao longo da história. Ao turista, enquanto indivíduo em uso de seu tempo livre, são permitidas sensações que o mundo das obrigações não aceita, por isso sua importância no processo civilizador.

Como veremos no item seguinte, o turismo é um fenômeno social moderno nascido das contradições da maquinaria produtiva da própria modernidade – incorporando inúmeras interfaces capitalistas e seus respectivos mecanismos de acumulação e (re)produção de desigualdades.

A complexidade do fenômeno turístico congrega múltiplos atores sociais, conteúdos e funções. Ao captar variadas configurações que o constituem, o turismo incorpora dimensões espaciais, econômicas, socioculturais e ambientais, com ênfase na produção de serviços e relações sociais; possibilita encontros e desencontros entre indivíduos e grupos; uma forma *sui generis* de deslocamento do homem no espaço; ícone da modernidade em movimento; expressão da cultura viva que se movimenta por territórios; a interação móvel entre lugares, etnias, indivíduos e agrupamentos sociais. Abrange uma multiplicidade de setores da economia, mas não se restringe a ela.

El turismo es un fenómeno social que consiste en el desplazamiento voluntario y temporal de individuos o grupos de personas que, fundamentalmente por motivos de recreación, descanso, cultura o salud, se trasladan de su lugar de residencia habitual a otro, en el que no ejercen ninguna actividad lucrativa ni remunerada, generando múltiples interrelaciones de importancia social, económica y cultural (LA TORRE, 1980, p.19).

Não obstante, Moesch (2003, p.27) concebe o turismo como elemento a intervir, em termos potenciais, nos valores culturais e comportamentos humanos. No seu entendimento, o lazer e o turismo são conteúdos de uma mesma questão, já que ambos “são práticas sociais surgidas no sistema capitalista, assim, o imaginários dos sujeitos que os praticam

processa-se num tempo de lazer e turismo alienado, representação de uma lógica social de consumo”. Moesch (2000, p.39) destaca ainda que o tempo e o espaço são categorias essenciais aos estudos turísticos, sendo que “o espaço é tempo cristalizado”, do qual o turismo se apropria³⁵.

No mundo moderno, as relações entre desenvolvimento das forças produtivas e processos de produção engendram novos mecanismos de se efetivar a acumulação, os quais se vinculam, cada vez mais, à *produção do espaço-produção* (CARLOS, 1999, p.178). Diante de tais artifícios, atribui-se valor de uso a novos lugares, à medida que a extensão do capitalismo suscita novas contradições do espaço a partir do processo de reprodução da própria sociedade (ibid.). Por conseguinte, assiste-se à *fragmentação do espaço no contexto de sua globalização*; à emergência dos espaços-mercadoria, cuja essência está envolta por simulacros, à medida que o seu valor de uso sucumbe aos termos da troca³⁶. Nesta perspectiva, o espaço funcional ao turismo pode ser entendido como uma “nova raridade”, cuja produção e apropriação social estão atreladas a fenômenos trans-escalares pois imersos nas esferas mais amplas da sociedade.

Em termos simbólicos, a sucessão dos dias, meses e anos do calendário se apresenta como uma seqüência irreversível dos acontecimentos naturais e sociais dentro de um devir que não se repete (ELIAS, 1998). Por conseguinte, as transformações das sociedades humanas se inserem numa série evolutiva contínua, sendo que o universo em que os homens vivem e do qual eles são parte se modifica incessantemente, em movimentos dinâmicos. A conjugação entre espaço e tempo, assim, se dá a partir de variados processos.

Já a dimensão histórica ou temporal do espaço, para Milton Santos (1985, p.22), é essencial à análise dos fenômenos espaciais, sendo que as configurações atuais dependem de influências opostas de movimentos espaço-temporais, à medida que elementos de diferentes períodos coexistem num “mosaico de diferentes eras”. Neste sentido, o *processo* é uma propriedade fundamental do espaço, apresentando-se enquanto um conjunto de ações que se articulam no curso do tempo:

³⁵ “... o fenômeno turístico constitui-se de espaço e de tempo, como práticas sociais, os quais se reconstruem a partir de determinações econômicas e tecnológicas” (MOESCH, 2000, p.47).

³⁶ “...o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reprodutível. No contexto em que novas áreas adquirem valor de uso, o processo de apropriação passa a ser determinado pelas leis do mercado, isto é, definido pela sua trocabilidade. Nesse caso, as parcelas do espaço, sob a forma de mercadoria, se encadeiam ao longo dos circuitos da troca – a partir de uma estratégia e de uma lógica” (CARLOS, 1999, p.179).

Ao longo do tempo, deve-se acrescentar a idéia de processo, agindo e reagindo sobre os conteúdos desse espaço. A dimensão do tempo histórico, quando variados fatores têm uma maior ou menor duração ou efeito sobre a área considerada, proporciona uma compreensão evolutiva da organização espacial [...].O tempo (processo) é uma propriedade fundamental na relação entre forma, função e estrutura, pois é ele que indica o movimento do passado ao presente (SANTOS, 1985, p.51-54, passim).

A produção do espaço, assim, se traduz como processo resultante da ação humana sobre o próprio espaço – e vice-versa –, a partir da articulação de objetos naturais e artificiais conjugados através dos diferentes níveis das forças produtivas. Santos (1988, p.71) acrescenta ainda que o espaço é “o conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários”.

Produzido ao longo do tempo via práxis humana e suas interfaces temporais, o espaço conjuga diversificados elementos necessários à sua produção – a saber, objetos de trabalho. Acrescidos à terra, os instrumentos de trabalho transcendem à condição de prolongamento do homem para, através dos tempos, materializarem-se enquanto extensão da própria terra, como ‘acréscimos à natureza’. Tais transformações são efetivadas na escala do tempo através dos processos socioespaciais.

Os processos sociais de produção do espaço têm no tempo o seu pressuposto fundamental, daí a importância da dimensão histórico-temporal nesta pesquisa, já que busca-se em períodos precedentes ao turismo a explicação para muitos dos fenômenos que compõem o conjunto histórico em questão. Isso, porém, não implica em dizer que os arranjos atuais sejam explicados simplesmente pelas condições do passado, já que um mesmo componente do espaço pode possuir diferentes significados no decurso do tempo.

Segundo Costa (2005, p.29), os processos socioespaciais “cobrem um amplo espectro que tem início com a produção social do espaço no capitalismo, passando pelas formas de sua estruturação funcional e territorial (social) e chegando às formas de intervenção sobre esta estruturação”. A categoria *processo*, para Corrêa (1986), implica tempo e mudança – na dinâmica contínua dos movimentos de transformação e suas contradições internas, resultantes, pois, da estrutura socioeconômica capitalista e suas estratégias de acumulação ao longo dos períodos históricos:

O processo é definido como uma ação que se realiza continuamente, visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança. Os processos acontecem dentro de uma dada estrutura social e econômica e resultam das contradições internas da mesma. Com isto, estamos dizendo que o processo é uma estrutura em seu movimento de transformação (CORRÊA, 1986 p.77).

Neste sentido, “toda mudança no ‘espaço’ é uma mudança no ‘tempo’, e toda mudança no ‘tempo’ é uma mudança no espaço”, muito embora Elias (1998) conceba *tempo* e *espaço* enquanto grandezas distintas – já que o espaço, ao contrário do tempo, pode ser determinado mediante a abstração de seus movimentos e mudanças efetivas, ao passo que o tempo se relaciona a um *continuum* evolutivo que é determinado sem a abstração da dinâmica de seus movimentos e mudanças.

Não obstante, Doctors (2003, p.7) sublinha que o tempo³⁷ traz em si a materialidade do mundo, a qual, na modernidade, teria sido ameaçada pelo rompimento da dualidade entre tempo e espaço, à medida que se conferiu velocidade ao tempo – desmaterializando, pois, o espaço a partir do “esvaziamento da presença física das coisas”. Regida pelas transformações da forma, tem-se a correlação direta entre tempo (passagem) e matéria (espaço). Por sua vez, a forma se traduz, em termos dinâmicos, no resultado da ação do tempo sobre a matéria. O tempo simboliza, pois, interstício, mudança, matéria em movimento³⁸.

O tempo, para Norbert Elias, é entendido, ademais, como “uma representação simbólica global das mudanças posicionais irreversíveis que levam de uma posição anterior a uma posição posterior”, passíveis ou não de repetição. A sucessão dos momentos no fluxo contínuo do devir requer a sua irreversibilidade.

O binômio tempo-espaço, neste sentido, pode situar a produção do espaço da Serra de Ibitipoca no fluxo do devir, já que tanto o tempo quanto o espaço não independem da realidade humana. Segundo Elias (1998), aliás, a determinação do tempo tem funções sociais precisas. E, se o sujeito não se apresenta sozinho diante do mundo, pode-se conceber a produção do espaço enquanto construção das representações sociais humanas no curso do tempo – já que somos, pois, apenas um prolongamento não planejado de sociedades anteriores à nossa. Assim, os fenômenos sociais presentes e futuros só podem ser compreendidos e explicados a partir de remissões às estruturas das sociedades do passado.

³⁷ Vale destacar que, para Santo Agostinho, a subjetividade do tempo requer que o mesmo seja concebido como um estado de espírito.

³⁸ “O mistério do tempo está em sua associação direta com a matéria, na ação de mudança que é capaz de imprimir sobre ela, modificando-a e reordenando as relações espaciais. [...] Regido pela mudança, o tempo constitui a potência do ‘entre’, ele é ‘em passagem’, manifestando-se nos interstícios da matéria, na passagem entre uma forma e outra. O espaço, então, passa a ser visto como matéria informada, e a forma é a percebida como expressão cinemática da ação do tempo sobre a matéria. E a vida, como percepção das potências do tempo, é mudança” (DOCTORS, 2003, p.7).

Sendo assim, tem-se enquanto pressuposto que o turismo na Serra de Ibitipoca:

- i) É um processo de intervenção social que se estende por um dado espaço de forma não-planejada e não-intencional, produzindo-o e transformando-o, a partir de uma sucessão estruturada de mudanças no curso do tempo. Sendo assim, a atividade turística pode até ser planejada, mas os processos sociais derivados dela não o são – escapando, pois, ao controle humano imediato;
- ii) Se afigura na especificidade dos mecanismos históricos e sociais de produção do espaço analisado.

Para os propósitos desta pesquisa, não basta, pois, reconstruir a atmosfera de um outro tempo que se faz presente. Sendo assim, não serão retratados apenas dois fragmentos de Ibitipoca (antes do turismo e a partir de sua gênese), mas sim o padrão de interdependência do “presente” eminentemente “turístico” em relação a um “passado” predominantemente “camponês” que ainda está atuando sobre os espaços, indivíduos e grupos.

O convívio, na Serra de Ibitipoca, de pessoas de variadas origens geográfico-culturais, conferem ao lugar a característica de concentrar num pequeno espaço raízes culturais distintas – um “mosaico” em termos de heterogeneidade social. Tal diversidade contribui para colocar em relevo problemas estruturais e conflitos vividos entre os antigos habitantes “nativos” e os recém-chegados “forasteiros”, a partir de diferentes formas de apropriação do território. Partimos do pressuposto que tais processos revelam não uma tendência unilateral de desintegração de antigas formas sociais, mas a sua recomposição em novas bases, sua reconstrução face às novas condições de vida.

Dessa forma, a possibilidade histórica da existência de “enclaves camponeses” neste espaço é permeada por contradições internas do processo de sua própria transformação, sendo um espaço produzido e transformado por processos de diferenciação, a partir da conjugação entre o tempo de reprodução social da vida humana e o tempo de reprodução do capital – produzindo conseqüências involuntárias a médio prazo e engendrando processos de intervenção em unidades socioespaciais preexistentes.

1.4 – O TURISMO COMO METÁFORA DOS ‘TEMPOS MODERNOS’

*O turismo é a cultura viva a perambular por territórios; a interação móvel entre lugares, indivíduos e grupos sociais; ícone da modernidade em movimento*³⁹.

1.4.1 – VIAGENS NO TEMPO

Enigmáticas, instigantes, “civilizatórias”, as viagens transcendem ao mero deslocamento do homem no espaço para refletir, no curso da história, a intersecção entre costumes, usos, etnias e temporalidades distintas – tanto dos povos visitantes quanto dos visitados. A viagem traz em si o universo das formas simbólicas; capta o espírito da relação socialmente construída entre anfitrião e hóspede, esse (des)encontro de subjetividades a produzir interações dialógicas no plano interacional. O estatuto de antiguidade das viagens se vincula à história dos viajantes a desafiar o tempo e a natureza. Na contemporaneidade, condensa a interface humanizada do fenômeno turístico.

Ao defender a onipresença da viagem no espírito moderno⁴⁰ e sua capacidade em povoar o imaginário dos lugares, Ianni (2000, p.13) lembra que a viagem atravessa a história dos povos, movendo o (des)encontro entre o “outro” e o “eu”; compreende variadas significações, à medida que se destina a ultrapassar, recriar ou dissolver fronteiras. Simultaneamente, “demarca diferenças, singularidades ou alteridades, demarca semelhanças, continuidades, ressonâncias”. Coloca, pois, lado a lado, configurações socioculturais diversas, próximas e distantes, presentes e passadas, distintas formas de sociabilidade⁴¹.

Ao longo do processo histórico ocidental, o homem, pontuadamente, se desloca pelo espaço social – seja pelos lastros milenares da movimentação causada por eventos

³⁹ BEDIM, Bruno P.; PAULA, Heber Eustáquio. “Relatos Visitados”: História Oral e Pesquisa em Turismo e Hospitalidade. Considerações teórico-metodológicas. *Caderno de Turismo*, Rio de Janeiro, v.7, n.1, UFRJ-IVT-Faperj, 2007, p.63-77. Disponível em < <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/> >.

⁴⁰ Compagnon (1996, p.17) pontua que, desde o século V, a palavra *modernus* aparece, em latim vulgar, derivada de modo, “agora mesmo, recentemente, agora” – contudo, ainda não continha a idéia de tempo. *Modernus*, assim, designaria não o que é novo, mas o que é presente, atual, contemporâneo daquele que fala.

⁴¹ “Em cada localidade, cidade, comunidade ou sociedade o imaginário está povoado de viagens presentes, pretéritas ou futuras, envolvendo viajantes, crônicas, relatos, narrativas, documentos, comprovantes, coisas, gentes, signos. Mesmo os que permanecem, que jamais saem do seu lugar, viajam imaginariamente ouvindo histórias, lendo narrativas, vendo coisas, gentes e signos do outro mundo” (IANNI, 2000, p.14)

culturais na antiguidade (como os jogos olímpicos), seja em virtude das condições de subsistência. Na Era Antiga, por exemplo – desde o século VIII a.C. e em todo o mundo helênico – grandes deslocamentos marcaram época ao mobilizar esforços em torno das competições desportivas do Olimpus, a cada quatro anos⁴². Séculos mais tarde, segundo La Torre (1980), Herodoto (484-425- a.C.) teria praticado notáveis viagens por outras motivações, incluindo o desejo de conhecer costumes, modos de vida e organização política de outros povos. Não raras também eram as viagens, ainda na antiguidade, para regiões com instâncias hidrominerais, muitas das quais motivadas por questões de saúde.

Já na Era Cristã, ensejos religiosos movimentaram milhares de peregrinos e romeiros por toda a Europa, ao passo que, no Oriente Médio e na Ásia, grupos de muçulmanos, hindus e budistas – entre outras crenças – formavam multidões de fiéis que se direcionavam para lugares sagrados. Na Idade Média, lendários viajantes⁴³ marcaram época ao lançar o seu espírito de aventura rumo a destinos desconhecidos – produzindo interessantes relatos de viagens que registraram marcos paisagísticos e etnias até então pouco conhecidos. Não obstante, as Cruzadas incorporavam uma modalidade de viagem ao mesmo tempo religiosa e militar, sagrada e profana em sua essência – reafirmando o estatuto de dominação e os subseqüentes fenômenos culturais que abrangem o contato entre as sociedades⁴⁴.

Nesse contexto, irrompe o universo do “maravilhoso” no imaginário ocidental⁴⁵: as terras até então desconhecidas seriam povoadas por seres mitológicos como dragões e serpentes gigantes – criações do Ocidente Medieval (LE GOFF, 1990) que desafiavam o instinto de viajar e se aventurar pelo desconhecido. O espírito da aventura, por sua vez, compunha a atmosfera de um mundo às avessas, em que o *miraculosus*, o *magicus*, o *mirabilis* residiam no além a ser desbravado – cujos desafios transcendiam aos mistérios da natureza ao incorporar a representação e/ou superação de forças sobrenaturais. O fenômeno

⁴² De acordo com La Torre (1980), em virtude dos deslocamentos humanos para os eventos olímpicos, eram comuns as tréguas em guerras e demais conflitos sociais, com o intuito de assegurar o trânsito dos competidores.

⁴³ Entre os viajantes antológicos da Idade Média, destaca-se o veneziano Marco Pólo (1254-1323 d.C.).

⁴⁴ Assim Le Goff (1990, p.19) descreve os elementos que compunham as “maravilhas” do universo pioneiro dos cristãos: “O Cristianismo se expande por mundos que trazem como patrimônio culturas diversas, antigas, ricas e o maravilhoso, mais que outros elementos da cultura e da mentalidade”.

⁴⁵ “O maravilhoso exercia sobre os espíritos uma evidente sedução, que constitui uma das suas funções na cultura e na sociedade” (LE GOFF, 1990, p.20).

do “maravilhoso” se precipita assim como um “contrapeso à banalidade e à regularidade do cotidiano” (ibid., p.24). Aos expedicionários, aos navegantes, aos “cavaleiros da aventura”, o reconhecimento pela incorporação da valentia como a própria maravilha.

Séculos adiante, as Grandes Navegações trouxeram a ruptura espacial entre os continentes, inaugurando, com o mercantilismo global e seus mecanismos colonialistas, novas formas de sociabilidade – e dominação – a constituir a relação entre diferentes povos e regiões do globo. É o contexto do fascínio pelo desconhecido, o paraíso além-mar que vislumbrava a Europa.

Os deslocamentos humanos voluntários⁴⁶ possuem, pois, estatuto de antiguidade, colocando indivíduos e povos em movimento, e ainda, agregando à história humana a ampliação do contato com o *outro* sem necessariamente facilitar a compreensão deste *outro*. Na modernidade, contudo, verifica-se a reprodução de tal fenômeno, agora assumindo novas formas sociais – quer seja, as experiências modernas do turismo e do lazer.

Na Europa do século XVII, há registros de grupos que viajavam para visitar centros culturais⁴⁷. No século seguinte, surge a expressão *grand tour* para designar as viagens que jovens aristocratas realizavam por diferentes países europeus, como ritual integrante de sua formação educacional. A valorização cultural das viagens como privilégio para alguns poucos rapazes das elites européias abrangia ainda alguns roteiros obrigatórios, além de possuir um certo teor cosmopolita⁴⁸.

La práctica turística queda reservada a grupos minoritarios, cuyos individuos disponen del tiempo necesario para viajar y tienen espíritu de aventura, y en la mayoría de los casos disfrutan de recursos económicos elevados [...]. Por la forma en que se practicaba, al turismo solo tenían acceso los individuos de grupos privilegiados (LA TORRE, 1980, p.20).

⁴⁶ Entre as formas de deslocamento do homem no espaço ora elencadas, não abordaremos os movimentos migratórios. Embora importantes, discuti-los aqui ultrapassa os propósitos desta pesquisa. Vale destacar que, conforme Carneiro (2001), há uma distinção clara entre dois tipos de viagem: as forçadas e as voluntárias, sendo que as primeiras se constituem a partir das migrações de massa motivadas por guerras, fomes, exílios ou pressões diversas, ao passo que na segunda modalidade – as viagens voluntárias – se insere o contexto do turismo.

⁴⁷ Segundo La Torre (1980, p.13), tais grupos se destacaram, sobretudo na França, tendo em vista que o Senhor De Saint Morice publicou, em 1672, uma lista em que constavam os “estrangeiros” em viagem por aquele país.

⁴⁸ “En el siglo XVIII ya se empleaba en Inglaterra la frase de origen francés *Faire le grand tour*, para referirse a aquellos jóvenes que, tanto para complementar su educación como por preocupaciones de cultura, organizaban largos recorridos por diferentes países del continente europeo. A tales viajeros se les empezó a denominar “turistas”, término que se utilizó después en Francia para designara toda persona que viajaba por placer o curiosidad, o por motivos culturales” (LA TORRE, 1980, p.13).

Dessa forma, desde sua gênese o turismo confere *status* social àqueles que o praticam; uma *práxis* distintiva e um privilégio de alguns poucos abastados que podiam pagar por ele. Não obstante, Carneiro (2001) pontua que o direito de viajar é muito recente, sendo que, até bem pouco tempo atrás, se restringia quase que a um privilégio exclusivamente masculino. A primeira mulher a atravessar o deserto do Saara, por exemplo – a francesa Isabelle Eberhardt – o fez disfarçada de homem, no início do século XX. O efetivo direito da mulher em ir e vir através das viagens⁴⁹, assim, só seria conquistado ao longo do século XX. Neste sentido, o turismo possui, desde os seus primórdios, um caráter econômica e socialmente excludente.

Mas a expressão efetivamente moderna do turismo viria somente na segunda metade do século XIX, a partir do desenvolvimento dos meios de transporte coletivos movidos a vapor – locomotivas, navios, bondes, etc. – provocando um aumento considerável no número dos viajantes. Vem desse contexto a primeira viagem coletiva organizada com fins lucrativos, em 1841, quando o inglês Thomas Cook mobilizou 570 pessoas a viajar num trem – por ocasião do Congresso Antialcoólico de Leicester – marcando assim a transição das viagens individuais características do *grand tour* para os deslocamentos em grupo.

Além de possibilitar o desenvolvimento de máquinas a vapor, a Revolução Industrial criava, simultaneamente, a compressão tempo-espço⁵⁰ (reduzindo distâncias), o aumento do controle sobre o tempo de trabalho humano e, por conseguinte, a distinção entre este e o tempo de não-trabalho. Germinavam aí os pressupostos temporais que, mais adiante, fundamentariam o turismo de massa a ser protagonizado pela classe operária no século XX.

Os ‘tempos modernos’, assim, estão envoltos pelo encurtamento das distâncias globais a partir do fenômeno da velocidade dos meios de transporte e comunicação. Conforme observa o arquiteto e urbanista francês Paul Virilio (1981, p.162), “a velocidade é a alavanca do mundo moderno”; a velocidade é poder e força política para aqueles que se

⁴⁹ Conforme Leite (1997, p.16), “o número de viajantes mulheres, em relação ao de homens, já é indicativo de um padrão – o espaço para as mulheres, em viagens longas e perigosas, que não existia no início do século XIX, foi conquistado muito lentamente com a modernização dos transportes marítimos, mas conservou-se área predominantemente masculina”.

⁵⁰ Cf. David Harvey (2005).

deslocam pelo espaço num menor período de tempo⁵¹. A modernidade e a modernização – exacerbadas na expressão motriz da energia a vapor do século XIX – orientaram, à época, a inauguração de novas formas de experimentar o mundo: “o século XIX organizou a indústria da velocidade; a máquina a vapor proporcionou um desenvolvimento fantástico da velocidade”. Em relação à importância dos meios de transporte, vale destacar, por exemplo, que inúmeras cidades modernas, no século XX, se organizaram a partir de rodovias, dos meios de comunicação e dos aeroportos⁵².

O deslocamento espacial, através do desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, caracterizou a própria noção de modernidade, uma época cujo padrão de medida pode ser o da diminuição no tempo necessário para se transportar pessoas e informações, até se chegar na atual era da simultaneidade global (CARNEIRO, 2001, p.228).

Os traços distintivos da modernidade vão desde as intervenções na esfera da produção (do artesanato à indústria), passando por mudanças políticas estruturais (ascensão da democracia em detrimento da monarquia) e por revoluções culturais (vida cotidiana em evidência; cultura de massas; difusão dos meios de comunicação, etc.) e sociais (como a divisão social do tempo de trabalho e o aparecimento da *mulher moderna*⁵³), etc. (LE GOFF, 2003). Neste sentido, a alavanca da modernidade perpassa pela mecanização crescente da esfera produtiva, a saber, pelo desenvolvimento industrial a caracterizar as economias modernas.

Em seu campo diferencial de análise filosófica do cotidiano, Henri Lefebvre acrescentou ainda o “aleatório” entre as características da modernidade, somando assim um adjetivo ao que Baudelaire outrora definira como efêmero, transitório, contingente. Lefebvre (1982, p.137) observa ainda a coexistência, no mundo moderno, de diferenciados ritmos do tempo – lineares e cíclicos, ambos conjugados – como o tempo cósmico, o tempo do cotidiano, o tempo das instituições, etc. No cotidiano, assim, haveria uma

⁵¹ De acordo com Virilio (op.cit.), desde os tempos mais remotos a velocidade e sua capacidade em agilizar o movimento humano são artifícios de poder. Em Atenas, por exemplo, os que possuíam cavalos ou naus – os meios de locomoção mais rápidos, à época – eram os detentores de poder.

⁵² “Estamos chegando num ponto de ubiqüidade e de instantaneidade. Logo atingiremos a capital da velocidade, um lugar onde tudo já está lá. Em meio século, a duração do trajeto Paris - Nova York passou de 24 horas a três horas e meia. Daqui a 25 anos bastará meia hora. Isso levará à construção de novas cidades. Nova York será o nosso subúrbio. As cidades modernas organizam-se em função da televisão e do aeroporto, em função dos meios de transporte” (VIRILIO, 1981, p.164).

⁵³ A expressão “mulher moderna” é uma referência ao termo cunhado por Henri Lefebvre (1969b, p.181): “a mulher moderna é muito real e realista para nutrir símbolos e nutrir-se deles. Ela se serve deles acreditando apenas na metade, para sustentar-se e para impor-se”.

confluência de ritmos a um só tempo, uma “interferência entre o repetitivo cíclico e o repetitivo linear”, resguardadas as possibilidades de cada lugar viver ritmos diferenciados. Modificados pela vida social, os ritmos de origem natural (estações do ano, ritmos biológicos, etc.) intervêm nas sucessões lineares e repetitivas das ações humanas. Para o estudo de tais fenômenos, Lefebvre então propôs a *ritmanálise* – uma ciência ainda em processo de constituição.

Para Compagnon (1996), a modernidade personifica a aceleração da história, ritmos alterados produzidos a partir de tempos sucessivos, resultando, pois, na redução do lapso de tempo que separa o passado do presente⁵⁴. A ruptura entre passado e presente, contudo, não seria uma invenção moderna, tendo em vista a concepção cristã do tempo e sua relação com a idéia de evolução espiritual, articulando a separação entre o tempo presente e a vida eterna (paraíso/inferno). De um lado, as origens humanas e seu passado paradisíaco metaforizado na perfeição do Éden e na pureza humana projetados no período que antecedeu o pecado; por outro lado, um futuro que deve ser conquistado a partir das ações presentes da vida terrena para que, enfim, seja alcançado um outro tempo, o futuro eterno, a eternidade.

A era moderna, a princípio, avigora a recusa do passado pelo presente, implicando assim na inovação constante e na rejeição à comodidade do tempo histórico – levando a modernidade a devorar a si mesma ao negar a novidade de ontem e tornar-se escrava de seu próprio tempo. Tal dilema pode ser expresso no paradoxo da ‘representação do presente’, já que, uma vez vivido e representado, o presente deixa de ser presente para se tornar passado.

Berman (1986, p.373) esboça uma visão dos tempos modernos a partir da análise da história e da cultura dos séculos XIX e XX, em que a ‘destruição’ das estruturas tradicionais capta o espírito da modernidade a partir do sentido de aniquilação do passado pelo presente⁵⁵, sendo o destino do homem condicionado pela tecnologia num contexto em

⁵⁴ “A modernidade, compreendida como sentido do presente, anula toda relação com o passado, concebido simplesmente como uma sucessão de modernidades singulares, sem utilidade para discernir o ‘caráter da beleza presente’. Sendo a imaginação a faculdade que nos torna sensíveis ao presente, ela supõe o esquecimento do passado e a aceitação do imediatismo. A modernidade é, assim, consciência do presente como presente, sem passado nem futuro; ela só tem relação com a eternidade” (COMPAGNON, 1996, p.25).

⁵⁵ “*Tudo que é sólido desmancha no ar*. Isso significa que o passado, qualquer que tenha sido, foi um passado em processo de desintegração; ansiamos por capturá-lo, mas ele é impalpável e esquivo; procuramos por algo sólido em que nos amparar, apenas para nos surpreendermos a abraçar fantasmas” (BERMAN, 1986, p.376).

que era necessário “esquecer intencionalmente o passado com o intuito de realizar ou criar alguma coisa no presente.”

Não obstante, Marx e Engels (1987) vêem a vida moderna como uma atmosfera de contradições, expondo as fissuras de um mundo em transformação, onde a vida se apresenta contraditória em sua base⁵⁶; um tempo de destruição das barreiras morais; contexto turbulento em que os homens seriam levados a enfrentar as verdadeiras condições de sua existência. Tal qual o maquinário, os operários também seriam expressão dos ‘tempos modernos’ e suas erupções sociais, econômicas e culturais; evidências de uma era em que ‘tudo parece estar impregnado de seu contrário’:

A revolução contínua da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a eterna agitação e incerteza distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Suprimem-se todas as relações fixas, cristalizadas, com seu cortejo de tradicionais e veneradas concepções e idéias; todas as novas relações tornam-se antiquadas, antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável evapora-se no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e por fim os homens são obrigados a encarar com serenidade suas verdadeiras condições de vida e suas relações com os demais homens (MARX; ENGELS, 1987, p.106).

Nessa concepção teórica sobre a modernização capitalista, são reforçados os mecanismos de sujeição das forças da natureza ao homem, a consolidação do enigmático mundo da mercadoria e sua capacidade em incorporar, ao mesmo tempo, valor de uso e valor de troca. Os “mistérios da mercadoria”, por sua vez, se vinculam à representação do trabalho social no e pelo dinheiro; aos mecanismos de criação e alimentação de “apetites imaginários”, fetiches personalizados no desejo do consumidor em se apropriar de algo; a formatação, produção e venda de ‘necessidades desnecessárias’ à reprodução social humana imediata – induzindo nos consumidores fantasias que se materializam em mercadoria.

Tal processo inclui a sujeição dos espaços à lógica burguesa dominante; a interconexão das partes mais remotas do globo a partir da compressão tempo-espaço; a satisfação cada vez mais rápida das necessidades do mercado; a emergência de elementos que revolucionam tanto a produção material quanto imaterial⁵⁷.

⁵⁶ Lefebvre (1969b, p.5), por sua vez, observa que “o mundo moderno avança precedido ou seguido de suas sombras: crises múltiplas, sempre mais frequentes e mais profundas, contradições e confusões inextricáveis, dramas e catástrofes”.

⁵⁷ Vale destacar as observações do *Manifesto Comunista* em relação ao surgimento de uma literatura universal, donde criações intelectuais são compartilhadas por atores de diversas nações (MARX; ENGELS, 1987).

1.4.2 – O ‘TEMPO LIVRE’ E A MAQUINARIA DAS HORAS

O desenvolvimento do capitalismo industrial, por sua vez, implicara numa disciplinarização do ritmo de trabalho do homem, por meio do ‘compasso’ da máquina e das diferentes formas de tempos aos quais o operário fora submetido. N’O Capital, Marx anunciara o poder da máquina em nivelar o homem às ferramentas, constituindo um novo processo de trabalho e de vida. Por conseguinte, o tempo que antes era ditado pelos fenômenos da natureza, passa então a ser regido pelo ritmo dos motores; o ‘tempo natural’ que até então se baseava pela periodização dos elementos naturais gradualmente perde o sentido à medida que as máquinas assumiam o ritmo do tempo de trabalho. Subordinada ao tempo de produção, a temporalidade do homem moderno se encontra assim subvertida à esfera econômica: tem-se, pois, um tempo produtivo e útil⁵⁸.

Tendo em vista o esforço empreendido pelos capitalistas em acelerar o ritmo de circulação do seu capital, Harvey (2005) observa que a transformação da experiência do espaço e do lugar se atrela às revoluções na dimensão do tempo. O “valor em movimento”, assim, traduz não apenas a mobilidade geográfica do capital e do trabalho, mas subentende ainda o uso do tempo e da intensidade do trabalho humano – relação esta que permeia o endemismo das lutas de classe entre os proprietários do capital e os que vendem os seus braços ao sistema produtivo. Como contraponto à temporalidade camponesa, tem-se a produção ritmada do tempo na era industrial, o desenvolvimento dos meios de controle da força de trabalho e a subsequente extração da mais-valia a partir do tempo de trabalho excedente do trabalhador. O domínio do tempo de trabalho dos outros que permite aos capitalistas a condição de se apropriar dos lucros (ibid.).

Como conseqüência desse processo de exploração do trabalhador moderno, tem-se o surgimento das férias, a regulamentação do tempo de não-trabalho e, por conseguinte, as condições favoráveis para a emergência do turismo como fenômeno social a insurgir dos porões da maquinaria produtiva da modernidade.

Diante disso, engendram-se processos aparentemente irreversíveis que se transpõem em ciclos econômicos viciosos, reforçando a importância da relação produção-trabalho como forma de alimentar incessantemente o sistema, chegando-se ao ponto crítico

⁵⁸ Eis uma representação sobre a funcionalidade do tempo sob a égide do capitalismo, nas palavras de Henri Lefebvre (2003, p.23): “tempo de compra e venda; tempo comprado e tempo vendido”.

em que, nas palavras de Krippendorf (2003, p.30), “não é mais o trabalhado que cria os produtos, mas a produção que cria o trabalho. Não se trabalha mais para produzir. Produz-se para trabalhar”.

Da relação dialética entre tempo e produtividade, ao invés de simplesmente ‘passar o tempo’ disponível, o trabalhador se vê induzido a consumi-lo. É esse o momento histórico que anuncia, sob os cordéis do capitalismo, a metamorfose do tempo em dinheiro.

Desse período, um momento marcante foi o movimento trabalhista que emergiu entre o final do século XIX e o início do século XX, cuja sustentação orbitava em torno da redução da jornada de trabalho, entre outras reivindicações. Foram essas as bases que resultaram no surgimento das leis trabalhistas – justificativa social que permitira aos trabalhadores desfrutarem de férias remuneradas. Depois do “direito às férias”, surgiria o “direito à viagem”⁵⁹ como complemento ao processo produtivo. Tais marcos históricos, *mutatis mutandis*, produziram as condições históricas que alicerçariam a face moderna do turismo e do lazer nas diferentes sociedades.

Uma vez produto do processo histórico moderno, o turismo se insere entre os inúmeros fenômenos sociais engendrados pela modernidade e suas tendências econômicas, políticas e culturais a transformar o mundo. Traz consigo a importância da viagem na experiência ocidental; a projeção e a contestação, no âmbito acadêmico, do indivíduo em movimento, “espíritos sem lar”, sem um lugar fixo, sem uma identidade aprisionada no tempo – o turismo como signo de um mundo sem fronteiras porém delimitado em si; sem distâncias aparentes entre etnias e lugares, mas cuja proximidade não necessariamente significa o entendimento entre os povos; a compressão tempo-espço a produzir contradições, donde o turismo se torna preocupação teórica e empírica entre as ciências humanas.

O mundo moderno, para Lefebvre (1975, p.88), destrói o originário e o original, as particularidades e os lugares, saqueando a natureza e substituindo a obra pelo produto. Num contexto da mundialidade do mundo, o domínio sobre a natureza revela dialeticamente (e diabolicamente, segundo o autor) o seu contrário: uma “destruição total que leva à exigência de uma reprodução (recreação) igualmente total”. O advento industrial e sua racionalidade conotam, pois, a centralidade política, a concentração das decisões implicando a homogeneização do espaço e a centralidade da informação – conferindo ao *urbano* um tempo-espço diferencial e diferenciado – a saber, dominante.

⁵⁹ O termo “direito à viagem” se refere à expressão utilizada por Jost Krippendorf (2003, p.38).

Tal centralidade urbana do modo de produção capitalista conferem à cidade um caráter cumulativo do tempo e dos objetos, congregando pessoas, riquezas, mão-de-obra, processos produtivos, coisas, capital, etc. Diante disso, a organização capitalista do consumo e a respectiva conformação do *tempo-mercadoria* como símbolo e metáfora do espaço moderno – *tempo de compra e venda, tempo comprado e vendido*:

O tempo, bem supremo, mercadoria suprema, se vende e se compra: tempo de trabalho, tempo de consumo, de lazer, de percurso, etc. Ele se organiza em função do trabalho produtivo e da reprodução das relações de produção na cotidianidade. O tempo ‘perdido’ não o é para todo mundo, pois é preciso pagar caro por ele. O pretenso ‘tempo livre’ é apenas o tempo separado e mantido como tal nos quadros gerais. Quanto ao tempo imposto, aquele dos transportes e das formalidades, já se sabe como se vincula de maneira deslocada ao tempo do trabalho (LEFEBVRE, 2003, p.23).

Categoria socialmente construída, o tempo se apresenta assim como uma dimensão fundamental das sociedades atuais. Tendo em vista os múltiplos tempos humanos e a diversidade de seus usos, em especial o tempo de trabalho e o tempo de não-trabalho, Bruhns (1997) analisa as diferentes concepções de tempo que envolvem o lazer contemporâneo. Em breve incursão pela história, a autora identifica os vínculos entre o desenvolvimento dos processos produtivos e o tempo disponível, relacionando-os ao universo de consumo, no qual ambos estão inseridos na lógica do *tempo útil*. Neste sentido, observa-se a imposição do tempo de produção na esfera do turismo e do lazer, à medida que universaliza-se o controle do tempo disponível de acordo com os mecanismos reguladores do sistema produtivo: a cronometragem do tempo de um *city tour*, por exemplo – em que a visitação tem hora seriadamente marcada para ter início e fim – define uma concepção de tempo similar ao tempo de produção. Assim, a incorporação do tempo socialmente disponível insurge como objeto de consumo e lazer dirigido como oportunidade de manipulação ideológica e econômica. Num sistema capitalista em que o homem é induzido a “não perder tempo”, o tempo de lazer passa a ser visto como um produto a ser consumido.

Num panorama social em que o homem se depara com parcelas maiores de tempo disponível, o lazer e o turismo assumiram importantes papéis e ganharam relevância através da apropriação e preenchimento produtivo do tempo do cidadão, gerando assim um paradoxo no uso e sentido do tempo, posto que este é utilizado para criar novas relações sociais repletas de valores mercantilizados, e não como um tempo do indivíduo consigo

mesmo. Neste contexto, praticar o lazer e o turismo com atitude e gratuidade se torna tarefa quase impossível ao homem moderno, tendo em vista as condições sociais impostas à sociedade, em que se torna raridade a ruptura com o tempo de trabalho imposto ao indivíduo. Assim, Adorno (2002, p.113) lembra que o tempo livre tornou-se contraditório, paródia, uma vez que “nele se prolonga a não-liberdade, tão desconhecida da maioria das pessoas não-livres como a sua não-liberdade, em si mesma”.

Ao sistema, é desejável que o tempo livre não lembre em nada o trabalho – provavelmente para que, depois, o indivíduo possa ter um melhor rendimento no tempo trabalhado. Porém, durante o gozo do tempo livre, “por baixo do pano, são introduzidas, de contrabando, formas de comportamento próprias do trabalho, o qual não dá folga às pessoas” (ADORNO, op.cit., p.116). O tempo livre, dessa forma, não apenas está em oposição direta ao tempo preenchido com o trabalho, como lhe complementa e a ele se funcionaliza: “Em um sistema, no qual o pleno emprego tornou-se um ideal em si mesmo, o tempo livre segue diretamente o trabalho como sua sombra” (ibid., p.123).

Theodor Adorno inclusive cita o exemplo da funcionalidade da “indústria do camping” ao processo produtivo, cerceando a liberdade individual e subvertendo o gozo do tempo livre aos termos do mercado. Ao observar os mecanismos reguladores que permeiam a prática do campismo, o autor afirma ainda que “toda liberdade organizada é coercitiva”, uma vez que visa a compensar a funcionalização da realidade social. No sentido de sua crítica, endossa que o tempo livre não é uma esmola e sim um direito humano.

Uma vez acorrentado ao seu oposto, o tempo livre se torna funcional às esferas produtivas – indissociável, portanto, de seus aspectos econômicos e dos respectivos mecanismos capitalistas de produção:

A própria necessidade de liberdade é funcionalizada e reproduzida pelo comércio; o que elas [as pessoas] querem lhes é mais uma vez imposto. Por isso, a integração do tempo livre é alcançada sem maiores dificuldades; as pessoas não percebem o quanto não são livres lá onde mais livres se sentem, porque a regra de tal ausência de liberdade foi abstraída delas (ADORNO, 2002, p.117).

Na vida pós-industrial, entretanto, a liberdade individual parece emergir como valor supremo, padrão pelo qual os méritos e os vícios da sociedade como um todo são medidos. Mas, se não há lazer sem liberdade, dificilmente o lazer funcional aos processos produtivos poderá servir de instrumento à reconstrução da vida em sociedade.

1.4.3 – O ‘ESPAÇO DOS LAZERES’ E O MUNDO DA MERCADORIA

Assim como Adorno (1967), Henri Lefebvre (2003) observara mecanismos que atrelam o lazer aos processos produtivos, a partir de suas construções teóricas acerca do “consumo do espaço”. Fragmentado, despedaçado, fetichizado e vendido, o “espaço dos lazeres” não apenas é indissociável do sistema produtivo como também se insere na própria lógica de (re)produção e acumulação capitalista.

O espaço dos lazeres, assim, se integra e se funcionaliza ao *ciclo da reconstituição* outrora descrito por Krippendorf (2003) – em que o tempo disponível do trabalhador é mecanicamente consumido sob a forma de viagem. Tem-se, pois, o “modelo existencial da sociedade industrial” representado na seqüência relacional TRABALHO-MORADIA-LAZER-VIAGEM-TRABALHO, e assim sucessivamente. As esferas da existência humana, dessa forma, perpassam pela fuga do cotidiano, ou melhor, pela busca do anticotidiano⁶⁰. A *maquinaria das férias*⁶¹, por sua vez, requer a produção de espaços a ela funcionais. Nas palavras de Henri Lefebvre:

Esses espaços separados da produção, como se fosse possível aí ignorar o trabalho produtivo, são os lugares da recuperação. Tais lugares, aos quais se procura dar um ar de liberdade e de festa, que se povoa de signos que não têm a produção e o trabalho por significados, estão estreitamente ligados ao trabalho produtivo. [...] São precisamente lugares nos quais se reproduzem as relações de produção, o que não exclui, ao contrário, inclui, a reprodução pura e simples da força de trabalho (LEFEBVRE, 2003, p.22).

Neste contexto, o fenômeno turístico insurge dos porões da modernidade como ícone de um mundo envolto pelos mecanismos produtivos do capitalismo industrial⁶² e da compressão tempo-espaço – já que, conforme Marx e Engels (1987, p.106), no contexto moderno “em lugar do antigo isolamento local e da auto-suficiência das nações, desenvolvem-se, em todas as direções, um intercâmbio e uma interdependência universais”. Diante dessa conjuntura histórica, em que os detentores de capital criam um mundo à sua imagem e semelhança, até mesmo “o prazer, o lazer, a sedução e a vida

⁶⁰ De acordo com Krippendorf (2003, p.27), o turismo se constitui a partir de um movimento pendular entre o cotidiano e o anticotidiano e suas múltiplas interações.

⁶¹ Krippendorf (op.cit., p.35).

⁶² Segundo Florestan Fernandes (1979, p.339), “o ritmo da mudança social durante a chamada ‘segunda revolução industrial’ foi muito rápido, operando-se num sério desajustamento entre o horizonte cultural do homem moderno e as exigências da situação histórico-social”.

erótica são trazidos para o âmbito do poder do dinheiro e da produção de mercadorias” (HARVEY, 2005, p.99).

O turismo e o lazer, conseqüentemente, são produtos da maquinaria produtiva da modernidade, do sistema capitalista de produção e seus mecanismos de expansão; um fenômeno social que se traduz em estratégias de acumulação ao transformar o próprio espaço (destino turístico) em mercadoria, fetichizando lugares e despertando no imaginário do homem moderno o desejo de viajar e assim consumir paisagens e culturas; movimentar-se pelo mundo e ter ao seu alcance a possibilidade de realizar compras por toda parte; fotografar os lugares mais remotos do globo terrestre e para lá ampliar as estruturas de acumulação e reprodução do capital.

Ante tais circunstâncias históricas que redimensionam espaços e tempos, Octavio Ianni (1995, p.19) destaca que a necessidade de reprodução ampliada do capital e suas exigências impuseram realidades contraditórias oriundas da “fábrica da sociedade global”, donde se rebelaram metáforas do mundo moderno. Tais metáforas⁶³ se materializam em termos representativas dos processos globais, assumindo expressões como “Disneylândia global”, “sistema-mundo”, “tecnocosmo”, “cidade global”, “nave espacial”, “mundo sem fronteiras”, “fim da geografia”, “fim da história”, entre outras. Neste contexto, o autor destaca o emblema da “nave espacial” a sugerir a anulação das distâncias e a dissolução de fronteiras e, ao mesmo tempo, suscitar “a viagem e a travessia, o lugar e a duração, o conhecido e o incógnito, o destinado e o transviado, a aventura e a desventura” (ibid.).

O turismo pode ser também entendido como metáfora do mundo moderno, uma vez que este fenômeno se apresenta enquanto agente de intervenção direta a acentuar o ritmo das transformações sociais nos lugares dos quais se apropria, subvertendo povos, espaços, culturas e recursos naturais.

Na modernidade, a produção de bens simbólicos em ritmo industrial é capaz de fornecer ao mundo um modelo de “tempo cultural acelerado” (BOSI, 1992, p.9), revolucionando, pois, tanto a prática quanto o sentido da cultura.

O turismo, por sua vez, está imerso neste mercado de bens simbólicos, alterando o uso e o sentido do tempo à medida que as inovações nos mecanismos de comunicação e transporte reduziram as distâncias globais, sob signos de modernidade a imprimir

⁶³ “... a reflexão e a imaginação não só caminham de par em par como multiplicam metáforas, imagens figuras, parábolas e alegorias, destinadas a dar conta do que está acontecendo, das realidades não codificadas, das surpresas imaginadas. As metáforas parecem florescer quando os modos de ser, de agir, pensar e fabular mais ou menos sedimentados sentem-se abalados” (IANNI, 1995, p.14-15).

velocidade ao tempo. A compressão tempo-espaço, conseqüentemente, possibilitara a interligação dos lugares e culturas, expandido o contato com *o outro* sem necessariamente facilitar a compreensão deste *outro*.

A apropriação (indevida?) das paisagens da Serra de Ibitipoca pelo turismo, por vezes incorporadas indiscriminadamente enquanto mercadoria, as reduzem a meros produtos a serem consumidos na lógica de reprodução capitalista. É o risco eminente da mercantilização exacerbada da natureza, onde coisas que não eram mercadoria passam a ser mercadoria para alimentar o modo de produção capitalista – quer seja, o patrimônio natural apropriado pela ‘indústria’ do turismo e seus mecanismos de acumulação.

Assim, o turismo transforma uma considerável parcela do espaço ‘natural’ em mercadoria, submetendo-a ao circuito da troca e, segundo Carlos (op.cit., p.179), engendrando “uma nova lógica associada a uma nova forma de dominação do espaço que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação” – condicionando, pois, o seu uso aos enquadramentos da apropriação privada e a acessos diferenciados funcionalmente.

Dialeticamente, tem-se a massificação dos destinos turísticos e a sua incorporação às esferas produtivas globais e aos respectivos domínios da indústria cultural, processo que resulta na alienação do uso do tempo de não-trabalho do homem moderno – o qual, ao fugir do cotidiano conturbado das metrópoles, se depara com lugares turísticos massificados e, muitas vezes, não menos caóticos que as grandes cidades:

... nos períodos de lazer, de ócio, de tempo livre, os homens procuram se deslocar para lugares em que possam gozar de espaços abertos, dilatados horizontes, atividades de recreação, entretenimento ou desportivas, em que o mais importante é o contato com a natureza [...]. E para onde ele [o homem moderno] quer ir? Para a mãe Terra. Mas nem sempre vai para ela. A publicidade o apanha e ele vai, por exemplo, para balneários massificados, rápidos e alienados como a jaula dourada e confortável da qual saiu (BENI, 2001, p.55).

Como contraponto à massificação dos espaços turísticos, novas modalidades de turismo emergiram nas últimas décadas, a partir da necessidade de se buscar novas alternativas ao uso do tempo livre. Neste contexto, a visitação pública em Unidades de Conservação vem se destacando como opção para a prática do turismo em áreas naturais – muitas vezes confundido com o chamado “ecoturismo”⁶⁴ – produzindo modalidades que, eventualmente, se traduzem em segmentos de mercado⁶⁵.

As demandas das populações urbanas em visitar as áreas naturais protegidas contraditoriamente expressam a própria dualidade homem-natureza – em que a busca por imagens nostálgicas relacionadas a esses destinos turísticos representa a busca pelo “paraíso perdido” no imaginário ocidental, em contraposição à degradação da qualidade de vida nos grandes centros urbanos. Assim, novas demandas sociais induzem à procura por “refúgios naturais” como alternativa à fuga do cotidiano das metrópoles, sendo que a especificidade do “mundo natural” é definida em oposição à imagem da civilização, e suas representações construídas a partir de olhares “civilizatórios” sobre o “selvagem”. Na contemporaneidade, sob tal perspectiva dicotômica, o turismo em áreas naturais protegidas recolocaria o indivíduo em contato com o *paraíso perdido*, materializando – e vendendo – a idéia do retorno às origens humanas. Contraditoriamente, busca-se na idealização do “natural” as respostas para muitos dos dilemas civilizatórios.

Assim como nas demais esferas produtivas da sociedade, no contexto turístico assiste-se ao poder de intervenção da indústria cultural ao especular ideologicamente sobre as massas. O espaço funcional ao turismo, uma vez imerso e apropriado por tais mecanismos, torna-se rele mercadoria cujo uso se orienta no sentido de sua valorização, donde os detentores de poder articulam novas possibilidades de se efetivar a acumulação do capital⁶⁶. Neste processo, segundo Theodor Adorno (1967), o consumidor não é sujeito da indústria cultural, mas antes o seu objeto. A adaptação das massas a tal contexto as relega a um fator secundário no cálculo do sistema.

⁶⁴ O Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo – define que o “Ecoturismo” consiste num “segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas”. (BRASIL, 1994). Esse modo de praticar o turismo vem apresentando o maior crescimento nos últimos tempos, aumentando assim a demanda por destinos que contemplem áreas naturais protegidas. Paulo dos Santos Pires (2002, p.126), contudo, expõe as discrepâncias que envolvem as apropriações do termo “Ecoturismo”: “As controvérsias sobre a correta utilização da terminologia e a interpretação de seu significado são amplamente constatadas, a começar pelo próprio meio acadêmico, até porque, muitas vezes, é nele que os conflitos e problemas gerados na dinâmica dos acontecimentos e na profusão de realidades que os envolve vão desembocar, em busca de respostas e orientações supostamente isentas e soberanas”.

⁶⁵ O chamado “turismo alternativo” emergiu como contraponto ao turismo convencional de massas. Suas variantes comportamentais e mercadológicas insurgiram como novas modalidades de turismo nos últimos 40 anos. Pires (2002) registra a existência de, ao menos, 60 terminologias diferentes para denominar o chamado “turismo alternativo”. Já entre as denominações que se propõe a classificar o turismo com enfoque na natureza, na sustentabilidade e na conservação ambiental, têm-se 33 termos, entre eles: Turismo Sustentável, Turismo Ecológico, Ecoturismo, Turismo na Natureza, Turismo Ambiental, Turismo Eco-rural, Turismo Verde, entre outros. As observações de Pires (2002) e Beni (2002), contudo, apontam que a definição e o uso de tais termos ainda não atingiram um mínimo consenso acadêmico desejável, sendo comuns as confusões e generalizações na apropriação de tais nomenclaturas.

⁶⁶ Deve-se destacar que, conforme Adorno (1967) num dado momento de seu desenvolvimento, a indústria cultural se vê absolvida da necessidade de perseguir o lucro para o qual nasceu.

Consequentemente, tem-se a estandardização dos lugares turísticos, a racionalização das técnicas de atendimento ao turista e prestação de outros serviços pessoais⁶⁷; padrões *mass-media* na divulgação de diferentes destinos. Nos domínios da “economia psíquica das massas” (ADORNO, 1967), a indústria cultural traduz-se enquanto elemento de mentalidade dominante, reduzindo, por exemplo, a Serra de Ibitipoca ao seu apelo estético – enquanto espaço assimilado, fetichizado e produzido a partir de uma lógica externa a ele –, a Serra formatada e “empacotada” a partir da “precisão fotográfica” dos anúncios que divulgam e vendem o *produto Ibitipoca* por todo lado.

Não obstante, Lefebvre (2003) destaca que a produção dos espaços se vincula aos tempos (tempo livre, tempo de trabalho, tempo das obrigações sociais, etc.), espaços-tempos que permanecem atrelados às relações sociais de produção, mesmo que se tratem de esferas produtivas engendradas pelo uso do tempo de não-trabalho, tal qual é o tempo apropriado pelo turismo e o lazer na modernidade. Conforme pontua Alfredo (2006, p.53), a modernidade se expressa pela ampliação do mundo da mercadoria, sendo que “os processos relativos à reprodução social são expostos e repostos pelas determinações da simultaneidade, efetividade do espaço, em detrimento das relações de sucessão, efetividade do tempo” – uma vez que, de acordo com a perspectiva lefebvriana, o tempo de reprodução do capital exige que diferentes coisas aconteçam ao mesmo tempo.

Por conseguinte, tem-se o consumo do tempo e do espaço, donde o valor de uso sucumbe aos termos da troca. A partir de uma interpretação do pensamento lefebvriano, Alfredo (2006, p.67) assim decifra tal fenômeno: “Tempo e espaço do ócio, constituídos na sua versão crítica moderna, apresentam-se como lazer: consumo de tempo e de espaço, produção espacial para consumo de tempo e espaço que reproduzam, ainda que criticamente, as relações sociais sob a forma valor”.

Nesta perspectiva, o tempo do não-trabalho, assim como os espaços funcionais ao lazer e ao turismo, são incorporados ao mundo da mercadoria e se transformam em objeto de especulação – não se desvinculando, pois, dos processos produtivos – uma vez que o capitalismo, segundo Lefebvre (2003), não se limita a integrar o espaço preexistente a partir de sua própria extensão. Ao contrário, o sistema cria setores novos, produz e vende lugares novos, os quais se inserem na sua expansão: “o espaço inteiro torna-se o lugar da reprodução das relações de produção” (ibid., p.24).

⁶⁷ “Hoje como ontem a indústria cultural consiste em ‘serviços’ a terceiros e assenta a sua afinidade com o velho processo de circulação do capital – com o comércio – de que se origina” (ADORNO, 1967, p.2).

Sendo assim, tem-se o “consumo do espaço” como expressão contraditória de tal processo, à medida que as cidades estendem os seus “tentáculos” até as mais remotas áreas – produzindo, assim, os lugares funcionais ao lazer e ao turismo:

...os lazeres tornaram-se uma indústria de importância primordial. Através dos lazeres foram conquistados o mar, as montanhas e até os desertos. A indústria dos lazeres se conjuga com a da construção para prolongar as cidades e a urbanização ao longo das costas e nas regiões montanhosas.[...] Essa indústria dos lazeres se estende ao espaço desocupado pela agricultura e pela produção industrial clássicas. Para arquitetos e urbanistas ela tem um interesse que deve ser explicitado. Os lazeres exigem certas qualidades do espaço. Dezenas de milhões de europeus, aí incluídos muitos operários, se deslocam do norte ao sul da Europa em direção à Espanha, à Itália, ao Midi da França. Pode-se afirmar que eles saem do espaço do consumo (isto é, os lugares da riqueza capitalista - Londres, Hamburgo, Paris, etc) para o consumo do espaço: a praia o mar, o sol, a neve... [...] O que se realiza é justamente a conquista do espaço terrestre, mas a partir da propriedade do solo e da maneira prescrita por essa propriedade na decomposição. (LEFEBVRE, 2003, p.86)

Por conseguinte, tem-se a conjugação entre a ordem do espaço e a ordem do tempo; as relações de propriedade e a existência das “contradições do espaço”, submetendo assim a apropriação pelo uso aos termos da troca.

Não obstante, Ana Fani Carlos (1999, p.174) destaca as transformações das relações espaço-temporais na modernidade, sublinhando o papel do turismo como uma extensão das atividades produtivas. Numa época de universalização do capital e seus mecanismos de expansão, haveria a inauguração de novas formas de se consumir o espaço, isto é, “cada vez mais se compram e se vendem pedaços do espaço para a reprodução da vida”. Por conseguinte, assiste-se a transformações substanciais no que concerne tanto ao uso do espaço quanto ao acesso a ele. Assim, a mercantilização do espaço emerge como estratégia de acumulação capitalista. Por sua vez, o espaço-mercadoria denota novas formas de apropriação voltadas para o lazer e o turismo, resultando na produção de espaços fragmentados pois condicionados pelas necessidades da acumulação – subvertidos à troca e vulneráveis aos processos especulativos.

Num contexto de transformação dos meios de produção – como observaremos na Serra de Ibitipoca – tal aspecto de organização social não poderia ser desconsiderado. Com a crescente exposição das belezas da Serra na mídia nacional, aquece-se o processo de especulação imobiliária, que por sua vez traz novos significados e configurações àquele espaço: se antes o poder estava associado à posse de terras férteis e agricultáveis, com o turismo outros parâmetros de poder e valorização da propriedade rural emergem; as

unidades fundiárias que possuem os melhores atrativos turísticos, bacia visual panorâmica ou localização estratégica exponenciam o seu preço⁶⁸. Terrenos de alta declividade dantes desprezados por serem pouco favoráveis à atividade agropecuária de repente são sobrevalorizados a partir de uma demanda externa à população local⁶⁹.

O espaço turístico, assim, é produzido a partir de demandas externas a ele, articulando a si a lógica da simulação e da acumulação, um espaço diferenciadamente produzido para ser consumido sazonalmente pelo turista. Nas palavras de Ana Fani Carlos (op.cit., p.176), “o espaço do turismo e do lazer são espaços visuais, presos ao mundo das imagens que impõem a redução e o simulacro. E que reduzem a apropriação enquanto ‘mercadoria de uso temporário’ definida pelo tempo de não-trabalho”.

Mas por que o turismo em Ibitipoca é entendido aqui como uma metáfora dos ‘tempos modernos’? Primeiramente, o fenômeno turístico incorpora, em termos ontológicos, dimensões sociais resultantes da própria modernidade em movimento, incluindo seus respectivos signos como maior controle do tempo de trabalho, movimentos trabalhistas revolucionários, o direito a férias remuneradas, o “direito à viagem”, a compressão tempo-espaço a partir do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, etc. Além disso, o turismo personifica, em Ibitipoca, um processo contraditório envolto por ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, tal qual observados por Lefebvre (1969a) e Martins (2000), entre outros, ao analisarem as diferentes esferas da vida social na modernidade. O turismo personifica, ainda, a ampliação do mundo da mercadoria e seus mecanismos de acumulação e expansão – consequentemente, se vincula à reprodução das desigualdades sociais via distribuição irregular das riquezas. Envolve conflitos ambientais, expropriação camponesa e, ainda, engendra antagonismos intergrupais entre “nativos” e “forasteiros”. O turismo em Ibitipoca reconfigura destinos, leva o camponês a optar (será que eles, de fato, escolhem?) entre permanecer no seu modo de vida ou se inserir numa nova esfera produtiva. O turismo, tal qual a vida moderna, incorpora a reconstrução do cotidiano do homem rural e seus respectivos dilemas. Não obstante, Martins afirma que:

⁶⁸ Assim é descrita a especulação fundiária, nas palavras de um entrevistado camponês: “Mas o turismo nessa parte ajudou muito, desenvolveu muito. E por aqui valorizou muito as terra, Nossa Senhora – a terra está num valor doido aí” (lavrador aposentado, 79).

⁶⁹ Somando-se a este contexto o fato de que a porção de terreno agricultável para cada família se encontrava cada vez menor em função das partições fundiárias decorrentes de parcelamentos de caráter hereditário, parte da população local não vislumbrou outra opção senão lotear suas terras e vendê-las para quem intencionava estabelecer empreendimentos turísticos ou construir casas de veraneio na Serra.

A modernidade se instaura quando o conflito se torna cotidiano e se dissemina, sobretudo sobre a forma de conflito cultural, de disputa entre valores sociais, de permanente proposição da necessidade de optar entre isto e aquilo, entre o novo e o fugaz, de um lado, e o costumeiro e tradicional, de outro. Porém, uma opção esgotada na própria tentativa de optar, pois é opção impossível: o mundo, inclusive o mundo da vida cotidiana, já não é nem uma coisa nem outra, embora pareça ser os dois ou, melhor, os vários e diversos (MARTINS, 2000, p.21-2).

Num *microcosmo* chamado Ibitipoca, as contradições engendradas pela reestruturação da esfera produtiva, por um lado, indicam a ascensão a um estágio não-agrícola, de prestação de serviços pessoais, ao passo que resistem, simultaneamente, resquícios das formas de vida social geradas num período anterior – constituindo, tais contradições, uma mesma unidade, um mesmo processo. Tais movimentos, tais transformações, remontam às engrenagens da modernidade e seus desdobramentos. É possível que essas constatações, de certa forma, remetam à perspectiva lefebvriana, segundo a qual o tempo de reprodução do capital e seus desdobramentos sociais induzem ao embaralhamento do tempo na modernidade⁷⁰.

Essa confluência de tempos a um só tempo articula, num único processo, pares de elementos aparentemente contraditórios como rural/urbano, velho/novo, natural/cultural, atraso/progresso, etc. Nesta acepção, o rural e o urbano se interceptam e se complementam; o velho se atualiza e com o novo coexiste; o natural é culturalmente produzido e o cultural naturalmente recriado; o atraso compõe e produz o moderno enquanto componentes de um mesmo movimento processual.

Neste sentido, enganam-se os que pensam que o turista chega a uma terra ausente de história, bem como os que negligenciam o seu papel de agente a intervir na história dos lugares, indivíduos e grupos sociais. O turismo é a cultura viva a perambular por territórios, a interação móvel entre lugares, indivíduos e grupos sociais; ícone da modernidade em movimento. O turista, por sua vez, integra e produz a história dos destinos que visita, reconstruindo-os e transformando-os; um fator reestruturante das práticas cotidianas; um agente de intervenção direta a agregar elementos e engendrar processos sociais nos lugares visitados. O turismo é, pois, metáfora dos ‘tempos modernos’.

⁷⁰ “O mundo atual oferece à observação e à análise, a coexistência de formações de épocas e datas diferentes [...] essa justaposição paradoxal – o mais arcaico ao lado do ultra-moderno – é observada algumas vezes em um território restrito [...] No mundo rural, ainda mais nitidamente do que no artesanato, nada desapareceu inteiramente. E apenas o fato dessa conservação de arcaísmos e de “fósseis sociológicos” – conservação relativa, que não exclui as influências, as degenerescências, as integrações mais ou menos bem sucedidas do arcaísmo aos conjuntos recentes” (LEFEBVRE, 1981, p.166).

CAP.2: TURISMO E POPULAÇÕES RURAIS DO ENTORNO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

São 400 alqueires, do jeito que a natureza criou – e o homem deixou uma parte em mata virgem... Vale a pena penetrar e conhecer um mundo novo para a civilização – uma espécie de pré-história esquecida, com todos os seus encantos e mistérios, belezas e perigos. [...] o mundo do lado de cá, passada a porteira, é diferente. [...] A Serra de Ibitipoca continua sendo uma atração virgem, com seus mistérios, todos seus encantos, perigos e belezas – uma pré-história dentro do século XX. (MAUAD, 1974, *Diário Mercantil*, p.7, *passim*, grifo nosso).

2.1 – CONFLITOS NO PARAÍSO DO IMAGINÁRIO OCIDENTAL

Como visto no capítulo anterior, a relação homem-natureza e seus significados acompanham a humanidade desde os seus primórdios. As diferentes acepções sobre o mundo natural, por sua vez, variam de acordo com as tendências históricas e os respectivos contextos sócio-políticos de cada tempo e espaço. Da Grécia Antiga à contemporaneidade, do Alcorão ao Novo Testamento, de Engels a Carlos Drummond de Andrade, a busca pelo sentido da natureza desafia pensadores de diferentes eras.

Em Descartes (1973), por exemplo, tem-se o esboço de uma visão antropomórfica do tema, uma vez que a concepção da natureza se dá a partir de suas exterioridades – um sistema de leis sem orientação mas capaz de manter o equilíbrio do universo. Concebida à imagem e semelhança de Deus, a Natureza e seus dons (leis) estabelecem uma conservação da “ordem cósmica” entre os diferentes elementos que a compõem. Para Merleau-Ponty (2000, p.4), o ‘natural’ é o não-construído, o não-instituído, o que sustenta um sentido sem, contudo, que este sentido seja atribuído pelo pensamento: “A natureza é um objeto enigmático, um objeto que não é inteiramente objeto; ela não está inteiramente diante de nós. É o nosso solo, não aquilo que está diante, mas o que nos sustenta”. Dessa forma, a relação homem-natureza era concebida enquanto *fenômeno da história natural*.

Ao longo da história ocidental, o entendimento humanista do ‘mundo natural’ propicia ao homem – numa ilusão emancipatória – se apartar da natureza: negando sua condição animal torna-se *sujeito*, o ‘ser pensante’, enquanto que o mundo, o seu *objeto*. O pensamento kantiano se destaca nessa corrente, em oposição à concepção cartesiana: neste sentido, a Natureza não é mais construída ou ordenada por Deus, e sim, pela razão humana. O universo ‘natural’, a partir daí, é reordenado à maneira antropocêntrica. Tal viés gera

uma estranha dicotomia, posto que o ser humano integra o próprio meio ‘natural’ e com ele coexiste.

Entre os séculos XVII e XX, muitas sociedades endeusaram os avanços tecnológicos enquanto mecanismos de ampliação das formas elementares de dominação do homem sobre a natureza. Dessa época, cabe ressaltar que a revolução científica, a crença no “progresso” e seus respectivos valores antiecológicos são apontados como a principal causa da degradação ambiental do planeta. Em certo sentido, a natureza é aqui vista como produto e condição do desenvolvimento humano (FOSTER, 2005).

Em meados do século XIX, contudo, acentuam-se os pontos de vista antiantropocêntricos – com destaque para o darwinismo emergente e sua respectiva “revolução evolucionária” – criando assim os alicerces teórico-ideológicos da ecologia moderna (ibid.). Na concepção evolucionista, a natureza seria anterior ao homem, pois a partir da ‘evolução natural’ dos organismos vivos é que o *Homo sapiens* tomaria um lugar na existência.

Dos arautos da modernidade, emerge a visão romântica sobre o mundo natural, contexto que levou um dos fundadores do ambientalismo moderno, Henry Thoreau⁷¹, a exprimir suas sensações conflitantes em relação à coexistência do ‘selvagem’ e do ‘social’, já que a preservação do mundo estaria na “natureza bravia”, virgem. Tem-se, na seqüência, a representação idílica de um mundo preenchido com florestas inóspitas e selvagens; matas primitivas e sua atmosfera sagrada; topografias sobrenaturais⁷² e seu apelo paisagístico como um contraponto à civilização ocidental e sua crescente industrialização.

Aquela era a terra da qual ouvimos falar, feita de caos e noite antiga. Ali não havia jardim [cultivado pelo] homem, e sim o globo virgem. A matéria vasta e terrível. [...] É inútil sonhar com a rusticidade distante de nós. Isso não existe. O que inspira tal sonho é o charco que há em nosso cérebro e em nossas entranhas, o vigor primitivo da natureza existente em nós (THOUREAU apud SCHAMA, 1996, p.566-573, passim).

Percebe-se, em Thoreau, a tentativa de “naturalizar” o homem recolocando-o em contato com o mundo natural – pensamento que alicerçou a criação de muitos parques urbanos no século XIX. Ora, se era necessário aproximar o homem da natureza para assim estimular os seus instintos primitivos, isso quer dizer que o homem, por si só, não constituía a própria natureza?

⁷¹ Referência ao diário de Henry David Thoreau, manuscrito em 1856 e citado por Schama (1996).

⁷² “A natureza é mágica” – já afirmava Thoreau.

A incompatibilidade entre história e natureza⁷³ no discurso de Thoreau é evidente – já que, segundo este representante da primeira geração de ecologistas, a civilização amansa e subjuga o ‘mundo natural’ ao lidar com ele. Nessa conjuntura histórica, avigoram as demandas sociais pela criação de áreas protegidas, uma vez que visitar a ‘natureza selvagem’ seria um *antídoto* para os *venenos* da sociedade industrial (SCHAMA, 1996). Por conseguinte, paisagens idílicas deveriam ser contempladas pelas populações urbanas como forma de atenuar a emergente “alienação metropolitana”. Neste contexto, era importante evitar que a “pureza natural” dos parques estivesse “contaminada” pela exploração social da natureza praticada pelas sociedades ocidentais. Ademais, conforme destaca Merleau-Ponty (2000), o legado da cultura judaico-cristã confere conotação sagrada (paraíso) aos espaços inalterados pelas mãos do homem, o que explica o fato de os primeiros parques públicos urbanos serem concebidos como “um pedaço de terra criado pela imaginação ocidental: um pequeno espaço fértil no qual nossa cultura visualizou suas matas, águas e rochas, no qual os mitos mais primitivos se insinuaram”⁷⁴. A dominação da natureza pelo homem, nesta perspectiva, equivaleria ao pecado original da civilização.

Como estratégia para preencher o vazio da vida moderna, criaram-se os mitos da natureza virgem, evocando a veneração estética das paisagens como meio de se conferir uma forma natural às idéias dominantes de uma dada época – influenciando diretamente o desenvolvimento do pensamento ecológico (então embrionário).

Contudo, no *Manifesto Comunista*, Marx e Engels (1987) atacam a noção de “natureza intocada”, entendendo-a como alienação dos seres humanos perante a natureza – visão que, segundo os autores, deveria ser superada, assim como o antagonismo entre a cidade e o campo.

... esta não era uma posição que defendia que a natureza devesse ser mantida intocada pelos seres humanos. Marx e Engels já haviam rejeitado noções puramente “sentimentais” da natureza, fundamentadas na noção de que a natureza ainda estava intacta e poderia ser mantida intocada (FOSTER, 2005, p.194-5).

Ao denunciarem o capitalismo como sistema de exploração dos homens e da natureza, Marx e Engels (1987, p.107) reiteram que as condições capitalistas de produção pressupõem a sujeição das forças da natureza ao homem. Sendo assim, o sentimentalismo

⁷³ Neste sentido, Schama (op.cit., p.567) pontua que “Thoreau achava necessário reprimir seus sentimentos conflitantes em relação à coexistência do selvagem e do social. A postura profética da primeira geração de ecologistas, sobretudo na América, exigia que se rejeitasse a ambigüidade como uma nódoa moral. Como todos os revolucionários, eles exultavam ao ver o mundo de pernas para o ar, ao proclamar a cultura rameira e natureza virgem”.

⁷⁴ (Schama (op.cit., p.572).

reacionário que permeava a relação homem-natureza deveria ter sua conotação idílica superada – como meio de tornar a realidade social mais revolucionária. Ao observarem que a burguesia havia criado “forças produtivas poderosas e colossais”, e ainda, que as mesmas representavam a “subjugação das forças da natureza pelo homem”, Marx e Engels admitiam as contradições ecológicas do capitalismo.

Segundo Foster (2005), tal contexto levava Marx a teorizar sobre a interação metabólica entre natureza e sociedade – propiciando, assim, o surgimento da perspectiva ecológica marxista, donde o homem deveria transcender sua alienação perante a natureza como alternativa de se criar uma “sociedade sustentável” em meio a um modo de produção que contradizia os fundamentos ecológicos. Diante disso, Foster (2005) observa a construção social de uma relação dialética entre duas correntes de pensamento diametralmente opostas: o antropocentrismo *versus* o ecocentrismo – de um lado, a dominação racional da natureza; de outro, a contemplação e preservação romântica de um mundo natural intocado pelo homem, respectivamente.

A concepção materialista de natureza em Marx, por sua vez, se baseou no “metabolismo” expresso nos processos de trabalho descritos n’*O Capital*, cuja crítica à degradação ambiental não apenas precedeu mas, sobretudo, inspirou o movimento ecológico do século XX. Contudo, Marx observara uma “grave falha” na interação metabólica entre homem e natureza, já que as relações de produção capitalistas e a separação entre cidade e campo exponenciavam a insustentabilidade do sistema. Concomitantemente, suas críticas se dirigiram à emergente agricultura capitalista moderna, a qual, caracterizada pelo uso crescente de insumos químicos, expunha as chagas da relação conflitante entre o homem e a terra. Contudo, a “solução” de tal impasse teria como pressuposto fundamental a indissociabilidade entre homem e natureza.

A história pode ser examinada sob dois aspectos: história da natureza e história dos homens. Os dois aspectos, contudo, não são separáveis; enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens se condicionarão reciprocamente⁷⁵ (MARX; ENGELS, 1984, p.23-4).

Tendo em vista a crítica marxista à concepção do naturalismo como uma concepção da história, Lefebvre (1971, p.86) interpreta “o fim da natureza em Marx”, já que a partir daí a natureza passa a ser vista como um “ponto de partida (origem) da produção do ser humano por si próprio”. Por conseguinte, o mundo se apresenta enquanto produto e obra

⁷⁵ Embora esse trecho tenha sido suprimido dos manuscritos originais d’A Ideologia Alemã, o mesmo aparece como uma nota complementar à edição consultada – derivada das anotações de Marx e Engels.

das atividades humanas no/do espaço⁷⁶, ao passo que a Natureza é, simultaneamente, “matéria e mãe do ser humano, origem e objeto de sua atividade criadora”. Sendo assim,

A natureza perde o seu lugar. Não é já o terreno da produção do ‘ser humano’ por si próprio, produção pela qual o filho privilegiado emerge da Mãe-Natureza, já não é mais do que objeto da produção industrial [...]. Todavia, Marx não corta nunca o cordão umbilical que o une o ‘humano’ (a produção e o produto) ao originário e original, ao inicial e ao terminal: a naturalidade. O laço adelgaça-se. Não desaparece. Não será contudo errado dizer que em Marx a Natureza também se define por um fim: o seu desaparecimento na e pela atividade produtora que a transforma (LEFEBVRE, 1971, p.87).

Neste sentido, o “fim da natureza” marca o princípio da apropriação, pelo homem, do seu próprio ser – recriando a si mesmo ao criar o mundo que o cerca – inaugurando uma nova fase de inserção do ser humano na existência e suas interações dialéticas com o mundo natural. Do conceito de *produção*, emergem conflitos entre a materialidade e a naturalidade dos processos produtivos, ao passo que o seu teor histórico prevalece. Uma vez automatizada, a produção anula a natureza à medida que torna-se natureza – “uma antinatureza, a do ser que traz em si o princípio do seu movimento, que a si próprio se move: o autômato” (LEFEBVRE, op.cit.). Seguindo esse raciocínio, portanto, a natureza estaria condenada a desaparecer um dia.

O mito moderno da natureza intocada (DIEGUES, 2002), por sua vez, seria uma forma de garantir a reprodução simbólica do mundo natural como tal, protegendo espaços inalterados pelas mãos do homem, onde, portanto, a natureza não chegaria a um “fim”. Tal conjunção histórica provém da renovação da noção de natureza na modernidade. Essa nova concepção, para Lefebvre (1969b, p.156), requer o entendimento da Terra simultaneamente enquanto “condição de produção e produção de ação”, morada do homem e objeto de gozo; a noção romântica de natureza a ser transformada numa práxis inauguradora cuja representação une natureza e cultura, abstraindo suas eventuais contradições, sem naturalismos e sem artificialidades. No reino do capital e seus respectivos mecanismos de acumulação, a natureza é então capturada pela *mass-media* e se torna mercadoria reprodutível. Por conseguinte, a relação homem-natureza deve ser entendida a partir de sua abstração dialética, donde novas formas de interação são (re)estabelecidas. Mas, no fundo, tem-se a presença idílica da natureza a elevar-nos ao retorno das nossas origens, ao reencontro com o “paraíso” perdido de onde saímos e para onde ansiamos voltar:

⁷⁶ Henri Lefebvre entende ainda a perspectiva de rebatimento do espaço sobre o tecido social.

Nós, humanos, não nos curamos nunca da nostalgia, a do “ser”: mãe, mundo. E talvez não seja preciso curar, ainda que a nostalgia nos cause maus pedaços. Nós esperamos sempre que a história, a nossa, e a da humanidade, descreva um círculo, traga de volta o longínquo passado da inocência cósmica, ressuscite em nós o mundo perdido e esquecido[...]. O deserto atemoriza e atrai, como o oceano ou o abismo estrelado. E é no vazio interplanetário que nós percebemos enfim a Terra como “mundo”: o nosso, nosso microcosmo. O lugar onde falta o homem é também o lugar onde o homem começa, e se anuncia e se antecipa. (LEFEBVRE, 1969b, p.157-163, passim).

Assim, Lefebvre anuncia a concepção de natureza que nasce da modernidade – em que o domínio do homem sobre a natureza a metamorfoseia em “outra coisa”. O “paraíso”, se é que ele existe, estaria no “lugar onde falta o homem”, e é para este lugar que o homem deve seguir para reconstituir-se. Nesta perspectiva, resguardar (idealizar?) espaços “livres” da interferência antrópica seria uma forma de reificar a dominação criadora da espécie humana sobre a natureza. Seriam esses os pressupostos ideológicos a suscitar a criação das primeiras áreas naturais protegidas?

Gonçalves (2004), por sua vez, observa que o conceito de natureza é socialmente construído, esboçando o caráter político-cultural dos movimentos ecológicos, a partir da institucionalização da “questão ambiental” emergente nos anos 1960 – contexto em que a própria “razão técnica” era questionada. Para o autor, os (des)caminhos do meio ambiente se dariam pelos artifícios da vida em sociedade, a começar pelo reconhecimento das diferenças a ela intrínsecas. Nesta perspectiva,

Homem e Natureza são concebidos como parte de um mesmo processo de constituição de diferenças. O homem é a natureza que toma consciência de si própria e esta é uma descoberta verdadeiramente revolucionária numa sociedade que disso se esqueceu ao se colocar o projeto de dominação da natureza (GONÇALVES, 2004, p.9).

Contudo, Diegues (2002) ressalta que o naturalismo do século XIX afastou o homem da natureza, reservando aos parques nacionais a idealização da não intervenção antrópica, desdobrando assim no mito de lugares paradisíacos a serem apenas reverenciados pelos homens, como estratégia para proteger a vida selvagem – no intuito de salvaguardar fragmentos do mundo natural em estado primitivo, portanto “livres” de qualquer ação humana. Isso explica em parte o fato de, ainda hoje, alguns ambientalistas defenderem a proibição da visitação pública às Unidades de Conservação, apontando o turismo como uma ameaça à vida selvagem e como mecanismo indutor de práticas depredatórias.

A criação de áreas protegidas tem se destacado enquanto estratégia de conservação dos patrimônios naturais, à medida que os principais ecossistemas do planeta encontram-se ameaçados. Há uma combinação de fatores que explicam o aumento da preocupação mundial pelas áreas protegidas, como o aumento da devastação de florestas e a perda da biodiversidade – entre outros temas de estudos e debates freqüentemente evocados no sentido de se configurar novos vínculos entre o homem e o meio do qual ele faz parte.

No Brasil, as Unidades de Conservação foram criadas a partir da transposição do modelo “preservacionista” de países desenvolvidos, quando “refúgios naturais” transformaram-se em Parques Nacionais⁷⁷ a partir de 1937. Contudo, a implantação de parques e reservas gerou inúmeros conflitos ao longo das últimas décadas, criando-se impactos negativos sobre o modo de vida de populações que tradicionalmente habitavam os territórios onde hoje se inserem grande parte dessas Unidades – simplesmente porque algumas das práticas culturais desses povos não se encaixaram no conceito ocidental de manejo dos recursos naturais⁷⁸.

Diegues (2002, p.110) cita um relatório publicado pela UICN⁷⁹ em 1992, o qual assinala algumas experiências de populações humanas do entorno de Unidades de Conservação onde são permitidas, em caráter sazonal, algumas atividades como a extração de recursos naturais renováveis ou até mesmo o uso de pastagens temporárias⁸⁰, resguardados os tradicionais sistemas de manejo – como medida compensatória pela perda de acesso a tais recursos. E acrescenta ainda que “no caso de uma desorganização cultural que possa ameaçar a integridade da Unidade, pode-se pensar em outras soluções, como incorporar a área e sua população em projetos de desenvolvimento rural, transformando a área dos moradores em *uso múltiplo*”.

Partindo de uma idéia urbana e lúdica de floresta, do rural e do que seja o meio ambiente, um paraíso intocado e intocável, destinado a contemplação e ao lazer humano, o conservacionismo foi pano de fundo ideológico das principais iniciativas apresentadas para a preservação do meio ambiente. Esse modelo de preservação acabou criando verdadeiras ‘ilhas de conservação’ do meio natural, sem considerar questões sociais concretas no momento de sua delimitação, abrindo espaço para que os conflitos de ordem fundiária (e muitos outros) emergissem (SEVA, 2005, p.488).

⁷⁷ Criado em 1937, o Parque Nacional do Itatiaia foi o primeiro do gênero, no Brasil.

⁷⁸ DIEGUES, A. C.. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: _____ (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP, 2000. p. 1-46.

⁷⁹ UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza.

⁸⁰ Em relação ao uso e manejo de pastagens temporárias por populações locais, Diegues (2002) destaca, como exemplo, o caso do Parque Nacional de Chitwan (Nepal) e do Parque Nacional de Matabue (Zimbábue).

Não obstante, Sabáh Aoun (2003, p.16) observa que as imagens nostálgicas relacionadas aos destinos turísticos representam a busca pelo “paraíso perdido” no imaginário ocidental, remetendo a “um lugar muito distante no espaço e remoto no tempo, representado pela imagem de um pedaço de terra, na forma de um jardim perfeito, o primeiro endereço residencial do homem”. O paraíso, assim, poderia ser representado a partir de visões arquetípicas, transcendendo aos relatos bíblicos do jardim das delícias, podendo incorporar a imagem de um feudo destinado “a uma sociedade eminentemente agrária” – como outrora foi a medieval –, ou então ser tropicalizado, como na época das grandes navegações. Na contemporaneidade, entretanto, o turismo recolocaria o indivíduo em contato com o *paraíso perdido*, materializando – e vendendo – a idéia do retorno às origens humanas:

O paraíso no universo do turismo não é mais um sonho impossível ou outra utopia fantástica, inventada em pleno século XX. [...] A angústia do homem moderno e a complexidade dos cenários da vida urbana, entre outros fatores, fazem com que o homem institua, como sinônimo de sua libertação desse cotidiano indiferente e impassível, numerosos e variados lugares criados com essa finalidade (AOUN, 2003, p.26).

As demandas das populações urbanas em visitar as áreas naturais protegidas expressam a própria dualidade homem-natureza, em que a busca por imagens nostálgicas relacionadas a esses destinos turísticos representam a busca pelo “paraíso perdido” no imaginário ocidental, em contraposição à degradação da qualidade de vida nos grandes centros urbanos. Assim, novas demandas sociais induzem à procura por “refúgios naturais” como alternativa à fuga do cotidiano das metrópoles, sendo que a especificidade do “mundo natural” é definida em oposição à imagem da civilização, e suas representações construídas a partir de olhares “civilizatórios” sobre o “selvagem”. Tal oposição, contudo, não foge à perspectiva dicotômica observada por Martins (1981) ao analisar a relação cidade/campo – estes enquanto componentes de uma dualidade social – entendendo o rural enquanto universo *sui generis*. Schama (1996, p.21), por sua vez, destaca que a ressignificação das paisagens rurais a partir de atores urbanos remonta ao século XVII, quando “a vida campestre devia ser valorizada como um corretivo moral contra os males da corte e da cidade”. Na contemporaneidade, sob tal perspectiva dicotômica, o turismo em áreas naturais protegidas recolocaria o indivíduo em contato com o *paraíso perdido*, materializando – e vendendo – a idéia do retorno às origens humanas. Ironicamente, busca-se na idealização do “natural” as respostas para muitos dos dilemas civilizatórios.

2.2 – VIAGENS À NATUREZA DA ARTE



Fig.5: O Embarque para a Ilha de Cútera (1717). Um marco na pintura francesa do séc.XVIII, em que Jean-Antoine Watteau (1684-1721) retrata os encantamentos de uma viagem à “Ilha do Amor”. Entre cenas de mistério e idilismo, suas paisagens naturais são ao mesmo tempo artificializadas com a dramaticidade da presença humana. Watteau idealiza a natureza como palco para a teatralização do amor moderno. Em sua obra, a aristocracia peregrina entre árvores que lembram mais um cenário teatral do que a composição de uma floresta.

Fig.6: Festa num parque (1720-21). Mais uma vez, Watteau evoca a idealização do romantismo moderno ao representar a “artificialização” do mundo natural pela presença humana. Nesta cena, a face aristocrática das mulheres em contato com a natureza reafirma o caráter elitista conferido aos primeiros parques europeus. O seu viés naturalista recria a mitologia moderna do “paraíso” a ser reverenciado pelas elites. Tal visão não é muito diferente dos fundamentos ideológicos do *conservacionismo*, modelo que no séc.XX pensou e criou os Parques brasileiros como se fossem verdadeiros “refúgios naturais”.



Fig.7: A Natureza da Serra e seus neomitos (2002). Parede de um estabelecimento comercial em Ibitipoca, criação expressiva do artista plástico Edgar Cruz Moreira, cuja obra impressiona os turistas que visitam a Serra. Na pintura ao lado, em meio a uma paisagem dominada por lobos, tucanos, papagaios e cachoeiras, insurgem composições paisagísticas com ares ‘sobrenaturais’. Numa cena em que a natureza de Ibitipoca é reverenciada e seus ícones exaltados, a ausência do homem é reveladora. Estaríamos diante de mais um artifício de fetichização do espaço enquanto mercadoria reprodutível? Seria essa a natureza de Ibitipoca idealizada pelos turistas, onde predominam árvores e bichos? Ou o “bicho homem” teria também o seu lugar no imaginário dos visitantes? Foto: Bruno Bedim (2005).

2.3 – SINOPSE TEÓRICA DA EXPERIÊNCIA TURÍSTICA EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS

Eu quero conhecer um paraíso inteiro e uma Terra inteira.

Henry Thoreau, 1817-1862.

Considerando a perspectiva teórico-metodológica do materialismo dialético, serão situadas aqui algumas das contradições do turismo em Unidades de Conservação, delineando uma breve discussão filosófica sobre os avanços e as possibilidades de sua prática enquanto instrumento mediador de uma possível revisão da relação homem-natureza. Considera-se o turismo como fenômeno social, materializando-se no espaço através de um sistema de objetos articulados. Tem-se, enquanto pressuposto, que o fenômeno turístico em Unidades de Conservação e seus desdobramentos se materializam enquanto práticas sociais na própria ação dos atores que neles estão inseridos.

Ao chegar ao “paraíso”, o turista se lança na “busca pela excitação” como forma de procurar alívio das repressões sociais que envolvem suas obrigações cotidianas como escola, trabalho e religião. Ao visitar um Parque Nacional, o indivíduo tende ao relaxamento das tensões às quais é submetido no processo de evolução social, liberando-se. Operários, mães, avôs, empresários, estudantes, advogados, maridos e esposas momentaneamente se abstêm dos papéis que comumente representam em sociedade. Atualmente, contudo, as Unidades de Conservação estão cada vez mais atentas em estabelecer normas de conduta aos visitantes, impondo regras e restrições de uso dos seus espaços. Para o turista, tais regras, de certa, conformam o retalhamento das formas de expressão do seu tempo livre.

Tipologias como “turismo de aventura” têm nas áreas naturais protegidas os seus espaços por excelência, muito embora requeiram ao ambiente natural a condição de componente secundário. Uma interpretação possível das teorizações de Norbert Elias e Dunning (1992) revela que a “busca pela excitação” transcende às paisagens cênicas. A natureza sucumbe à emoção. O paraíso vira palco da adrenalina. A alegria e o perigo miméticos moram na beira do abismo, na escuridão da gruta, no rapel pela rocha, ou na prática do nudismo em cachoeiras. O apelo idílico da natureza já não basta. É preciso pecar no paraíso; desafiá-lo.

Ao turista, enquanto indivíduo em uso de seu tempo livre, são permitidas sensações que o mundo das obrigações não aceita, por isso sua importância no processo civilizador.

Porém, ao contrário do que é vinculado nas propagandas das agências de turismo, o que tem-se é o simulacro da aventura; o empacotamento das emoções sob a luz da indústria cultural e seu apelo imagético; atividades “de aventura” racionalmente pensadas onde os riscos tendem a zero; o fácil acesso à experiência turística “radicalmente segura”, confortável e amparada por recursos tecnológicos; a falsa aproximação do sentimento morte-vida que as telas de cinema e os jogos eletrônicos tanto espelham; a radicalização do simulacro de um produto turístico; a catarse pré-fabricada e paga a prestação.

Tendo em vista que o materialismo dialético sustenta, dialeticamente, que o material e o ideal são diferentes, na realidade opostos, mas existem dentro de uma unidade na qual o material é primordial, levanta-se a seguinte questão: Que tipo de consequência uma intervenção material, via turismo, terá na maneira como o homem pensa sua relação com o meio natural? Para tanto, distingue-se, neste trabalho, os seguintes elementos: (1) a interação entre o homem e a natureza, representada pela prática do turismo em áreas naturais protegidas, significando o universo material; (2) a necessidade de conservação destas áreas e da própria espécie humana, por sua vez, o universo ideal. O turismo é concebido, aqui, como fenômeno social materializando-se no espaço através de um sistema de objetos articulados.

Considera-se a possibilidade de infinitas permutas e interações entre o homem e o meio (interação ativa: os visitantes vão trazer alguma coisa, mas levarão algo consigo também, e vice-versa). Necessariamente, cada interação possível gera um impacto, negativo ou positivo. Argumenta-se que o homem, através de condições materiais (viagem ao meio, paisagens cênicas, belezas naturais) produz um processo mental (abstrações, sensações, aprendizado). Que maneira mais eficaz de interagir com os fundamentos da cidadania ecológica senão a própria experimentação, onde o sujeito entra diretamente em contato com o meio, percebendo-o e interpretando-o? Assim, a interação visitantes *versus* Unidade de Conservação ocorrerá até que haja um salto qualitativo, ou 'salto dialético', segundo a lei da transformação da quantidade em qualidade. Mas esse novo estado não dura permanentemente, já que uma nova luta entre opostos terá lugar, e assim por diante, *ad infinitum*.

Há ainda a problemática que envolve as áreas de preservação intensiva, como as Reservas Biológicas, especialmente resguardadas para proteger um tipo específico de vida, nas quais, por lei, não se pode tolerar nenhuma atividade antrópica senão para fins científicos. Neste caso, a própria ausência de interação representa um tipo de interação.

Nestes termos, tais categorias de manejo devem priorizar pela garantia da preservação ou conservação de seus recursos naturais, não pela recreação; face ao risco de ameaçar quaisquer desses objetivos, o turismo é vetado, para que não se altere o *status quo*.

Nesta perspectiva, a presença humana em uma Unidade de Conservação *versus* a necessidade de preservação da natureza, enquanto um conflito de contrários, pode viabilizar o avanço da realidade ambiental num processo histórico de transformação progressiva: a interação entre homem e natureza, nessas áreas – de forma criteriosa e racional – incluindo a visitação pública através de atividades de educação e interpretação ambiental sensibilizadoras – podem possibilitar ao homem perceber-se enquanto parte do meio e, por conseguinte, preservá-lo?

Por outro lado, neste processo, corre-se o risco de que o turismo aproprie-se indevidamente do patrimônio natural das Unidades de Conservação, condenando-as à destruição: de acordo com esta perspectiva, quanto mais interação, menos natureza haverá. A indevida apropriação da paisagem, por vezes incorporada indiscriminadamente enquanto mercadoria, a reduz a mero produto a ser consumido na lógica de reprodução capitalista. É o risco eminente da mercantilização exacerbada da natureza, invertendo assim o objetivo “ideal” do turismo nas áreas naturais protegidas. Neste sentido, coisas que não eram mercadoria passam a ser mercadoria para alimentar o modo de produção capitalista – quer seja, o patrimônio natural apropriado pela “indústria do turismo”. Enfocaremos tais questões a seguir.

2.4 – ‘PARA ALÉM DA UNIDADE’ – O ENTORNO ‘RURAL’ DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Além de resguardarem a conservação dos ecossistemas em que se inserem, os parques são categorias de manejo cujo viés funcional os transforma em territórios de lazer historicamente instituídos. Ademais, a demarcação jurídica de porções territoriais enquanto Unidade de Conservação e seu subsequente uso turístico potencialmente engendram processos pelos quais diferentes atores passam a disputar o controle dos recursos disponíveis em áreas dantes geridas pelas populações locais, onde diferentes representações, interesses e valores resultam em distintas formas sociais de apropriação do território – em torno dos quais orbitam forças políticas, simbologias e interesses

conflitantes –, tendo-se em vista a observância da heterogeneidade social dos grupos que dele se apropriam.

Nesta perspectiva, torna-se oportuno discutir a problemática socioambiental que envolve as diferentes práticas de apropriação social do território pelos grupos envolvidos no processo turístico em Unidades de Conservação e seu entorno. **i)** Para os turistas, por exemplo, as Unidades de Conservação se apresentam enquanto paisagem de consumo estético a ser visitada e fotografada, espaço de lazer e diversão – representando a fuga do cotidiano das grandes cidades e, muitas vezes, local de exacerbação dos prazeres. **ii)** Para os moradores de seu entorno, contudo, são lugar de moradia, devoção popular e práticas culturais tradicionais, onde determinadas “leis locais” devem ser respeitadas. **iii)** Contudo, há um outro grupo – os moradores recém-chegados ao entorno dessas áreas, muitos dos quais empreendedores – que vêm nesses espaços uma oportunidade de exploração econômica, a partir da implantação de empreendimentos turísticos diversos. **iv)** Por outro lado, há ainda os interesses dos órgãos ambientais gestores dessas Unidades – que por sua vez tendem a defender a vertente “preservacionista”, buscando resguardar as características naturais dos ecossistemas que compõem os parques e seus respectivos entornos.

A princípio, pode-se afirmar que essas são as principais forças que atuam e se confrontam no campo dos conflitos ambientais que envolvem a tríade *turismo, áreas naturais protegidas e as populações locais* – onde diferentes representações, interesses e valores resultam em distintas formas sociais de apropriação do território. Mas essa problemática envolve ainda categorias mais amplas e atividades diversas.

As práticas culturais expressas nas variadas formas de uso e apropriação dos territórios rurais do entorno de Unidades de Conservação congregam, muitas vezes, diversificadas práxis crescentemente associados às diferentes maneiras pelas quais o rural e o “mundo natural” são vistos, representados e apropriados pelas sociedades contemporâneas.

O que se assiste, a partir da criação de parques e reservas, é uma ressignificação de suas paisagens e de suas áreas limítrofes, em que novos valores estéticos insurgem em detrimento dos usos agrícolas até então dominantes. Na seqüência, não raro assiste-se à crescente valorização de terras e aos emergentes mecanismos de especulação fundiária que circundam tais áreas, submetendo assim o valor de uso aos termos da troca. Dessa forma, áreas montanhosas historicamente ocupadas por populações camponesas se tornam,

subitamente, vulneráveis a variados fatores de ação antrópica face a mercantilização da natureza. Não obstante, Henri Lefebvre sinaliza que

Outrora, o ar e a água, a luz e o calor eram dons da natureza, direta ou indiretamente. Esses valores de uso entraram nos valores de troca; seu uso e seu valor de uso, com os prazeres naturais ligados ao uso, se esfumam; ao mesmo tempo em que eles se compram e se vendem, tornam-se rarefeitos. A natureza, como o espaço, com o espaço, é simultaneamente feita em pedaços, fragmentada, vendida por fragmentos e ocupada globalmente. É destruída como tal e remanejada segundo as exigências da sociedade neocapitalista. As exigências da recondução das relações sociais envolvem, assim, a venalidade generalizada da própria natureza. Em contrapartida, a raridade do espaço, nas zonas industrializadas e urbanizadas, contrasta com o vazio dos espaços ainda desocupados, os desertos terrestres e os espaços interplanetários; a carestia do espaço assim ocupado e rarefeito é um fenômeno recente, com conseqüência cada vez mais graves. Esse espaço, sendo lugar e meio da prática social na sociedade capitalista (isto é, da reprodução das relações de produção), assinala os seus limites (LEFEBVRE, 2003, p.25).

Nas últimas décadas, inúmeras pesquisas se propuseram a apreender e interpretar os significados econômicos das múltiplas funções que o espaço rural vêm apresentando na contemporaneidade. O fato é que pouca atenção tem sido despendida para se analisar a importância das áreas rurais do entorno de Unidades de Conservação, concebendo-as enquanto espaço social de trocas simbólicas, cuja diversidade provém da reprodução de suas próprias bases culturais.

A atual noção de conservação da natureza, contudo, destaca a importância das populações locais e seus respectivos meios de manifestação cultural, expressos nas variadas formas e processos espaciais. Uma leitura ambiental consistente, portanto, deve abranger as interações entre os diferentes elementos que organizam e definem o entorno de áreas naturais protegidas, incluindo a própria sociedade que o produz, as condições do meio físico, suas áreas de produção agrícola, modos de vida, paisagem rural e sistemas de cultivo, entre outros. Neste sentido, Abramovay (2000) propõe a incorporação dos temas de natureza ambiental às estratégias de desenvolvimento rural: “à medida que a noção de ruralidade incorpora o meio natural como um valor a ser preservado – e não como um obstáculo que o progresso agrícola deve fatalmente remover – vão ganhando força as políticas e as práticas produtivas voltadas para a exploração sustentável da biodiversidade” (ibid., p.9).

Os paradigmas que envolvem a gestão de Unidades de Conservação vêm sendo redefinidos e ampliados nos últimos anos, sendo que a ele, freqüentemente, encontram-se associadas as idéias de território e populações locais – as quais, não raro, situam-se em

zonas rurais. Por conseguinte, assiste-se ao reconhecimento da capacidade desses espaços em congregar funções relativas ao apoio à qualidade de vida e ao bem-estar social, estreitamente ligadas às experiências estéticas, culturais e de identidade que suas paisagens proporcionam. Assim, muitos territórios rurais limítrofes às Unidades de Conservação estão crescentemente associados a atividades orientadas para consumo, tais como lazer, turismo, moradia, prestação de serviços pessoais e preservação da natureza. Por conseguinte, o contato entre diferentes atores sociais nessas áreas potencialmente provocam uma série de processos sociais – já que, conforme Wanderley (2000, p.99), há um confronto entre as “concepções distintas a respeito do que é o rural e os usos que podem ser dados aos espaços rurais”.

2.5 – PARQUES E POVOS: A SUBVERSÃO HISTÓRICA DOS ENTORNOS

2.5.1 – O PROBLEMA MORA AO LADO ?

O foco deste trabalho não são as populações que habitam o interior de áreas naturais protegidas, mas sim, os atores rurais que vivem em seus arredores. Não obstante, a demarcação jurídica de porções territoriais rurais enquanto Unidade de Conservação e seu subsequente uso turístico potencialmente desestruturam, em termos socioespaciais, a prática cotidiana de relações sociais diferenciadas, de acordo com os diferentes usos, costumes e tradições que muitos agricultores têm de tais áreas. Além do mais, a criação de parques demanda contratação de pessoal especializado para trabalhar em sua manutenção e gestão, processo pelo qual diferentes agentes sociais passam a disputar o controle dos recursos disponíveis em territórios dantes geridos pelas populações locais.

Ademais, a partir da instalação de “infra-estrutura turística”, da melhoria de acesso e condições de vida nas áreas circunvizinhas aos parques e reservas, muitos dos funcionários de órgãos ambientais e empresários do “trade turístico” mudam-se para a região das Unidades em que desenvolvem suas funções, resultando na chegada de novos atores para compor as dinâmicas sociais destes lugares (BEDIM; TUBALDINI, 2006)⁸¹. Por conseguinte, não raro são estabelecidas delicadas relações que, muitas vezes, engendram conflitos de gestão e uso destes territórios.

⁸¹ BEDIM, Bruno P.; TUBALDINI, M. A. S. Turismo e populações rurais do entorno de Unidades de Conservação: dilemas socioambientais entre diferentes formas de apropriação do território. *Ciência & Tecnologia – OLAM*, Rio Claro (SP), v.6, n.2, dez.2006(a), p.356-376. (ISSN 1519-8693).

De acordo com Anderson e Parker (1971, p.527), são três as formas de interação entre indivíduos no espaço social, podendo os mesmos cooperar, competir ou entrar em conflito. A partir dessas interações – formas de ação –, dá-se o processo dinâmico que integra a estrutura social. O advento do turismo em parques e reservas, assim, está atrelado a uma série de desdobramentos/interações sociais resultantes dessa atividade nas zonas rurais circunvizinhas. Concomitantemente, a concepção do turismo enquanto fenômeno social adquire cada vez mais espaço nas “arenas acadêmicas”, ao passo que o estudo sistemático das dimensões sociais que o envolvem têm desencadeado uma série de discussões acerca das transformações socioculturais engendradas pela atividade turística em espaços rurais adjacentes às Unidades de Conservação, estimulando assim o espírito crítico, a problematização e a teorização em torno de temáticas até então marginalizadas – uma vez que, conforme lembra Krippendorf (2003), o objeto dos estudos turísticos quase sempre esteve centrado no turista e nos interesses da indústria que vive das viagens. O interesse em focar o estudo nesse tema surgiu com a necessidade de se conhecer melhor a relação entre a criação de áreas naturais protegidas e o processo de transformação dos espaços rurais adjacentes a essas áreas.

No Brasil, a bibliografia de pesquisas que contemplam abordagens socioantropológicas envolvendo turismo e populações locais (receptoras) ainda se apresenta relativamente incipiente. Os fatores socioculturais influenciáveis pelo turismo geralmente são os mais difíceis de se quantificar e medir, sendo “altamente qualitativos e subjetivos por natureza” (COOPER et al., 2001, p.213). Para Lickorish e Jenkins (2000), uma das maiores dificuldades na identificação desses impactos se deve ao fato de eles demorarem um certo tempo para emergir. Segundo estes autores, o impacto do turismo em uma comunidade se relaciona ao volume de turistas que a visitam e à dispersão sazonal dos mesmos. Em parques nacionais, a sazonalidade da demanda turística é um fator bastante influente, uma vez que os picos de visitação geralmente se concentram em feriados prolongados como carnaval, semana santa e *revéillon*. Dessa forma, torna-se essencial o estudo de aspectos da relação entre os visitantes e as populações visitadas, bem como as conseqüências daqueles sobre estas, no afã de se aprofundar o conhecimento da realidade local, com vistas a subsidiar o adequado planejamento da atividade turística e sua gestão.

Segundo Leff (2002), os princípios da gestão ambiental envolvem complexos processos políticos, sendo que a configuração do “campo conflitivo da questão ambiental”

se dá a partir da confrontação de interesses postos entre diferentes setores da sociedade. Para Acselrad (2004, p.26), os conflitos ambientais:

...caracterizam-se por envolver grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis [...] decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004, p.26).

A noção de território, por sua vez, está atrelada à apropriação individual ou social de determinada porção espacial. Em suas práticas cotidianas, os diferentes grupos se territorializam através de processos que envolvem “múltiplas formas de construção/apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como o poder (político/disciplinar), os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo/a subjetividade” (HAESBAERT, 2002, p.45). Nas palavras de Myskiw (2005, p.474), “o território não existe sem antes haver a apropriação, concreta e/ou simbolicamente (via conflito ou não), de uma área de terra (ou espaço), bem como de informar a outros seus limites, suas fronteiras”, sendo que as relações de poder que o envolvem estão vinculadas ao controle e à subordinação de pessoas, grupos sociais, lugares e recursos. Castro (2000, p. 167), por sua vez, pondera que “todas as atividades produtivas contêm e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos humanos agem sobre o território”. Dessa forma, não se pode conceber o turismo apenas a partir de sua vertente econômica, já que este fenômeno incorpora dimensões mais complexas.

Além de resguardarem a conservação dos ecossistemas em que se inserem, os parques são categorias de manejo cujo viés funcional os transforma em territórios de lazer historicamente instituídos – em torno dos quais orbitam forças políticas, simbologias e interesses conflitantes – tendo-se em vista a observância da heterogeneidade social dos grupos que deles se apropriam.

A análise dos processos e conflitos sociais que envolvem as populações do entorno de parques deve considerar a indissociabilidade entre diversidade sociocultural e os diferentes modos de apropriação do território – uma vez que, conforme ponderam Laschefski, Pereira e Zhouri (2005, p.17), a construção de um efetivo paradigma transformador para a sustentabilidade requer a observância dos “potenciais ecológicos de produção do lugar e as condições sociais e culturais das populações envolvidas”. No mais, Holzer (1997) compreende a territorialidade a partir dos comportamentos vividos e das relações socioculturais que os grupos humanos estabelecem com lugares e itinerários que

constituem seu território, sendo que a constituição deste não requer necessariamente a delimitação de fronteiras fixas, uma vez que ele está vinculado às relações estabelecidas frente a outros grupos sociais.

Em nível nacional, ainda são incipientes os estudos sobre os processos sociais desencadeados nas populações circunvizinhas às Unidades de Conservação da Natureza, tendo em vista o uso turístico dessas áreas. Ao investigar o caso da Vila do Aventureiro, na Ilha Grande (RJ), onde foram implementadas duas unidades de conservação, Carneiro e Ferreira (2005) observam os contrastes entre a perspectiva “preservacionista” instalada na localidade e suas conseqüências socioambientais:

Devido às regulações impostas pela legislação as populações moradoras são impelidas a modificar suas formas de apropriação dos recursos naturais. A conservação destas unidades vem ao encontro de uma demanda das populações urbanas por um contato maior com os ambientes tidos como “naturais”, estimulando um fluxo crescente de turistas em direção a elas. Os habitantes, cerceados em suas atividades e práticas costumeiras e também impelidos pela pressão econômica do turismo voltam-se para a prestação de serviços a estes visitantes. O espaço rural passa então a ser apreendido como espaço ambiental e visto como “paraíso”, dando origem a novos territórios sociais (CARNEIRO; FERREIRA, op.cit., p.1).

Ao analisar as unidades familiares de produção agrícola limítrofes ao Parque Nacional do Caparaó, Silva (1997) observa que muitas propriedades cujas terras compunham o complexo montanhoso foram desapropriadas, inclusive as áreas de capoeira destinadas ao pouso. Já Oliveira (1992) destaca a problemática que envolve o Parque Nacional da Serra da Canastra, descrevendo que até a criação desta Unidade, seu território era utilizado como área de pastagem, caça, pesca e recreação pela população local, a qual sequer foi consultada neste processo. Consequentemente, inúmeros conflitos de ordem fundiária e simbólica se sucederam entre os produtores rurais do entorno do parque e o então IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – interferindo diretamente no modo de vida da população afetada:

A criação de um Parque Nacional, antecedida de poucos estudos preliminares sobre as condições físicas e sociais da região, onde ele seria instalado, trouxe muitos problemas. A população local não sabia das mudanças que a implantação de um Parque Nacional traria ao Sistema de Manejo Tradicional realizado na Serra da Canastra. [...] houve um grande impacto sobre a comunidade rural de São Roque de Minas, que viu a área agrícola do município diminuída, inicialmente, em mais de 70.000 hectares (op.cit., p.43-45, passim).

A desarticulação de antigos sistemas de pastoreio, contudo, foi apenas um dos vértices de uma obscura página da história da conservação ambiental no Brasil, posto que a intervenção do regime militar deflagrou, na Serra da Canastra, um violento processo de desocupação de terras – quando inúmeros produtores rurais foram expulsos da região à força, pela Polícia Federal (ibid.). Oliveira (1992) destaca ainda que a implantação deste parque teria gerado muitas expectativas em relação aos ganhos que o turismo traria às populações locais, o que, de fato, não se concretizou:

Esperava-se que, com a criação deste Parque Nacional, toda uma infra-estrutura turística fosse implantada, para atender às demandas turísticas da região. O município [São Roque] teria suas estradas asfaltadas, a rede elétrica seria melhorada e encampada pela CEMIG, bem como o abastecimento de água da cidade administrada pela COPASA. Seriam criados hotéis, escolas, enfim, mudanças condizentes com o novo *status* da cidade. Mas nada disso chegou a se concretizar e a única coisa que o Parque trouxe para o município foram alguns poucos empregos (op.cit., p.72).

No entorno do Parque Nacional da Serra do Cipó, o turismo também produziu seus desdobramentos. Ao apontar alguns problemas decorrentes da atividade turística no povoado de Lapinha, Bernardo Gontijo (2003) chega a utilizar a expressão “a ilusão do ecoturismo na Serra do Cipó” para intitular sua pesquisa de doutoramento. Neste sentido, o autor pontua que “o fluxo contínuo de forasteiros levou ao surgimento de novos proprietários [...]. O problema do parcelamento passou, então, a ganhar proporções que acabaram por revelar Lapinha enquanto foco de tensão turística” (op.cit., p.81-2). Não obstante, questiona o uso do termo “ecoturismo”, a partir do diagnóstico de impactos ambientais e sociais negativos na região:

...há uma tendência perversa de deterioração de um lugar cujo potencial, sem dúvida, nos leva a evocar as benesses do ecoturismo. [...] Que ecoturismo era esse que, apesar de definições e princípios tão bonitos e decantados na literatura, dava margem para que um processo tão perverso de degradação e segregação se instalasse numa das paisagens mais representativas do interior mineiro? (GONTIJO, 2003, p.5).

Na região de Mamanguá (RJ), Diegues e Nogara (1994) enfocam alguns impactos do turismo no modo de vida das populações locais face a implantação da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga, incluindo a inserção dos caiçaras na construção civil (casa para veranistas), na atividade de caseiro e outros serviços ligados à prestação de serviços para os turistas, alternando tais atividades com a lavoura de subsistência e a pesca tradicionalmente praticada na região: “Os lavradores, em sua grande maioria também

praticam a pesca de subsistência e vice-versa. Os artesãos, que trabalham sobretudo durante a estação turística, vivem durante o restante do ano da pequena pesca e da agricultura” (op.cit., p.128). E os autores prosseguem, afirmando que:

A disjunção forçada entre a natureza e a cultura tradicional, onde os moradores poderão sofrer restrições em suas atividades do fazer patrimonial, e também do saber, representa a imposição de um mito moderno: o da natureza intocada e intocável, próprio da sociedade urbano-industrial sobre os mitos e simbolismos das sociedades tradicionais. Nesta linha de pensamento, o chamado “turismo ecológico”, que se iniciou recentemente na região, está também imbuído desse mito moderno da natureza selvagem, a ser desvendada por uns poucos privilegiados (DIEGUES; NOGARA, 1994, p.152).

Já o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (MG) contou com o envolvimento de grande parte de moradores da região no seu processo de criação, embora ainda haja dúvidas e insegurança em relação ao uso dos recursos naturais de seu entorno, bem como quanto ao desenvolvimento do turismo. De acordo com Neto, Teixeira e Jacovine (2000, p.107), “algumas comunidades têm expectativas com o turismo, principalmente as que já recebem um certo fluxo de visitantes. Se por um lado esperam ter com o turismo uma atividade geradora de renda, por outro têm receio dos impactos que o turismo pode trazer (lixo, drogas, etc.)”. Embora o parque tenha sido criado recentemente, em 1996, é preocupante a intensificação do turismo na região, principalmente após a inauguração de seu programa de uso público em 2005 – tendo em vista que, de acordo com Fontes et al (2000), no entorno desse parque residem cerca de 1900 famílias, sendo que 97% das unidades fundiárias são propriedades rurais cuja área é menor que 100 hectares. Tal situação ainda tem como agravantes os vários fatores de pressão antrópica que já incidem sobre essa área, como a retirada de lenha, especulação imobiliária e queimadas.

Morsello (2001, p.343) lembra que o elemento econômico está entre os critérios de seleção e delimitação de Unidades de Conservação no Brasil, destacando que “a localização dessas unidades foi determinada pelos custos diretos, especialmente o preço da terra”, sendo que os custos indiretos – como o ressarcimento das populações afetadas – nem sempre integraram as pautas de discussão. Esta autora destaca também que um dos grandes problemas que envolve a criação de áreas protegidas está relacionado à não incorporação de uma perspectiva regional na escolha e delimitação de tais áreas, e que, a nível nacional, a melhoria do manejo e da seleção dessas Unidades “depende do ordenamento territorial, do estabelecimento de critérios específicos em nível regional, da

incorporação de aspectos econômicos e da redução de conflitos com os habitantes” (op.cit., p.333).

Contudo, nem sempre a viabilidade social, ambiental e econômica do turismo é devidamente equacionada na escolha das categorias de manejo das Unidades de Conservação, no Brasil. Antes de se abrir um parque à visitação pública, por exemplo, seria prudente que os órgãos responsáveis pela sua gestão olhassem além das fronteiras da Unidade, a partir de estudos preditivos que antevêm a viabilidade da implantação (ou não) do turismo na região, tendo em vista os desdobramentos que tal atividade projeta em suas adjacências. O não planejamento territorial do entorno rural dessas áreas é o motivo pelo qual as populações locais são duplamente afetadas, atualmente. De pronto, sofrem os processos diretos decorrentes da implantação dos parques e reservas (desapropriação, restrições no uso do solo, etc). Num segundo momento, são vítimas de processos indiretos – como a chegada de novos atores sociais e a subsequente especulação imobiliária deflagrada no entorno dessas áreas, a qual envolve inclusive a expropriação de muitos agricultores que não vêem outra alternativa senão vender suas terras e viver da prestação de serviços em turismo (BEDIM; TUBALDINI, 2006a). Não obstante, Diegues ressalta que:

Para essas populações é incompreensível que suas atividades tradicionais, em grande parte vinculadas à agricultura de subsistência, pesca e extrativismo, sejam consideradas prejudiciais à natureza quando se permite a implantação de hotéis e facilidades turísticas para usuários de fora da área. Paradoxalmente, grande parte do orçamento das Unidades de Conservação é usada para a fiscalização e repressão [...] e muito pouco para melhorar as condições de vida e a manutenção das populações tradicionais que, se organizadas e estimuladas, poderiam contribuir positivamente para a conservação das áreas protegidas (DIEGUES, 2002, p.21).

Em relação às expectativas geradas quanto ao “desenvolvimento turístico” dessas áreas, vale lembrar que muitas delas surgem a partir das próprias populações locais; outras, porém, são incitadas pela administração dos parques, no intuito de mitigar eventuais conflitos – criando-se a perspectiva de que a longo prazo a implantação das Unidades de Conservação compensará as populações afetadas, em termos econômicos. Entretanto, a lógica de acumulação do “capital turístico” é espacial e socialmente excludente, já que, a princípio, as populações locais raramente detêm capital de giro e mão-de-obra qualificada, além de desconhecem os mecanismos econômicos da “indústria turística”. Via de regra, os ganhos econômicos do turismo se concentram nas mãos de grandes investidores intimamente articulados aos mercados de capitais. Neste sentido, Lindberg e Huber (1995)

estimam que menos de 10% dos gastos do turista permanecem nas comunidades dos destinos visitados.

Ao discorrer sobre eventuais impactos negativos do turismo via degradação ambiental dos destinos, Coriolano (2006, p.335) aponta o turismo como elemento motivador de conflitos diversos, uma vez que, em sua relação com os fatores ambientais, “evidencia uma das contradições da produção social do espaço e das formas de apropriação da natureza”. No sentido de sua crítica, a autora assinala o turismo como um possível elo de retorno da relação homem-natureza, muito embora sejam comuns, no turismo, a recomposição dos traços de dominação do ‘social’ sobre o ‘natural’.

2.6 – TURISMO, ESPAÇO RURAL E MUDANÇA SOCIAL

O fluxo de turistas no espaço rural, notadamente, envolve milhões de pessoas em todo o mundo, sendo que diferentes atores envolvidos neste fenômeno engendram processos sociais consideráveis. Dessa forma, torna-se oportuno pesquisar os efeitos que o fenômeno estaria conferindo a tais espaços, uma vez que o turismo cada vez mais vem produzindo-os e transformando-os.

As recentes transformações observadas no meio rural contemporâneo têm desencadeado uma série de discussões acerca das “novas” configurações engendradas pelo estreitamento das relações entre cidade e campo, tendo em vista a heterogeneidade social historicamente construída em torno desses espaços e as subseqüentes perspectivas de sua análise. De acordo com Queiroz (1979, p.163), a relação entre campo e cidade varia de acordo com a sociedade e o momento histórico – sendo necessário, portanto, recolocá-la constantemente sob novas formas – à medida que se dá a penetração de elementos urbanos no campo e a alternância de funções e demandas entre ambos os meios.

Tendo em vista o crescente reconhecimento das funções do espaço rural relativas ao apoio à qualidade de vida e ao bem-estar social das populações urbanas, Abramovay (2000, p.2) lembra que há conceituações em que “o rural não é definido por oposição e sim na sua relação com as cidades”. Assim, as áreas rurais estão crescentemente associadas a atividades orientadas para consumo, tais como lazer, turismo, moradia, prestação de serviços pessoais e conservação da natureza – atraindo, por conseguinte, atores urbanos, enquanto “espaço propício para que suas necessidades materiais e potencialidades econômicas possam ser repensadas a partir da cidade, já que seu espaço tem se consolidado

como alívio ou até alternativa para as condições constrangedoras da vida nas grandes cidades” (GIULIANI, 1990, p.60).

Conforme destaca Filetto (2004, p.42), a busca pelo rural, via turismo, está relacionada ao apelo nostálgico de um passado rural recente, em que $\frac{3}{4}$ da população brasileira se distribuía por esses espaços:

O processo de modernização da agricultura brasileira, aliado à industrialização, demandando cada vez mais mão-de-obra, arrancou “violentamente” o homem do meio rural, encaixando-o, muitas vezes, num espaço urbano sem nenhuma referência a este passado, no qual a identidade perde-se. Os últimos 50 anos da história do Brasil aderem-se à construção de uma identidade urbana. O rural contemporâneo surge, então, como meio de suporte à definição deste anseio de identidade, seja por meio do turismo rural, seja pela apropriação de sua cultura (ibid.).

Para Martins (1981), a oposição entre cidade e campo se dá a partir de uma perspectiva dicotômica, entendendo-os enquanto componentes de uma dualidade social. De fato, as práticas culturais expressas nas variadas formas de uso e apropriação do campo congregam, muitas vezes, diversificados saberes patrimoniais crescentemente associados às diferentes maneiras pelas quais o rural é visto, representado e apropriado pelas sociedades contemporâneas. Nas últimas décadas, inúmeras pesquisas se propuseram a apreender e interpretar os significados econômicos das múltiplas funções que o rural vêm apresentando. O fato é que pouca atenção tem sido despendida para se analisar os processos sociais desencadeados pelas atividades não-agrícolas no rural, à medida que estas se expandem por territórios até então voltados a funções eminentemente agrárias.

No Brasil, diversos estudos sugerem que o rural não mais se identifica exclusivamente com as tradicionais atividades agrícolas, uma vez que sua característica mais nova está relacionada à *pluriatividade* – a qual consiste na combinação da agropecuária com atividades não-agrícolas, muitas vezes relacionadas ao aumento da procura deste meio como lugar de vida e recreação num mundo cada vez mais urbanizado. Contudo, muitas estatísticas levantadas por essas pesquisas tendem a superficializar as análises que envolvem o rural contemporâneo, o qual é traduzido em números nem sempre representativos dos processos sociais que permeiam as estruturas que o indivíduo vivencia.

Neste contexto, a chegada de novos atores às áreas rurais pode ser entendida como objeto privilegiado de análise – no afã de se compreender a dinâmica das mudanças ocorridas nestes espaços nas últimas décadas – bem como apreender a natureza das relações entre estes e as demais esferas da chamada sociedade urbano-industrial da qual

eles também são parte. Contudo, não se trata aqui de apenas discutir as mudanças adaptativas que um “novo” fenômeno social – o turismo – causa às populações locais, mas percorrer o caminho oposto, conforme a proposta metodológica levantada por Martins (1993, p.64), conferindo aos atores rurais em questão a condição de sujeitos do processo social e histórico – o que dispensa eventuais vitimizações.

Espaço rural, demandas urbanas. Turistas urbanos, paisagens rurais. Até quando essa dualidade corrobora para a reconstrução da relação campo-cidade? Como articular, no tempo e no espaço, diferentes formas de apropriação da terra, tendo em vista que, segundo Claval (2001, p.40), “os indivíduos e os grupos não vivem os lugares do mesmo modo”, à medida que diferentes aspirações, significados e percepções permeiam um mesmo território? Estaríamos diante da profecia lefebvriana (1999, p.17) de que os desdobramentos da *práxis urbana* produz seus efeitos sobre diferentes espaços, levando ao subsequente predomínio da cidade sobre o campo à medida que “o tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária” ?

Não obstante, vale registrar, no âmbito da geografia agrária, as contribuições de Oliveira (2004, p.55), no sentido de que “o urbano como ideologia capitalista hegemônica invadiu todo o rural, porém não o destruiu. Ao contrário, trava com ele relações contraditórias”. Nossos estudos, de certa forma, vêm ao encontro das teorizações deste autor, onde a interdependência mútua entre a cidade e o campo conforma uma “unidade contraditória”.

As práticas culturais expressas nas variadas formas de uso e apropriação do espaço rural congregam diversificados saberes patrimoniais crescentemente associados às diferentes maneiras pelas quais o rural é visto e representado nas sociedades contemporâneas. Assim, Kayser (1990) concebe a ruralidade como um modo particular de utilização do espaço rural e de vida social, tendo em vista as especificidades e representações socioculturais que tais áreas denotam, à medida que seus atores se inserem nas esferas mais amplas da sociedade.

Por conseguinte, torna-se necessário a realização de pesquisas que enfoquem a dimensão cultural⁸² do chamado “universo rural”, avançando e agregando valor aos estudos clássicos sobre as condições do meio físico, áreas de produção agrícola, paisagem

⁸² No Brasil, ainda são incipientes os estudos destinados a focar o patrimônio rural e seus respectivos meios de manifestação, expressos nas variadas formas e processos espaciais. Para Santos (1985), contudo, uma leitura espacial consistente deve abranger as interações entre os diferentes elementos que organizam e definem o espaço, incluindo a própria sociedade que o produz e suas peculiaridades culturais.

rural e sistemas de cultivo, entre outros. Neste contexto, destaca-se o potencial papel da geografia enquanto ciência capaz de dialogar com outras ciências no afã de se produzir um conhecimento que incorpore as diferenciadas demandas sociais.

A multiplicidade de significados assumidos pelo rural tem sido foco de inúmeros estudos destinados a aprofundar a discussão em torno dessa temática. Segundo Mendonça (2005), no imaginário social ocidental, a noção de *campo* teria originado uma variedade de representações e valores ao longo do processo histórico.

Em termos institucionais o espaço rural no Brasil é definido a partir de critérios político-administrativos postulados pelo IBGE (1999) – os quais consideram “urbanas” todas as sedes de municípios e seus respectivos distritos (vilas/arraiais), bem como aquelas áreas caracterizadas por arruamentos, construções e intensa ocupação humana. Tais critérios, contudo, desconsideram fatores como a densidade demográfica e as dimensões socioculturais das populações envolvidas ao definir os espaços em questão, resultando na “urbanização” dos números que envolvem o último censo – o qual aponta cerca de 80% da população brasileira como residente em zonas urbanas. Neste sentido, Veiga (2002), salienta que a atual classificação induz a caracterizar como “urbanas” sedes municipais e distritais muito pequenas e predominantemente rurais – muitas das quais com população inferior a 2000 habitantes e com modo de vida “essencialmente rural”, na visão do autor.

Muitos saberes patrimoniais encontram-se embutidos nas formas cotidianas que envolvem a vida rural no Brasil – mesmo porque, conforme lembra Diegues Jr. (1979, p.121) – a sociedade brasileira se formou no meio rural, onde se verificaram “as primeiras relações entre os grupos que formavam nossas populações; no meio rural se encontram as raízes de nossa organização social”. Não obstante, a ruralidade pode ser concebida enquanto um modo particular de utilização do espaço rural e de vida social (KAYSER, 1990), potencialmente capaz de contrapor à difusão cultural do gênero de vida urbano e seus respectivos desdobramentos.

Na Europa, a noção de “multifuncionalidade” vem sendo utilizada para designar os vários usos do espaço rural, incluindo agricultura, lazer, turismo, artesanato e preservação do patrimônio histórico-cultural – material e imaterial⁸³. A “agricultura multifuncional”, assim, serve como diretriz para se repensar as funções do rural além de sua função primária

⁸³ “Ao nível do território deve ser tido em conta o valor patrimonial, estético e histórico, que poderá assumir uma importância fundamental para o desenvolvimento do mesmo [...] evidenciando a importância da função patrimonial da agricultura e da pecuária, nomeadamente quando de se tratava de salvaguardar e valorizar um patrimônio local em vias de extensão” (LEADER, 2002, p.35-38, passim).

de produzir alimentos, incluindo novos olhares sobre o mundo rural, suas paisagens, culturas e quadros de vida. Nesta perspectiva, a preservação do patrimônio cultural ligado à agricultura é uma das estratégias para que não se perca a identidade desses territórios. Por conseguinte, a idéia de “multifuncionalidade do turismo” também surge como base para análises de políticas públicas envolvendo o meio rural de países da União Européia (LEADER, 2002), a partir de um programa de desenvolvimento local em meio rural.

Assim como a agricultura, o turismo agrega, por sua vez, uma multiplicidade de conteúdos e funções, como a produtiva utilitária, a cultural-patrimonial, a estética e decorativa, a social, a ambiental e a pedagógica (ibid.). Seus impactos econômicos e suas potencialidades são considerados fatores “promissores” do desenvolvimento rural em várias escalas – interferindo nos tecidos econômico e social e induzindo à ressignificação dos laços das populações com seu território:

Como conseqüência desse processo, destacam-se a ampliação (e diversificação) do mercado de trabalho, em certas regiões de vocação turística, e a criação de novas necessidades e desafios para a população desses territórios que se tornam socialmente cada vez mais complexos (CARNEIRO, 2002, p.226).

Como se vê, o reconhecimento dessas “novas” funções relacionadas ao uso do rural e às demandas relacionadas a esse uso envolvem a manutenção de saberes e técnicas acumulados ao longo dos séculos, de sistema de valores e formas de sociabilidade. Mas, por outro lado, envolvem também a sua transformação, o seu movimento, a sua mudança em função de novas formas de (re)produção.

Muitos saberes patrimoniais encontram-se embutidos nas formas cotidianas que envolvem a vida rural em Ibitipoca, incluindo hábitos, costumes e tradições observados em nossas pesquisas de campo. Não obstante, a ruralidade da Serra pode ser concebida enquanto um modo particular de utilização do espaço e de vida social, materializada no cotidiano reproduzido por seus moradores – congregando um conjunto de saberes adquiridos ao longo de gerações. As especificidades regionais expressas nessas práticas patrimoniais subentendem a necessidade de se repensar o entorno do Parque a partir do saber local dos grupos que nele estão inseridos, viabilizando assim a diversificação das estratégias de sua reprodução familiar nessas áreas – construindo novos espaços socioeconômicos a partir de processos de ressignificação da paisagem rural – tendo a idéia de localidade como base de atuação.

2.6.1 – (RE)VISITANDO OS VISITADOS

A bibliografia de pesquisas que contemplem abordagens sociais e antropológicas envolvendo turismo⁸⁴ e comunidades receptoras apresenta-se escassa, uma vez que o objeto de estudo do turismo está quase sempre centrado no turista e nos interesses da indústria que vive das viagens (KRIPPENDORF, 2003). Na tentativa de explicar tal situação, Barretto (2000, p.23) constata a predominância da concepção acadêmica do turismo enquanto atividade “marginal”:

As ciências sociais, fundamentalmente, não enxergam o turismo como um objeto válido – entre outras razões porque, via de regra, o crescimento do turismo tem ocorrido ao sabor do mercado, dos interesses dos grandes capitais nacionais e internacionais, sem levar em conta os demais atores sociais. E tem-se desenvolvido ao sabor do mercado e não com uma participação das comunidades afetadas (ora positiva, ora negativamente), por falta de um aporte de pesquisa socioantropológica aplicada (ibid).

De acordo com Trigo (2003, p.102) em função de aspectos econômicos as pesquisas em turismo não raro pendem a “tendências mercadológicas”, apesar de se tratar de um fenômeno social, político, cultural e ambiental. O autor alerta ainda que a aplicação desse tipo de “visão economicista” aliada ao imediatismo de certos projetos turísticos têm delineado o próprio fracasso destes. Moesch (2000) também faz ressalvas quanto ao caráter pragmático e consumista destes estudos, questionando a propensão do conhecimento em turismo inclinar-se ao “saber fazer”, em detrimento do “fazer saber”. Não obstante, Thiollent (1985) pontua, em termos gerais, que as exigências do mercado e certas características culturais dos próprios investigadores condicionam o tipo de conhecimento social encomendado pelas burocracias, desestimulando, por conseguinte, o espírito crítico, a problematização e a teorização sem compromisso.

Rejowski (1998), por sua vez, sinaliza a necessidade de se intensificar estudos sociológicos do turismo que visem a aprofundar o conhecimento da realidade local, ao passo que Dias (2003) aponta para a ascensão de uma nova disciplina – a Sociologia do Turismo – a qual privilegia o estudo do turismo enquanto fenômeno social, enfocando aspectos como a relação entre os turistas e a comunidade receptora, bem como as conseqüências daqueles sobre esta. Contudo, Cohen (apud BARRETO, 2000, p.25) defende a inexistência de uma sociologia do turismo, sendo, portanto, necessário aplicar os referenciais teóricos da sociologia geral para a compreensão deste fenômeno – o que será tomado neste trabalho como pressuposto.

⁸⁴ Segundo Moesch (2000, p.9), o turismo é “uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade consumido por milhões de pessoas como síntese: o produto turístico”.

Tendo em vista as limitações da literatura científica acerca de estudos concernentes às mudanças socioculturais⁸⁵ derivadas do turismo, a presente pesquisa não pôde se pautar em referenciais teóricos específicos; na ausência de modelos metodológicos para se mensurar as alterações socioculturais do turismo, a necessidade de se tomar emprestado paradigmas teóricos e técnicas de observação das ciências humanas e sociais em geral, com vistas a propiciar a análise e a interpretação do ente empírico. Sendo assim, e tomando por foco aquilo que se pretende estudar, cabe uma definição do que as ciências sociais entendem por MUDANÇA SOCIAL. Para Quesada (1980, p.11) ela é “o resultado de alterações substanciais na estrutura ou no funcionamento de um determinado sistema social”. Fernandes (1979, p.317), por sua vez, pontua que o conceito de mudança social encontra vasto uso, “aplicando-se a quaisquer espécies de alterações do sistema social, vistas independentemente de condições particulares de tempo e de espaço”.

Há fenômenos de mudança social que podem ser explicados mediante simples observação e interpretação dos efeitos da alteração do estado de certo sistema social concreto. O investigador parte de uma situação prévia, na qual a condição do equilíbrio do sistema social considerado pode ser atribuída a fatores de influência dinâmica conhecida, e atribui as modificações, caracterizadas por efeitos observáveis empiricamente, a fatores cujo valor funcional se tenha alterado ou (e) a fatores novos. [...] O que importa ressaltar é que, nesses estudos, o investigador se limita à determinação do significado dinâmico das alterações no âmbito do sistema social concreto considerado (FERNANDES, 1979, p.318).

Os fatores socioculturais influenciáveis pelo turismo geralmente são os mais difíceis de se quantificar e medir, sendo “altamente qualitativos e subjetivos por natureza” (COOPER et al., 2001, p.213). Para Lickorish e Jenkins (2000), uma das maiores dificuldades na identificação dos impactos socioculturais se deve ao fato de eles demorarem um certo tempo para emergir. Segundo estes autores, o impacto do turismo em uma comunidade se relaciona ao volume de turistas que a visitam e à dispersão sazonal dos mesmos. Em Ibitipoca, a sazonalidade⁸⁶ da demanda turística é um fator bastante influente, uma vez que os picos de visitação se concentram nos feriados prolongados como carnaval, semana santa, e *revéillon*. Não obstante, Coriolano (2006) pontua o caráter de intervenção que permeia o fenômeno turístico e suas articulações com os mecanismos capitalistas de reprodução, afirmando que:

⁸⁵ Embora haja certa predileção, nas abordagens socioantropológicas sobre o turismo, pela utilização da terminologia “impactos” ao invés de “mudanças”, optou-se pelo segundo termo, uma vez que o primeiro vem sendo utilizado a título generalizante. Assim, o uso do conceito de “mudança” para se referir às alterações socioculturais que o fenômeno turístico engendre em determinada comunidade se justifica. Não obstante, nesta pesquisa considera-se o social e o cultural como indissociáveis; expressões da mesma coisa, dispensam eventuais distinções.

⁸⁶ A sazonalidade da demanda turística se caracteriza pela “concentração de turistas em certas localidades em determinadas épocas do ano por sua ausência quase total em outras, provoca transtornos e efeitos econômicos negativos consideráveis nas localidades receptoras” (RUSCHMANN, 2001, p.45).

O turismo, para se reproduzir, segue a lógica do capital, que consiste em colocar grandes extensões da natureza a disposição de poucos visitantes, apresentando-a como atrativos naturais e culturais transformados em negócios, expropriando da terra aquele grupo da população que subsistia de atividades não-capitalistas. [...] Ambientes agredidos, valores locais depreciados, atividades tradicionais abandonadas, natureza agredida são impactos acarretados com o advento do turismo. As ocupações tradicionais como a pesca, a agricultura familiar são abandonados por ocupações em serviços turísticos (CORIOLANO, 2006, p.341-348, passim).

A análise do turismo em Ibitipoca não deve considerar apenas o turista como fator influente no processo. Não obstante, observa-se que a partir dos anos 1980, juntamente com os turistas, a região passou a atrair migrantes de variadas origens que lá fixaram residência. A esses novos moradores, atribuiu-se o nome de “forasteiros”, engendrando uma série de conflitos envolvendo poder, *status* e disputas por recursos a nível local.

Na perspectiva de Florestan Fernandes (1979), os diferentes grupos sociais tentam, via movimentos sociais, manter ou alterar o *status quo* dos contextos em que se inserem, sendo inerente à própria sociedade de classes um padrão de equilíbrio social instável dotado de mecanismos internos de mudança. Florestan esboça uma breve síntese das teorizações de intelectuais como Marx, Engels, Mannheim e Freyer sobre as mudanças sociais – articulando a ação do homem sobre o ambiente em que vive e o condicionamento da sua situação social de existência:

Não é a sociedade que se transforma; são os homens que transformam a sociedade em que vivem, atuando de forma socialmente organizada sobre suas condições materiais e morais de existência coletiva. Com isso, não pretendem afirmar que a sociedade seja mera expressão do ‘querer humano’ e de ‘atividades humanas conscientes’, pois seus raciocínios partem do pressuposto e da constatação de que ambos são condicionados, em suas funções e em seus conteúdos, pelas situações sociais de existência. Apenas, sublinham que a intervenção do homem no controle da porção social do ambiente faz-se segundo exigências e possibilidades sociais, as quais não excluem diferentes combinações de atitudes e comportamentos variavelmente volitivos, conscientes e inteligentes, apesar de sua natureza social (FERNANDES, op.cit., p.333).

Será no movimento histórico da vida social de Ibitipoca que iremos buscar respostas para muitas de nossas questões. Conforme lembra Raymond Aron (2003, p.193), “não existe essência supra-histórica do homem. O homem é o conjunto das relações sociais, e essas relações sociais se transformam continuamente através da história”. Em termos teórico-metodológicos, as contribuições da teoria dos processos sociais⁸⁷, de Norbert Elias, tendo em vista a capacidade de as ações humanas produzirem conseqüências não desejadas a longo

⁸⁷ O conceito de processo social refere-se às transformações amplas, contínuas, de longa duração – ou seja, em geral não aquém de três gerações – de figurações formadas por seres humanos, ou de seus aspectos, em uma de duas direções opostas. Uma delas tem, geralmente, o caráter de uma ascensão, a outra o caráter de um declínio. Em ambos os casos, os critérios são puramente objetivos. Eles independem do fato de o respectivo observador os considerar bons ou ruins. Exemplos disso são: a diferenciação crescente e decrescente de funções sociais, o aumento ou a diminuição do capital social ou do patrimônio social do saber, do nível de controle humano sobre a natureza não-humana ou da compaixão por outros homens, pertencem eles ao grupo que for. Logo, é inerente à natureza dos processos sociais que eles sejam bipolares (ELIAS, 2006).

prazo, engendrando processos de integração e desintegração de unidades sociais preexistentes – reconstruindo, a partir de um objeto aparentemente “pequeno” (*case* Ibitipoca), processos históricos mais amplos, situando figurações correlatas em maior escala a partir das tensões que estruturam o “micromundo social” ora analisado.

Tem-se enquanto premissa o caráter originalmente processual do turismo, concebendo-o enquanto fenômeno que não se explica pela sua própria manifestação. Para entendê-lo, faz-se necessário analisar a partir de seu conteúdo e tema específicos, olhar além de um ambiente disciplinar particular. Propõe-se à narrativa histórica do turismo no lugar enquanto um processo de intervenção não-planejado e não-intencional, tendo em vista que a natureza do fenômeno turístico, por si só, implica na (des)organização/intervenção socioespacial nos destinos visitados⁸⁸. Ademais, Sorre (1984, p.109) ressalta que a intervenção, via inserção de elementos novos num dado território, exerce poder transformador sobre os gêneros de vida, sobre os quais atuam influências exteriores⁸⁹.

Do ponto de vista sociológico, tomaremos a noção de “figurações sociais”, observando as dinâmicas que organizam o movimento da *figuração*⁹⁰ “nativo-forasteiro” ora analisada, interpretando narrativas específicas de turistas-veranistas (“outsiders”) e nativos (“estabelecidos”) individualmente e em grupo – reconstruindo, a partir de uma inflexão histórica, a gênese do turismo na Serra de Ibitipoca e seus desdobramentos. O conceito de *figuração*, por sua vez, fundamenta-se a partir do binômio indivíduo-sociedade – enquanto componentes indissociáveis de uma mesma estrutura – onde “cada ser humano assemelha-se aos outros e é, ao mesmo tempo, diferente de todos os outros”. À medida que cada indivíduo se transforma, as figurações que eles formam entre si também se transformam. Mas a transformação dos indivíduos e de suas respectivas figurações⁹¹ são transformações de tipos diferentes e em planos distintos.

⁸⁸ “A teoria dos processos sociais consiste no diagnóstico e na explicação das tendências de médio e longo prazo e não-planejadas, mas ao mesmo tempo estruturadas e orientadas, constituindo a infra-estrutura daquilo que em geral denomina-se “história” – seja de temas, eventos ou territórios singulares” (ELIAS, 2006).

⁸⁹ “A introdução de um elemento numa região é suficiente para modificar um velho gênero de vida, para dar a ele um novo dinamismo” (SORRE, 1984, p.109).

⁹⁰ Veremos, nos capítulos 6 e 7, que a diferenciação ocorrida na estrutura ocupacional da comunidade, aliada à intensificação dos conflitos entre os antigos moradores “nativos” e os recém-chegados “forasteiros”, alteram significativamente aspectos da dinâmica social local, reconfigurando assim as estratégias de reprodução social.

⁹¹ “Seres humanos singulares convivem uns com os outros em figurações determinadas. Os seres humanos singulares se transformam. As figurações que eles formam uns com os outros também se transformam. Mas as transformações dos seres humanos singulares, e as transformações das figurações que eles formam uns com os outros, apesar de inseparáveis e entrelaçadas entre si, são transformações em planos diferentes e de tipo diferente” (ELIAS, 2006, p.26).

2.7 – ‘ETHOS’ DA TERRA:

O LUGAR HISTÓRICO DO CAMPONÊS NO MUNDO MODERNO

O mundo ruim é o mundo que se descampesina, que perde esse ethos, essa identidade, essa ética.

Brandão, 2004, p.127.

2.7.1 – O DILEMA CONCEITUAL DAS ‘BATATAS’

A utilização dos termos ‘camponês’, ‘unidade familiar de produção’ e suas variantes, entre outros, será uma *práxis* balizadora das discussões ora propostas – imprescindíveis, portanto, ao esclarecimento dos fenômenos sociais estudados. Neste sentido, serão explicitados, a princípio, os referenciais teóricos que permeiam nossas análises, para assim alicerçar, em termos teórico-metodológicos, os pressupostos e parâmetros conceituais da pesquisa.

De pronto, a necessidade de sublinhar que o conceito de camponês está longe de atingir consenso acadêmico – e ainda bem –, muito embora tal discussão seja considerada por alguns como um debate estéril à compreensão da realidade social. Entre as distintas concepções teóricas sobre o campesinato, flutuam diferentes pressupostos político-ideológicos que permeiam as perspectivas de sua análise. De acordo com Shanin (1980, p.44), a conceituação histórica do camponês está atrelada à dimensão da sua própria diversidade, já que vários significados e conceitos podem ser atribuídos a um mesmo ‘camponês’ em diferentes períodos históricos ou a diferentes camponeses de uma mesma época. As designações para esse sujeito histórico se diferenciariam em conteúdo de forma tão plural quanto os próprios contextos sociais em que se inserem – sendo possível coexistir, como veremos no capítulo 5, numa dada porção territorial ‘microcós mica’ como Ibitipoca, o parceiro e o arrendatário, o sitiante e o ‘camarada’ agregado à fazenda, etc. A desmistificação do conceito, assim, deve acompanhar a própria diversidade – e dinâmica – do camponês, já que “os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo” (ibid.).

Entretanto, adotar a padronização de uma definição do camponês enquanto ‘entidade conceitual’ implicaria no risco de generalizar o conteúdo das análises e, assim, escamotear a heterogeneidade dos sujeitos em questão. Por outro lado, contudo, há autores

que se atêm a destacar o caráter *sui generis* do camponês, quase que correlacionando-os a povos primitivos, ‘espécime em extinção’ que muitos teóricos insistem em congelar no tempo para, assim, endereçar aos museus do conhecimento seus exóticos ‘fósseis sociológicos’ da modernidade.

Tais constatações, de certa forma, servem como alerta no sentido de evitarmos a relação nostálgica e até mesmo enganosa que muitos de nós, pesquisadores, temos ao construir uma alteridade, uma “ilha malinowskiana” ao idealizar que toda população rural é guardiã de traços tradicionais ou portadora de especificidades culturais *sui generis* – expectativas muitas vezes projetadas pelos próprios pesquisadores, não pelos indivíduos ou grupos camponeses estudados.

Contudo, as teorias convergem no sentido de conferir às economias camponesas um caráter peculiar, já que se caracterizam pela presença de “formas extensivas de ocupação autônoma”⁹² (trabalho familiar) e pelo controle dos próprios meios de produção, diferenciando-se, pois, da empresa capitalista convencional. Assim, não raro são encontrados estudos que concebem o camponês como um modo de vida – com suas especificidades produtivas, formas próprias de vida social e estratégias de reprodução de sua unidade de produção (como os costumes de herança, a transmissão do patrimônio cultural e a organização da propriedade familiar, entre outros), sendo que, de acordo com Shanin (op.cit., p.48), essa reprodução social implica a “produção das necessidades materiais e a reprodução dos atores humanos e do sistema de relações sociais” apontando assim padrões genéricos e específicos dos camponeses. Sua especificidade, dessa forma, estaria atrelada à maneira pela qual os camponeses reagem às mudanças estruturais das esferas mais amplas da sociedade, nelas se refletindo e se diferenciando – seja pela ‘recamponesação’ de determinados territórios, seja pela sua tenacidade em resistir aos tempos e ainda possuir um lugar histórico na contemporaneidade⁹³.

Chonchol (1986) assinala que as sociedades e economias camponesas possuem uma certa autonomia em relação às sociedades envolventes. Contudo, isso não implica em dizer que elas possuem autosuficiência, já que as mesmas necessitam de dinheiro para satisfazer parte das necessidades elementares à sua existência – o que, de certa forma, as submete às

⁹² Cf. Shanin (op.cit., p.46).

⁹³ Em certo sentido, os modos de resistência camponesa podem ser entendidos como metáfora dessa ‘entidade conceitual’ em se adaptar às transformações assistidas nos ‘tempos modernos’. Shanin (1980), por exemplo, ressalta que as tarefas não-agrícolas praticadas pelo camponês num período anterior à modernidade foram assumidas pela produção industrial em massa.

estruturas tradicionais de dominação e exploração, incluindo a venda sazonal e barata da sua força de trabalho e as trocas desiguais no mercado – a compra de produtos complementares e a venda de sua produção, geralmente desfavoráveis aos camponeses.

Já Eric Wolf (2003a) pontua que os camponeses detêm um controle considerável dos seus processos produtivos, sendo o seu objetivo principal a sua própria subsistência e reprodução social enquanto camponeses – muito embora se trate de uma “cultura parcial” pois conectada a um todo maior; conseqüentemente, o autor concebe o camponês a partir de suas relações estruturais, não como um determinado conteúdo de cultura. Diante disso, os camponeses estabelecem arranjos no âmbito da produção e distribuição de suas mercadorias, donde a esfera funcional se atrela à estrutura de sua organização sociocultural:

Em geral, os camponeses detêm um controle muito maior de seus processos de produção. Os controles externos se manifestam principalmente quando vendem seus produtos no mercado. [...] o camponês tem por objetivo sua subsistência, não o reinvestimento. Seu ponto de partida são as necessidades definidas por sua cultura. Sua resposta, a produção de produtos para o mercado, é provocada, em larga medida, por sua incapacidade de satisfazer essas necessidades dentro do segmento sociocultural a que pertence. Ele vende suas colheitas para obter dinheiro, mas esse dinheiro, por sua vez, é usado para comprar bens e serviços de que ele precisa para subsistir e manter seu *status* social, em vez de ampliar sua escala de operações (WOLF, 2003a, p.120).

Embora Shanin ressalte a importância da propriedade rural familiar para o grupo doméstico camponês, o autor reconhece os riscos de se ‘isolar’ tais atores sociais dos contextos mais amplos em que se inserem, descontextualizando-os, assim, da história social em geral. Propõe, então, a observância da ‘incorporação societária’ destes sujeitos, a partir da análise bipolar dos processos que permeiam a relação entre os camponeses e as esferas mais amplas das sociedades – os impactos daqueles sobre estas e vice-versa. No mesmo sentido, para não se reduzir as análises a ‘localismos’, o enfoque da problemática deve partir tanto da análise da dinâmica interna da unidade de produção familiar e seus reflexos no mundo exterior (“do camponês para fora”) quanto sobre a incidência dos fenômenos da sociedade envolvente sobre os camponeses (“de fora para dentro”) :

O camponês deve ser compreendido através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas específicas reações e interações com o contexto social mais amplo. [...] A repetição mundialmente abrangente de traços econômicos, políticos e culturais, assim como dos típicos padrões de sua dinâmica, teria a ver com o *modus operandi* dos estabelecimentos rurais familiares camponeses e com as formas específicas em que se vinculam e se transformam (SHANIN, op.cit., p.52).

Para muitos teóricos, o desenvolvimento do capitalismo no campo atrelado à tecnificação cada vez mais presente na vida desses atores rurais remeteriam aos arautos da extinção dos camponeses enquanto classe e sujeitos. No contexto das intensas transformações estruturais vislumbradas na modernidade, essa *entidade social* (campesinato) estaria fadada ao desaparecimento, sendo o século XIX o veredito de seu desfacelamento e o século XX, para muitos, o limiar de seu próprio fim face a expansão capitalista no campo.

Muitos dos que se intitulam adeptos do marxismo, aliás, lançaram mão de particularidades dos dilemas camponeses observados por Marx, sem, contudo, contextualizar que tal problemática se referia às observações específicas de uma dada época e de um dado território submetido a um intenso processo de desenvolvimento das relações capitalistas de produção. “Uma batata dentro do saco de batatas” – era assim que o velho Marx (1979) metaforizou a figura emblemática do camponês e seu estabelecimento rural familiar⁹⁴.

Ao esboçar uma concepção teórica do campesinato como classe, Marx observa a condição de isolamento em que se encontram tais atores sociais na França como um agravante à pobreza do campo. Destaca ainda que a organização social do camponês não admite a divisão do trabalho nos cultivos, tampouco a assimilação de aparatos tecnológicos em seu estabelecimento rural. A relativa autosuficiência da família camponesa, assim, está permeada por relações de trabalho que se vinculam mais estreitamente às interações com seus próprios meios de produção (recursos naturais, etc.) do que com a sua relação com a sociedade. Uma *adição de batatas num saco de batatas* a formar uma classe, já que, à medida que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas de existência que definem o seu modo de vida, seus interesses e sua cultura, o campesinato diferencia-se de outras classes, visto que suas peculiaridades econômicas e culturais colocam os camponeses em oposição frente às demais classes. Contudo, à medida que seu modo de vida e sua condição de relativo isolamento os leva a viver em condições similares sem contudo estabelecer uma organização política entre si, deixam de formar uma classe. Não representando a si mesmos, acabam sendo representados por outros. Por conseguinte, “a influência política dos camponeses minifundistas encontra sua expressão final no poder

⁹⁴ Assim Marx (1979, p.208) define o campesinato francês enquanto classe, a partir da metáfora do saco de batatas: “...la gran masa de la nación francesa está formada por simple adición de magnitudes homólogas, así como las papas em um saco forman um saco de papas”.

executivo que subordina a sociedade a ele mesmo” (ibid.). Eis, pois, uma representação possível da *soma das batatas*:

Los campesinos minifundistas forman una vasta masa cuyos miembros viven en condiciones similares pero sin establecer relaciones múltiples entre sí. [...] Cada familia campesina individual es casi autosuficiente; produce directamente la mayor parte de su consumo y adquiere así sus medios de vida más a través del intercambio con la naturaleza que em su relación con la sociedad. Una parcela, um campesino y sua família, al lado otra parcela, otro campesino y otra familia (MARX, 1979, p.208)

Entretanto, Shanin (1980, p.53) salienta que as observações de Marx se referiam a *sacos de batatas* franceses no contexto de uma Europa que se industrializava e induzia à reestruturação da sociedade em duas classes fundamentais – processo que culminara na decomposição das unidades camponesas de produção e, por conseguinte, do próprio campesinato, tendo em vista a necessidade de se liberar mão-de-obra para a indústria e assim gerar trabalho assalariado – já que, segundo Marx, é a partir da produção de capital e do trabalho assalariado que o capital se valoriza. Assim, “a linha mestra da teoria social marxista abordou o campesinato contemporâneo através da problemática de sua transformação capitalista expressa em dois principais debates conceituais, referentes à diferenciação e aos modos de produção” (ibid.).

Por conseguinte, não faltaram profecias que condenassem o camponês à ‘extinção’. Conforme lembra Oliveira (2004), muitos teóricos acreditaram que, uma vez que o campo se desenvolvia do ponto de vista do capital, seria necessário, pois, remover do caminho do ‘progresso’ capitalista esse ‘resíduo social’ chamado camponês. E não faltaram arautos acadêmicos que anunciassem a proletarização camponesa, os quais anteviram o endividamento, a falência, a perda de terras e, finalmente, a sepultura do campesinato de suas épocas. Segundo Oliveira (2004), são expoentes dessa corrente de pensamento: Karl Kaustsky, Vladimir Lênin, Léo Huberman, Paul Swezzy, Caio Prado Jr., Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maria Conceição D’ Incão, José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay, José Eli da Veiga, entre outros.

Contudo, teóricos como Martins (1990) contrapõem que há uma distorção teórica entre os autores que insistem em reproduzir a idéia de que a expropriação, a tecnificação e o subsequente “desenraizamento” do campesinato seriam os pressupostos fundamentais para o desenvolvimento capitalista no campo e, por conseguinte, o ultimato a condenar a reprodução camponesa enquanto classe. Na perspectiva dos autores que defendem tal interpretação, o camponês só teria passado, não futuro. Para Martins, entretanto, são os

dilemas camponeses do presente que atualizam esse ‘passado’, ressignificando-o nas lutas cotidianas de construção de um futuro possível:

O camponês não é uma figura do passado, mas uma figura do presente da história capitalista do país. Classificar a esperança da terra livre como um dado do passado é imputar sentido às lutas camponesas; é admitir equivocadamente que o passado tem uma existência em si mesmo. Entretanto, esse “passado” só tem sentido, só pode ser compreendido, por meio das relações que tornam sua evocação necessária – essas relações estão na violência do capital e do Estado. Portanto, esse “passado” é uma arma de luta do presente. Esse “passado” só tem sentido no corpo dessa luta, só se resolverá quando se resolverem as contradições do capital – quando então será possível compreender que o sentido do passado só se desvenda corretamente “no futuro”, na superação e na solução das contradições do capital – da exploração e da expropriação (MARTINS, 1990, p.16).

Dessa forma, é possível que o campesinato seja entendido como classe social inserida no modo capitalista de produção, se reproduzindo dentro do capitalismo como expoente de suas próprias contradições. Neste sentido, Martins (2004, p.19-20) verifica inclusive “a produção capitalista de relações não-capitalistas de produção⁹⁵” – já que, entre os mecanismos de constituição da força de trabalho que definem as relações camponesas de produção, a organização do trabalho familiar camponês aplicada à produção direta de seus meios de vida não permite que tais relações sejam consideradas, *ipsis litteris*, como relações capitalistas⁹⁶.

A ausência do regime de trabalho assalariado na organização do trabalho camponês, assim, insurge não apenas como contradição histórica do processo de valorização e expansão do capital no campo, mas também, contraditoriamente, cria condições para a subordinação de sua pequena produção agrícola excedente e a subsequente subordinação do trabalho camponês ao capital como processo funcional à reprodução do próprio capital. Ou seja: tem-se a exploração da unidade familiar de produção camponesa como uma necessidade de expansão capitalista, verificando-se, nesse tipo de exploração do trabalho familiar, o máximo de sobre-trabalho.

O que se verifica, sazonalmente, no âmbito estrutural das unidades camponesas, é a compra esporádica e parcial de sua força de trabalho, o que não necessariamente constitui trabalho assalariado. Se o salário é o elemento que constitui os custos da reprodução do trabalhador no sistema capitalista, a ausência de trabalho assalariado na unidade de

⁹⁵ MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 2004. p.19-21.

⁹⁶ “...o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução” (ibid.).

produção familiar camponesa pode ser entendida ainda como um artifício do capitalismo mundial – criado a partir da relação desigual entre campo e cidade? – o qual se apropria das desigualdades do desenvolvimento para se reproduzir.

Em cada sociedade, assim, o camponês terá uma forma elementar de inserção no sistema de produção capitalista; uma classe social a se reproduzir inserida num processo contraditório de reprodução ampliada do capital; uma forma específica de reprodução da riqueza; um sujeito histórico a desafiar a própria história.

A expansão do modo capitalista de produção no campo suscita a emergência de diferentes relações de trabalho no meio rural, sendo necessário pensar o pequeno produtor como integrado às formas de produção capitalistas – já que o mesmo incorpora as diversificadas formas assumidas pelo trabalho no campo.

Num contexto de profundas transformações sociais e de expansão do capitalismo no século XIX, por exemplo, onde muitos economistas acadêmicos e até mesmo marxistas ortodoxos atrelavam a expansão do capitalismo à ‘descampesinação’⁹⁷, Karl Kautsky (1980)⁹⁸ e sua perspectiva social-democrata trouxeram luz nova ao debate sobre a problemática camponesa de sua época, admitindo que, ao contrário do que se observava em outros setores da economia, haveria processos de diferenciação na maneira pela qual o capital penetra na agricultura. Neste contexto, a indústria personificava a principal intervenção nas sociedades rurais, engendrando a sua transformação capitalista e subordinando-as ao cerco industrial.

Lênin, por sua vez, atribuiu a transformação capitalista do campesinato não à esfera produtiva e sim às relações mercantis e aos processos de diferenciação de classe e divisão do trabalho. A lógica das relações de mercado, assim, indicariam polarizações entre camponeses ricos e pobres e, por conseguinte, entre proletários e capitalistas rurais⁹⁹.

No que concerne às análises da transformação capitalista da agricultura camponesa, Shanin (op.cit., p.56) destaca três principais tendências observáveis tanto numa mesma sociedade quanto em diferentes regiões do mundo, a partir da observância de diferentes estudos:

⁹⁷ Cf. Shanin (1980).

⁹⁸ Vale destacar que, de acordo com a perspectiva social-democrata de Kaustsky, o camponês não seria culturalmente desenvolvido para estabelecer a revolução.

⁹⁹ Vale destacar que, segundo Shanin (op.cit.), a abordagem de Lênin sobre a questão agrária sofreria mudanças substanciais, uma vez que em 1907 Lênin reconheceria “a permanência de traços camponeses” na agricultura russa.

- i) Processos de diferenciação;
- ii) Marginalização;
- iii) Pauperização.

Neste contexto, a *diferenciação* representaria uma ‘mudança estrutural’ altamente contestável, já que nem sempre se verificava a proletarianização dos mais pobres no processo de expansão do capital – tampouco ocorria a acumulação de capital pelos mais ricos, tendo em vista que a mais-valia não era acumulada. O que se observava, contudo, era uma tendência não à transformação da maioria em massa assalariada, mas sim à sua *pauperização* crescente, expressa, pois, no ‘fenômeno da população excedente’, do êxodo rural e da expansão da periferia nas grandes cidades, entre outros. Em tais circunstâncias, os camponeses “nem desaparecerão completamente, nem permanecerão estruturalmente como antes, nem se tornarão proletários rurais nos termos da teoria clássica do capitalismo” (ibid.).

Nesta perspectiva, haveria uma terceira tendência derivada da transformação da agricultura camponesa, a *marginalização*, na qual sua importância dentro da economia nacional perde espaço, assim como decresce a sua produção, tornando-se defasada. Mesmo assim, a tenacidade da classe camponesa parece resistir aos tempos, à medida que se vincula à economia capitalista da sociedade envolvente:

...sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês... (SHANIN, op.cit., p.58).

O não-desaparecimento camponês e seus enigmas, assim, têm suscitado inúmeros debates e controvérsias no âmbito acadêmico. Sua aparente *marginalização*, contudo, pode significar sua funcionalidade ao sistema de reprodução do capital, (re)atualizando-se numa espécie de “acumulação primitiva permanente”, realimentando o sistema com mercadorias, gêneros alimentícios e mão-de-obra baratos.

2.7.2 – MODERNOS OU NÃO, CAMPONESES SÃO

Como já exposto, sob a engrenagem do capitalismo a *marginalização* se apresenta como um dos padrões de mudança camponesa. A partir daí, no entanto, surge uma nova problemática levantada por Shanin (op.cit., p.59): “Quando, se acontecer, um camponês deixa de ser camponês, mantendo embora como unidade de produção o estabelecimento rural familiar?”

Danilov apud Shanin (1980) traz uma proposta conceitual para os casos em que a unidade de produção familiar é ausente de trabalho assalariado, mas baseada em investimentos expressivos de capital e lucro. O autor, então, subdivide as forças produtivas do estabelecimento familiar em ‘naturais’ – terra e força de trabalho – e as que são produzidas pelo homem – maquinaria e equipamentos – e sinaliza que seja adotado o conceito de camponês apenas para as unidades de produção familiar em que a produção é determinada a partir dos meios ‘naturais’ de produção.

Tal proposta, contudo, se limita a contextos em que a produção familiar do estabelecimento rural é fundamentalmente marcada por atividades agrícolas. Resta saber que norteamento conceitual seguir quando a unidade de produção é caracterizada pela combinação de atividades agrícolas com outras não-agrícolas – portanto, *pluriativas* em termos de estrutura ocupacional. Daí a problemática: uma unidade de produção familiar, em Ibitipoca, cujos membros trabalham na sua própria terra sem a presença de trabalho assalariado, mas, sazonalmente, prestam serviços parciais em turismo, pode ser definida como camponesa? Se não, quais critérios a ‘descamponeísa’? A prestação de serviços teria que ser endógena ao estabelecimento rural familiar? Estaríamos diante de novos processos de *diferenciação* contemporâneos?

Faz-se necessário, pois, tipologizar as tendências/padrões de mudança no interior da unidade básica de produção – quer seja, os estabelecimentos rurais familiares de Ibitipoca – diagnosticando suas lógicas produtivas e como nelas se refletem o novo contexto socioeconômico engendrado pelo turismo. A unidade familiar de produção, assim como os meios de hospedagem do contexto turístico de Ibitipoca, são instituições características de diferentes períodos históricos conjugadas a um só tempo; distintas formas de organização humana do espaço que coexistem.

O ponto de convergência entre muitos teóricos da questão agrária sobre a organização da unidade de produção camponesa reside no fato de que a mesma é baseada

no trabalho familiar, não necessariamente havendo trabalho assalariado – diferenciando-se, assim, da clássica estrutura de produção capitalista. Dessa forma, a existência do camponês como entidade social específica está relacionado à presença de estabelecimentos rurais familiares como a unidade básica econômica e social.

No âmbito econômico, Chayanov (1974) destaca o estabelecimento familiar de produção camponesa como unidade elementar da organização social e econômica, sendo, para o autor, uma forma de produção não capitalista estruturada na força de trabalho intrafamiliar, onde a correlação entre trabalho e consumo tende ao equilíbrio – uma vez que a satisfação de suas necessidades é a meta da unidade camponesa de produção. Por conseguinte, a manutenção das atividades na unidade de produção está vinculada à diferenciação demográfica da unidade econômica camponesa, havendo, pois, uma correlação entre o tamanho da área que se dispõe para trabalhar e o tamanho da família.

Sendo assim, a mão-de-obra disponível na família é um fator determinante no processo de produção, a partir do qual se organizam as estratégias de reprodução social da unidade camponesa. Ao definir o seu plano organizador, Chayanov (1974, p.133) sublinha que em tal unidade de produção doméstica a parcela de capital disponível materializa-se na apropriação dos seus meios de produção, sendo que tal tendência é limitada pela força de trabalho disponível na família e pelos limites da fadiga do trabalho de seus próprios membros. O equilíbrio entre trabalho e consumo, assim, expressa o mecanismo regulador das tendências consumidoras da família. A partir de uma alta produtividade, por exemplo, a unidade de produção camponesa tende não apenas a satisfazer suas necessidades pessoais, mas a ampliar a renovação de capital e, ainda, acumular mais capital.

No interior da unidade de produção familiar, a definição de metas e estratégias de ação perpassa pela existência objetiva – muito embora as iniciativas sejam experimentadas subjetivamente – já que o manejo dos recursos e a natureza de seu plano organizador muitas vezes resultam da “percepção intuitiva”, trazidas à esfera prática pela luz dos resultados observados em experiências anteriores.¹⁰⁰

De acordo com Hugues Lamarche (1993, p.15)¹⁰¹, assiste-se à transformação das formas sociais de produção agrícola, tendo em vista a crise do modelo produtivista nos

¹⁰⁰ “... o plano organizador da unidade econômica camponesa atualmente se elabora, não mediante um sistema de estruturas lógicas relacionadas e de cálculos, mas sim pela força da sucessão e imitação da experiência e pela *seleção*, durante muitos anos e a menudo subconscientemente, de métodos exitosos de trabalho econômico” (CHAYANOV, 1974, p.134).

¹⁰¹ Na visão de Lamarche (1993, p.18), “toda exploração familiar se define ao mesmo tempo em um modelo de funcionamento e em uma classe social no interior desse modelo”.

países capitalistas e suas respectivas contradições, sendo que a exploração familiar corresponde a “uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”, sendo que a conjugação e a interdependência da tríade *propriedade, trabalho e família* engendra complexos e abstratos mecanismos necessários à reprodução da própria exploração, incluindo a transmissão do patrimônio. Contudo, seguindo uma tendência teórica emergente nos anos 1990¹⁰², Lamarche utiliza o conceito de *agricultura familiar* em detrimento do de *campesinato*, se alicerçando, como critério para tal ‘desconceituação’, no grau de inserção dos agricultores no mercado. Assim, o autor traça um modelo baseado num eixo escalonado a partir do grau de integração dos agricultores na economia de mercado, partindo de um *Modelo Original* (segundo o autor, proveniente das *sociedades selvagens*, um modelo *tribal*) até atingir, linearmente, o outro lado da extremidade, o *Modelo Ideal*, desejável como meta – de caráter empresarial e expoente do máximo grau de integração no mercado e suas interações com a sociedade de consumo, um “modelo de referência para o futuro” onde o outrora camponês produzirá para o mercado a partir de seu “empreendimento familiar moderno”.

O leitor atento terá percebido que nossa reflexão acerca da exploração familiar se organiza em torno de um eixo definido pelo grau de inserção na economia de mercado. É claro que concebemos essa integração em seu sentido mais absoluto, ou seja, tanto no plano técnico-econômico quanto no plano sociocultural. Com efeito, é evidente que a um determinado grau de integração no mercado corresponda uma determinada relação com a sociedade de consumo, um determinado modo de vida e de representação (LAMARCHE, 1993, p.18-19).

Lamarche afirma ainda que a formação social e econômica dos grupos rurais inseridos na produção agrícola se dá a partir de sua “capacidade de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los” (op.cit., p.18). E prossegue, negando a noção marxista de classe social ao afirmar que “as explorações familiares não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo” (ibid.).

A base fundamental da noção de *agricultura familiar* de Lamarche é essa aí. Sua discrepância teórica também. Ao escamotear o conceito de *campesinato*, o autor, contraditoriamente, se esquivava da própria “diversidade” que ele tanto alegoriza na

¹⁰² Em relação à apropriação do conceito de *agricultura familiar* nas políticas públicas empreendidas pelos dois últimos governos federais (Fernando Henrique Cardoso e Lula) em suas estratégias de desenvolvimento agrário, devemos destacar que seus respectivos mecanismos de crédito podem ser entendidos como a subordinação da renda da terra ao capital financeiro, na perspectiva social-democrata. Mais uma vez, evidencia-se o caráter político-ideológico da utilização do termo *agricultura familiar*.

agricultura familiar de seu discurso¹⁰³. Não por acaso argumenta que “Henri Mendras, havia previsto, já em 1967, o fim dos camponeses” (op.cit., p.15).

A geógrafa Larissa Bombardi (2003, p.110), por sua vez, produziu uma expressiva crítica ao conceito de agricultura familiar, considerando tal acepção *lamarchiana* como sendo “evolucionista e cartesiana”, uma vez que reflete, pois, uma visão *colonialista* sobre o objeto que se propõe estudar. No sentido de sua análise, Bombardi afirma ainda que “neste tipo de entendimento o *moderno*, o *civilizado*, superam inexoravelmente o que é tido como arcaico, como portador do *atraso*”. E o discernimento da autora vai além, ao denunciar que “está se tentando forjar um conceito por meio de uma classificação que toma em consideração o aspecto externo e mais visível do modo como os agricultores relacionam-se com a sociedade de mercado”. Como contraponto àquele tipo de visão propagada por Lamarche e seus adeptos, a autora então expõe a importância de se analisar – no âmbito da geografia agrária – os processos sociais que permeiam tais questões e conceitos, a partir da análise das diferentes lógicas que regem a cena social para, então, se entender e explicar a sociedade:

Do ponto de vista da geografia, se tomarmos o território como categoria de análise, faz uma grande diferença falar em campesinato ou em agricultura familiar, fundamentalmente porque a questão das relações sociais se configura como essencial nesta análise. [...] Se quisermos propor uma explicação ou análise séria da realidade devemos fazê-lo não por sua forma aparente (onde não é possível buscar explicação, onde não tem sentido analítico) senão no âmago do processo, o que vale dizer das relações sociais (BOMBARDI, 2003, p.110-111).

Se tomássemos a proposta de Lamarche como pressuposto teórico nesta pesquisa, partiríamos da premissa de que poderia até ser possível que a exploração camponesa tenha desaparecido da Serra de Ibitipoca; a exploração familiar, contudo, não. Cegamente, então, partiríamos da hipótese de que os atuais proprietários de terras no entorno do Parque advém de um modelo “original” de exploração vinculado ao modo de vida de seus *antepassados camponeses*¹⁰⁴, cujos traços socioculturais teriam sido transmitidos ao longo das gerações e, ainda, que os mesmos caminhariam, inevitavelmente, para um *modelo ideal* que os levaria, indubitavelmente, à “descampesinação”. Isso implicaria em dizer, de antemão, que o campesinato da Serra só teria passado, não futuro; que as comodidades do

¹⁰³ “... a exploração familiar não é portanto um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade” (LAMARCHE, 1993 p.18).

¹⁰⁴ Na visão do próprio Lamarche (op.cit., p.17), “a transmissão de um patrimônio sociocultural comum e o estado de conservação deste patrimônio pode variar consideravelmente de uma sociedade para outra e mesmo de um explorador para outro dentro da mesma sociedade”.

mundo moderno os destituíam da condição de camponês; que o camponês que adquiriu antena parabólica, automóvel ou telefone celular requer, em termos teórico-metodológicos, ser re-conceituado como “agricultor familiar moderno”. Na melhor das hipóteses, a concepção teórica (e por que não, ideológica?) da *agricultura familiar* de Lamarche nos permitiria falar em resquícios camponeses do presente.

Além do mais, reproduzir a *máxima lamarchiana* de que “a exploração camponesa é familiar... mas nem todas as explorações familiares são camponesas”¹⁰⁵ seria, pois, equivalente a reconhecer que a chuva é molhada para assim alicerçar uma tempestade teórica a destituir conceitual e ideologicamente o campesinato enquanto classe. Embora uma parcela considerável dos estudos contemporâneos sobre a *agricultura familiar* rejeite as contribuições teóricas marxistas, o conceito de *agricultura familiar* – tal qual vem sendo apropriado nos últimos anos por governos e acadêmicos – contraditoriamente exprime, sob a perspectiva social-democrata, a subordinação da renda da terra ao capital financeiro.

Uma interpretação apurada pode revelar que tanto a *agricultura familiar* de Lamarche quanto as *relações pré-capitalistas* que Chayanov observara no camponês russo denunciam, ambas, a exploração familiar como um máximo de sobre-trabalho; o trabalho familiar agrícola como uma das formas pela qual o trabalho se realiza no sistema capitalista; a subordinação da renda da terra ao capital num contexto em que a mercadoria passa a ser um elemento de justificativa das sociedades modernas. Não obstante, o que Chayanov (1974) denomina de *formas pré-capitalistas de produção* nada mais são do que a denúncia da exploração da unidade familiar de produção como necessidade de expansão capitalista.

Contudo, não podemos escamotear a diversidade sociocultural dos sujeitos com os quais lidamos em nossos estudos, tampouco devemos ignorar os mecanismos contraditórios que permeiam a reprodução do capitalismo no campo. E ainda: devemos respeitar as diferenças que constituem os diferentes tipos de agricultura camponesa praticados do Brasil.

Adotar o conceito de camponês, nesta pesquisa, é situar o campesinato no processo de transformação histórica da sociedade; é reconhecer as diferentes formas assumidas pelo campesinato brasileiro, a diversidade intrínseca às manifestações de sua própria existência enquanto classe social a se reproduzir no interior do capitalismo. Com a palavra, José de Souza Martins:

¹⁰⁵ Lamarche (1993, p.16).

A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente [o camponês] e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a sua participação nesse processo – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não tivesse participando. O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloquente da definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: *ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado* (MARTINS, 1990, p.25).

A análise desse ente empírico requer a concepção de diferentes trajetórias e estratégias familiares, cujas escolhas perpassam pelo plano individual, familiar e social; desejos e metas a serem alcançadas a curto prazo; diferentes movimentos no interior das unidades familiares; diversos anseios e desejos para com o futuro profissional das gerações seguintes; conflitos processuais entre gerações de uma mesma família; a experiência acumulada dos predecessores e as expectativas de futuro dos sucessores.

Resta saber se, em termos teórico-metodológicos, as propostas de análise da organização da unidade familiar de produção agrícola seja transponível para outras formas de produção familiar – como as pluriativas – que atualmente se estruturam no contexto “turístico” de Ibitipoca. Chayanov (1974, p.125), por sua vez, pondera que “a família camponesa, sem terra nem meios de produção suficientes para a utilização completa de toda a sua força de trabalho, coloca seu excedente em outra forma de atividade econômica (artesanais e comércio)” – incluindo, pois, atividades rurais não-agrícolas. Considerando a possibilidade de (re)alocação de recursos no interior da família camponesa, tem-se o fenômeno da pluriatividade nos seguintes termos: a unidade de produção familiar, apesar de não contratar força de trabalho exterior e ser proprietária dos seus próprios meios de produção, esporadicamente se vê obrigada a empregar parte de sua força de trabalho em atividades rurais não-agrícolas (CHAYANOV, 1974) .

Importante ressaltar que, seja num contexto de ‘descamponesização’ ou não, o turismo em Ibitipoca intervém sobre o modo de vida camponês, e tal processo não é a-histórico em relação às esferas mais amplas das sociedades. Sendo assim, a necessidade de se diacronizar as análises e considerar os contextos societários em maior escala, já que:

Os camponeses representam uma especificidade de características sociais e econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem. Quer dizer também que a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia. Em poucas palavras, significa que em uma formação social dominada pelo capital, que abarque camponeses, difere daquelas em que não existem camponeses (SHANIN, 1980, p.69).

Eric Wolf (2003a), por sua vez, assinala que a cultura camponesa não pode ser entendida por si mesma, tratando-se de uma *cultura parcial* articulada a um todo maior, uma teia de relações externas a ela que propiciam sua continuidade enquanto tal. Diante de tal constatação, o seu grau de integração à superestrutura social é diretamente proporcional à incidência de fatores de intervenção externos.

Na visão de Graziano da Silva (1997, p.2-3), a pluriatividade do trabalho seria o indicativo, a sentença a revelar que o camponês não mais poderia assegurar a sua reprodução como tal, já que “ele não é mais de um agricultor ou pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais”. Diante disso, um questionamento inevitável: A *pluriatividade* estaria então mistificando formas de exploração do trabalho camponês? O “novo rural” seria o “velho rural” subordinado aos mecanismos de expansão do capital, no campo? O termo *pluriatividade* não seria, por si só, um eufemismo?

Para Oliveira (2004), contudo, estaríamos diante de um novo sujeito social nascido das contradições do capitalismo, já que “o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar”. A prestação de serviços temporários fora da unidade camponesa de produção, ao invés de condenar o campesinato ao desaparecimento, poderia significar justamente o contrário, ou seja, garantir a sua reprodução enquanto camponês!

Com o revigoreamento das discussões marxistas nos anos 1960 e 70, emergiu um novo foco de análise voltado para o binômio camponeses/modos de produção e seus desdobramentos sociais. Neste contexto, a pergunta: os camponeses constituem um modo de produção específico? Segundo Shanin, não, uma vez que, apesar de o excedente ser criado dentro da unidade camponesa de produção, sua apropriação e exploração são em geral externos a ela. Ou seja, os camponeses carecem de uma *estrutura político-econômica autosuficiente*, já que a exploração intracamponesa (no interior da unidade de produção e suas subseqüentes relações de vizinhança) seria secundária em relação à exploração extracamponesa. Por outro lado, verifica-se a possibilidade da existência histórica do camponês como modo de produção secundário, subjugado diante de um modo de produção dominante – sendo que este último incorpora o papel de ‘explorador’ em relação a um modo de produção ‘explorado’ que não se articula por si mesmo: “o modo de produção secundário representaria uma estrutura desencadeada de forças e relações de produção, uma economia política necessariamente incompleta, em cujos limites se situam o conflito e

as determinações societárias dominantes”¹⁰⁶. Legitimado pelos escritos de Marx¹⁰⁷, o modo de produção secundário traduz as condições em que o trabalho é senhor das condições de seu próprio trabalho. Mas há ainda uma outra proposta de utilização da noção de ‘modo de produção’ para designar o campesinato. De igual inspiração marxista, recai na concepção da própria agricultura como um modo *sui generis* de produção, sendo que “o modo de produção aqui é considerado em seu sentido mais direto e descritivo, isto é, como uma forma de produzir, um processo de trabalho, um estágio tecnológico geral de desenvolvimento social, um conceito de alcance muito reduzido” (ibid.).

Assim sendo, a seguinte questão surge: O modo de produção dominante (respectivamente articulado às esferas mais amplas da sociedade) e suas estruturas e demandas socioeconômicas determinariam as características fundamentais do estabelecimento rural familiar em Ibitipoca? Segundo a ótica de Shanin (op.cit.), o que define e diferencia a essência social do estabelecimento rural familiar são as diferenciações das próprias sociedades, sistemas e modos de produção¹⁰⁸. Para Marx¹⁰⁹, “as categorias econômicas, apropriadas a modos de produção anteriores, adquirem um caráter histórico novo e específico sob o impacto da produção capitalista”.

Diante disso, a ‘resolução metodológica’ dessa pesquisa se vê conseqüentemente induzida a estabelecer uma discussão dialética entre a ‘totalidade’ e suas ‘subunidades’ – no intuito de se aproximar da pluralidade e das contradições da realidade social, tendo em vista que o reducionismo não pode e nem poderia ser considerado uma resposta satisfatória ao ente empírico analisado¹¹⁰. Como já demonstrado anteriormente, a natureza da unidade de produção camponesa não se traduz num organismo econômico individual, estando, pois, articulada às esferas mais amplas da sociedade e inserida contraditoriamente no modo capitalista de produção. Mesmo assim, o camponês pode ser entendido como entidade social específica, um modo de vida que dispensa taxonomias adicionais.

Ocorre que muitos autores clássicos como Chayanov (1974; 1991) e Abramovay (1992) concentraram suas análises a partir de um viés economicista do grupo doméstico

¹⁰⁶ Shanin (1980, p.64).

¹⁰⁷ MARX, K. Capital, op.cit., p.926. ; Pré-capitalist Economic Formations, 1964, p. 79 - 118.

¹⁰⁸ “Os padrões internos típicos de interação e/ou exploração, dentro das pequenas unidades compostas, que os camponeses geralmente compartilham com os trabalhadores rurais, artesãos, pequenos burocratas e pequenos capitalistas, são característicos e altamente repetitivos, assim como a posição subserviente geral das unidades sociais camponesas, dentro da rede mais ampla de dominação política, econômica e cultural” (SHANIN, 1980, p.48).

¹⁰⁹ MARX, K. Capital, op.cit., p.950.

¹¹⁰ “... não podemos compreender como operam as unidades de produção camponesas sem seu contexto societário. Tampouco podemos, simplesmente por isso, deduzi-las ou reduzi-las ou dissolvê-las conceitualmente. O deducionismo não é uma resposta satisfatória ao empirismo” (SHANIN, op.cit., p.68).

camponês, enxergando-o, essencialmente, a partir de parâmetros demográficos cuja particularidade destaca a família camponesa enquanto unidade de força de trabalho. E, de fato, alguns traços constitutivos da economia camponesa se diferenciam das demais esferas produtivas a partir da estrutura ocupacional. Contudo, tal constatação não implica em reduzir as análises do campesinato ao plano da economia, tendo em vista que fatores sociais e culturais são igualmente constitutivos do ‘universo camponês’.

Neste sentido, Klaas Woortmann (1990) transcende à apreciação das lógicas produtivas da unidade camponesa, inserindo – em termos subjetivos e em seu plano particular de análise – a categoria *campesinidade* enquanto elemento comum a diferentes espaços e tempos, donde a “produção cultural da família enquanto valor” se sobressai em relação à produção de bens materiais pela unidade familiar camponesa. Mais que braços e bocas, o grupo doméstico camponês aqui possui também um *ethos* específico, uma atmosfera de valorações éticas enquanto patrimônio cultural.

Prefiro então falar não de camponeses, mas de campesinidade, entendida como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos. Se há uma relação entre as formas históricas de produção e essa qualidade, tal relação não é, contudo, mecânica. O que tenho em vista é uma configuração modelar, mas é preciso não esquecer, sob risco de reificação, que pequenos produtores concretos não são tipos, mas sujeitos históricos e que as situações empíricas observadas, por serem históricas, são ambíguas. De fato, pode-se perceber a história como uma contínua produção e resolução de ambigüidades. Modelos nunca são “iguais à realidade”, se por essa última se entende a concretude histórica que é, essencialmente, movimento (WOORTMANN, op.cit., p.13).

Assim, em seu plano interpretativo, o camponês não assume simplesmente a categorização de *pequeno produtor*, tampouco a terra é por este vista como mera mercadoria. Ao contrário, o seu valor-de-uso incorpora outro valor, ou seja, o de *uso enquanto valor*, transcendendo, dessa forma, à acepção da terra como objeto de trabalho para, então, assumir a expressão de uma moralidade que se realiza no plano ético¹¹¹.

É neste sentido que introduzimos, aqui, a concepção do camponês como sublimação das diferenças que permeiam a vida moderna. O respeito a essas diferenças pode servir de instrumento à reconstrução de sua vida em sociedade, no sentido de se humanizar o cotidiano social incerto – e muitas vezes perverso – ao qual o camponês é submetido.

¹¹¹ “...não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria” (WOORTMANN, 1990, p.12).

PARTE II
ENTE EMPÍRICO IBITIPOCA:
O ESPAÇO ETNOGRÁFICO

Então eu me preocupo com as crianças... Como é que vai ser, tadinhos? Só se estudar pra ter uma vida melhor. A sugestão que eu tenho é só a de Deus: só Deus pra encaminhar... porque a gente está no fim aqui na roça. Mas a gente pede muito a Deus pra eles não entrar em mau caminho... mas só Deus pra encaminhar, porque hoje Ibitipoca está muito agitada: a juventude está roubando, fumando maconha, casais largando. Com esse turismo, aqui passa muita gente estranha que a gente não conhece...

Lavrador, 76.

CAP.3 – METODOLOGIA

Desliga esse troço aí rapaz [gravador]. Aqui a palavra de um homem vale mais que esse trem aí. [...] Eu vivo uma vida rural, num meio completamente diferente que embrutece até a gente e faz a gente esquecer até da língua portuguesa... porque a gente é produto do meio...então a gente convive num meio e vai esquecendo das coisas...

(Agricultor, 83).

O depoimento acima, em certo sentido, anuncia alguns parâmetros do “real” do grupo humano estudado em Ibitipoca. Tanto a percepção do agricultor sobre sua própria vida quanto a postura por ele assumida durante o processo de entrevista são fatores que devem ser problematizados pelo pesquisador. Em ciência, não se pode fazer livre interpretação, mas sim, estabelecer critérios de análise a partir do escopo e dos objetivos do projeto de pesquisa. Só assim os “critérios de cientificidade” se expressam.

O objetivo último desta pesquisa é gerar inteligibilidade sobre um fragmento do “real” estudado na Serra de Ibitipoca; investimos num “objeto” recortado com a expectativa de se criar uma maior previsibilidade sobre os fenômenos empíricos estudados.

Em última instância, um mestrando é um cientista em formação, um mero trabalhador braçal que se apropria de ferramentas analíticas e as articula com os dados empíricos coletados, com as observações registradas em seu caderno de campo, com os cruzamentos analíticos que estabelece no intuito de se conduzir uma narrativa científica sobre o real. A este ser em formação composto por músculos e neurônios, a metodologia se apresenta como um guia que a *priori* se incumbem de conduzir e vigiar a investigação empírica. Não se trata de pôr em causa tudo o que na pesquisa parece evidência, mas sim de reconsiderar os fundamentos da “verdade” ora apresentados¹¹².

Etimologicamente, metodologia significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para se fazer ciência¹¹³, o percurso metodológico percorrido pelo pesquisador na sua tarefa de demonstrar ao outro como ele guiou a sua própria razão¹¹⁴ ao conduzir uma narrativa científica sobre o “real”. E, conforme ressalta Morin (1986, p.14), para se alcançar a produção do conhecimento antes deve-se situar, refletir, interrogar a realidade

¹¹² Sobre as *(in)verdades* da ciência, ver Morin (1986).

¹¹³ Demo (1985).

¹¹⁴ Descartes (1973).

estudada através do reconhecimento das condições, limites e possibilidades tanto do pesquisador quanto da pesquisa em si. Assim, neste capítulo, faz-se um esclarecimento acerca dos meios e das circunstâncias que alicerçam as inferências e condicionam os resultados obtidos, ponderando os próprios conhecimentos aqui expostos: *a “verdade” transforma-se, enfim, em pergunta*. Eis, pois, a incorporação do desafio de o pesquisador assumir por si próprio os meios da vigilância de seu trabalho científico (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2004).

Do ponto de vista do método, ao confrontar um determinado ente empírico o pesquisador tende a articulá-lo a “tipos ideais”, abstrações que só existem no mundo das idéias (Ex.: conceito de camponês, etc.). A partir de tais pressupostos, torna-se possível discutir os conceitos e dizer em medida a realidade observada se aproxima ou se afasta dos mesmos. No campo científico, portanto, os conceitos são apenas conceitos; e os modelos teóricos não têm correspondência objetiva na realidade empírica. Os fragmentos do “real” constatados em Ibitipoca, por sua vez, não apresentam tipos “puros”.

A “realidade Ibitipoca” é muito mais do que aquilo que o mestrando capta; o ente empírico é sempre mais do que os dispositivos de percepção humanos. Nenhum pesquisador possui os atributos perceptíveis para captar a realidade de fato – aliás, segundo Marx (1980), toda ciência seria desnecessária se nós tivéssemos a capacidade de captar o real tal qual ele é.

Serra eu vou dissertar você
Contar aos outros como fiz
Quando guiei minha razão por aí
Menor que um grês talvez
O fragmento que vi
Desse monte (de dúvidas)
Em pedras de alquimia
Anotei, coletei, ibitipoquei
Fiz ciência em poesia
Resta dizer como foi
Na metodologia.

115

¹¹⁵ BEDIM, Bruno P. Diário de Campo. Ibitipoca, jun. 2007.

3.1 – CONFRONTAÇÕES DA “MATÉRIA”

O materialismo dialético é o paradigma filosófico-metodológico utilizado para se conhecer e discutir os fenômenos estudados em Ibitipoca e contrastando-os com as eventuais “leis” que regem as sociedades humanas. Trata-se de uma perspectiva filosófica de compreensão do mundo que pode nos auxiliar na interpretação ora proposta. Acreditamos ser este um instrumento valioso para a compreensão das realidades pesquisadas, no sentido de se conduzir uma narrativa científica sobre o real. Por sua vez, o materialismo dialético se expressa enquanto matriz filosófica a sustentar um método de análise – o materialismo histórico – fonte da qual a pesquisa também bebe. Seu emaranhado de conceitos e teorias congrega um valor heurístico muito forte no sentido de se traçar um caminho inteligível aproveitando-se suas categorias analíticas.

Tal conjunto de raciocínios se baseia na premissa de que as formas de pensamento são decorrentes da produção da vida material. Sua elaboração é atribuída a Marx Engels (1984; 1987) e encontra-se focada num viés antropológico – o ser humano enquanto bicho no mundo, a nossa viagem enquanto espécie biológica sobre a Terra. A apropriação dessa perspectiva conduz grande parte da narrativa exposta nessa dissertação.

A princípio, a seguinte problemática insurgiu: **Como se configuram, atualmente, os espaços rurais adjacentes ao parque? Como se dá a produção dos meios de vida na Serra de Ibitipoca face a intervenção de uma nova esfera produtiva (turismo)?** Num primeiro momento, esse é o fragmento da realidade que nós tomamos em separado para estudar. Não se trata de uma leitura facilmente esgotável. Acreditamos que o materialismo dialético, enquanto perspectiva filosófica de compreensão do mundo, pode nos auxiliar na interpretação dos processos socioespaciais a serem analisados; um subsídio filosófico-metodológico à interpretação da organização espacial da vida social. Nesta perspectiva, nos propomos ao enfrentamento das questões que permeiam a **produção do espaço pelos homens na sua relação com outros homens e com o próprio espaço geográfico.**

Conforme Marx e Engels (1984), o que modifica a natureza é o modo de estar no mundo do homem. A partir dessa constatação, podemos observar como as diferentes sociedades produzem a sua cultura material e imaterial. Além de Marx e Engels, utilizações apropriadas das perspectivas teóricas apresentadas por Norbert Elias (1998),

Chayanov (1974), Martins (1993; 1975) e Lefebvre (1969; 1971), entre outros, permitiram o desvelamento das estruturas que compõem a cena do entorno do Parque do Ibitipoca, bem como dos sentidos das ações sociais dos diferentes agentes que disputam os recursos lá disponíveis.

3.2 – OS CAMINHOS METODOLÓGICOS NA SERRA

O “percurso etnográfico” foi a janela pela qual pudemos enxergar as estruturas, os processos, as representações e o universo simbólico pesquisados. Além da pesquisa documental, relatos orais e elementos iconográficos foram utilizados como fonte – cujo tratamento requer critérios de cientificidade para a sistematização das análises, na tarefa de construirmos uma interpretação, uma narrativa sobre as diferentes conformações socioespaciais, tipificando-as, situando-as em seus respectivos contextos locais e verificando a ocorrência (ou não) de traços comuns entre elas.

As fotografias são entendidas enquanto documentos históricos cuja análise pode auxiliar na interpretação da realidade – seja pelos registros das cenas do cotidiano, seja pela linguagem expressa na disposição dos objetos no espaço. Os elementos iconográficos ora analisados são concebidos enquanto formas de registro visual socialmente produzidos – portanto subentendem intencionalidades e significados. Durante o processo de trabalho de campo, foi solicitado às famílias o acesso aos eventuais acervos fotográficos de que dispõem, no sentido de se proceder à observação e interpretação das culturas visuais. Acontece que são raras as fotografias de Ibitipoca relativas aos períodos que precedem à década de 1980 – o que, por si só, já é um dado. Ao se apropriar deste material e procurar estabelecer a sua datação e sistematizar a sua análise, o pesquisador lhe agrega uma outra intencionalidade – já que ele tem objetivos específicos a conduzir a sua apreciação.

Em 2005, produzimos uma monografia sobre os conflitos de poder e os antagonismos intergrupais no arraial de Conceição de Ibitipoca (BEDIM, 2005). Dois anos depois, trazemos um novo projeto de pesquisa, novas problemáticas e uma área de estudo ampliada para todo o entorno do Parque. Mas nos deparamos também com o reexame do material colhido em 2005, e temos novos olhares sobre velhos problemas; aspectos insuspeitados da pesquisa revelados a partir de entrevistas realizadas anteriormente. Essa re-análise é também uma autocrítica, constitui-se como parte integrante da construção metodológica e, assim como o ente empírico analisado, também possui um movimento

dinâmico, dialético, refletindo-se na pesquisa e no pesquisador: **a produção do conhecimento enquanto processo**. Parafraseando Malinowski (1980, p.49), consideraremos tal contexto como sendo uma “dupla fertilização de trabalho construtivo”, já que temos também um pesquisador em movimento, uma realidade social que se transforma, paradigmas acadêmicos que não congelaram no tempo. O próprio pesquisador hoje se vê em Ibitipoca como um “forasteiro”, o estranho, o corpo que jamais poderia ser considerado neutro – pelo contrário: essa sua condição também é um dado, um elemento a ser problematizado e equacionado nas análises, o pesquisador como elemento perturbador do cotidiano.

Então chegamos ao que Malinowski (1980, p.55) denomina de *os imponderáveis da vida real*, ou seja, “uma série de fenômenos de grande importância que não podem ser registrados através de perguntas, ou em documentos quantitativos, mas devem ser observados”, analisados subjetivamente – elementos esses que, uma vez incorporados na vida cotidiana, geralmente são sentidos com menos intensidade pelos indivíduos que os cumpre, embora possam se revelar ao pesquisador como fator de estranhamento. Entre os *imponderáveis* a serem observados, em Ibitipoca, se incluem as relações de parentesco, a interação do camponês com a terra, a rotina de um dia de trabalho, o movimento de turistas na Serra e seus respectivos desdobramentos no plano social; a relação da mulher rural com o espaço do entorno de sua casa; o constante fluir do cotidiano; os conflitos entre “nativos” e “forasteiros” e suas sutis mas não menos importantes estratégias de poder a nível local; a maneira de se preparar as refeições; a espacialidade inerente à cena de uma típica cozinha camponesa; o ritmo de vida dos atores pesquisados; as vaidades e ambições pessoais refletidas nos acontecimentos – como o movimento pró-emancipação observado em Conceição de Ibitipoca, etc. Esses fenômenos foram registrados a partir de observação sistemática, anotados no diário de campo e, a posteriori, categorizados para análise. Entre as técnicas de observação direta e coleta de dados, foram aplicados entrevistas e questionários semi-estruturados nas propriedades rurais situadas no *buffer* de amostragem (mapa 2).

O recorte espacial insurgiu como um desafio à pesquisa, já que a mesma teria que identificar e mapear a distribuição espacial das propriedades rurais e dos meios de hospedagem e estabelecimentos comerciais amostrados. Para tanto, estabelecemos um *buffer zonal*, cujos parâmetros demandaram, a princípio, a delimitação de um contorno circundante aos limites territoriais do Parque, o qual abrange um raio de 5 Km a partir da

fronteira da Unidade (mapa 1). Esse contorno zonal se desdobra por porções dos municípios de Lima Duarte, Santa Rita do Ibitipoca e Bias Fortes¹¹⁶ (MG).

Em seguida, foram mapeadas as principais vias de acesso dos visitantes ao Parque e a respectiva portaria do mesmo. Ao recorte espacial resultante dessa delimitação chamaremos de ENTORNO IMEDIATO. A partir dessas representações, obtivemos uma melhor visualização de como os fenômenos estudados interagem na estrutura espacial do ente empírico analisado.

Problema primeiro: O que é “Serra de Ibitipoca”? Quais parâmetros orientam o recorte espacial da pesquisa? Parece um exercício de arbitrariedade dizer onde a Serra “começa” e onde ela “termina”, já que o espaço vivido transcende à geomorfologia; a realidade física da paisagem sucumbe ao imaginário humano; o símbolo não necessariamente requer fronteiras fixas. Temos, enquanto pressuposto, que pelo menos duas representações possíveis sobre um dado espaço (físico e simbólico) estão presentes no espírito da pesquisa. Todo e qualquer recorte, embora necessário, ficará aquém da complexidade do fenômeno estudado. Mas delimitar é preciso.

A definição do recorte espacial considerou ainda a pretensão inicial de se abranger as seguintes “comunidades rurais” e seus respectivos arraiais-sede: **1)** Conceição do Ibitipoca (entorno sudoeste); **2)** Mogol (entorno sul); **3)** Moreiras (entorno norte e noroeste). A distribuição espacial da amostragem se deu a partir das 3 principais estradas de chão que circundam os limites do parque, concebendo o território do PEIb como um monumento configurador do espaço; uma referência espacial da pesquisa.

Mas o parque não é a Serra, embora abranja parte considerável da elevação física. A Serra contém o parque e algo mais. O parque é um território institucionalizado pelo Estado, e o parque abrange a Serra, ao passo que a Serra contém o parque. E ainda: a Serra se traduz a partir da interação simbólica entre o homem e o lugar do homem; o camponês e seu espaço vivido; o poder e o contrapoder existentes no parque e fora dele.

Aliás, a própria noção de *Serra* é, do ponto de vista geográfico, imprecisa, sendo este um termo usado no Brasil de forma ampla, generalizada (GUERRA; GUERRA, 2003). A princípio, tem-se a Serra de Ibitipoca que está nos olhos de quem a vê, de quem a vive. É esta a Serra que se eleva à medida que o significado se faz presente; sua dimensão simbólica transcende às fronteiras impostas pelos mecanismos reguladores do Estado ou ao

¹¹⁶ Conforme se vê no mapa 1, a porção territorial do município de Bias Fortes incorporado no recorte espacial desta pesquisa é ínfima e abrange apenas uma parcela de terras circunscritas ao limite leste do parque.

pretensio recorte espacial delimitado por qualquer pesquisador. Mas a Serra é ainda território (parque), é lugar (símbolo), é abstração (espaço). E é assim, desafiando os conceitos geográficos, que suas evidências empíricas se revelam.

No plano simbólico, a Serra vai até aonde a percepção do observador alcança. É esta a Ibitipoca que está nos olhos de quem a vê. O relevo se eleva à medida que o significado se faz presente. Tem-se, pois, um monumento configurador do espaço; uma referência espacial regional. De qual região? A região da Serra,oras. A região que não existe nos mapas institucionais, mas que está no limiar do horizonte que se avista lá do alto; ou então, num movimento oposto, a região que se compõe dos mares-de-morro de onde é possível avistar o alto da Serra: *“Passou por aqui e viu uma Serra Grande? Então você está nas bandas da Ibitipoca”* – afirmou um velho camponês. O horizonte que se avista é o sentido de lugar. O lugar Ibitipoca. Olhar vivido que constrói a Serra; lugar da Serra que abriga a vida.

Portanto, parâmetros do espaço vivido também foram levados em consideração para se definir o recorte espacial enfocado. A princípio, as relações de compadrio, vicinais, e as duas paróquias existentes na área de estudo foram critérios possíveis: Em qual igreja as famílias freqüentam a missa? Onde os sujeitos entrevistados foram batizados? A que comunidade se sentem pertencidos? Em qual vila se dão as suas redes de sociabilidade? Quem é o povo do lugar? Como eu sei que estou na Serra de Ibitipoca? Onde você nasceu, camponês?

Atrelada a tais critérios, somamos ainda a área que abrange a zona de amortecimento do parque. O buffer expresso no mapa 1 possui um diâmetro de aproximadamente 10 km e abrange desde a área de influência direta do parque quanto a extensão de terras que se funcionalizam em relação ao turismo. Esquematizando:

SERRA DE IBITIPOCA = RECORTE ESPACIAL DA PESQUISA

SERRA DE IBITIPOCA = HISTÓRICO TERRITÓRIO CAMPONÊS CIRCUNSCRITO
À ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE, E SUBMETIDO A RECENTES
PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO

SERRA DE IBITIPOCA = TERRITÓRIO HISTÓRICO CAMPONÊS + PARQUE +
+ ÁREA DE INFLUÊNCIA DO TURISMO DO PARQUE



SERRA DE IBITIPOCA = TERRITÓRIO HISTÓRICO CAMPONÊS SOB
INFLUÊNCIA DO TURISMO DO PARQUE

BUFFER DE AMOSTRAGEM = TERRITÓRIO HISTÓRICO CAMPONÊS –
PARQUE + ÁREA DE INFLUÊNCIA DO TURISMO DO PARQUE

Reunimos o maior número possível de testemunhos documentais, visando ao embasamento das análises. Eis algumas das fontes primárias que sustentam a pesquisa: levantamento documental junto ao Arquivo Público Mineiro, à Prefeitura e à Câmara Municipal de Lima Duarte, ao IEF/MG, ao IBGE, IGA, Emater, Epamig, IEF/MG, Tribunal Regional Eleitoral, Fundação João Pinheiro, Cemig, Associação de Moradores e Amigos de Ibitipoca, e demais instituições correspondentes. Em função de intempéries políticas entre o distrito de Conceição de Ibitipoca (que está em processo de emancipação) e a prefeitura de Lima Duarte, os funcionários desta última estavam receosos em dar qualquer informação acerca do município, alegando, os mesmos, medo de sofrer algum tipo de retaliação.

Por motivos similares, o acesso aos dados relativos ao Cadastro de Produtor Rural da Secretaria de Estado da Fazenda de MG (regional Lima Duarte) foram negados. Já na EMATER de Lima Duarte – cuja atuação em Ibitipoca é ainda incipiente – encontramos apenas algumas poucas análises de solo realizadas em 2006, nada mais.

Em relação à questão fundiária, foram realizadas duas consultas ao Cartório de Registro de Imóveis, com vistas a investigar o histórico fundiário do parque. Os arquivos do Instituto Estadual de Florestas também foram pesquisados, no sentido de se esgotarem as referências documentais-arquivísticas disponíveis na biblioteca do IEF acerca do Parque

Estadual do Ibitipoca. Para ter acesso a tais arquivos, bem como garantir o direito de pernoitar dentro do parque, registramos o projeto de pesquisa junto a este órgão, conseguindo assim uma licença de pesquisa a partir de março de 2007. Os funcionários do IEF foram bastante receptivos. Nossos agradecimentos. Ao todo, foram consultados cerca de 320 documentos oficiais e reportagens acerca do histórico do Parque – material que embasa, principalmente, as análises do capítulo 5.

Entre as técnicas de observação e coleta direta de dados, foram aplicadas entrevistas e questionários semi-estruturados em 30 propriedades rurais situadas no entorno do parque – conforme veremos no mapa a seguir.

Adotamos ainda uma pesquisa etnográfica no núcleo camponês, levando em conta o seu modo de vida, suas manifestações culturais e suas formas de organização social e espacial (cap.4). O objetivo foi reconstruir, na medida do possível, a atmosfera social do período que precedeu a criação do parque, analisando a mobilidade intergeracional do grupo pesquisado, suas estratégias e suas expressões de conformidade e/ou resistência.

Além dos 30 questionários, foram realizadas 33 entrevistas dirigidas baseadas no método história oral, com os respectivos procedimentos de validação dos instrumentos de pesquisa – já que a crítica dos dados requer a crítica dos instrumentos. A estas entrevistas, foram somadas outras 10 realizadas anteriormente, quando da realização da monografia (BEDIM, 2005), totalizando 43 documentos orais e escritos produzidos enquanto fontes primárias da pesquisa. Para a realização das entrevistas, utilizamos amostras intencionais¹¹⁷ – ou estratégicas, onde sujeitos foram cuidadosamente escolhidos em função de sua representatividade face a algum episódio pesquisado. Para a reconstrução do processo histórico de criação do parque, por exemplo, privilegiou-se, logicamente, os mais velhos, aqueles que estavam vivos à época e que tiveram seu gado expulso das áreas de pastagem de uso coletivo – as *memórias do campo* a refletirem os domínios do espaço geográfico que se realizam no plano simbólico.

O objetivo, no caso, era de se extrair do depoimento individual as marcas do meio social em que o sujeito vive. Neste sentido, são analisados não apenas os fatos narrados em si, mas as construções sociais e representações dos episódios narrados, bem como as relações sociais que os procederam¹¹⁸ – refletimos sobre quem diz, por que diz ou deixa de dizer, e por que diz do jeito que diz.

¹¹⁷ “Trata-se de um pequeno número de pessoas que são escolhidas intencionalmente em função da relevância que elas representam em relação a um determinado assunto” (THIOLLENT, 2003, p.62).

Coube ainda ao pesquisador o rigor metodológico para que não se inclinasse por “armadilhas êmicas”, evitando assumir o discurso do outro como verdade, mas articular, contudo, as devidas precauções para não se tornar refém da narrativa alheia, no sentido de reconhecer que a oralidade – assim como a escrita – reproduz ideologias. Vale ressaltar que os relatos orais são versões, olhares sobre fatos ou processos, verdades temporárias do ponto de vista dos envolvidos (NEVES, 2000). Ademais, o pesquisador esteve cômico de que nesse processo (trans) criava um texto, uma representação da representação.

Isso significa que o pesquisador teve o cuidado de não se deixar levar pela narrativa dos sujeitos entrevistados, mas sim problematizou – e assumiu – a construção metodológica do trabalho, tendo em vista que, conforme Bourdieu (1998), o resultado é produto da nossa reflexão; o resultado não tem vida própria, ele não se produz sozinho, sendo que todo documento – oral ou escrito – tem um viés subjetivo. Assim sendo, a “objetividade” não está nesse ou naquele instrumento ou técnica, mas na forma com que o pesquisador trabalha os seus dados. A observância de tais pressupostos contribuiu para conferir estatuto de cientificidade à pesquisa oral aplicada aos nossos estudos.

Optou-se por não identificar nominalmente alguns entrevistados, salvo, aqueles que assinaram o termo de cessão dos direitos autorais e cujo depoimento oral possui relevância a título de documentação histórica específica (ex-prefeitos, ex-administradores do parque, etc.). Os demais entrevistados estão referenciados pela auto-identificação de seu exercício profissional, seguido da idade que possuíam quando da realização das entrevistas. Ex: (Lavrador aposentado, 79); (Agricultora, 92); (Agricultor e Pedreiro, 28), etc.

3.2.1 – AMOSTRAGEM, TRATAMENTO E COLETA DE DADOS

A condição para participação de uma propriedade rural na amostra é a sua caracterização enquanto *unidade camponesa de produção*, respeitados os pressupostos teóricos apresentados no capítulo anterior. A aplicação dos questionários se deu a partir do processo espacial aleatório, por meio de entrevistas diretas com os componentes das unidades camponesas de produção, onde foram aplicados 32 questionários – dos quais, dois foram descartados por não compreenderem os pré-requisitos da amostragem. A formatação das questões se deu a partir do escopo do projeto de pesquisa, de forma a abranger as suas hipóteses.

¹¹⁸ Conforme proposta metodológica de Paul Thompson (1992).

Em março de 2007, efetuou-se um trabalho de campo prévio de 4 dias, ocasião em que mestrando e orientadora¹¹⁹ percorreram 100% das estradas que compreendem o recorte espacial adotado nesta pesquisa – abrangendo, pois, do arraial de Moreiras ao Mogol. Nesse campo de reconhecimento, foram discutidos os critérios de amostragem, e ainda, equacionados fatores como segurança, custos da pesquisa, período mais favorável à coleta de dados e tempo disponível do pesquisador.

Como este é o primeiro trabalho acadêmico a focar as populações humanas do entorno rural do parque¹²⁰, e ainda, como o recorte da pesquisa abrange porções territoriais de 3 diferentes municípios, havia pouca informação prévia sobre o espaço que abrange o *buffer* delimitado (ver Mapa 1). Os dados setoriais dos censos do IBGE de pouco adiantaram – já que a Serra de Ibitipoca, por ser um contraforte da Mantiqueira, se apresenta enquanto elevação isolada cujo histórico de ocupação e uso destoa do contexto regional (ver cap.4). Por suas características fisiográficas, é ainda monumento espacial configurador de fronteiras territoriais intermunicipais – tangencia 3 diferentes municípios (ver figura 1).

A única informação preliminar a lançar luz sobre as propriedades rurais da área foi uma entrevista efetuada neste campo prévio com um engenheiro agrônomo que já havia trabalhado na Emater de Lima Duarte. Confrontamos as informações levantadas com as observações que realizamos *in lócus* e chegamos à estimativa de que no recorte espacial existam cerca de 80 unidades camponesas de produção. Por conseguinte, definimos uma amostra espacial aleatória que abrangesse cerca de 40% do universo total de unidades camponesas de produção circunscritas ao recorte espacial estudado.

Quanto aos bairros rurais, constatou-se que suas nomenclaturas popularmente reconhecidas e utilizadas pelos agricultores estão, via de regra, articuladas a topônimos específicos que traduzem características fisiográficas dessas áreas. Ex: Morro do Paiol, Várzea do Tanque, Grota do Canal, Córrego Dantas, Retiro das Pedras, Serrinha, etc. Mas há as zonas fisiográficas que, apesar de geograficamente distintas entre si, não possuem a toponímia correlacionada. Ex: Clementes (um bairro rural num terreno em forma de anfiteatro); Engenho (várzea); Ponte Alta (média encosta), etc.

¹¹⁹ Talvez esse tenha sido um dos trabalhos de campo mais emocionantes. Não apenas pela tempestade de raios e granizo que surpreendeu, mas sobretudo pela riqueza de outros imprevistos – incluindo carro atolado, vacas avançando sobre o automóvel, anfíbios (pererecas) invadindo o veículo e uma série de peripécias inarráveis (rs.).

¹²⁰ Antes, porém, uma pesquisadora (RODRIGUES, 2001) havia pincelado algumas pistas acerca da agricultura praticada em Ibitipoca. Contudo sua pesquisa, apesar de interessante, se ateve ao perímetro “urbano” do arraial de Conceição de Ibitipoca.

Espacialmente, a amostragem abrange os seguintes bairros listados abaixo. Entre parênteses, está o número de unidades camponesas de produção amostradas por zona fisiográfica, seguidas de sua respectiva localização geográfica em relação ao parque:

- Moreiras (2, norte);
- Ponte Alta (2, noroeste);
- Serrinha (2, oeste);
- Fiscal (2, oeste);
- Tanque/ Encosta (3, oeste);
- Tanque/ Várzea (5, sudoeste);
- Clementes (1, oeste)
- Retiro da Pedra (2, oeste);
- Cachoeirinha (2, sudoeste);
- Córrego Dantas (1, sudoeste);
- Morro do Paiol (1, sul);
- Grota do Canal (1, sul);
- Andorinhas (2, sul);
- Engenho (2, sul);
- Mogol (2, sudeste).

A porção nordeste do entorno foi excluída da amostragem, por compreender uma área de difícil acesso – ver legenda acinzentada no mapa 2 – tendo em vista as respectivas impedâncias ambientais que lhe tangenciam, representadas pelas escarpas abruptas que dividem os municípios de Lima Duarte e Bias Fortes. Além do mais, essa parte do entorno do parque não possui estradas automotivas. A única opção seria percorrer suas trilhas a cavalo, o que, além de arriscado, desperdiçaria muito tempo.

O tamanho das propriedades rurais amostradas oscila entre 0,5 e 108 ha, motivo pelo qual estabelecemos uma divisão de classes fundiárias de forma a alcançar 7 intervalos estratificados cujas frequências pudessem ser facilmente detectadas, e ainda, que representassem as eventuais regularidades espaciais via o agrupamento das propriedades rurais afins (ver tabela 11). Os detalhamentos da espacialidade inerente a essa estratificação serão desenvolvidos no capítulo 7.

As coordenadas geográficas das unidades amostradas foram capturadas pontualmente via aparelho GPS, a partir da localização da casa-sede das propriedades

rurais – assim como os 16 meios de hospedagem e estabelecimentos comerciais pesquisados. Após percorrer as unidades amostradas e coletar suas respectivas coordenadas via GPS, procedeu-se à categorização dos dados e à representação gráfica pontual das unidades pesquisadas. Foram confeccionados três mapas – todos concebidos pelo próprio pesquisador, muito embora o arranjo artístico tenha sido realizado por um desenhista, já que o mestrando aqui possui lá suas limitações para manejar e combinar as cores que o tratamento cartográfico requer.

A altitude das unidades amostradas oscila entre 820 m e 1400 m. Mas há pontos do recorte espacial da pesquisa que alcançam 1784 m – o Pico da Lombada, situado numa tradicional área de pastagem comunal de invernada do gado. A partir de 1973, foi incorporado ao território do Parque Estadual do Ibitipoca.

No total, foram realizados quatro trabalhos de campo entre os meses de março e agosto de 2007, totalizando 29 dias de permanência na Serra. Entre os instrumentos utilizados para auxiliar a coleta de dados, destacam-se: um gravador digital e um analógico; automóvel do IGC/UFGM; fitas cassetes; 02 diários de campo, 01 máquina fotográfica digital; aparelho GPS; folhas topográficas; e doses conjugadas de paciência e coragem. Os dados das entrevistas e questionários foram, todos, coletados *in lócus* pelo próprio pesquisador.

Os relatos orais, enquanto produto de um método específico, só adquirem pleno sentido se devidamente esclarecidas as circunstâncias em que são criados, através da crítica das condições de obtenção dos dados. A princípio, deve-se compreender que a própria problemática, via de regra, é imposta pelo pesquisador e não pelo sujeito entrevistado – o que já compromete e aniquila a perspectiva de pretensa “neutralidade”, uma vez que o roteiro submete o entrevistado à estruturação de problemas que não foram criados por ele, podendo ocasionar respostas reativas (THIOLLENT, 1985, p.23).

Na situação de entrevista, privilegiou-se a memória do entrevistado. Entretanto, Alberti (1990, p.5) alerta que “a presença e a interação do entrevistador acrescentam-lhe outra(s) biografia(s) e outra(s) memória(s)”. Ademais, a possível distância social e cultural entre os universos do pesquisador e dos camponeses exige um esforço extra, bem como um questionário e uma linguagem acessível ao entendimento de ambos os universos. Assim, para que houvesse uma adequada interpretação das perguntas e respostas, entrevistador e entrevistado devem conferir à pergunta a mesma significação e a mesma função¹²¹.

¹²¹ Bourdieu (1985b).

A confecção do roteiro, por sua vez, deu-se após visitas de campo preliminares. Os assuntos foram ordenados por temáticas, cujos tópicos correspondem às hipóteses da pesquisa – as quais foram indiretamente repassadas aos entrevistados, ora como temas abertos, ora sob a forma interrogativa, quando o questionamento fosse muito específico ou, eventualmente, para facilitar a verbalização.

A natureza das questões, o envolvimento do entrevistado no assunto, a contaminação das perguntas¹²², e a postura do entrevistador durante o processo de entrevista são apenas algumas das eventuais fontes de distorção submetidas à vigilância metodológica do pesquisador. Durante as entrevistas, a busca pelo vernáculo, que é a fala espontânea, muito embora a entrevista seja um encontro de subjetividades e uma situação social artificialmente construída¹²³. No diário de campo, o registro das condições em que as entrevistas ocorreram. A partir dessas considerações metodológicas, o propósito de salvaguardar a dimensão e a consistência do que é revelado, constituindo o *corpus* Ibitipoca a partir de suas múltiplas versões.

Após coletados, os dados foram categorizados, agrupados em temáticas específicas e submetidos à análise. As entrevistas foram devidamente transcritas. No intuito de se evitar a transcrição caricata da fala dos atores rurais, procedeu-se ao seguinte critério: manutenção dos “erros” de concordância verbal ou nominal e correção/adequação ortográfica de eventuais “distorções” percebidas na pronúncia (**Ex: “nós foi”**), e ainda, transcrição *ipsis litteris* de interjeições e/ou expressões regionais (**Ex: “sô”; “ué”; “uai”, “divuçã”, “a gente conveve”, etc.**) – salvaguardando, assim, os aspectos identitários observados na dinâmica oral sem, contudo, ridicularizar a linguagem dos agentes¹²⁴.

Ademais, um fator a ser problematizado: o pesquisador foi e é um elemento exterior ao universo dos entrevistados; um componente a interagir temporariamente no cotidiano das comunidades rurais pesquisadas; um *outsider* socialmente condicionado como tal. Neste sentido, mais uma questão: Quais os eventuais desdobramentos locais da interação entre entrevistador e entrevistados? A princípio, acredita-se que a seleção de determinados sujeitos – em detrimento de outros – possa conferir-lhes um maior *status* dentro de determinada estrutura social, uma vez que, constatou-se, em Ibitipoca, a existência de “porta-vozes oficiais” – sujeitos historicamente privilegiados por

¹²² Segundo Thiollent (1985, p.32) “o efeito de contaminação consiste no condicionamento da resposta a uma pergunta em função das perguntas imediatamente anteriores”.

¹²³ Para maiores aprofundamentos sobre a subjetividade da situação de entrevista, ver Bourdieu (1998).

¹²⁴ Neste sentido, ver proposta metodológica de Whitaker *et al* (200), e ainda, Bedim (2006b).

pesquisadores e jornalistas, os que, via de regra, são entrevistados; aqueles que geralmente são apontados e reconhecidos pela maioria dos camponeses como “os que sabem falar”. Ademais, o fato de o pesquisador introduzir problemáticas nunca antes levantadas pelos agentes entrevistados pode neles despertar reflexões – e quiçá futuras ações – acerca dos problemas suscitados pelo pesquisador.

Os agentes entrevistados compreendem tanto os moradores do arraial de Conceição de Ibitipoca quanto os camponeses do entorno do parque. Tendo em vista a variedade populacional, os seguintes grupos (Gn) foram previamente estabelecidos:

G1 - O primeiro grupo compreende os camponeses remanescentes do antigo núcleo campesino, com idade igual ou superior a 60 anos e que preferencialmente não tenham envolvimento profissional com a atividade turística.

G2 - O segundo grupo é composto por proprietários de empreendimentos atrelados ao turismo, como meios de hospedagem, restaurantes, bares, etc.

G3 - O terceiro grupo compõe-se dos moradores entre 40 e 60 anos que trabalham direta ou indiretamente com o turismo.

G4 - O quarto grupo engloba as mulheres que trabalham direta ou indiretamente com o turismo.

G5 - O quinto grupo compreende os chamados “forasteiros” – moradores provindos de outras regiões estabelecidos em Ibitipoca e que trabalham com o turismo.

G6 - O sexto grupo abrange camponeses com idade entre 18 e 40 anos, com baixo grau de contato com os turistas.

G7 - Jovens abaixo dos 24 anos que trabalham com turismo ou agricultura.

G8 - Agentes que tivessem alguma representatividade política local (sujeitos ligados à AMAI, ao IEF, etc.).

O estabelecimento dessas categorias demandou um levantamento preliminar do contexto socioeconômico e cultural estudado, e foi conduzido de acordo com os objetivos expostos no escopo do projeto de pesquisa. Para minimizar as eventuais distorções relacionadas com as preferências pessoais do investigador para com os agentes amostrados, realizou-se uma sondagem prévia dentro das comunidades analisadas, onde os próprios moradores indicaram potenciais informantes. Uma vez separados em grupos estratégicos, a seleção se deu de forma aleatória dentro dos respectivos grupos que envolvessem o fator etário (G1, G3 e G6 e G7). Nas demais categorias, a escolha se deu apenas pela representatividade social dos colaboradores quanto à temática a ser investigada.

CAP. 4 – MEMÓRIAS DA SERRA GRANDE:

A VIDA RURAL EM IBITIPOCA ANTES DO TURISMO

Tinha criação de boi, cavalo, leite, produção rural, plantio de arroz, milho, feijão, nada de indústria não tinha não; só produção natural. Era pessoal quase tudo do lugar, nunca veio outra pessoa de fora. [...] O lugar era muito estranho, a mata muito capoeirada e o capoeirado nem caminho tinha, meu filho. Essa Serra aí era a maior estrada de boi. Aqui vivia da produção do lugar. Tinha só a pequena produção: enxada, foice, o ordenado e lavoura. Plantava as horta na roça, colhia e comia. As mulheres fazia azeite, não tinha nem querosene não, uai. Azeite...apanhava a mamona, socava no pilão bem arrumadinho e fazia o azeite de mamona e botava nas candeia antiga.

Lavrador aposentado, 79

De caráter etnográfico, este capítulo aborda a ocupação e uso da Serra de Ibitipoca ao longo do tempo, trazendo uma narrativa que abrange desde o território histórico dos índios Aracis à emergência do turismo nas últimas décadas do século XX. A ocorrência, na Serra de Ibitipoca, de peculiares formas históricas de apropriação e uso dos recursos naturais por camponeses exige uma preocupação para com a descrição e a conceituação dos mesmos no período que antecede o advento da atividade turística na Serra. A partir desse pressuposto é que serão analisadas, nos capítulos seguintes, as transformações que o turismo confere ao lugar, em termos comparativos.

São diagnosticados os usos comunais das pastagens de internada da “Serra Grande” – terras devolutas que posteriormente foram transformadas em parque, seus sistemas de manejo pela população local, a caça, a coleta e os rituais lá realizados. Desvela-se, pois, a Serra que se faz de músculos, nervos, enxadas, bichos e homens a ecoar a melodia da terra: o jongo, seus enigmas e suas funcionalidades. Analisam-se as relações de produção ambíguas verificadas neste campesinato – em parte capitalistas, em parte não-capitalistas – já que formas coercitivas não-monetárias se encontram conjugadas com relações de produção tipicamente capitalistas. Deste contexto, tem-se a produção da vida humana na Serra de Ibitipoca a incorporar formas solidárias de trabalho agrícola coletivo (mutirão), numa época em que os interesses particulares e os da coletividade possuíam uma menor oposição que hoje. São abordados ainda aspectos da cultura camponesa e suas representações; a Serra de Ibitipoca como um ambiente de vida e de trabalho; os arraiais como forma espacial da vida social; as relações de compadrio, parentesco e vizinhança; lendas e “causos” de um outro tempo que se faz presente nas “Memórias da Serra Grande”.

4.1 – DAS RAÍZES HISTÓRICAS DO POVOAMENTO À AGROPECUÁRIA

Um dos primeiros marcos da penetração dos bandeirantes¹²⁵ na parte meridional do território mineiro, a história da ocupação colonial na Serra de Ibitipoca remonta ao final do século XVII. O ouro atraiu grupos vindos de Portugal, Rio de Janeiro e São Paulo, num contexto em que as “lavras de Ibitipoca” se tornavam conhecidas da Coroa Portuguesa.

Até então, a região de Ibitipoca era habitada por povos indígenas que dali faziam seu território de vida desde o período pré-colonial. Ao elencar os principais povos “selvagens” que habitavam territórios das Minas Gerais, Senna (1937) faz referência à existência da tribo dos índios Aracis na Serra de Ibitipoca, desaparecidos desde o século XVIII. Os Aracis¹²⁶ pertenciam à nação Tupinambá e teriam sido extintos – ou aculturados – a partir do contato com os bandeirantes e seus respectivos focos pioneiros de colonização, havendo ainda a possibilidade de terem desaparecido a partir de conflitos com outros grupos indígenas que migraram de regiões litorâneas expulsos por colonizadores portugueses.

A primeira referência de Ibitipoca na história contextualiza-se na Bandeira do capelão Padre João de Faria Fialho, vigário de Taubaté, aproximadamente em 1692. Situada ao sopé da Serra, a vila de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca¹²⁷ compreende assim uma das povoações mais antigas de Minas. Sua localização estratégica junto à principal via de acesso do litoral sul do Brasil às Minas Gerais fez com que o arraial se destacasse como base de apoio aos viandantes que perpassavam pela região.

¹²⁵ Os bandeirantes eram homens oriundos da Capitania de São Vicente (hoje São Paulo) que adentraram pelos sertões do Brasil entre o final do séc. XVI e o início do séc. XVIII, em expedições armadas – as Bandeiras – em busca de riquezas como ouro e pedras preciosas. As bandeiras tinham ainda a intenção de capturar índios para escravizar.

¹²⁶ Os índios Aracis são também conhecidos como Araris, ou ainda, Ararés. De acordo com Ana Paula Oliveira (2004, p.8), os grupos dos Aracis são citados na bibliografia etnohistórica como sendo os “moradores da extensa área que vai da Serra de Ibitipoca até a região do atual município de Barbacena”.

¹²⁷ Existem divergências quanto ao significado da palavra “Ibitipoca”. Os indianistas relacionam “Ibitipoca” com os toponômios tupis “ibi” (pedra) e “oca” – casa/gruta. Costa (1970, p.250), por sua vez, faz a seguinte consideração etimológica sobre o termo: “Etim. Corr. YBYTY – POCA, a montanha partida, ou furada, o vulcão (37).; IBITU, vento; POG, estalo, estouro, estrondo, ribombo, estridor, barulho de coisa que rebenta, voz onomatopaica”. Tem-se, portanto, os seguintes significados possíveis: **“casa de pedra”, “Serra de pedra que estala”, ou ainda, “Serra furada ou partida”**. Em relação à toponímia do arraial de Conceição, cabe ressaltar a junção da nomenclatura religiosa à denominação indígena de caráter geográfico, produzindo a titulação de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca – tal aliança entre termos indígenas e católicos é observável na composição toponômica de diversas vilas setecentistas das Minas. Neste sentido, ver IEF e Brandt (1995, p.13).

Uma carta de Bernardo Corrêa¹²⁸, de 29 de julho de 1694, endereçada ao então governador e capitão geral do Estado do Rio de Janeiro, trazia um roteiro das minas recém descobertas, narrando sobre os achados do Padre Vigário João de Faria e seus parentes – tomando a Estrada Real do Sertão, descendo de Taubaté, de onde seriam 10 dias de jornada para a porção norte sobre o monte da Amantequira (hoje Mantiqueira):

Trouxe a amostra delle a esta cidade, e das campinas de Amantequira 5 dias de jornada correndo para o mesmo Norte, e estrada G.....tão, fica o serro da Boa Vista donde começam os Campos Geraes té confinar com os da Bahia advertindo que a dita Boa Vista serão 15 dias de jornada ouço menos com cargas aoRio Grande, cujas cabeceiras nascem dos morros, e serros de Juruoca, defronte dos quaes até o Rio dos Guayanás, e **um monte chamado Ebitipoca, tem 10 léguas de comprimento pouco menos.....de cascat.....do**, e defronte do mesmo serro Juruoca p.....min...de O.... pouco mais ou menos estão umas serras escalvadas nas quaes achou o Padre Vigário Faria, safiras.....em viveiros de pedras cravadas [...] (ARQUIVO BIBLIOTECA NACIONAL, 1929, p.206, grifo nosso).

A descoberta de ouro na região – com abundância de terras e águas auríferas – rapidamente atraiu levas de colonizadores, que em grande número vieram dos centros emigratórios do Rio de Janeiro, São Paulo e do velho Portugal. Como parte do processo colonizador, em 1715 dezenas dos principais moradores da região de Ibitipoca já pagavam onerosos tributos à Fazenda Real pela posse de extensas glebas, datas minerais e 73 escravos, tornando o distrito um dos importantes centros de colonização da Capitania.

Contudo, o apogeu do ouro foi breve, estafando-se em três ou quatro décadas as principais reservas auríferas¹²⁹. Na verdade, as reservas não se esgotaram absolutamente, já que, conforme veremos a seguir, Silveira (1923) registrara via material iconográfico, em 1912, garimpeiros bateando ouro no Ribeirão do Salto, em Ibitipoca. Ocorre que, em meados do século XVIII, a escassez e as dificuldades encontradas na mineração resultaram numa equação econômica desfavorável aos mineradores, em que o lucro obtido com o ouro descompensava o custo de sua extração. Diante de tais circunstâncias, a maioria do contingente minerador de Ibitipoca possivelmente se deslocou para outras regiões.

¹²⁸ *Carta de Bernardo Corrêa de Sousa Coutinho, escrita no Rio de Janeiro em 29 de julho de 1694, e endereçada a D. João de Lancastro – Governador e Capital Geral do Estado*. In: Documentos Históricos (1675 – 1709). Correspondência dos Governadores Geraes: Provisões 1664 – 1668. Vol. XI da série e IX dos Docs. da Bibliotheca Nacional. Rio de Janeiro, 1929.

¹²⁹ Cf. Delgado (1962). Contudo, ao contrário do que o autor insinua, as reservas auríferas de Ibitipoca não se “esgotaram” no século XVIII.

Localizada numa região povoada “à revelia da lei”¹³⁰ devido à desobediência das restrições de ocupação impostas pela Coroa portuguesa face a sua posição geográfica estratégica, logo a Serra de Ibitipoca se consolidou como rota de contrabando do ouro, em virtude de extravios que estariam sendo praticados através de “secretas veredas abertas naqueles sertões”. Por conseguinte, em 1755 foram aquelas áreas interditas ao povoamento e à mineração. Tal situação continuou inalterada algumas décadas, até que em 1781 o então governador de Minas Gerais, Dom Rodrigo José de Menezes, foi conferir e investigar “in loco” as notícias que ventilavam por Vila Rica a respeito dos extravios da Serra de Ibitipoca, bem como providenciar soluções. Na ocasião, o governador realizou a concessão de sesmarias aos colonos, despachando mais de oitocentos requerimentos e legalizando a situação fundiária daquelas zonas¹³¹. Eis um trecho de uma carta dirigida pelo próprio Dom Rodrigo ao Ministro do Ultramar da Rainha Dona Maria I, Martinho de Melo e Castro:

[...] Hum exercito bem disciplinado não seria suficiente para espoliar aqueles habitantes dos seus respectivos domicilios. A humanidade se revoltaria de se fazerem tantos infelices, quando podem ser úteis a si, e ao Estado. A Politica pede se conservem Vassallos Laboriosos, que não carregão o Pais com o pezo da Sua inutilidade, antes pelo contrario trabalhão para o bem comum. A minha obrigação exige que eu acautele os extravios, e promova os Regios interesses, que nesta Capitania consistem principalmente em extrair ouro da terra [...]. Por esses motivos, para mim os mais concludentes, me rezolvo a partir daqui a poucos dias para o referido Distrito, **afim de nele fazer huma Legal repartição de Terras de agricultura e Datas Mineraes ao mesmos que sem Título algum as estão possuindo, e outros que se apresentarem para o mesmo afim**, e tenho grandes esperanças que este novo estabelecimento, virá a ser dos mais florescentes desta Capitania pela sua cituação, fertelidade das terras e riqueza dos córgos... (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO apud DELGADO, 1962, p.23-24).

A distribuição de tais glebas em Ibitipoca era conveniente à Coroa portuguesa, uma vez que os colonos assentados em troca lhe retribuiriam com a vigilância daquelas áreas, além de criar condições favoráveis para que eles retirassem da terra o seu próprio sustento.

¹³⁰ A localização geográfica da Serra de Ibitipoca é privilegiada em relação à bifurcação entre o Caminho Novo e o Velho, apresentando ainda vias de escoamento para o litoral de São Paulo. Tal posicionamento estratégico fez com que esses “sertões da Mantiqueira” fossem considerados pela Coroa portuguesa como uma área de ocupação e exploração econômica restrita. Contudo, conforme destaca Rodrigues (2003, p.253), “ao longo do século XVIII, **essa região foi ocupada fortuitamente e à revelia da lei**”.

¹³¹ Há uma outra fonte que confirma a distribuição de sesmarias na região: “Na secretaria provisória de governo que instalou naquele sertão, recebeu mais de oitocentos requerimentos solicitando a repartição das terras agrícolas e minerais da Mantiqueira. Para que todas as petições fossem legalmente despachadas, o governador levou em sua expedição o ouvidor-geral da comarca de Rio das Velhas, o doutor Luís Beltrão de Gouveia e Almeida, para auxiliá-lo na árdua tarefa de atender a população” (RODRIGUES, 2003, p.263).

Ao repartir “terras de agricultura” aos colonos¹³², a Coroa não apenas lhes assegurava os meios de sua subsistência, como também evitava que os mesmos despendessem tempo e trabalho nas atividades da mineração.

Tornando-se úteis a si próprios e à Colônia, os agricultores-colonos de Ibitipoca deveriam se tornar gratos à Coroa, uma vez que o Governador deles esperava retribuição pela distribuição das terras, ou seja, que os mesmos se tornassem aliados de Portugal e vigiassem as cercanias de Ibitipoca contra a então emergente rota de contrabando do ouro. Nessa perspectiva, até os menos abastados receberam meia sesmaria cada um:

Para que os pobres não ficassem desconhecidos que huma excluzão total lhes não fizesse mais sensível a sua infelicidade e que por não terem escravos, nem o dinheiro necessario para as despesas que trás consigo huma sesmaria formal, ficassem excluidos daquelle beneficio, sómente quando ás terras de cultura, mas até qui não praticallo de lhes conceder meya sesmaria a cada hum, no que além de beneficiar os Vassallos de S. Mag.e. achei que concorria para os Seus Regios Interesses, ocupando individuos inuteis, e pezados ao Estado, que com o seu braço, e de seus filhos, trabalhão com mais eficacia que os Escravos... (ibid., p.24).

Dessa forma, estabelecia-se, num primeiro momento, a situação fundiária da região. Segundo consta no documento histórico supracitado, ao “excluir-se as terras de cultura” dos mais pobres, a estes se destinariam as terras menos férteis e produtivas que coincidentemente perfazem as zonas de maior altitude e declividade acentuada – portanto terrenos acidentados e menos propícios à agropecuária – estando os primeiros “colonos” circunscritos àquela área serrana. Tal fato histórico, *mutatis mutandis*, propiciaria a existência de uma “brecha camponesa” em Ibitipoca, tendo em vista a distribuição de porções territoriais pela Coroa portuguesa: abria-se a possibilidade de o assentado autosuprir-se, e ainda, estabelecer nessas terras uma pequena produção agrícola de caráter mercantil para o abastecimento interno da Colônia.

Conforme destacam Guimarães e Reis (1987, p.91), as rotas compreendidas entre o Rio de Janeiro e as Minas se caracterizavam pela existência de vilas/paragens que serviam como pontos de pouso para os viandantes, sendo que “a ocupação desses caminhos garante, por um lado, a subsistência dos viajantes, e por outro lado a segurança da circulação”. A movimentação de pessoas por essas passagens, devido à sua intensidade,

¹³² Tendo em vista a eminente concentração de terras e as “dificuldades em se controlar” o contrabando na região, Rodrigues (2003, p.259) pontua que, para a Coroa portuguesa, “a melhor solução para aquela situação irreversível seria repartir as terras agrícolas e minerais, pois isto poderia levar à diminuição dos descaminhos do ouro, uma vez que a região passaria a ser conhecida das autoridades, promovendo os régios interesses e permitindo a cobrança de impostos das lavras exploradas por aqueles moradores, além de desenvolver a agricultura de abastecimento”.

criava um mercado para os produtos agrícolas locais – incentivando assim a formação de roças, a criação de gado e a respectiva fixação de sesmeiros a explorarem a terra.

No entanto, mediante as evidências do contrabando praticado pelos caminhos da Serra, proibições sucessivas da Coroa impediram a abertura de novos itinerários que tangenciassem Ibitipoca, bem como ordenavam a obstrução das estradas vigentes. Este é um dos fatores a indicar o relativo semi-isolamento geográfico e cultural¹³³ ao qual a população de Conceição de Ibitipoca conviveu durante muitos anos; está relacionado ao surgimento de ordens régias a proibir a abertura de novos caminhos que perpassassem pela Serra, fechando ainda os já existentes:

Apparecerão frequentes ordens régias proibindo que se abrissem caminhos entre o paiz das minas novamente descoberto, e as provincias de Rio de Janeiro e de São Paulo, para atalhar contrabando douro em pó. Os faisqueiros que residiam nos sitios então conhecidos com os nomes de **Ibitip-Oca** e d ‘Ajuru-Oca, deixarão **fechar seus caminhos existentes, porém abrirão veredas só delles conhecidas**, e por meio delas se comunicavão com os que vivião nos montes... (MILLIET DE SAINT-ADOLPHE, 1845, s.p., grifo nosso)¹³⁴.

De acordo com Muls (1990, p.99), em certas regiões mineradoras a queda na produção aurífera ocasionava, a priori, a desorganização da economia local, provocando o “isolamento” e a “estagnação” de determinadas áreas. Porém, a aparente inércia econômica teria se dado apenas temporariamente nos eixos meridionais de Minas Gerais, já que a expansão dos mercados do Rio de Janeiro e de São Paulo se configurava enquanto estímulo à produção agropecuária¹³⁵. Neste contexto, a população de Ibitipoca dedicou-se a outras atividades econômicas como a pecuária e a lavoura – milho, raízes, feijão, café e cana-de-açúcar – originando engenhos que perduraram até fins do século XIX. Não obstante, Delgado (op.cit., p.25) interpreta que nesse período “definia-se a vida social e econômica do povoado, suas principais famílias, suas atividades e localizações”.

¹³³ Para Levi-Strauss (1976b, p.56) “as sociedades humanas nunca se encontram isoladas”, tampouco nenhuma cultura se desenvolveu a partir do isolamento total das demais. Contudo, o afastamento geográfico, as peculiaridades do meio em que se inserem e as circunstâncias que elas encerram em relação ao resto da humanidade propiciam a elaboração de culturas diferenciadas. Sendo assim, adotar-se-á, neste trabalho, o termo “semi-isolamento” ao se referir às circunstâncias de afastamento geográfico-cultural vislumbrado outrora pela população em análise.

¹³⁴ MILLIET DE SAINT-ADOLPHE, J. C. R. *Dicionário Geográfico Histórico e Descritivo do Império do Brazil*. Paris: [s.n.], 1845.

¹³⁵ “... o deslocamento dos fatores de produção mineradora possibilitou a expansão da agropecuária, com a ocupação de novas fronteiras” (MULS, 1990, p.99).

Deslocada dos domínios da grande lavoura, a agricultura de subsistência¹³⁶ (economia de excedentes) praticada em Ibitipoca formou-se numa conjuntura em que a atividade mineradora de outras regiões gerava a demanda social pela produção agrícola de consumo interno da colônia – ocasião em que algumas regiões de Minas alcançavam relativa autonomia de seu próprio abastecimento. De acordo com Prado Jr. (2000), esses pequenos nichos agrícolas garantiriam, assim, o provimento de gêneros alimentares a abastecer tanto os grandes núcleos de povoamento (como o Rio de Janeiro) quanto os centros de extração do ouro:

Este tipo de agricultura de subsistência autônoma, isto é, separada dos domínios da grande lavoura e especializada em seu ramo, encontra-se também, em proporções apreciáveis, em Minas Gerais. A maioria da população dos distritos mineradores, e é ainda assim no alvorecer do séc. XIX apesar da decadência da mineração, ocupa-se aí na extração do ouro e diamantes, que, ao contrário da grande lavoura, não permite este desdobramento de atividades que encontramos nesta última, e que torna possível aos indivíduos nelas ocupados dedicarem-se simultaneamente a culturas alimentares de subsistência. O trabalho das minas é mais contínuo e ocupa inteiramente a mão-de-obra nela empregada. Sob este aspecto, as populações mineradoras se assemelham às urbanas. Tal fato provocou em Minas Gerais, mais densamente povoada que outros centros de extração do ouro, **o desenvolvimento de certa forma apreciável de uma agricultura voltada inteiramente para a produção de gêneros de consumo local** (PRADO JR., op.cit., p.162, grifo nosso).

Esse tipo de agricultura, geralmente praticada em “solos inferiores ou cansados”, constituiria um dos fatores da chamada produção de subsistência, de *ordem secundária* mas funcional à manutenção da colônia. Deste contexto, nas palavras de Prado Jr. (op.cit., p.160), “é o próprio lavrador, modesto e mesquinho, que trabalha”. As fontes históricas analisadas apontam a Serra de Ibitipoca enquanto área abastecedora do Rio de Janeiro, reforçando a hipótese de que as culturas alimentares de subsistência com respectiva comercialização de seu excedente encontraram nesses altos de serra o seu espaço. Tudo porque, mediante a rota de contrabando instaurada em Ibitipoca ao longo do séc.XVIII, a

¹³⁶ Por agricultura de subsistência entende-se aquela destinada ao consumo e à manutenção da própria colônia, caracterizada por diversos tipos de estrutura agrária (PRADO JR., 2000). Contudo, a noção de “economia de subsistência” não se adequa ao tratamento teórico-metodológico que este trabalho requer, motivo pelo qual trataremos, nos capítulos seguintes, de “**economia de excedentes**”, tal qual exposto nos termos de Martins (1975, p.12): “O excedente não é o produto que sobra do consumo, mas o produto dos fatores de produção excedentes dos que foram utilizados na subsistência (no caso, a mão-de-obra e a terra com suas pastagens naturais”.

própria Coroa portuguesa incentivara a produção agrícola na região a partir da distribuição de terras a contingentes livres pobres¹³⁷.

Com o propósito de investigar o contrabando do ouro e estabelecer os limites da capitania, o governador General Luiz Diogo Lobo da Silva visitou o arraial de Conceição de Ibitipoca em 1764: o governador “veio a Ibitipoca examinar terras minerais, e aí proibiu que se derribassem [sic.] as matas, que impediam o livre trânsito dos extraviadores...”¹³⁸. Tal proibição, por um lado, concorreu para com a preservação dos recursos naturais da Serra de Ibitipoca, um dos prováveis motivos pelo qual o território onde atualmente se localiza o parque tenha conservado tamanha biodiversidade. Por outro lado, essas mesmas ordens régias restringiam a abertura de novas vias de acesso¹³⁹ e ligação com outras localidades, imprimindo à população estabelecida na Serra condições ainda mais rudimentares de existência: “Estavam os povos circunscritos à região serrana e suas vizinhanças, mantendo-se desconhecido e inexplorado o sertão da Mantiqueira sul” (ibid., p. 22). Por sua vez, Muls (1990, p.97) registra que essa “política de proibição de abertura de picadas e utilização de caminhos” teria dificultado, em Minas Gerais, o desenvolvimento mais expressivo do setor agropecuário, e ainda, que, apesar dos esforços, tais medidas restritivas¹⁴⁰ da Corte Portuguesa nem sempre alcançavam os efeitos desejados.

Contudo, no caso específico da Serra de Ibitipoca, as restrições impostas pela Coroa encontram-se conjugadas a concessões feitas pela própria metrópole, a posteriori: se, por um lado, ordenava-se o fechamento dos caminhos do contrabando, por outro lado a concessão de sesmarias aos colonos possibilitou a expansão da agropecuária na Serra. Apesar de controversa, essa intervenção da Coroa portuguesa em Ibitipoca no final do

¹³⁷ “É interessante observar que a população mais pobre, residente nos sertões proibidos, estaria excluída da repartição daquelas terras, uma vez que não possuía recursos para custear as despesas do processo de concessão nem escravos para trabalhar a terra, pois estes eram os requisitos necessários às doações das cartas de sesmaria. Para evitar qualquer mal-estar e balbúrdia que poderiam ser gerados entre as pessoas que o seguiram, **o governador determinou que fosse distribuída, mediante requerimento, meia légua de terra de cultura às pessoas que comprovassem poder lavrá-las com seus próprios braços e com os de seus filhos e parentes (agregados)**”. (RODRIGUES, 2003, p.263-264, grifo nosso).

¹³⁸ Delgado (op.cit., p.112).

¹³⁹ “A severa política de fiscalização imposta pelas autoridades metropolitanas, que se concretiza nas proibições de comércio, no fechamento dos caminhos, nos inúmeros registros implantados ao longo das estradas e nos pesados tributos, multas e penas leva à criação de uma rede de atalhos e caminhos clandestinos pelos quais se desenvolvia um intenso contrabando: de ouro, de gado, de escravos e de outros produtos...” (MULS, 1990, p.96).

¹⁴⁰ De acordo com André Rodrigues (2003, p.257), a Coroa portuguesa “considerava crime de lesa-majestade a abertura de vias de comunicação (que não fossem autorizadas pela metrópole), por recear o extravio dos quintos”.

século XVIII favoreceu o deslocamento dos fatores de produção, abrindo espaço para a conformação histórica do campesinato na Serra – já que as terras de cultura concedidas aos “colonos” em 1781 garantiriam às famílias de homens livres pobres¹⁴¹ a posse dos seus próprios meios de produção.

Um morador da Fazenda do Engenho – o Cabo de Esquadra José Delgado da Motta – foi quem auxiliou o Capitão Geral Dom Rodrigo de Menezes a elaborar a relação dos sesmeiros quando da concessão de terras pela Coroa portuguesa em 1781. Em 1822, nascia em Ibitipoca, na mesma Fazenda, o filho de José Delgado – Francisco Delgado Motta¹⁴² –, o qual participou da Revolução Liberal de 1842, compondo “tropas imperiais” na incursão até a batalha final de Santa Luzia, vencida pelas tropas do Barão de Caxias¹⁴³ (DELGADO, 1962, p.152)¹⁴⁴. Após o combate, Francisco Motta teria retornado – a pé – até a antiga sede do Engenho, na Serra de Ibitipoca, onde fora recebido por familiares:

Sua chegada à Fazenda do Engenho, onde o esperava D^a Inácia, a mãe saudosa, revestiu-se de episódios comoventes. Achegando-se à Casa Grande e não desejando ser visto naquela aparência, cabelos e barbas crescidos, vestes e frangalhos, ocultou-se no arvoredor e, avistando uma escrava, chamou-a a avisar na Casa. Avisada a “sinhá”, atendeu-o prontamente, recebendo-o com uma festa que faz lembrar a volta do filho pródigo, abatendo animais e preparando iguarias deliciosas, com grandes alegrias e celebrações que se prolongaram por vários dias, das quais participou toda a redondeza... e o mesmo se fez a seu irmão Joaquim. A bondade, naquela casa, não tinha limites (ibid.).

No relato acima, tem-se idéia do universo cultural que permeava as condições de vida numa típica fazenda do sopé da Serra de Ibitipoca. O fazendeiro em questão – Francisco Delgado Motta – morreu em 1904 nesta mesma propriedade rural em que nascera (Engenho). Consultamos uma nota que descreve as condições em que se deu o seu enterro, a qual traz indícios que caracterizam como “pobre” a população rural da Serra de Ibitipoca, à época. Na ocasião, os camponeses teriam descido a Serra para acompanhar o

¹⁴¹ A ocupação da região de Ibitipoca e a subjacente apropriação das terras proibidas dos Sertões da Mantiqueira se deu num contexto controverso, em que, segundo Rodrigues (2003, p.265, grifo nosso), é constatável a “atuação de interesses privados na ordem pública”. Após grandes potentados penetrarem na região e nela estabelecerem explorações econômicas agropecuárias, “povos foram ‘furtivamente’ introduzindo-se naquelas paragens. **Essa população pobre, muitas vezes tangida pelo refluxo do ouro, desenvolvia e estimulava constantemente a produção agrícola local e a procura por terras**”.

¹⁴² Filho de José Delgado Motta, que desde 1806, pelo menos, fixara residência na Fazenda do Engenho.

¹⁴³ Na verdade, o Barão de Caxias só foi elevado ao *status* de Duque de Caxias em função da vitória de sua tropa nesse episódio da Revolução Liberal.

¹⁴⁴ De acordo com Delgado (op.cit., p.152), o acompanharam o seu irmão Joaquim D. Motta e seu cunhado Tenente-Coronel João de Deus Duque, encarregado por Carta Imperial de Dom Pedro II de recrutar soldados.

funeral. No relato, os mesmos são correlacionados à condição de inferioridade socioeconômica: “a pobreza desceu em peso daquelas serras [...] para trazer seu derradeiro adeus e suas homenagens...” (ibid., p.158).

Além de Francisco Delgado, em Ibitipoca nascera outra figura cujo reflexo político transcendeu às escarpas da Serra para compor a história do Brasil: Padre Manuel Rodrigues da Costa¹⁴⁵. Nascido em Conceição de Ibitipoca em 1754, participou da Inconfidência Mineira (1789) – movimento conspiratório contra a Coroa Real. Em fevereiro de 1791, seu nome foi correlacionado na lista dos conjurados. Em função das acusações, foi condenado ao exílio na África (Cabo Verde), para onde embarcou em 1792, através de uma sentença de condenação dos réus eclesiásticos. Em 1801, conseguiu sua liberdade e retornou ao Brasil, fixando-se novamente numa fazenda – só que na região de Barbacena¹⁴⁶ –, onde hospedara Dom Pedro I (1826) e Saint-Hilaire (1817). O cônego Manuel teria participado ainda das articulações da Revolução Liberal de 1842, compondo as chamadas “forças revoltosas centrais” que confrontaram as tropas do Império. Nesse contexto, o historiador Eduardo de Menezes (1913) cita a participação do temido “Batalhão de Ibitipoca” na Revolução Liberal.

Ainda na segunda metade do século XVIII, em 1768, era construída a nova Matriz de Conceição de Ibitipoca, patrimônio arquitetônico em estilo rococó que nos dias atuais é atrativo turístico singular. Segundo Delgado (1962, p.112), essa igreja foi construída num período em que “progredia a região, através da mineração e da agricultura, criando-se fazendas e lavras que levaram fortuna a muitos pioneiros”. Ao citar um texto de Soares Ferreira, Delgado transcreve um trecho que faz alusão “ao território da Borda que paulistas e portugueses, vindos pela garganta do Embaú (hoje Cruzeiro), aqui se estabeleceram com suas famílias e escravos, desbravaram estes sertões, dedicando-se a princípio à faina da mineração, e logo depois à lavoura e à pecuária que lhes eram mais rendosas pela recente abertura do Caminho Novo” (ibid.).

Face à decadência da atividade mineradora em tempos setecentistas, Ibitipoca perderia, gradativamente, o seu poder político e econômico. Até as primeiras décadas do século XIX, o distrito de Conceição de Ibitipoca usufruía de algum prestígio alcançado no

¹⁴⁵ “Sua fazenda, situada no Caminho Novo, era ponto de pousada e encontro de viandantes, entre os quais se incluía o Alferes da Cavalaria Joaquim José da Silva Xavier. [...] Em uma de suas viagens, vindo do Rio de Janeiro, em 1789, pernoitou Tiradentes na Fazenda do Registro e expôs a seu proprietário os planos de que vinha possuído após estender-se naquela cidade”. (ibid., p.221).

¹⁴⁶ Barbacena se destacou como um ponto estratégico do partido liberal na província de Minas.

período anterior, o que possibilitou a sua elevação ao *status* de freguesia em 1818, por alvará régio – ocasião em que fora desmembrada de Barbacena¹⁴⁷. Contudo, tal circunstância privilegiada não perdurou por muito tempo, já que em 1832 transferia-se a sede da freguesia para Santa Rita – da qual a paróquia de Ibitipoca se tornara filial – após a compressão da esfera produtiva mineradora e a subsequente dispersão populacional¹⁴⁸. Aos que ficaram naquelas terras, restava-lhes delas extrair sua subsistência via atividades de teor agropecuário. Por conseguinte, há indícios¹⁴⁹ de que se encontrava constituído na Serra, por volta de 1845, um núcleo agrário que alternava a produção agrícola de subsistência com o cultivo do café¹⁵⁰:

Os [moradores] de Ibitipoca, falecendo-lhes o ouro das minas se entregaram à ociosidade e parte da população se dispersou por falta de conserto da igreja que se achava arruinada [...]. A população d’esta freguezia avaliada em outro tempo em mais de 2000 almas, apenas consta presentemente de 1200 habitantes entre os quais é raro se encontrarem mineiros, tendo-se quase todos convertidos ao amanho de terras e ao cultivo de cafeeiros, cujos produtos levam em machos até a cidade do Rio de Janeiro... (MILLIET DE SAINT-ADOLPHE, 1845, op.cit.).

Ironicamente, o documento supracitado registra que, um mês após ser destituída do posto de Paróquia Matriz e incorporada pela freguesia de Santa Rita, Conceição de Ibitipoca ganhara uma “escola de primeiras letras para meninas”. Porém, o módico educandário teria sido extinto ainda no século XIX, já que, de acordo com os entrevistados acima de 90 anos, Ibitipoca só voltaria a ter um estabelecimento de ensino primário em 1913, conhecido como Escolas Combinadas Conceição de Ibitipoca. Segundo relatos orais, na década de 1940 a escola contava com uns 60 alunos para apenas uma professora, e reunia crianças de toda a zona rural da região serrana comprimidos num único cômodo.

¹⁴⁷ Algumas fontes, contudo, sinalizam que a criação da freguesia de Conceição de Ibitipoca, por alvará régio, teria sido em 1820.

¹⁴⁸ A decadência socioeconômica e a dispersão populacional verificadas em Ibitipoca nos primeiros anos do século XIX são ainda perceptíveis no seguinte depoimento de Saint-Hilaire, em 1822: “Atravessamos primeiro a Vila de Ibitipoca, que conhecia mal, e julgava ainda mais insignificante do que realmente é. Fica [...] situada numa colina e se compõe de pequena igreja e **meia dúzia de casas que a rodeiam, cuja maioria está abandonada, além de algumas outras, igualmente miseráveis, construídas na encosta de outra colina.** Não espanta, pois, que inutilmente haja eu procurado, ontem, nesta pobre aldeia, os gêneros mais necessários à vida” (SAINT-HILAIRE, 1974, p.35, grifo nosso).

¹⁴⁹ MILLIET DE SAINT-ADOLPHE, J. C. R. *Dicionário Geográfico Histórico e Descritivo do Império do Brazil*. Paris: [s.n.], 1845.

¹⁵⁰ Ainda hoje são encontrados, eventualmente, pés de café centenários em alguns remanescentes de matas localizados em propriedades rurais do entorno do Parque Estadual do Ibitipoca – como na Fazenda do Engenho, por exemplo.

No final do século XIX (1881) era criado o município do Rio do Peixe – hoje Lima Duarte – o qual incorporou Conceição de Ibitipoca como distrito¹⁵¹ – situação que permanece até então, muito embora o pequeno distrito lute há duas décadas para se emancipar, negando, ainda hoje, a municipalidade exercida pelo distrito-sede Lima Duarte, a qual fora legalmente instituída em 1881.

Desde o início do século XIX a região de Ibitipoca já atraía a atenção de cientistas e viajantes estrangeiros que se interessavam por sua biodiversidade, como é o caso do naturalista francês Saint-Hilaire que, ao percorrer a Serra para realizar os primeiros estudos de sua flora, teceu a seguinte descrição do arraial de Conceição de Ibitipoca em 1822:

...chegamos à Vila de Ibitipoca, situada num alto. Embora cabeça de um distrito que se estende até Rio Preto, consta esta vila de algumas casinholas apenas e do pior aspecto. Parei numa delas, onde vive, amontoada, numerosa família de mulatos, e perguntei onde morava a autoridade local. Responderam-me que numa fazenda situada a uma légua e meia daqui (SAINT-HILAIRE, 1974, p.32).

São comuns as fontes históricas que apontam a existência de grandes contingentes negros e mulatos em Ibitipoca. Os relatos de viagem de Saint-Hilaire (1974) e Álvaro da Silveira (1921) registram que a área onde atualmente se localiza o parque serviu, num passado escravocrata, como abrigo para “negros fugidios”. Álvaro da Silveira, aliás, efetuou interessantes registros do imaginário relativo à presença de escravos na Serra, relatando inclusive indícios de que as numerosas grutas inseridas no território onde atualmente se localiza o parque dantes serviam de esconderijo para cativos¹⁵²:

A furna, com uma seção pouco variável e nunca inferior a 6 x 4 metros, atravessa de um lado a outro um maciço quartzitoso na extensão, aproximadamente, de 150 metros. [...] Os escravos, antigamente, aproveitavam essa vantajosa situação e faziam dessa furna magnífico esconderijo, quando fugiam da casa de seus senhores. Ao lado da entrada norte, vi ainda vestígios da cozinha – restos de fogão e paus apodrecidos nas camas dos desgraçados que faziam ali o seu quilombo (SILVEIRA, 1921, p. 329-34, passim).

Os escravos de ascendência africana supracitados, provavelmente, constituíam a mão-de-obra nas fazendas da região de Ibitipoca. Delgado (1962, p.270), aliás, ressalta que “Lima Duarte foi um dos municípios onde o regime servil caracterizou-se pelo elevado número de escravos, empregados na mineração, na agricultura e em serviços domésticos”,

¹⁵¹ Décadas depois, em 1920, há registros de que o distrito de Conceição de Ibitipoca possuía uma área de 186 Km². (DELGADO, 1962, p.322).

¹⁵² A gruta descrita por Álvaro da Silveira atualmente se apresenta como um dos maiores atrativos turísticos do parque, cujas histórias e lendas que a envolvem foram apropriadas pela “indústria do turismo”, que a divulga e “vende” como “Gruta dos Fugitivos”.

sendo que o “o poderio econômico e a projeção social dos ‘senhores’ eram medidos pelo número de escravos que possuíam”.

Por sua vez, Vale (1986) traz algumas considerações acerca de indícios da remanescência de quilombos nas furnas de Ibitipoca, como refúgio para os cativos que se esquivavam dos domínios de fazendeiros – os proprietários de grandes extensões territoriais localizadas nas terras baixas próximas à Serra. Após escaparem, os fugitivos subiam a Serra visando aos “esconderijos naturais” caracterizados pela existência de dezenas de grutas rodeadas por territórios de caça e coleta:

Em tempos passados, estas sombrias galerias da Serra de Ibitipoca serviam de abrigos para os escravos dos grandes engenhos de cana de baixada que fugiam em busca de uma vida livre (VALE, 1986, p.4).

Já a lingüista Terezinha Resende (2003; 2006), baseada tanto em dados históricos sobre Ibitipoca quanto nos aspectos sociolingüísticos da população local, verifica indícios de *traços crioulos* no falar de um grupo social estudado na Serra¹⁵³, afirmando ainda que “houve na constituição remota desta comunidade a presença do branco, do negro e do índio. Isso remete conseqüentemente ao contato de línguas, ocorrido por meio da transmissão lingüística irregular” (RESENDE, 2006, p.72).

Não obstante, Saint-Hilaire (1974, p.34) cita, por quatro vezes, o seu contato com negros ou mulatos em Ibitipoca, destacando o aspecto de simplicidade com que tais sujeitos viviam. O registro da existência de mulatos que viviam em situação “rudimentar” em Ibitipoca se repete em vários trechos: “Ao chegar, fui recebido por uma mulata vestida de saia e camisa de algodão muito sujos. Grande quantidade de bonitas crianças, trajadas do modo mais pobre, a rodeavam”. O botânico francês¹⁵⁴ observou, ainda, traços culturais e indicadores do modo de vida da população encontrada na Serra, à época:

... pus-me a conversar com a dona da casa e perguntei-lhe se não se aborrecia, só, no meio daquelas montanhas. Disse-me que ali estava apenas um ano, e nunca sentira um único momento de tédio. Os trabalhos caseiros, as galinhas e os animais domésticos tomam-lhe o tempo todo. Havia, além disto, sempre algo de novo em seu pequeno lar. Era preciso ora plantar, ora colher; nasciam-lhe criações; o marido e o filho mais velho saíam para caçar e assim traziam ora um porco-do-mato, cuja carne, assada, comiam todos, ora um gato selvagem. E com efeito mostrou-me muitas peles já curtidas de vários animais (ibid.).

¹⁵³ RESENDE, Terezinha Cristina Campos. O falar de Conceição de Ibitipoca: indícios de traços crioulos? *Papia: Revista brasileira de estudos crioulos e similares*, Brasília, Thesaurus Editora, n. 13, p.139-149, 2003.

¹⁵⁴ Devido ao teor corográfico presente em seus relatos de viagem, pode-se inferir que Saint-Hilaire não foi menos “geógrafo” ou “antropólogo” do que “botânico”.

Neste trecho, é possível observar aspectos culturais relativos ao modo de vida daquela população¹⁵⁵, incluindo hábitos alimentares, cuja fonte principal de proteína animal se constituía da caça e da criação de pequenos animais – porcos e galinhas. Outros alimentos como queijo, farinha, bananas, palmito e leite também compunham a dieta do ibitipoquense no início do século XIX. Constatase ainda que, na Serra de Ibitipoca, o período de convivência mútua e interação entre animais selvagens e o camponês-caçador é, no mínimo, bi-secular.

Saint-Hilaire descreve ainda o estado das moradias encontradas na região: “encontramos um casebre grosseiramente construído de taipa, coberto de sapé, e cujas entranhas são portas estreitas fechadas com couro. Se esta choupana apenas revela a indigência, sua situação foi bem escolhida...” (ibid., p.34). Não menos raros são os registros de escravos que habitavam as fazendas, bem como de seus senhores¹⁵⁶.

Embora se preocupe em verificar nas terras brasileiras estágios de “civilização” através de comparações com a realidade européia, Saint-Hilaire retrata aspectos sociológicos e geográficos de Ibitipoca – narrando ainda hábitos religiosos e costumes diversos – apesar de por vezes carregados de certo tom de exagero, preconceito e ironia – tal qual percebido no trecho acima, quando correlaciona a choupana dos camponeses de Ibitipoca à “indigência”. Neste sentido, Carneiro (2001, p.234) alerta que “o caráter imperial e colonial dos viajantes produziu com seus relatos não apenas informações úteis para os projetos europeus de dominação como também fenômenos de transculturação”. *Mutatis mutandis*, os relatos de Saint-Hilaire são fontes imprescindíveis à nossa pesquisa. São esses mesmos registros que apontam, por exemplo, a emergência das atividades de teor agropecuário no século XIX, tendo em vista a decadência da exploração econômica mineradora¹⁵⁷ na região.

¹⁵⁵ Matos (1979, p.139) registra a existência de 637 fogos (moradias) e 5461 almas (habitantes) na **freguesia** de Ibitipoca, referentes ao ano de 1826. Assim o autor descreve a vila de Conceição de Ibitipoca: “**Arraial** e cabeça de grande distrito situado na margem esquerda do rio do mesmo nome que entra na margem direita do Rio Grande junto à Serra da Mantiqueira a uma distância de 30 léguas da cidade do Ouro Preto e 57 do Rio de Janeiro. Tem igreja paroquial e 12 fogos. O **distrito** próprio de Ibitipoca dista 12 léguas da cabeça do termo. Possui 95 fogos e 727 almas” (op.cit., p.105). É válido observar a distinção entre os dados do distrito, do arraial e da freguesia de Ibitipoca, os quais foram levantados separadamente à época.

¹⁵⁶ “Paramos numa fazenda cujo dono está ausente. Seus negros permitiram-nos, a princípio, que nos estabelecêssemos sob a varanda e à noite abriram-me a sala para que ali fizesse minha cama. Tive, por conseguinte, a ocasião de ver o interior e achei-o igual ao da maioria das habitações desta comarca, quer dizer, quase nu” (SAINT-HILAIRE, 1974, p.36).

¹⁵⁷ Uma outra fonte reforça tal tendência: “Confirmando a transferência da atividade econômica mineradora para aquela de teor agropecuário, encontram-se no livro Paroquial de Registro de Terras de Freguesia de Conceição de Ibitipoca (1855-1856) listadas dezenas de proprietários de glebas e escravos. Neste livro há referência a diversas fazendas destacando-se a “Fazenda do Tanque”, onde ficou hospedado o naturalista francês Saint-Hilaire, cujo proprietário era Antônio Martins Fagundes” (IEF; BRANDT, 1994b).

Uma constatação relevante é o fato de aquela família de “mulatos” supracitada estar estabelecida na área há apenas um ano¹⁵⁸, “só para construir choupana e formar plantação”, uma vez que o patriarca daquele grupo familiar julgava o lugar vantajoso para fixar-se, transportando para lá mulher e filhos (SAINT-HILAIRE, 1974, p.34). Ao que parece, as áreas serranas era o que restava para os menos abastados, devido, entre outros fatores, às dificuldades de acesso e à indisposição do relevo às atividades agropastoris de maior rentabilidade – ainda mais na Serra de Ibitipoca, onde há predominância de campos rupestres sobre rochas quartzíticas¹⁵⁹.

Tal constatação reforça a idéia do antropólogo Diegues (2002) de que as populações humanas vinculadas às formas de produção com reduzida acumulação de capital ocupavam áreas de ecossistemas marginais, economicamente pouco rentáveis. Assim, esses núcleos populacionais situados em terrenos de elevada altimetria e declividade acentuada apoiar-se-iam em atividades de subsistência como caça, coleta, extrativismo vegetal e agricultura.

Ao longo do eixo Barbacena – Rio de Janeiro, tornar-se-iam essas áreas abastecedoras da colônia em gêneros de subsistência. Não obstante, Caio Prado Jr. (2000) destaca que, via de regra, esse tipo de agricultura se localizava relativamente distante do seu único mercado – as cidades – conformando, em certas áreas afastadas consideradas de “segunda ordem”, a fixação de contingentes rurais com as seguintes características:

...populações marginais de baixo teor de vida na maioria, aí se encontram só porque não acham lugar nas zonas de maiores perspectivas que são da grande lavoura. A mediocridade desta mesquinha agricultura de subsistência que praticam, e que nas condições econômicas da colônia não podia ter senão este papel secundário e de nível extremamente baixo, leva para elas, por efeito de uma espontânea seleção social, econômica e moral, as categorias inferiores da colonização. Não encontramos aí, por via de regra, senão um elemento humano, residual, sobretudo mestiços do índio que conservaram dele a indolência e qualidade negativas para um teor de vida material e moral mais elevado. Ou então, brancos degenerados e decadentes. Martius, o Príncipe Maximiliano e Saint-Hilaire, que percorreram essas regiões, deixaram delas um testemunho doloroso (PRADO JR., 2000, p.161-162).

¹⁵⁸ O que permite lançar a hipótese de que os mesmos praticavam agricultura itinerante.

¹⁵⁹ Os solos da Serra são em grande parte originados de rochas quartzíticas, pouco desenvolvidos e de pouca espessura, onde ocorrem os campos rupestres, “formados por uma cobertura contínua de formação herbácea sobre afloramentos rochosos”, cobertos por gramíneas, ciperáceas, arbustos e ervas. (FJP, 2000, p. 74).

Embora o autor pontue uma tendência à maior concentração desses nichos agrícolas ao longo das faixas litorâneas, seria o caso de lançar, aqui, a hipótese de que essas culturas alimentares de subsistência também encontraram nos altos de serra o seu espaço¹⁶⁰.

Ademais, têm-se na história de Ibitipoca episódios semelhantes aos observados em outras regiões de Minas Gerais e do Brasil: a ocupação inicial por populações indígenas, a chegada dos bandeirantes e a subsequente extinção e/ou aculturação dos contingentes nativos; a súbita ascensão e declínio da mineração do ouro; a emergência de novas atividades econômicas suplementares; visitas de naturalistas estrangeiros no século XIX; presença de refúgios quilombolas; ocorrência de expedições científicas no início do século XX. Enfocaremos, a seguir, o modo de vida de seu campesinato.

4.2 – DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO BASEADAS EM FORMAS COERCITIVAS AMBÍGUAS

Quem utilizava da Serra de Ibitipoca só trabalhava nas lavoura, no serviço de enxada, foice, batendo roça, trabalhava pros fazendeiro, e chegava em casa aos domingo assistia à missa, não tinha nem um rádio, não tinha uma ligação de nada, era incomunicável. Não tinha jeito, nem jornal, não tinha nem correio [...] Eles vivia do trabalho mesmo, suor. Alimentação doméstica produzida, criada da casa: produção natural. Pra fazer o plantio de arroz, feijão, milho, a batata, couve, tudo tem de cereais.

(lavrador aposentado, 79)

Com a abolição do regime escravocrata, em 1988, evidenciaram-se, em Ibitipoca, quatro tipos distintos de categoria social rural: os *colonos* (agregados), os *fazendeiros*¹⁶¹ (senhor-patrão), os *camaradas* (diaristas e meeiros/parceiros; homens livres sem terras para plantar) e os *camponeses-sitiantes* (agricultores familiares que possuíam pequenas porções de terra; complementavam a agricultura de subsistência com uma produção mercantil simples).

¹⁶⁰ Vale destacar aqui as constatações de Shirley (1971, p.70) acerca de determinadas populações camponesas da Serra da Mantiqueira: “...geralmente nas regiões montanhosas, ou nas áreas isoladas menos desejáveis, longe das estradas, ficavam dispersos muitos bairros de caipiras sitiantes. Alguns destes dominavam, de fato, consideráveis extensões de terra, mas devido à natureza de sua cultura e economia, ocupavam-se pouco do comércio”.

¹⁶¹ Alguns indícios históricos lançam luz sobre a dimensão fundiária das fazendas de Ibitipoca, na segunda metade do século XIX. Em fev. 1856, a Fazenda da Tapera abrangia uma área total de aproximadamente 70 alqueires – entre áreas de cultivo e campos de pastagem. Localizada no distrito de Conceição de Ibitipoca, a Tapera era de propriedade de Manoel Theodoro Rodrigues. [Fonte: Livros paroquiais de Registro de Terras das Freguesias de Conceição de Ibitipoca, citado por Delgado (1962, p.266)].

4.2.1 – ENTRE COLONOS, CAMARADAS, FAZENDEIROS E SITIANTES...

Nas primeiras décadas do século XX, a agricultura de subsistência da Serra de Ibitipoca possuía auto-suficiência relativa, uma vez que havia a figura do “alto fazendeiro” e os poderes por ele concentrados, já que este era detentor de alguma representatividade política e de *status* social local. Enquanto que os pequenos proprietários de terra (sitiantes) se utilizavam da agricultura de subsistência (economia de excedentes), os poucos fazendeiros da região alçavam uma produção em escala relativamente maior, a qual implicava no emprego da mão-de-obra local intermediada pelas “relações de camaradagem” entre o “senhor patrão” e os “colonos/agregados” e “camaradas”. Essas relações de produção incluíam a troca de trabalho por terra agricultável, alimentos, favores e/ou proteção – embora alguns camponeses eventualmente recebessem ocasionalmente uma contrapartida monetária pelo dia de serviço: o “jornal”¹⁶².

A esses homens livres e pobres ligados à esfera produtiva agrícola, restava-lhes três colocações possíveis na escala social: **i)** Estabelecerem-se nas terras de outrem a partir de relações coercitivas não-capitalistas (colonos/agregados); **ii)** Tornarem-se camaradas/diaristas e venderem seus braços diretamente ao fazendeiro, recebendo em troca uma diária (jornal) estipulada pelo próprio patrão; **iii)** Possurem novas terras, caso as encontrassem, e se fixarem enquanto sitiante a praticar uma produção de subsistência com um baixo grau de inserção na economia de mercado.

Desse período, em Ibitipoca, as relações de produção incluem as relações de dominação presentes nas *figurações fazendeiro/camarada e fazendeiro/colono*. Essas relações de produção encontravam-se assentadas em formas coercitivas não-capitalistas, em que os chamados *colonos* (homens livres sem terra para plantar) moravam de favor na terra alheia, devendo, em troca, retribuições morais e ocupacionais ao dono da terra. Nesse tipo de relação não há, portanto, o aluguel monetário da terra, tampouco o pagamento de salário, mas sim, uma forma coercitiva de sociabilidade baseada em relações de compadrio e vizinhança que possibilita àquele que não detém os meios de produção, produzir.

¹⁶² Segundo depoimentos, o “jornal” consistia no pagamento diário aos “camaradas” de pequena quantia monetária estipulada pelo patrão.

Naquele tempo não existia funcionário, existia colonos. Morava até uma porção: três, quatro colonos na fazenda. A família criava ali e trabalhava naquela fazenda. A relação era o seguinte: ele (patrão) tratava bem, remanescente do – 1950 para 1880, setenta anos né – ainda tinha bem aquele resquício da escravidão ainda. Então os colonos eram folgados? Não, eles eram pessoas apertadas que estavam sempre debaixo do domínio do proprietário da fazenda.

(produtor rural e dono de um camping, 73).

O “colono” de Ibitipoca é uma categoria próxima ao que, em outras regiões do Brasil, é denominado de *agregado*. De acordo com Prado Jr. (2000, p.159) o *agregado* consiste numa forma pretérita fundamental à organização social da colônia, podendo assumir a conformação de um pequeno produtor rural autônomo – embora atrelado ao domínio do fazendeiro, já que subordina-se ao proprietário da terra. A relação de agregação acomoda, assim, um tipo de exploração agrícola diferente e separado da grande lavoura. O *agregado* é, ao mesmo tempo, ocupante da terra e trabalhador; estabelece com o proprietário fundiário relações típicas de “vassalagem” – as quais envolvem a prestação de pequenos serviços ao dono da terra como prerrogativa para explorar uma porção territorial sob o seu domínio.

Não obstante, o “colono”¹⁶³ de Ibitipoca perfaz muitas das características constitutivas do *agregado* clássico, incorporando ainda algumas peculiaridades – como o pagamento esporádico de diárias, somente aos domingos, caso trabalhasse neste dia. No restante da semana, suas tarefas na propriedade incluíam o dispêndio de sua força de trabalho nas atividades e culturas do dono da terra, sem contrapartida monetária. A incorporação da mão-de-obra do colono/agregado, assim, não gerava nenhum vínculo ocupacional juridicamente reconhecido. Ademais, o colono¹⁶⁴ devia retirar a própria subsistência do pedaço de terra que dispunha sob o seu domínio, trabalhando ao mesmo tempo para si e para o patrono (proprietário fundiário). Ao fazendeiro de Ibitipoca, a

¹⁶³ Interessante observar a utilização do termo “colono” em Ibitipoca para definir essa forma social. No Brasil, o sujeito rural incorporado nesse tipo de relação é geralmente denominado de “agregado”. Contudo, o termo “colono”, apesar de aparentemente regional, tem uma remota explicação histórica. De acordo com Queiroz (1973, p.16), desde os últimos tempos do Império Romano a noção de “colono” era usada para definir o “homem livre ao qual foi entregue uma parcela que ele trabalha por sua própria conta, para seu sustento e da família, pagando ao senhor o aluguel da terra com parte da colheita. Rareando cada vez mais o braço escravo, devido a circunstâncias socioeconômicas da época, foram aumentando nas propriedades as parcelas arrendadas a “colonos” que, também, cada vez mais, foram sendo denominados *parceiros* [...] Colonos e parceiros deviam ao senhor dias de trabalho...”. Ao contrário do “colono” romano, porém, o “colono” de Ibitipoca muitas vezes era o próprio ex-escravo ou o seu descendente que, uma vez “liberto” do cativo, se via novamente preso aos domínios do fazendeiro, sob novas circunstâncias.

¹⁶⁴ Se um “colono” era o responsável por uma fazenda, por exemplo, às vezes o proprietário daquela área lhe concedia o direito de possuir quatro ou cinco vacas para o sustento familiar.

conveniência desse tipo de relação de produção (e dominação) resultava na redução do custo de produção, já que o custeio da mão-de-obra não estava assentado no dispêndio contínuo de recursos monetários.

Embora os benefícios sejam aparentemente recíprocos, a relação estabelecida entre o colono e o patrono-fazendeiro conforma um processo de exploração estável da força de trabalho do colono, uma espécie de comensalismo em que o maior beneficiado é o dono da terra, sem que a outra parte seja diametralmente prejudicada.

O colono era uma pessoa que morava na terra do outro. Pessoa que não tem terra, então morava na propriedade do outro. Não tinha esse negócio de cobrar, não tinha lei trabalhista. Aí morava na terra do outro e criava a família ali. Meava as coisas... Aqui tinha uma fazenda que tinha dois colonos, retireiros, criou 10 filhos cada um, era a maior fartura. E era só aos domingos que eles ganhavam para trabalhar. Durante a semana, eles tirava o leite – levantava de madrugada, no escuro – e ia trabalhar para ele no resto do dia. Fazer cerca, rapar curral. E eles usava fazer aquelas grotas de lavoura. A mulher ia lavar roupa... o colono era um meeiro que morava dentro da fazenda. Mas ganhava diária se trabalhasse.

(Agricultora, 92).

A categoria social colono/agregado constatada em Ibitipoca se apresenta, assim, como resíduo de uma forma de organização agrária colonial, em que as transformações advindas com a abolição da escravatura conservaram características de períodos anteriores, reelaborando as condições de produção da vida material em novos termos.

As propriedades fundiárias localizadas nas terras baixas próximas ao sopé da Serra de Ibitipoca demandavam a ocupação de um contingente considerável de mão-de-obra e organização coletiva do trabalho. Nos interstícios das lavouras de subsistência praticadas nas terras altas de Ibitipoca, os camponeses ocasionalmente desciam para as propriedades situadas nas terras baixas localizadas no sopé da Serra para lá trabalharem como diaristas. Esse tipo de trabalhador era conhecido como *camarada*.

O camarada é o trabalhador da roça. Ele é diarista, não tem documento nem nada. Isso porque o produtor pequeno não tem como legalizar um camarada. Então paga o jornal, a diária. **Então a vida já foi muito escura.** Hoje é que tem direito.

(Agricultora, 92).

No trecho acima, a agricultora recorre a um recurso sinestésico para contextualizar a condição adversa à qual o camarada era submetido. Ao afirmar que “a vida já foi muito escura”, a entrevistada expressa um sentimento ruim para com essas formas pretéritas de exploração do trabalho no campo.

Apesar de possuírem alguns traços em comum, o colono/agregado distingue-se do camarada por não receber pagamento diário de seu trabalho, e ainda, pelo fato de sua moradia localizar-se no interior da fazenda de outrem. Se, por um lado, o camarada podia vender livremente sua força de trabalho, por outro lado não havia a garantia de terras disponíveis para plantar o seu próprio sustento. Já o colono/agregado, apesar de dispor de um pedaço de terra para dela extrair sua subsistência, em contrapartida deveria estar continuamente à disposição do fazendeiro-patrono sem contudo receber recursos monetários pelo trabalho despendido – relação esta que corrobora para a sua perda de autonomia perante o dono da terra. Para resolver tal pendência, os camaradas eventualmente apelavam para o sistema de parceria¹⁶⁵, plantando à meia com o fazendeiro sem contudo morar na propriedade deste. Essa forma de meação, contudo, não lhes assegurava qualquer constância ou garantia de cessão temporária de terras de cultura nos anos subseqüentes.

Na visão de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1983, p.92), a composição do *agregado* enquanto categoria social eventualmente abriu espaço para a constituição de formas reelaboradas do modo de vida dos *caipiras independentes*, já que “as terras improdutivas podiam, sem prejuízo para o proprietário, ser cedidas de favor”, possibilitando a manutenção da autonomia relativa daqueles. Por conseguinte, ajustes sociais, relações de dominação pessoal e contingência permeavam as circunstâncias da *agregação*, cuja prática não necessariamente envolvia a exploração lucrativa do pedaço de terra destinado ao *agregado*. O camarada, ao contrário, representaria a assimilação do antigo caipira à dinâmica econômica da sociedade envolvente.

O camarada representa apenas a viabilidade de absorção do caipira ao setor da sociedade que está articulado economicamente, num processo que em larga medida é de perda dos atributos do tipo social anterior. O agregado ou morador, ao contrário, reelabora o antigo estilo de vida, embora carente de suas próprias bases: a livre disposição da terra e a participação em pequenos grupos sociais coesos (FRANCO, 1983, p.92).

Via de regra, os *camaradas* de Ibitipoca se concentravam no arraial da Conceição, em especial numa ruela denominada Curro Lava-Pés – pedaço da vila que teria catalisado parte da população liberta pela Lei Áurea de 1888. Após ocuparem essa porção do arraial de Conceição de Ibitipoca, as famílias de ex-cativos constituiriam a maior parte do

¹⁶⁵ “Plantava.. a gente plantava roça. E meava no terreno das outras pessoas plantar também... porque a gente plantava no terreno dos outros; quem não tinha o seu terreno plantava no dos outros...” (Lavradora aposentada, 58).

contingente de agricultores livres pobres sem terras para plantar e que, devido às circunstâncias históricas de sua constituição, nada tinham a vender senão os seus próprios braços. Algumas trovas populares lembradas pelos entrevistados ilustram bem as circunstâncias de vida desses camponeses à época:

Por não haver mais escravo

Acabou-se a garantia

Por isso é que os fazendeiro

Trata de economia.

Triste vida do roceiro

Já não pode descansar

O diabo dos ladrão

Come sem trabalhar.

(Agricultor aposentado, 79).

O *camarada* residente no Curro Lava-Pés e sua respectiva família dispunham sob sua posse apenas um pequeno lote de terra, onde estabeleciam cabanas de adobe e sapé rodeadas por um quintal destinado ao plantio de hortaliças, criação de pequenos animais e pomar. Os homens se empregavam como camaradas nas fazendas, recebendo pelo jornal – uma espécie de diária – ou empreitadas (tarefas). Já as mulheres eram conhecidas como “pretas-velhas” e, como forma de complementar a renda familiar, viviam da coleta de macela na área denominada Serra Grande. Foram elas diretamente atingidas com a criação do parque e a subsequente proibição da extração desta flor nos seus campos de altitude. Por outro lado, a princípio o cercamento das pastagens comunais da Serra não prejudicou diretamente esses camponeses do Curro Lava-Pés, tendo em vista que os mesmos não possuíam gado bovino. Entretanto, num segundo momento, quando os sitiante foram impedidos de usarem a Serra Grande como área funcional à pecuária extensiva, não vislumbraram outra alternativa senão ampliar as áreas de pastagem dentro da própria propriedade, reduzindo assim o espaço de que dispunham para ceder temporariamente para o camarada-meeiro estabelecer lavoura. Dessa forma, a implantação do parque contribuiu para o enfraquecimento das relações de parceria/meação¹⁶⁶ que amparavam os *camaradas* das comunidades rurais de seu entorno.

¹⁶⁶ A meação é uma variante do sistema de parceria comumente encontrado em zonas rurais, em que o agricultor sem terras para plantar (meeiro) estabelece lavouras na propriedade de outrem. A metade da produção agrícola resultante é então entregue pelo agricultor/produtor direto (meeiro) ao dono da terra.

Ao analisar sociologicamente o camponato brasileiro, Forman (1979) alerta para a dependência que permeia a relação patrão-empregado no Brasil rural – a qual submetia o camponês a uma série de relações de trocas desiguais. Mas como se dava essa relação de “patrão-dependência” (fazendeiro/camarada) em Ibitipoca? Quem nos traz evidências é um lavrador aposentado, 79 anos, ao narrar que:

... o patrão era muito respeitado, os camarada¹⁶⁷ respeitava ele muito, dava todo o apoio para o proprietário, o dono, o patrão. Em troca, o patrão¹⁶⁸ dava pra eles o que é necessário, pagava o ordenado direitinho – que não existia salário na época né – então pagava eles o jornal do dia, que chamava jornal né... pagava direitinho. Jornal é o preço total – era dois mi réis, um mi réis [...] Pagava o jornal direitinho, chegava nos tempo das colheita era muita lavoura... o colono e os camarada que não tivesse quase nada se precisava de milho ele [patrão] mandava levar. De milho, os cereais da alimentação. Não tinha conforto nenhum não...

No relato acima, o entrevistado não se inclui nem como “patrão”, nem como “camarada”, tampouco como “colono”. Ao contrário, o sujeito conduz sua narrativa em terceira pessoa, como se pertencesse a uma outra categoria. E, de fato, ele constitui uma outra dimensão da organização social da vida rural de Ibitipoca: um sitiante¹⁶⁹. Sua família provém de um estrato intermediário, camponeses livres pobres advindos das redondezas da fazenda do Yeiê Vermelho (hoje entorno norte do Parque, no município de Santa Rita do Ibitipoca). No final do século XIX, seus pais possuíam uma parcela de terras devolutas nas faldas da Serra (hoje limítrofe ao parque, entorno sudoeste). Desde então, possuíam o domínio de um sítio com 20 hectares de terras não muito férteis, num terreno acidentado fronteiro à Serra Grande, onde ele e seus dez irmãos nasceram e foram criados. Dessa família de onze filhos, o entrevistado é o único ainda vivo. Sem herdeiros e dependendo do fundo de aposentadoria rural para viver, vendera recentemente suas terras a um empresário italiano que possui pousadas na Serra – sem, contudo, abrir mão do uso-fruto das mesmas.

¹⁶⁷ Os termos “camarada” e “colono”, neste contexto, referem-se ao trabalhador que compunha a mão-de-obra rural e estava submetido à relação de “patrão-dependência”. Interessante salientar que Candido (2003, p.138) ao estudar o caipira paulista nos anos 1950 observara essas mesmas designações, com a peculiaridade de que o “camarada caipira” era pago por mês trabalhado, embora recebesse do patrão “regalias” semelhantes às observadas em Ibitipoca, como que por recompensa à sua dedicação,

¹⁶⁸ Segundo relatos, a proteção do patrão para com o “camarada” abrangia a cobertura de eventuais crimes cometidos por este a mando daquele: “o patrão protegia o máximo. Acoitava ele, escondia ele, não deixava ele apresentar ao público, não deixava faltar nada pra ele até passar um certo período”. (lavrador aposentado, 79)

¹⁶⁹ Na obra de Queiroz (1973) encontram-se expostos alguns critérios de classificação do sitiante tradicional brasileiro como camponês: habitantes do meio rural brasileiro que não eram nem fazendeiros nem trabalhadores sem terra, possuindo uma pequena porção territorial onde constituíam ambiente de vida e de trabalho. Praticavam a policultura, cujo excedente da sua produção era vendido ou trocado.

Ele vendeu as terras, mas não se desfez delas. Enquanto viver, poderá viver ali. E isso, segundo ele, lhe basta.

A essa categoria, chamaremos de *sitiantes* – camponeses livres pobres que possuíam uma pequena porção de terra onde estabeleciam a agricultura de subsistência, complementando-a com uma produção mercantil simples. Conforme veremos no último capítulo, o *sitiante* de Ibitipoca foi a única categoria social rural que teve condições de resistir às transformações engendradas tanto pela modernização da agricultura brasileira quanto pelas mudanças recentes verificadas face a reestruturação da esfera produtiva com o advento do turismo na Serra.

4.3 – A CULTURA CAMPONESA E SUAS REPRESENTAÇÕES

Produzia o que a terra dava. Moia cana, fazia açúcar, nós tudo fazia açúcar. Milho, feijão, arroz, tudo plantava. Leite, tirava leite também. [...] Era umas casas assim, umas casas pequena de gente pobre, se vivia da terra né...então a gente era assim. Não tinha conforto, o conforto que hoje o povo tem de primeiro nós não teve. Tudo era feito mesmo nas munheca, né... Não tinha esse negócio de ficar hoje na canetinha, né?

(dona de casa aposentada, 65)

Serão demonstrados, neste tópico, as evidências empíricas sobre as quais nos pautamos para considerar a população camponesa da Serra de Ibitipoca – no período que precedeu ao turismo – como portadora de traços característicos *de cultura tradicional*¹⁷⁰, uma vez que seus membros estavam inseridos em atividades econômicas de pequena escala que engendravam modos próprios de organização social, simbologias, mitos e ritos de sacralização do seu território serrano – incorporando, na produção de sua própria vida, a dinâmica do ecossistema envolvente.

Lançamos, a princípio, a hipótese que considera a possibilidade de que a Serra de Ibitipoca compreendia os domínios da cultura caipira¹⁷¹, uma vez que, além de situada na porção meridional do território mineiro, possui ligações históricas com outras populações que coexistem nas encostas da Serra da Mantiqueira. Aliás, não por acaso Ibitipoca é citada nos estudos clássicos de Antonio Candido sobre a cultura caipira.

¹⁷⁰ Em certo sentido, toda cultura é tradicional. O termo ora utilizado, contudo, se baseia no repertório teórico-conceitual exposto em Diegues (2000; 2002).

¹⁷¹ “O caipira mesmo isolado era, a despeito disto, um camponês e, assim, por definição, tinha vínculos com as maiores sociedades municipais e nacionais [...] a cultura camponesa do caipira estabeleceu-se fora das fazendas e se estabeleceu também às margens das zonas comerciais” (SHIRLEY, 1971, p.68).

Em seu clássico *Os parceiros do Rio Bonito*¹⁷², Candido (2003, p.218) analisa os registros de Saint-Hilaire sobre o modo de vida em Ibitipoca, com enfoque nos relatos do naturalista francês sobre a importância da caça na composição da dieta do campesinato da Serra. Ao discorrer sobre o *ajuste ecológico* verificado nas relações dos grupos camponeses com o seu meio imediato, Candido verifica uma *síntese adaptativa* da vida econômico-social com o ambiente, donde diversificadas atividades (agricultura, caça, pesca, coleta, etc.) eram concebidas como complementares entre si, não podendo, portanto, serem vistas como práticas isoladas¹⁷³. Na esfera da vida humana descrita por Saint-Hilaire em Ibitipoca, a caça é, nos termos de Candido, um elemento ponderável na constituição da dieta e, ainda, “caça é sobretudo defesa das roças e divertimento praticado nas horas vagas; acessoriamente, complemento da dieta” (ibid., p.219). E destaca também que o contato com padrões urbanos teria dissociado, no século XX, a caça do trabalho, a partir da concepção de uma nova escala de valores, onde a caça é vista também como atividade recreativa. Na atmosfera da cultura camponesa, contudo, a caça caracteriza o roceiro comum, o *cachorreiro*, o *rastreador*, o *piador de macuco*, etc., para o qual a caçada é uma atividade rotineira e monótona, e entre suas funções estava a de obter carne para a dieta do grupo familiar¹⁷⁴. Tais características, segundo Antonio Candido, aproximavam o caipira de Ibitipoca aos traços da cultura indígena, ao passo que distanciavam-no da figura do agricultor moderno:

Seria o caso de afrontar o paradoxo e dizer que caipiras como o que serviu de guia a Saint-Hilaire na região de Ibitipoca, em Minas, e saía a caçar com o filho, enquanto a mulher cuidava da casa, complementando com carne de gato ou porco-do-mato a dieta de farinha, queijo ou banana – que tais caipiras estão porventura mais próximos do índio caçador do que do agricultor moderno (CANDIDO, 2003, p.218).

Luyten (1992) registra que as manifestações populares se sobressaem em zonas rurais, uma vez que culturas regionais teriam surgido a partir de tradições, costumes e usos

¹⁷² *Os parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Candido, foi publicado pela primeira vez em 1964 e apresenta os resultados de uma pesquisa empreendida pelo autor entre 1948 e 1954. Tal obra se afigura como um marco histórico nos estudos sobre a cultura caipira do Brasil.

¹⁷³ “A roça, as águas, os matos e campos encerravam-se numa continuidade geográfica, delimitando esse complexo de atividades solidárias – de tal forma que as atividades do grupo e o meio em que elas se inseriam formavam por sua vez uma continuidade geossocial, um interajuste ecológico, onde cultura e natureza apareciam, a bem dizer, como dois pólos de uma mesma realidade” (CANDIDO, 2003, p.218).

¹⁷⁴ “... o caipira passava normalmente da enxada e do machado para o anzol ou a espingarda; da foice para o visgo, a arapuça, a zagaia, o mundéu, como quem circula na mesma atmosfera contínua de luta pela vida” (ibid.).

específicos às condições de vida peculiares aos diferentes lugares. Neste sentido, o autor esboça a “região cultural caipira” e sua identidade cultural permeada por variadas manifestações populares, compreendidas pelo norte do Estado do Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Sul de Minas Gerais e o Estado de São Paulo, não se circunscrevendo, portanto, apenas nos domínios paulistas¹⁷⁵.

Neste sentido, vale destacar ainda os estudos antropológicos de Shirley (1971, p.63), realizados na Serra Quebra Cangalha (SP)¹⁷⁶, uma área que, apesar de localizada em território paulista, está distante de Ibitipoca a algumas poucas dezenas de quilômetros. Registra o autor que as populações dessas áreas serranas possuem distintos tipos de sotaques e lançam mão do uso de expressões locais específicas, “um fato lingüístico que em si indica uma grande instabilidade e isolamento da população nas zonas rurais”. Shirley destaca ainda que “os caipiras dessas regiões montanhosas são demograficamente muito estáveis”, permanecendo, sempre que possível, num mesmo território por várias gerações.

Somar-se-á a estas caracterizações o fato de a população rural estudada em Ibitipoca possuir uma linguagem própria, identificada pelo uso da “variante não-padrão” da língua portuguesa e pautada, segundo Resende (2003), em traços de conservação de seu dialeto:

...entre os falantes nativos de Conceição de Ibitipoca, analfabetos ou com baixo grau de escolaridade, a não aplicação da regra variável é quase categórica. Acreditamos que, pelas condições sócio-históricas da formação dessa comunidade de fala, seja freqüente, desde tempos mais remotos, o uso da variante não-padrão da língua portuguesa. Nesse sentido, julgamos que a regra sintática desses falantes ainda apresenta o traço conservador do seu dialeto, partindo do princípio de que o estudo de um dialeto deve pautar-se na constituição da sua própria história. (ibid., p.147).

Na memória dos ibitipoquenses mais antigos¹⁷⁷, no período anterior à chegada dos primeiros turistas, Conceição de Ibitipoca é percebida como uma vila pacata, baseada na economia agrícola de excedentes. O arraial¹⁷⁸ se constituía de poucas casas, muitas das

¹⁷⁵ Ao que parece, o “caipira paulista” se fez “paulista” não por se circunscrever ao território do Estado de São Paulo, mas sim por ter sido estudado por pesquisadores paulistas de universidades paulistas a enfocar grupos sociais e municípios também paulistas, contrapondo a cultura caipira ao desenvolvimento urbano-industrial observado no Estado de São Paulo ao longo da segunda metade do século XX.

¹⁷⁶ A Serra da Cangalha situa-se nas terras altas do município de Cunha (SP).

¹⁷⁷ Segundo relatos, a maioria dos moradores raramente saía de Ibitipoca para outras localidades, salvo para tratamento de saúde, e o contato com “gente de fora” era mínimo.

¹⁷⁸ Havia, no arraial, um pequeno estabelecimento de ensino chamado Escolas Combinadas Conceição de Ibitipoca, fundado em 1913. Segundo relatos orais, na década de 1940 a escola contava com uns 60 alunos para apenas uma professora, e reunia alunos de toda a zona rural da região serrana.

quais desabitadas, pois alguns fazendeiros ocupavam-nas somente em época de festas – celebrações católicas, natal, “ano bom”¹⁷⁹, etc. Eis alguns aspectos do arraial e do modo de vida de seu povo:

Ah, Ibitipoca era um arraialzinho muito vadio, tinha só uma igreja e as casa em volta, muito emboladinho e o povo fazia casa... que circulava dentro do rio né. [...] Muito pouquinho, umas doze casa só, mundinho de pouco moradores. Os habitantes devia de ser uns sessenta só, uns cinqüenta ou sessenta no máximo. Que eram todos casado, moram com a família.

(lavrador aposentado, 79)

Nessa época, a área rural era mais habitada que o arraial e constituía-se de pequenas propriedades rurais e uma ou outra fazenda – essas propriedades maiores, apesar de raras, compreendiam até duas centenas de hectares. De acordo com Delgado (1962, p.320), em 1950 o distrito de Conceição de Ibitipoca somava 1816 habitantes, sendo que 238 constituíam a população do arraial (114 homens e 124 mulheres). A população constituía-se quase em sua totalidade dos camponeses que ali estavam estabelecidos há várias gerações – *“muitos de nós vieram raízes da terra, são as pessoas que nasceram aí, pessoas de pouca posse...”* – muito embora se verifique relatos da existência de alguns camponeses *“que vieram de fora, compraram terras e ficaram por aí. A maioria já estava radicada aqui há muitos anos”*, provenientes de cidades próximas como Bias Fortes, Piedade (do Rio Grande), Santa Rita do Ibitipoca e Santana do Garambéu; compraram “terreno fácil” na Serra e por ali estabeleceram vida e cultura. Os depoimentos indicam ainda a ação de “posseiros” na região, até as primeiras décadas do século XX:

Era assim, povo antigo né, antigamente – tem muita gente tem muita terra por causa disso – antigamente não existia lei nem nada né, o cara, aqueles cara mais igual, por exemplo né [...] ele pusseava [posseava] uma área grande de terra aí e ficava mantendo ela né... *causa* de primeiro não existia esses problema, tudo era tudo tipo assim, comunismo né... aí então aqueles mais ativo cresciam, por isso que eles tem essas fazenda aí maior...

(Ajudante de serviços gerais, ex-agricultor, 52)

Na base da alimentação do ibitipoquense, em meados do século XX constava: arroz, feijão, milho, batata doce, inhame, mandioca, cará branco, “cará do roxo”, feijão, couve, palmito; carne de porco, de galinha caipira ou de caça. Segundo os entrevistados, a criação de gado visava à produção de leite ou à revenda, sendo raras as ocasiões em que

¹⁷⁹ O “ano bom” equivale ao rito de passagem do ano, ao *reveillón*. Segundo informações, em Ibitipoca recebia este nome em função dos agradecimentos e penitências que eram feitos em relação às colheitas do ano que passara, bem como das promessas e pedidos de chuvas e boas lavouras do ano que se iniciava.

eles se alimentavam de carne bovina na serra, salvo, quando algum animal doente ou machucado era casualmente sacrificado. No preparo dos alimentos, a importância da banha de porco: “A banha fritava ela, derretia, fazia gordura, fritava tudo. Nós comia tudo, não desperdiçava nada do porco não. Fazia chouriço, lingüiça...”¹⁸⁰. O campo trazia em si uma conotação não de mero local de trabalho, e sim como parte de um ambiente social mais abrangente, indissociável da família, da educação, da religião:

Ah, eu acompanhava e ajudava a fazer moagem de cana, os meus irmão tudo foram criado no serviço doméstico que passa ensinado pelos mais velho, mas obedecendo as ordens na lavoura. Plantava cana-de-açúcar, fazia moagem, fazia tudo, viu? As mulheres costuravam, faziam comida e levava comida pros camarada na roça – papai tinha camarada também, pra ajudar fazer lavoura. Fazia muita lavoura de milho, de cana-de-açúcar, fazia moagem, fazia cachaça, tinha alambique, tinha tudo, Nossa Senhora, nós tinha tudo, tocava todo o movimento. Capadaria no chiqueiro, levava pro Rio de Janeiro, levava no Porto da Estrela, não tinha um transporte aqui não, não tinha onde consumir nada de fora não.

(Agricultor aposentado, 79)

No âmbito econômico, o relato supracitado remete-nos aos elementos constitutivos do que Chayanov (1974) denomina de unidade familiar de produção camponesa – enquanto célula elementar da organização social e econômica – constituída por relações não-capitalistas de produção estruturadas na força de trabalho intrafamiliar. Na esfera organizacional, a correlação entre o trabalho e o consumo tende ao equilíbrio – já que a satisfação das necessidades elementares é a meta principal do núcleo familiar. Por conseguinte, a manutenção das atividades no estabelecimento rural de Ibitipoca estava vinculada à diferenciação demográfica da unidade econômica camponesa, havendo, pois, uma correspondência direta entre o tamanho da área que se dispunha para produzir e o tamanho da família¹⁸¹.

O equilíbrio entre trabalho e consumo, assim, expressa o mecanismo regulador das tendências consumidoras da família. No caso de Ibitipoca, além dos gêneros básicos cultivados – feijão, milho, mandioca, cana-de-açúcar, arroz, batata-doce, hortaliças, algodão e fumo – produzia-se, ainda, rapadura, cachaça, queijos, aves, suínos a serem

¹⁸⁰ A questão da criação de porco enquanto fator cultural em Conceição de Ibitipoca será problematizada no capítulo 6, uma vez que foi elaborada recentemente uma lei que proíbe a criação de suínos na sede do distrito, em função do incômodo que o odor dos chiqueiros causava aos turistas.

¹⁸¹ Ao definir o plano organizador da unidade camponesa de produção, Chayanov (1974, p.133) sublinha que a parcela de capital disponível materializa-se na apropriação, pela família, dos seus próprios meios de produção, sendo que tal tendência é limitada pela força de trabalho disponível na família e pelos limites da fadiga do trabalho de seus próprios membros.

consumidos dentro da própria unidade camponesa¹⁸². A produção de carne bovina, contudo, se destinava exclusivamente à comercialização, motivo pelo qual o seu consumo constituía um tabu alimentar entre os ibitipoquenses.

As mulheres de Ibitipoca, por sua vez, costuravam, teciam, fabricavam azeite de mamona e se encarregavam das demais tarefas domésticas – embora também ajudassem na lavoura quando necessário, conforme afirma uma senhora de 65 anos:

Eu fui uma pessoa que trabalhei em tudo na minha vida na roça. Era na roça, trabalhadeira de doméstica na roça. Em poder do meu pai trabalhei muito em serviço pesado, sabe, e depois eu passei a tecer.

(Agricultora, 65).

No depoimento acima, pelo uso da expressão “em poder do meu pai”, são perceptíveis aspectos da estrutura patriarcal dominante em Ibitipoca, em que a mulher rural, apesar de ocupar uma posição importante dentro do grupo doméstico, se via subordinada à vontade do pai e/ou do cônjuge. Há relatos de casos em que o próprio marido abdicava da esposa temporariamente, sujeitando-a, a título de barganha, aos mascates e outros viandantes que ocasionalmente perpassavam pela Serra. Tal constatação pode ser entendida, ademais, como uma possível estratégia para se diminuir os riscos de consangüinidade entre as gerações descendentes. Num microcosmo social em que os laços endogâmicos eram habituais, esse tipo de prática é apontada pelos entrevistados como algo que até a década de 1960 era considerado “natural”, corriqueiro.

Por outro lado, eram inúmeras as formas de coerção sexual às quais a mulher era submetida. Ao contrário dos homens, cuja infidelidade conjugal era tolerada e até mesmo valorizada, os padrões morais de comportamento exigiam que a mulher conduzisse com maior grau de pudor a sua sexualidade.

Além de cuidar da casa e dos filhos, a mulher rural de Ibitipoca tinha como função a coleta da macela (na Serra Grande) e a confecção artesanal de peças de bordados, auxiliando ainda o marido e os filhos no trabalho da lavoura durante os períodos de demanda intensiva da mão-de-obra familiar nos roçados – plantio e colheita.

¹⁸² Um alimento *sui generis* ainda consumido pelo campesinato de Ibitipoca é uma espécie de fungo conhecida popularmente como *carapicum*. Esse tipo de fungo é encontrado na Serra em fragmentos florestais úmidos, geralmente sobre o tronco apodrecido de árvores ou na serrapilheira. Outra particularidade ainda encontrada na mesa do ibitipoquense é a araruta – uma raiz exótica da qual se extrai uma farinha branca e fina utilizada na fabricação de biscoitos e bolos. Na Serra, esta raiz é usada como remédio para diarreia.

A mulher aqui fazia muita coisa, fazia crivo, fazia crochê na mão. O crivo é um bordado muito bonito que a gente tecia e costurava, fazia roupa até na mão – não tinha máquina. Eu mesmo faço muita coisa de mão... A mulher plantava, batia feijão, banava feijão – eu já banei 9 alqueires de feijão num dia, na minha mocidade. Os meus primo e meu pai ia batendo e meu tio e eu ia banando na peneira... 9 alqueires é 40 litro né. As mulher antiga trabalhava muito... tecia no tear, tecia colcha, pano pra fazer roupa, toalha – eu tenho toalha feita aí até hoje.

(Agricultora, 92).

Entre as formas de se efetivar a acumulação de capital na Serra, se destacavam: a pecuária leiteira e de corte; a confecção de colchas¹⁸³ e tecidos a partir da lã de carneiros criados na própria unidade camponesa de produção e manufaturados em teares de madeira¹⁸⁴; a coleta de macela na área denominada Serra Grande. A macela é uma flor típica dos campos de altitude de Ibitipoca, a qual era coletada por mulheres e crianças, comercializada e distribuída por toda a região; servia como enchimento para travesseiros e colchões.

Os homens, por sua vez, lidavam essencialmente com a lavoura e as criações de gado bovino e cavalar. O trabalho conjunto da família sustentava, assim, um modo de vida baseado na produção agropecuária em pequena escala, de caráter mercantil.

O excedente da produção agrícola dos sitiantes de Ibitipoca era vendido nas cidades e vilas da região, transportado sempre a cavalo ou muares. Contudo, havia ainda a comercialização em pequena escala de carnes bovina e suína, que seguiam para o Rio de Janeiro nas tropas para só então serem comercializadas no destino. Os garrotes e *capados* eram assim conduzidos ora no carro de boi, ora nas tropas¹⁸⁵ que seguiam antigas rotas de tropismo rumo ao Rio de Janeiro, com destino específico a um lugar denominado Porto da Estrela, bem próximo à capital fluminense: “...*dava uma trabalhadeira doida, passava muito trabalho, levava muitos dia também [...] era quase quinze dias para ir e voltar*”. A proteína animal a ser comercializada, por sua vez, era transportada ainda viva, resistindo a

¹⁸³ Segundo a oralidade local, as chamadas “colchas de dado” produzidas artesanalmente em Ibitipoca eram famosas em toda a região.

¹⁸⁴ Tradição secular, o tear manual é bastante antigo no distrito de Conceição de Ibitipoca. Em 1787 um inventário dos teares existentes no distrito aponta a existência de vinte e três teares manuais “de uso comum e familiar” (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO apud IEF; BRANDT, 1994). Há atualmente um projeto de resgate dessa tradição, por iniciativa da proprietária de uma pousada, em parceria com demais integrantes da comunidade de Ibitipoca, incluindo Benevides Pacheco de Ávila (Dona Vivida), ex-tecelã e sabedora das técnicas seculares de manuseio do tear e confecção de peças artesanais. O projeto está em andamento desde 2005 e visa ao resgate cultural, à participação e ao treinamento profissional de meninas da comunidade.

¹⁸⁵ Vale destacar que a Araucária, árvore de ocorrência comum em Ibitipoca, demarcava, sombreava, simbolizava o caminho dos tropeiros desde o Brasil colonial.

aproximadamente 7 dias de viagem. Tais produtos muitas vezes não eram vendidos e sim trocados por outras mercadorias que visavam a suprir as necessidades elementares daquela população. Dessa forma, as tropas de muares (com seus respectivos balaios alçados na lateral das mulas e burros) e os carros de boi voltavam quase sempre preenchidos de mercadorias como sal, querosene, açúcar – e, ainda, ferramentas de trabalho como enxadas, facões, espingardas ou arado.

O escoamento dessa pequena produção mercantil perdurou até a década de 1960, quando ocorreram os últimos itinerários de cargueiros que desceram a Serra rumo às cidades do litoral fluminense. Contudo, à medida que a expansão urbana dessas cidades exigia outro tipo de abastecimento, e ainda, com a abertura de novas rodovias asfaltadas no eixo Rio de Janeiro/Juiz de Fora/Lima Duarte, a relação dos camponeses de Ibitipoca com esse tipo de mercado perdia a sua razão de ser.

Ademais, ao contrário do que aconteceu com outros lugarejos da região, Ibitipoca não foi assistida pela malha ferroviária nas primeiras décadas do século XX, a qual perpassava a dezenas de quilômetros da Serra, em função das limitações impostas pelo relevo serrano e à pouca representatividade econômica e política dos distritos. A linha férrea Juiz de Fora – Lima Duarte foi inaugurada em 1926, facilitando assim o escoamento da produção agropecuária de pequenas localidades rurais como Orvalho, Manejo, Valadares e, posteriormente, Bom Jardim¹⁸⁶. A população de Ibitipoca, contudo, prosseguia relativamente semi-isolada no sopé da Serra: *“a cidade mais perto que começou a passar o primeiro trem de ferro que corria e fazia transporte era Bom Jardim de Minas. É doze léguas daqui lá”*. (ajudante de serviços gerais, 52). Esse relativo semi-isolamento geográfico-cultural só foi rompido em meados da década de 1970, com a criação do parque e a intensificação do fluxo turístico na Serra.

Elementos históricos e fatores físicos (relevo, características do solo, código distinto de apropriação coletiva das terras da Serra Grande, etc.) conferiram à Serra de Ibitipoca as condições favoráveis para a formação de uma economia de excedentes que se fundamenta por uma agricultura de subsistência associada à pecuária leiteira em pequena escala.

¹⁸⁶ Delgado (1962, p.70-9, passim).

Por volta de 1932/3 a Igreja demandou a posse das terras devolutas da Serra de Ibitipoca, as quais estavam sob pleito do Estado¹⁸⁷. Contudo, este último venceu o processo, se apropriando assim das terras onde posteriormente seria implantado o Parque Estadual do Ibitipoca¹⁸⁸, culminando no surgimento de uma nova atividade econômica que perdura até a atualidade: o turismo.

De acordo com os relatos, a partir da década de 1950 a produção agropecuária começou a declinar¹⁸⁹. Tal constatação está relacionada a uma combinação de fatores tanto micro quanto macroeconômicos, incluindo a conjuntura político-agrícola nacional, o parcelamento das unidades fundiárias e, posteriormente, à chegada dos primeiros turistas ao lugar – o que acionaria uma nova esfera produtiva. Assim, nos anos 1960 Ibitipoca começa a viver um período muito difícil de sua história econômica, que incluía a escassez de recursos básicos e o racionamento de alimentos. Segundo depoimentos, alguns moradores chegaram a passar fome entre as décadas de 1960 e 70. Eis a visão de um agricultor acerca da situação vivida pela população local: *“Mas passaram muita fome o povo de Ibitipoca. Porque não tinha o parque; tinha o parque mas não tinha esse turismo ainda, né?”*. Nas palavras de um outro agente, o registro das dificuldades que os moradores passaram, à época:

Já teve muita fome aqui antes do parque né, tinha muita gente aqui que passava muita fome... já morreu, coitados, de idade, doença né, que a pessoa sendo muito pobre passava fome, sempre está mais doente né.

(ajudante de serviços gerais, 52).

Os indivíduos mais carentes de recursos elementares, para driblar a fome, bebiam o “soro” que era extraído do leite ao se fabricar o queijo do reino. Vários depoimentos indicam que os menos abastados em Ibitipoca ora saíam pelas ruas e fazendas pedindo gêneros alimentícios, ora percorriam os laticínios da região para se alimentar das “sobras” da produção de queijo:

¹⁸⁷ A tradição oral, contudo, traz indícios de que um padre local, Mário, teria repassado as terras da serra para o Estado, o qual lá construiria uma cidade. Segundo relatos, o padre “colocou o parque no Estado [...] então ele pôs ela (Serra Grande) lá no Estado, este padre, porque ele tinha a intenção de o Estado fazer uma cidade lá. E essa cidade nunca saiu... [...] o Padre Mário passou ela pro Estado pro Estado fazer uma cidade lá. E você já pensou se o parque fosse uma cidade? Que beleza que era né...” (dona-de-casa aposentada, 65 anos).

¹⁸⁸ IEF e Brandt (1994).

¹⁸⁹ Não há dados estatísticos relativos à produção agrícola de Ibitipoca desse período. Os dados existentes referem-se ao município de Lima Duarte como um todo. Em função de fatores fisiográficos e históricos, a Serra de Ibitipoca possui sistemas de cultivo e produção agropecuária qualitativamente diferenciados do restante do município de Lima Duarte, motivo pelo qual pouco adiantaria apresentar os dados da produção municipal aqui.

Então tinha o que se falava a “fita de queijo”: a pobreza ia buscar, ia buscar soro pra fazer biscoito, tomar... então a pobreza era bem grande aqui, a vila em si ela era bem pobre. Não chegava a passar fome né, passava mal mas não passava fome. Passava mal, mas fome não, porque geralmente o sujeito tinha uma horta, um pedacinho de terra e plantava uma couve né, tinha uma couve, uma parreira de chuchu, mas saía andando pedindo mantimento, saía andando pedindo nos locais de mais posse pedindo latinha de gordura, pedindo arroz, pedindo feijão. E quem dava? As fazendas, os fazendeiros. Por exemplo, tem uma parte ali que nós falamos Curro, ali era uma pobreza enorme. Um lugar que nós chamamos Curro Lava Pés, era as pessoas que saía, ia pra aqui ia pra ali... quando morresse tinha que sair a listinha: pede um aqui, pede outro ali pra inteirar – depois da pessoa enterrada né, pra pagar o funeral dele. Era por aí...

(produtor rural aposentado, 73).

No relato acima, a expressão “fita de queijo” se refere aos resíduos (incluindo o soro) provenientes da produção de queijo. Na época, havia quatro pequenos laticínios na área que hoje constitui a Zona de Amortecimento do Parque: **1)** Laticínio Jong, localizado numa área denominada Andorinhas¹⁹⁰, no sopé da Serra, a alguns quilômetros do arraial da Conceição; **2)** Na Tapera, havia um outro laticínio, também da Jong; **3)** No arraial de São José dos Lopes, a mesma empresa tinha um empreendimento onde processava derivados do leite; **4)** Havia ainda o laticínio Ribeiro Fonseca, próximo ao arraial dos Moreiras – atrás da Fazenda Ponte Alta (absorvia a produção leiteira do entorno Norte e Nordeste). Tais laticínios catalisavam e processavam uma média de 2500 a 3000 litros de leite diariamente.

Desse contexto em que a vida camponesa se reproduzia no limiar de sua própria sorte, eram comuns as mortes de crianças por doenças diversas¹⁹¹ e desnutrição. Por toda a região, os camponeses de Ibitipoca eram conhecidos por serem muito pobres, carentes de recursos básicos. A exceção era um comerciante denominado Antônio Chiquinha, o qual residia no arraial e possuía um comércio próximo à igreja matriz.

Na contramão da tendência modernizante da produção agrícola brasileira na segunda metade do século XX – contexto da chamada “revolução verde” – os camponeses de Ibitipoca não organizaram a sua atividade econômica a partir de uma pauta diretamente atrelada à agricultura moderna, mas sim na manutenção de um complexo sistema

¹⁹⁰ O laticínio das Andorinhas pertencia à empresa Jong, de Lima Duarte, e era conhecido na região como “Fábrica das Andorinhas”. Nas imediações da antiga fábrica, atualmente, foi instalada uma pousada.

¹⁹¹ Vale destacar que o primeiro veículo a subir a Serra de Ibitipoca o fez numa situação de emergência e caos: foi em 1937, durante um surto de febre amarela em Ibitipoca, quando dezenas de pessoas vieram a falecer. Uma comissão liderada pelo então prefeito de Lima Duarte (1937-45), Nominato de Paiva Duque, do PRP – Partido Republicano Mineiro. Na ocasião, a população foi vacinada. Fonte: Entrevista com Hélio Duque (83), filho do prefeito supracitado, em 05/08/07. Uma das filhas de Nominato Duque casou-se com o deputado estadual Lourival Brasil Filho, um dos idealizadores do Parque Estadual do Ibitipoca.

tradicional de manejo dos recursos, o qual envolve a incorporação de elementos culturais subjetivos, valor simbólico-interativo para com a terra e parâmetros morais de conduta e sociabilidade.

Desse contexto, uma das únicas melhorias qualitativas nas condições técnicas de produção foi a introdução esporádica de fertilizantes em meados do século XX. A partir dos anos 1960, contudo, os camponeses de Ibitipoca enfrentaram dificuldades na inserção de seus produtos na economia de mercado. Embora os efeitos da modernização da agricultura nacional tenham enfraquecido a competitividade de sua produção agrícola, os camponeses de Ibitipoca criaram mecanismos de resistência contra a venda de sua força de trabalho (proletarização), opondo-se ainda ao típico processo de êxodo rural verificado no Brasil do século XX. Em 1950, o distrito de Conceição de Ibitipoca era eminentemente rural. Possuía 1816 habitantes, sendo que 238 (13%) se concentravam no arraial (114 homens e 124 mulheres), ao passo que a zona rural contabilizava 1578 habitantes (87% da população). Tal panorama pouco se alterou nas duas décadas seguintes.

TAB.1: POPULAÇÃO DO DISTRITO DE CONCEIÇÃO DE IBITIPOCA (1940-1960)

Ano	População	Porcentagem em relação à população de Lima Duarte
1940	1791	9,38%
1950	1816	8,87%
1960	1789	9,24%

Fonte: IBGE/ Lima Duarte. Elaboração: BEDIM, B. P. (2007)

Entre os motivos que influenciaram a contração da esfera produtiva agrícola está o parcelamento hereditário das unidades fundiárias. De acordo com os depoentes, a “partição de terras” consistia na sua redistribuição entre muitos herdeiros, o que reduzia a porção de terreno agricultável para cada família. Com propriedades rurais muito pequenas para delas retirar o sustento, parte da população não vislumbrou outra opção senão lotear suas terras e vendê-las para quem intencionava estabelecer empreendimentos turísticos ou construir residências secundárias¹⁹². É o caso, por exemplo, da fazenda do Tanque¹⁹³.

¹⁹² A princípio, pode-se até pensar na hipótese de que, na Serra de Ibitipoca, o setor produtivo agrícola não foi capaz de estabelecer o processo de valorização do capital, então o espaço estudado aos poucos deixa de ser predominantemente agrícola e se funcionaliza “turístico”, “multifuncional”. Contudo, a interpretação desse processo não deve recorrer à simplificação histórica. Ocorre que a reestruturação da esfera produtiva não se dá em bloco. Além do mais, há ainda a atual resistência verificada nas famílias camponesas que, embora em número reduzido, insistem em se reproduzir na Serra enquanto tal.

É, assim, os antigo foi morrendo, foi passando do pai para o filho, do filho para o outro, e foi fazendo assim né...aí de modo que terminou tudo pobre né. Vamos supor: uma fazenda aí de cinquenta alqueire, tem dez filho né, o pai morre aí divide aqueles dez alqueire, quer dizer que aí vem diminuindo a riqueza da pessoa né...é o que aconteceu nas nossas área aqui. (ajudante de serviços gerais, 52).

Foi somente com o desenvolvimento do turismo a partir da década de 1980 que alguns camponeses – mediante a oferta de empresários e veranistas interessados em comprar suas terras¹⁹⁴ – mudaram-se para o arraial de Conceição de Ibitipoca ou para cidades vizinhas como Juiz de Fora e Lima Duarte: “*Descarregou, saiu, a roça foi ficando solitária*”.

Impedidos de se apropriarem da antiga área de pastagem extensiva da Serra Grande com a criação do parque, tornava-se cada vez mais difícil competir com sua produção no mercado. Restava-lhes três opções: vender a terra e se mudar dali, prestar serviços em turismo ou então resistir enquanto camponeses. Delineavam-se aí os diferentes e enigmáticos destinos desse campesinato a partir da reestruturação da esfera produtiva.

4.3.1 – A ENDOGAMIA COMO ESTRATÉGIA PATRIMONIAL

No que concerne à questão fundiária, não raro os camponeses de Ibitipoca remetem à ascendência familiar para justificar a propriedade das terras: “*Eram os avós da gente né, que eram os donos dessas terra.. como o meu avô, o meu bisavô ele teve que assumir um mundo de alqueire aqui no Tanque*”. Quando se referem aos membros do grupo, eles se auto-identificam através de expressões como “nós do lugar”, “a gente nossa”, “nós localizados”, “nós nativos”, “o povo daqui”. Outro traço identitário observável é a “cisma”, uma vez que os membros deste grupo se consideram muito “desconfiados”, “cautelosos” e precavidos: “*o povo aqui é muito acismado*”. Além do mais, a religiosidade e a devoção

¹⁹³ A Fazenda do Tanque é uma das mais antigas e tradicionais propriedades rurais da Serra de Ibitipoca; situa-se nas adjacências do parque. Ao visitá-la em 1822, Saint-Hilaire (1974, p.32) teceu o seguinte comentário: “A fazenda do Tanque parece ter tido, outrora, alguma importância, mas tornou-se propriedade de alguns mulatos que parecem muito pobres e cai atualmente em ruínas”. A sobrinha de um dos herdeiros dessa fazenda narra a trajetória fundiária que culminou no “despedaçamento” dessas terras: “A fazenda era grande, mas aí depois foram dividindo, foram entrando gente de fora, de outras família que casavam naquela família, aí foram dividindo, mas a fazenda dividia com o parque, a fazenda do Tanque [...] agora ela já é de turismo... Meu tio que tirou ela vendeu ela pra turismo. Era bem grande as fazenda antiga. Hoje em dia já diminuiu tudo né, tudo acabou...” (dona de casa aposentada, 65).

¹⁹⁴ “Produzia leite, né. Plantava.. a gente plantava roça. E arrendava o terreno das outras pessoas plantar também... porque a gente plantava no terreno dos outros; quem não tinha o seu terreno plantava no dos outros... [...] Ah, foi passando, foi vendendo né, para os turistas que chegaram. Nós mesmos fomos um. Meu sogro vendeu aonde é o hotel Serra do Ibitipoca. Lá já foi do meu sogro. [...] Isso não foi bom porque a gente gostaria de ter dado continuidade, né? A agricultura é uma coisa que combinava com o lugar, né. Com o turismo acabou com as roça tudo. Hoje em dia tem muito poucas roças”. (Agricultora aposentada, 58).

católica também são muito citados enquanto fator identificador dos camponeses, bem como a afirmação da relação com os meios de produção de sua vida rural: “*terra não tem nada melhor, né?*”.

Outro aspecto cultural se apresenta peculiar ao camponês de Ibitipoca: a prática do incesto¹⁹⁵, sendo considerado corriqueiro – até a década de 1990, pelo menos – o casamento entre primos de primeiro grau e até mesmo irmãos, conformando grupos conjugais atrelados a relações familiares extensivas articuladas a atributos territoriais:

Ah, mas isso foi muito normal aqui na Serra. Hoje é que está desviando um bocadinho mas ainda tem ainda esse caso de casar primo com prima, ainda tem muito ainda. Mas tempos atrás era maior [...] era tudo quase uma coisa só né, todo mundo parente, tudo muito aparentado – até hoje ainda é muito aparentado.

(Agricultor aposentado, 73).

Os agricultores entrevistados tendem a justificar a prática do incesto como sendo consequência da falta de informação e ao pouco convívio que os mesmos tinham com outras pessoas “de fora”, em função da restrita mobilidade geográfica do núcleo camponês de Ibitipoca devido à precariedade dos meios de comunicação e transporte disponíveis até a década de 1970. Os entrevistados argumentam ainda que o ibitipoquense “viajava pouco, andava pouco”, o que favorecia o endogamismo e o arranjo de pares nupciais com alto grau de parentesco e proximidade geográfica entre si.

Não obstante, a endogamia em Ibitipoca consistia ainda num complexo mecanismo regulador do acesso à terra, além de se configurar enquanto estratégia de manutenção do patrimônio fundiário – em que as famílias priorizavam os enlaces endogâmicos e vicinais, favorecendo a composição de matrimônios conciliados genealogicamente. Dessa forma, a combinação entre grau de parentesco e relações de compadrio resultava em alianças domésticas circunscritas quase que exclusivamente aos membros nascidos na mesma porção territorial, em que a preferência pessoal dos noivos pouco influenciava nos arranjos – já que a escolha articulava-se no âmbito progênito: “*Os casamento aqui não era de gosto dos dois, mas era de gosto dos pais*”. Entretanto, a consangüinidade derivada da endogamia provavelmente é a principal causa de problemas genéticos que ainda hoje comprometem a saúde de parcela da população local.

¹⁹⁵ Para Ferreira (1993, p.299) o incesto consiste na *união sexual ilícita entre parentes consangüíneos, afins ou adotivos*. Segundo Pereira (2003) o incesto implica na elaboração de regras de interdições sexuais entre membros de um mesmo clã; é a base de todas as proibições, sendo “a primeira lei estruturante” das sociedades humanas.

Por outro lado, a prática do incesto em Ibitipoca, além de visar ao não desmembramento da propriedade fundiária, concomitantemente estreitava os vínculos de parentesco e identificação entre as famílias camponesas. Nesta perspectiva, Delgado (1962, p.64) observa que devido à diminuição da população ibitipoquense após a extinção do ouro nas primeiras décadas do século XIX, “as famílias entrelaçavam-se em uniões endogâmicas. [...] Isso, além de aumentar os recursos econômicos, consolidava os clãs, aproximava-os”.

Na visão de Eric Wolf (2003b, p.98), no âmbito da cultura camponesa a endogamia se traduz num conjunto de alianças matrimoniais capazes de funcionalizar uma combinação de recursos que visem à manutenção das bases materiais do próprio grupo.

A organização de parentesco corporada ocorre assim onde os grupos envolvidos têm um patrimônio a defender e onde os interesses associados a essa defesa podem ser mais bem servidos pela manutenção de uma tal coalizão. Esses grupos também devem regular os laços de afinidade, de modo que se diminua o número de pessoas que pode ter acesso por herança ao patrimônio. Outra função dessas restrições e regulamentações dos laços por afinidade é limitar o número de coalizões que qualquer indivíduo possa fazer com outro (WOLF, op.cit., p.97).

A distribuição estratégica das alianças de parentesco, assim, se revela enquanto critério de demarcação de estratos sociais, à medida que “os laços de parentesco constituem um conjunto de recursos para um indivíduo ou uma família”. Nos capítulos seguintes, veremos as transformações dessa estrutura do grupo familiar diante dos cenários de mudança social engendrados pelo turismo.

4.3.2 – JONGO: O COMPASSO DA LAVOURA

Antigamente o povo trabalhava cantando: é o jongo. No jongo, faz o mutirão, e tinha os cantador de jongo. O jongo é uma moda que canta. Tem uma turma que responde, e as enxada, as ferramenta batem naquele compasso. Compasso de marcha ou samba. Como o samba é mais depressa, aí trabalhava mais depressa, né. O sujeito pegava aquela batida do cantor, e as enxada batia tudo junto. Era alegre a turma. Acabou... Aqui tinha um homem que não trabalhava não. Quando cantava o jongo, ele só batia na caixa. O jongo era uma cantiga. Capinava a roça do sujeito tudo num dia. A turminha respondia, tudo afinado, e as enxada batia naquele tom. Usava tarefa, era tudo eles ali. Pagava o sujeito com o baile, com o forró. O fazendeiro fazia, o pobre fazia. Pra colher, pra capinar – pra plantar era mais difícil, pois a planta é mais depressa, gasta menos pessoas.

(lavrador aposentado, 81).

Além de manifestação cultural a congregar uma dança *sui generis*, o jongo de Ibitipoca incorpora formas solidárias de trabalho agrícola coletivo, numa época em que os interesses particulares e os da coletividade possuíam uma menor oposição que hoje. Forma

simbólica incorporada pelo trabalho em mutirão, o jongo de Ibitipoca se faz de músculos, nervos, ferramentas e versos a ditarem a cadência de um só ritmo de trabalho; enxadas e homens a ecoar a melodia da terra. Como resultado, o cultivo de uma tradição sustentada pela produção da vida humana na Serra, em que a musicalidade de uma canção de trabalho se apresenta como forma mediadora das relações sociais assentadas em relações não-capitalistas de produção.

Desse período, a órbita da vida social estava diretamente vinculada à agricultura, às relações familiares e de compadrio entre os membros das comunidades e do “bairro” – o termo “bairro” eventualmente aparece nas narrativas dos agentes entrevistados como referência a determinada porção territorial rural à qual se sentiam pertencidos. Nesse sentido, Candido (2003, p.84) lembra que o conceito de bairro nas sociedades caipiras conotava certo “sentimento de localidade” entre os moradores cuja convivência era decorrente da necessidade de cooperação e da proximidade geográfica entre eles¹⁹⁶.

Nesta perspectiva, o jongo – manifestação folclórica realizada durante o plantio ou a capina das roças – traduzia o sentido de cooperação existente entre os camponeses da Serra, os quais reuniam-se em mutirões para colaborar na lavoura dos vizinhos. O jongo, assim, aparece nas memórias camponesas de Ibitipoca como fator social integralizador.

A partir de relatos dos velhos camponeses, podemos inferir que o jongo possuía algo muito similar a *desafios*, os quais se apresentavam através dos *pontos de demandana* cantados e seus respectivos versos de improviso. Os *pontos*, por sua vez, seriam desatados assim que um *jongueiro sabido* desvendasse o enigma – isto é, decifrasse a *charada*. Alguns dos entrevistados associam o jongo de Ibitipoca ao calango, dizendo que os mesmos eram muito parecidos.

O jongo! Mas isso é coisa antigo, ué. É mutirão... Era feito assim: o mutirão você marcava pra um dia de sábado, convidava toda a vizinhança, o pessoal da região todo que uma junta pra ajudar a pra roçar um pasto, pra capinar uma roça, era muita gente... E campava, cantava, tirava os quadro, as tarefa. Campava o quadro, ia capinar à noite, o resto do dia e cantar o jongo, a bandeira. Ah, o jongo é muito bonito, uai [...] tinha uma pessoa que cantava com a bandeira. Tinha jongueiro sabido... Toda plantação, qualquer, tudo... Feijão, pra tudo quanto há, o mutirão: até pra preparar os terreno pra plantar ainda... É que usava, a bandeira entregava, ponto de jongo cantava demandana...é igual a calango, você não gostava mais de desafio? É, parece desafio...

(lavrador aposentado, 79).

¹⁹⁶ Assim Candido (2003, p.81) define o bairro rural: “Esta é a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou de muitas famílias, mais ou menos vinculadas ao sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas”.

A manifestação do jongo se dava num contexto em que o andamento do trabalho intrafamiliar na capina dos roçados se encontrava defasado em relação ao ritmo de crescimento das ervas daninhas na lavoura. Como as chuvas na Serra são frequentes¹⁹⁷, as gramíneas se desenvolviam rapidamente, provocando uma relação assimétrica entre a limpeza das roças pelo trabalho humano e o crescimento acelerado dos capins e ervas nos espaços de cultivo. Dificilmente os membros de uma mesma família davam conta da capina adequada de suas roças, já que o ritmo natural de crescimento das plantas se apresentava sobredeterminante em relação à capacidade do trabalho familiar. Como forma de compensar essa defasagem, as famílias vizinhas reuniam forças para que as roças fossem capinadas a um só tempo, garantindo assim o desenvolvimento de lavouras mais saudáveis e hegemônicas: *“Se você tinha uma roça de 20 litros de milho e sozinho você não dava conta de capinar ela, então chamava 17 ou 18 homens pra te ajudar. Você, ele, eu, qualquer um. Era assim que a gente tocava a lavoura”* (Agricultor, 42).

A princípio, dividia-se espacialmente a área a ser trabalhada em duas partes iguais, os eitos. Uma dessas duas porções de terra era subdividida proporcionalmente ao número de trabalhadores disponíveis (quadros), ao passo que a outra parcela territorial era resguardada para que as turmas trabalhassem coletivamente, num segundo momento (eito).

Distribuíam-se individual e equitativamente uma porção territorial do roçado para cada homem: era o quadro. Demarcava-se cada quadro com estacas de bambu, circunscrevendo a tarefa de cada homem a um espaço pré-definido. Dessa forma, cada trabalhador era estimulado a executar com eficiência e rapidez a sua tarefa, provocando assim uma espécie de competição entre os membros do mutirão. O trabalho de cada lavrador podia então ser comparado com o dos demais, situando-o numa escala de *status* social a nível local: quanto mais ágil e preciso o serviço executado, mais condições um jovem trabalhador teria de arranjar um par nupcial com alta cotação entre os membros do grupo, por exemplo. O destino matrimonial de muitas mulheres, assim, era definido nesse tipo de “competição” moralmente reconhecida.

O momento das capinas continha uma série de incentivos para com os que vinham solidarizar no trabalho: o canto do jongo, a distribuição gratuita de cachaça após a

¹⁹⁷ Em Ibitipoca, o desvio pluviométrico médio em relação ao normal é bastante discreto, oscilando entre 10 e 15%. As alturas pluviométricas mensais em Conceição de Ibitipoca (1941/2000) chegam a alcançar precipitações de 296,2 mm no mês de janeiro. No período mais chuvoso do ano (dezembro a fevereiro), atingem-se percentuais de 51% do total de precipitações anuais. Fonte: DNAE/ FJP (2000, p.46).

execução de tarefas do quadro e, ainda, um baile que era oferecido de cortesia pelo dono da lavoura, à noite, após o término da empreitada.

Ao final da capina dos quadros individuais, todos se juntavam num só eixo de trabalho e subdividiam-se em duas turmas rivais a duelar entre si durante o trabalho no eito – a outra porção territorial da lavoura que havia sido resguardada para ser trabalhada coletivamente. Era então distribuída a cachaça a todos os membros do mutirão, e o jongo começava a ser entoado sob o ritmo da batida das enxadas:

Depois que tirava os quadro, pegava no eito e ia cantar jongo, juntava a turma tudo aí. Depois à noite tinha o baile. Quem fazia o baile era o dono do mutirão. Quem participava do mutirão não pagava pra entrar no baile. Mas dava muita briga por causa da cachaça, durante o mutirão é que tinha pinga. Num mutirão gastava de 5 a 10 litros de pinga.

Lavrador, 76.

A importância e o significado conferido à pinga distribuída durante o jongo podem ser verificados num dos versos cantados, o “Brasa de Fogo”. Esse verso, assim como os demais, era constitutivo de um desafio a partir do qual duas turmas opostas duelavam. Em jogo, estava o *status* conferido aos jongueiros – aqueles que, por deterem a sabedoria de responder as charadas, tomavam a frente do mutirão e coordenavam as turmas. A estes, eram conferidos poderes sobrenaturais. Ademais, a unidade rítmica e o sucesso do trabalho de uma turma dependiam da capacidade inovadora e da boa memória de seu jongueiro-líder. A diversificação dos versos e o teor seqüencial dos mesmos eram essenciais ao andamento dos trabalhos. O “Brasa de Fogo”, por exemplo, devia ser entoado sempre que a pinga acabava, para que o dono da lavoura providenciasse a reposição do “combustível” do mutirão:

*Ôôôôôôôôh, patrão!
Brasa de fogo apagou
Me dá mais uma gota
Do leite que o menino mamou.*

O universo simbólico que permeia os animais e as plantas de Ibitipoca também era reverenciado no jongo. Numa das passagens, um dos jongueiros retira seu correão¹⁹⁸ e lança-o para cima, para que o mesmo se transforme numa cobra e atinja mortalmente o grupo rival. O jongueiro-desafiante, por sua vez, responde à ameaça atirando seu chapéu-

¹⁹⁸O correão era uma espécie de chinelo-de-dedo feito artesanalmente com madeira e borracha de pneu velho.

de-palha para o alto, o qual se transformava num gavião e agarrava a cobra, devorando-a, neutralizando assim as forças do grupo adversário. O imaginário do jongo, dessa forma, reunia forças consideradas sobre-humanas, muitas das quais relacionadas a poderes mítico-diabólicos incorporados por alguns jongueiros durante o confronto do eito. Considerado pelos seus praticantes como uma manifestação profana em sua essência, o jongo conjuga o trabalho camponês a formas rituais: a produção material da vida humana a se desdobrar imaterialmente no plano simbólico; a economia do excedente que, engendrando formas solidárias de trabalho, produz variantes imateriais a traduzir em verso e ritmo os processos ecossistêmicos que constituíam a vida humana na Serra de Ibitipoca.

No verso do tatu-rolador, uma outra espécie da fauna local – um tatu comumente caçado na Serra – era evocada pelo imaginário dos cantadores de jongo, bem como aspectos biofísicos do território de vida desses camponeses eram lembrados – como o capão de mata onde o tatu se escondia do caçador, por exemplo:

*O tatu-rolador rolou, rolou
Lá em baixo do capão
O tatu rolou....*

De certa forma, os versos evocados só incorporam seu pleno sentido no imaginário daqueles que vivenciaram a sua manifestação; seus enigmas só são de fato revelados aos que compartilharam do acontecido, aos que, ainda hoje, lhe conferem significado. Não por acaso olhos brilham quando o termo “jongo” aparece em meio a um roteiro de entrevista; velhos jongueiros, por alguns instantes, se levantam da cadeira sobre a qual assentam sua idade e, subitamente, se põem a dançar, a entoar versos de um outro tempo que se faz presente: a memória do jongo ainda incorpora alta significância e vínculo identitário.

Embora o jongo seja uma prática cultural ausente no atual cenário de Ibitipoca, a sua ocorrência até aproximadamente 1988 reforça a importância, para aquele grupo, de formas de solidariedade grupal muito semelhantes às que Candido (2003, p.85) estudara nos domínios da cultura caipira paulista nos anos 1950, a qual também tinha por característica a participação dos vizinhos nos mutirões de plantio e colheita¹⁹⁹. Conforme

¹⁹⁹ “Um velho caipira me contou que no mutirão não há obrigação para com as pessoas, e sim para com Deus, por amor de quem serve ao próximo; por isso, a ninguém é dado recusar auxílio pedido. Um outro, referindo-se ao tempo de dantes, dizia que era o ‘tempo da caridade’ – justamente por essa disposição universal de auxiliar na lavoura a quem solicitasse [...]. A necessidade de ajuda, imposta pela técnica agrícola e a sua retribuição automática, determinava a formação duma rede ampla de relações, ligando uns aos outros os habitantes do grupo de vizinhança e contribuindo para a sua unidade estrutural e funcional” (CANDIDO, 2003, p.89).

este autor, no regime de agricultura de subsistência as atividades da lavoura podem ser exercidas “em base exclusivamente familiar – cada família bastando a si mesma e podendo, em seqüência, viver relativamente isolada, sem integrar-se noutra estrutura mais ampla”. Mas em certas ocasiões as formas de solidariedade grupal eram essenciais à manutenção da organização da vida social.

Os mutirões agrícolas praticados em Ibitipoca estavam articulados a formas rituais de atividades agregadas às canções de trabalho. Segundo Martins (1974, p.31), os mutirões verificados nos domínios da “sociabilidade mínima” da cultura caipira podiam se desdobrar numa variante de “trabalho coletivo de limpa de roça ou pasto, em que os vizinhos voluntária e gratuitamente se reúnem para ajudar” um camponês na execução de suas tarefas. Porém, desde meados da década de 1980 que não há a prática do jongo em Ibitipoca, de acordo com os depoimentos. O seu desaparecimento coincide com a intensificação do turismo na região, já que, diante da nova esfera produtiva, os principais jongueiros teriam se tornado guarda-parques ou trabalhadores da construção civil (pedreiros, carpinteiros, etc.) num momento em que os hotéis e pousadas se expandiam pela Serra.

Os versos do jongo são uma variação da poesia popular, o que Amadeu Amaral (1976) denomina *poesia roceira*; são obra da invenção de *poetas rústicos*, possuindo elementos guardados pela oralidade de um dado grupo social – portanto incorporada ao seu patrimônio cultural – cujos elementos são esporadicamente *retocados por indivíduos mais espertos e sabidos*, agregando normas tradicionais a versos anteriormente criados, conferindo à *poesia roceira* a qualidade de “literatura viva” – podendo tais modalidades poéticas populares se apresentarem na forma de repentismos e desafios, entre outras variações. Contudo, ao citar a obra de Rossini Tavares de Lima, Luyten (1992, p.79) salienta que entre as modalidades de cancionero popular aos quais Lima enfocou suas análises na poesia e ritmo, que “somente o jongo e o cateretê não possuem elementos poéticos de desafio”.

No entanto, ao contrário do jongo registrado na bibliografia etnográfica consultada, o jongo em Ibitipoca está relacionado às atividades agrícolas e seus respectivos mutirões vicinais. Camara Cascudo (1984, p.414), por sua vez, define o jongo como uma “espécie de samba”, de origem africana, que conferia a seus bailadores a “fama de feiticeiros, sabedores de segredos mirabolantes e de poderes mágicos”. Com características de dança de roda (em sentido lunar, contrário aos ponteiros do relógio, como é comum nas “danças

de negros”), sua coreografia “difere duma para outra localidade” e envolve disputas de habilidades entre os dançarinos. Ocorria nos estados de SP, MG, ES e RJ, com o acompanhamento feito por instrumentos de percussão (tambores). Informa ainda que o jongo “só é dançado à noite” (ibid.). Contudo, Camara Cascudo em momento algum relaciona o jongo a práticas agrícolas ou mutirões vicinais, conforme ocorria em Ibitipoca.

Entretanto, tendo em vista que o tipo de roçado e a especificidade do relevo de Ibitipoca exigiam determinada concentração de força de trabalho para preparar a terra e dela tirar os elementos necessários à subsistência, a ajuda mútua via mutirão apresenta-se assim como uma alternativa estratégica à agricultura camponesa local²⁰⁰, em que ciclos naturais entoam o ritmo da vida humana.

Diante disso, o jongo de Ibitipoca não deve ser entendido a partir de sua divergência com a bibliografia antropológica específica, mas sim, compreendido a partir de sua própria especificidade e variações que, por sua vez, representam não apenas a diversidade, mas ainda o polimorfismo da cultura popular brasileira em sua mais alta expressão – uma manifestação cultural adaptada a um modo peculiar de viver e trabalhar, a um espaço serrano, a relações de produção e a um tempo histórico.

Embora Schmidt (1951) registre o mutirão como sendo uma “raridade” no trabalho agrícola, o autor destaca que após o mesmo eram realizadas grandes festividades locais, tal qual ocorria no jongo de Ibitipoca: “O ‘mutirão’ com relação às atividades agrícolas é mais raro do que “troca de dias de serviço” e ambos não devem ser confundidos. [...] Ele termina com grandes festividades. Com apenas isso, todos aqueles que vêm ajudar no trabalho sentem-se bem pagos” (SCHMIDT apud SHIRLEY, 1971, p.61).

Não obstante, ao definir o típico mutirão agrícola praticado por caipiras do sul de Minas e de São Paulo, Antono Candido (2003, p.88) afirma que o mesmo:

...consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram.

De acordo com Maria Sylvia de Carvalho Franco (1983, p.29) o mutirão conferia certo grau de autonomia às comunidades rurais que dele se utilizavam, sendo sua ocorrência favorecida em lugares caracterizados por uma estrutura social indiferenciada,

isto é, casos em que famílias independentes de pequenos sítiantes ou posseiros possuíam certa igualdade na escala social – e onde todos tinham acesso à terra. Segundo a autora, tal prática era comum em territórios rurais cujas famílias desempenhavam funções econômicas semelhantes, não havendo, portanto, divisão do trabalho ou formas de especialização do mesmo – onde as tarefas, simples e rotineiras, poderiam ser executadas por qualquer membro de um dado grupo social.

Contudo, Franco (1983) discorda da função integradora que geralmente orienta as interpretações acerca do mutirão²⁰¹, relativizando assim os laços de solidariedade grupal que, via de regra, são observados nesse tipo de organização coletiva do trabalho. O mutirão, assim, não estaria assentado simplesmente na tradição ou na procedência das relações pessoais, uma vez que os indivíduos e famílias, imersos em condições adversas de existência, poderiam estar em constante mobilidade geográfica – vulneráveis, portanto, às mudanças de domicílio. Tal instabilidade dificultaria os laços territoriais do indivíduo e sua família para com outros grupos, sem contudo comprometer a *unidade territorial* que formariam no lugar de origem ou destino. Ou seja, as famílias que conformavam uma certa unidade territorial rural não se deslocavam todas simultaneamente em busca de melhores condições de existência; a mobilidade se dava no plano individual de cada família. Entretanto, os vínculos de reciprocidade eram reatados no lugar de destino, em moldes similares aos do lugar de origem, porém sem dar continuidade às relações estabelecidas anteriormente. Recompunha-se assim o processo interativo sob novas bases, em novos lugares e perante novos grupos sociais. Tal reintegração social era facilitada pelo fato de haver “por toda parte a mesma cultura material, as mesmas crenças que tornavam relativamente fáceis a incorporação e a acomodação de estranhos” (FRANCO, op.cit., p.30). Por conseguinte, as relações interpessoais e as formas de solidariedade grupal não encontrariam condições favoráveis à sua cristalização como ordem moral. Ao contrário, estariam ligadas a questões de *ajustamentos pessoais*²⁰².

²⁰⁰ “A diversidade de relevos exige diversidade de práticas” – já dizia Ellen Woortmann (2004, p.133).

²⁰¹ Por sua vez, Delgado (1962, p.301) registra que o jornal *O Lince*, de Juiz de fora, publicara uma reportagem reclamando contra os ‘mutirões’ praticados na região, considerando-os “péssimo e prejudicial costume que muito necessitava desaparecer, por terminar às vezes em desordens...”.

²⁰² “Entre essas pessoas não estão em jogo antigas e inquebráveis obrigações recíprocas, cuja transgressão equivaleria a violar um preceito sagrado e cuja observância conduziria ao reconhecimento de vínculos sucessivamente transmitidos às gerações como um legado que deve ser mantido e respeitado. As condições acima apontadas indicam, antes, que, em larga medida, a organização do trabalho e o nível de produtividade no mutirão, em lugar de serem disciplinados por uma tradição, tendem a se definir no plano de ajustamentos pessoais, espontâneos, suscitados pela dinâmica das situações imediatas em que um grupo determinado se reúne” (FRANCO, 1983, p.31).

Porém, desde 1988 que não se tem registro da prática do jongo em Ibitipoca, de acordo com os depoimentos. Embora seu desaparecimento coincida com o início do desenvolvimento do turismo na região, os moradores atribuem seu declínio, também, à “crise da lavoura” vislumbrada naquela década. Ocorre que essa “crise” na esfera produtiva agrícola foi acirrada justamente com a intervenção do turismo, já que, como veremos nos capítulos seguintes, houve liberação de mão-de-obra agrícola – num contexto em que acentuava-se a divisão social do trabalho e as formas de especialização do mesmo. Portanto, uma das explicações possíveis para o desaparecimento do jongo é que, com a gênese do turismo na Serra, essa modalidade de dança atrelada a um trabalho coletivo passou a competir com formas mais sofisticadas de divisão do trabalho, sucumbindo assim à reestruturação da esfera produtiva.

4.3.3 – A ÁRVORE DOS SETE CAVALEIROS

Numa propriedade rural limítrofe ao parque, no entorno Sul e parte integrante da antiga Fazenda do Engenho, encontra-se uma árvore centenária cujo tamanho e beleza impressionam. “Gigante pela própria natureza”, o exemplar de Sapopema – nome popular da *Sloanea monosperma* – foi incorporado na oralidade ibitipoquense como a Árvore dos Sete Cavaleiros. O nome se dá em função de uma lenda que há décadas (ou séculos) povoa o imaginário local. Possuindo seu interior queimado e oco – cuja cavidade alcança uma dimensão de aproximadamente 4 metros de diâmetro – a Sapopema, segundo a tradição oral, servia para abrigar da chuva tanto o gado quanto os peões que o pastoreavam.

Diz a lenda que, há muitos anos atrás, durante uma tempestade de raios que afligia a Serra, um grupo de 7 cavaleiros que procuravam gado na Serra Grande foram surpreendidos pelas forças da natureza e não mais conseguiam andar pela mata. Uma vez perdidos na floresta densa e com dificuldade de respirar em função da forte chuva que caía, um dos cavalos disparou em galope pela mata e adentrou, por instinto, no oco da Sapopema. Os demais cavalos, também instintivamente, o seguiram com seus respectivos cavaleiros. Os sete homens e os sete cavalos, então, se acomodaram no interior do oco e lá passaram a noite a salvo.

Um dos entrevistados, porém, questiona a veracidade da lenda, afirmando que no oco da Sapopema caberiam, no máximo, 5 cavalos. Eis o relato:

A árvore dos sete cavaleiro é assim tipo d’um tronco grandão né... depois daquele tronco pra cima nasce um galho do pau né, aonde tá. Ali eles fala sete cavaleiro, mas... óh, ela é uma área desse tamanho desta sala aqui assim [o entrevistado se refere à sala de sua casa onde foi realizada a entrevista, de aproximadamente 20m²]. Ao menos uns cinco cavaleiro [com seus respectivos cavalos, frizou o entrevistado] dentro nela, no máximo. Esse apelido é os antigo que colocou, né? Diz que antigamente e **antes do parque ser esse do Estado né**, o pessoal andava muito lá, moitava de chuva, então o povo punha muito gado lá no parque. Eles amoitava lá dentro dessa árvore de chuva né, que lá naquelas gruta não tinha jeito... tinha aqueles pirambeiro, não tinha jeito de descer c’um animal, né? E na árvore não: era dentro de uma mata, mas conseguia pôr o animal lá moitado da chuva.

Ajudante de serviços gerais e agricultor, 53.

Mas, se a cavidade oca da árvore não comportaria os 7 cavalos, por que então a lenda tomou a respectiva dimensão que tem? Primeiramente podemos dizer que, verídico ou não, se o relato do “fato” se repete várias vezes é porque o episódio narrado foi importante para os entrevistados, um acontecimento significativo para determinado grupo social. Na visão de Pollak (1992, p.12), “entre aquilo que o relato tem de mais solidificado e de mais variável, podemos encontrar aquilo que é mais importante para a pessoa”.

Neste sentido, os sujeitos entrevistados rememoram o episódio da Árvore dos Sete Cavaleiros de forma seletiva, elegendo seus lugares e paisagens, seus personagens anônimos (os cavaleiros e os cavalos) e suas circunstâncias de vida – culminando na respectiva transmissão da lenda (ou seria fato?) ao longo de várias gerações.

“Verdadeira” ou não, a história da Árvore dos Sete Cavaleiros nos traz a junção do mito e do real, da imaginação e da realidade, a representação social de um episódio que se conjuga com o eventual “fato” reproduzido e incorporado ao imaginário coletivo.

O importante é salientar que a lenda dos Sete Cavaleiros agrega dois dos maiores atrativos de Ibitipoca: NATUREZA EXUBERANTE E CULTURA CAMPONESA, numa narrativa em que os animais do cotidiano do campo (cavalos) e o homem rural compartilham juntos o oco de uma árvore centenária como abrigo, mesmo que seja por alguns instantes; o “bicho homem” que, despido de sua condição antropocêntrica, é acolhido pela “Mãe Natureza” personificada no seio da Sapopema.

4.3.4 – A ENCOMENDAÇÃO DAS ALMAS

O imaginário local contém ainda a memória de diversas manifestações culturais lúdico-religiosas típicas e populares, como o ritual de Encomendação das Almas²⁰³: “*chegava de noite [...] e saía aquele turmeiro rezando pras alma, fazendo penitência, cantando, né? Saía cantando pela rua afora, batendo matraca, rua de casa em casa. Mas ninguém via não – não podia ver não*”²⁰⁴. Os devotos que saíam a rezar em romaria pelas ruas deveriam ter seus nomes mantidos em sigilo; sua identidade não podia ser revelada²⁰⁵. Passavam de casa em casa, paravam na porta das residências e lá cantavam os “pontos”. Aos que estavam dentro das casas, era-lhes proibido olhar para os que ficavam do lado de fora a rezar. Os moradores, então, deviam ficar no interior das residências, de costas para a porta, de onde faziam suas orações. Como agradecimento à visita dos rezadores, após a reza era de praxe servir café, o qual era deixado na porta, do lado de fora, para que os devotos se servissem. Eis um “ponto” que era cantado durante a Encomendação das Almas em Ibitipoca, de acordo com a tradição oral dos mais velhos:

*Alerta, alerta, pecador!
Desses sonhos eu me sinto
Venha ajudar nós a rezar
Pros [...] que estão aparecidos.*

*Lá no céu tem uma estrela
Que alumeia São José
Que alumeia esses devoto
Que os dê um bom café.*

²⁰³ De acordo com Queiroz (1973, p.171), a Encomendação das Almas é costume antigo no meio rural brasileiro: “Procissões compostas só de homens partiam do adro das igrejas nas sextas-feiras da Quaresma, em visita a todas as cruzes existentes pelas cercanias. À frente, uma grande cruz alçada e a matraca; atrás, o magote de ‘vultos amortalhados de branco, com a cabeça coberta, deixando apenas ver a boca e os olhos’. [...] Iam cantando pelo caminho; matraca e ‘benditos’ anunciavam-lhes a passagem e faziam mulheres e crianças se trancarem em casa trêmulas de medo, pois se avistassem a lúgubre procissão incorriam em castigo de morte. O objetivo deste ritual era aliviar as penas das almas do purgatório”. Em Ibitipoca, contudo, era permitido a participação de mulheres durante a Encomendação.

²⁰⁴ Cf. relatos de um agricultor aposentado, 79.

²⁰⁵ Durante os depoimentos, inclusive, nenhum dos idosos entrevistados quis revelar o nome dos que participavam do ritual da Encomendação das Almas, sob o medo de sofrerem algum castigo divino. Prova de que, mesmo não sendo praticada atualmente, tal manifestação ainda possui atual valor simbólico para os entrevistados.

Ao elencar as principais festas religiosas e devoções populares do município de Lima Duarte, Delgado (1962, p.285) registra que a Encomendação das Almas “consistia na reunião dos homens em pleno campo, à noite, em torno de velas, entoando orações e cânticos, às vezes versificados, na intenção da alma dos trepassados”. Contudo, o autor se refere à Encomendação das Almas como um “antigo costume já desaparecido”, em 1962 – ano da publicação de seu livro. De acordo com as entrevistas que realizamos em Ibitipoca, contudo, a Encomendação das Almas teria durado até meados da década de 1990.

Embora a Encomendação tenha desaparecido há cerca de 14 anos, outros ritos religiosos e sacro-profanos ainda figuram no cenário de devoção popular, como o terço de Santa Cruz e a Queima do Judas.



Fig.8: Mulheres de Fé. Procissão do Encontro, ritual realizado na quarta-feira Santa, quando homens e mulheres se separam em dois cortejos a entoar preces pelas ruas do arraial de Conceição de Ibitipoca, levando consigo imagens de santos a serem venerados. Na foto, um grupo de mulheres carrega a imagem de Nossa Senhora das Dores. Os homens, por sua vez, acompanham um outro cortejo que sai em direção oposta à das mulheres; eles conduzem a imagem de Nosso Senhor dos Passos. Ao final do percurso, ambos os grupos se encontram e, juntos, adentram a Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca para celebrarem a missa.

Ao lado das quatro senhoras que carregam a imagem, três mulheres seguem em fila indiana pelas ruas de chão batido. Nenhuma delas olha para a câmera, e sim, desviam o olhar para baixo. Uma romeira chega a tapar o rosto.

Fotografia: Acervo do Agricultor e Pedreiro José Fortes/ dec.1960.

4.4 – ENTRE MASCATES E EXPEDICIONÁRIOS, A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA HOSPITALIDADE

Muito viajante mesmo. Aí viajava, fazia comunicação aqui e ia até pra Santana do Garambéu, Pinheiros [...] Uns vinham explorando tesouro, ficava aí como turismo aí. Explorava de tudo: beleza e negócio, filho, qualquer negócio. Ficava na casa das pessoa, todo mundo... todo mundo recebia, eram pessoa boa, muito tratava, muito ativo, todo assunto eles conhecia. Conhecia minério, jóia, a Coroa...

(Agricultor aposentado, 79).

O histórico das viagens em Conceição de Ibitipoca perpassa pela história dos viajantes das Minas Gerais, em especial os viandantes, os mascates e os integrantes das chamadas “viagens científicas”²⁰⁶, que ao longo dos séculos marcaram presença durante o processo de colonização daquele território. Para hospedá-los, havia no arraial uma “pensão”²⁰⁷ de viajante” que funcionou até meados do século XX. A presença do mascate, de andarilhos ou de expedicionários na Serra de Ibitipoca, até meados do século passado, reforça a sua importância enquanto fator cultural a agregar novas memórias ao imaginário dos lugares. Para Ianni (2000, p.14), “mesmo os que permanecem, que jamais saem do seu lugar, viajam imaginariamente ouvindo histórias, lendo narrativas, vendo coisas, gentes e signos do outro mundo”.

As representações acerca daquele que perpassa por um lugar atravessam a história dos povos, movendo o (des)encontro entre o “outro” e o “eu”; compreende assim variadas significações, à medida que se destina a ultrapassar, recriar ou dissolver fronteiras. Coloca, pois, lado a lado, configurações socioculturais diversas, próximas e distantes, presentes e passadas, distintas formas de sociabilidade²⁰⁸.

Eis a seguinte descrição da figura do viajante que perpassava por Ibitipoca em meados do século XX, na percepção de um lavrador aposentado de 79 anos:

O viajante era o homem do mundo né, homem trabalhista, travessante, né... comprava mercadoria e vinha vendendo pro povo: mascate...mascateava. Todo mundo trabalha com mascate. Eles viajava fazendo transporte de uma cidade pra outra, com lote, com cargueiro, vendendo amostruário, vendendo pano, tecido, até quitanda, até pão eles trazia. Pousava aí, faiava (falhava) um dia (?) e ia pra aqui pra Santana do Garambéu cidade. Parava, abria, vendia tecido pro povo, muitas coisa bonita. Faiava um dia, um

²⁰⁶ Expressão adotada por Carneiro (2001,p.231) ao correlacionar a história da ciência moderna à história da viagem humana pelo mundo, salientando que “a literatura de viagens se confunde, enquanto gênero literário, com os primeiros textos das ciências naturais modernas”. Vale registrar, a título de curiosidade, que segundo a OMT (2003) os primeiros relatos de viagens remontam à primeira metade do século XIII com as expedições do europeu Marco Polo à Ásia.

²⁰⁷ De acordo com relatos, a última “pensão de viajante” de Conceição de Ibitipoca pertenceu à dona Camila Clara, já falecida.

²⁰⁸ Neste sentido, Ianni (2000, p.14) pontua que “em cada localidade, cidade, comunidade ou sociedade o imaginário está povoado de viagens presentes, pretéritas ou futuras, envolvendo viajantes, crônicas, relatos, narrativas, documentos, comprovantes, coisas, gentes, signos”.

dia...dois. Até a casa dos comerciante mesmo eles usava. Aí eles fazia as arte toda e vendia os tecido. Era lucrativo para eles né, essa parte. E tinha os mascates vendendo fazenda, vendendo bijouterias, botão, linha, essas coisas né, armarinhos. [...] A cavalo. E tinha os vendedores de fumo da região aí de Ubá, de Tocantins, passava por aqui vendendo fumo. Alguns com pequena quantidade de pronta-entrega, levando o pedido para depois mandar as compras. Tinha vários vendedores de fumo. Tinha um viajante, o Seu Guilherme Silva, ele era um viajante, ele era de São João Del Rei mas ele trabalhava para várias casas de armarinho, de tecidos em comum de Belo Horizonte, então ele passava muito por aqui também dentro da mesma condição: passava com a tropa já com pronta-entrega fazendo os pedidos.

(produtor rural aposentado, 73).

Saint-Hilaire (1974, p.35), por sua vez, enfatizou traços hospitaleiros da população de Ibitipoca quando de suas andanças pela Serra: “Depois de agradecer aos meus hospedeiros, que muito atenciosos foram para comigo, pus-me novamente a caminho”. Neste contexto, pode-se dizer que desde os tempos remotos já havia indícios de uma “hospitalidade típica” em Ibitipoca, bem como de uma “desconfiança” para com aqueles que vinham “de fora”, ambas historicamente construídas.

A hospitalidade, por sua vez, capta o espírito da relação socialmente construída entre anfitrião e hóspede, esse (des)encontro de subjetividades a produzir interações dialógicas no plano interacional. Seu estatuto de antiguidade se vincula à história dos viajantes e, na contemporaneidade, condensa a interface mais humanizada do fenômeno turístico, transcendendo à forma com que o turista é tratado para, então, refletir a intersecção entre costumes, usos, etnias e temporalidades distintas – tanto dos visitantes quanto dos visitados. Castelli (2005, p.4), aliás, pontua que “no encontro entre visitante e visitado, existe sempre uma árvore proibida, plantada entre ambos. Ou seja, uma privacidade do visitado, que cabe ser respeitada por parte do visitante, o mesmo ocorrendo na relação oposta”.

Segundo relatos, os mascates²⁰⁹, em Ibitipoca, eram bem recebidos pela população local que deles dependia para o fornecimento de produtos básicos:

Chegava aí, sempre tinha uma pensãozinha vagabunda, o sujeito chegava: “Ou, tô chegando e tal, né” – aquilo era uma alegria, que chegava com a pessoa né. Num lugar pequeno chegou o mascate vendendo todo mundo malhava ver o quê que era, o quê que tem e tal. Eles viam com mostruário de fazendas, vestidos e calçados... Então todo mundo ia ver. Grande parte. (Produtor rural aposentado, 73)

Esses relatos apontam indícios de hospitalidade da comunidade estudada. Contudo, nem todos os viajantes eram bem vindos: havia uma outra categoria de comerciante ambulante, o “forasteiro”, apontado como um “travessante explorador”, o qual era temido e repugnado pelos ibitipoquenses:

²⁰⁹ Em Ibitipoca, os mascates também eram chamados de “viajantes de armarinho”. Havia ainda os “mascates-de-arreio”, especializados no fornecimento de artigos de couro para montaria dos tropeiros – celas, botinas, arreios, botinas, etc.

O forasteiro tem uma parte de gananciação, de desonestidade...O forasteiro se ele puder pegar qualquer coisa ocultamente – o sujeito [nativo] é muito mais atrasado do que ele, muito mais – se ele puder tapear...ele pode te vender uma mercadoria de preço de custo de dois reais ele pode te vender por dez, te pede dez no exagero...porque faz uma painada na sua cabeça, você tem uma mentalidade curta, não conhece nada, atrasado, pede no exagero e o sujeito precisou, compra [...] O forasteiro é travessante explorador, aproveitava. Perigoso... não é honesto não. Quando eles vinha aí o povo ficava muito desorientado, evitava muito de negócio com eles. Já os mascates não: os mascates vendia nos preços mais ou menos certo, no acerto de conta tudo certinho.

(lavrador aposentado, 79)

No discurso, o sujeito internaliza a condição de inferioridade em relação àquele que vem de fora. Dessa forma, o viajante “forasteiro” era visto como uma pessoa *non grata* pela população do arraial. Faz-se necessário observar que a população “nativa” irá retomar a utilização do termo “forasteiro” na década de 1980 para designar os novos moradores que vieram “de fora” para se estabelecer no arraial, muitos dos quais com o intuito de explorar economicamente o turismo.

Além dos mascates, desde o início do século XIX a Serra de Ibitipoca atraía a atenção de expedições de “cientistas naturais” como Saint-Hilaire (1822), Milliet de Saint-Adolphe (1845), Emmanuel Liais²¹⁰ e Richard Burton (1865), bem como da Comitativa Científica Nacional (1906), e ainda, da Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais (1899 e 1912). Os primeiros anos do século XX marcam um novo interesse científico pela Serra. Em 1906 uma comissão científica nacional desenvolveu estudos diversos na região, descrevendo inclusive aspectos da hospitalidade local, citando as “populações que tão bem nos têm acolhido” (DELGADO, 1962, p.127)²¹¹. Já em abril de 1912 foi a vez do cientista Álvaro da Silveira visitá-la, o qual fez registros da presença humana na serra, relatando inclusive indícios de que as numerosas grutas inseridas no território onde atualmente se localiza o parque dantes serviam de esconderijo para cativos foragidos.

No início do século XX, em 1912, uma comitiva do Engenheiro de Minas Álvaro Astolpho da Silveira (1921;1923) visitou e mapeou a Serra de Ibitipoca, instalando no Pico da Lombada, a 1784 m de altitude, um marco geodésico. Álvaro da Silveira produziu ainda um interessante acervo iconográfico sobre Ibitipoca, cujas fotos desafiam a história ao revelar a permanência da atividade mineradora nos primeiros anos do século XX, já que faiscadores foram flagrados por suas lentes bateando ouro no Rio do Salto, mais precisamente num poço formado nas imediações da Fazenda do Tanque, área que atualmente compõe o entorno sudoeste do Parque Estadual do Ibitipoca.

²¹⁰ LIAIS, Emmanuel. *Climats, Géologie, faune et Géographie Botanique du Brésil*. Paris: Garnier Freres, 1872.

²¹¹ “De longe imploramos a sua intercessão pelo bom termo de nossa viagem pela felicidade das populações que tão bem nos têm acolhido...” (Autor anônimo integrante da Comissão Científica, citado por Delgado (op.cit., p.126).

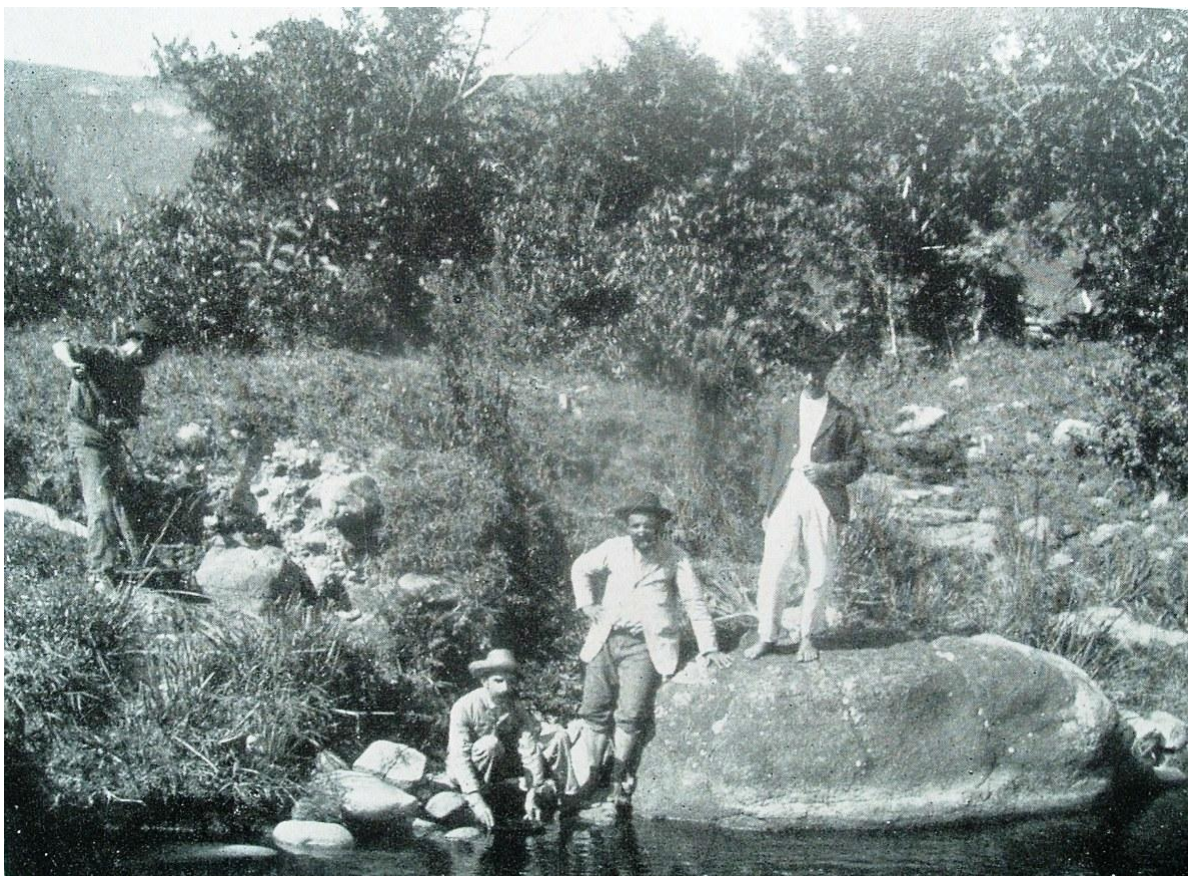


Fig.9: Agricultores a batear ouro no Ribeirão do Salto (1912), nas proximidades da Fazenda do Tanque, em Ibitipoca. Tal material iconográfico pode ser entendido como uma evidência empírica de que as reservas auríferas de Ibitipoca não teriam se esgotado no século XVIII – e ainda, permite-nos lançar a hipótese de que alguns agricultores da Serra teriam combinado as atividades agrícolas de subsistência com outras formas de exploração econômica.

Material iconográfico: Essa fotografia não foi tirada ao acaso; ela subentende intencionalidades. Interessava ao engenheiro Álvaro da Silveira registrar a extração de recursos minerais nas Serras de Minas, e ainda, como se dava a exploração desses recursos pelos homens. Mas a linguagem incorporada nesta imagem nos informa muito mais que isso. Os agricultores-faiscadores registrados não trajam as roupas que comumente usariam no seu cotidiano de trabalho na mineração ou na lida da roça. O momento desta fotografia foi um acontecimento social; eles se prepararam especialmente para a ocasião; estão vestidos do modo que consideraram apropriado para se mostrarem às outras camadas da sociedade.

Há ainda uma dissonância na disposição espacial dos quatro sujeitos captados pelas lentes: Enquanto três homens se posicionam agrupados na parte central, em evidência, um quarto sujeito se apresenta isolado, à margem esquerda da foto, em segundo plano. Os três faiscadores em destaque não estão distribuídos de forma aleatória no espaço captado pela imagem: o trio mantém uma relação de proximidade e equidistância entre si; posam para a foto; trajam ternos e olham em direção ao fotógrafo que os captou. Por sua vez, o outro faiscador, à esquerda, está bem mais afastado dos demais. Isolado, veste uma roupa mais simples. Ao contrário dos outros três, no momento da fotografia ele estava com uma pá na mão a trabalhar, abdicando assim de uma eventual pose. Tais constatações podem revelar a sua posição social naquele contexto – uma aparente subordinação em relação aos demais. Dessa forma, o significado desta foto, do ponto de vista documental, pode abrir margem para interpretações que revelam as marcas de dominação presentes naquele contexto social.

Fotografia: Álvaro Astolpho da Silveira, abr.1912. Acervo da Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais/ Imprensa Oficial de Minas Gerais. Digitalização e edição: Bruno Bedim, 2007.

4.5 – A SERRA GRANDE, SEUS RITOS E MITOS

4.5.1 – TERRA DE SANTO E PASTAGEM COMUNAL

A Serra Grande – nome popular da elevação serrana constituída por terras devolutas que posteriormente viraram parque – possuía, para os camponeses, uma simbologia própria; lugar de representação lúdico- religiosa, “altar natural” para procissões²¹², rezas de terços, rituais sagrados e devoções populares. Entre os lugares da serra sacralizados, destacam-se o Pico do Pião, o Morro do Cruzeiro e o Paredão de Santo Antônio. Território de caça, coleta, recreação e extensão de práticas agropecuárias, laços históricos delineavam a relação entre o homem rural e a Serra Grande.

Inexistia, na apropriação deste território, o princípio da propriedade privada, sendo o mesmo entendido como extensão das áreas de pastagens dos pequenos sitiantes da região, os quais recebiam o consentimento da “santa” para explorarem suas terras. Em troca, deveriam resguardar a devoção à Virgem fazendo penitências e promessas, bem como permitindo que o gado de outros camponeses também pastassem na área. Trata-se, pois, de uma concessão *sui generis* de uso da terra que se realiza no plano religioso.

O uso camponês da Serra Grande favoreceu a expansão da pecuária na região, sendo entendida como extensão das áreas de pastagem. Historicamente, a prática da agropecuária em Ibitipoca se processou a partir da incorporação da Serra Grande como terra de uso comunal²¹³: entre setembro e outubro, os camponeses preparavam a área ateando fogo nos campos de altitude²¹⁴, criando as condições necessárias para que, com as

²¹² O ritual religioso de maior devoção realizado na “Serra Grande” é a Procissão de Santa Cruz, quando os ibitipoquenses sobem o Morro do Cruzeiro para rezarem um terço anualmente, sempre no dia 03 de maio.

²¹³ Essas áreas de uso comunal possuem estatuto de antiguidade ao longo da história humana: Queiroz (1973, p.17) registra que desde a Idade Média “as comunidades desenvolveram todo um sistema de direitos coletivos sobre pastos, áreas florestais, rios, lagoas, que são exercidos por todos os membros, e que os camponeses defendem zelosamente [...]. Esta luta incipiente desenvolve rigorosa solidariedade no interior da comunidade camponesa, nesse período, mas solidariedade que paradoxalmente não ultrapassa os limites do domínio, da aldeia, ou do grupo de vizinhança; eles se distinguem com nitidez uns dos outros, às vezes colaborando em tarefas que os unem, porém, no mais das vezes, estão separados por rivalidades e disputas”.

²¹⁴ “Na hora do fogo o lobo sai fora, ele caça um capão de mato pra ele entrar, uma furna...o fogo não pegava ele não. A única coisa que o fogo pegava antigamente era cobra, alguma cobra morria no fogo. Até os coelho [tapeti] caçavam um buraco de tatu e escondia. É a mesma coisa que hoje, os mesmos bichos. Mas antes era mais bonito que hoje. Agora é feio. Até uns 25 anos atrás, era mais bonito, **era tudo verdinho, várias cores, o povo apanhava macela, tinha vaca, cavalo, tudo quanto é animal. Hoje você olha lá e está tudo seco. O parque pra mim morreu, o parque é seco, virou uma terra morta**” (Agricultor, 42).

primeiras precipitações da estação chuvosa, uma parte da vegetação se regenerasse e o estrato gramíneo se tornasse mais atrativo para o gado – facilitando assim a sua digestão e engorda. Na seqüência, no mês de novembro, o gado bovino era conduzido à Serra, onde os rebanhos permaneciam até maio do ano seguinte. Segundo relatos, as reses eram soltas 22 dias após a queima da vegetação. Não obstante, esse mesmo “fogo das águas” propiciaria ainda, entre abril e maio, a floração combinada dos campos de macela (*Anthemis nobilis*), a “flor de fogo” que era coletada por mulheres na Serra e vendida para toda a região como matéria-prima para enchimento de colchões e travesseiros. Segundo os agricultores, os campos de altitude sob o pastoreio do gado propiciavam o crescimento de moitas mais espessas de macela, já que, uma vez desbastadas as gramíneas, a macela teria melhores condições de se desenvolver.

Lá era um pasto de gado, era bom demais. Eu levava uma manada boa... Ficava solto lá, misturava tudo, mas o dono conhece a sua rês. Às vezes morria alguma porque caía naquelas furnas. O povo queimava os pastos, era muito sadio pra vaca. Lá era bom pra engorda, não dava berne nem nada. O gado ficava bonito lá. Levava umas 10 ou 15 vacas. Lá era campo, a Serra toda era pastagem pro gado. Cada ano um ia lá e botava fogo num pedaço, o gado andava na Serra toda. Hoje o capim-do-campo está feio, tem cada macega do tamanho de um homem.

(Agricultor aposentado, 76).

Havia, ademais, uma rotatividade das porções territoriais queimadas, de forma a garantir pastos verdes ao longo de todo o período de internada do gado, contribuindo ainda para que a florescência da macela não se desse de forma simultânea em toda a Serra. A combinação temporal e espacial dos terrenos queimados criava as condições favoráveis para que a coleta da flor fosse possível durante um período mais prolongado de tempo.

O uso de fogo por populações humanas como estratégia de manejo da vegetação vem sendo tema de inúmeros debates e controvérsias na atualidade. Não obstante, uma publicação da FJP (2000, p.72) indica que os campos rupestres do Parque do Ibitipoca possuem “um estrato graminóide coberto por um estrato lenhoso esparso, com ramos tortuosos, com adaptações para resistência ao fogo, como os sistemas subterrâneos”. Ao estudar os manejos de plantas do cerrado pela população da zona de amortecimento do Parque Nacional da Serra da Canastra, Bruno França (2002, p.18) destaca que, entre inúmeras espécies de estrato arbustivo e herbáceo, o fogo atua como um estímulo à sua floração²¹⁵. “A eliminação total da parte aérea pelo fogo é que a faz florescer. [...] A

²¹⁵ De acordo com França (op.cit., p.18), “o fogo causa um ‘stress’ na planta, estimulando a reprodução e, assim, a perpetuação da espécie”.

resposta floral ao fogo tem importante papel para as populações que assim se comportam, pois, ao sincronizar a produção de flores, permite a polinização cruzada”²¹⁶.

TAB.2: FONTES HISTÓRICAS INDICATIVAS DA PRÁTICA DE QUEIMADAS
NAS PASTAGENS DA SERRA DE IBITIPOCA (1822-2007)

ANO	AUTOR/ REFERÊNCIA	REGISTRO <i>IPSIS LITTERIS</i>
1822	Saint-Hilaire (1974, p.35)	Os pastos que cercam o monte e, em geral, todos os que cobrem aquelas montanhas são de ótima qualidade e poderiam alimentar prodigiosa quantidade de animais. No entanto só servem aos de meu guia e de alguns outros vizinhos tão pobres quanto ele . Ao nos afastarmos do Pião, seguimos durante algum tempo os bordos escarpados da montanha. [...] cortamos terreno pantanoso e depois uma encosta cujas pastagens haviam sido queimadas recentemente .
1906	Autor Anônimo Integrante da Comissão Científica Nacional (apud Delgado, 1962, p.126)	...apesar do fumo das queimadas escurecer o horizonte, dificultando a vista, o espetáculo é daqueles que não se esquecem mais...
1962	Alexandre Delgado (1962, p.120)	...as desastrosas queimadas são instituição mais que centenária.
2007	Lavrador Aposentado, 73. Entrevista em abril/2007.	Você chegava lá, quem tinha gado chegava lá e botava um botão de fogo no lugar lá pra fazer pasto pra nas água [estação chuvosa] ele levar gado pra lá, levar cavalo. Jogava pra lá, você levava dez, trazia oito... porque algumas ia caindo nos buraco que era muito acidentado...
Elaboração: BEDIM. B. P. (2007)		

Apesar de ser uma prática cultural historicamente desenvolvida, esse sistema de manejo empregado pelos camponeses de Ibitipoca possui um viés altamente predatório, já que o uso contínuo do fogo intervém diretamente sobre o equilíbrio do meio, dificultando a natural sucessão dos processos ecológicos nos campos de altitude das terras devolutas da Serra. Por outro lado, contudo, esse mesmo sistema de manejo congregava uma carga simbólica a se realizar no âmbito moral, uma prática culturalmente estabelecida no sentido de recriar um complexo mecanismo de interação entre a Serra Grande e as condições objetivas de existência do homem rural – um manejo que, apesar de biologicamente predatório, subjaz um conteúdo de cultura inerente às formas elementares de (re) produção do modo de ser e de viver de um dado grupo social.

Embora não se encaixe no conceito ocidental de manejo dos recursos naturais, esses mecanismos de intervenção ambiental do camponês de Ibitipoca são práticas de manejo que – ecologicamente “corretas” ou não – se apresentam como uma experiência precursora de uso do território que posteriormente foi transformado em Parque Estadual.

²¹⁶ Neste sentido, ver também Coutinho (1992).

4.5.2 – IBITIPOCA: ALTAR NATURAL



Fig.10: Ruínas da Capela do Pico do Pião. Construída por volta de 1915, a história da Capela está envolta por uma série de conflitos e disputas judiciais entre a Igreja e o Estado, já que ambos reivindicavam o domínio das terras que, posteriormente, foram transformadas em Parque. Em 1932, o Estado obtém parecer judicial favorável no respectivo processo. Poucos anos depois (1938-39), a capela encontrava-se destruída, dando margem a várias interpretações acerca desse episódio. Seria uma estratégia do Estado para que a Igreja não mais reivindicasse a posse da área? Ou a sua destruição teria sido um ato praticado pela própria Igreja no intuito de incitar a população local contra as apropriações institucionais que o Estado faria daquele território? Ou ainda, a capela ruíra sozinha a partir das intempéries do tempo? **Foto:** Bruno Bedim, abril 2007.

Figs. 11 e 12: O lugar do rito.

Na fotografia situada à extrema direita da página, tem-se o registro de uma das missas realizadas na Gruta dos Viajantes, na década de 1960. Na ocasião, o padre e botânico alemão Leopoldo Krieger segura a lanterna para que um outro sacerdote proceda ao ritual litúrgico.

Foto: Acervo Pessoal do Agricultor José Fortes.

Na imagem ao lado, **A Cruz, a visitante e os líquenes** (O mais antigo registro iconográfico encontrado sobre a Cruz do Morro do Cruzeiro, 1983). **Foto:** Acervo pessoal/ Maria de Fátima Ávila.

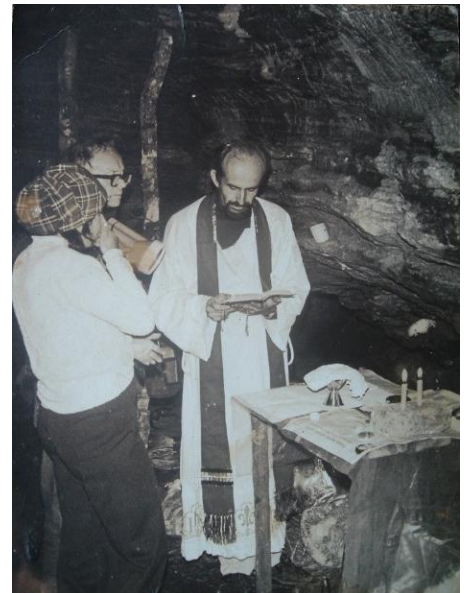


Fig.13: O Paredão de Santo Antonio, que há mais de 2 séculos é tido como paisagem sacralizada. Assim um integrante da Comissão Científica descreve o significado místico do Paredão para a população local, em 1906:

“Visitamos novamente a Ponte de Pedra e o túnel, já descritos, passando por outro caminho, com o fim de ver o Santo Antônio, gravado na rocha, a respeito do qual corre interessante lenda. Há muitos anos, existe aí uma imagem de Santo Antonio, de madeira, num rústico altar de pedra. Do arraial de Conceição da Ibitipoca três vezes vieram buscá-lo, três vezes o santo abalou a igreja, voltando à sua morada na Serra. E, para não mais ser incomodado, recorre a um expediente decisivo (que os santos também são finórios e ladinos...): – desaparecer, quando sente que alguém se aproxima. E até hoje assim procede, com a cautela de quem conhece a fundo a maldade a ronha dos humanos: Lá avistamos, de longe, a sua figura veneranda, na rocha lisa, parecendo ter numa das mãos um livro. Outros acham que é o menino que ele sustenta no braço, tal qual nô-lo representam imagens que por aí correm. Não nos aproximamos para evitar a desfeita de não sermos por ele recebidos”.

(Autor anônimo integrante da Comissão Científica, citado por Delgado, op.cit., p.126). Foto: Bruno Bedim, jan.2005.

A Serra Grande, na concepção popular, pertencia à Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca. Ainda hoje os terrenos dos arraiais do entorno pertencem “à santa”: os moradores de Conceição de Ibitipoca ou Mogol não têm escritura dos terrenos ou registro dos imóveis. Conseqüentemente, não pagam IPTU. Tal situação possui explicação histórica: em 1836 a porção de terra do arraial de Conceição de Ibitipoca foi doada à Nossa Senhora, “a quem deviam pagar alguma cousa [sic.] os que fizessem casas, pois esta era a condição apresentada pelos doadores” (DELGADO, 1962, p.113). Atualmente os próprios moradores ligados à igreja é que definem a forma de distribuição dos terrenos. Os “nativos”, por sua vez, ganham os lotes, enquanto que os “forasteiros”²¹⁷ devem pagar “à santa” uma quantia por eles²¹⁸.

Em 1822, Saint-Hilaire (1974, p.33) observara que o Paredão de Santo Antônio era “objeto de veneração em toda a zona. Todos quantos perderam animais na serra vão rezar o terço diante da imagem e os encontram infalivelmente [...] Em romaria e de vela em punho, visitam o rochedo onde está representado o santo e ali fazem penitência”. Quase um século depois, Silveira (1921, p.123) ao perpassar por Ibitipoca em 1912 descreve a existência de paredes rochosas cobertas de líquenes onde “o povo enxerga figuras de santos milagrosos de grande utilidade para a satisfação de suas utilidades terrenas”.

Ao longo de todo o século XX, as terras devolutas da chamada Serra Grande – onde mais tarde seria implantado o Parque Estadual do Ibitipoca – essas terras eram usadas como alternativa para as atividades de extrativismo da população rural local:

Então você entrava lá, você buscava orquídea, buscava...tinha muita – isso era coisa da pobreza, não é só a pobreza, a pobreza catava pra vender né – vendia a macela pra fazer travesseiro, uma florzinha né. Então tinha uma porção de preta-velha aí que mês de julho ia pra serra pra catar semana inteira. Catava a macela pra vender e encher travesseiro. Vendia pro pessoal de Lima Duarte. Dava dinheiro. Era pinhão, macela e vassoura do campo. (produtor rural, 73).

Entre as formas de representação simbólica da população ibitipoquense para com o mundo natural, destaca-se o “Mito da Mãe do Ouro”, também identificado pelos camponeses como “o mistério da bola de fogo”, ao qual são atribuídas significações sobrenaturais e míticas²¹⁹. Contudo, segundo Resende (2004), a física define a “bola de fogo” como fenômeno natural, o “relâmpago globular”, cuja ocorrência é comum em lugares de formação rochosa

²¹⁷ O uso dos termos “forasteiro” e “nativo” será explicitado nos capítulos seguintes.

²¹⁸ “Os nativo daqui que toma conta da igreja é que foi vendendo. [...] Vendeu pro turismo, né. Essa casaiada de turismo todos aí foi lote comprado. Turismo nenhum ganhou lote, é tudo comprado. Os daqui ganharam...” (dona-de-casa aposentada, 65). Neste contexto, a entrevistada utiliza o termo “turismo” para se referir aos veranistas que construíram residência secundária na Serra.

²¹⁹ “Chama-se mãe do ouro que eles falava. Antigamente não era bola de fogo não, era mãe do ouro. Essa luz até pouco tempo ainda aparecia ali, aí na região aí. Ela cercava até carro, ninguém suportava ela, a caloria dela e a fortidão que era a luz – a vista nossa não conseguia dobrar, não podia olhar nela não” (Agricultor aposentado, 79).

quartzítica com elevação²²⁰ – um tipo de descarga elétrica de origem atmosférica que se sustenta e mantém-se parado no ar durante vários segundos, oscilando sobre si mesmo, com alta luminescência e que eventualmente produz “sons sibilantes, similares a zumbidos”.

Quanto às relações de identificação territorial para com o lugar, os entrevistados utilizam a expressão “nosso lugar” quando aludem à Serra Grande ou à vila de Conceição de Ibitipoca e adjacências. O território que atualmente constitui o parque é identificado pelos camponeses mais antigos como “Serra Grande” ou então “Parque da Serra Grande” – dificilmente é utilizada a terminologia “Parque do Ibitipoca” para se referir àquele espaço: “*O parque da Serra Grande pertencia à igreja da Ibitipoca, foi doado pelos índios... o parque da Conceição*”.²²¹ Observa-se também, nesta fala, o quão forte era o poder da Igreja na região, uma vez que a população lhe atribuía a posse das terras devolutas da Serra, bem como a propriedade do arraial, inclusive afirmam ainda hoje que “a vila pertence à santa” – em alusão à Nossa Senhora da Conceição.

... hoje nós falamos “parque”, mas até 60, 62 [1962] por aí assim ali se chamava Serra Grande. Você entrava lá sem dar obediência a quem quer que seja. Ali onde é a portaria era uma porteira muito da sem-vergonha...você entrava lá e pronto: era a cavalo, de moto – nesse tempo não tinha moto ainda, né? – a cavalo ou a pé, a maioria.

(Agricultor aposentado, 73).

A Serra Grande, para os camponeses, possui uma simbologia própria; lugar de representação simbólica e religiosa – procissões²²², rezas de terços, rituais sagrados e devoções populares. Entre os lugares da serra sacralizados, destacam-se o Pico do Pião, o Morro do Cruzeiro e o Paredão de Santo Antônio. A Serra Grande representa, no plano simbólico, a experiência do lugar reificado enquanto aspecto da ancestralidade camponesa. Suas representações sociais são estruturadas pelo *ethos* da terra que se estendera ao longo das gerações. Território de caça, coleta, recreação e extensão de práticas agropecuárias, laços históricos delineavam a relação entre o homem e a Serra:

Lá na Serra Grande era assim...lá tinha um mijolo [monjolo], um mijolo daqueles de fazer farinha, sabe. Na virada da serra, ali na prainha, tem muitas queda d’água, sabe, muitas queda. Então lá tem uma quedinha, aí tinha um mijolo ali, chama “O Campinho Mijolo”, e o povo fazia...tinha um mijolo lá de secar farinha do morador do Tanque – a primeira fazenda que existia aqui no Tanque, onde é que morava o tal de Olavo. É lá, eles fazia, sentava o mijolo lá, agora tu imagina rapaz... só para ter o contato de ir na serra, gostava de ir lá caçar codorna, caçar passarinho – ainda existia.

(Agricultor aposentado, 79).

²²⁰ Há registros na literatura científica de relâmpagos globulares que já atingiram 1 metro de diâmetro (RESENDE, 2004).

²²¹ Outras expressões como “o parque nosso aqui” ou “o parque da santa” também são utilizadas pelos nativos ao se referirem àquele espaço, mesmo após a Igreja perder o processo no qual demandava a posse das terras devolutas da Serra de Ibitipoca, nos anos 1930.

²²² O ritual religioso de maior devoção realizado na “Serra Grande” é a Procissão de Santa Cruz, quando os ibitipoquenses sobem o Morro do Cruzeiro para rezarem um terço anualmente, sempre no dia 03 de maio.

4.5.3 – SOBRENATURAL, DO ALTO



Fig.14. Morro do Cruzeiro, 1987: ritual de soerguimento de uma nova Cruz. O terço de Santa Cruz, tradicional rito católico da população local que desde 1943 é realizado. Desde então, a cerimônia para a reposição de uma nova cruz é periodicamente necessária, tendo em vista a alta incidência de raios na Serra. Sempre no dia 03 de maio, os devotos sobem a “Serra Grande” para rezar o terço no alto de uma colina localizada nas dependências do Parque Estadual do Ibitipoca. Entre as décadas de 1970 e 1980, o Estado chegou a proibir a realização de rituais religiosos no lugar, provavelmente como forma de destituir os usos simbólicos que a população local tinha para com o território tradicional transformado em parque. Interessante observar ainda que o Terço de Santa Cruz passou a ser realizado no Morro do Cruzeiro poucos anos após a destruição da Capela do Pião (1938-39), a qual está situada numa elevação defronte ao Morro do Cruzeiro. Os devotos, a partir de então, elegeram um novo cume da Serra de Ibitipoca como altar natural. **Foto:** Maria de Fátima Ávila Pires. Maio 1987.

Fig.15. Morro do Cruzeiro, 2007: prossegue a tradição. A mesma cruz, hoje desgastada pelas intempéries naturais como sol, vento e umidade, compõe o cenário da devoção popular em Ibitipoca. Atualmente, o IEF/MG tornou-se colaborador do ritual, chegando inclusive a oferecer alimentação, água e transporte para os romeiros do Terço de Santa Cruz. Mesmo assim, a maioria dos devotos prefere subir a pé até o cume do Morro do Cruzeiro, parte integrante do ritual de purificação. No calendário católico convencional, o dia de Santa Cruz é celebrado no mês de agosto. Em Ibitipoca, contudo, a data foi realocada para maio, muito provavelmente para coincidir com a época da florescência da macela, a qual era coletada pela população local.

Foto: Bruno Bedim. Maio 2007.



4.5.4 – O TERÇO DE SANTA CRUZ

	Um dia ao ano	
C	03 de maio apenas	C
I	A fé sobe a Serra	I
P O E S I A	Gente-rocha-vento-terra	P O E S I A
N	O manejo do infinito	N
C	Oratório mais bonito	C
I	Devoção nas alturas	I
A	Ecosistema ritual	A
	De um altar natural.	
	No outono desse dia	
	Um parque é devolvido à santa	
	Conceição, minha Nossa	
	Senhora dos campos	
	Colina dos santos	
C	Ibitipoca dos homens	C
I	Natureza dos ritos	I
P O E S I A	Lendas e causos	P O E S I A
N	De bichos e mitos.	N
C		C
I		I
A		A
	Amém, Serra Grande	
	Qual eterna primavera	
	Signos de encanto	
	Jaz flores de fogo	
	Renasce teu ciclo	
	Macelas, de novo	
	Verdes campos de vida.	
	Quem te ensinou, camponês, a rezar o terço?	
	Não sei, moço, vem de berço	
C	Faz tempo, não esqueço	C
I	Subo Cruzeiro, canto, desço.	I
P O E S I A	Vem cá do alto	P O E S I A
N	A colheita da luz	N
C	Fragmentos de Ibitipoca	C
I	No terço de Santa Cruz.	I
A		A

PARTE III:

A HISTÓRIA DO ESPAÇO, O ESPAÇO DA HISTÓRIA.

*Campos de fogo
Contei pra você
Macela, de novo
Pra catá e vendê
Humana floresta
Na gruta, a festa
Até quando, nem sei
Pois tudo acabou
Num decreto-lei.*

O IEF não entende, mas o fogo é vida pra Serra [...]. Antes era mais bonito que hoje. Agora é feio. Até uns 25 anos atrás, era mais bonito, era tudo verdinho, várias cores, o povo apanhava macela, tinha vaca, cavalo, tudo quanto é animal. Hoje você olha lá e está tudo seco. O parque pra mim morreu, o parque é seco, virou uma terra morta.

(Agricultor, 42).

CAP. 5 – A EXPROPRIAÇÃO PELAS PEDRAS: CRIAÇÃO E USO PÚBLICO DO PARQUE ESTADUAL DO IBITIPOCA

... porque aí o Estado já tinha pegado o parque, porque o parque era de Nossa Senhora da Conceição, ele não era do Estado. Eu já fui muito na Serra Grande, já andei muito naquele parque, lá já fui em missa no cruzeiro, pra todo lado. Eu conheço ela [a Serra] como a minha mão. Ela era mais bonita... Quando ela era em Serra lá era muito mais bonita. Porque o pessoal punha criação, então o gado, o animal, tudo que fosse para descansar levava para o parque, né? Aí ela era todo campal. Ela virou parque, cresceu as árvore e se a gente está lá num lugar não vê lá adiante, tudo alto. Então ela era campo, era muito bonito, a gente chegava no alto do Cruzeiro e via lá na Bandeira. Hoje em dia a gente não vê nada, é mato só, ué. Hoje eu acho o parque muito feio, virou coisa pra turista ver...

Agricultora Aposentada, 65.

5.1– A HISTÓRIA, AO CONTRÁRIO DO PARQUE, NÃO É CRIADA POR DECRETO

Ao contrário de suas rochas, águas, plantas e bichos, a história do Parque Estadual do Ibitipoca não é um ente natural, mas resultado da ação dos homens; a história do parque é feita pelos homens. Em última instância, um parque público constitui-se a partir de uma tecnocracia que se movimenta por dentro do Estado; a intervenção política e espacial da espécie humana sobre a sua natureza externa a construir uma outra natureza, pretensamente conservada, resguardada dos mecanismos destrutivos do capital. O parque, nesta perspectiva, pode ser entendido como um território de lazer protegido que subjaz à história recente do Capitalismo sobre a Terra.

Quer entender a história do Parque Estadual do Ibitipoca? Então entenda a história dos homens que a fizeram e que ainda a fazem: camponeses, políticos, técnicos, jornalistas, funcionários públicos, empresários, pesquisadores, turistas. O principal ente empírico a ser observado não é um recorte de jornal com um decreto-lei impresso, mas antes a trajetória de um grupo social que num dado momento histórico viu as bases materiais de sua existência serem transformadas.

A “versão oficial” que se tem até o momento é aquela conveniente ao Estado, à manutenção da ordem vigente, a história institucional perpetuada nos cartórios e trâmites legais, que há mais de três décadas silencia eventuais dissonâncias. Além de não conter respostas aos problemas decorrentes da criação e uso público do parque, os dados “oficiais”, tal qual são apresentados, desautorizaram eventuais perguntas. No âmbito

burocrático, os documentos parecem uníssonos: “*Era uma vez um território vazio que foi transformado em Parque Estadual pelo decreto-lei nº 6126 de 04 de julho de 1973*”.....

Na perspectiva do camponês, porém, esse mesmo decreto-lei pode tomar a forma de um instrumento de intervenção violentamente instituído: uma ordem que veio de cima e que passou a fazer parte do cotidiano de cada um; o campo do direito a alcançar o sujeito político. Por conseguinte, na reconstrução histórica do processo de criação de um Parque Estadual, o decreto-lei que o institui não pode ser um ponto de partida, muito menos um ponto de chegada. Ele é apenas um ponto, um elemento factual entre tantos outros fatores que constituem o *corpus* Ibitipoca.

Contudo, há sempre mais de uma maneira de se contar uma história. Há sempre mais de uma história sobre a maneira com que algo é contado. Há sempre uma conta social subjacente à maneira com que a história se faz. Mas há também contas que, intencionalmente, nem sempre são contadas.

As informações comumente divulgadas pelo IEF, pela mídia e até mesmo as reproduzidas por acadêmicos são aquelas cuja essência política não está em dissonância com os interesses vigentes. São explicações quase que hegemônicas, aquelas que se impõem enquanto absolutas, cuja contra-versão submerge imperceptível no devir. Talvez por isso se assemelhem mais à transcrição do decreto-lei do que à composição histórica de uma Unidade de Conservação. Mas um decreto não produz-se. Um decreto é produzido. E aquele que produz a ação deve ser questionado sobre o que faz.

A estrutura (i) material de ordenamento jurídico de nossa sociedade, de fato, contribui para conferir a um decreto-lei que instituiu um parque essa função de legitimar a hegemonia que as sociedades modernas atribuíram ao Estado. Na Serra de Ibitipoca, o poder do Estado incorporado pelo IEF é uma força coercitiva que sobrepõe outras relações²²³.

Mas um Parque não pode ser entendido como uma simples categoria jurídica de organização espacial. Tampouco o parque em si deve ser entendido como o objeto a ser combatido. Subjacente ao parque, há uma (bio?)diversidade de interesses político-econômicos e um poder “naturalmente antropomórfico” cujo viés funcional encerra numa

²²³ Vale destacar que, até a criação do parque, a última intervenção político-territorial sobre a Serra teria se dado ainda no século XIX, pelas forças Imperiais – conforme demonstrado no capítulo anterior.

equação ecológica inerente às sociedades humanas: em Ibitipoca, o homem é o lobo do homem; o homem é o lobo do lobo também²²⁴.

Aos olhos de um observador desatento, a trajetória socioeconômica da Serra de Ibitipoca teria se redesenhado a partir da criação oficial do parque, em 1973. Entretanto, o processo de intervenção social ao qual a população do entorno fora submetida remonta à década de 1950, com as primeiras restrições do uso da terra impostas pelo Estado. Por sua vez, o camponês sabe que o Parque Estadual do Ibitipoca foi cunhado de costas para ele. Tal contexto levava o pesquisador a se questionar sobre a outra face deste processo, no sentido de apreender o valor heurístico da narrativa camponesa sobre o episódio em questão. A versão do camponês, aqui, insurge enquanto possibilidade de compreensão do “real” a apoiar o exercício intelectual da nossa tarefa de produzir conhecimento científico:

O parque da Serra Grande pertencia à igreja da Ibitipoca, foi doado pelos índios... o parque da Conceição.²²⁵ É indígena, é presenteado pelos índio. Hoje esse parque está com uma exploração extraordinária. Com o Estado aí agora virou mercadoria de renda, dá para arrendar mesmo, está pagando quinze reais cada pessoa...²²⁶

Assim como a própria constituição física da Serra, o parque é *um divisor de águas*, só que no sentido figurativo do termo: o parque é um elemento de periodização a redefinir a trajetória econômica e social das populações humanas de seu entorno. Até então, como visto no capítulo anterior, as vilas de Conceição de Ibitipoca e Mogol submergiam no devir histórico do século XX; no âmbito regional, a pouca representatividade econômica e política as resguardava, quando muito, ao papel secundário de “sopés de serra”.

Um parque pode até ser criado por decreto. Sua história, não. Olhemos para o caráter subversivo que permeia a transformação da “Serra Grande” em Parque Estadual do Ibitipoca. Até o momento, sua “história oficial” fora reduzida à versão institucional apresentada pelo poder público.

Difícilmente um turista, em pleno gozo de seu tempo livre, estaria disposto a descobrir que a história do Parque Estadual do Ibitipoca não é tão idílica quanto suas paisagens. Aspirem saber desse percurso histórico ou não, os turistas têm muito haver nesse processo: foi precisamente a expectativa de “desenvolvimento turístico” que alimentou o espírito do sonho de se criar um parque em Ibitipoca, cujo “uso público”

²²⁴ Referência ao lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), espécie bastante comum na Serra de Ibitipoca. O fluxo turístico desordenado no parque impactou diretamente essa espécie, na década de 1990.

²²⁵ Referência a Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca, padroeira e guardiã da Serra Grande.

²²⁶ Agricultor aposentado, 79 anos.

injetaria novos ativos na economia regional. Não obstante, o Estado – representado por governantes que traduziam o pensamento conservador da elite política da época²²⁷ – antevia na institucionalização de parques e sua respectiva visitação pública uma das vias para o “desenvolvimento turístico nacional”. Dessa forma, nascia o Ibitipoca: um parque, a princípio, criado para o turismo, já que a preocupação para com a conservação ambiental aparece como um fator contingente no processo que o instituiu. Exagero? Demonstraremos que não. Explicaremos o porquê não.

Uma população camponesa carente de recursos financeiros e com acesso limitado à formação educacional não tivera ainda a oportunidade de registrar a sua versão sobre os fatos; as circunstâncias sociais desautorizaram o camponês a contar sua própria história. Mas vozes resistentes ainda ecoam por aquelas Serras, e a memória de toda uma geração não pode ser menos considerada que os documentos oficiais arquivados pelo Estado.

A minha mãe é que contava a história de que a Serra é da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca... mas não fez o documento, né? Naquele tempo não constava. E ficou... e depois o Estado tomou conta... Antigamente eles falavam que era direito do governo, né? Mas outras pessoas antigas contava: aquela Serra é da Igreja, aquela Serra é da Igreja! Mas não fez o documento – é que nesses tempo o documento era tudo a mão, não tinha... A Serra Grande era da Igreja, de Nossa Senhora da Conceição, e quem cuidava da terra era a gente, a santa deixava. Então deram as terra pra Igreja mas não fizeram documento. Aí ficou bom pro Estado.

(Agricultora, 92)

A narrativa da camponesa acima é considerada por muitos, ainda hoje, como um fator subversivo: conta a história de uma tal Serra Grande que foi transformada em parque por um tal Estado que não lhes disse ainda o porquê. Sua versão é carregada de simbologias, está atrelada à produção da vida humana na Serra, não à produção de trâmites burocráticos nos cartórios. A concepção dos agricultores de Ibitipoca sobre a criação do parque insubordina-se às leis ou às autoridades constituídas no território a que eles ainda atribuem “à santa”. A concepção camponesa do parque é tanto simbólica quanto política; subjaz à transformação nas condições materiais de sua própria existência. Assim, a análise sobre o processo de criação e implantação do Parque do Ibitipoca encerra num complexo jogo de forças no plano local, na fronteira abstrata entre o que é legal e o que é justo.

²²⁷ No âmbito local, o conservadorismo político se expressava pelas frentes udenistas (UDN) que duelavam com os partidários do PSD pela paternidade do Parque do Ibitipoca. A criação do parque virou um objeto de disputa bipolar entre essas forças políticas historicamente antagônicas.

“... PORQUE O PARQUE ERA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, ELE NÃO
ERA DO ESTADO”

A frase supracitada, de uma agricultora local, saltou de sua memória para contextualizar um episódio marcante em sua história de vida. Subentende uma manifestação de inconformidade, e foi gritada, em desabafo, durante uma entrevista concedida por uma senhora de 65 anos que, em poucas palavras, traduziu a situação vivida por toda uma geração: o trauma a preencher o lugar dos fatos. Depois da frase, então veio um silêncio que, apesar de mudo, talvez tenha a capacidade de nos dizer tanto quanto os documentos que os agentes políticos armazenaram nos arquivos públicos ao reproduzir sua “história oficial” sobre o que teria sido a criação do Parque Estadual do Ibitipoca. Em algum momento da história, um dado grupo social teve o seu chão cerceado, a sua devoção oprimida, o seu território de vida limitado em nome de uma tal “preservação da natureza”. Esqueceu-se, porém, que o camponês era quem, até o momento, manejava essa natureza, lá do seu jeito, à sua maneira de viver²²⁸. A não incorporação da perspectiva local ainda hoje repercute na imagem mnemônica da Serra por eles representada.

Como já demonstrado no capítulo anterior, na década de 1970 havia na Serra de Ibitipoca uma população calculada em algumas centenas de famílias de agricultores que faziam inúmeros usos da área que foi transformada em parque, a qual se caracterizava pela concentração de recursos proveitosos para esses camponeses – madeira para construção de casas, cercas e fornecimento de lenha; caça²²⁹; coleta de mel e frutos como pinhão de araucária; cactáceos; extração de palmito, vassoura do campo e macela²³⁰; as gramíneas

²²⁸ “Os habitantes da zona rural têm percepções diferentes das áreas que os urbanos designam como wilderness, e baseiam seu uso da terra em visões alternativas[...]. Muitos agricultores entram numa relação pessoal com o meio ambiente. A natureza não é mais um objeto, mas um mundo de complexidade em que os seres vivos são frequentemente personificados e endeusados mediante mitos locais. Alguns desses mitos são baseados na experiência de gerações e suas representações das relações ecológicas podem estar mais perto da realidade que o conhecimento científico. O termo conservação pode não fazer parte de seu vocabulário mas é parte de seu modo de vida e de suas percepções nas relações do homem com a natureza” (GOMEZ-POMPA e KAUS apud DIEGUES, 2002, p.36)

²²⁹ Em Relatório sobre o Parque Estadual do Ibitipoca, datado de 25 de janeiro de 1976, o botânico e padre Leopoldo Krieger registra que, “no passado, a fauna foi muito prejudicada pelos caçadores”. Segundo ele, à época o parque estava sendo repovoado por espécies de maior porte como coelhos, lobos e répteis, os quais eram vistos ocasionalmente. A presença de caçadores na área também é anunciada por uma reportagem do Diário Mercantil de 12 de dez. de 1971. Não obstante, um agricultor local, de 79 anos, relata que “gostava de ir lá caçar codorna, caçar passarinho...”. O coelho tapeti também era muito apreciado pela população local. Já o historiador Alexandre Delgado (1962, p.322), observa que tais campos “não são mais férteis de toda a caça como em 1692 encontraram os Bandeirantes”.

²³⁰ “Catava macela para fazer travesseiro, uma florzinha, né? Então tinha uma porção de preta-velha aí que mês de julho ia para a serra catar semana inteira. Catava a macela para vender e encher travesseiro. Vendia para o pessoal de Lima Duarte. Dava dinheiro. Era pinhão, macela e vassoura do campo”. (lavrador aposentado, 73).

dos campos de altitude serviam como pastagens de inverno para o gado bovino e cavalari, etc. Nesta perspectiva, muito do que tem sido considerado “natural” na área do Parque Estadual do Ibitipoca constitui, de fato, algo que sua população rural modificou ao longo dos séculos.

Um pesquisador não possui os atributos perceptíveis para captar o “real” em sua totalidade; não há uma única explicação admissível. A abordagem histórico-geográfica aqui apresentada não é absoluta, muito embora esteja respaldada por uma multiplicidade de fontes que fundamentam esta narrativa científica. O que trazemos é uma história e seus embasamentos empíricos, uma interpretação possível, de questionamento e inquietação face à forma assumida pela implantação de uma Unidade de Conservação, à maneira pela qual ela está assentada em bases jurídicas e políticas nem sempre justas para com o destino de determinadas minorias; à desigualdade inerente a determinado estágio do processo histórico e social verificado na Serra de Ibitipoca. Não há como abdicar destes elementos para explicar a conformação de um parque e os processos de intervenção social que lhes são subjacentes. Este capítulo transpõe, pois, do espaço da história à história do espaço.

Situado entre os municípios de Lima Duarte, Santa Rita do Ibitipoca e Bias Fortes (MG), o Parque Estadual do Ibitipoca foi criado por iniciativa exterior à população local. Contudo, a “política ambiental” (ou a ausência de) adotada na época pelos governantes ignorou que tal extensão territorial compreendia terras tradicionalmente usadas por camponeses, cujos domínios espaciais eram necessários à sua reprodução física e cultural – com ênfase na pecuária extensiva praticada na área, entre outras práxis.

Mesmo assim, o parque foi pensado e delimitado como se fosse um território vazio, processo pelo qual o Estado negligenciou as antigas territorialidades e formas de uso dos recursos naturais pela população local. Aliás, é necessário destacar que a imposição histórica que permeia a espoliação do direito de a população ibitipoquense usar a Serra Grande remonta à década de 1950, precedendo assim à concepção oficial do parque em 1973 e até mesmo à criação do próprio IEF enquanto autarquia²³¹.

Foi preciso, aos olhos do Estado, se apropriar desse território e orientar seu uso no sentido do lucro e do econômico, tal qual o fazem outras tantas instituições das sociedades modernas. Julgou-se necessário transformar a terra de uso em mercadoria (‘produto

²³¹ O Instituto Estadual de Florestas foi criado oficialmente em 05/01/1962, como uma autarquia vinculada à Secretaria de Agricultura de MG. Desde então, tornava-se atribuição do IEF a gestão dos Parques sob o domínio do Estado mineiro. A partir daí, abriram-se as perspectivas de criação de novos Parques Estaduais.

turístico’) e oferecê-la ao usufruto das populações urbanas que, ainda hoje, sequer sabem dos dramas locais que tal ação representou naquele tempo.

Neste sentido, a criação do parque deve ser apreendida enquanto instrumento expropriatório, um novo modelo de ocupação e uso da terra que intervém sobre formas anteriores – apesar de o argumento conservacionista reunir esforços para salvaguardar o pretense *status quo* dos recursos naturais disponíveis.

Ocorre que o camponês possuía uma concepção própria do direito moral de uso da Serra Grande, um código distinto de apropriação coletiva que o Estado estrategicamente ignorou. Dessa forma, a instituição do Parque Estadual do Ibitipoca pode ser entendida como a espoliação garantida de um território pelo Estado em favor das camadas urbanas dominantes (turistas e agentes políticos); a legitimação do direito de propriedade em detrimento do direito histórico de posse e uso camponês.

De acordo com Martins (1991), a expropriação se estabelece a partir da separação entre o trabalhador e os meios de que necessita para produzir (terra, ferramentas de trabalho, matérias-primas, etc.), ao longo do processo de expansão capitalista. No caso específico da Serra de Ibitipoca, sitiantes-camponeses perderam o direito de uso das terras que abrangiam as pastagens extensivas da Serra Grande – terras de apropriação coletiva que eram, de certa forma, o seu instrumento de trabalho historicamente apropriado e manejado, e ainda, imprescindível à sua reprodução social.

Embora a conservação dos recursos naturais seja necessária, se fez necessária e se fará necessária, a “conservação cultural” também o é, e nela não se inclui a negligência sobre o *ethos* camponês, suas práticas espaciais, seus tradicionais sistemas de manejo. A cerca de arame farpado que os cercou, décadas atrás, é também a cerca simbólica que hoje impede o diálogo da população local com o IEF. O significado de uma cerca do passado parece se (re)atualizar no presente; a cerca metaforiza uma barreira ao entendimento, a impedância material que cerceia, que restringe, que puniu o modo de vida de um grupo humano sem oferecer a ele novas alternativas de reprodução social. É a cerca que mudou destinos. É a cerca que emudece.

35 anos se passaram desde a criação do parque. A Serra Grande, para alguns, ainda continua lá... onde o Parque Estadual do Ibitipoca talvez nunca esteve: na memória coletiva daqueles que dela fizeram o seu lugar comum.



Fig. 16: O destino dos campos. Aspecto paisagístico dos campos de altitude da Serra de Ibitipoca que foram transformados em parque, cujas gramíneas serviam como pastagem de internada para o gado bovino da população local. O complexo sistema de manejo que os camponeses desenvolviam nessa área – o qual incluía a queimada controlada do capim-do-campo (gramínea predominante no segundo plano da imagem acima) e da macela (*Anthemis nobilis*, flores à direita da foto) –, foi dissolvido ainda na década de 1970. Atualmente, tais campos são territórios de lazer e objeto de contemplação por parte dos turistas. A conservação dos atributos ecológicos destes campos também é um dos objetivos da gestão exercida pelo Estado, a qual visa à proteção da biodiversidade. Fotografia: Bruno Bedim, maio/2007.

“A Serra Grande fez falta, né... porque a gente cortava mourão, buscava carro de candeia, apanhava macela pra encher almofada e vendia até macela pra fora...vendia o saco aqui na região. Muitas pessoas ia lá apanhar. Juntava as vizinha e ia as vizinha pra Serra, dia de domingo, as mulher... No mês de maio a macela abria...secava.... ia 6 ou 7 apanhar...umas ia só pra brincar... as meninas também ia, as crianças ia pra brincar, as mais antiga é que pegava...mas homem ia também. Os crioulo levava até balaio pra apanhar... dava aquelas moitona... a vida era muito custosa, né? As pretas-velhas iam também....eram mulheres que ainda foi cativa, aí eles tratavam de preta-velha. Quando abriu a escravidão, eles foram muito para o arraial, morar no Curro Lava-Pés, porque eles caíram em liberdade, não podia mais o cativo... mas muitos ficou na fazenda até morrer, porque já estavam acostumados, né? No cativo, os preto eram cativo dos mais grandes, dos capitão, era tempo de capitão...”

(Agricultora, 92).

5.2 – A RAZÃO ALUCINANTE DO IBITIPOCA: UM PROJETO DE SANATÓRIO RESULTA EM PARQUE ESTADUAL

A primeira tentativa do Estado em definir um uso público para as “terras devolutas” da Serra de Ibitipoca remonta ao início do séc.XX. Atendendo à solicitação de políticos republicanos, uma Comissão Científica Nacional composta por uma equipe de médicos visitou Ibitipoca em 1906, chefiada pelos Drs. Francisco Valadares, João Penido Filho e Eduardo Menezes, no intuito de averiguar a viabilidade de se construir no alto da Serra um sanatório para tuberculosos (Delgado, 1962, p.197). Pedro Mendes da Paz, ao receber a Comissão Científica de 1906, em Lima Duarte, profere um engajado discurso. Entre o deslumbramento e a utopia, o autor argumenta que:

Há os que já vêem nos píncaros de Ibitipoca, iluminada pela apoteose do sol dos trópicos, afestoada pelas flores e galhardetes da nossa vegetação, há, repito, os que lá divisam a fachada do sanatório, alva, muito alva, como um sonho radioso de esperança surgindo ao olhar dos que trazem nos pulmões a sentença da morte (idem).

Na época, acreditava-se que lugares altos eram mais apropriados para a recuperação de doentes. Em 1903, o governo estadual já havia criado em Barbacena a “Assistência dos Alienados” e havia a possibilidade de se instalar outras instituições psiquiátricas nas Serras próximas a Barbacena. Na expectativa de que a Comissão redigisse um parecer favorável à implantação do sanatório em Ibitipoca, Pedro Paz então deixa claro em seu discurso o contraste entre a Serra de Ibitipoca e os “grandes centros civilizados”, a natureza *versus* o “cosmopolismo terrificante”, o “Belo natural” em oposição ao “fantasma negro” personificado na ameaça da tuberculose e da loucura. Afirma ainda que a Serra possuía as condições necessárias para a fundação de tal instituição de saúde, já que “afigura-se o clima de Ibitipoca como tendo todos os requisitos exigidos pela ciência hodierna”. Afinal, na visão do autor, estaria em Minas o que ele chama de *Suíça brasileira*, o local ideal para se construir tal empreendimento – ali, “na Serra de Ibitipoca, o Sanatório, como a cristalização tangível de um sonho”. Pedro Paz cita, ademais, o apelo imagético que as paisagens naturais de Ibitipoca teriam em seduzir os enfermos urbanos, vendo em suas formas esculturais um fator a mais para se instalar ali o que ele denomina de “élan do progresso”:

Ilustres viajantes, daqui a algumas horas tereis galgado a Serra da Ibitipoca, tereis atingido o seu cume, onde amplo horizonte de muitas léguas se descortinará aos vossos olhos. Lá, senhores, a Natureza vos tem preparado uma recepção estupenda; lá sentireis imergir-se-vos a alma de intelectuais, de amantes do grandioso Belo natural, em um mar de luz, de cânticos, de perfumes, de poesia, desta poesia que, em modulações variadíssimas, nos embala a mente, quando nos achamos face a face com os esplendores de uma Natureza virgem. [...] Neste momento que vos falo, sinto-me transportado a Ibitipoca, àquela mole gigantesca, que parece talhada para servir de plinto a estátuas de Titães (ibid.).

Porém, poucos anos depois foi construído, em Barbacena, o segundo módulo do Hospital Colônia, concentrando naquela cidade esse tipo de serviço de saúde. Inviabilizava-se, pois, as pretensões de o projeto se realizar em Ibitipoca. Mesmo assim, o sonho da elite de Lima Duarte de se construir um hospital-sanatório no alto da Serra perdurou até a década de 1960, se configurando como uma das iniciativas que se desdobraram na criação do Parque – já que ao longo da primeira metade do séc.XX as investidas pela implantação do sanatório fizeram com que as belezas naturais de Ibitipoca povoassem o imaginário das pessoas de toda a região – criando, mesmo que acidentalmente, a demanda social pela definição de um novo uso público para as terras devolutas de Ibitipoca.

“Oxalá encontre a ilustre comissão médica nas vertentes de Ibitipoca os característicos de um clima próprio a adjuvar a cura do terrível morbus” (ibid.).

5.3 – ANOS 1950 e 60: O LIMIAR DE UMA TERRA CAMPONESA

Depois que o padre morreu a Serra ficou isolada, não teve missa mais. Depois é que o governo se interessou por lá, fez parque e cercou tudo. Mas aqui era aquele lugar, um terreno sem dono, né. Então era o lugar de todos nós.

(Lavradora aposentada, 88).

Segundo Hélio de Paula Duque²³² (83), ex-prefeito de Lima Duarte (1955-59), o sonho de se construir um hospital-sanatório no alto da Serra perdurou até a década de 1960 e, possivelmente, foi uma das iniciativas que desdobraram na criação do Parque. Nas palavras de Hélio: “*A idéia dos companheiros meus aqui da época era fazer um hospital lá no alto da Serra. Lá tem um clima, um ar puro para a cura do pulmão. Mas não deu certo fazer o hospital e acabou virando parque*”. Hélio reitera ainda que a primeira iniciativa de criação do parque remonta à década de 1950, quando uma comissão de políticos de Lima Duarte foi ao Palácio da Liberdade expor os problemas relacionados às terras devolutas de Ibitipoca, tendo em vista o seu uso por “pequenos fazendeiros da região”. Em Belo Horizonte, os políticos de Lima Duarte se encontraram com o então governador de Minas, Juscelino Kubitschek²³³, e conseguiram a nomeação de um tutor que seria o encarregado pela vigilância daquelas terras para o Estado.

Então procuramos Juscelino, assentamos de frente a ele – ele tinha o hábito de colocar a perna na quina da mesa – e nós ficamos ao redor dele conversando. Pedimos a criação do parque, ou então que ele pusesse alguém ali para tomar conta. Ele então disse que não podia, que o Estado não tinha condição de criar o parque naquela época... mas que ele poderia nomear alguém, mas disse que no momento o Estado não estava em condições de nomear alguém para tomar conta. Então eu disse a ele: “Os fazendeiros vão acabar com aquilo lá com tanta queimada. Então, governador, já que o Senhor não pode nomear, eu vou para Lima Duarte com o meu cunhado aqui, o deputado Lourival Brasil, e nós vamos dividir aquilo lá para os amigos, cada um tira um pedaço de terra lá”. (Entrevista com o ex-prefeito Hélio de Paula Duque (83) em 05/08/07. 51min.).

²³² Entrevista em 05/08/07. Vale destacar as divergências políticas que envolvem as disputas internas no âmbito do poder local e seu respectivo reflexo no processo de implantação do Parque. Quando Jeferson Chaves foi nomeado encarregado para tutelar as terras devolutas de Ibitipoca, Hélio de Paula Duque era o então presidente regional do PSD (Partido Social Democrático) – portanto, opositor à UDN (União Democrática Nacional), partido este do futuro Governador Magalhães Pinto (1961-66) e de Guaracy Duque Viriato Catão – personagens que, na década de 1960, exerceram forte influência no processo de criação do Parque do Ibitipoca.

²³³ Juscelino elegeu-se governador pelo PSD em 03/10/1950 e assumiu o governo de Minas em 31/01/1951, permanecendo no governo até 1954. O entrevistado, Hélio Duque de Paula, era na época líder do PSD em Lima Duarte e mantinha freqüentemente articulações políticas com J.K. Em jogo, estavam as equações eleitorais que visavam à candidatura de Juscelino à sucessão presidencial nas eleições de 1955, e ainda, as disputas a nível local pela prefeitura de Lima Duarte em 1954, respectivamente. Apoiado pelos correligionários do PSD local, no pleito de 03/10/1955 Juscelino Kubitschek obtivera dos limaduartinos 2.729 votos para a presidência da República, conseguindo considerável vantagem sobre Juarez Távora (2.029), Ademar de Barros (87) e Plínio Salgado (45). Os dados das eleições de 1955 ora citados se baseiam nos levantamentos de Delgado (1962, p.316).

A princípio, J.K. não se interessou pelos domínios estatais da “Fazenda de Ibitipoca”. Contudo, face a eminente ameaça de a elite política de Lima Duarte decidir por si própria o domínio das terras devolutas da Serra, Juscelino Kubitschek – do PSD, mesmo partido que o ex-prefeito Hélio Duque – então nomeia o primeiro encarregado oficial em tutelar as terras de Ibitipoca. O governador acatou a indicação dos políticos de Lima Duarte, que haviam recomendado, na ocasião, a nomeação de Jéferson Chaves (conhecido popularmente como “Dedé”), o qual teria ficado cerca de 4 anos no cargo:

O Dedé foi nomeado no governo do Juscelino, quando ele foi governador. Eu era presidente do PSD e fui lá com uma comissão de vereadores daqui: Antonio Duque Filho, Joaquim Manoel de Oliveira, Manoel Dôndicii da Cunha²³⁴, Lourival Brasil [deputado] – e pedimos a ele [Juscelino] que tomasse conta do parque aqui – que eram 800 alqueires de terra pertencentes ao Estado – eles falavam aqui que eram as terras devolutas. Então isso aqui os pequenos fazendeiros na época estavam destruindo: porque faltava pasto e eles faziam a queimada lá pra pôr o gado nas queimadas. Mas perdia muito gado, tinha muito gado roubado – então nem era vantagem para os fazendeiros. [...] Foi aí que o Jéferson assumiu e passou a olhar o parque, proibir a entrada de gado, queimadas e tudo... depois é que veio o Seu Jacinto²³⁵ nomeado pelo meu cunhado, quando o Jéferson foi para Muriaé... (ibid).

Pressionado, Juscelino nomeara Jéferson Chaves para o cargo de tutor das terras devolutas de Ibitipoca em 1952. Jéferson seria a pessoa encarregada de fiscalizar certas práticas de manejo que a população local tinha das pastagens extensivas da Serra Grande – até então uma área de uso comum –, garantindo assim a execução de certas disposições do Estado. A principal função deste primeiro encarregado seria fiscalizar os usos da Serra, expulsar o gado da área e construir os primeiros trechos de uma cerca demarcando os domínios do poder público. Seu cargo fora mantido até 1956, aproximadamente.

Jéferson fez cerca no parque, enfrentou dificuldades lá com os fazendeiros. Desde o tempo do Dedé já não podia pôr gado na Serra mais. Quando eles ameaçavam entrar lá, o Dedé vinha aqui [em Lima Duarte] e comunicava à polícia. Daí impunha o respeito, né. [...] Mas depois que o Dedé foi embora²³⁶ o parque ficou um período sem nenhum administrador. Começaram até a abusar... (ibid.).

Como se vê, os primeiros conflitos entre o Estado e os camponeses pelo direito de uso das terras devolutas da Serra de Ibitipoca se constituem a partir da década de 1950,

²³⁴ Conforme pudemos checar nos arquivos da Câmara Municipal de Lima Duarte, de fato, Antonio Duque Filho, Joaquim Manoel de Oliveira e Manoel Dôndicii da Cunha compunham, à época, a lista dos representantes do legislativo municipal deste período (Legislatura 1951-1954).

²³⁵ Jacinto da Cunha Lage, o segundo encarregado para administrar a área onde seria demarcado o território do Parque, foi nomeado em 1964 pelo Governador Magalhães Pinto, por indicação do Deputado Estadual Lourival Brasil, cunhado do ex-prefeito de Lima Duarte entrevistado, Hélio de Paula Duque.

²³⁶ Referência à mudança de Jéferson Chaves para a cidade de Muriaé (MG).

sendo, portanto, pretéritos à criação oficial do Parque em 1973. A ação do Estado, desde essa época, se funda através de ações punitivas, fiscalizadoras, afetando diretamente as bases materiais da existência dos camponeses da Serra Grande:

Quando criou o parque, o povo chegou a achar bem ruim, né? Era o tempo do Dedé... ele já morreu. Ele foi o primeiro que tomou conta... Depois que criou o parque é que eles anunciaram, né? Avisaram... passava um povo aqui na divisa, então a gente começou a descobrir... A reação foi por conta do gado, pois ficou proibido pôr o gado lá e apanhar macela... logo o fiscal tomou a frente e disse que não podia apanhar, não podia deixar fogo, medo de fogo...

A Serra Grande fez falta, né... porque a gente cortava mourão, buscava carro de candeia, apanhava macela pra encher almofada e vendia até macela pra fora...vendia o saco aqui na região. Muitas pessoas ia lá apanhar.

(Agricultora, 92)

Durante o governo que sucedeu à gestão de Juscelino, do governador José Francisco de Bias Fortes, o parque ficou sem um tutor legal. Embora os políticos de Lima Duarte que reivindicavam a criação do parque fossem da mesma sigla partidária que José Francisco (PSD), o governador não se interessou pela causa. Eis uma explicação possível: o então governador de Minas, José Francisco de Bias Fortes (1956-61)²³⁷, era natural da região de Barbacena, possuindo ainda ramos familiares na zona rural do município de Bias Fortes, município este que carrega inclusive o sobrenome da família do governador e cujo território se estende até as escarpas da Serra de Ibitipoca²³⁸. O governador, por ter nascido e vivido nas cercanias de Ibitipoca, tinha ciência dos usos comunais da Serra pelos pequenos proprietários rurais de toda a zona.

Em 05/01/1962, era criado o Instituto Estadual de Florestas²³⁹, uma autarquia vinculada à Secretaria de Agricultura de MG. Desde então, tornava-se atribuição do IEF a gestão dos Parques sob o domínio do Estado mineiro. A partir daí, abririam-se as perspectivas de criação de novos Parques Estaduais.

²³⁷ Confirmando seu favoritismo regional nas eleições para o cargo de governador de Minas realizadas em 03/10/1955, José Francisco de Bias Fortes reafirmou sua influência no âmbito regional ao atingir 2.862 votos em Lima Duarte, contra 1.938 de Bernardes Filho e 913 votos de José Raimundo. Fonte: Delgado (1962, p.317). Natural da região de Barbacena, o governador eleito Bias Fortes possuía vínculos familiares e políticos que o ligavam a Lima Duarte e Ibitipoca.

²³⁸ As escarpas da Serra de Ibitipoca constituem uma tríplice divisa entre os municípios de Lima Duarte, Bias Fortes e Santa Rita de Ibitipoca (MG).

²³⁹ Lei nº 2.606, de 05 de janeiro de 1962. Cria o Instituto Estadual de Florestas/MG.

5.4 – O CONSERVADORISMO POLÍTICO QUE SUBJAZ À CRIAÇÃO DO PARQUE

Ultimamente, pouco assistida pelos poderes públicos, Ibitipoca tem visto diminuir seus recursos econômicos e mesmo seus dados demográficos. [...] Lançamos aqui a idéia de se criar na Serra da Ibitipoca, pelo Estado ou pela União, um Parque Nacional nos moldes do de Agulhas Negras, para o aproveitamento dos recursos e divulgação das belezas que a natureza ali oferece exuberantemente. Oxalá tenhamos realizado esse sonho dourado (DELGADO, 1962, p.114-15).

A epígrafe acima, concebida pelo historiador regional Alexandre Delgado, expressa o espírito do sonho limaduartino de se criar um parque em Ibitipoca, cujo “uso público” pela via do turismo injetaria novos ativos na economia regional.

Como veremos a seguir, é impossível analisar o processo de criação do Parque do Ibitipoca separadamente, deslocando-o da atmosfera política regional e nacional – motivo pelo qual faremos aqui uma breve contextualização. Vale destacar que as principais argumentações e inferências aqui desenvolvidas não mais alteram a ordem das coisas – posto que o parque já foi criado e implantado, os camponeses expropriados e grande parte dos protagonistas políticos da época estão mortos. Mesmo assim, trazemos uma versão a título de reconstrução histórica a ser revista e, se necessário, ampliada por outros pesquisadores.

O aparente desinteresse do Palácio da Liberdade pelas terras devolutas da Serra de Ibitipoca só seria transformado a partir do governo de José de Magalhães Pinto (1961-66). Advogado, economista e banqueiro²⁴⁰, este político anteviu perspectivas econômicas para com o desenvolvimento do turismo em Minas Gerais. O fato de o governador ter se casado com uma mulher natural de Lima Duarte – Berenice Catão de Magalhães Pinto – notadamente contribuiu para com o processo de criação do Parque Estadual do Ibitipoca²⁴¹.

Udenista²⁴² clássico, na década de 1960 Magalhães Pinto, um dos artífices civis do golpe de 1964, torna-se figura política de projeção nacional²⁴³. Em 31/03/1964, num

²⁴⁰ Magalhães Pinto exerceu ainda a presidência do antigo Banco Nacional de Minas Gerais.

²⁴¹ O ex-governador Magalhães Pinto morou em Juiz de Fora (MG) entre 1924 e 1929. Segundo a tradição oral, desde cedo o futuro governador teria ouvido falar das belezas da Serra de Ibitipoca. Instigado pelo imaginário que envolvia a Serra e, posteriormente, tornando-se freqüentador de Lima Duarte – cidade natal de sua esposa Berenice Catão – por diversas vezes, no início de sua carreira política, Magalhães Pinto teria visitado Ibitipoca. Confirmando a proximidade do ex-governador com Lima Duarte, o historiador Delgado (1962) registra que em 31/05/1948, quando Magalhães Pinto era Secretário de Finanças do governo Milton Campos, que o mesmo teria acompanhado o governador numa visita a Lima Duarte para a inauguração de um posto de saúde estadual.

²⁴² Neologismo derivado da sigla partidária UDN.

manifesto contra o Presidente da República João Goulart, o então governador de Minas insere-se definitivamente na mobilização de forças para o Golpe Militar de 64, visando, ainda, à sucessão presidencial do Palácio do Planalto no período pós-golpe. Em abril de 1964, contudo, com a ascensão do general Castelo Branco ao governo federal, Magalhães Pinto vê frustradas as suas aspirações pelo poder presidencial. Mesmo assim, prosseguiu tentando se projetar politicamente, visando à sucessão presidencial de 1965 – as quais não ocorreram em decorrência dos desdobramentos do golpe militar de 64.

No período em que articulava politicamente contra Jango e ao mesmo tempo almejava chegar ao Palácio do Planalto, coincidentemente (ou não), Magalhães Pinto retoma o interesse pela criação do Parque Estadual do Ibitipoca, em meados de 1964. Um marco histórico fundamental neste contexto é um relatório encomendado pelo governador a uma comissão de 18 cientistas²⁴⁴, cujo objetivo era “definir um uso para a área” – agricultura, pecuária ou turismo²⁴⁵. Tal documento histórico é assinado pelo cunhado do governador, o engenheiro agrônomo e ex-Deputado Estadual Guaracy Duque Viriato Catão²⁴⁶, presidente da comissão enviada a Ibitipoca por Magalhães Pinto. Uma leitura atenta deste documento revela suas prováveis intenções de ilegitimar as formas de uso da

²⁴³ Dirigente partidário conservador vinculado à UDN, a meta de Magalhães Pinto era chegar ao Palácio do Planalto – o que não se concretizou, já que teve que dividir suas atenções com o também udenista Carlos Lacerda, que possuía as mesmas aspirações que Magalhães, no mesmo período e partido. Além do mais, os militares não reconheceram a participação de Magalhães Pinto no episódio de 31 de março de 1964 (ato de rebeldia do governador contra Jango), relegando-o a segundo plano.

²⁴⁴ CATÃO et al, Guaracy Duque Viriato. *Serra de Ibitipoca – Município de Lima Duarte. (Relatório da Comissão de cientistas, presidida por Guaracy Catão, encaminhado ao então governador de Minas Gerais José de Magalhães Pinto, cujo objetivo era definir um uso para as terras devolutas da Serra de Ibitipoca)*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Agricultura, 1964. 5p. (Relatório).

²⁴⁵ Além de diagnosticar os eventuais recursos potenciais à pecuária, agricultura ou turismo, a comitiva de 1964 também se preocupou em verificar a existência, na Serra, de recursos minerais, já que o geólogo Teixeira da Costa integrava a expedição e fez a seguinte análise: “...o solo é pobre de minérios de valor comercial, sendo a contextura do maciço considerada de origem muito antiga, formada, como já mencionamos, de quartzito com interposição de mica-schistos e calcários nas quais existiu o ouro em aluvião carreado, ao correr do tempo, pelas águas pluviais, no período de decomposição das rochas, e pelos diversos riachos que descem a serra, como confirmam as catas de pedras existentes nas faldas da montanha” (CATÃO, op.cit., p.1).

²⁴⁶ Engenheiro agrônomo e médico veterinário; então professor da Escola Superior de Agronomia e Veterinária de Belo Horizonte; chefe do Posto Veterinário da Secretaria da Agricultura no interior do Estado de Minas Gerais. Ex-deputado Estadual na Assembléia Legislativa desse mesmo Estado (Suplente na legislatura 1951-55, por várias ocasiões assumiu o cargo), Guaracy era ainda filho do ex-senador da República, Alfredo Carneiro Viriato Catão. Um de seus irmãos, Moacyr Duque Viriato Catão, chegou a ser prefeito em Lima Duarte (1935-36). Natural de Lima Duarte, Guaracy Catão era irmão da esposa do governador José de Magalhães Pinto. O fato de o governador ter se casado com uma mulher natural de Lima Duarte notadamente contribuiu para com o processo de criação do parque.

Serra Grande pela população local. Assim é descrita, em tal relatório, a situação geográfica deste território:

A Serra de Ibitipoca, cujas terras constituem hoje um patrimônio do Estado de Minas Gerais, **até o presente momento abandonadas, ou melhor, sem qualquer aproveitamento**, fica situada no município de Lima Duarte, no distrito de Conceição de Ibitipoca (CATÃO et al, 1964, p.1, grifo nosso).

Nota-se, no trecho acima, a intenção de se reforçar que as terras devolutas de Ibitipoca encontravam-se “inaproveitadas”, “abandonadas”. Contudo, o próprio documento se contradiz, já que registra, mais adiante, a ocupação humana dos terrenos situados nas partes mais baixas da serra, e ainda, constata a existência de “pastagens naturais” que abrigavam um rebanho²⁴⁷ com cerca de três mil cabeças de gado bovino durante o período chuvoso:

... com grande variedade de madeira de lei, além de muitas outras manchas florestais isoladas, situadas sobretudo nas partes mais baixas, boa parte desses terrenos já invadidos, por proprietários localizados no dorso da serra. Durante o período chuvoso, porém, a serra em toda a sua extensão, que deve atingir mais de 500 alqueires [...] **se transforma em grandes pastagens naturais, que são invadidas nessa época por rebanhos – mais de 3 mil cabeças de gado estranho**, em virtude do natural abandono em que se encontram aquelas terras do Estado. Entretanto, os terrenos se revelam bastante férteis, a julgar pelas **culturas existentes no sopé da serra** (CATÃO et al, 1964, p.2, grifo nosso).

Ora, pois, se para o Estado a pecuária extensiva praticada nessas terras não lhes conferia qualquer uso ou aproveitamento, o que então poderia sê-lo? Ademais, o relatório, embora registre a existência de gado na área, foi incapaz de situar o contexto sociocultural e econômico que subjazia por trás desse gado, ignorando assim o modo de vida e o destino de dezenas de famílias camponesas que faziam uso comunal dessas terras. Vale destacar ainda que o verbo *invadir* e suas respectivas conjugações aparecem repetidas vezes no texto do relatório, enfatizando assim a possível irregularidade que a comissão estadual via no uso de tais terras pelos camponeses. O documento registra ainda que a dificuldade de acesso à Serra de Ibitipoca²⁴⁸ seria a razão de seu “inaproveitamento”, sendo que tais terrenos deveriam ser “dignos de melhor sorte” (ibid., p.3).

²⁴⁷ “A gente almoçava muito no parque da Serra Grande, gostava da Serra Grande. Lá usava os compadre daqui, eles é que colocava gado, lá pastava quase mil rês por ano, lá no parque da Serra Grande...” (Lavrador Aposentado, 73).

²⁴⁸ “Como já expusemos, não existem vias até a serra (cerca de 27 Km) que permitam seu acesso por automóvel, mesmo até a velha povoação de Ibitipoca, situada a meia altitude (+1100ms), por representar uma construção onerosa para os cofres de uma pequena prefeitura, como a de Lima Duarte, que somente a adaptou a jipe. Acreditamos que esta é a principal razão do **inaproveitamento** em que se encontram aqueles terrenos do Estado, dignos de melhor sorte” (CATÃO et al, 1964, p.3, grifo nosso).

Mediante os elementos que constituem aquela circunstância histórico-geográfica, o fator de negligência – a “vista grossa” – do Estado tem lá a sua razão de ser. Os membros da comissão de 1964 se depararam na Serra com uma situação peculiar, diferenciada, em que a concepção camponesa sobre aquelas terras se apresentava de modo distinto da propriedade capitalista convencional – muito embora o gado criado nas pastagens extensivas da Serra Grande se apresentasse enquanto produção mercantil simples. A comissão estatal de 1964 não se viu diante de produtores rurais típicos, mas de uma forma dissonante de ocupação e uso territorial.

Com inspiração na experiência do uso público de dois Parques Nacionais – Itatiaia e Serra dos Órgãos – a comissão recomenda a criação de um Parque em Ibitipoca, e ainda, sugere a subsequente venda de uma parcela das terras devolutas da Serra com a finalidade de levantar recursos econômicos para fomentar a construção de infra-estrutura turística no futuro “Parque Florestal”:

... chegamos à conclusão de que o melhor destino que o Estado pode dar àqueles terrenos será o de instalar ali um parque florestal, à semelhança do da serra dos Órgãos e do Itatiaia, alargando a reserva florestal ali existente de 30 alqueires +- [sic.] e promovendo a sua dilatação, através de um campo de sementes e mudas, no local, o qual poderia desenvolver igualmente a cultura de frutas européias entre os inúmeros proprietários localizados na raiz da serra; e ao mesmo tempo construir, com aproveitamento atual da serra carroçável, uma estrada de automóvel até o dorso da montanha, o que verificamos, é perfeitamente exequível para incentivar o turismo à região tão interessante, permitindo com os próprios recursos locais a construção, ali, colônia de férias e de cura, mediante a venda parcelada de seus terrenos ou mesmo a sua doação a Institutos com a condição de realizá-las (CATÃO et al, op.cit., p.4).

Ainda em 1964, motivado pelo relatório supracitado, Magalhães Pinto nomeou um funcionário para ser o encarregado pelas terras da Fazenda de Ibitipoca: Jacinto da Cunha Lage, que a partir de então passou a compor o quadro de pessoal da Secretaria de Agricultura. Jacinto Lage foi indicado para o cargo pelo Deputado Lourival Brasil, seu compadre e amigo²⁴⁹; ocupara a função e administrara toda a área do parque praticamente sozinho durante 20 anos. Um dos poucos instrumentos de trabalho de Seu Jacinto era um velho cavalo pangaré²⁵⁰, em cima do qual percorria diariamente todo o território da Serra

²⁴⁹ Entrevista com Jacinto da Cunha Lage (85), em 02/05/2007.

²⁵⁰ O cavalo que servia de auxílio para o trabalho de Seu Jacinto morreu após cair na clarabóia de uma das grutas da Serra. Segundo informações, a ossada do equino se encontra lá até hoje.

para vigiá-la da ação de caçadores, dos pecuaristas, dos “palmiteiros” e das “apanhadoras de macela”. Como sua função era olhar pelas terras do Estado, salvaguardando-as dos usos tradicionais até então exercidos pela população rural, por diversas vezes combateu os interesses dos sitiantes da região, já que o gado comumente adentrava a área sob o domínio estatal. Embora estivesse ali para defender os interesses do Estado e exercer um ofício nada fácil, Seu Jacinto desempenhou sua função com eficácia: não apenas expulsou todo o gado da área, como ainda providenciou, a partir de 1975, com o auxílio de outros trabalhadores recrutados na região, a construção de um aceiro e de cercas de arame farpado que definitivamente extingüiram a função histórica da Serra Grande como área de pastagem extensiva.

No ano seguinte ao relatório de 64, precisamente em 29/12/1965, era lavrada a Escritura Pública de incorporação das terras devolutas de Ibitipoca enquanto bem imóvel do patrimônio do IEF, escritura assinada pelo então diretor geral desta autarquia, Dr. Flamarion Ferreira, e o governador Magalhães Pinto. Tal extensão de terras foi avaliada, à época, em vinte e cinco milhões de cruzeiros²⁵¹.

Oito anos após a incorporação de tais terras ao patrimônio do IEF, o Parque Estadual do Ibitipoca era criado oficialmente pelo decreto-lei nº 6126 de 04 de julho de 1973, assinado pelo governador Rondon Pacheco. O Ibitipoca possuía, a princípio, uma área de 14.887.000 m² (quatorze milhões, oitocentos e oitenta e sete mil metros quadrados), ou seja, 1.488 ha, abrangendo as terras situadas no lugar até então denominado juridicamente de Fazenda de Ibitipoca, consideradas “terras devolutas” pelo Estado de Minas Gerais. O parque²⁵² possuía limites e confrontações com 13 propriedades rurais. Tais terras foram assim incorporadas ao patrimônio do Instituto Estadual de Florestas, ficando, a partir de então, sob a administração e jurisdição desse órgão.

²⁵¹ Cf. Escritura Pública lavrada no Cartório do Segundo Ofício de Notas de Belo Horizonte em 29/12/1965, Livro 546 C, fls. 72 a 74, e transcrita sob o nº 11.456, fls 15, do Livro “3-I” do Registro de Imóveis da Comarca de Lima Duarte em 30/05/1966. Tal escritura conferia ao Instituto Estadual de Florestas (IEF) todo o domínio, posse, direito e ação sobre o imóvel rural da chamada “Fazenda de Ibitipoca”, incorporada ao patrimônio do IEF em 29/12/1965.

²⁵² Estudos recentes do IEF, contudo, apontam para a redefinição da área total do parque, a qual abrangeria aproximadamente 1900 hectares.

5.4.1 – O PARQUE COMO ATIVO ECONÔMICO, NOS IDEÁRIOS DA POLÍTICA REGIONAL

O principal idealizador do parque teria sido o deputado estadual Lourival Brasil Filho: “*Lourival queria criar um parque em Ibitipoca para dar vida a Lima Duarte*” – lembra o seu cunhado²⁵³ e ex-prefeito Hélio de Paula Duque. Eleito em 1950 à Assembléia Legislativa de Minas pelo PSD²⁵⁴, Lourival reelegeu-se por várias legislaturas subseqüentes. Seu empenho em criar o Parque tornou-se quase que obsessivo. A partir de 1972, são várias as intervenções do parlamentar, no âmbito da Assembléia Legislativa de Minas, pela criação do Parque Estadual do Ibitipoca.

Em 27 de outubro de 1972, o deputado discorre pronunciamento na tribuna da Assembléia Legislativa²⁵⁵, inspirado no “êxito turístico” alcançado pelo Parque Nacional do Itatiaia²⁵⁶, que visitara 2 anos antes, lá encontrando mais de mil estudantes de botânica que na ocasião visitavam o Museu de História Nacional e desenvolviam pesquisas – muitos dos quais hospedados num hotel ou alojados no camping estudantil. Entusiasmado com a experiência do Itatiaia, e ainda, com o modelo de visitação verificado no Parque Florestal do Rio Doce (MG), Lourival Brasil então sugere que, nestes mesmos moldes, fosse criado e definido um uso público para o pretense “Parque Florestal da Serra de Ibitipoca”. Durante seu discurso, o deputado narra que viajara dias antes pelo sul de Minas com o governador Rondon Pacheco e com o Secretário de Agricultura Alysso Paulinelli, o qual teria confirmado a existência de uma “fazenda abandonada” na Serra, apesar de registrada em nome do Estado.

Contudo, Lourival Brasil, assim como os demais políticos de Lima Duarte, concebia as terras de Ibitipoca como um território vazio a ser explorado economicamente pelo Estado via turismo. Não obstante, reitera em seu discurso a noção de “natureza virgem” a ser descoberta pelos visitantes, uma terra “inteiramente abandonada” que deveria ser destinada ao “aproveitamento econômico e social”:

²⁵³ O deputado Lourival Brasil Filho era casado com Diva Duque Brasil, uma das irmãs do entrevistado Hélio de Paula Duque.

²⁵⁴ PSD – Partido Social Democrático.

²⁵⁵ LOURIVAL BRASIL. *Discurso proferido pelo Deputado Estadual Lourival Brasil em 27/10/1972, durante a 276ª Reunião Ordinária da Assembléia Legislativa de MG*. Recebido na Seção de Composição da Assembléia em 07/11/1972. (Atas das respectivas seções).

²⁵⁶ Criado em 1937, o Parque Nacional do Itatiaia foi o primeiro do gênero, no Brasil.

Ali existem numerosas grutas, quase todas elas inteiramente inexploradas, enquanto que rios nascem dentro do bojo dessas grutas, de águas cristalinas, margeando uma mata em uma fazenda de propriedade do Estado, de mais de 400 alqueires, que até esta data, por mais incrível que pareça, está **inteiramente abandonada**. Lá existe apenas um funcionário da Secretaria de Agricultura, que hoje pertence aos quadros do IEF, que toma conta daquele valioso patrimônio do Estado, uma fazenda de 400 alqueires que está **destinada ao aproveitamento econômico e social** (LOURIVAL BRASIL, *Diário do Legislativo, Belo Horizonte*, p.2, 29 jun. 1973, *grifo nosso*)²⁵⁷.

Em seus pronunciamentos oficiais, o deputado não escondia a admiração pelas belezas naturais da Serra²⁵⁸, exaltando suas características físicas sem, contudo, mencionar os impactos socioeconômicos e culturais que envolviam a expropriação da população camponesa que fazia uso daquelas terras. Que “aproveitamento social” era esse que excluiria do processo a população local?

No mesmo documento, ao reivindicar na comissão de Economia da Assembléia Legislativa a melhoria da estrada que ligava Lima Duarte à Serra de Ibitipoca, o parlamentar recorre a raciocínios econômicos, alternando-os, vez ou outra, com argumentos científicos:

...que o acesso não se extinga, a fim de que turistas de Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e especialmente de Juiz de Fora, continuem afluindo àquela região para fazer estudos de botânica e apreciar aquela paisagem maravilhosa, de grande interesse turístico. (LOURIVAL BRASIL, *ibid.*).

Sete dias antes da criação do parque, a Comissão de Economia da Assembléia acatara a solicitação do deputado Lourival Brasil. Os membros da comissão reforçaram a importância da estrada Lima Duarte/ Ibitipoca e da implantação do parque para que o Estado tomasse a “posse definitiva” das terras de Ibitipoca, incentivando o desenvolvimento econômico da região a partir de seu uso turístico:

Com esta providência, resolverá ainda o Governo do Estado dois problemas naquela região: incentivará o turismo na Serra de Ibitipoca, onde existem grutas maravilhosas situadas em deslumbrante clima alpino, e, ao mesmo tempo, tomará o Estado a definitiva posse de sua fazenda ali existente, cuidando, assim, de sua administração efetiva (COMISSÃO DE ECONOMIA DA ALMG, *requerimento nº 793 de 27/06/1973*)²⁵⁹.

²⁵⁷ Discurso proferido pelo Dep. Lourival Brasil em 27/06/1973, na Sala das Reuniões/ Comissão de Economia da Assembléia Legislativa de MG, encaminhando ao presidente da Assembléia o requerimento nº 793 (Solicita construção de rodovia ligando Lima Duarte ao Parque Florestal do Ibitipoca). Minas Gerais, *Diário do Legislativo*, Belo Horizonte, p.2, 29 jun. 1973.

²⁵⁸ Há relatos a indicar que Lourival Brasil teria ido por diversas vezes visitar a Serra de Ibitipoca.

²⁵⁹ COMISSÃO DE ECONOMIA DA ALMG. Composta pelos Deputados: LOURIVAL BRASIL; VASCONCELOS, Fábio; ABI-AKEL, Ibrahim; COSTA, Manoel; ASSAD, Mário; SOUTO, Humberto. Requerimento nº 793 encaminhado pelos deputados da Comissão de Economia da ALMG ao presidente da Assembléia Legislativa de Minas, em 27/06/1973. *Minas Gerais, Diário do Legislativo*, Belo Horizonte, p.2, 29 jun. 1973.

Percebe-se, pois, no processo de criação do Parque do Ibitipoca, a hipertrofia das intenções econômicas sobre as socioambientais. Pouco importava se a implantação do parque se daria às custas da suplantação das terras de uso camponês. Mediante os documentos consultados, os verdadeiros interesses da elite política de Lima Duarte sobre o Parque tornam-se difusos e contraditórios. Indiferentes à população serrana que eles deveriam representar em seus gabinetes e parlamentos, os políticos queriam um parque que trouxesse ativos econômicos para o município de Lima Duarte.

A cidade de Lima Duarte participa com orgulho da nova mentalidade de integração no processo de desenvolvimento da Zona da Mata. Sendo mais um dos municípios que compõem a “Micro Região do Vale do Paraibuna”, assume seu papel formador de um mecanismo desenvolvimentista, dinâmico [...] espera agora, em Aureliano Chaves²⁶⁰, a abertura de novas frentes de trabalho. [...] A grande esperança da cidade consiste no aproveitamento – com vistas ao TURISMO – do milagre que é o PARQUE FLORESTAL DA SERRA DE IBITIPOCA. Com todo seu potencial natural, numa época de carência de ar puro e de paisagens, de vegetação, de luta pelo meio ambiente IBITIPOCA é um convite de retorno às origens. Em breve estará concluído o asfalto – Estrada Juiz de Fora/ Lima Duarte continuando as obras até o Sul de Minas – uma outra esperança realizada. Por tudo isto, LIMA DUARTE sai de um silêncio passivo para um acordar de muitas realizações (PMLD, *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, p.7, 07 out. 1974)²⁶¹.

Intencionalmente, a camada social dominante de Lima Duarte abria espaço para a implantação de infra-estrutura turística no parque, concebendo-o enquanto ativo econômico regional num contexto em que a produção agrícola do município declinava²⁶², sentindo os efeitos da chamada “modernização conservadora” da agricultura nacional.

Os obtusos interesses dos políticos de Lima Duarte sobre os destinos que seriam dados à Serra se desdobraram numa série de conflitos em torno do uso e da gestão dos

²⁶⁰ Referência ao então governador de Minas em 1974, Aureliano Chaves.

²⁶¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE (PMLD). Recorte de divulgação do município de Lima Duarte publicado no *Diário Mercantil* em 07/10/74, ao lado de uma reportagem assinada por Isabel Cristina Mauad sobre o Parque do Ibitipoca. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, p.7, 07 out. 1974. (Recorte patrocinado pela Prefeitura Municipal de Lima Duarte e assinado pelo então prefeito Liandyr de Paula Guimarães e pelo Presidente da Câmara Hilton de Paiva).

²⁶² O declínio da produção agrícola nesta região, no início da década de 1960, pode ser verificado na seguinte fonte: “Com o desenvolvimento técnico, decaiu a influência da antiga aristocracia rural latifundiária e a riqueza passou a ser criada nos grandes centros urbanos industriais [...]. O agricultor, sobretudo o pequeno proprietário, vê-se a braços com questões difíceis, tais como a falta de assistência e orientação técnica; falta de financiamento para aquisição de maquinaria para mecanização da lavoura, sementes, adubos, forragem, reprodutores; deficiência de comunicações para transporte aos centros urbanos de sua produção; especulação dos intermediários, etc. [...]. Decaindo os recursos locais, muitos deixam os campos, ocasionando o êxodo rural, mesmo em famílias tradicionalmente ligadas à vida campestre. Para o pequeno proprietário, a agricultura não mais compensa nem mais enriquece, à exceção da pecuária” (DELGADO, 1962, p.69).

recursos do distrito de Conceição de Ibitipoca. Criava-se, simultaneamente, por parte da população rural de Ibitipoca, um sentimento de revolta para com a sede do município. Refém do contexto político engendrado pela criação do parque, a população de Ibitipoca se articula politicamente em torno de uma pauta de reivindicações e protestos. Em meados da década de 1980, essas tensões culminaram no movimento pró-emancipação do distrito de Conceição de Ibitipoca – o qual, ainda hoje, congrega fôlego político.

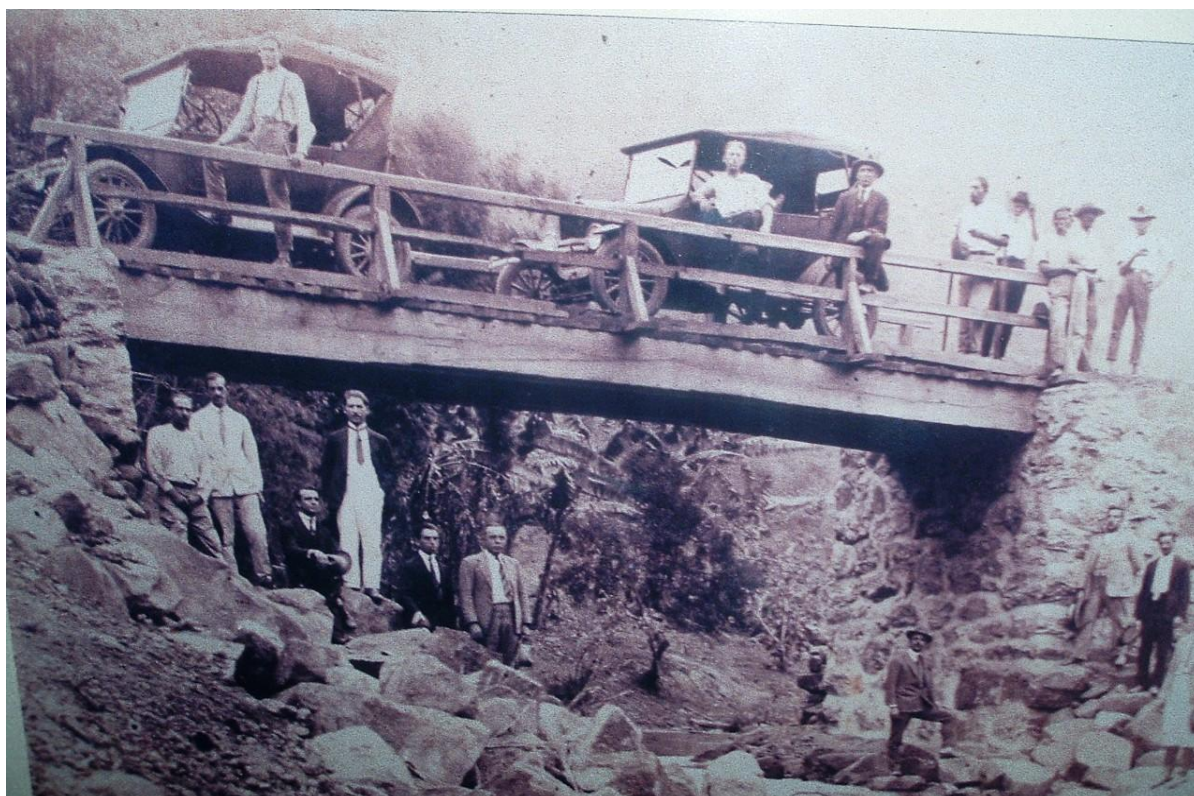


Fig. 17: A caminho da Serra. Retrato comemorativo da conclusão das obras da primeira ponte da estrada Lima Duarte – Ibitipoca (1927). Construída com o objetivo de ligar Conceição de Ibitipoca à sede do município, facilitou a passagem de tropas, exploradores e aventureiros. Os Ford's 27 recém-fabricados sequer alcançaram o sopé da Serra devido às condições precárias dos trechos seguintes. Em destaque sobre as pedras, logo abaixo do carro da esquerda, o presidente da Câmara Municipal Nonimato de Paiva Duque, vereador entre 1923 e 1930. O primeiro veículo a subir até Ibitipoca, um caminhão, o fez numa situação de emergência e caos: foi em 1937, durante um surto de febre amarela na Serra, quando dezenas de pessoas vieram a falecer. Na ocasião, a população foi vacinada à força. A estrutura de pedra desta ponte existe ainda hoje e compõe a principal via de acesso dos turistas, porém sua superfície atual é recoberta por concreto. Fonte: Entrevista com Hélio Duque (83), filho de Nonimato, 05/08/07. **Fonte iconográfica: Acervo familiar / Hélio Duque. Autor: Fotógrafo lambe-lambe desconhecido, 1927. Imagem original digitalizada e editada por Bruno Bedim, abr. 2007.**

5.5 – TERRAS PARA QUEM? DEVOLUTAS POR QUÊ ?

Como o relatório da Secretaria de Agricultura elaborado por Guaracy Duque Catão e sua comitiva foi produzido meses antes da instituição do Estatuto da Terra²⁶³ pelo regime militar, o termo “terras devolutas” presente nesse relatório de 1964 remonta à lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 – a chamada Lei de Terras, que definiu todas as terras devolutas do Brasil como propriedade do Estado²⁶⁴. Esta lei sujeitou a ocupação de terras à compra e venda, sendo este o único caminho possível para que alguém se tornasse proprietário territorial a partir de 1850. De acordo com Martins (2004, p.122), tal regra jurídica tornou as terras acessíveis apenas aos possuidores de dinheiro²⁶⁵, legitimando, desde então, “o capital como o mediador na aquisição da propriedade territorial”.

Segundo Motta (1998, p.469), a expressão “terras devolutas”, a princípio, se referia às extensões territoriais não cultivadas e que, por esse motivo, foram devolvidas aos domínios da Coroa. Paulatinamente, contudo, o termo passou a ser utilizado também para referir-se às “terras livres, em tese não ocupadas, que, uma vez discriminadas, tornar-se-iam parte do patrimônio do poder público”. Foram esses os pressupostos jurídicos que permitiram ao Estado de Minas Gerais se apropriar das terras de Ibitipoca em meados dos anos 1960. É válido destacar que, ainda hoje, a noção de “terras devolutas” apóia-se nos parâmetros definidos pela Lei de Terras de 1850²⁶⁶.

As concepções de propriedade fundiária expressas tanto na Lei de Terras de 1850 quanto no Estatuto da Terra de 1964 ignoram a propriedade comunal da terra e sua funcionalidade à reprodução camponesa – parâmetros legais que possibilitaram ao Estado tomar a Serra Grande como propriedade e lá instituir o Parque Estadual do Ibitipoca – um parque criado de forma unilateral, por decreto, sem indenizar ninguém ou justificar a outrem sobre a desapropriação e usurpação dos direitos históricos de uso da terra – mesmo porque o poder público, apoiado na legislação vigente, se negou a reconhecer tais direitos.

²⁶³ Instituído durante a ditadura militar, o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) regulou os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

²⁶⁴ De acordo com o Arquivo Público Mineiro (2005), a Constituição da República do Brasil de 24 de fevereiro de 1891 atribuiu ao Estado a propriedade e a responsabilidade das terras devolutas.

²⁶⁵ Desde então, o acesso à terra foi dificultado, enfraquecendo a autonomia de produção dos homens livres pobres e reestruturando, sobremaneira, o quadro agrícola escravista-colonial.

²⁶⁶ De acordo com a Lei de Terras de 18/09/1850, as Terras Devolutas são aquelas em que “não se aplica algum uso público” ou que não se encontram sob domínio particular; ou ainda, as terras que não foram dadas por sesmarias ou não se acharem ocupadas por posse (BRASIL, 1850).

Dessa forma, o camponês de Ibitipoca desde o início esteve à margem do processo de criação do parque, o sujeito que estava ali mas que, para o Estado, era como se não estivesse. Quando muito, os camponeses apareciam vez ou outra nos documentos apenas a título cautelar, como uma possível ameaça aos interesses estatais.

Quanto à caracterização das terras de Ibitipoca enquanto “terras devolutas”, eis alguns questionamentos possíveis: Por que até a segunda metade do século XX as terras de Ibitipoca não haviam sido incorporadas numa estrutura socialmente reconhecida de propriedade? Por quais razões a Serra Grande não tinha “dono” até então? Depositam-se aí futuros temas de estudos e debates a serem explorados por outros pesquisadores.

O fato é que havia, na Serra de Ibitipoca, uma considerável extensão de terras sem registro – o que se tornou objeto de disputa entre a Igreja Católica e o Estado ao longo da primeira metade do século XX. Como já demonstrado no capítulo intitulado “Memórias da Serra Grande”, a Igreja era uma das únicas forças ideológicas a coagir diretamente sobre as mentes camponesas de Ibitipoca. Desse contexto, uma estratégia possível para que a Igreja tomasse posse daquelas terras foi a construção de imóveis na área, incluindo uma capela e duas casas²⁶⁷. Outra materialização do poder católico na Serra Grande é o cruzeiro construído em 1943, por iniciativa do pároco Carlos Otaviano Dias. Mas, de acordo com vários entrevistados, havia ainda um estranho interesse econômico de um outro padre sobre a área, na primeira metade do século XX – o padre Henrique Guilherme da Silva, vigário de Lima Duarte entre 1926 e 1937:

A Capela do Pião, eu me lembro dela... era beirando o Paredão, de frente pra Lima Duarte. Era pequena, na baixada da Igreja, onde tem um capãozinho de mato, ali tinha uma casa. Um padre de Lima Duarte construiu a capela, o padre Henrique... ele tinha uma família, morava em Lima Duarte e vinha fazer festa aí. Era uma casa de dois andar, de madeira, e um fazendeiro – Tadeu Miranda de Andrade – fez uma [casa] em baixo, já de tijolo...meia-parede com ele, no andar de baixo. Mas aí ele morreu e aquilo acabou. O povo usava lá pra fazer oração, **o padre fazia festa pra faturar dinheiro, porque ele tinha família, tinha despesa e não podia sustentar a família com o dinheiro da cúria...** Ela [a capela] destruiu porque naquele tempo usava pouco cimento....fizeram com massa branca, massa crua e ela não agüentou. O meu irmão caçula nasceu em 1932, e ele foi crismado lá, com uns 10 anos de idade. O bispo até veio aí... **Mas o padre usava aquilo lá de meio de vida... ele fazia festas lá de três ou quatro dias, pra uma multidão de gente... rezava missa, o povo vinha pagar promessa pra Bom Jesus na Serra e o padre aproveitava! O padre era destemido no negócio: dava pensão lá na casa, fazia baile...** O povo fazia uma ruazinha de barraca feita a ramo.

(Agricultor aposentado, 81).

²⁶⁷ Uma das casas era anexa à outra; elas tinham uma das paredes em comum, como divisória. Por isso que, nos relatos, geralmente aparece referência a uma única construção: “... lá só tinha uma casa, uma igrejinha no pico curto [Pião] e um padre de Lima Duarte que vinha celebrar...celebrava aí, fazia festa aí, ficava dois, três dia fazendo festa. Já viajei em todos lado daqueles lá” (Lavrador Aposentado, 73). Uma casa pertencia à Igreja; a outra, a um fazendeiro da região.

Por volta de 1932/3 a Igreja demandou a posse das terras devolutas da Serra de Ibitipoca, as quais estavam sob pleito do Estado²⁶⁸. De acordo com esta versão, o Estado teria vencido o processo, se apropriando assim das terras onde posteriormente seria implantado o Parque. Deste contexto, o pároco de Conceição de Ibitipoca, Carlos Otaviano Dias²⁶⁹, teria reivindicado, sem sucesso, a propriedade das terras devolutas para a cúria de Juiz de Fora.

A partir de 1937, com a morte do vigário Henrique Guilherme da Silva, a Capela do Pião caíra em abandono, e as festas não mais aconteceram. Entre 1938 e 39, sua estrutura começa a ruir, ocasionando o desabamento parcial do telhado. Em 1940, a imagem de Bom Jesus da Serra descera para o arraial do Mogol, numa procissão até hoje lembrada por uma camponesa deste povoado. Segundo a tradição oral que ouvira de seus antepassados, a Capela do Pião teria sido construída no início do séc.XX, “no ano de uma guerra forte”. Nossa hipótese é de que se tratava do período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Anualmente, sempre no mês de agosto, havia na Serra Grande a Festa do Senhor Bom Jesus, reunindo todas as comunidades rurais da região. Há relatos de entrevistados que contabilizam aproximadamente 2 mil pessoas nessas celebrações, muitos dos quais acampavam nas grutas ao redor do Pico do Pião.

Quando tinha a Igrejinha na Serra Grande... – ainda lembro do padre que fez a promessa no ano de uma guerra forte. Ele fez a promessa, mandou fazer a igrejinha e trocou o Senhor Bom Jesus e levou o daqui pra Serra. As festas lá a gente sempre freqüentava, porque o meu pai era assim: tudo que tinha de festa aqui ele gostava de acompanhar. No ano que ele [o padre] foi cumprir a promessa, foi uma coisa que ninguém aqui no Mogol tinha visto: ele pediu até o exército para acompanhar... porque era ano de guerra... Ele levou o santo, queria benzer e fazer aquela festa... levou músico, mas foi uma festa de multidão de gente mesmo! O padre veio muito preocupado, era o ano de uma guerra muito forte, então ele trouxe o exército de Juiz de Fora. Em 1940 é que construiu a capela daqui [do Mogol] para abrigar o santo depois que a capela caiu. No ano que eu me casei, no fim desse ano não teve festa mais... Em setembro, outubro ou novembro de 37 o padre Henrique morreu. Ele gostava aqui do Mogol, das festa... **Mas depois ele [o Padre Henrique] morreu, e depois que ele morreu a Serra ficou abandonada. Porque foi aquele negócio, o governo já tinha tomado a Serra.** A gente ia lá buscar ruivinha, macela, esses ramo assim... gostava de ir lá passear com minhas filha e minhas colega. Depois que o padre morreu a Serra ficou isolada. Depois é que o governo se interessou por lá, fez parque e cercou tudo. Mas aqui era aquele lugar, um terreno sem dono, né. Então era o lugar de todos nós.

(Lavradora aposentada, 88).

²⁶⁸ A tradição oral, contudo, traz indícios de que um padre regional, Mário da Silva Brasileiro, vigário de Lima Duarte no período 1940-42, teria repassado as terras da Serra para o Estado, o qual lá prometeu construir uma cidade. Segundo relatos, o padre “colocou o parque no Estado [...] então ele pôs ela (Serra Grande) lá no Estado, este padre, porque ele tinha a intenção de o Estado fazer uma cidade lá. E essa cidade nunca saiu... [...] o Padre Mário passou ela pro Estado pro Estado fazer uma cidade lá. E você já pensou se o parque fosse uma cidade? Que beleza que era né...” (dona-de-casa aposentada, 65 anos).

²⁶⁹ O pároco Carlos Otaviano Dias (1876-1966), natural de Itapeçerica (MG), foi vigário de Conceição de Ibitipoca entre 1907 e 1966, onde teve três filhos.

O fato de a Capela do Pião ter sido construída e inaugurada anos antes do nascimento da entrevistada não desqualifica o seu depoimento. Muito pelo contrário: o fato de a lavradora inserir-se na narrativa como se tivesse participado da primeira celebração na Capela reforça a sua identificação para com os significados desse acontecimento que, na sua história de vida²⁷⁰, incorpora um tempo-espaço diferenciado. A cerimônia de inauguração da Capela do Pico do Pião é, pois, um episódio que a entrevistada viveu “por tabela”. De acordo com Pollak (1992, p.2), os acontecimentos “vividos por tabela” integram os elementos constitutivos da memória – são aqueles acontecimentos vividos pelo grupo ou coletividade à qual a pessoa se sente pertencer, muito embora o próprio indivíduo não os tenha presenciado. Os episódios que envolvem a cerimônia de inauguração da Capela do Pião estão atrelados, então, à memória coletiva partilhada pelos moradores do Mogol quase que como uma herança, um patrimônio socializado pelo grupo que é transmitido ao longo das gerações com elevado grau de identificação. Segundo Portelli (1996, p.121), “uma história se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual (factual ou não), transformando-o na formalização simbólica e narrativa das auto-representações partilhadas por uma cultura”. As simbologias conferidas à Capela do Pião e aos rituais a ela subjacentes, nesta perspectiva, atribuem certo valor existencial e social aos episódios recordados.

O cruzamento entre as fontes orais e documentais pesquisadas indica que a construção da Capela do Pico do Pião foi um ato simbólico que teve por objetivo pedir/rogar pelo fim da Primeira Guerra Mundial: uma promessa que os camponeses da região realizaram no sentido de expandir a bênção da paz pelo mundo. No imaginário popular, as orações deveriam ser entoadas no alto da Serra por dois motivos principais: **i)** uma maior proximidade com os céus; **ii)** um melhor efeito de propagação da graça divina pelas redondezas – *“quanto mais alto, maior o alcance da sua reza”*.

Torna-se um desafio reconstruir os componentes que permeiam a disputa entre Estado e Igreja sobre as terras devolutas da Serra, tendo em vista a aleatoriedade e escassez da documentação produzida. Pouca atenção tem sido despendida para se analisar a história de Ibitipoca. Entre as fontes possíveis, além dos registros consultados em cartório e dos

²⁷⁰ Interessante salientar que a entrevistada correlaciona certos “fatos” que envolvem a história da Capela do Pião aos episódios de um determinado período de sua própria trajetória individual (como a data de seu casamento). Neste sentido, a agricultora entrevistada estabelece um grau de identificação tão alto com os acontecimentos narrados que não os desvincula de sua própria vida privada.

relatos orais dos próprios moradores da Serra, há ainda algumas reportagens (vez ou outra) publicadas em jornais:

No pico do Pião, estão as ruínas de uma pequena capela que há mais de meio século o padre Henrique Guilherme da Silva construiu e onde desejou ardentemente passar o resto da vida. Mas logo se acirrou a disputa da área entre a Paróquia e o Estado, que acabou vencendo, e o padre deixou o lugar (O GLOBO, 20/06/1973, p.4)²⁷¹.

A decisão de criar o parque estadual não foi bem recebida por todos. O Estado teve que enfrentar a Igreja, que se dizia proprietária daquele terreno. Na versão de Seu Jacinto²⁷², porém, a intenção dos religiosos era apropriar-se das terras devolutas, o que acabou não acontecendo (TRIBUNA DE MINAS, 1996, p.13).

Além de garantir a extração de parte da produção excedente dos camponeses via pagamento de dízimos ou pelo dinheiro arrecadado nas festas que aconteciam no Pico do Pião, a Igreja estrategicamente concentrou num dos cumes da Serra de Ibitipoca seu poder simbólico, transformando a Capela de Bom Jesus da Serra e suas grutas adjacentes num oportuno ponto de encontro (e consumo) das diferentes comunidades da região: Conceição de Ibitipoca, Rancharia, Olaria, Moreiras, Vermelho, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Bias Fortes, Colônia, São José dos Lopes, Santana do Garambéu, Bom Jardim, Pinhal, etc. Em termos estratégicos, a Serra de Ibitipoca se apresentava, assim, como monumento configurador regional.

O Estado de Minas Gerais, contudo, confrontava as intenções e interesses da Igreja pela Serra. No entendimento do Estado, aquelas terras lhe pertenciam. Mas a legislação agrária vigente no Brasil à época não necessariamente conferia ao Estado a propriedade automática e o domínio absoluto das terras devolutas. Na visão de alguns autores, caberia ao Estado comprovar a propriedade das terras por ele reivindicadas.

Para alguns, o Estado é um proprietário como outro qualquer e deve seguir as normas relativas à prova de sua propriedade. Nesse sentido, aquele que alega tem a obrigação de provar a veracidade de sua alegação. Além disso, o fato de que a terra em questão não está registrada no Registro de Imóveis como particular não significa que ela seja automaticamente uma propriedade pública (MOTTA, 2005, p.470).

²⁷¹ O GLOBO. Projeto transforma Serra e cria parque para desenvolver turismo. *Caderno Turismo, O Globo*, Rio de Janeiro, p.4, 11 a 20 jun. 1973.

²⁷² Nesse trecho, o jornal faz referência ao Sr. Jacinto da Cunha Lage, funcionário aposentado da Secretaria de Agricultura e administrador do parque (1964-84).

Assim, a análise sobre o processo de criação e implantação do Parque do Ibitipoca encerra num complexo jogo de forças no plano local, na fronteira abstrata entre o que é legal e o que é justo. O Estado se apropriou das terras, o Estado decretou a eventual “legalidade” do seu domínio. Mas pode o Estado decretar a propriedade sobre algo que até então, em termos legais e históricos, não lhe pertencia?

Uma população camponesa carente de recursos financeiros e com acesso limitado à formação educacional dificilmente teria ao seu alcance os mecanismos legais que fizessem valer seus direitos históricos eventualmente adquiridos. E, mesmo que moralmente fizessem jus ao domínio de tal território, em termos “legais” o aparato jurídico elitista lhes desautorizaria reivindicar o usucapião de terras devolutas. Apesar de não deterem os registros dessas terras, os camponeses de Ibitipoca eram delas posseiros, aqueles que praticavam a posse coletiva da Serra Grande – os que faziam um uso efetivo de determinada porção territorial sem, contudo, serem seus donos, sem deterem um título legal de propriedade. A posse é simbólica, está atrelada à produção da vida camponesa, não à produção de trâmites burocráticos nos cartórios.

Deste contexto, levantamos aqui um ponto de questionamento: De acordo com Grynszpan (2005, p.374), a legitimidade da posse sobre uma terra requer que a mesma seja habitada e cultivada. Ocorre que os camponeses de Ibitipoca habitavam o entorno das terras em questão, morando em suas adjacências e não no seu interior. A Serra Grande, segundo a tradição camponesa, deveria ser morada única e exclusivamente de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, o “altar da santa”. Os seus devotos e guardiões, por sua vez, deviam se recompor no sopé da Serra e olhar pelas terras da Virgem. Se, por um lado, a posse era o único laço jurídico que os prendia à terra, o sentido de lugar e a devoção religiosa configuravam o laço cultural necessário ao seu domínio e uso comunal.

Com relação aos cultivos, pode-se inferir que os mesmos existiam sim, muito embora os solos²⁷³ do maciço quartzítico não favorecessem sequer o plantio de um grão de cereais que seja. Ocorre que, apesar de não haver plantio direto de gêneros alimentares, as

²⁷³ Em relação à composição dos solos do parque e sua respectiva correlação com a vegetação natural que eles suportam, Dias et al (2002, p.777) constata que “em cada ambiente a vegetação associada é fortemente condicionada pela profundidade do solo e pelo tempo de permanência de água no sistema. Os ambientes de mata, tanto sobre xistos quanto sobre quartzitos, sofrem menor estresse hídrico, seja por melhores condições físicas do solo e maior retenção de água, seja pela presença de ambiente mais ombrófilo e úmido, como nas Grotas. Os geoambientes florestados possuem concentrações de P e K mais elevadas do que nos ambientes campestres abertos. No geoambiente de Mata Baixa com Candeia, a pobreza química do substrato parece ser o impedimento à ocorrência de uma floresta mais densa. Os Campos de Altitude ocorrem nas altitudes mais elevadas no PEIb, sendo desenvolvidos sobre solos mais profundos do que sob campos rupestres, onde há freqüente exposição da rocha ou solos muito rasos”.

matas altimontanas e as pastagens dos campos de altitude estavam sob um complexo sistema de manejo que envolvia a produção direta dos meios de subsistência daquela população. Por conseguinte, os recursos naturais do parque outrora se submeteram a um controle pelo trabalho humano, a um cultivar que propiciava as condições necessárias ao crescimento de novas pastagens, à renovação periódica dos campos de altitude, ao manejo do fogo articulado com o ciclo das águas na natureza; ao trabalho do homem a transformar o “mundo natural” e a si próprio; ao acréscimo de formas de racionalidade aos processos ecossistêmicos da Serra. O uso desses recursos por várias gerações reforça os argumentos pela eventual legitimidade de sua posse.

Como já demonstrado no capítulo anterior, são várias as evidências empíricas que demonstram que o atual território do Parque Estadual do Ibitipoca foi, de fato, uma terra antes ocupada por um dado grupo camponês. Entre as contraprovas, incluem-se até mesmo os documentos do próprio Estado – como o relatório de 1964 elaborado pelos funcionários da Secretaria de Estado da Agricultura, e ainda, algumas reportagens²⁷⁴ e relatos de viagem, como também os depoimentos orais e o material iconográfico que registram os usos agropastoris e os rituais religiosos praticados na área.

Quanto às constatações empíricas materialmente constatáveis hoje, bastará adentrar algumas das furnas de Ibitipoca para lá encontrar ossadas de bovinos e eqüinos. Ou, então, bastaria subir ao Pico do Pião e se deparar com as ruínas²⁷⁵ da Capela de Nossa Senhora do Bom Jesus e as respectivas reminiscências dos alicerces das duas casas outrora construídas em suas adjacências – alicerces estes localizados numa baixada logo abaixo do Pico. Ademais, o antigo monjolo instalado nas imediações do rio do Salto ainda hoje empresta seu nome à “Gruta do Monjolino”. A cruz do Morro do Cruzeiro – inicialmente soerguida em 1943 – também comprova os usos pretéritos (e atuais) da área. Mais que belezas naturais, o Parque Estadual do Ibitipoca é um sítio histórico e arqueológico a ser “redescoberto” por pesquisadores e turistas.

²⁷⁴ Destacamos, entre as matérias jornalísticas produzidas, uma reportagem do Jornal O Globo (1973), e ainda, um suplemento especial publicado pela Tribuna de Minas (1996).

²⁷⁵ “Então a gente passeava, ia pra lá andando, né? Os ponto bonito lá no Pião né... Lá em cima no Pião é os escombros de uma igreja velha, né. Então tinha festa lá uai, tinha festa no mês de agosto. Hoje não tem mais quem conta essa história, existe só um ou outro aí que ainda pode contar a história das festas de lá” (Agricultor aposentado e dono de um camping, 73).

Dúvidas sobre a Serra? Perguntem aos camponeses; talvez eles saibam mais sobre o ecossistema do parque do que muitos acadêmicos ou até mesmo que o próprio órgão gestor. Há um patrimônio cultural, um saber tradicional acumulado inerente à interação homem-natureza estabelecida nos usos da Serra Grande pelo camponês. A ciência é uma forma de conhecimento; há outras – e entre estas se incluem os sistemas de manejos ecossistêmicos praticados por grupos camponeses.

Com a implantação do parque, dissolvia-se a garantia de acesso comunal àquelas terras; desde então uma parcela considerável das pastagens de invernada fora subtraída das bases materiais de existência daquele grupo social. A demarcação do parque denotou, assim, um processo de monopolização territorial por parte do Estado.

Vale expor aqui alguns motivos que nos levam a caracterizar o grupo camponês da Serra como sendo portador de traços que o definiriam como *população tradicional*. Diegues (2002, p.82) ressalta que embora não haja um consenso acadêmico sobre a significação e utilização conceitual dos termos *populações nativas* ou *tradicionais*, há uma maior aceitação da utilização das expressões *povos nativos*, *populações tradicionais* ou *culturas tradicionais* para designar as populações que vivem em áreas geográficas particulares e cujo modo de produção está vinculado à *pequena produção mercantil*, possuindo “forte ligação com territórios ancestrais, auto-identificação e identificação pelos outros como grupos culturais distintos, linguagem própria e sistema de produção voltados para a subsistência”. Essas populações desenvolveram, segundo o autor, uma relação de conhecimento do ambiente natural em que vivem, construindo um etnoconhecimento baseado no uso de ervas medicinais e práticas curandeiras:

Cura é a natureza é que cura, os remédios são vegetais. Aqui o que o povo cuida mais é das ervas, das antigas. As mães de família criavam os filhos todos com ervas da horta. Azeite passava no papel e passava nas costas pra não dar resfriado, pra não dar pneumonia. O papel passava azeite de mamona de um lado e do outro, esquentava no fogo [...] Era puro chá, só chá. Era alfazema, puejo, fruta de lobo. Quando aparecia a coqueluche não tinha remédio, aí as mãe levantava de madrugada com os filho e ia pros campo, levantava os animais, as vaca que tava deitada, boi, o que estivesse deitado nos campo, deitava e rolava as criança no calor da criação. [...] Voltava melhor, tossia menos... (lavrador aposentado, 79).

Conforme Enrique Leff (2000, p.112), a apropriação dos recursos naturais por grupos camponeses se dá a partir da intersecção de um conjunto de valores culturais que definem e são definidos pelas práticas produtivas das diferentes formações sociais, abrangendo desde a significação social dos recursos naturais disponíveis – simbolização do

ambiente de vida – incluindo ainda práxis de manejo e formas não-convencionais de organização econômica. Assim, “a organização cultural de uma formação socioeconômica é um tecido de valores, de formações ideológicas, de sistemas de significação, de práticas produtivas e de estilos de vida, num contexto geográfico e num dado momento histórico”. A cultura camponesa, por sua vez, orienta e é orientada pela forma de uso dos recursos, denotando diferentes sistemas sociais de relações de produção.

De acordo com os critérios de Diegues e Nogara (1994, p.96), no período precedente ao turismo podem ser observadas na população de Ibitipoca as seguintes características das chamadas culturas tradicionais:

- ◆ sistema de produção baseado em atividades de subsistência;
- ◆ reduzida acumulação de capital;
- ◆ noção de território no qual o grupo camponês se reproduz econômica e socialmente;
- ◆ ocupação desse território por várias gerações – no caso de Ibitipoca, há mais de 2 séculos que alguns troncos familiares daquela população camponesa se encontram estabelecidos na Serra;
- ◆ pouca representatividade política;
- ◆ auto-identificação de seus membros enquanto pertencentes àquele lugar e àquele determinado grupo social;
- ◆ reconhecida importância da unidade familiar, doméstica e das relações de parentesco e compadrio no que tange à prática das atividades econômicas e socioculturais;
- ◆ “modo de vida” construído a partir de relações intensas com os recursos naturais e estratégias de uso destes.

Somar-se-á a estas caracterizações o fato de a população estudada possuir uma linguagem própria, identificada pelo uso da “variante não-padrão” da língua portuguesa e

pautada, segundo Resende (2003), em traços de conservação de seu dialeto rural²⁷⁶. Neste sentido, pode-se considerar a população camponesa da Serra de Ibitipoca – principalmente no período que precedeu à criação do parque – como portadora de traços característicos *de cultura tradicional*, uma vez que seus membros estavam inseridos em atividades econômicas de pequena escala que engendraram modos próprios de organização social, simbologias, mitos e ritos de sacralização do seu território serrano – os quais se encontravam diretamente vinculados ao tempo cíclico e às condições do ecossistema envolvente.

De acordo com a Lei Federal nº 9985/2000, que institui o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação – tratam-se de “grupos humanos culturalmente diferenciados vivendo há mais de três gerações em determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para a subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável” (BRASIL, 2000). No que tange à legislação ambiental, o Brasil possui atualmente uma das elaborações jurídicas mais avançadas do mundo, a qual, a partir de 2000, consolidou a incorporação das populações locais na perspectiva da conservação²⁷⁷. Contudo, o fato de essa legislação inexistir na década de 1970 corroborou para que inúmeros grupos camponeses fossem cerceados de seus direitos históricos de ocupação e uso destes territórios. Ademais, entre a ciência das leis e a realização prática do que os seus artigos e regulamentos dispõem, há um desafio e um fosso historicamente instituído a partir de ações pretéritas de expropriação social, desapropriação de terras, restrições no uso do solo, etc. – o qual deve ser reconhecido, assimilado e superado pelas atuais e futuras gerações de gestores das Unidades de Conservação, no sentido de zelarem não apenas pela proteção dos elementos físico-bióticos das áreas protegidas, mas também pela conservação dos atributos culturais das populações humanas que lhes subjazem.

²⁷⁶ “...entre os falantes nativos de Conceição de Ibitipoca, analfabetos ou com baixo grau de escolaridade, a não aplicação da regra variável é quase categórica. Acreditamos que, pelas condições sócio-históricas da formação dessa comunidade de fala, seja freqüente, desde tempos mais remotos, o uso da variante não-padrão da língua portuguesa. Nesse sentido, julgamos que a regra sintática desses falantes ainda apresenta o traço conservador do seu dialeto” (RESENDE, 2003, p.147).

²⁷⁷ BRASIL. *Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Dispõe sobre o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <<http://www.ibama.cjb.net>>. Acesso em fev. 2006.

5.6 – PREENCHENDO COM TURISTAS O LUGAR DO CAMPONÊS

Enfim, o Parque de Ibitipoca. A porteira, trancada de arames por todos os lados, foi aberta (qualquer pessoa pode abri-la para visitar o parque), e o carro dá partida. (MAUAD, 1974, p.7).

Em termos “legais”, o parque é hoje uma das poucas Unidades de Conservação de Minas que possui sua situação fundiária regularizada, uma vez que os camponeses que compartilhavam o uso daquela área não possuíam registro legal de propriedade, sendo, portanto, consideradas terras devolutas pelo Estado. Tais terras foram assim incorporadas ao patrimônio do Instituto Estadual de Florestas (MG), ficando, a partir de 1965, sob a administração e jurisdição desse órgão.

Segundo a tradição local, contudo, as terras de Ibitipoca pertenciam à “santa”, à Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca, e teria sido doada a ela pelos índios que habitavam a região, motivo pelo qual a população local fazia uso comunitário da chamada “Serra Grande”. Tais representações não significam que essas terras eram “inproveitadas” – como equivocadamente interpretou o Estado – mas sim que, com relação a este território específico, inexistia o princípio da propriedade privada. O camponês de Ibitipoca, não tendo propriedade legal de nada, podia se apropriar de tudo. A Serra Grande era terra de apropriação coletiva, prática espacial e cultural espoliada com a demarcação do Parque Estadual do Ibitipoca. Lugar de reza e devoções populares; lugar da coleta; lugar da festa; lugar do extrativismo; terra para a engorda e internada do gado bovino, cuja recria era o principal meio de se realizar a acumulação nessa área.

O Estado, por sua vez, apropriou-se privadamente da Serra Grande; demarcou nela um território a que chamou de parque; divulgou suas belezas na mídia nacional e assim endereçou uma terra de uso camponês às demandas dos turistas urbanos, estimulando sua visitação e uso público. Um parque criado para o turismo; um parque concebido no âmbito da Comissão de Economia da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Tal espoliação não se ateu em termos jurídicos. Foi além dos papéis e trâmites burocráticos, materializando-se na construção de um aceiro e na licitação para o soerguimento de uma cerca que demandou 48 Km de arame farpado²⁷⁸, a um custo de

²⁷⁸ Os arquivos do IEF (s.d., p.71-74) revelam ainda que, de acordo com o projeto de sua construção, tratava-se de uma cerca padrão DNER, em mourão de concreto triangular 9 X 9 – distanciamento de 2,00 m, com 04 fios de arame farpado F/14, fixos por intermédio da utilização de arame recozido PG – 7. Finalidade: aumentar a segurança na área. Custo: CZ\$ 26.320.928,27 – o equivalente, na época, a U\$ 98.528,59. Contudo, a empresa contemplada na licitação não concluiu a obra – tarefa esta que foi executada, em caráter excepcional, pelos próprios funcionários (serviços gerais) do parque.

CZ\$ 26.320.928,27 aos cofres públicos. Sua finalidade, segundo o Instituto Estadual de Florestas (s.d., p.71), seria “aumentar a segurança na área”. Ou seja, o próprio órgão público responsável pela gestão dessa Unidade de Conservação desde o início via a população local como uma ameaça.

Sob a égide de um Estado totalitário e seus mecanismos de repressão, as terras da Serra de Ibitipoca deveriam ser “dignas de melhor sorte”²⁷⁹ (leia-se, *exploração econômica*). O “progresso” e o “desenvolvimento turístico” idealizados pela elite política conservadora não poderia esperar. Era preciso retirar imediatamente os rebanhos bovinos para lá atrair milhares de turistas que, aliás, ainda não se sabe se causaram menos impactos que o gado. Que os camponeses carregassem seus bois e suas rezas para outro lugar...

De certa forma, tal perspectiva pode ser entendida como representação de convicções sociais das elites políticas de uma dada época. Revelam, pois, uma dificuldade na aceitação do outro como diferente e igual, o reconhecimento das populações camponesas e suas práticas culturais e socioeconômicas, suas estratégias de manejo dos recursos naturais, suas diversificadas formas de interação ecológica.

A princípio, tal contexto nos remeteu a um julgamento precipitado no sentido de inferir que a criação e uso público do Parque do Ibitipoca poderiam ser entendidos simplesmente como expressão jurídica e espacial da camada dominante. Esse tipo de interpretação, contudo, não deve prescindir da análise de uma evidência empírica que, de certa forma, recompõe em novos termos os eventuais papéis dos “dominados”: Foi a partir da constatação de que as “terras devolutas” de Ibitipoca estavam sendo “invadidas” (leia-se, apropriadas por camponeses) que o Estado mobilizou os mecanismos políticos e legais para conferir à área uma utilização econômica via implantação de um parque. Isto é: apesar de os camponeses terem sido marginalizados no processo de criação do parque, foi somente mediante a possibilidade de o Estado perder tais terras para eles que a elite política da época apressou-se em implantar a Unidade de Conservação. Ou seja: antes legitimar a propriedade estatal das terras pela criação de um parque do que correr o risco de perdê-las mediante uma eventual reivindicação de posse pelos camponeses – eis uma possível tática incorporada pelo Estado. Como se vê, o processo histórico que envolve a criação do Ibitipoca pode sustentar múltiplas interpretações.

²⁷⁹ Catão et al (1964, p.4).

5.6.1 – CONFLITOS DE USO, INTERESSES CONSERVADOS ?

...o Instituto Estadual de Florestas poderá transformar aquela serra, aquele parque, num dos locais de maior atração turística de todo o Estado de Minas Gerais (DEP. LOURIVAL BRASIL, *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, ago. 1973)²⁸⁰.

Mas a presença de turistas pode levar facilmente à deprecação da natureza, o que seria lamentável [...] São fatos assim que nos entristecem e desestimulam (KRIEGER et al, 1973, p.4; 1979)²⁸¹.

De acordo com os documentos que envolvem o processo de criação e implantação do parque, a princípio a preocupação para com a conservação ambiental da área tende a representar um caráter secundário face à expectativa do aparato político do Estado em agilizar a sua apropriação via turismo²⁸². Nota-se, pois, uma preocupação estatal em orientar o uso desse território no sentido do lucro, a partir da otimização de sua exploração econômica pelo turismo; a perspectiva de construção de hotéis; a abertura de novas vias de acesso para os visitantes.

Há indícios históricos de que a expectativa de construção de hotéis dentro do parque gerou inúmeras controvérsias ao longo das décadas de 1970 e 80. De um lado, o Estado pretendia – antes mesmo da criação do parque – melhorar a infra-estrutura de acesso dos turistas à Serra, e ainda, além de hotéis, construir no parque “colônias de férias e de cura mediante a venda parcelada de seus terrenos” (CATÃO et al, 1964. p.3). Tendo em vista tal contexto, e ainda, o eminente potencial turístico a ser privilegiado e explorado pelo Estado – relegando à conservação ambiental um caráter secundário –, o botânico e padre Leopoldo Krieger (1976, p.2) não apenas temia o descaso pela preservação da fauna e flora do parque como atacou, por diversas vezes, a perspectiva do uso turístico da área:

Não vemos com simpatia a idéia de se construir no Parque Estadual de Ibitipoca um hotel de turismo, como se propala. Sou natural de Ponta Grossa, a 20 km do Parque Estadual de Vilha Velha. Conheci este parque antes do turismo. Agora que está à beira do asfalto, é visitado diariamente por centenas e milhares de turistas. Apesar de severa vigilância, a própria empresa de turismo cuida de aniquilar a reserva biológica. Há quiosques, churrasqueiras, escadas e caminhos de cimento, movimento de automóveis, parque infantil, autódromo, etc., tudo dentro do parque.

²⁸⁰ LOURIVAL BRASIL. *Parque Florestal de Ibitipoca*. Discurso proferido pelo Dep. Lourival Brasil na Assembléia Legislativa, relatando a caravana de mais de 50 pessoas, entre jornalistas, representantes do IEF, da Embratur e da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Turismo (MG). Comunicação publicada a posteriori no *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, agosto/ 1973.

²⁸¹ Depoimento de Leopoldo Krieger publicado no *Diário Mercantil*, 09 set. 1979.

²⁸² Neste sentido, ver o relatório do IEF (s.d.).

Os turistas colhem as flores que acham bonitas. Como reserva biológica o parque é uma piada. Permitiremos que a mesma coisa venha a acontecer com Ibitipoca, que na nossa opinião é muito mais interessante, sob todos os aspectos que Vila Velha? (KRIEGER, 1976, p.2-3).

Os conflitos entre a perspectiva preservacionista de Krieger²⁸³ *versus* as intenções econômicas do Estado em explorar turisticamente o Parque do Ibitipoca repercutiram numa série de reportagens polêmicas e controvérsias sobre as dimensões do pretense “uso público” destinado ao parque. Por sua vez, o IEF se defendeu das acusações, alegando que “o turismo em Ibitipoca não prejudica a botânica”²⁸⁴.

Sobre o aproveitamento da Serra para fins turísticos, houve alguma reação. Estudantes de botânica criticavam o interesse do governo estadual em transformar a área de Ibitipoca em local de atração turística. A idéia estava repercutindo negativamente, porque a movimentação de pessoas poderia prejudicar a preservação dos recursos naturais, às vezes já ameaçados pelos caçadores que sempre burlam a fiscalização da Polícia Florestal. (ESTADO DE MINAS. *Melhor agora o Parque Florestal de Ibitipoca. Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, 21/08/1974.*) [Nota publicada com o apoio do IEF].

Tem-se, no episódio que bipolariza o viés preservacionista de Krieger *versus* a “conservação ambiental” proposta pelo IEF, uma colisão empírica de interesses – e ainda, uma antevisão, um anúncio prévio do que seria o embate teórico travado entre antropólogos, geógrafos, engenheiros florestais e biólogos nas décadas seguintes, no âmbito acadêmico – uma forma peculiar de conflito político-ideológico-científico a prenunciar empiricamente o que viria a ser o acirramento do contraste entre a perspectiva de conservação ambiental presente nas obras de Diegues (2002)²⁸⁵, Gomez-Pompa e Kaus (1992) e Castro (2000) *versus* o ponto de vista preservacionista exposto nos textos de Olmos et al (2001)²⁸⁶, Milano (2000) e Fernandez (2000)²⁸⁷ – só para situar alguns exemplos de autores clássicos.

²⁸³ É válido destacar que, após o naturalista Saint-Hilaire (1822), Leopoldo Krieger foi o primeiro botânico a desenvolver estudos sobre a flora de Ibitipoca.

²⁸⁴ ESTADO DE MINAS. Turismo em Ibitipoca não prejudica a botânica. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 22 abr. 1975). [Nota de esclarecimento publicada a pedido do IEF].

²⁸⁵ “A transposição desses espaços naturais vazios em que não se permite a presença de moradores, entrou em conflito com a realidade dos países tropicais, cujas florestas eram habitadas por populações indígenas e outros grupos tradicionais que desenvolveram formas de apropriação comunal dos espaços e recursos naturais” (DIEGUES, 2002, p.13).

²⁸⁶ “Deve-se parar de camuflar como ‘conservação da natureza’ propostas que implicam na manutenção de populações em estado de ‘cultura tradicional’ quando tal cultura se expressa pela extrema pobreza técnica e econômica, e é resultado de histórica dominação socioeconômica e exclusão social, além de acarretar a perda de um patrimônio natural insubstituível” (OLMOS et al, 2001, p.30).

Contudo, uma análise da série histórica dos acontecimentos inerentes ao Parque Estadual do Ibitipoca revela o quão a postura política do IEF foi ambígua em relação ao Parque: de um lado, proibiu os tradicionais usos da área pela população camponesa local, mas, simultaneamente, criou as condições necessárias à presença humana no parque via seu “uso público” pelos turistas – de forma desordenada – maximizando, contraditoriamente, a sua respectiva exploração econômica. O que se tem, no caso, não é nem uma perspectiva “preservacionista”, tampouco a “conservação ambiental” propriamente dita – já que a noção de *conservação* implicaria na incorporação da perspectiva regional no uso público do parque. O que prevalece, na trajetória histórica de criação e uso público do Parque do Ibitipoca, são interesses políticos e econômicos do Estado devidamente conservados.

Retomemos aos acontecimentos que envolvem as interfaces do conflito entre Leopoldo Krieger e o IEF, na década de 70. Em 1973, num relatório, o botânico alemão já havia emitido outras críticas face à possibilidade de construção de hotéis na Serra:

É com certa apreensão que tomamos conhecimento do projeto de construir neste parque um hotel turístico. Verdade é que as belezas naturais da região, as curiosidades geológicas das formações areníticas, especialmente as grutas, os imensos paredões, o famoso Rio do Salto merecem ser vistos e apreciados. Mas a presença de turistas pode levar facilmente à depredação da natureza, o que seria lamentável (KRIEGER et al, 1973, p.4).

Para um botânico que desde a década de 1960 empreendera esforços individuais para pesquisar a flora de um alto de Serra considerado inóspito – sem nenhum incentivo governamental e dependendo quase que exclusivamente de seus próprios recursos e da sua capacidade em mobilizar uma equipe de pesquisa – a súbita imposição de restrições por um órgão público (IEF) que chegara na área a posteriori causou desconforto e indignação. Krieger, por ter chegado primeiro à Serra, resistiu em ver o “paraíso dos botânicos” sucumbir aos interesses econômicos e políticos que o turismo e o IEF representavam.

²⁸⁷ “Hoje o homem é ainda mais destrutivo que no passado, simplesmente em função de seus maiores números e de sua maior capacidade tecnológica para qualquer coisa, inclusive para destruição” (FERNANDEZ, 2000, p.40-41).



FIG. 18 – Krieger em Ibitipoca: Expedições e atritos na memória.

“Três a quatro vezes ao ano costumo ir, com meus alunos, até a Serra, onde ficamos acampados cerca de uma semana, para fins de estudos e pesquisas. Ultimamente, porém, começaram a surgir inexplicáveis atritos, que não sei como iremos contorná-los. Há um guarda florestal de Lima Duarte que se opõe, decididamente, a que permaneçamos ali, embora saiba perfeitamente qual é a nossa intenção e o máximo de cuidado que costumamos tomar em nossas explorações. Ele nos exige uma autorização por escrito para que acampemos e nos proíbe que tiremos qualquer tipo de amostra, por mais insignificante que seja. Acontece que nem ele sabe nos explicar de quem partiria essa autorização e quando vamos a algum órgão competente, para requisitá-la, somos informados de que não é necessária. Conclusão: enquanto não for resolvido esse impasse, não poderemos continuar nossos estudos e nem pretendemos voltar à Serra”.

(Depoimento de Leopoldo Krieger publicado no Diário Mercantil, 09 set. 1979, Juiz de Fora).

Histórico desta fotografia: Após a expedição, Leopoldo Krieger, em agradecimento, enviara a foto para o lavrador e amigo Júlio Fortes (Seu Zuzu), à direita da foto, com uma garrafa na mão, entre dois sacos de plantas coletadas. Seu Zuzu era guia de confiança de Leopoldo durante as expedições na Serra. Em dois relatórios técnico-científicos, o botânico manifesta a gratidão pelo trabalho do guia. Seu Zuzu era reconhecido em toda a região por acumular um saber tradicional sobre os processos ecossistêmicos e sobre os usos das plantas da Serra pela população local. Durante três décadas, a foto foi guardada por Zuzu num antigo baú de madeira e couro, na sede do seu sítio (Várzea do Tanque), onde permanece até hoje, mesmo após a sua morte. **Fonte iconográfica:** Acerco familiar/ José Fortes. Datação aproximada da foto: 1974. Imagem original digitalizada e editada por Bruno Bedim, abr. 2007.

Observa-se, pois, tanto nos relatórios técnicos de Krieger quanto nas reportagens engajadas repercutidas pelo mesmo na imprensa regional, que suas intenções, de fato, eram para com a preservação dos recursos naturais do parque. Contudo, o botânico se sentiu injustiçado ao ver sua licença de pesquisa cancelada²⁸⁸ em meio a um contexto controverso, em que o Estado relegara a segundo plano a perspectiva preservacionista do Ibitipoca.

Estrategicamente, o IEF reagiu às críticas dos biólogos da UFJF, fomentando como resposta uma seqüência de publicações na imprensa mineira, em que ressaltava as melhorias que o órgão estava realizando no parque, as eventuais vantagens decorrentes da “criação de um centro de turismo”, e ainda, exaltava as obras de infra-estrutura turística que no futuro poderiam beneficiar inclusive os próprios pesquisadores. Eis uma nota explicativa publicada em 1975 pelo IEF no Jornal Estado de Minas, na tentativa de amortecer a polêmica e os atritos com os biólogos da UFJF, em que o Instituto se redime perante a comunidade acadêmica, lançando mão de argumentos que reforçam os aspectos positivos do turismo no parque – sustentando, por exemplo, o indício de que o mesmo seria uma forma de mediar a conscientização ambiental dos visitantes, por exemplo:

O Instituto Estadual de Florestas considerou a construção de um complexo turístico na Serra de Ibitipoca como uma fórmula de conscientizar o público sobre a conservação da natureza. O turismo, segundo o IEF, será explorado somente em áreas de menor valor científico, completamente orientado. Essa explicação do Instituto Estadual de Florestas se prende às críticas que os professores de botânica de Juiz de Fora fizeram à criação de um centro de turismo em Ibitipoca, que prejudicaria o meio ambiente, quando poderia se “transformar, caso houvesse interesse oficial, numa grande reserva científica” (ESTADO DE MINAS. *Turismo em Ibitipoca não prejudica a botânica. Estado de Minas, Belo Horizonte, 22/04/1975*). [Nota de esclarecimento publicada a pedido do IEF].

Deste contexto, tanto o IEF quanto os biólogos possuem um alibi em comum que atenua seus pontos de vista e suas reivindicações específicas: não havia, na época, uma concepção clara do que seria a “preservação” ou a “conservação” ambiental; a legislação vigente no âmbito nacional era ainda incipiente e, naquele momento da década de 70, estavam todos diante de um contexto em que aumentava abruptamente a preocupação mundial para com a criação de Unidades de Conservação. Implantavam-se os parques sem que seus objetivos de uso público e gestão estivessem previamente definidos. Em termos

²⁸⁸ TRAVASSOS, Miriam. Leopoldo Krieger, o homem das mil e uma plantas, não pode pesquisar em Ibitipoca. Diário Mercantil, Juiz de fora, 09 set. 1979.

históricos, portanto, tanto os biólogos da UFJF quanto o IEF protagonizaram em Ibitipoca, ambos, a construção de um significativo capítulo da história da conservação ambiental no Brasil.

Tab.3: Documentos e/ou reportagens envolvendo interfaces do conflito entre uso turístico do parque (incentivado pelo IEF) versus perspectivas preservacionistas de Leopoldo Krieger, demais biólogos da UFJF e de outras instituições de pesquisa (1971-1992):

TIPO DE PUBLICAÇÃO E AUTORIA	DATA	VEÍCULO DE DIVULGAÇÃO	TÍTULO
Reportagem. Diário Mercantil. (Apesar de preceder à criação do parque, anuncia os futuros conflitos de uso da área).	12/12/1971	Jornal Diário Mercantil	<i>Abandono empobrece a Serra. Turismo também existe.</i>
Relatório. L. Krieger, et al.	15/11/1973	Relatório técnico-científico (UFJF; CES)	<i>Relatório da 3ª Expedição ao Parque Estadual da Serra de Ibitipoca.</i>
Reportagem. Estado de Minas	21/08/1974	Jornal Estado de Minas	<i>Melhor agora o Parque Florestal de Ibitipoca</i>
Reportagem. Estado de Minas. (resposta do IEF às denúncias de Krieger)	22/04/1975	Jornal Estado de Minas	<i>Turismo em Ibitipoca não prejudica a botânica</i>
Reportagem. Estado de Minas	09/07/1975	Jornal Estado de Minas	<i>Serra de Ibitipoca provoca polêmica</i>
Relatório. L. Krieger	26/01/1976	Relatório técnico-científico (UFJF)	<i>Relatório sobre o Parque Estadual do Ibitipoca – MG</i>
Reportagem. Diário Mercantil	01/03/1977	Jornal Diário Mercantil	<i>Botânicos querem centro de pesquisa. (Para os botânicos, a serra tem que ser preservada).</i>
Reportagem. Estado de Minas.	28/07/1977	Jornal Estado de Minas	<i>Universitários da UFJF estudam ecologia na Serra de Ibitipoca</i>
Reportagem. Estado de Minas.	12/08/1977	Jornal Estado de Minas	<i>Preservação do Parque de Ibitipoca, pedem os alunos e professores da UFJF</i>
Reportagem. Diário Mercantil. (Por Travassos, M.)	09/09/1979	Jornal Diário Mercantil	<i>Leopoldo Krieger, o homem das mil e uma plantas, não pode pesquisar em Ibitipoca.</i>
Relatório. Instituto Estadual de Florestas	Set. 1984	Relatório técnico/IEF	<i>Levantamento preliminar da fauna e avaliação geológica do Parque Estadual do Ibitipoca</i>
Reportagem. Tribuna de Lima Duarte.	05/04/1987	Jornal Tribuna de Lima Duarte	<i>Serra de Ibitipoca, um paraíso perdido</i>
Relatório. Drumond. M. A.	Set. 1987	Relatório Técnico-científico (E.U.C.; IEF)	<i>Inventário preliminar dos mamíferos do Parque Estadual do Ibitipoca</i>
Reportagem. Revista Domingo	11/10/1992	Revista Domingo, n.858, Caderno Viagem	<i>Onde tudo são flores: Ibitipoca, em Minas, atrai pesquisadores do exterior e é opção de lazer para cariocas</i>

5.6.2 – A CONTROVERSA PRIMAVERA DE KRIEGER



Fig. 19: As flores da discórdia. Balaios de plantas coletadas no Parque Estadual do Ibitipoca durante uma das expedições do botânico Leopoldo Krieger, por volta de 1973. Em 1982, o padre alemão foi definitivamente proibido pelo IEF de entrar no parque, sob acusação de coletar plantas em excesso e para fins não-científicos. Contudo, uma outra interface envolve a gênese dos atritos entre o botânico e o IEF: Krieger teria denunciado os impactos negativos do turismo sobre a flora do Parque do Ibitipoca, afrontando assim os imediatos interesses do Estado de explorar economicamente sua visitação pública.

“... fala-se em construir ali uma área para camping, quando, por certo, fogueiras serão acesas, áreas serão devastadas e muitas plantas colhidas sem a preocupação de um estudo ou pesquisa. São fatos assim que nos entristecem e desestimulam”.

(Depoimento de Leopoldo Krieger publicado no Diário Mercantil, 09 set. 1979).

Fig.20: Herbarium Kriegerianum. Numa furna em Ibitipoca, Krieger e outros pesquisadores da UFJF catalogam plantas coletadas na Serra. À esquerda, sobre um jornal estendido no chão, a pesquisadora separa os exemplares extraídos. Abaixo, um saco entreaberto com plantas a serem examinadas. Em pé, Krieger segura um punhado de ramos na mão esquerda enquanto acende um cigarro. Em três décadas, há indícios de que o botânico coletou e catalogou mais de mil espécies de plantas na Serra, as quais foram incorporadas ao seu herbário. Na época, o botânico era auxiliado por cerca de 50 estagiários, alguns dos quais, após acompanhar Leopoldo em suas expedições, acabavam divulgando as belezas de Ibitipoca em Juiz de Fora e retornavam à Serra acompanhados de amigos – incentivando, ironicamente, o aumento do fluxo de visitantes na área que Krieger queria dos turistas proteger. Em out.1984, Krieger doou seu herbário à UFJF, o qual, na década de 1990, passou a ser chamado de *Herbarium Kriegerianum*, em homenagem ao seu maior incentivador. O herbário começou a ser formado ainda em nov.1941, em Santo Amaro (SP), pelos estudantes de Teologia Luiz Roth e Leopoldo Krieger.



5.7 – UMA TERRA DE USO CAMPONÊS DESTINADA AOS TURISTAS

O prefeito de Lima Duarte, Liandyr de Paula Guimarães acaba de manter contato com a Empresa Brasileira de Turismo, a fim de pedir o apoio do Governo Federal ao plano de desenvolvimento turístico da Serra de Ibitipoca, especialmente para a construção de um hotel de veraneio. [...] **Em Ibitipoca está a mais forte esperança de desenvolvimento da região. E o turismo substituindo as velhas fontes de riqueza que já estão cansadas** (O GLOBO, 1973, p.4, grifo nosso).

Em duas reuniões realizadas em 31/07/74 e 03/09/74, na área do parque conhecida como “Prainha”, o futuro da Serra de Ibitipoca foi discutido pelo então presidente do IEF, José do Carmo Neves, o diretor financeiro do mesmo instituto – Antonio Luiz Musa de Noronha –, o prefeito de Lima Duarte Liandyr de Paula Guimarães e outros prefeitos de municípios do entorno do parque – como Santa Rita de Ibitipoca, Bias Fortes e Pedro Teixeira, entre outros. Na ocasião, os representantes do IEF fizeram uma exposição do “Plano de Desenvolvimento do Parque de Ibitipoca”²⁸⁹, o qual previa instalações e equipamentos adequados à sua gestão e uso público. De acordo com uma reportagem do Diário Mercantil (1974, p.7), a pauta dessas reuniões improvisadas discutia a viabilidade de se construir a infra-estrutura turística do parque, incluindo um hotel e casas funcionais à administração. Após um das reuniões, o prefeito de Lima Duarte, Liandyr de Paula, concedeu uma entrevista à repórter do Diário Mercantil²⁹⁰, Isabel Cristina Mauad, informando que:

A discussão girou em torno de se fazer o mesmo que foi realizado no Parque do Rio Doce – um ponto turístico. De imediato, seria construída uma casa para o administrador, na divisa, e depois, um hotel próximo à “Prainha”. Carmo Neves e Noronha também falaram que deixariam alguns proprietários de cavalos explorarem o local, alugando os animais para os visitantes (MAUAD, 1974, p.7).

Em meados da década de 1980, foram construídos no parque um centro de visitantes, alojamentos para pesquisadores, lanchonete, anfiteatro, banheiros, infra-estrutura para camping, estacionamento, etc. Os hotéis, contudo, jamais chegaram a existir ali.

²⁸⁹ ESTADO DE MINAS. Melhor agora o Parque Florestal de Ibitipoca. *Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte*, 21/08/1974. (Nota publicada pelo IEF).

²⁹⁰ MAUAD, Isabel Cristina. “...E Deus criou Ibitipoca. Vá ao encontro dela...”. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, p.7, 07 out. 1974.

Mas e os camponeses? Quem se lembrou deles? Diante da concepção moderna de *natureza intocada*²⁹¹, o “paraíso” não poderia estar “contaminado” pelo homem rural e suas criações. Foi preciso “limpar a área”, remover o uso, o símbolo, o lugar. Aos olhos do Estado, aquele pedaço de pasto não faria falta alguma àquelas “vacas mestiças”; era um maciço quartzítico vazio, nada mais.

Para o turista, valeria a versão oficial do poder público de que o “paraíso” recém-descoberto era intocado, que a “Sétima Maravilha de Minas” havia sido descoberta no alto de uma Serra povoada apenas por plantas extravagantes, animais raros e grutas lendárias. Os usos pretéritos pela população local deveriam ser encobertos, sob o risco de se perturbar a pretensa “pureza” da Ibitipoca “selvagem” a ser ofertada aos turistas. Na imagem comerciável a ser criada pela mídia e vendida aos turistas, o novo “paraíso das montanhas” não comportaria o “bicho homem” como componente do ecossistema – salvo, se ele pudesse pagar um ingresso aos cofres do Estado como condição para desfrutar de suas belezas. Neste sentido, o imaginário da ‘natureza virgem’, “pura”, é descrito nas primeiras reportagens a narrarem as visitas ao parque:

São 400 alqueires, do jeito que a natureza criou [...] vale a pena penetrar e **conhecer um mundo novo para a civilização – uma espécie de pré-história esquecida, com todos os seus encantos e mistérios, belezas e perigos.** [...] o mundo do lado de cá, passada a porteira, é diferente. [...] A Serra de Ibitipoca continua sendo uma **atração virgem**, uma pré-história dentro do século XX. [...] Às autoridades estaduais caberá valorizar seu potencial natural, dando condições ao homem de vê-lo sem no entanto ferir ou perturbar a grandiosidade ou o milagre que é Ibitipoca (MAUAD, 1974, p.7, passim, grifo nosso).

No trecho acima, ao afirmar que “*o mundo do lado de cá, passada a porteira, é diferente...*”, a jornalista, em certo sentido, tinha razão: Do outro lado da porteira, tangenciando-a, havia um contingente humano abandonado à própria sorte, um grupo camponês sendo expropriado de sua terra de trabalho, de seu vínculo simbólico com o lugar Serra Grande, dos processos ecossistêmicos cujos sinais, desde cedo, o camponês aprendera a interpretar. Mais do que um obstáculo físico a ser transpassado pelos turistas urbanos em suas alucinantes aventuras pelo parque, a porteira materializava ainda um marco crucial na trajetória de um grupo social que viu as bases materiais de sua existência cerceadas.

A representação imagética do “paraíso intocado” a ser veiculada na mídia nacional remonta à primeira iniciativa do Estado em divulgar as belezas do parque – cujo intuito era

²⁹¹ A expressão *natureza intocada* é uma analogia à obra de Diegues (2002).

incentivar a demanda inicial de turistas, atraindo-os à Serra. Esse contexto culminara numa comitiva organizada pelo próprio Estado, na primeira semana de agosto de 1973. Contudo, não se traçou de antemão o perfil do público a ser atingido, já que, à época, o IEF não dispunha de ferramentas de marketing apuradas – tendo em vista que as ações públicas que envolviam o turismo se baseavam, nesse período, num caráter intuitivo, posto que o conhecimento sobre o tema no Brasil era ainda incipiente. Conseqüentemente, a primeira imagem do parque a ser criada e divulgada pela mídia, por reforçar os aspectos místicos e exóticos da Serra, resultou num efeito imediato indesejado: os hippies definitivamente não eram, nem de longe, o público que o Estado desejara atrair para Ibitipoca. Mas, numa época pós-Woodstock, os anúncios de um tal “paraíso recém-descoberto” os seduziu.

... milenares forças tectônicas do arqueozóico oferecem um dos mais empolgantes espetáculos da **natureza virgem**, sublimados na litosfera através do lento e inconsútil processo criativo do relevo. É o prodigioso cenário da Serra do Ibitipoca. [...] de **afiguração paradisíaca**. [...] O silêncio ali é profundo... Apenas algumas aves de rapina se equilibram nas correntes eólicas e ariscos **pássaros pouco habituados com a presença humana**. (VASCONCELOS COSTA, [s.p.], *Minas Gerais*, 10 ago. 1973, grifo nosso).²⁹²

No trecho acima, Vasconcelos Costa²⁹³, então Superintendente de Turismo de Minas, narra a sua experiência turística em Ibitipoca a partir de representações sinestésicas, ocasião em que integrou a caravana de mais de 50 pessoas – entre jornalistas, agentes de viagem, representantes do IEF, da Embratur e da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo. O principal objetivo do Estado, ao fomentar esse tipo de comitiva, era incentivar a divulgação dos atrativos da Serra e gerar uma demanda turística que justificasse a construção de uma infra-estrutura correspondente no parque. Essa comitiva que visitara o Parque do Ibitipoca no início de agosto de 1973 era constituída ainda por:

...técnicos e geólogos, que voltaram encantados com a beleza paisagística daquela serra e com os planos do governo do Estado de implantar não apenas o Parque Florestal, como ainda de construir um hotel de turismo, rústico e de cabanas naquela localidade. Assim sendo, o Instituto Estadual de Florestas poderá transformar aquela serra, aquele parque, num dos locais de maior atração turística de todo o Estado de Minas Gerais (LOURIVAL BRASIL, *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, ago. 1973)²⁹⁴.

²⁹² COSTA, Vasconcelos. Flores da Solidão. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 10 ago. 1973.

²⁹³ Ex-deputado federal e ex-Superintendente de Turismo de Minas Gerais, Vasconcelos Costa publicou alguns artigos na imprensa nacional divulgando os atrativos naturais de Ibitipoca. Os textos, sempre adornados por uma linguagem poética e exotizante, tendem à construção de uma imagem paradisíaca de Ibitipoca enquanto atrativo singular a ser experimentado pelos turistas.

²⁹⁴ LOURIVAL BRASIL. *Parque Florestal de Ibitipoca*. Discurso proferido pelo Dep. Lourival Brasil na Assembléia Legislativa, relatando a caravana de mais de 50 pessoas, entre jornalistas, representantes do IEF, da Embratur e da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Turismo (MG). Comunicação publicada a posteriori no *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, agosto/ 1973.

Como se vê, são recorrentes as evidências empíricas de que desde o início ambicionava-se maximizar a visitação pública do Parque do Ibitipoca. A estratégia inicial do Estado pautou-se em divulgar a atratividade dos recursos naturais disponíveis, reforçando a dimensão estética de suas paisagens, e ainda, gerando-se a expectativa de que a curto prazo seria implantada uma infra-estrutura turística – o que justifica o anúncio de que seriam construídos meios de hospedagem no interior do parque. Formava-se, conseqüentemente, um conteúdo abstrato a ser apreendido pelos sentidos e pela imaginação dos leitores/receptores dessas reportagens; simultaneamente, ampliava-se o canal comunicativo entre Ibitipoca e o mundo. Até então, não havia uma definição do tipo de público que se pretendia atrair. Entretanto, os primeiros anúncios do parque sublimaram os aspectos exóticos identificados na região – o que inclui a construção de uma atmosfera de mistério e misticismo projetada em torno de suas belezas naturais, e ainda, a exaltação das dificuldades de acesso rodoviário como um elemento a mais a compor o imaginário dos visitantes em potencial. Isso implicou, a princípio, na motivação de uma demanda tão ou mais exótica quanto a imagem projetada sobre Ibitipoca: jovens, aventureiros e simpatizantes do movimento *hippie*. Teria sido essa demanda inicial gerada acidentalmente? O fato é que esse público reforçou ainda mais a imagem excêntrica que havia sido criada acerca da Serra de Ibitipoca: os turistas eram tão jovens e exóticos quanto o próprio destino “recém-descoberto”.

São esses os episódios históricos que culminaram na violência simbólica do Estado a preencher com turistas o lugar do camponês. Interessava ao IEF a imagem de um parque livre dos usos tradicionais que a população local historicamente estabelecera para com a Serra Grande, os vínculos econômicos e lúdico-religiosos que, por decreto, entraram em vias de extinção. Aos olhos do camponês, insurgia assim um monstrengo socialmente excludente chamado “parque”. Para os “engenheiros” do IEF, era mais um parque “público” com suas lindas “pedras”, duras “pedras”, cujos paredões rochosos que possuísem vias de acesso para o gado deveriam ser dinamitados. Uma vez mapeadas as trilhas do gado e explodidas a dinamite, com essas “pedras do caminho” ergueram-se pequenas muretas em áreas onde não se podia perfurar o solo rochoso para estabelecer cercas de arame farpado. À pólvora, pedra e aço: o acesso do gado às centenárias pastagens comunais de inverno foi assim cerceado.

Era essa a lógica excludente a destituir o uso de um território tradicional. Porque o pequeno sitiante, o camponês, não concebia a Serra Grande como produto a ser trocado e

vendido, não a via como “produto turístico”, “Paraíso perdido” ou “Sétima Maravilha de Minas”²⁹⁵. O seu *ethos* não permite vê-la como espaço-mercadoria, e sim, como paisagens carregadas de significado, terra de trabalho, lugar da festa, da coleta, do rito.

Expropriação “pelas pedras”, ademais, porque até o momento temos indícios empíricos de que as propriedades rurais adjacentes às escarpas adjuntas aos campos rupestres foram, a princípio, diretamente atingidas pela especulação fundiária. Situadas em altitudes elevadas, mais próximas ao parque e possuindo porções de solos rochosos, nessas áreas concentram-se grutas e cachoeiras, além de, via de regra, possuírem bacias visuais panorâmicas. Num contexto de transição dos critérios de valorização da terra, em que a atratividade das formas naturais se apresenta sobredeterminante em relação à fertilidade do solo, essas propriedades rurais tornaram-se reles objeto a ser desejado, comprado e vendido; a terra de uso camponês reduzida à simbologia da troca materializada num título de propriedade comercializável – cuja oscilação do preço submete-se às tendências circunstanciais do mercado imobiliário localmente estabelecido.

Não obstante, o parque incorporou a mesma lógica – só que assumindo a forma de espaço-mercadoria de uso temporário. O preço do ingresso cobrado pelo IEF aos visitantes²⁹⁶ do parque ainda hoje inquieta muitos dos que, no passado, fizeram de lá o seu lugar comum:

O parque da Serra Grande pertencia à igreja da Ibitipoca, foi doado pelos índios... o parque da Conceição.²⁹⁷ É indígena, é presenteado pelos índio. **Hoje esse parque está com uma exploração extraordinária. Com o Estado aí agora virou mercadoria de renda, dá para arrendar mesmo, está pagando quinze reais cada pessoa...** dez, quinze reais para entrada de uma pessoa: não pode ser isso não, uai. Era gratuitamente tudo, o maná. Os povo do lugar não paga não.

Agricultor aposentado, 79.

No relato acima, o entrevistado remete à memória dos antigos habitantes da região, os índios, conferindo assim um sentido de ancestralidade ao lugar. Não obstante, faz alusão às expressões “Parque da Serra Grande” e “Parque da Conceição”, esta última se referindo à Nossa Senhora da Conceição – padroeira e guardiã da Serra, bem como à importância do catolicismo para a população local. A conjugação entre a ancestralidade indígena e a nomenclatura religiosa é também observável na composição toponímica do próprio arraial – Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca. Vale ressaltar, ainda, que raramente os

²⁹⁵ Tais expressões geralmente são veiculadas na mídia como forma de adjetivar as belezas de Ibitipoca.

²⁹⁶ Atualmente o preço do ingresso no parque é R\$ 15,00/pessoa.

²⁹⁷ Referência a Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca, padroeira e guardiã da Serra Grande.

entrevistados idosos utilizam o termo “Parque do Ibitipoca”: ao contrário, preferem falar da “Serra Grande”, do “Parque da Conceição”, da “Serra nossa aqui”.

O uso da palavra *maná*, utilizada pelo entrevistado ao se referir aos antigos usos da Serra Grande, também nos parece revelador. De acordo com o dicionário Aurélio (s.d.), *maná* denota a idéia de uma coisa “excelente”, “vantajosa”, “deliciosa”. Tem ainda uma conotação sagrada, já que *maná* é um alimento que, segundo a Bíblia, Deus mandou, em forma de chuva, aos israelitas no deserto. Ainda hoje muito apreciado no oriente médio, o *maná* é uma espécie de líquen (*Lecanora esculenta*) que, transportado pelo vento, cai à maneira de chuva e é usado como alimento²⁹⁸. O fato de se associar a Serra Grande ao *maná* não apenas reforça o sentido de sacralidade atribuído à Serra, como também, possivelmente, reitera os benefícios do uso dessas terras pelos camponeses, no passado.

A criação do parque e seu subsequente uso público corroboram para a perda do sentimento de lugar, a diluição dos sentidos e dos valores simbólicos que envolviam a apropriação daquelas terras – periodizando assim a descontinuidade histórica dos vínculos entre a Serra e o homem da Serra; o camponês e o conteúdo simbólico do seu lugar. A partir de então, é como se o Parque Estadual do Ibitipoca fosse, para muitos camponeses, um gigante desprovido de sentido, uma releve elevação física que se estende de um nada a outro.

Quando se referem à Serra Grande, os entrevistados comumente fazem conexão entre a Serra e suas trajetórias de vida. Por outro lado, é perceptível a sensação ruim causada pela palavra “parque”. Afinal, foi com a criação do “parque” que o elo que os unia foi espoliado. Para muitos, o “parque” se tornou um desagradável vizinho; há ainda os que o vêem como uma inconveniente cerca imposta por decreto. No lugar da Serra Grande, o Estado criou um parque que hoje mais parece um mapa vazio no território social dos camponeses; um fosso ao avesso porque altivo; o paredão impróprio cujos arredores o Estado fiscaliza e censura.

A Serra Grande tornou-se então uma imagem mnemônica a que todos fazem questão de diferenciar do parque. Contudo, as histórias sobre a Serra Grande foram, nas últimas décadas, escamoteadas, ocultadas para os bastidores da vida social de Ibitipoca. Não obstante, os velhos camponeses também o foram: o Estado só os vê quando estão envolvidos em circunstâncias punitivas – como a queimada de pastagens em suas respectivas propriedades rurais, por exemplo.

No âmbito simbólico, resiste nos bastidores da memória camponesa uma tal Serra Grande cujos marcos paisagísticos são fenômenos de cultura, pontos referenciais para a rememoração de fatos marcantes, históricos ou míticos; lugares de devoção popular que os homens compartilham com os bichos; rochas e colinas com significado de altar natural onde os moradores da região insistem em se reunir quando de suas práticas religiosas. Para muitos, apesar de todas essas intempéries políticas, ainda hoje aquele maciço quartzítico possui poderes protetores supra-humanos.

Observa-se, ademais, que a territorialidade camponesa que antecede a criação do Parque do Ibitipoca baseia-se na idéia de que aspectos físicos do território têm um significado simbólico para determinado grupo humano que dele viveu e que dali se apropriava. Contudo, a espoliação repentina de suas terras se deve ao fato de que algumas de suas práticas culturais não se encaixaram no conceito ocidental de manejo dos recursos naturais. O fato é que, com a implantação do parque, a Serra Grande tornou-se “pequena” face aos abissais e difusos interesses engendrados com o turismo.

Um relatório publicado pelo próprio IEF admite, em parte, alguns dos problemas que a criação do parque e seu subsequente “uso turístico” engendraram a nível regional:

...Embora considerado um dos mais bem equipados parques do Estado e mantendo uma situação fundiária plenamente resolvida, o Parque do Ibitipoca convive, desde sua criação, com problemas decorrentes do crescente fluxo turístico e da carência de recursos para implantação de programas amplos de educação ambiental e preservação (IEF; BRANDT, 1994, p.26).

Ainda hoje, muitos se indagam sobre os motivos que fazem de alguns membros da população local de Ibitipoca sujeitos considerados “apartados” em relação aos administradores do IEF que perpassaram pelo parque. Muitos se perguntam: “Porque essa gente é tão ‘defensiva’ para com o IEF?”, “Por que tudo em Ibitipoca é mais complicado?”, “Por que botaram fogo no parque?” “Por que tantos conflitos e interesses difusos?”, “Por que sinais de ressentimento e atitudes de rejeição para com os que vêm de fora?”, “Por que tanta disputa pelo poder no âmbito local?”, “Por que o pequeno distrito de Conceição de Ibitipoca há duas décadas luta para se emancipar”?

A complexidade dessas questões tem sua gênese num episódio relativamente simples aos nossos olhos, porém representativo para aqueles que o vivenciaram: a expropriação de uma terra de uso camponês, a intervenção na trajetória de um grupo social

²⁹⁸ Coincidentemente ou não, a Serra de Ibitipoca contém uma das maiores concentrações em espécies de líquenes no Brasil.

que viu as bases materiais de sua existência ameaçadas por agentes externos ao seu mundo, a privação do uso, a negação do signo, a apropriação econômica de um território por eles considerado sagrado, **a violência simbólica do Estado que preencheu com turistas o lugar do cidadão camponês.**

Para o antigo núcleo campesino de Ibitipoca, essas são as marcas de um passado a refletir e se atualizar no presente, nas lutas do presente, nas dificuldades do presente, nas estratégias atuais dos atingidos pela expansão capitalista e suas contradições. Porque o IEF, o turista, o empresário do *trade* turístico, são para eles O ESTRANHO, *aquele que modifica o significado das coisas*²⁹⁹, o capital personificado na figura do “forasteiro”, daqueles que num dado momento da história “invadiram” o seu lugar. São esses os episódios que traduzem, em parte, a situação vivida por toda uma geração.

Mutatis mutandis, tais processos se assemelham aos mecanismos de intervenção outrora observados por Martins, onde tais atores rurais são vistos – pelas lentes de seus dominadores – como fonte de lucro e braços de trabalho, impactados pelos mais variados mecanismos de expansão do capital:

Essas populações têm vivido e sofrido o impacto do estranho, que não só invade territórios e terras camponesas, confinando ou expulsando, mas também quebra linhagens de família, destrói relações sociais, clandestiniza concepções culturais, valores e regras [...]. Assim como a devastação da floresta destrói definitivamente espécies vegetais úteis, a devastação ou a mutilação de grupos sociais diferentes do nosso suprime modos de viver e de pensar, bem como destrói saberes que representam um germe de alternativa para a desumanização acelerada que estamos vivendo. (MARTINS, 1993, p.12).

De sujeitos a sujeitados, os camponeses de Ibitipoca assistiram assim a criação de um parque suplantando parcialmente o seu modo de vida; os campos e as florestas humanos incorporaram, subitamente, a face desumana de um processo que atemoriza e expropria; vigia e pune; emudece e subtrai.

O Estado decretou a criação do parque; o camponês recriou seus vínculos com a Serra Grande. Mas por que então o tempo não apagou os vestígios, a memória do lugar? Por que os camponeses ainda se sentem pertencidos à Serra Grande? Por que até hoje peregrinam até o Morro do Cruzeiro para rezar o Terço de Santa Cruz e celebrar seus rituais ecumênicos naqueles campos de altitude? Por que as ações restritivas do Estado ao longo das últimas três décadas não foram suficientes para provocar o desenraizamento territorial enquanto condição desagregadora da memória?

²⁹⁹ Cf. expressão de Martins (1993, p.33).

Neste sentido, é possível que, ao projetarem a imagem do parque tal qual ela nos é apresentada hoje, os entrevistados teriam criado uma representação sobre o que seria a releitura desses “vestígios históricos” de uma memória relacionada às várias inserções sociais dos sujeitos e suas respectivas interações com o lugar Serra Grande. Embora se trate de um mesmo espaço físico, a “Serra nossa” (do camponês) não corresponde ao “parque deles” (dos turistas e do IEF).

Tais constatações podem ser entendidas como mecanismos de resistência. Ao rememorarem marcos paisagísticos históricos, acontecimentos, fragmentos de seu cotidiano de outrora que ainda se fazem presentes no imaginário – os camponeses têm no tempo e no espaço da memória coletiva uma atribuição de sentido ao lugar Serra Grande que ultrapassa o tempo de vida individual dos sujeitos entrevistados. Esse alto grau de identificação dilata a dimensão simbólica de uma terra coletiva que não existe mais em termos concretos, ampliando assim o significado do lugar Serra Grande, transformado-a na formalização simbólica de toda uma geração camponesa que dali fez o seu lugar de vida, de culto e de trabalho.

5.8 – O SILÊNCIO DAS PEDRAS E O DESCOMPASSO DA LAVOURA

Conforme exposto no capítulo anterior, a partir do século XIX estabeleceu-se em Ibitipoca um dos representativos núcleos de cultura camponesa de Minas, o qual se apoiava em atividades de subsistência como caça, coleta, extrativismo vegetal e agricultura. Em Ibitipoca, os camponeses se apresentam demograficamente estáveis na primeira metade do século XX, permanecendo, sempre que possível, num mesmo território por várias gerações.

No século XX, o território que hoje constitui o parque favoreceu a expansão da agropecuária na região de Ibitipoca, sendo entendida como extensão dos espaços de produção e de vida do pequeno sítiante. Historicamente, a prática da pecuária em Ibitipoca se processou a partir da incorporação da Serra Grande como área de pastagem de uso comunal. Inexistia, na apropriação deste território, o princípio da propriedade privada, sendo o mesmo entendido como extensão física e simbólica das propriedades rurais adjacentes.

Uma vez transformada em parque e sendo proibido o seu papel histórico de pasto funcional à pecuária extensiva, não restou aos camponeses outra opção senão incorporar dentro de suas próprias terras novas áreas para a formação de pastagens. Assim, à medida que eram ampliadas as áreas de pastagens no interior das propriedades, suprimia-se o espaço até então destinado às lavouras permanentes ou temporárias. Uma vez diminuídas as lavouras, retraía-se a demanda por formas conjuntas de trabalho (mutirão/jongo).

Por conseguinte, esse contexto favoreceu uma série de restrições que os proprietários rurais passaram a impor aos seus agregados e parceiros no uso da terra, tendo em vista que a demanda por pastagem era crescente. Aos parceiros/meeiros, quando lhes era permitido plantar em algum lugar, suas roças deveriam então ser assentadas em áreas que seriam futuramente transformadas em novas pastagens, “limpando” assim o terreno para o gado. Cabia ao parceiro então a tarefa de derrubar novos fragmentos de mata para estabelecer a realocação das áreas de cultivo. No ano seguinte, após a derrubada da floresta e do respectivo plantio, o pasto já estaria formado na área, e lá o parceiro/meeiro não mais poderia plantar. Sua única alternativa era abrir um novo espaço de cultivo nas terras de outro proprietário rural – caso ainda houvesse terreno disponível – e assim por diante, até que a “fronteira” de roçados para ele se fechasse. **Contraditoriamente, assim, a criação do parque, num primeiro momento, contribuiu para o aumento da pressão antrópica sobre os recursos naturais de seu entorno, intensificando-se o desmatamento a partir da abertura de novas áreas de pastagem nos estabelecimentos rurais como forma de compensar a perda das pastagens extensivas das terras comunais transformadas em parque.**

Com a implantação do Parque Estadual do Ibitipoca, aniquilava-se a perspectiva de apropriação coletiva dos meios de produção (no caso, o solo da Serra Grande e seus respectivos campos de altitude e matas). A criação do parque e seus desdobramentos sociais, igualmente, corroboram para o rompimento de antigas relações de agregação e parceria; e também, a expropriação de posseiros e até pequenos proprietários cujo gado dependia das pastagens de invernada.

Com um novo modelo de ocupação, uso e exploração econômica do território consolidado a partir de 1973, milhares de turistas preencheram assim o lugar do camponês; manadas humanas deslocavam-se dos grandes centros urbanos para percorrer sazonalmente as trilhas que o gado havia delineado no passado. Restaram apenas, nos bastidores da biografia camponesa, as “Memórias da Serra Grande”.

PARTE IV:

A TRANSIÇÃO

Quem és tu, objeto?
Que nos sujeita a todos
Objetiva do seu jeito
Sem qualquer objeção
Natureza da mudança
Da terra, a lembrança
Velho *ethos* se esquivava
Assimetria nativa
De uma Serra em transição
Longe forças produtivas
E relações de produção.

Objeto que nos sujeita
Processo que te espreita
Bendito parque
Ecosistemático.
Deixou a Serra Grande
Pequena quadrada
Escritura de papel
Do Estado, um cordel.

O que fazer no vir a ser
Pra você que especula
Que invade toda a zona
Senta e espera na poltrona
A história em sanfona
Tem viola na memória
Paciência, Resistência
Camponês, consciência
Sobrevive na clemência
Teimosa reminiscência
Desafio à ciência.

Sei conservar e produzir
Pra quê me punir?
Não tenho aonde ir
Meu lugar é aqui.

Turismo não traz
Meu jongo que jaz
Planeja, não faz
Realidade é mais.

CAP. 6: ALTERIDADES DISSONANTES: A CHEGADA DO ‘OUTSIDER’ AO RURAL-PARAÍSO

Quando cheguei, me encheram de perguntas: “De onde ele veio? Por que ele veio? Você é casado? Tem filhos? Você é de onde? Porque veio parar aqui? Você tem pai? Tem mãe? Quantos anos você tem? Você pretende ficar muito tempo por aqui? É porque aqui não tem condição de você crescer não. Você é da cidade, e o nosso lugar aqui é atrasado, né?”. Eles se subjugavam... mas ninguém é melhor do que ninguém.

Guia de turismo, 40-50 anos. Há 15 anos reside em Ibitipoca.

Será abordada, neste capítulo, a atmosfera social que envolve a chegada dos primeiros turistas à Serra – incluindo a reconstrução do “universo pioneiro” do turismo em Ibitipoca, com destaque para os hippies que lá chegaram entre as décadas de 1960 e 70. Em seguida, nossas lentes voltam-se para as tensões desencadeadas com a vinda de novos atores sociais ao lugar – o que engendrou uma série de conflitos entre os recém-chegados “forasteiros” e a população camponesa estabelecida na região – os chamados “nativos”. Têm-se o modelo teórico de Norbert Elias – o modelo das figurações sociais – como paradigma a nortear tal abordagem. Por conseguinte, demonstra-se como ambos os grupos disputam para si as posições de poder mais elevadas, delineando estratégias de distinção social e disputas que envolvem tais relações – a *condição nativa* que assinala suas diferenças em relação à *condição forasteira* a partir de um **locus territorial** específico. As mudanças observadas refletem o “rural” de Ibitipoca como espaço de (des)encontro entre temporalidades distintas, onde variados atores projetam diferentes representações, interesses e valores.

Assiste-se, nesse contexto, a uma gradativa ascensão a um estágio não-agrícola, de prestação de serviços pessoais, ao passo que resistem, simultaneamente, reminiscências das formas de vida social geradas num período anterior – constituindo, tais contradições, uma mesma unidade, um mesmo processo envolto pela interdependência dos grupos conflitantes; de continuidade e/ou ruptura na transmissão, ao longo das gerações, do patrimônio sociocultural que sustentava a dinâmica eminentemente agrária de outrora.

6.1 – REPRESENTAÇÕES SOBRE A GÊNESE DO TURISMO NA SERRA

Final dos anos 1960. O mundo vivia uma grande revolução cultural à época. “Não faça a guerra, faça amor”, era esse o lema que embalava os sonhos de toda uma geração. Mais ao norte do planeta, milhares de jovens rumavam para Woodstock, ao passo que, na outra vertente do globo, a Guerra do Vietnã sinalizava os limites humanos. Aos jovens do Brasil, era preciso mostrar ao mundo que não precisavam de polícia, guerra ou repressão, e sim, de liberdade. No Brasil dos generais, o movimento hippie se expandia pelo protesto silencioso metaforizado nos longos fios de cabelo de uma juventude a exigir o fim da ditadura militar. Era tempo de questionar; tempo de aventura; tempo de novas experiências; tempo de descobertas; tempo de reinventar uma vida alternativa em contato com a natureza.

E foi assim, no despontar da era de aquário, que os primeiros “aventureiros” aportaram em Ibitipoca. Captados pelo olhar camponês, são descritos como “mochileiros”, “curiosos”, “cabeludos”, “turistas de barraca” – muitos dos quais simpatizantes do movimento *hippie* – aspirantes, pois, de uma vida “alternativa”, sem maiores exigências mercadológicas em relação ao atendimento e demais serviços que envolvem o turismo, mesmo porque estes visitantes precederam inclusive à infra-estrutura turística. Entre um cigarro³⁰⁰ e outro, uma pausa para se apreciar as belezas do Éden recém-descoberto e, de quebra, discutir soluções para os problemas que afligiam a humanidade. Porém, à medida que o fluxo turístico se intensificava, mudanças estruturais anunciavam a transição eminente a movimentar os “destinos dialéticos” da Serra de Ibitipoca.

Os primeiros turistas começaram a chegar a Ibitipoca no período que compreende o final dos anos 1960 e o início da década de 1970. Uma reportagem do Diário Mercantil³⁰¹ (1971, s.p.) registra que, à época, “além de estudiosos e caçadores, os únicos visitantes da Serra são as pessoas acostumadas à prática do campismo, com larga experiência em

³⁰⁰ Os entrevistados comumente utilizavam a denominação de “baseado” para designar o cigarro que fumavam. Na linguagem coloquial, “baseado” equivale a um cigarro de maconha que alguns destes hippies tragavam, à época – também conhecido como “beque”. Nas décadas seguintes, o uso de drogas tornou-se prática comum em Ibitipoca, incluindo o seu uso por indivíduos da população camponesa local. A incorporação de tais hábitos mudaria para sempre a dinâmica social de Ibitipoca.

³⁰¹ DIÁRIO MERCANTIL. *Abandono empobrece a Serra*. (subtítulo). Juiz de Fora, 12 dez. 1971. (reportagem com título ininteligível).

acampamentos instalados em locais de acesso difícil”. A esses turistas pioneiros³⁰², a pretensa *pureza* do paraíso, materializada na hospitalidade de sua gente camponesa, soava como metáfora da paz e harmonia do lugar. Era preciso deixar os problemas da *urbis* lá em baixo, já que no alto da Serra a vida, segundo eles, estava “mais próxima do céu”; as coisas seriam diferentes; o futuro longe da oscilação urbana estaria garantido às novas gerações.

Turistas de variadas regiões do Brasil foram então visitar a Serra que, de acordo com o imaginário hippie, agregava faculdades magnéticas. Muitos nunca retornaram de lá: fizeram dali seu ambiente de vida e de trabalho. Como a portaria do Parque Estadual do Ibitipoca dista 32 km da cidade mais próxima (Lima Duarte)³⁰³, e o acesso mais utilizado pelo público perpassa pela vila de Conceição de Ibitipoca, este arraial tornou-se o principal eixo de escoamento e suporte dos turistas.

Na relação entre visitantes e visitados, um (des) encontro entre culturas, valores e tradições diferenciados. Pelas entrevistas, os camponeses de Ibitipoca deixam transparecer as diferentes sensações que flutuam entre a curiosidade, o medo e a cautela deste “contato histórico” – alguns “nativos”³⁰⁴ inclusive relatam que, na época, evitavam de sair às ruas. Ao camponês da década de 1970, turistas eram estímulos à experimentação, mas, simultaneamente, o alibi incômodo a suscitar condutas de suspeita e precaução:

Escondia... Assim, pô, chegava um pessoal ali... vamos supor se a minha menina tivesse ali em cima né, um caso: Se chegasse um pessoal estranho ela corria, nossa senhora: – “Pai, tem umas pessoa diferente ali, cruz credo!!”. Aí o pai já ficava assustado também né. Aí quer dizer que era um tipo de medo que o povo tinha mesmo né. E era o turista... Tinha medo e vergonha de até informar as coisa pra eles. Porque nunca mexeu com aquele tipo de gente né, é só criado aqui no arraial, na roça, o povo fica meio acismado não fica?

(ajudante de serviços gerais, 53).

No relato acima, o sujeito se reporta aos turistas como “aquele tipo de gente”. O uso de tal expressão nos parece revelador, uma vez que subentende o distanciamento do

³⁰² Ao estabelecer tipologias de turistas, Cooper et al (2001, p.205) classifica esses visitantes precursores de **alocêntricos**, os quais buscam diferenças culturais e ambientais em relação ao meio em que vivem; são aventureiros e requerem muito pouco em termos de estrutura turística. Via de regra, sua chegada compõe a primeira etapa constitutiva do ciclo de vida de um destino.

³⁰³ A única via de ligação entre Lima Duarte e o parque se dá através de uma estrada de terra em estado precário de conservação.

³⁰⁴ O termo “nativo” é utilizado pelos sujeitos entrevistados para se auto-identificarem enquanto naturais de Ibitipoca. Em termos semânticos, a palavra “nativo” assume as seguintes atribuições: 1. Que é natural; congênito; 2. Que nasce, procede; procedente; 3. Não estrangeiro, nacional: os elementos nativos da população; 4. Desartificial, singelo; 5. Indivíduo natural de uma terra, de um país (por oposição a estrangeiro, a colono, etc); indígena, natural, nacional. (FERREIRA, Aurélio B. de H., 1986, p.1182).

indivíduo face aos outros que chegam. É interessante também destacar que a pergunta/intervenção do pesquisador se referia a “como foi a chegada dos primeiros turistas?”. O sujeito, contudo, pessoalizou sua resposta³⁰⁵ ao narrar uma situação particular de reação³⁰⁶ face à chegada de novos atores sociais em Ibitipoca. Podemos, pois, enxergar na forma como tal relato é colocado alguns aspectos que contém as marcas do tempo e da situação social de (des)encontro entre visitante e visitado – e sua respectiva representação, no presente. Ademais, o olhar do sujeito se prefigura a partir do grau de contato por ele apreendido na sua relação com o outro.

Mas e o turista? Como ele concebia o camponês? Conseguimos localizar uma mulher de 52 anos que há mais de três décadas é freqüentadora assídua de Ibitipoca. Lá chegou por volta de 1974, aos 19 anos; inclusive já residiu temporariamente no sopé da Serra, numa choupana de madeira, durante a década de 1980. Mas após presenciar crises de overdose de alguns de seus amigos, afastou-se de lá para somente retornar nos anos 90. Eis um fragmento de sua história, em que elementos constitutivos daquele contexto social são perceptíveis. Em sua primeira experiência no campo, encontrara componentes que, segundo ela, se transformaram num elemento questionador do seu cotidiano na metrópole:

Eu nunca tinha ouvido falar em Ibitipoca na minha vida. Eu nunca fui voltada para nada rural, eu sempre fui uma pessoa extremamente urbana. Então é aquela coisa de uma volta às minhas origens, foi essa a sensação. [...] Eu cheguei aqui eu nunca tinha visto um fogão a lenha pessoalmente, eu nunca tinha tocado num cavalo... Tudo para mim era novidade, tudo era lindo, tudo era uma coisa completamente fora do que eu já tinha vivido. As pessoas eu achei de uma simplicidade... e tudo isso me comoveu muito. Eu achei tudo aquilo muito poético, porque eu venho de uma cidade tão dura, de uma cidade que é aquela coisa do trabalho, de produção, de um lugar totalmente globalizado, de você ter uma bagatela de informações diárias e muitas, do mundo inteiro. E de repente eu chego num lugar: “gente, isso existe!” – eu não acreditava que pudesse ter... – aquele carro de boi passar, aquela criança empinar pipa... a dona que leva couve pra a outra, faltou manteiga sai ali na casa da outra pra pedir. Eu fiquei encantada com tudo isso. Você chegar na casa de não sei quem e senta, come uma broa, toma um café... uma pessoa que nunca me viu na vida eu entrar na casa dela e ser recebida como uma rainha e sem ela saber quem eu era, de onde eu vinha, se eu era do bem ou do mal...e lá em São Paulo a gente anda tão armado constantemente... E de repente eu me vi num lugar onde eu estava completamente desarmada, podendo ser o que eu de fato era. Então isso me encantou...

(Turista paulistana, 52, freqüenta Ibitipoca há 33 anos).

305 Na seqüência, ao narrar a lembrança de sua primeira conversa com um turista, o mesmo ator social expõe as circunstâncias desse (des) encontro que os aproximou: “*A primeira conversa minha com o turismo foi... – o cara fumava maconha – sentou perto de mim: “Fulano, eu fumo trem. Pode?” Então eu falei: “Ué... cada um com a sua idéia né? Eu não fumo mas não importo; não tem nada a ver você fumar. Aí deude [desde] aquela vez – o cara até morreu né, o tal de _____, o cara morreu”.* (ajudante de serviços gerais, 53).

306 Não obstante, Malinowski (1980, p.56) afirma que “em todas as relações sociais afora os laços de família [...] há este lado íntimo, expresso pelos detalhes íntimos do encontro, do tom de seu comportamento na presença do outro. Este lado difere da trama legal definida, cristalizada, da relação e deve ser estudado e apresentado em si mesmo”.

Nas suas primeiras experiências em Ibitipoca, a turista acima atravessa diferentes formas de sociabilidade até então estranhas ao seu universo cultural. Os aspectos diferenciais da cultura camponesa local, nesta perspectiva, são apreendidos a partir de signos de exotização e alteridade. A turista, no caso, apenas intencionava conhecer Ibitipoca e, em seguida, retornar ao seu cotidiano em São Paulo. Ela, porém, concebe o camponês enquanto instância constitutiva do próprio destino turístico, num cenário em que a Serra é representada como lugar de enunciação das diferenças.

Viajar a Ibitipoca passa então a ser uma possibilidade de o turista imergir na alteridade do “paraíso” recém-descoberto, em que imagens fixas dos atrativos naturais são complementadas com representações estereotipadas do “exotismo” expresso no olhar do turista³⁰⁷ sobre o modo de vida camponês. A principal motivação da viagem, contudo, é definida a partir do apelo estético das paisagens da Serra e dos componentes biofísicos e geomorfológicos a elas subjacentes – as cachoeiras, os lagos, as bacias visuais panorâmicas favorecidas pela altitude, os rios, os paredões rochosos, as grutas, a fauna e a flora. A imagem do camponês é enunciada apenas a título de identificação secundária do destino, um componente a mais do cenário Ibitipoca.

O que mais impressiona em Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca é seu isolamento do resto do mundo. É um dos povoados mais antigos do Estado de Minas Gerais, tendo sido fundado provavelmente por Anhangüera ou Borba Gato, na segunda metade do século XVII. Tudo continua igual ao que Saint-Hilaire descreveu³⁰⁸. **O único vestígio de civilização é a luz elétrica, levada em 1978 pela Cemig. Isolados há tanto tempo, os moradores mais antigos assustam-se com os turistas. [...]** O povoado tem só trezentos habitantes. Vez ou outra, um grupo de carneiros desce lentamente o calçadão de pedra em frente à matriz, que data do século XVIII (REVISTA VISÃO, 1984, p.108, grifo nosso).

O olhar exotizante do turista e dos meios de comunicação que divulgavam Ibitipoca define assim o camponês a partir de uma noção de ente “primitivo”. Por sua vez, o camponês, ao longo das últimas três décadas, internalizara essa condição ao absorver uma

³⁰⁷ Neste sentido, Giuliani (1990, p.59), ao elencar as novas funcionalidades do rural contemporâneo, observa que o retorno “às relações diretas com a natureza, [...] assim como o desejo de relações mais profundas e, sobretudo, da auto-determinação, são as dimensões que atraem as pessoas da cidade ao campo, assim como outrora as luzes da cidade atraíram a população do campo”.

³⁰⁸ Provavelmente, a reportagem se refere à descrição do arraial de Conceição de Ibitipoca, realizada pelo naturalista Saint-Hilaire em 1822: “Atravessamos primeiro a Vila de Ibitipoca, que conhecia mal, e julgava ainda mais insignificante do que realmente é. Fica [...] situada numa colina e se compõe de pequena igreja e meia dúzia de casas que a rodeiam, cuja maioria está abandonada, além de algumas outras, igualmente miseráveis, construídas na encosta de outra colina. Não espanta, pois, que inutilmente haja eu procurado, ontem, nesta pobre aldeia, os gêneros mais necessários à vida” (SAINT-HILAIRE, 1974, p.35).

imagem distorcida de si a partir da representação do turista. O que subjaz esse (des)encontro inicial entre camponeses e turistas é um processo de difusão cultural do estilo de vida urbano – já que, conforme destaca Queiroz (1979, p.168) “o gênero de vida burguês ocidental é eminentemente cidadão”. Subentende-se, nesse processo, a construção de um olhar “urbano” sobre o “rural”, em que este último é correlacionado a estereótipos de primitividade – recompondo, de certa forma, antigos traços de dominação verificáveis em configurações macro-escalares que permeiam a relação rural/urbano no Brasil.

A partir da primeira divulgação do parque na imprensa nacional³⁰⁹, fomentada pelo IEF em 1973, o lugar começou a atrair a atenção de mais e mais visitantes, bem como de jornais e revistas de diversas partes do país. Conforme abordado no capítulo anterior, antes mesmo da criação do parque o Estado ambicionava maximizar a “visitação pública” na Serra. A estratégia estatal, a princípio, pautou-se em divulgar a atratividade dos recursos naturais disponíveis, reforçando a dimensão estético-simbólica de suas paisagens, e ainda, gerando-se a expectativa de que a curto prazo seria implantada uma infra-estrutura turística. Formava-se, conseqüentemente, um conteúdo abstrato a ser apreendido pelos sentidos e pela imaginação dos leitores/receptores dessas reportagens; simultaneamente, ampliava-se o canal comunicativo entre Ibitipoca e o mundo. Até então, não havia uma definição do tipo de público que se pretendia atrair. Entretanto, os primeiros anúncios do parque sublimaram os aspectos exóticos identificados na Serra – o que inclui a construção de uma atmosfera mística projetada em torno de suas belezas naturais, e ainda, a exaltação das dificuldades de acesso rodoviário como um elemento a mais a compor o imaginário dos visitantes em potencial. Isso implicou, a princípio, na motivação de uma demanda tão ou mais exótica quanto essa imagem projetada sobre Ibitipoca: jovens, aventureiros e simpatizantes do movimento *hippie*. Teria sido tal demanda inicial gerada acidentalmente? O fato é que esse público reforçou ainda mais a imagem excêntrica que havia sido criada acerca da Serra de Ibitipoca: os turistas eram tão jovens³¹⁰ e exóticos quanto o próprio destino “recém-descoberto”.

³⁰⁹ Nos referimos, em especial, à caravana que visitou a Serra em agosto de 1973, a qual continha mais de 50 pessoas – entre jornalistas, representantes do IEF, da Embratur e da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo (MG). O principal objetivo do Estado, ao fomentar esse tipo de comitiva, era incentivar a divulgação dos atrativos da Serra e gerar uma demanda turística que justificasse a construção de infra-estrutura correspondente no parque.

³¹⁰ Três décadas depois, o perfil do visitante de Ibitipoca ainda é composto predominantemente por um público jovem. Entre os meses de julho/2004 e abril/2005, a faixa etária que compreende visitantes de 16 a 25 anos oscilava entre 34% e 57% do número total de visitantes do parque. Fonte: IEF/MG. *Estudo da Demanda Turística nos Parques Estaduais de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Núcleo de Estratégias de Ecoturismo (NET/IEF), 2006.

Na versão dos “nativos”, a comunidade, a princípio, se auto-identificava como hospitaleira: “*a gente recebia eles muito bem, com todo carinho*”. Embora os entrevistados afirmem que a priori viam o turismo com bons olhos, os mesmos não abriram mão de sua “cautela histórica” ao receber os visitantes:

Ah, com muito medo, recebia com muito medo apesar que os turista todos são muito educado; tratava todos bem, mas sempre tinha um receio. Tratava, acolhia e tudo mais nas casa e dava direito para eles ampliar, fazer barraca em qualquer lugar assim. Mas receosos. (Agricultor aposentado, 79).

Neste depoimento, o sujeito não apenas mantém um sentido de estranhamento para com o turista – na condição de ser exógeno ao universo do entrevistado – muito embora sua narrativa enfatize as “forças psicológicas” que aproximam, unem ou separam esses indivíduos (visitantes e visitados). Um traço típico que Mendras (1978, p.195) já havia constatado em outras comunidades rurais submetidas a processos similares de absorção de atores urbanos recém-chegados: “O estrangeiro que chega de fora traz novidades, e portanto, uma melhor compreensão desse mundo exterior percebido de forma ameaçadora como sempre. Receber bem o estrangeiro é também um meio de neutralizá-lo, caso sejam más as suas intenções”. Não obstante, um entrevistado narra que:

...Então esse foi o primeiro amigo meu que veio como turista aí. Ele explicava o quê que era a vida, de tudo né, da vida ruim e boa da cidade para mim: o quê que era a droga, tudo... É bom você tem que ter amizade com uma pessoa assim pra saber a vida lá fora, né? Que aí o cara tendo amizade com você ele te informa tudo quê que é a vida; você sabe depois explicar, você sabe também quem ele é...

(ajudante de serviços gerais, 53).

O senso de hospitalidade presente na população camponesa estudada em Ibitipoca incorpora, assim, um viés funcional politicamente estratégico: tratavam bem o turista para melhor se defenderem deles, e ainda, para absorverem eventuais informações e benefícios que os mesmos pudessem fornecer. Esses (des) encontros entre o “outro” e o “eu” subentendem assim variadas significações, à medida que se destinam a ultrapassar, recriar ou dissolver fronteiras entre diferentes universos culturais. Colocam, pois, lado a lado, distintas formas de sociabilidade.

6.1.1 – DO ENQUADRAMENTO DA MEMÓRIA, O “TURISTA PIONEIRO”

Durante a análise das entrevistas, um aspecto até então insuspeitado sobressaiu-se: Quando solicitados a falar sobre a chegada dos primeiros turistas à Serra, os entrevistados foram unânimes ao identificar quem teria sido o primeiro turista a visitar a Serra – Cláudio Guaçuí (Carlos Massa de Aguiar Pinto), então professor universitário da UFJF, já falecido – o qual, pelos relatos, era bem querido pela população local. O que surpreende, contudo, é que em nenhum momento foi perguntado quem era o “primeiro turista” e sim sobre os turistas, de modo geral. Há, pois, uma convergência de relatos acerca de um certo acontecimento e de um determinado indivíduo, onde a imagem mnemônica acerca de Guaçuí se destaca em termos de representatividade simbólica:

– Como foi a chegada deles?

Os turismo³¹¹ começou a chegar... O primeiro que apareceu aí chamava Cláudio Guaçuí. Um sujeito muito cem por cento, ele é que implantou o turismo na Ibitipoca. [...] Ele casou até na Ibitipoca, casou na primeira hotel que teve aí, a primeira pessoa que fez aí [...] casou com uma moça de Juiz de Fora. Veio casar aqui. Levou gente daqui, levou um vizinho aqui para a matriz, testemunha de casamento dele. Ele ampliou isso aqui com a maior facilidade. Ele era músico, ele era violonista muito bom, e era muito bacana. E muito dava com todo mundo, ia em toda casa, dormia em qualquer lugar, ia no parque e ficava no parque. Aí ele arranjou uma casinha para ele ali e passou as férias dele aí. Quando foi no outro período de férias ele já veio com mais umas dez pessoa. Aí já trouxeram até campil [camping], barracas para campil, campar, passar férias.

(Agricultor aposentado, 79).

Entre o Cláudio Guaçuí “mítico” e o “real”, debruçaremos nossas análises sobre o primeiro, no intuito de extrair das representações sociais as marcas significativas daquele contexto. Por diversas ocasiões, a própria trajetória pessoal de Cláudio foi rememorada nos depoimentos. Dois dos entrevistados salientaram que desde a década de 1960 um padre botânico da Academia do Comércio de Juiz de Fora – Padre Leopoldo Krieger, cuja trajetória enfocamos no capítulo anterior – periodicamente visitava a serra para coletar espécimes vegetais e desenvolver seus estudos, sempre acompanhado de alguns jovens alunos que o ajudavam nas tarefas de coleta. Uma vez adultos, estes estudantes continuaram a freqüentar a região a lazer, sempre trazendo mais acompanhantes – que pousavam inclusive nas grutas da Serra – e assim ajudaram a divulgar os atrativos da localidade. Guaçuí, no caso, teria sido um desses meninos que acompanhavam Padre

³¹¹ O turista, na linguagem dos camponeses entrevistados, geralmente é denominado de “turismo”.

Leopoldo. Se essa versão é real ou não, pouco importa. O que conta, no caso, é que além de nome, rosto e personalidade, esse “primeiro turista” ainda é representado por imagens e histórias que ainda povoam o imaginário dos sujeitos entrevistados quase 40 anos depois dos 'fatos'. Cláudio Guaçuí é, ademais, apontado como o “entusiasta” na implantação do turismo na região, pois além de ser o “turista pioneiro”, foi também o “empreendedor precursor” – o primeiro a construir uma pousada no lugar, anos após a sua primeira visita:

... ele tinha uma pousadinha, uma casinha, uma estalagzinha era coberta de telha de amianto, muito ruinzinha e tal. Mas já tinha aonde algum turista ficar [...] tinha uns quartinho muito vagabundo... E aquilo aflorou assim de um tal jeito então teve que construir uma porção de coisas logo que começou a divulgação do parque né.

(Produtor rural aposentado, e dono de um camping, 73).

A imagem de Guaçuí aparece até mesmo quando o roteiro de entrevista tratava sobre os motivos pelos quais os turistas foram motivados a visitar a Serra. Quem nos traz outras hipóteses é uma senhora de 65 anos, aposentada:

– *Mas como os primeiros turistas ficaram sabendo das belezas de Ibitipoca?*

Dizem que veio pelo jornal, pelo jornal do parque, porque aí o Estado colocou o parque em jornal né...porque aí o Estado já tinha pegado o parque, porque o parque era de Nossa Senhora da Conceição, ele não era do Estado. [...] O Cláudio Guaçuí veio pelo jornal, o jornal do parque. [...] E o Cláudio veio pela estatura do parque, desse jornal. Ele chegou aqui a dona Euzira morava ali assim na casa paroquial e então ele apanhou amizade com a dona Euzira, ele estacionou o carro ali já foi conversando e ele foi morador da Ibitipoca. Essa pousada aí janela do céu foi dele primeiro... Ele comprou ali um pedacinho, ele fez uma cabana para ele morar e depois ele formou aquela pousada.

(Dona-de-casa aposentada e artesã, 65).

Contudo, embora os sujeitos entrevistados apontem Guaçuí como uma pessoa carismática, dotada de qualidades e bem quista pela comunidade, nenhum dos entrevistados narrou suas experiências pessoais com ele. Ao contrário, contam a experiência desse turista com os outros, mas não se inserem no discurso, evitando assim reflexões de ordem pessoal. Exemplos: 1) “*Ele apanhou amizade com a dona Euzira...*”; 2) “*Ele levou um vizinho aqui para a matriz, testemunha de casamento dele...*”.

Apesar de ser lembrado e representado como um “sujeito bacana”, “simpático” e “cem por cento”, os depoentes hesitaram em narrar suas experiências interpessoais com Guaçuí. É como se, por alguns instantes, o discurso se desse em terceira pessoa. Tais constatações, entretanto, podem ser interpretadas como traços identificadores da relação visitante-visitado, extraindo-se, dos depoimentos individuais, as marcas daquele

determinado contexto social. Contudo, jamais iremos saber o que de fato aconteceu, se os sujeitos entrevistados tiveram ou não algum tipo de interação mais reservada com Cláudio Guaçuí. O que temos são verdades temporárias do ponto de vista dos envolvidos, onde a forma como tais representações são relatadas podem revelar o seu conteúdo. Mas qual o sentido que as pessoas deram à presença – e à ausência – deste indivíduo na localidade? Por que a memória desses sujeitos está estruturada a partir de um único turista precursor?

Primeiramente, podemos dizer que se o fato e a pessoa relatados se repetem várias vezes, é porque aquilo foi de alguma forma importante para os entrevistados, um acontecimento significativo. Na visão de Pollak (1992, p.12), “entre aquilo que o relato tem de mais solidificado e de mais variável, podemos encontrar aquilo que é mais importante para a pessoa”. Não obstante, Ecléa Bosi (1979, p.26) pondera que “existe uma relação entre o ato de lembrar e o relevo (existencial e social) do fato recordado para o sujeito que o recorda”. Tais representações individuais e sociais sobre o “turista pioneiro” estão atreladas ao fenômeno que Pollak (op.cit., p.2) denomina “enquadramento da memória”, onde os sujeitos e grupos rememoram os fatos seletivamente, elegendo seus heróis, lugares e datas, já que “podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação”.

Nomear, falar sobre, significa dar existência a algo. Silenciar, ao contrário, seria uma forma de banalizar o fato – sendo o relato oral uma representação individual e social que envolve a mistura do fato e da avaliação do fato; do mito e do real; da imaginação e da realidade. Portelli (1996, p.121), aliás, destaca que “uma história se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual (factual ou não), transformando-o na formalização simbólica e narrativa das autorepresentações partilhadas por uma cultura”. A representação e o fato³¹² que envolvem o “turista pioneiro” de Ibitipoca, assim, estariam conjugados.

Neste sentido, é possível que, ao projetarem a imagem de Guaçuí tal qual ela nos é apresentada hoje, os sujeitos teriam criado uma representação sobre o que seria o “turista ideal” na época em que os primeiros visitantes chegaram à Serra. A partir da projeção

³¹² “Representações e 'fatos' não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envolvidos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como história com fatos reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na conformação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações” (PORTELLI, 1996, p.111).

dessa imagem mnemônica de um “turista ideal” que existira no passado, torna-se possível, para os entrevistados, contrastá-la com a visão que os mesmos têm dos turistas subsequentes a Guaçuí – já que o turismo desordenado nas décadas seguintes ocasionou inúmeros problemas à própria comunidade.

6.2 – A CONDIÇÃO FORASTEIRA

Eles dizem que o forasteiro usa droga, mas você quer coisa pior do que o cachaceiro da roça? Nesses lugar pequeno daqui, eles matam mesmo. Esse povo da roça mata, dá facada... e é droga também, pinga de roceiro também é droga! O forasteiro está em vantagem, pois veio com dinheiro e investiu aqui. Eu posso sair daqui, mudar pra outro lugar e montar meu negócio lá e ganhar o meu dinheiro. Agora, se o nativo sair daqui ele não pega emprego em outro lugar não: vai puxar enxada e varrer chão.

(Empresária, faixa etária 50-60).

Até o final dos anos 1980 havia poucas pessoas “de fora” residindo no arraial de Conceição de Ibitipoca. A população constituía-se quase em sua totalidade dos camponeses que ali se encontravam estabelecidos há várias gerações – os quais se conheciam e tinham um sentido de pertencimento comum àquele lugar. Ao referirem-se aos membros do grupo, os “nativos” se auto-identificam através de expressões como “nós do lugar”, “a gente nossa”, “nós localizados”, “nós nativos”, “o povo daqui” – expressando, pois, um **lôcus territorial** característico.

A partir de 1987 – quando da inauguração, no parque, dos equipamentos e instalações para receber os visitantes³¹³ – ocorre a intensificação do fluxo turístico na Serra. A população local começa a engrossar suas reivindicações junto ao poder público no que tange à melhoria das condições de vida: não havia sequer transporte coletivo ainda; a única alternativa possível era depender dos serviços prestados por um dos moradores locais que possuía uma caminhonete; caso contrário, deveriam recorrer à eventual carona do caminhão de leite. Não obstante, a estrada de chão que ligava o arraial a Lima Duarte estava em estado precário de conservação³¹⁴.

O Estado, por sua vez, apesar de equipar o parque para receber os visitantes, resistia em reunir esforços para melhorar a infra-estrutura de acesso rodoviário à Serra, sob

³¹³ O parque esteve fechado à visitação pública entre 1984 e 1987, onde foram implementadas obras de infra-estrutura e equipamentos turísticos.

³¹⁴ O primeiro ônibus a assistir a população de Conceição de Ibitipoca começou a circular por volta de 1998. A única estrada de acesso a Conceição de Ibitipoca é descrita da seguinte maneira por um jornal regional, em março/1987: “Estrada apertada, buracos, poeiras, barro. [...] é ir apelando para seu Santo de plantão e após, na subida da Serra, é mesmo o seja-o-que-Deus-quiser”. (TRIBUNA DE LIMA DUARTE, 22 mar. 1987).

argumentos preservacionistas de que a facilidade do acesso implicaria em transtornos ambientais futuros, uma vez que aquela Unidade de Conservação não poderia receber um grande número de visitantes. Delineiavam-se os primeiros conflitos declarados³¹⁵ entre o IEF a população local, a qual depositava perspectivas na nova atividade econômica – expectativas essas que foram suscitadas pelo próprio IEF quando da criação do parque. Tudo porque – conforme discutido no capítulo anterior – a partir de 1975, face às reivindicações, polêmicas e denúncias suscitadas pelos biólogos da UFJF, o IEF inaugurou um escritório regional em Lima Duarte, para onde enviara um engenheiro florestal. Desde então, a preocupação para com a fiscalização e proteção dos recursos naturais do parque foi reforçada. Mas só por volta de 1977 é que a conservação ambiental definitivamente se destaca enquanto objetivo principal do Parque Estadual do Ibitipoca. Até então, como já demonstrado anteriormente, o foco de seu uso público pautava-se nas expectativas de exploração econômica via turismo, sendo dificultadas até mesmo as pesquisas científicas em seus domínios territoriais³¹⁶.

Em 1987, a inauguração das obras dos recém-implantados equipamentos turísticos do parque causou desconforto e indignação na população local, já que a sofisticação das infra-estruturas turísticas contrastava com o eminente descaso do poder público para com a população camponesa do entorno.

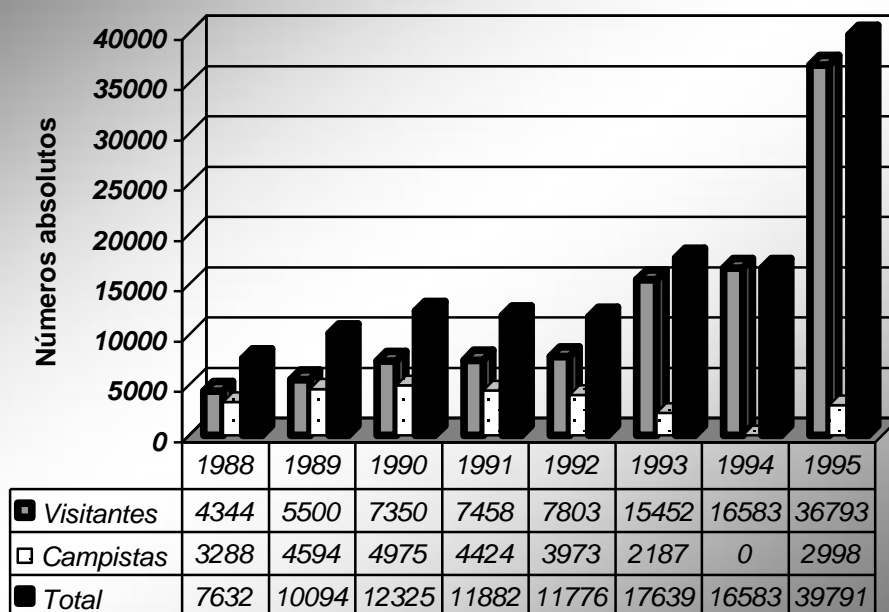
O que mais desejava o povo de Conceição de Ibitipoca, na última inauguração, era que chovesse ao menos um pouco para que as autoridades sentissem as dificuldades de uma região que vive sofrendo a [sic.] tanto tempo, às vezes, tendo de pagar mais de um milhão de cruzeiros velhos para transportar um doente ou mesmo a negócio até Lima Duarte. É o transporte mais caro do planeta, pois são somente 27 quilômetros de estrada em péssimo estado de conservação e segurança (TRIBUNA DE LIMA DUARTE, 22 mar. 1987).

Os últimos anos da década de 1980 marcam o primeiro “boom” da visitação à Serra. A partir de 1988 o número de visitantes aumentou gradativamente. Se analisada a série histórica dos dados, entre 1988 e 1995 houve um expressivo acréscimo de 321,37% na frequência total de turistas. É o que revela o gráfico a seguir:

³¹⁵ Até então, os conflitos decorrentes da criação e implantação do parque se davam de forma pontual e, via de regra, desdobravam-se ocultamente no plano simbólico, circunscritos à internalização dos impactos por parte das famílias camponesas que foram diretamente afetadas com a implantação da Unidade. Numa época em que a ditadura militar amedrontava o cidadão brasileiro, os camponeses hesitaram em reclamar seus eventuais direitos.

³¹⁶ Obviamente, nos referimos à perseguição sofrida pelo botânico Leopoldo Krieger e sua equipe de pesquisadores – cuja série histórica analisamos no capítulo 5.

Graf.1: Frequência de Campistas e Visitantes no Parque Estadual do Ibitipoca - 1988 a 1995



FONTE: IEF (1996). Elaboração: BEDIM, B. P. 2007.

O gráfico acima evidencia ainda a mudança significativa constatada a partir de 1992, um salto quantitativo no número total de visitantes do Parque. Não por acaso, foi este o ano de realização da Eco 92, no Rio de Janeiro³¹⁷. Na ocasião desta conferência, houve uma divulgação maciça dos recursos naturais de vários parques brasileiros enquanto atrativos turísticos singulares – incluindo-se as belezas naturais do PEIb, um dos “parques-bandeira” anunciados no evento. Deste contexto, temas como biodiversidade, “ecoturismo”, conservação e educação ambiental tornaram-se, subitamente, foco interino da imprensa nacional. Desde então, visitar áreas protegidas tornava-se, cada vez mais, um modismo “ecologicamente correto”.

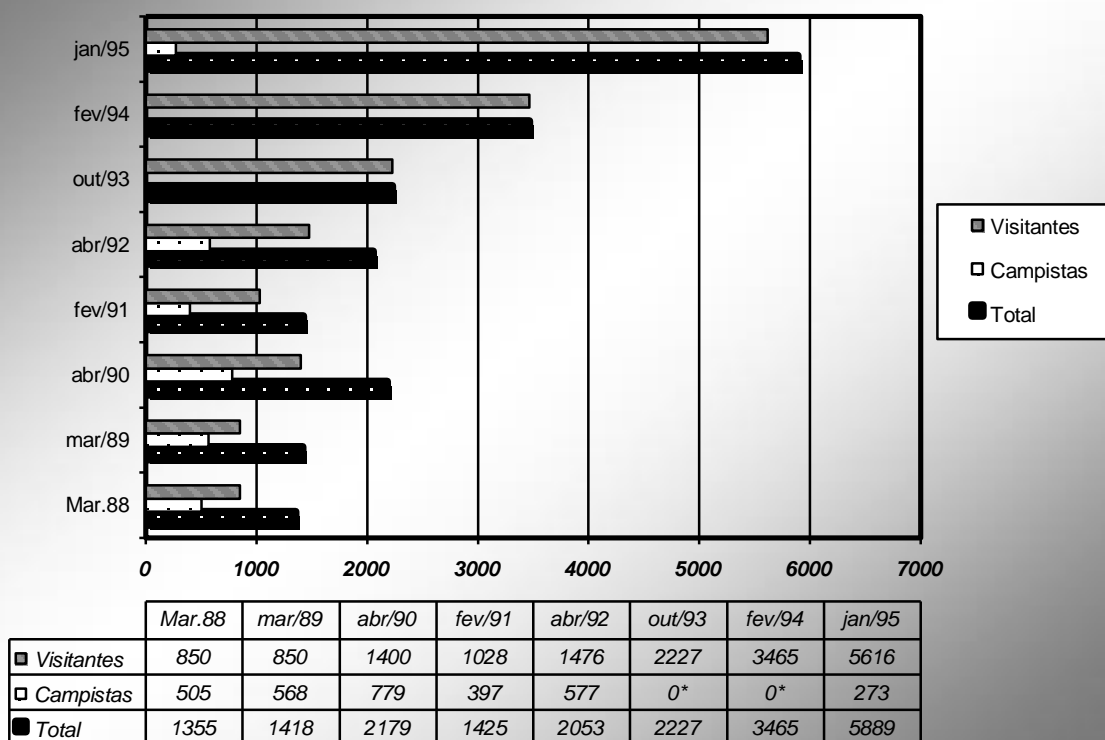
Nos anos subsequentes à Rio 92, a tendência de crescimento nos números de turistas que se deslocavam para a Serra consolidou-se. Entre 1994 e 1995 foi registrado, no intervalo de um único ano, o aumento exponencial de 140% nos índices de visitação do Parque do Ibitipoca – que, desde então, passou a figurar entre os 10 parques mais visitados do Brasil. Cabe ressaltar que o camping do parque esteve fechado entre julho de 1993 e

³¹⁷ Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro. Conhecida também como Cúpula da Terra ou Eco 92.

dezembro de 1994, o que conseqüentemente levou os turistas a se hospedarem no arraial de Conceição de Ibitipoca, intensificando assim o contato e as interações socioculturais entre estes e os “nativos”. No ano seguinte (1995) é registrado um aumento expressivo nos índices de visitação, contabilizando a portaria do parque quase quarenta mil turistas.

Na década de 1990, o turismo na Serra vislumbrava, pois, o seu “auge”. Contudo, a situação estava fora de controle: barracas por todos os lados, acúmulo de lixo, falta d’água, barulho excessivo, uso exacerbado de drogas ilícitas em locais públicos, brigas, tumultos, cenas de sexo explícito pelas ruas do arraial, etc. Neste contexto do “caos”, a população local começa a acenar reativamente: Em abril de 1991, a revista *Prática Hospitalar*³¹⁸ descreve que na época havia uma placa na entrada do arraial com o seguinte aviso: **“Você está chegando em Conceição de Ibitipoca. Comunidade com quase 300 anos. Respeite nossas tradições e costumes...”**

Graf.2: Meses com Maior Pico de Visitação - Parque Estadual do Ibitipoca (1988 a 1995)



FONTE: IEF (1996). Elaboração: BEDIM, B. P. 2007.

³¹⁸ FONSECA, C. O turismo verde invade as serras de Minas. *Revista Prática Hospitalar*, [S.l.], ano 6, v.6, n.3, 42-3, abr./mar. 1991.

Embora a tabela acima indique que em fev.1994 o número de pagantes no parque alcançou a marca de 3465 indivíduos, há estimativas que apontam que a movimentação de pessoas nos feriados prolongados ocasionem um fluxo turístico bem maior que aquele registrado na portaria do PEIb. No carnaval de 1994, por exemplo, a Serra de Ibitipoca teria recebido um fluxo calculado em 17 mil turistas³¹⁹, aproximadamente. Uma reportagem descreve a situação de desordem instaurada durante a concentração de turistas nestes feriados prolongados, contexto que escapava ao controle da população local:

Principalmente após os feriados prolongados, quando a população do arraial chega a dobrar, qualquer um pode ver lixo aos montes, bem no meio das ruas, e ainda fezes e o cheiro da urina que ficava no ar, principalmente quando era permitido acampar em qualquer lugar do arraial (CASTRO, L., 1994, s.p., *Jornal Zona da Mata*, Juiz de Fora, 20 fev.1994).

Como resposta aos efeitos indesejáveis da atividade turística desordenada, em 1993 é criada a AMAI – Associação de Moradores e Amigos de Conceição de Ibitipoca, que já em 1994 se mobiliza em torno da criação da campanha de *slogan* “**Salve o Arraial**”, cujo objetivo principal era a melhoria da qualidade de vida na área urbana do distrito frente aos eminentes danos causados pelo turismo. Segundo o jornal *Zona da Mata* (1994, s.p.), de pronto a AMAI reivindicou a proibição de acampamentos nas ruas do arraial de Conceição, bem como adotou medidas de segurança que resguardassem a população local durante os feriados.

Os fatores socioculturais influenciáveis pelo turismo geralmente são os mais difíceis de se quantificar e medir, sendo “altamente qualitativos e subjetivos por natureza” (COOPER et al., 2001, p.213). Para Lickorish e Jenkins (2000), uma das maiores dificuldades na identificação desses impactos se deve ao fato de eles demorarem um certo tempo para emergir. Segundo estes autores, os impactos do turismo em uma comunidade se relacionam ao volume de turistas que a visitam e à dispersão sazonal dos mesmos. Em Ibitipoca, a sazonalidade³²⁰ da demanda turística é um fator bastante influente, uma vez que os picos de visitação se concentram nos feriados prolongados como carnaval, Semana Santa, e *revéillon*. Os dados da tabela a seguir contextualizam empiricamente o tempo de permanência, em Ibitipoca, do turista que visita o parque. De acordo com esse

³¹⁹ CASTRO, Laura. Parque de Ibitipoca recebe 17 mil visitantes. *Jornal Zona da Mata*. Juiz de Fora, 20 fev. 1994.

³²⁰ A sazonalidade da demanda turística se caracteriza pela “concentração de turistas em certas localidades em determinadas épocas do ano por sua ausência quase total em outras, provoca transtornos e efeitos econômicos negativos consideráveis nas localidades receptoras” (RUSCHMANN, 2001:45).

levantamento do IEF, no período pesquisado a estada dos turistas na Serra se deu, predominantemente, entre 4 e 6 dias (atingindo 81% do índice de respostas em nov. 2005).

TAB.4: TEMPO DE PERMANÊNCIA DO TURISTA EM IBITIPOCA (MG)
PERÍODO DE REFERÊNCIA: MAIO/05 A NOVEMBRO/05

PERMANÊNCIA	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO
Menos de 1 dia	69%	24%	22%	31%	25%	28%	19%
Entre 1 e 3 dias	0%	0%	3%	0%	0%	1%	0%
Entre 4 e 6 dias	27%	66%	67%	65%	67%	64%	81%
Entre 7 e 9 dias	1%	5%	0%	0%	2%	3%	0%
Mais de 9 dias	0%	3%	8%	4%	5%	4%	0%
N/R	2%	2%	0%	0%	1%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

FONTE: Núcleo de Estratégias de Ecoturismo – NET/IEF (2006).
Formatação: BEDIM, B. P. – 2007.

Não obstante, durante o mês de maio/2005 o tempo de permanência que prevalece é o inferior a um dia, alcançando naquele mês o ponto máximo entre as variáveis possíveis da pesquisa: 69% dos visitantes amostrados – ou seja: excursionistas que muito possivelmente não pernoveram em Ibitipoca. Esses dois intervalos dominantes relativos ao tempo de permanência do turista na Serra – **i)** menos de um dia; **ii)** de 4 a 6 dias – em certo sentido indicam dois perfis de visitantes já diagnosticados em outras pesquisas como a da Fundação João Pinheiro (2000). De um lado, excursionistas de cidades próximas como Juiz de Fora e Lima Duarte, com uma menor disponibilidade de gasto e com tempo de permanência reduzido. De outro lado, turistas advindos de grandes centros urbanos do Sudeste brasileiro (São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro) e/ou de outras capitais ou até mesmo de outros países – os quais permanecem mais tempo na Serra, usufruem de serviços mais sofisticados de hospedagem e de alimentação, e ainda, gastam mais³²¹.

Entre 1995 e 1998, a visitação no parque permaneceu relativamente estável. Em 1999, contudo, é registrado um aumento significativo em relação ao ano anterior (26,83%). Mas o ponto máximo do número de visitantes anuais do parque foi efetivamente atingido em 2002, quando se alcançou a marca de **51.521 pagantes**. Conseqüentemente, o IEF reagiu editando a portaria nº 36, de 03 de março de 2003 – a qual estabelece normas de

³²¹ Em relação ao poder aquisitivo desse perfil de visitante, ver FJP (2000).

visitação nas dependências do Parque Estadual do Ibitipoca, limitando, a partir de então, o número de visitantes³²². De 2003 em diante, portanto, os índices de visitação no parque decaíram consideravelmente (uma queda de 28% em relação a 2002).

TAB.5: FREQUÊNCIA DE VISITANTES NO PEIb, 1995 – 2007	
Ano	Visitantes
1995	39.791
1996	31.373
1997	36.455
1998	39.369
1999	49.930
2000	39.811
2001	42.231
2002	51.521
2003	31.840
2004	27.582
2005	24.503
2006	31.692
2007	31.896
MÉDIA ANUAL	36.769

Fonte: IEF/MG. Elaboração: BEDIM, B. P. (2007)

Contudo, a análise do fenômeno turístico na Serra não deve considerar apenas o turista enquanto fator influente no processo, mesmo porque, conforme a tabela 4, a estada do mesmo no arraial se dá por pouco tempo. Não obstante, observa-se que a partir do primeiro “boom” do turismo na Serra, não foi somente o número de visitantes que aumentou. De forma concomitante ao acréscimo no fluxo turístico – e como efeito da dilatação da esfera produtiva turística –, a região passou a atrair pessoas das mais variadas partes do país – e quiçá do mundo – que fixaram residência no arraial com os mais diversos propósitos: uns buscavam qualidade de vida; outros, porém, chegaram com a intenção de explorar economicamente o turismo na região. A esses novos ibitipoquenses, atribuiu-se o nome de “forasteiros”, os quais chegaram para compor o sistema social local com a característica de serem “os de fora”. Neste sentido, Rodrigues (2001, p.67) os designa como aqueles moradores “recém-chegados, vindos de outras cidades e que possuem residência fixa no arraial”, incluindo os “antigos turistas, comerciantes e artesãos

³²² IEF/MG. Portaria nº 36, de 03 de março de 2003. Estabelece normas de visitação e utilização das dependências do Parque Estadual do Ibitipoca e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 03 mar. 2003.

que chegaram ao local estimulados, principalmente, pela atividade turística”. A autora divide os “de fora” em dois subgrupos: turistas e “forasteiros”; entre “os de fora” incluem-se outras subcategorias, cujos critérios de distinção não são tão simplificados como eventualmente o pareçam.

O forasteiro³²³, a priori, partiu de sua terra de origem motivado pelo seu próprio desejo de habitar um lugar onde o contato com a natureza estivesse facilmente ao seu alcance – o sonho idílico de um Éden acessível no limiar do próprio quintal. Constituiu, no Paraíso desejado, seu ambiente de vida e de trabalho. Frente ao estabelecimento desses novos moradores em Ibitipoca, contudo, insurgem os típicos dilemas do migrante ao chegar num lugar que não seja o de sua origem: vêm-se numa espécie de “quarentena” socialmente imposta, uma adaptação circunstancial ao novo estilo de viver e trabalhar num alto de Serra; sentem-se sozinhos, distantes de sua terra natal. Em Ibitipoca, reconstróem pedaços simbólicos de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul; há fragmentos da Bélgica e da Itália também – só para citar a procedência de alguns destes novos ibitipoquenses.

Desde a década de 1980, principalmente, empreenderam o movimento oposto ao êxodo rural dominante nas últimas décadas. Como justificativa para tal, alegam que a cidade de onde procedem esvaziou-se em seu sentido.

**TAB.6: ESTIMATIVA DA MIGRAÇÃO RURAL-URBANA NO BRASIL/
PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO VIRTUAL**

PERÍODO	ESTIMATIVA DA MIGRAÇÃO	
	Números	(%)
1940/50	2.558.714	9,02
1950/60	6.334.304	19,10
1960/70	10.296.355	26,41
1970/80	14.194.763	34,12
1980/91	11.420.047	29,18
1991/96	4.538.308	12,59
1996/2000	4.868.454	14,32

FONTES: IBGE – Contagem da População/ 1996 e Censo Demográfico/ 2000.

**Tabela baseada nos dados do quadro estimativo elaborado por Monteiro (2004, p.12).

À revelia da tendência migratória nacional dominante constatada na tabela acima, os forasteiros, na condição de “refugiados da *urbis*” elegeram Ibitipoca como um

³²³ **Forasteiro** – 1. Que é de fora; estrangeiro, peregrino. 2. Estranho, alheio. 3. Indivíduo forasteiro. (FERREIRA, Aurélio B. de H., 1986, p.798).

“território de liberdade”, um contraponto ao ritmo acelerado das metrópoles, da crescente violência urbana, do caos institucionalizado presente nos grandes centros em que nasceram.

A concepção de ausência enquanto sujeitos que após o deslocamento espacial se sentem “fora do lugar” acentua-se mediante os laços intrafamiliares que os “nativos” historicamente estabeleceram entre si e que dificultam a absorção dos “forasteiros” ao círculo de ressocialização em Ibitipoca.

O forasteiro, neste sentido, é o migrante que vive num eterno interstício que o comprime entre o que ele é e de onde ele vem *versus* o que ele pode vir a ser no lugar onde está agora. Mesmo que, em termos demográficos, tenha migrado definitivamente, as forças culturais e políticas que atuam no microcosmo Ibitipoca remetem-no ao *status quo* de estrangeiro – o migrante que, apesar de geograficamente estabelecido e sem perspectivas de realizar o movimento de retorno, é remetido à qualidade de migrante temporário, mesmo que não o seja. Perfaz, assim, o que Martins (1986, p.50) define como uma condição de *marginalidade* entre duas situações sociais: “É sempre o outro [...].É sempre o que *vai voltar* a ser, e não o que é”.

Nesta perspectiva, o “forasteiro” de Ibitipoca busca o seu espaço de socialização a partir da própria fenda social que se abre face à dupla *cultura da ausência* por ele experimentada: de um lado, o chão de sua terra natal que lhe falta; na margem oposta, os vínculos sociais no lugar de destino lhe condicionam e retraem.

...fora de seu lugar, fora de “suas” relações sociais, e que, no limite, não se considera dentro mesmo quando está. Se a *ausência* é o núcleo da consciência do migrante temporário, é porque ele não cumpriu e não encerrou o processo de migração, com seus dois momentos extremos e excludentes: a *dessocialização*, nas relações sociais de origem, e a *ressocialização*, nas relações sociais de adoção (MARTINS, 1986, p.50).

Em última instância, o forasteiro é um migrante que, deslocado de sua terra de origem, tenta em Ibitipoca reconstruir seus meios materiais de vida e suas próprias condições filosóficas de existência. Via de regra, estão integrados à cadeia produtiva do turismo, seja como proprietários de pousadas e *campings*, seja como artesãos e/ou guias turísticos. Evitam, pois, alternativas ocupacionais que os submetam ao trabalho assalariado, resistindo em se proletarizarem diretamente. Ao contrário, preferem criar os meios necessários à manutenção de uma relativa autonomia ocupacional, evitando horários rígidos de trabalho.

Os que possuem casas de veraneio no lugar mas que não mantêm vínculos profissionais com o turismo são bem quistos pelos “nativos”, assim como os turistas cuja estada no arraial de Conceição de Ibitipoca é curta. Dessa forma, há evidências de que haja uma sobreposição da esfera econômica na definição política de tais subgrupos, uma vez que os turistas-veranistas além de não competirem com “os do lugar” – (ex?) camponeses que se inseriram na nova atividade econômica –, ainda são fontes de emprego e renda para os mesmos, o que nem sempre ocorre com o “forasteiro empreendedor”. Eis uma visão “nativa” sobre os turistas que possuem residência secundária³²⁴ no arraial:

Ah... eu, pra mim, eu acho que foi bom também. Porque se eles tem as casa aí eles pode dar serviço pras mulher aqui do arraial: uma toma conta, outra faz limpeza né. Então quer dizer que eles dá ganho pro pessoal do lugar. Quer dizer que eles trouxe boa coisa também né.

(ajudante de serviços gerais, 52)

No entanto, a chegada desses novos atores sociais engendrou uma série de conflitos e descontentamentos por parte da população nativa que ali estava estabelecida, a qual manifestara insatisfação e sentimentos de rejeição para com os novos moradores e turistas.

6.2.1 – O MOVIMENTO FORA-FORASTEIRO

Expulsaram eles daqui... porque eles iriam se candidatar de novo à direção da AMAI. Eles falaram algumas verdades, **que o povo aqui é muito fofoqueiro e preguiçoso** (rs). Foi a maior confusão... Estava escrito em todos os postes: “FORA FORASTEIRO! O QUE VOCÊ VEIO FAZER AQUI? SE AQUI É TÃO RUIM, VAI EMBORA!”. Então arrancamos tudo, todos os cartazes. Eu então disse a eles: “É graças ao forasteiro que vocês estão aprendendo a trabalhar! E tem mais: não chame de forasteiro, porque isso é discriminação”. A gente tem o direito de ir e vir de qualquer lugar que a gente quiser. Na época a gente quis fundar outra associação, só de forasteiros. Ia se chamar SACI: Sociedade dos Amigos e Companheiros de Ibitipoca. Na época, eu fui contra, mas hoje eu acho que tinha que ser feito.

Empresária, faixa etária 50-60.

Em julho de 1995, a Revista Manchete³²⁵ publica uma reportagem que causou muita repercussão na vila, ocasião em que alguns moradores nativos se sentiram ofendidos. A referida matéria tinha o seguinte subtítulo dedicado aos *recém-chegados*: “Os forasteiros desvendam os mistérios e as belezas do arraial”. Entretanto, no único exemplar que conseguimos pesquisar, a página das declarações polêmicas estava danificada – pertencia a

³²⁴ Neste contexto, as residências secundárias se referem às casas dos veranistas.

³²⁵ BERMAN, Deborah. Ibitipoca: com o *boom* do turismo, o arraial se adapta a uma nova vida. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, 22 jul. 1995.

uma pessoa que, tomada por ressentimento após ler o enunciado, rasgou parcialmente a revista. Mas alguns trechos ainda estão legíveis, inclusive o que caracteriza descritivamente os forasteiros: “Com ambições e profissões diferentes, todos têm em comum a paixão pela vida tranqüila na serra e a disposição para investir energia e dinheiro naquele pequeno lugar”. Um outro parágrafo deixa transparecer o porquê a reportagem causou tanto rebuliço: “... na vila de Ibitipoca, todo mundo sabe de tudo. As novidades se espalham numa velocidade de fazer inveja a qualquer auto-estrada cibernética. Fala-se da vida do outro por falar, por falta de assunto melhor” (REVISTA MANCHETE, 1995).

À medida que ocorria o adensamento populacional no arraial em virtude da “migração” ocorrida a partir da década de 1980, aumentava o sentimento de rejeição dos “nativos” para com os recém-chegados. Tal impasse culminou no *Movimento Fora-Forasteiro*, ocorrido em 1995, cujo estopim teria sido a reportagem publicada nesta revista de âmbito nacional (Manchete), contexto em que alguns “nativos” se sentiram humilhados face ao teor pejorativo das declarações dadas por alguns “forasteiros”:

Em represália a todos aqueles que vieram de fora – isso foi uma coisa louca – por exemplo, eles jogaram pedra na casa desses turistas que tinham vindo pra cá, em todos os postes estava escrito assim “FORA FORASTEIRO”, furaram pneu de jipe... Todas as casas, todas as pessoas que estavam aqui mas que vieram de fora sofreram represália... [...] E foi uma coisa assustadora na época, eu tinha acabado de mudar pra cá. Eles não queriam essas pessoas aqui, eles estavam se sentindo invadidos, eles estavam sentindo que estavam vindo cada vez mais pessoas e isso é natural de qualquer lugar.

(Proprietária de pousada, há 10 anos reside no arraial, 42)

Ao que tudo indica, tal manifesto foi o elemento deflagrador de uma série de acontecimentos subjacentes a uma tensão social que há anos se desenhava de forma recôndita, não declarada – provavelmente porque os “forasteiros” se apresentavam como os principais investidores locais, e estariam acumulando assim os maiores lucros provenientes da atividade turística. Nas palavras de Rodrigues (2001, p.68), “os novos moradores do arraial se dedicaram exclusivamente às atividades de serviço ligadas ao turismo”. De acordo com suas pesquisas, em 2000 cerca de 55,3% dos estabelecimentos comerciais e turísticos do arraial pertenciam aos “nativos”, enquanto que 44,7% eram de propriedade dos moradores “de fora”.

Contudo, nossas observações de campo apontam que esses diferentes atores possuiriam diferenciadas condições de investimento, sendo os “forasteiros” os detentores dos maiores e mais sofisticados meios de hospedagem e restaurantes, concentrando assim a supremacia do capital canalizado na atividade turística.

Assim, o turismo e os “forasteiros” inserem uma lógica social externa aos “nativos”, intimamente vinculada a questões econômicas de custo-benefício. Antes da chegada desses novos atores naquele “microcosmo”, porém, os “nativos” relatam haver condições de “paz”, “sossego” e “tranqüilidade” entre eles, projetando nos “de fora” a culpa pelos principais problemas sociais identificados atualmente, bem como a introdução do espírito competitivo entre os membros da comunidade.

Essas evidências empíricas são similares ao que Wylie apud Mendras (1978, p196) denomina de dialética do *Nós* e do *Eles*: “Nós somos bons, Eles são maus, Eles não nos trazem nada de bom, e portanto é necessário que nos protejamos deles de todas as formas”. Por sua vez, Henri Mendras (1978, p.196) sustenta a tese de que “todos os camponeses sonham em regressar à época mítica na qual não existia a sociedade envolvente”³²⁶. Não obstante, uma entrevistada de Ibitipoca ratifica tal tendência ao afirmar que:

Antigamente a gente não tinha quase problema nenhum não né, porque era só a gente do lugar, bem dizer. Com o turismo é que foram surgindo esses problemas. [...] As pessoas se ajudavam um ao outro, era unidos. Hoje cada qual quer ver o outro cair num buraco. Você tá caindo e as pessoa não tem coragem de puxar pra trás, ainda acaba de empurrar.

(*Nativa e pensionista, ex-cozinheira de pousada, 60*)

Neste sentido, Krippendorf (2003,p.18) assinala que os habitantes das regiões visitadas, em determinado momento sentem um certo rancor³²⁷ em relação aos efeitos negativos do êxodo provocado pelo turismo: “Essas populações têm, cada vez mais, a impressão de que são invadidas por esse desenvolvimento e, ao mesmo tempo, dele excluídas”.

Conflitos que envolvem relações de poder análogas são observados nos estudos de Elias e Scotson (2000), onde são analisadas as relações de desigualdade social e diferença a partir das relações sociais entre os *estabelecidos* e os *outsiders* numa pequena comunidade industrial inglesa. Assim como os “forasteiros” de Ibitipoca, os *outsiders* são os estrangeiros que não partilham os valores e o modo de vida vigentes na comunidade dantes *estabelecida* – no caso, os “nativos”. Na condição de *estabelecidos*, os “nativos”

³²⁶ “... a civilização urbana tomou conta de Peyrane. Os habitantes de Peyrane ainda desconfiam deles, verbalmente. Mas, nos seus atos, pode-se observar que Eles não estão mais opostos a Nós, já que metade dos de Peyrane são Eles, os urbanos recentemente instalados. A autonomia relativa dos habitantes de Peyrane foi quebrada; o ethos sobreviveu a essa ruptura, reduzindo-se a uma ideologia sem ligação direta com os comportamentos, exceto sem dúvida em política” (MENDRAS, 1978, p.196).

³²⁷ Vieira (1988) registra que uma camponesa de Ibitipoca utilizara a seguinte expressão para manifestar o sentimento de invasão que acometia a população local: “A gente se sente hóspede do lugar”.

fundariam seu poder a partir do *princípio de antigüidade*, lançando mão do maior tempo de residência no lugar enquanto fator distintivo em relação aos “outros recém-chegados”:

...mas eu estou localizado, e ele [o forasteiro] evém né.

(Lavrador aposentado, 81).

Mas ele [o forasteiro] não é daqui. Ele está aqui mas ele não é daqui, ele é de _____. [...] Aqui é que são as minhas raízes... A minha mãe é daqui, foi nascida aqui, criada aqui, está enterrada aqui, a mãe dela, os irmãos dela estão todos aqui. Então minha raiz é aqui. O meu lugar é aqui.

(produtor rural aposentado e dono de um camping, 73)

Os nativos, assim, reforçam o seu ***locus territorial específico***, definindo geograficamente a Serra de Ibitipoca como seu espaço de vida historicamente diferenciado dos demais atores que ali chegam. Ademais, os “nativos” se auto-identificam como um grupo bastante peculiar, cujos critérios de “superioridade” em relação aos demais vinculam-se ao que Elias e Scotson denominam *carisma grupal distintivo*, em detrimento dos aspectos culturais dos “forasteiros”. Neste sentido, os entrevistados comumente afirmam a sua identidade de “nativos” do lugar como forma de se diferenciarem dos que vêm de fora. Ex: “*mas eu estou localizado, e ele (turista) evém né*”. Tem-se, no caso, um grupo que lança mão do seu tempo de residência num local e de seus laços de identificação para com o lugar para se reafirmar, em termos políticos, face a outros indivíduos que não possuem a mesma condição “nativa”.

Eles [forasteiros] não conveve [sic.] junto diariamente... Nós os nativo não, todo dia tá junto ali né, todo dia. Então tem um tipo de confiança a mais né. [...] Então o turismo veio, veio todo tipo de gente: veio o bom, veio o ruim, veio o maconheiro. O jeito de conversar [do forasteiro], o jeito de lidar né com as pessoa deles são diferente. [...] Sempre os forasteiro é desunido nessa parte né... que eles não tá costumado c’aquele ambiente né. Um causo né, vamos supor: se eu tô brigando com outra pessoa ali, nós aqui do local né, os nativo, vai tentar separar aquela briga e conversar. E eles [forasteiros] se vê acontecer um causo desse eles corre né, não vieram participar daquilo. Os nativo não, aí já é diferente né.

(ajudante de serviços gerais, 52)

Elias e Scotson (op.cit., p.22) observam ainda que tais grupos em disputa pelo poder local costumam lançar mão da *estigmatização social* do grupo oposto como estratégia de hierarquização social a nível local, atribuindo-lhes rótulos e estereótipos que impregnem a condição de “inferioridade humana”. Neste sentido, os “nativos” não raro

associam os “de fora” como vetores do consumo de drogas no arraial, principalmente a maconha³²⁸:

A droga tinha que diminuir, não tinha? Tinha que diminuir os turismo... Aqui os vendedor são os turismos que mora aqui; não todos. Porque depois que começou turista a morar na Ibitipoca aí a droga aumentou. Então acha, a gente não fala isso pra poder contrariar eles não, mas os moradores de fora são os maior vendedor. [...] Ibitipoca atrai pessoas que vem de fora que parece que seja bom, mas tem uns que a gente renega, né... **nosso lugar mesmo tem vários que a gente renega né, mas vamos tocar? Não vamos.** Eles acham o nosso lugar bom pra eles vir morar... Aí a gente fica partido, não sabe o quê que faz...

(Dona-de-casa aposentada, 65)

Com o intenso fluxo de turistas e o aumento do número de moradores “recém-chegados”, problemas diversos atingiram direta ou indiretamente a comunidade, como coleta de lixo deficitária, a precariedade do transporte coletivo, falta d’água, excesso de barulho, insegurança civil³²⁹, etc. Nesta perspectiva, os “localizados” responsabilizam os “forasteiros” e turistas pelos eventuais furtos ocorridos no distrito³³⁰, atribuindo-lhes também a culpa pelo surgimento de doenças infecto-contagiosas³³¹.

Mas há também critérios de distinção interna entre os “forasteiros”. Ao chegarem na comunidade, os que vêm “de fora” são estranhos tanto para os “nativos” quanto para os demais “forasteiros” que ali já estavam. Essa condição de duplamente *estrangeiros* dificultaria a organização social dos “recém-chegados”. Possuindo origens geográfico-culturais diferentes, os “forasteiros” não apresentam coesão enquanto grupo, tampouco compartilham traços identitários em comum – o que intensifica a tensão *forasteiro X forasteiro*: não raro, uns são acusados por outros de terem propósitos puramente

³²⁸ Ao discorrer sobre os avanços e entraves no processo de descriminalização da maconha, Assumpção (2005, p. 320) salienta que a discussão acerca do tema no Brasil, no âmbito das políticas públicas, se dá por duas vertentes: de um lado, a Secretaria Nacional Antidrogas defende “a construção de uma sociedade livre do uso de drogas ilícitas”, enquanto que, por outro lado, o Ministério da Saúde em discurso moderador propõe a “Redução de Danos”.

³²⁹ Em julho de 2005 finalmente um posto da Polícia Militar de MG foi implantado em Conceição de Ibitipoca. Até então, eram comuns os roubos e crimes diversos cometidos no arraial, incluindo furtos a turistas e pousadas. Aliás, tentaram roubar o próprio pesquisador em maio de 2005, ocasião em que realizava levantamento de dados para sua monografia (BEDIM, 2005), quando ainda era aluno da UFOP.

³³⁰ “Aqui existe bem uns roubo. Só que os pessoal que rouba aqui não rouba na casa dos nativos do lugar; só rouba casa de turismo. Eles não mexe no nativo. Eu tenho uma impressão que os roubadores daqui são os próprios de fora – não todos, alguns – porque aí vêm e sabe que a sua casa está cheia, equipada de traste bom, aí vai na sua casa e não vai na minha porque sabe que a minha não tem” (Dona-de-casa aposentada, 65).

³³¹ “Antes do turismo era mais fácil a vida porque havia respeito humano. Agora após o turismo tá havendo um muito grande desrespeito, até na utilidade de uso... Muita enfermidade, doença... porque os turismo vem acharcado, completamente arrio, completo de doença infecciosa e transmite pra mulher no sexo, e o sujeito entra no quarto com a mulher e vai acabando... Já morreu bem aqui uns dois ou três de aid [aids] pegado aí [...] da mulher turista”. (lavrador aposentado, 79). Nota: Arrio: sem forças; sem ânimo.

economicistas, cujo objetivo maior ao se mudarem para Ibitipoca seria unicamente enriquecer. Esse tipo de “forasteiro” é identificado como pessoa *non grata* pelos demais, que por sua vez dizem buscar qualidade de vida em primeiro lugar³³².

Além do mais, deve-se ressaltar que apesar de os “forasteiros” portarem um padrão de vida aparentemente superior à norma local, eles estão sujeitos às mesmas condições de afastamento geográfico que se aplica aos “nativos”. Para morar em Ibitipoca, tiveram que abdicar de certas comodidades dos locais de origem; destituíram-se de suas eventuais faces urbano-aristocráticas para incorporar os atributos necessários à adaptação ao novo ambiente. E as restrições às quais se submeteram não são poucas: assistência médica e educação deficiente, economia dependente das circunstâncias externas, intemperismos políticos do IEF, falta de policiamento, etc. Tais constatações reforçam a idéia de que as relações de poder em Ibitipoca não são unicamente pautadas em critérios econômicos, mas sim numa vasta gama de fatores como naturalidade, tempo de residência no lugar, identificação e objetivos para com Ibitipoca, entre outros. Sendo assim, relativiza-se o discurso de Barreto (2004, p.136) de que as diferenças econômicas, o *status* a nível internacional ou os avanços tecnológicos dos visitantes tornam a relação entre visitante e visitado assimétrica. Wanderley (2000), por sua vez, ao discorrer sobre a emergência de uma nova ruralidade no mundo contemporâneo, a partir da concepção do rural enquanto espaço diversificado, destaca a inserção de “atores coletivos” e a respectiva possibilidade de se gerar tensões a partir da proximidade entre distintos grupos sociais³³³. De fato o convívio, na pequena Conceição de Ibitipoca, de pessoas de variadas origens geográfico-culturais³³⁴ conferem ao lugar a característica de concentrar num espaço reduzido raízes

³³² “Quem não tem boa intenção vai embora, não fica. Em dez anos eu não consigo me lembrar da quantidade de pessoas que eu vi passar por aqui. O pessoal acha que Ibitipoca dá dinheiro, e isso não é verdade. Ibitipoca não dá dinheiro, você tem qualidade de vida. Quem vem pra cá achando que isso aqui é uma nova Xangrilá se dá mal. Fica durante um tempo e vai embora, não resiste ficar aqui. Porque isso é uma fábrica de ilusões, você entrar num lugar e achar que tá tudo bonitinho... tá bonitinho porque as pessoas têm bom gosto, não dinheiro. Então eu acho que isso é uma grande ilusão... de achar que vem pra cá e se dar bem, vai ter grana. Não, eu acho que aqui você vive, você tem uma qualidade de vida legal. Todos aqueles que vieram pra cá achando que iam ganhar dinheiro, achando que iam se dar bem, o tempo deles foi curto demais; já foram embora. E assim ainda vai ser. Ibitipoca escolhe as pessoas que mantém aqui. [...] É um processo natural... eu acho que são os mistérios de Ibitipoca. O porquê eu não sei”. (Empreendedora, proprietária de pousada, 42).

³³³ “As distinções se expressam freqüentemente entre os antigos habitantes e os recém-chegados, ou os “de dentro” e os “de fora”. Para os primeiros, a presença de estranhos pode provocar sentimentos de que o seu ambiente de vida não corresponde mais a um espaço de interconhecimento, no qual está inscrita sua própria história social, e que ele pode ser profundamente afetado pelos usos da terra e da paisagem rurais para fins diferentes [...]. Para além das dificuldades da convivência cotidiana, os conflitos refletem o confronto entre concepções distintas a respeito do que é o rural e os usos que podem ser dados aos espaços rurais” (WANDERLEY, 2000, p.99).

³³⁴ Nos estudos de campo observou-se que os forasteiros são provenientes de variadas regiões e estados brasileiros como RS, ES, PE, RJ, MG, SP, DF e BA, bem como de diversas cidades do interior de Minas. Há ainda, algumas pessoas de outras nacionalidades residindo no arraial: italianos, franceses e uma “colônia” de belgas que há 6 anos mantêm moradia na serra.

culturais distintas, como se fosse um “mosaico cultural”. Tal diversidade contribui para colocar em relevo problemas estruturais e conflitos vividos entre “nativos” e “forasteiros”, a partir de diferentes formas de apropriação do território.

TAB.7 : LOCAL DE ORIGEM DOS VISITANTES DO PEIB. Período Julho/04 a Abril/05

Grande BH	Interior de Minas		Outros Estados		
Belo Horizonte	Aiuruoca	Mercês	SP Americana	SP Jundiá	SP São Caetano do Sul
Betim	Além Paraíba	Mirai	RJ Angra dos Reis	SP Lindóia	RJ São Gonçalo
Contagem	Antônio Carlos	Monte Carmelo	SP Araras	RJ Macaé	SP São José dos Campos
Nova Lima	Araxá	Muriaé	SP Atibaia	Amapá - Macapá	ES Serra
	Barbacena	Olaria	SP Bananal	PA Marabá	São Paulo
	Barroso	Ouro Branco	RS Barra Mansa	SP Mauá	SP Suzano
	Bias Fortes	Passa Quatro	RJ Barra de São João	RJ Mesquita	SP Taboão da Serra
	Bom Jesus de Minas	Piedade do Rio Grande	RJ Barra do Pirai	SP Mogi das Cruzes	MT Tangará da Serra
	Carangola	Piranga	PR Boa Vista	SP Mogi Mirim	SP Taubaté
	Cataguases	Poços de Caldas	SP Botucatu	RJ Niterói	RJ Teresópolis
	Conceição do Ibitipoca	Rio Pomba	DF Brasília	RJ Nova Friburgo	RJ Três Rios
	Conselheiro Lafaiete	Rio Preto	RJ Búzios	RJ Nova Iguaçu	RJ Valença
	Coronel Xavier Chaves	Santana do Deserto	RJ Cabo Frio	SP Osasco	ES Vila Velha
	Cruzília	Santos Dumont	SP Campinas	RJ Piracambi	RJ Visconde do Rio Branco
	Divinópolis	São João Del Rei	RJ Campo Grande	RJ Paraíba do Sul	ES Vitória
	Dores de Campos	São João Nepomuceno	SP Capão Bonito	RJ Petrópolis	RJ Volta Redonda
	Entre Rios	São Lourenço	ES Colatina	RJ Pinheiral	Outros Países
	Eugenópolis	São Tomé das Letras	RJ Comendador Levy Gaspar	SP Piracicaba	Alemanha
	Ibertioga	Sapucaia	RS Cruz Alta	PE Recife	Austrália (Sidney)
	Itajubá	Tiradentes	RJ Duque de Caxias	RJ Resende	Canadá (Vancouver)
	Itaúna	Tiros	SP Franca	SP Ribeirão Preto	Espanha (Barcelona)
	Ituiutaba	Ubá	SP Guarulhos	RJ Rio Bonito	EUA (Colorado, Danbury)
	Juiz de Fora	Uberaba	SP Holambra	Rio de Janeiro	França (Paris)
Lavras	Uberlândia	BA Itabuna	ES Santa Tereza	Holanda	
Lima Duarte	Varginha	RJ Itaocoara	SP Santo André	Itália (Milão)	
Maria da Fé	Viçosa	RJ Itaperuna	SP Santos	República Tcheca (Krnov)	
Matias Barbosa		SP Joanópolis	SP São Bernardo do Campo		

Fonte: IEF/MG. Núcleo de Estratégias de Ecoturismo/NET (2006). Formatação: BEDIM, B. P. (2007).

Outro fator relevante é que, via de regra, os “nativos” pré-julgam o comportamento do turista de acordo com a procedência deste: os de Juiz de Fora, por exemplo, são rotulados de “farofeiros”, “baderneiros”. Nos turistas de Lima Duarte, a população local

lhes projeta a rivalidade histórica que permeia as duas localidades. Os paulistas, por sua vez, parecem ser bem quistos, bem como os belorizontinos. Por trás destes estigmas, no entanto, possivelmente se escondem interesses econômicos. Algumas hipóteses: os turistas provenientes de cidades vizinhas como Juiz de Fora e Lima Duarte compõem em maior número, geralmente gastam menos³³⁵, trazem alimentação casa, usufruem do mesmo transporte coletivo da população local e não necessariamente pernoitam em Conceição de Ibitipoca – portanto, geram menos divisas para o destino visitado. Os turistas que vêm de centros mais distantes (São Paulo, Rio de Janeiro, etc.), por se deslocarem em distâncias maiores e com automóvel próprio, além de pernoitarem na Serra ainda possuem maior poder aquisitivo.

Contudo, o “fenômeno forasteiro” não é nenhuma exclusividade de Ibitipoca. Ao conceber o espaço enquanto uma das condições da sociedade, Simmel (1983, p.182) delinea uma discussão teórica sobre *o estrangeiro*, na condição de pessoa que “chega hoje e amanhã fica”, enfatizando as “forças psicológicas” ou “espirituais” que aproximam, unem ou separam os indivíduos e os grupos. Nesta perspectiva, os “forasteiros” de Ibitipoca representam uma forma específica de interação para com o grupo *estabelecido*, fluando no viés de serem membros deste grupo ao mesmo tempo em que “estão fora dele e o confrontam”:

Eles [os de fora] talvez tenha mais confiança em mim do que eu neles... Porque eles também é estranho de tudo. Eu também sou estranho pra ele, mas eu estou localizado, e ele evém né. O sujeito tem um bocado de cisma daquele que vem. Cisma. Medo. É, uai... Você chega aqui e apresenta a mim sozinho, eu não te conheço nem nada: “Quê que você quer comigo?” – ainda tá na impressão. Ponta lá evém um turismo, uma pessoa ali e falo: “Quê que ele quer comigo será?” [...] Eu ainda tenho muita cisma. Mas converso com todo mundo: apareceu, procurou, eu converso.

(Agricultor aposentado, 85).

Ainda segundo Simmel, a posição do *estrangeiro* no grupo “é determinada, essencialmente, pelo fato de não ter pertencido a ele desde o começo, de ter introduzido qualidades que não se originaram nem poderiam se originar no próprio grupo” (ibid.). Neste sentido, as observações empíricas lançam evidências de que os “nativos” de Ibitipoca incorporaram hábitos de consumo e comportamento dos turistas e dos ‘forasteiros’ residentes, o que teria provocado mudanças de valores e condutas morais do antigo núcleo camponês do arraial de Conceição de Ibitipoca. De acordo com Levi-Strauss (1976, p.57) muitos costumes nascem “apenas da vontade de não permanecer atrasados

³³⁵ Cf. estimativa de gasto dos turistas realizada pela Fundação João Pinheiro (2000).

em relação a um grupo vizinho”. Em contrapartida, o mesmo autor ressalta que o efeito inverso pode ocorrer, reativamente, quando a proximidade entre grupos com características culturais distintas pode neles despertar o “desejo de oposição, de se distinguirem, de serem eles próprios”.

O senso de hospitalidade observado em numerosas sociedades camponesas parece estar em contradição com outros traços, particularmente a importância do grupo doméstico e da coletividade local, que supõem uma ou outra forma de rejeição ao exterior: coletividades vizinhas e sociedade envolvente. O dentro-do-grupo se afirma contra o fora-do-grupo (MENDRAS, 1978, p.195).

Todavia, Simmel sinaliza que as relações de proximidade e distância que envolvem a relação entre o *estrangeiro* e os membros de determinado grupo é permeada pela acentuação do “de fora” enquanto elemento “não-comum”, posição essa que é definida simplesmente pela *condição de origem*. E acrescenta: “os estrangeiros não são realmente concebidos como indivíduos, mas como estranhos de um tipo particular: o elemento de distância não é menos geral em relação a eles que o elemento de proximidade” (SIMMEL, 1983, p.187). Tal pressuposto talvez seja a base, por exemplo, do fato de os “nativos” distribuírem os lotes da igreja gratuitamente entre si, ao passo que os “forasteiros” devem pagar aos cofres da paróquia valores que os próprios “nativos” estipulam³³⁶.

Tais critérios de distinção social a partir da naturalidade dos atores são igualmente transpostos para o controle da portaria do Parque, já que os porteiros, todos “nativos”, lançam mão da *condição de origem* dos “forasteiros” para justificar que os mesmos devem pagar ingresso para entrar, uma vez que, apesar de residirem no lugar, “eles não são de lá”. A portaria nº 36, de 03 de março de 2003 (IEF), estabelece normas de visitação das dependências do Parque Estadual do Ibitipoca e institui que os residentes da vila – desde que apresentem comprovante de associados a entidades não governamentais, sem fins lucrativos, existentes e atuantes no entorno do parque –, terão isenção da taxa de ingresso, a qual é limitada aos dias úteis, de segunda a quinta-feira. Entretanto, alguns “forasteiros” que residem no arraial reclamam que os critérios de naturalidade ainda são utilizados para definir a isenção da taxa de ingresso no parque, uma vez que os funcionários da portaria do parque são todos “nativos”.

³³⁶Os terrenos da vila pertencem à “santa”; os moradores do arraial não têm escritura dos terrenos ou registro dos imóveis, e conseqüentemente não pagam IPTU. Tal situação possui explicação histórica: em 1836 a porção de terra do arraial foi doada a Nossa Senhora da Conceição, “a quem deviam pagar alguma coisa [sic.] os que fizessem casas, pois esta era a condição apresentada pelos doadores” (DELGADO, 1962, p.113). Atualmente os próprios “nativos” ligados à igreja é que definem a forma de distribuição dos terrenos. Os nativos, por sua vez, ganham os lotes, enquanto que os “forasteiros” devem pagar “à santa” uma quantia.

Dessa forma, ao contrário do que Elias e Scotson (2000) verificaram em Winston Parva³³⁷, o tempo de residência no lugar não seria o principal fator distintivo de tais grupos no contexto social do arraial mineiro estudado. Os vínculos históricos que mediaram a relação dos “nativos” para com a Serra de Ibitipoca ao longo dos séculos talvez impliquem em laços identitários profundos a ponto de forçar à sobreposição do fator *naturalidade*³³⁸ em relação aos demais. Nesta perspectiva, as *figurações* observáveis em Ibitipoca se assentam num diferencial incorporado pelo grupo estabelecido: um *locus* territorial específico expresso pelo sentido de lugar. Na visão de Silva (2004, p.24) “o lugar define o pertencimento social, o enraizamento em um determinado território.” Assim, o lugar Ibitipoca não concerne somente ao espaço físico, “mas também ao espaço simbólico, que o envolve com significados da cultura e da vida social ali existente”.

Assim sendo, as rupturas com padrões culturais tradicionais historicamente estabelecidos sugerem que a interação entre esses diferentes grupos engendre um processo de construção de novas identidades sociais no espaço “rural”. Mas se a comunidade compõe-se de “nativos” e “forasteiros”, a mesma apresentaria traços de afirmação, negação ou fusão identitária? A chegada de novos agentes sociais faz com que Ibitipoca congregue identidades justapostas no espaço? Haveria uma reestruturação das identidades envolvidas? Neste sentido, é possível remeter tais hipóteses ao fenômeno de formação das identidades contemporâneas, caracterizado pela imersão de identidades culturais “que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição, tirando seus recursos ao mesmo tempo de diferentes tradições culturais”, comuns na era globalizada (HALL, 2005, p.88). Os “forasteiros”, por sua vez, apesar de carregarem consigo fortes vínculos de sua terra natal, “são obrigados a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimilados por elas e sem perder completamente suas identidades” (ibid.). Assim como os “de dentro”, os “de fora” recriam seus próprios vínculos com o lugar. Daquela paisagem social já fazem parte; inclusive nela deixam suas marcas, seja nas formas arquitetônicas, seja nos novos topônimos atribuídos aos atrativos naturais³³⁹. Assim, paulatinamente, os “forasteiros” deixam de ser *estrangeiros no lugar* e se tornam *estrangeiros do lugar*.

³³⁷ Winston Parva é o nome fictício da pequena cidade do interior da Inglaterra onde Norbert Elias (2000) desenvolveu seus estudos sobre a relação *estabelecidos e outsiders* – obra antológica publicada pela primeira vez em 1965.

³³⁸ Acrescentar-se-á a tais fatores as relações interparentais favorecidas pela prática da endogamia.

³³⁹ *Grutas dos Gnomos, Cachoeiras das Fadas, Piscinão, Tibum e Janela do Céu* são apenas alguns topônimos que “os de fora” atribuíram aos atrativos naturais do Parque Estadual do Ibitipoca.

Em certo sentido, o conteúdo das entrevistas revela uma postura defensiva dos “nativos” para com os migrantes que hoje são parte integrante da cena social de Ibitipoca. Por sua vez, os que vieram “de fora” não aceitam ser chamados de “forasteiros” devido ao teor pejorativo do termo, e consideram-se mais instruídos que os “nativos”³⁴⁰.

Dessa forma, a demarcação jurídica do parque e o seu subsequente uso público via turismo desestruturou, em termos socioespaciais, a prática cotidiana de relações sociais diferenciadas, de acordo com os usos, costumes e tradições do campesinato da Serra de Ibitipoca – resultando em antagonismos intergrupais inerentes às disputas políticas e econômicas pelo controle dos recursos disponíveis naquele espaço – conflitos ambientais³⁴¹ que transpassam a dimensão material ao incorporar um complexo jogo de forças a interagir no plano simbólico do cotidiano.

O que subjaz às estratégias dos diferentes grupos pesquisados são alteridades e práticas dissonantes de apropriação social dos recursos materiais. Para os turistas, por exemplo, a Serra de Ibitipoca se apresenta enquanto paisagem de consumo estético a ser visitada e fotografada, espaço de lazer e diversão – representando a fuga do cotidiano das grandes cidades e, muitas vezes, local de exacerbação dos prazeres. Para os camponeses que por várias gerações habitam a região, porém, a Serra é lugar de moradia, devoção popular e práticas culturais tradicionais, onde determinadas “leis locais” devem ser respeitadas. Contudo, o outro grupo recém-chegado (“forasteiros”) vê em Ibitipoca uma alternativa à qualidade de vida e uma oportunidade de exploração econômica a partir da implantação de empreendimentos turísticos diversos. Por outro lado, há ainda os interesses estatais incorporados pelo IEF – Instituto Estadual de Florestas/MG – o qual defende a pretensa perspectiva “conservacionista”, buscando resguardar as características naturais dos ecossistemas da Serra. Assim, pode-se dizer que essas são as quatro forças principais que atuam e se confrontam no campo dos conflitos ambientais do entorno do Parque Estadual do Ibitipoca – onde diferentes representações, interesses e valores resultam em distintas formas sociais de apropriação do território.

³⁴⁰ “Eu não me acho uma forasteira. Eu me acho muito mais nativa do que muitos nativos daqui. Somos de fato forasteiros, mas aí muitas vezes essa palavra é usada de uma maneira pejorativa. [...] Infelizmente eu acho que quem vem de fora tem muito mais noção do valor desse lugar do que as próprias pessoas que moram aqui, porque pra eles isso é meio normal” (Empreendedora, proprietária de pousada, 42).

³⁴¹ De acordo com Acselrad (2004, p.26), os conflitos ambientais “caracterizam-se por envolver grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis [...] decorrentes do exercício das práticas de outros grupos”.

6.2.2 – O RÓTULO CAIPIRA: NOVAS RACIONALIDADES, VELHOS ESTIGMAS

... que o povo daqui é muito preguiçoso, não querem saber de trabalhar [...]. Os nativos é o atraso de Ibitipoca, não passam de roceiros. Criar galinha solta na rua é incompatível com lugar turístico. Isso aqui tem que evoluir.

Empresário, faixa 40-50 anos.

Na epígrafe acima, o entrevistado associa a população proveniente do núcleo camponês de Ibitipoca a rótulos de atraso e inferioridade humana personificados na “preguiça” e na suposta aversão ao trabalho. Em sua perspectiva, a secular prática cultural camponesa de se criar pequenos animais domésticos seria incompatível com o novo contexto econômico dominante no arraial de Conceição de Ibitipoca.

O camponês, por sua vez, internaliza a falsa condição de “inferioridade” nele inculcada ao longo das últimas três décadas. É assim que um depoente descreve o perfil e as circunstâncias de vida dos agricultores ibitipoquenses, quando da chegada dos primeiros turistas:

Por força da ocasião a gente era mais ingênuo – não vou dizer “bobo”. Por força era mais ingênuo. Razão: não tinha televisão, não tinha estrada, não tinha carro, não tinha luz elétrica, não tinha nada. Então a verdade era essa: o privilégio de um tipo melhor de vida era de poucos, a maioria era muito dependente. Dependente da fazenda do outro e do “me dá me dá”, ué. A região era pobre. Ela vivia da pecuária. O turista já tinha um estudo...

(produtor rural aposentado, 73).

Historicamente, no Brasil, o emparelhamento das especificidades da cultura camponesa ao “atraso” tem sua sociogênese no final do século XIX, quando estereótipos subumanos foram lançados pejorativamente para rotular o aparente “retrocesso” que a elite urbana emergente via na população rural brasileira. Tais estigmas atravessaram o século XX, sendo reforçados a partir dos processos de migração e a subsequente dissonância entre a margem de ócio da cultura caipira e o dinamismo urbano-industrial que as camadas dominantes almejavam para o país.

Em meados do século XX, o processo de concentração urbana experimentado no Brasil provocou o êxodo rural de um contingente do campo que se deslocava em direção às grandes cidades³⁴². Advindos do interior, esses sujeitos eram concebidos enquanto elementos desconexos face aos pretensos parâmetros de “civilidade” em voga – signos do “atraso rural” a contrastar com o teor citadino idealizado para os centros urbanos. Deste

³⁴² MEIRELLES, W. R. Manhosos, sapecas e matreiros. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n.17, p.26-27, 2007.

contexto, Meirelles (2007, p.27) lembra que “a cultura caipira dos recém-chegados era desqualificada e rotulada de atrasada” – contexto em que as elites citadinas conduziam a imposição de um estilo de vida dominante.

Deste período, em que um estrato urbano privilegiado fornecia uma maneira de viver e de pensar para uma sociedade inteira, as especificidades culturais das populações rurais passam a ser vistas a partir de sua dissonância em relação aos modelos de comportamento das camadas dominantes. Neste sentido, Meirelles (2007, p.26) pontua que o caipira desde então é concebido enquanto “praga nacional, símbolo do atraso econômico, político e mental”.

Personificadas na emblemática figura do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato (1882-1948) ou, mais adiante, encarnadas na irreverência dos filmes de Mazzaropi (1912-1981), as especificidades culturais do Brasil rural são assim desqualificadas face à pretensa “civilidade” emanada pelas cidades que se expandiam e atribuíam ao “universo urbano” o predicado de espaço e cultura diferenciados.

A figura do homem do campo atrasado faz parte do discurso que a elite liberal republicana – defensora de um Brasil composto de cidadãos brancos europeus – usa para deslegitimar determinados setores das classes populares [...]. Neste mundo onde o urbano representava o progresso e o rural aquilo que devia ser superado, parecia impossível encontrar elementos capazes de construir um patrimônio comum de valores (MEIRELLES, op.cit., p.26-27).

No contexto turístico de Ibitipoca, contudo, há uma inversão da tendência dominante do movimento migratório rural/urbano sem que os artifícios de atribuição de rótulos sofram alterações em seus sentidos: agora são os atores urbanos que se deslocam para o campo e, lá chegando, projetam na população camponesa local os típicos estereótipos de inferioridade humana historicamente construídos acerca do homem rural. A figura do agricultor da Serra é então estigmatizada a partir de velhos clichês que se recompõem em novos termos. Com o advento do turismo, o *lavrador* de Ibitipoca é então apontado pejorativamente como “matreiro”, “roceiro”, “nativo”, “preguiçoso”, “brejeiro”, “capiiau”, “tabaréu”, etc.

Por detrás desses rótulos impregnados de preconceito, subjazem intencionalidades políticas e econômicas. De certa forma, a margem de lazer e de ócio³⁴³ típica da cultura

³⁴³ “... o desamor ao trabalho estava ligado à desnecessidade de trabalhar, condicionada pela falta de estímulos prementes, a técnica sumária e, em muitos casos, a espoliação eventual da terra obtida por posse ou concessão. Em consequência, resultava larga margem de lazer que, vista de certo ângulo, funcionava como fator positivo de equilíbrio biossocial [...]. **O lazer era parte integrante da cultura caipira; condição sem a qual não se caracterizava, não devendo, portanto, ser julgado no terreno ético**, isto é, ser condenado ou desculpado, segundo é costume” (CANDIDO, 2003, p.113, grifo nosso).

camponesa contrastava com os usos e os sentidos econômicos do tempo inerentes à lógica produtiva capitalista que a indústria do turismo incorpora. **Num contexto em que a racionalidade da atividade turística passa a conduzir o processo econômico na Serra de Ibitipoca, as outras formas de produção e de vida tendem a ser desqualificadas.** É o que revela o depoimento a seguir:

Os nativo daqui são muito fechado, o povo da terra vive de panelinha. O que sobrou aqui depois do fim da mineração foi mucama e filho natural, esse gueto de povo da ralé, **a ralé caipira ficou aqui ilhada por mais de duzentos anos.** Se você ler o livro de Saint-Hilaire, ele vai falar isso. Era uma vila maltrapilha e decadente, e o povo só abria a frestinha da janela e olhava no cantinho. Ele foi recebido numa casa muito pobre... Não estou discriminando ninguém, isso é a história. O nativo daqui não sai porque não tem condição de sair não. **Eles não gostam de trabalhar pros outros não. O povo daqui vivia de roça pobre, quando cheguei eles nem andavam calçados.** Às vezes, num fim de semana, enterrava três ou quatro crianças aqui, morriam de fome. O povo aqui passava fome 30 anos atrás.

(Empresária, faixa 50-60 anos).

No relato acima, a entrevistada recorre aos registros de viagem de Saint-Hilaire como estratégia para ratificar os estigmas de atraso por ela projetados sobre a população rural local. De fato, em 1822 os camponeses de Ibitipoca tornaram-se alvo de ironias e desqualificações por parte do naturalista francês: “Se esta choupana apenas revela a indigência, sua situação foi bem escolhida. [...] Ao chegar, fui recebido por uma mulata vestida de saia e camisa de algodão muito sujos...”³⁴⁴ (SAINT-HILAIRE, 1974, p.34). Desde o século XIX, portanto, há registros da projeção de estigmas de inferioridade humana sobre a população rural da Serra.

Fisgado pelo preconceito que o atinge e contrai, o camponês de Ibitipoca internalizara tais arquétipos e, num dado momento histórico, passou a recusar a si mesmo, rechaçando os traços *sui generis* de sua cultura. Quer asfalto, terminal bancário eletrônico, quer ver a Serra transformada em município – signos de uma pretensa “modernização”, do “progresso” que a própria *modernidade anômala*³⁴⁵ lhe negara até então. Na vila de Conceição de Ibitipoca, quase a totalidade das casas de “nativos” possui laje exposta ou então se constitui de telhado de amianto ou de zinco: nega-se, a todo custo, o laço

³⁴⁴ Conforme destacado no capítulo 4, embora Saint-Hilaire se preocupe em verificar nas terras brasileiras estágios de “civilização” através de comparações com a realidade européia, o naturalista francês retrata aspectos sociológicos e geográficos de Ibitipoca por vezes carregados de um certo tom de exagero, preconceito e ironia, tal qual verificado no trecho acima, quando correlaciona a choupana dos camponeses de Ibitipoca à “indigência”.

³⁴⁵ A expressão *modernidade anômala* advém das teorizações de Martins (2000).

identitário da típica arquitetura rural da Serra³⁴⁶ dominante até duas décadas atrás, cujas casas ostentavam telha argilosa e tijolo artesanal exposto.

Por outro lado, ironicamente, as pousadas e as casas de segunda residência (veranistas) são predominantemente de telha de barro em estilo colonial, cujas paredes, via de regra, intencionalmente não são rebocadas, atingindo assim o simulacro do que seria uma “casa da roça” da Ibitipoca bucólica de outrora. Os turistas, os empresários do *trade* turístico e os veranistas estimam assim a estrada de chão batido, o fogão a lenha, o ar provinciano do distrito, o *paraíso* e seu bucolismo devidamente salvaguardados do universo urbano de onde eles próprios saíram. A composição paisagística do arraial, dessa forma, assume a forma de um cenário artificial, um mosaico de cores a escamotear as (in)diferenças que atravessam o seu cotidiano.

E não foi apenas a paisagem que se transformou neste processo. A legislação municipal também sofreu algumas “adequações” em função do turismo, conforme expressa o Código de Municipal de Posturas (2000), o qual proíbe a criação de animais no perímetro do arraial de Conceição de Ibitipoca (considerado zona urbana pela prefeitura de Lima Duarte)³⁴⁷. Segundo informações colhidas *in loco*, essa legislação restritiva se deve ao fato de que os proprietários de pousadas estariam insatisfeitos com o mau cheiro provocado pelos chiqueiros que os “nativos” mantinham nos quintais.

No depoimento a seguir, uma moradora do arraial manifesta o seu descontentamento face à cláusula jurídica restritiva expressa na Lei Municipal nº 1126/2000, argumentando que antes do turismo:

... todo mundo engordava porcos. Era só os nativos aí, não tinha esses negócio de pousada, não tinha essas indústria maior... então todo mundo engordava o seu porquinho, criava terreiro de galinha, as galinha pastava grama pela rua. Era tudo bom. [...] Ah, isso foi uma lei muito boba, porque os porcos dava futuro pra gente né. Pelo menos eu já engordei muito porco aqui no meu quintal. Foi uma lei boba... Eu não, eu tenho o meu terreiro cheio de galinha. Bobagem né [rs...]. Mas foi proibido mesmo, porque aqui tinha várias pessoa que engordava [porco] no centro, ali em baixo perto de pousada e tal... aí eles foram proibindo, dando denúncia até vir essa lei. Mas isso foi uma lei muito boba, porque aqui o lugar não era uma cidade grande. Agora, numa cidade grande tá certo porque dá inseto, dá catinga, dá isso, dá aquilo. É não, agora não ué... [...] Nós engordava era dois, três porco e depois eles proibiram... por causa do inseto em pousada. Só por causa disso. É porque os dono das pousada revé [sic] do cheiro do cocô do capado. (dona-de-casa aposentada, 65).

³⁴⁶ O viés da arquitetura também foi incorporado na disputa política entre nativos e forasteiros. Neste sentido, uma empresária afirma que: “O povo daqui [nativo] é que acaba com o patrimônio histórico, ele é que gosta de fazer casa quadradinha de laje, ele é que desmata e descaracteriza o lugar. Se você olhar uma obra de forasteiro, você não vai ver nenhuma descaracterizando: são todas bonitas e bem feitas”.

³⁴⁷ **Art. 138** – Não será permitido, dentro da zona urbana, a criação e manutenção de suínos, ovinos, caprinos e eqüinos, para fins comerciais e/ou consumo próprio, no limite inferior a 50 (cinquenta) metros de qualquer residência. (CAMARA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE. Lei Municipal nº 1126/2000).

Os proprietários de pousadas reivindicaram a elaboração dessa legislação alegando a recorrência de inúmeras reclamações de incômodo por parte dos turistas. Entretanto, sabe-se que a criação desses pequenos animais em Ibitipoca, além de ser a principal fonte de proteína do núcleo camponês é também uma prática cultural secularmente instituída, conforme já abordado no quarto capítulo. Aliás, a culinária daquela população se baseia na banha de porco, na qual os gêneros alimentícios ainda são conservados e fritos³⁴⁸.

Os “nativos”, por sua vez, contra-argumentam que o turismo é que deve se adaptar à cultura local, não o contrário – já que os turistas e as pousadas chegaram a posteriori em Conceição de Ibitipoca.

6.3 – A FALTA QUE O PLANEJAMENTO FEZ. A FALTA QUE O PLANEJAMENTO AINDA FAZ

Eu finjo que não invadi nem construí, a prefeitura finge não saber que eu não pago IPTU e fica tudo por isso mesmo. Aqui na Serra, vivemos nesse faz-de-conta. Ganhamos todos, perdemos todos.

Comerciante, faixa etária 40-50.

A reestruturação da esfera produtiva com o advento do turismo também tangencia implicações demográficas: os números seguintes contextualizam o adensamento populacional verificado no arraial. Em 1991, a população total do distrito de Conceição de Ibitipoca era de apenas 1036 habitantes, com 293 considerados urbanos (IBGE, 1991). Na década seguinte, o Censo 2000 revela um aumento de 40,61% da população do arraial³⁴⁹, ao passo que a zona rural assistiu a um decréscimo de 24,8% no número de habitantes.

TAB.8: DADOS DEMOGRÁFICOS – DISTRITO DE CONCEIÇÃO DE IBITIPOCA (MG)

Ano	Censo Demográfico	População Rural	População Urbana	Total
1980	IBGE	1108	277	1385
1991	IBGE	743	293	1036
2000	IBGE	559	412	971
2005	AMAI	614	648	1262

FONTES: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000).

AMAI – Recenseamento demográfico do distrito de C.I. (2005)

³⁴⁸ No preparo dos alimentos, a importância da banha de porco pode ser expressa no seguinte depoimento: “A banha fritava ela, derretia, fazia gordura, fritava tudo. Nós comia tudo, não desperdiçava nada do porco não. Fazia chouriço, lingüiça...” (Agricultor aposentado, 79).

³⁴⁹ Em 2005, era da ordem de 766 o número de eleitores do distrito de Conceição de Ibitipoca, segundo dados da Prefeitura Municipal de Lima Duarte.

O adensamento populacional³⁵⁰ constatado na vila de Conceição de Ibitipoca, aliado às especulações imobiliárias, deflagrou num processo de desfiguração física e cultural de suas características arquitetônicas e paisagísticas³⁵¹. Edificações volumosas dispostas de forma desarmônica comprometem a estética do lugar.³⁵² Neste sentido, Yázigi (2001) alerta que diferentes lugares turísticos de todo o mundo estão ficando “com a mesma cara”, esteticamente estandardizados, uma vez que a arquitetura implantada negligencia a “identidade paisagística” dos lugares.

A expansão não-planejada do perímetro urbano do arraial comprometeu assim a pretensa “qualidade de vida” que os novos moradores reivindicavam para Conceição de Ibitipoca. A concentração das edificações de uso comercial na parte central da vila (adjacências da igreja e praça da figueira) leva ao “aproveitamento” máximo destes terrenos e sua subdivisão em lotes cada vez menores – prejudicando, ainda, a permeabilidade do solo. Não obstante, os poucos espaços de lazer do arraial foram recentemente suprimidos³⁵³.

Mas, afinal, quem chega a Ibitipoca? O **capital...** personificado na figura do “outsider”, do “forasteiro”, do “outro”, o “urbano estrangeiro”³⁵⁴. Concomitantemente, assiste-se à expansão da lógica competitiva de mercado a espaços até então caracterizados por atividades agrícolas de subsistência e peculiares formas de organização social³⁵⁵, rompendo assim com a condição de relativo semi-isolamento no qual a população camponesa de Ibitipoca se encontrava.

As subseqüentes tensões e polarizações entre “forasteiros” e “nativos” expressam antagonismos intergrupais em nível local, consequência da contínua mudança nas estruturas econômicas e sociais. Além disso, as formas de sociabilidade destes atores apontam para a reconfiguração das identidades envolvidas – revelando a Serra como espaço social de trocas simbólicas, cuja diversidade provém da reconstrução de suas bases

³⁵⁰ Dados censitários da AMAI contabilizam um total de 1262 habitantes no distrito em 2005, dos quais 614 residem no arraial (área urbana). Com o turismo, acelerou-se a concentração populacional na sede do distrito, à medida que a zona rural liberava mão-de-obra para trabalhar no turismo.

³⁵¹ Em 1988 havia 130 casas no arraial (VIEIRA,1988). De acordo com levantamentos recentes da AMAI (dez. 2004) este número subiu para 385.

³⁵² Construções exóticas e em estilo europeizado com direito a “chalés-alpinos-suiços” parecem conferir a Ibitipoca ares de uma segunda Campos do Jordão.

³⁵³ A área que circunscreve a figueira centenária da praça, por exemplo, foi abruptamente reduzida em função das novas ocupações contíguas ao terreno – casas e estabelecimentos comerciais que, quase que em sua totalidade, pertencem a moradores recém-chegados.

³⁵⁴ Em certo sentido, essas observações vêm de encontro aos estudos clássicos de Martins (1993).

³⁵⁵ Referência ao modo de vida camponês e suas respectivas especificidades locais.

culturais, refletindo novas relações entre grupos e indivíduos. A partir de sua própria plasticidade, a população local se ajusta ao novo contexto, assimilando elementos culturais externos sem necessariamente perder seus aspectos culturais básicos. Tais constatações indicam a coexistência de temporalidades distintas neste espaço (permanências e rupturas; velhas ruralidades, novas aspirações, etc.) tendo em vista que, em termos lefebvrianos, o tempo de reprodução do capital exige que diferentes coisas aconteçam ao mesmo tempo – quer seja, a Serra de Ibitipoca como espaço (turístico?) envolto pela lógica da simultaneidade.

Devido às suas peculiaridades histórico-culturais, a Serra de Ibitipoca ainda assiste à recomposição de sua dinâmica social face às mudanças em curso, à medida que há a penetração de elementos “urbanos” e ao passo que seus atores “rurais” se inserem nas esferas mais amplas da sociedade. Isso não implica em dizer que o turismo foi ruim ou bom para o lugar. As mudanças são características das sociedades humanas, o que dispensa eventuais vitimizações.

Entretanto, essas transformações não podem ser atribuídas exclusivamente ao turismo, já que as tendências globalizantes da contemporaneidade são potencialmente capazes de alterar substancialmente a natureza da vida social cotidiana. Novelas e seus modismos ditando novas regras, estilos em voga, linguagens, músicas, padrões de beleza – tudo isso corrobora para despertar na população local novas necessidades e valores. O turismo, contudo, contribui para acelerar este processo na Serra de Ibitipoca, gerando no “nativo” um paradoxo identitário entre a sua cultura de origem e uma nova cultura urbana e globalizante que se apresenta, cuja instância mediadora é atribuída ao turista, ao “estrangeiro”, ao “de fora”.

Conceição de Ibitipoca reproduz, assim, o futuro provável de outras localidades rurais brasileiras submetidas a processos de intervenção social semelhantes. Se devidamente planejadas, tais alterações podem ser atenuadas, com vistas à sustentabilidade do processo – desde que o planejamento seja pautado na realidade social local, com vistas a se alcançar formas mais humanizadas de turismo, no sentido de as populações afetadas construírem a sua alteridade [territorial, econômica e cultural]. Principalmente porque muitas vezes o que está em jogo é o futuro de trabalhadores rurais já calejados com as discrepâncias históricas da estrutura agrária brasileira; sujeitos que tradicionalmente estiveram à margem dos processos políticos nacionais e, via de regra, vem sendo fortemente estigmatizadas pelos grupos dominantes.

6.3.1 – UM ARRAIAL EM MOVIMENTO



Fig.21. Conceição de Ibitipoca 1987: O arraial como forma espacial de organização da vida camponesa.

Na imagem, um carro de boi carregado de milho atravessa a pacata vila de Conceição de Ibitipoca. Entre arruamentos de chão batido, o cargueiro movido a tração animal escoo a produção agrícola local.

O traçado sinuoso das ruas que há trezentos anos atendiam às demandas da população rural não mais são suficientes para corresponder às novas funções econômicas que o turismo requer. Consequentemente, a estrutura física da vila setecentista foi estrangulada face às apropriações abusivas e aos interesses econômicos difusos aos quais encontra-se submetida. O fato de algumas de suas vias hoje possuírem pavimentação poliédrica não é suficiente para conservar a pretensa característica de rusticidade do arraial. Construções avançam por sobre as calçadas e esquinas; cada metro quadrado é disputado e tem seu preço estipulado em função da posição geográfica estratégica em que eventualmente se situa.

Foto: Maria de Fátima Ávila, fev. 1987.

Fig.22. Ibitipoca 2007: Qual planejamento?

Com a intensificação do fluxo turístico no parque, o arraial experimentou um rápido crescimento de sua área edificada, levando à descaracterização de seu patrimônio arquitetônico. Entre 1991 e 2000, a população da zona urbana de Conceição de Ibitipoca aumentou 40,61%. A Lei Municipal nº 1.155/2001, estabelece normas referentes à organização da ocupação e uso do solo no distrito, mas, até o momento, não é aplicada. Essa lei deriva do Plano Diretor de Organização Territorial e Desenvolvimento do Turismo em Conceição de Ibitipoca, instrumento de planejamento precursor no Estado, produzido pela Fundação João Pinheiro (2000). **Foto:** Bruno Bedim.



6.3.2 – O PLANO DIRETOR QUE NÃO VIU O CAMPONÊS

As imagens expostas no item anterior contextualizam a expressão espacial inerente ao adensamento populacional verificado na porção central do arraial de Conceição de Ibitipoca, comprometendo a circulação fluida de veículos, o abastecimento d’água, a segurança dos pedestres, os elementos estéticos da composição paisagística, etc. Nas faixas marginais às principais vias de circulação, foram construídos hotéis, pousadas e restaurantes – estabelecimentos comerciais que requerem estacionamentos privados ou coletivos. Na ausência destes, os turistas estacionam os veículos nas próprias ruas e estradas, comprometendo assim a pretensa fluidez do sistema viário disponível e levando o próprio turista a se deparar, *mutatis mutandis*, com um contexto não menos caótico daquele encontrado nos grandes centros urbanos de onde advém.

Nos feriados prolongados, principalmente, assiste-se ao estrangulamento da capacidade viária da sede do distrito, em que o fluxo do tráfego comumente é interrompido em função de fatores diversos. De acordo com os dados censitários supracitados (IBGE), entre 1991 e 2000 a população da zona urbana de Conceição de Ibitipoca teve um acréscimo de 40,61%. Tais números, conjugados a uma série de fatores recentes – expansão dos loteamentos e parcelamento abusivo do solo urbano, vias de circulação inadequadas, sinalização turística deficitária – concorrem para com a descaracterização física e cultural do lugar.

Além da desarticulação do sistema viário, edificações avançaram sobre espaços públicos sem nenhum controle ou restrição. Mas, aos olhos do poder público, era como se não existissem – já que ninguém em Ibitipoca paga IPTU em função de não possuírem registro legal de suas propriedades imobiliárias. Ainda hoje, a vila pertence “à santa”.

Diante dessa conjuntura de crescimento desordenado, em que a malha urbana do arraial se expandia à revelia e sinalizava suas limitações espaciais, em 2000 – a pedido do então governador de Minas, Itamar Franco³⁵⁶ – a Fundação João Pinheiro elaborou o *Plano Diretor de Organização Territorial e Desenvolvimento do Turismo em Conceição de Ibitipoca*, um instrumento de planejamento precursor a nível estadual e, quiçá, nacional – já que se configura como o primeiro plano diretor voltado para o desenvolvimento turístico

³⁵⁶ O imaginário local indica que o ex-governador e ex-Presidente da República Itamar Franco, por ser natural de Juiz de Fora – cidade que dista a apenas 80 km de Ibitipoca – teria freqüentado a Serra desde tempos remotos.

de uma localidade. O elemento diferencial desta ferramenta de planejamento é este aí. Seu principal disparate técnico também. Ao voltar-se exclusivamente para o turismo, o Plano Diretor e seus respectivos planejadores se esquivaram de incorporar a dimensão da vida camponesa como um componente humano a constituir a dinâmica social da Serra de Ibitipoca.

Embora bem intencionados, seus realizadores partiram do pressuposto de que a reestruturação da esfera produtiva em Ibitipoca se daria em bloco e que, devido aos atrativos naturais e à “vocação turística” da região, o pretenso “desenvolvimento turístico” além de inevitável deveria ser tomado como desígnio hegem nico a partir daquele dado momento histórico. Mais uma vez, o camponês do entorno do parque viu-se na posi o de sujeito que, apesar de estar ali, era como se não estivesse. Os planejadores ignoraram o espaço agrícola do distrito de Concei o de Ibitipoca! Assim como ocorrera no processo de implanta o e uso público do parque, as condi o de existência do campesinato da Serra foram negligenciadas e, novamente, empurradas para os bastidores da vida social. Ao invés de incorporar as demandas sociais da popula o local, o Plano Diretor elegeu o turista como sendo o ponto de partida e de chegada do processo de “planejamento”, privilegiando a satisfa o de seus desejos e, de quebra, ignorando as necessidades elementares da popula o camponesa local:

Os turistas constituem o elemento mais importante no momento da elabora o do diagnóstico sobre a realidade e as perspectivas do turismo em determinado local ou região do país. (FJP, 2000, p.157)

Ora, pois, um plano diretor não deve subtrair do escopo de seus propósitos a curto, médio ou longo prazo as características socioculturais de um dado território que se propõe a ordenar – e aqui se incluiria a incorpora o do *ethos* camponês na perspectiva do planejamento, em suas diferentes instâncias e escalas. Deveriam constatar e, em perspectiva, presumir que a agricultura camponesa não   um ente do passado, mas um elemento do presente a constituir a história recente do capitalismo na Serra de Ibitipoca. Apesar de trazer uma revisão bibliográfica volumosa sobre os atributos físicos e históricos da Serra, o Plano Diretor não diagnostica as condi o de vida e de trabalho do campesinato que reside no entorno do parque. Ao contrário, pauta suas análises nos meios de hospedagem e nos aspectos socioeconômicos do turista.

A zona rural do distrito   citada apenas a título secundário, como um “atrativo a mais”. No entanto, ao elencar os atrativos turísticos das principais fazendas e sítios do

entorno do parque, o Plano Diretor tornou-se, mesmo que acidentalmente, o “livro de cabeceira” dos especuladores imobiliários – já que havia inventariado parte do patrimônio cultural rural do entorno do parque. Aquele que deveria ser um instrumento de planejamento transformou-se, ironicamente, no “guia da expropriação” das terras camponesas em Conceição de Ibitipoca. Com a intenção de se “diluir o fluxo local do turista em Conceição de Ibitipoca e formar uma área turística de interesse global”, o Plano Diretor propôs trilhas de “ecoturismo” que perpassassem pelas propriedades rurais do entorno do parque, incluindo tradicionais fazendas (Andorinhas, Pitangueiras, Tanque, Pilar, etc.) e visitas às comunidades rurais “virgens” da região (Rancharia, Vermelho, Moreiras, etc.) – comunidades que, além de não terem experimentado os efeitos do fluxo turístico, sequer possuem infra-estrutura física ou pré-disposição cultural³⁵⁷ para receber tal demanda. O patrimônio arquitetônico das fazendas, bem como suas matas e cachoeiras são incorporados enquanto atrativos turísticos no afã de se articular a *soi-disant* “sustentabilidade” de uma “área turística de interesse global” (FJP, 2000, p.155)³⁵⁸.

Ao invés de discutir alternativas para amenizar os dramas da população camponesa local e, se fosse o caso, incorporá-la (caso houvesse sua anuência) no processo em curso, os “planejadores” não vislumbraram outra alternativa senão empurrar o problema do arraial de Conceição de Ibitipoca para todo o entorno do parque, no intuito de redistribuir assim os efeitos indesejados do turismo.

E o camponês? Como reagiu ao ver as trilhas formatadas pelo Plano Diretor serem apropriadas por praticantes de ralis automotivos? Como se sente assistindo motocicletas e jipes adentrando suas propriedades a partir das “exóticas” trilhas tornadas públicas em 2000? A intenção de se transformar todo o entorno do Ibitipoca em produto turístico a ser empacotado e vendido mundo afora fez com que novos investidores urbanos se interessassem pela área, aumentando ainda mais os processos especulativos.

No mesmo ano em que esse Plano Diretor era elaborado, o IBGE divulgara os resultados do Censo Demográfico de 2000, cujos dados denunciam que Conceição de Ibitipoca possuía, à época, uma população majoritariamente residente na zona rural do

³⁵⁷ De acordo com alguns dos moradores do arraial Moreiras (Santa Rita de Ibitipoca/MG), o principal receio da comunidade é que lá se transforme numa “segunda Conceição de Ibitipoca”.

³⁵⁸ Como alternativa para se aliviar a constrição causada pelo turismo no arraial de Conceição de Ibitipoca, o Plano Diretor propõe a ampliação e distribuição dos atrativos turísticos ao longo da zona rural do entorno do parque, a partir da “definição de áreas apropriadas e mais afastadas para eventos que causem estridência ou prejudiquem a tranquilidade do lugar [arraial]” (FJP, op.cit., p.157). Tal sugestão, contudo, apenas contribui para deslocar o problema de lugar, empurrando e redistribuindo os efeitos indesejáveis do turismo para o entorno do Parque, ao invés de solucioná-los.

distrito (57,6%). Mesmo assim, privilegiou-se a minoria que vivia na sede (arraial), estabelecendo-se critérios de construção de edificações padronizadas, com direito a “regrinhas de civilidade” para que o turista retornasse da Serra feliz e satisfeito.

Um ano após a sua publicação, o Plano Diretor foi transformado na Lei Municipal nº 1.155/2001, a qual estabelece normas referentes à organização da ocupação e uso do solo no distrito de Conceição de Ibitipoca – mas, até o momento, não é aplicada. Com a exceção dos especuladores imobiliários, grande parte da população local sequer conhece o tal Plano Diretor. Aliás, foram necessários dois anos para que este pesquisador aqui pudesse, finalmente, ter acesso à referida Lei proveniente do Plano – já que nem mesmo os vereadores e demais funcionários da Câmara Municipal de Lima Duarte sabiam do paradeiro desta norma jurídica – o que, de certa forma, traduz os significados (ou a ausência de) atribuído localmente ao tal Plano Diretor. Por mais que a sua elaboração possa ter sido bem intencionada, a não incorporação das demandas locais em favorecimento dos anseios dos turistas corroborou para transformar o que seria uma importante ferramenta de planejamento num instrumento jurídico-burocrático desprovido de sentido.

----- // -----



Fig.23: A “Cachoeira dos Macacos” e seus novos primatas.

Em 1912, a expedição de Álvaro da Silveira fez o primeiro registro iconográfico das paisagens que hoje constituem o território do Parque Estadual do Ibitipoca.

No período que antecedeu ao turismo, a população rural da Serra denominou essa queda d’água e seu lago subjacente de “Cachoeira dos Macacos” em função dos bandos de bugios (*Allouatta fusca*) e macacos-sauá (*Cillocebus personatus*) que transitavam por uma mata ciliar contígua a este trecho do Rio do Salto. Com a criação do parque, uma nova espécie de primata foi atraída para o lugar: o próprio homem. A freqüente ocorrência de banhistas nesta área fez com que os outros primatas se tornassem cada vez mais raros de serem vistos ali.

Na década de 1990, devido à alta concentração de turistas durante os feriados prolongados, a antiga “Cachoeira dos Macacos” foi por eles rebatizada, incorporando a partir de então o topônimo “Piscinão”, em referência a um popular e massificado ponto de banhistas das praias cariocas, o “Piscinão de Ramos”. **Foto: Álvaro Astolpho da Silveira, 1912, CGG/MG. Acervo original digitalizado e editado por Bruno Bedim, abr. 2007.**

CAP. 7: “DESTINOS DIALÉTICOS”:

TURISMO, CULTURA E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL DO IBITIPOCA

O turista chegou acabando, implantou outra criação, outro desenvolvimento popular no lugar. O povo está usando muita droga, mudou tudo, não tem mais mutirão, não tem nada... nem gente pra trabalhar na roça mais não tem. O povo mudou pra cidade, civilizou, os mais velho estão acabando...

(lavrador aposentado, 79).

Neste capítulo, finalmente, o foco da análise volta-se para o que é produzido em Ibitipoca, como é produzido e como se dão as relações que determinam as diferenças entre as esferas produtivas confrontadas e os sujeitos sociais envolvidos no processo de sua transformação.

Para se analisar os fenômenos que envolvem a vida humana na Serra de Ibitipoca, precisamos antes saber como os homens e mulheres que a habitam produzem a sua cultura material e imaterial, sua vida propriamente dita. O espaço socialmente produzido, a agricultura e o turismo não preexistem à ação do homem. Eles são transformados a *posteriori*, num processo complexo de (re) produção social que tem no trabalho o motor da história: através dele os homens transformam a natureza e a si próprios para construir seus meios de sobrevivência. Trata-se, pois, de uma análise vitalista focada na trajetória do homem enquanto bicho no mundo. Esse é o pressuposto filosófico-metodológico no qual Marx e Engels³⁵⁹ se basearam para elaborar a concepção materialista da história.

O materialismo histórico, em última instância, é uma forma de compreensão da sociedade e do próprio espaço geográfico; uma “autópsia” da história e dos processos socioespaciais a ela subjacentes; uma análise da nossa viagem enquanto espécie biológica no mundo; um método que nos permite interpretar o processo de construção da história de Ibitipoca pelos homens na sua relação com outros homens e com a própria natureza.

A reestruturação da esfera produtiva e a chegada de novos atores sociais contrastam, assim, com a racionalidade camponesa até então dominante – produzindo discrepâncias no processo histórico e social desenvolvido localmente. Diante da atmosfera socioeconômica que envolve a complexa transição entre o setor primário e o terciário, será analisada, a seguir, a transformação nas condições materiais da existência humana na Serra de Ibitipoca.

³⁵⁹ Marx, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1984.

7.1 – A REESTRUTURAÇÃO DA ESFERA PRODUTIVA

Antes era o plantio do pessoal, o viver nosso era plantar. Agora Ibitipoca cresceu muito com o poder de turismo. Eles trouxe o dinheiro pra cá, trouxe o dinheiro, o turismo trouxe o dinheiro pra Ibitipoca, mas eles trouxe também a tradição ruim né... trouxe muita tradição ruim pra Ibitipoca. Mas que alguma coisa foi melhoria...

(Dona-de-casa aposentada e artesã, 65).

Como já demonstrado anteriormente, a chegada dos primeiros turistas a Ibitipoca coincide com um contexto adverso em que o escoamento da produção camponesa encontrava dificuldades, devido a uma combinação de fatores – incluindo a não modernização da agropecuária praticada na Serra, a expansão urbana dos seus principais mercados a exigir outro tipo de abastecimento, etc. Conforme visto no capítulo 4, a relação dos camponeses de Ibitipoca com esse tipo de mercado perdeu a sua razão de ser entre as décadas de 1960 e 70 – momento histórico em que a esfera produtiva agrícola não mais sustentava o processo de valorização do capital na Serra.

Houve, portanto, fatores circunstanciais correlacionados à estrutura produtiva regional e nacional que criaram as condições favoráveis a providenciar o afastamento dos elementos fundantes da contradição no capitalismo, isto é: a assimetria insustentável entre forças produtivas e relações de produção.

O processo de estrangulamento das forças produtivas agrárias que até então suportavam as fazendas do sopé da Serra havia sido gerado num período anterior à chegada do investidor urbano. Como já ratificado nesta pesquisa, a esfera produtiva agrícola de Ibitipoca sinalizava a eminência de seu próprio colapso face às dificuldades de inserção na economia de mercado – conjuntura que levou os políticos de Lima Duarte a providenciarem a criação do parque.

Como forma de minimizar as tensões com a população rural circunvizinha ao parque, logo após a instituição jurídico-territorial desta Unidade de Conservação o Instituto Estadual de Florestas promoveu o recrutamento de pessoal local para trabalhar nos serviços de sua manutenção – como auxiliares de serviços gerais ou guarda-parques – tática comumente utilizada pelos órgãos que administram essas áreas protegidas, com o intuito de “influenciá-las na aceitação das Unidades de Conservação criadas sem a sua anuência”³⁶⁰. Diegues (2000, p.43), aliás, observa que tais iniciativas estão longe de incorporar de fato essas comunidades locais na perspectiva da conservação: “a experiência

³⁶⁰ Diegues (2002, p.106).

têm demonstrado que freqüentemente a criação de guarda-parque local, isolada de outras medidas de melhoria das condições de vida e renda da comunidade local, leva a ressentimentos e desorganização do sistema de produção local”.

Portanto, o primeiro impacto direto na esfera produtiva local se deu por iniciativa do próprio IEF, quando da formação do quadro de pessoal do Parque Estadual do Ibitipoca. Na ocasião, foram fichados cerca de 18 funcionários na década de 1970 – todos agricultores – que a partir de então passaram a constituir a força de trabalho necessária à manutenção das atividades desenvolvidas no território do parque.

A instabilidade das formas tradicionais de produção agropecuária aliada à criação do parque vem conferir a Ibitipoca novas alternativas econômicas. *Mineiramente desconfiados*, a princípio poucos “nativos” se arriscaram na exploração das novas possibilidades comerciais, mesmo porque não detinham capital acumulado do período anterior que fosse suficiente para realizarem investimentos. Os homens continuavam a trabalhar na lavoura, ao passo que algumas mulheres³⁶¹ gradativamente auferiam uma nova função: de donas de casa, passaram a servir almoço aos turistas, os quais as chamavam de “tias”. O turismo a priori proporcionava à mulher uma complementar fonte de renda e, posteriormente, propiciaria a sua inserção no mercado formal de trabalho³⁶² – o que até o momento as circunstâncias históricas haviam lhe negado:

Lá [na pousada] eu trabalhei três anos. Com esse dinheirinho que eu ganhei lá, esse guarda-roupa aqui foi o primeiro guarda-roupa que eu comprei com o primeiro salário. Aí que eu fiz os meus quartos.

(“Pensionista” e ex-cozinheira de pousada, uma das primeiras mulheres assalariadas de Ibitipoca, 60).

Camareiras, cozinheiras, “caseiras”, faxineiras – eis algumas das novas ocupações que a atividade turística, de pronto, atribuía à mulher rural. Algumas começaram a elaborar suas quitandas e a vendê-las aos turistas – por conta própria, da varanda de suas casas –, numa época em que os restaurantes mais sofisticados ainda não haviam se instalado na Serra. Entre os quitutes produzidos, um destaque para o típico *pão folhado*, o qual os turistas rebatizaram como *pão-de-canela*.

³⁶¹ Na visão de Rodrigues (2001, p.58), “as senhoras que estavam acostumadas a cozinhar para alguns viajantes que passavam pelo arraial começaram a servir refeições para os turistas”. Elas se auto-identificam como “pensionistas”.

³⁶² Na amostragem dos trabalhadores celetistas ocupados nos meios de hospedagem e estabelecimentos comerciais de Ibitipoca, constatou-se que 54,83% são mulheres. Fonte: Dados de campo (2007).

Com o advento do turismo, a participação da mulher na geração de renda tendeu a crescer, conferindo-lhe uma posição econômica diferenciada dentro do núcleo familiar. Essa repentina inserção no mercado de trabalho requisitou da mulher de Ibitipoca aquilo que ela mais zelava na (re) produção de sua própria vida doméstica: a cozinha e o asseio da casa. No âmbito da unidade camponesa de produção, cozinhar bem sem desperdiçar alimentos, e ainda, manter a limpeza da casa e do quintal, para a mulher rural, é considerado uma questão de honra e um fator socialmente distintivo.

... a mãe retém certos papéis centrais, ligados à reprodução da família e de sua força de trabalho. A cozinha é o foco central desses papéis, e cozinhar é considerado de ‘grande responsabilidade’. Numa situação de escassez [...] o cozinhar não pode ser sujeito a erros; nada pode ser desperdiçado (WOORTMANN, 1984, p.79).

Neste sentido, o “monopólio da cozinha” culturalmente atribuído à mulher rural brasileira transpassa sua função socioeconômica para assumir um viés simbólico e ideológico que se realiza no âmbito do seu próprio lar, já que o fato de cozinhar bem e de manter o asseio da casa confere simbolicamente à esposa a “autoridade de *dona-de-casa* e o prestígio da *mãe de família*”³⁶³.

Em Ibitipoca, a experiência do ente feminino enquanto dona-de-casa aseada transpôs-se para a nova esfera produtiva, em que camareiras e cozinheiras expressam, nos restaurantes e pousadas, a realização econômica de uma função cultural para a qual desde cedo foram preparadas para consumarem enquanto papel social. O atual reconhecimento, por parte dos empresários, de que “as faxineiras e cozinheiras de Ibitipoca são mais caprichosas” tem assim uma possível explicação histórica que ultrapassa a subserviência do lar camponês para incorporar uma reelaboração dos papéis socioeconômicos da mulher rural.

No arraial de Conceição de Ibitipoca, a partir de meados da década de 1980, alguns moradores passaram a alugar suas próprias casas para turistas durante os feriados, quando se aglutinavam nas casas dos parentes e vizinhos. Conforme pontua Rodrigues (2001, p.58), o turismo paulatinamente alterava a rotina das famílias que até o momento “sobreviviam basicamente dos poucos lucros proveniente de uma atividade agropecuária de pequeno porte”.

Avançando cronologicamente, já nos primeiros anos da década de 1990 os “nativos” do arraial se voltam às oportunidades que a nova atividade proporcionava e, aos

³⁶³ Woortmann (1984, p.79).

poucos, foram aprendendo novos ofícios vinculados direta ou indiretamente ao turismo: à medida que se incrementava a especulação imobiliária na localidade, a oferta de vagas na construção civil se dilatava. Diante dessa demanda por mão-de-obra pouco especializada e melhor remunerada que a agrícola, a maioria dos *camaradas*³⁶⁴ preferiu o serviço “pesado” da agropecuária ao se inserir gradativamente nos afazeres da construção civil. Naquele contexto, eram necessários braços para edificar as bases materiais que serviriam de suporte à nova esfera produtiva: pousadas, restaurantes, chalés e toda uma infra-estrutura funcional ao turismo foi subitamente soerguida entre 1987 e 1995.

Aos poucos, esses homens trocaram a enxada da lavoura por outras funções ligadas à prestação de serviços diretos ou indiretos em turismo: ocuparam-se como caseiros de residências secundárias (veraneio), guias turísticos, comerciantes, ajudantes de pedreiro, jardineiros, recepcionistas, garçons, etc. Alguns começaram a ampliar as próprias casas e a transformá-las em extensões domiciliares com leitos improvisados aptos à hospedagem.

Com a crescente exposição do potencial turístico do parque na mídia nacional, aquece-se a dinâmica do mercado imobiliário no seu entorno, que por sua vez traz novos significados e configurações ao espaço rural. Se antes o poder estava associado à posse de terras férteis e agricultáveis, com o turismo outros parâmetros de domínio político-econômico da propriedade fundiária emergem: os terrenos que possuem os melhores atrativos turísticos, bacia visual panorâmica ou localização estratégica exponenciam a estimativa de seu preço. Porções territoriais dantes desprezadas por serem pouco produtivas à atividade agropecuária são, subitamente, sobrevalorizadas a partir de uma demanda externa à população local. A **transição desses critérios de valorização da terra** será problematizada mais adiante.

Entre os motivos que influenciaram a contração da esfera produtiva agrícola está o parcelamento hereditário das unidades fundiárias. De acordo com os depoentes, a “partição de terras” consistia na sua redistribuição entre muitos herdeiros, o que reduzia a porção de terreno agricultável para cada família. Parte da população local não vislumbrou outra opção senão lotear suas terras e vendê-las para quem intencionava estabelecer empreendimentos turísticos ou construir casas de veraneio na serra. Alguns dos que

³⁶⁴ Conforme abordado no capítulo 4, o “camarada” é o trabalhador rural sem terras para plantar que vendia diretamente sua força de trabalho ao fazendeiro, recebendo em troca uma diária (jornal) estipulada pelo próprio patrão. As propriedades fundiárias localizadas nas terras baixas próximas ao sopé da Serra de Ibitipoca demandavam a ocupação de um contingente considerável desse tipo de mão-de-obra. Nos interstícios das lavouras de subsistência praticadas nas terras altas de Ibitipoca, os “camaradas” ocasionalmente desciam para as propriedades situadas nas terras baixas para lá trabalharem como diaristas.

venderam seus sítios e fazendas mudaram-se para cidades vizinhas³⁶⁵ ou então se reagruparam espacialmente³⁶⁶ no arraial de Conceição de Ibitipoca. Como visto no capítulo 4, até a década de 1960 a população da zona rural do distrito de Conceição de Ibitipoca se apresentava demograficamente estável³⁶⁷, sofrendo poucas variações decorrentes de êxodos.

Impedidos de se apropriarem da antiga área de pastagem extensiva da Serra Grande face à criação do parque, tornava-se cada vez mais difícil para os camponeses de Ibitipoca competirem com sua produção no mercado. **Restavam-lhes três opções: vender a terra e se mudar dali, prestar serviços em turismo no arraial ou então resistir enquanto camponeses.** Delineavam-se aí os diferentes e enigmáticos destinos desse campesinato a partir da reestruturação da esfera produtiva local.

Portanto, foi somente com o efetivo desenvolvimento do turismo na década de 1980 que alguns camponeses – mediante a oferta de empresários e veranistas interessados em comprar suas terras³⁶⁸ – mudaram-se para o arraial de Conceição de Ibitipoca ou para cidades vizinhas como Juiz de Fora e Lima Duarte: “*Descarregou, saiu, a roça foi ficando solitária*”³⁶⁹. Esse movimento pode ser verificado nos dados dos Censos de 1980 e 1991, quando a população do distrito decresceu de 1385 para 1036 habitantes. A zona rural sofreu uma baixa de 365 pessoas no período que compreende a década de 1980, ao passo

³⁶⁵ Por outro lado, o desenvolvimento da atividade turística na localidade fez com que alguns dos moradores que haviam se mudado para cidades vizinhas nas décadas que precederam ao turismo retornassem à serra nos anos 1990, realizando assim o movimento de retorno.

³⁶⁶ Nossa hipótese é de que os núcleos familiares camponeses que venderam suas terras e mudaram-se para o arraial tendem a se reaglutinarem espacialmente a partir das antigas relações de compadrio, parentesco e vizinhança de que dispunham no campo. “Velhos compadres” de um antigo núcleo vicinal de um dado bairro rural (Tanque), por exemplo, após vender suas terras nas imediações da Fazenda do Tanque se reagruparam numa rua adjacente à Igreja Matriz.

³⁶⁷ Em 1950, por exemplo, o distrito de Conceição de Ibitipoca era eminentemente rural. Possuía 1816 habitantes, sendo que 238 (13%) se concentravam no arraial (114 homens e 124 mulheres), ao passo que a zona rural contabilizava 1578 habitantes (87% da população). Tal panorama pouco se alterou nas duas décadas seguintes. A partir da década de 1980, contudo, é perceptível um movimento migratório: o Censo de 1991 constata uma dilatação das taxas de crescimento da população da zona urbana do distrito (arraial), à medida que a população da zona rural decresce substancialmente.

³⁶⁸ “Produzia leite, né. Plantava.. a gente plantava roça. E arrendava o terreno das outras pessoas plantar também... porque a gente plantava no terreno dos outros; quem não tinha o seu terreno plantava no dos outros... [...] Ah, foi passando, foi vendendo né, para os turistas que chegaram. Nós mesmos fomos um. Meu sogro vendeu aonde é o hotel Serra do Ibitipoca. Lá já foi do meu sogro. [...] Isso não foi bom porque a gente gostaria de ter dado continuidade, né? A agricultura é uma coisa que combinava com o lugar, né. Com o turismo acabou com as roças tudo. Hoje em dia tem muito poucas roças”. (Agricultora aposentada, 58).

³⁶⁹ Produtor rural e dono de um camping, 73.

que a população do arraial manteve uma taxa de crescimento vegetativo. Já o censo de 2000 revela o adensamento populacional na sede do distrito ocorrido ao longo dos anos 90.

7.1.1 – A TRANSIÇÃO DO PRIMÁRIO AO TERCIÁRIO E SUAS CONTRADIÇÕES

Com o advento do turismo, as formas solidárias de trabalho foram em grande parte extintas, uma vez que elas passaram a competir com **formas mais sofisticadas de divisão do trabalho**. Nesta perspectiva, o jongo³⁷⁰ – ritual praticado durante os mutirões da lavoura, em que a musicalidade de uma canção de trabalho se apresentava como forma mediadora de relações não-capitalistas de produção – em Ibitipoca deixou de ser realizado por volta de 1985/87, coincidindo, pois, com a intensificação do turismo na região. Diante da nova esfera produtiva, os principais jongueiros teriam se tornado guarda-parques ou trabalhadores da construção civil (pedreiros, carpinteiros, etc.) num momento em que os hotéis e pousadas se expandiam pela Serra. Em lugar das formas solidárias de organização do trabalho familiar, sobressaíram as **relações de produção capitalistas assentadas numa base jurídica definida**³⁷¹ (contratos formais de trabalho).

O jongo acabou através do turismo. Foi construindo pousadas, chalés, criaram emprego e aí o jongo foi acabando. Esse foi o nosso problema: foi saindo emprego, daí o pessoal foi largando a lavoura e investindo em turismo. Há uns 25 anos atrás que houve essa transformação. O último jongo que assisti foi há 23 anos. De lá pra cá, não vi mais jongo não. Em 1985, por aí, foi o último... [20 segundos de silêncio]. A minha geração viu transformar Ibitipoca. Alguns continuaram na agricultura, mas muitos foram para o parque, outros foi trabalhar de pedreiro, servente... da minha idade, tem uns 4 ou 5 serventes, o resto está tudo no parque. Mas ninguém trabalha em hotel não.

(Agricultor, 42).

Assim como o jongo, as antigas relações de compadrio e as demais manifestações culturais ligadas ao modo de vida camponês foram, de certa forma, atingidos. Se num passado predominantemente agrário era comum famílias inteiras servirem a um só patrão ou a si próprias (agricultura de subsistência), com o turismo as alternativas se diversificam, ao passo que aumenta a individualidade e a competição entre os membros do próprio grupo

³⁷⁰ Conforme exposto no capítulo 4, a manifestação do jongo geralmente se dava em comunidades rurais caracterizadas por uma estrutura social pouco diferenciada, isto é, casos em que famílias independentes de pequenos sítios ou posseiros possuíam certa igualdade na escala social – e onde todos tinham acesso à terra. Essa prática era comum em zonas rurais cujas famílias desempenhavam funções econômicas semelhantes, não havendo, portanto, divisão sofisticada do trabalho ou formas de especialização do mesmo – onde as tarefas, simples e rotineiras, poderiam ser executadas por qualquer membro de um dado grupo social.

³⁷¹ De acordo com o levantamento de campo que realizamos, dos 71 trabalhadores ocupados nos meios de hospedagem e estabelecimentos comerciais amostrados em Ibitipoca, 43,7% são celetistas.

estabelecido. Contudo, isso não implica dizer que, ao contrário do que ocorria na Ibitipoca eminentemente agrícola de outrora, a família desempenhe um papel reduzido como unidade socioeconômica. Embora a dinâmica social da população do arraial gradativamente se desvincule das atividades agrícolas, a família continua a desempenhar importante função socioeconômica. Observa-se, em alguns casos, que o recrutamento da força de trabalho para o turismo se dá a partir das antigas relações de parentesco e vizinhança. No mais, os “nativos” que possuem negócio próprio geralmente empregam mão-de-obra familiar³⁷².

Embora as famílias do antigo núcleo camponês que habitam a vila de Conceição de Ibitipoca tenham – quase que em sua totalidade – se inserido na nova estrutura ocupacional, o seu padrão alimentar pouco se modificou em função de um eventual consumo de produtos industrializados que, ainda hoje, ainda é ínfimo se comparado com os padrões alimentares dos “forasteiros”. Por mais que os produtos enlatados sejam apresentados pela indústria cultural como algo que deva ser consumido, a sua capacidade de manipular os desejos e as vontades do consumo alimentar do grupo “nativo” é, em certo sentido, condicionada. Eles não apenas hesitam em consumir produtos industrializados como ainda preferem o fogão a lenha em detrimento do fogão a gás – no âmbito do consumo doméstico. Por outro lado, a produção de alimentos nos restaurantes e pousadas em que trabalham atinge, cada vez mais, uma escala que os leva a lançar mão do fogão a gás e das técnicas da culinária industrial.

Muitas dessas famílias aproveitam os interstícios sazonais do turismo para se dedicarem às atividades da lavoura – só que a título simbólico e como estratégia de redução dos custos da reprodução de sua força de trabalho³⁷³. Contudo, à medida que esses indivíduos passaram a prestar serviços em turismo, sua soberania alimentar foi diretamente comprometida: eles plantam, anualmente, roçados de milho e feijão – além da manutenção das hortas domésticas e dos pomares no entorno de suas residências. Contudo, estes trabalhadores têm um dispêndio cada vez maior de recursos para comprar produtos alimentares de outrem – como o arroz, por exemplo, que não é mais produzido na Serra.

³⁷² Dados da Fundação João Pinheiro revelam que entre 4 de mar. e 23 de abr. de 2000 cerca de 4,79% dos turistas hospedaram-se em dormitórios nas casa de família. A maioria destes turistas possuía renda inferior a R\$ 1000,00. (FJP, 2000, p.106).

³⁷³ Por exemplo, os herdeiros da propriedade rural nº 6 da amostragem (mapa 2), apesar de residirem no arraial de Ibitipoca, estabelecem cultivos anuais no Sítio das Pitangueiras. Em 2007, produziram safras de 5500 Kg de milho e 200 Kg de feijão.

Esses sujeitos recorrem, pois, aos atributos da chamada *pluriatividade* do trabalho – a combinação da agropecuária com outras atividades não-agrícolas, muitas vezes relacionadas ao aumento da procura do rural como lugar de vida e de recreação num mundo cada vez mais urbanizado. Diante disso, um questionamento inevitável: A *pluriatividade* estaria então mistificando formas de exploração do trabalho camponês em Ibitipoca? Essas formas materializariam as profecias de Graziano da Silva (1997, p.2-3)³⁷⁴, no sentido de afirmar que a *pluriatividade* do trabalho seria o indicativo, a sentença a revelar que o camponês não mais poderia assegurar a sua reprodução como tal?

O fato é que a reestruturação da esfera produtiva não se processa em bloco. Os prestadores de serviço em turismo que ainda mantêm seus espaços de cultivo agrícola carregam consigo os sentidos atribuídos à dinâmica camponesa outrora dominante – expressando e reconstruindo estratégias de reprodução social intercaladas entre a adaptação/conformação e a resistência face aos mecanismos de expansão do capital no campo.

No meu modo de pensar eu gosto do turista, porque senão nós aqui vivia numa pobreza feia na Ibitipoca, não é? Porque eles traz dinheiro e deixa... Por exemplo: chega aí no feriado aí e deixa mais de trezentos mil real aí né... numa semana santa, carnaval. Esses trezentos mil gerou emprego pra muita gente que não ganhava o que eu ganho né. O cara tem pousada, chama duas, três mulher daqui pra ir lá limpar, fazer café, né... então ajudou o lugar demais o turismo. Trouxe coisa ruim e coisa boa, né. Aí dividiu, ficou igual, né.

(Ajudante de serviços gerais, 52).

No relato acima, o sujeito – um ex-agricultor que vendeu suas terras para viver da prestação de serviços em turismo, no arraial – lança mão de argumentos econômicos para justificar os eventuais benefícios que a atividade turística teria conferido a Ibitipoca, elencando, ainda, os motivos que o levam a condescender e a se amoldar face ao novo contexto produtivo: “*Eu gosto do turista[...] porque ele traz dinheiro e deixa*”.

Nessa conjuntura em transição, acentuam-se as oscilações dos diferenciais de poder econômico, cujos movimentos individuais e coletivos se deslocam face às novas estratégias e ocasiões. O mercado de trabalho afirma-se então como equalizador dos conflitos sociais (maior competição entre “nativos” e “forasteiros”), à medida que o poder político-econômico é redistribuído no “processo” – conformando os interesses antagônicos entre diferentes grupos que disputam os recursos disponíveis naquele espaço.

³⁷⁴ “... ele não é mais de um agricultor ou pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais” (SILVA, 1997, p.2-3).

A atribuição de sentidos simbólicos à agricultura contrasta assim com o viés funcional-objetivo associado à nova cadeia produtiva. Embora haja uma hipertrofia da esfera econômica em relação aos demais domínios funcionais, não se pode recorrer à simplificação dos fatos observáveis em Ibitipoca, tampouco reduzi-los às rubricas do econômico e do material. Esse conjunto de bens materiais e imateriais produzidos pelos homens e mulheres que participam da produção de outros bens tangíveis e intangíveis (basicamente, serviços e equipamentos turísticos) faz com que vida, espaço e coisa se confundam na trama social que envolve a complexa e diacrônica transição entre o setor primário e o terciário.

Na cadeia produtiva do turismo em Ibitipoca, são detectáveis resíduos das relações de produção assentadas em formas não-capitalistas, em que sobressaem relações informais de trabalho familiar como algo funcional à reprodução do capital. 29,6% da mão-de-obra dos empreendimentos turísticos amostrados nesta pesquisa constituem-se a partir de relações não-monetárias de produção, pautando-se, pois, na exploração do trabalho familiar não-remunerado. É o que revela a tabela a seguir.

TAB.9: CARACTERIZAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NOS MEIOS DE HOSPEDAGEM E ESTABELECEMENTOS COMERCIAIS AMOSTRADOS EM IBITIPOCA – 2007.

ESTABELECEMENTO	MEMBROS OCUPADOS POR ESTABELECEMENTO												
	Tipo de Estabelecimento	TIPO DE VÍNCULO OCUPACIONAL				FAIXA ETÁRIA					ESCOLARIDADE		
		Celestista	Trabalho Informal	Trabalho Familiar	TOTAL	0 a 20	21 a 40	41 a 60	> 60	Até 4ª série	Ensino Fundam. (8ª série)	Ensino Médio	Curso Superior
01	Pousada	3	2	-	5	-	3	2	-	3	1	1	-
02	Bar	-	2	-	2	-	2	-	-	-	-	2	-
03	Hotel	8	3	6	17	2	11	3	1	8	2	7	-
04	Pousada	1	1	-	2	-	2	-	-	-	1	1	-
05	Pousada/Camping	2	2	-	4	2	2	-	-	-	1	3	-
06	Pousada/restaurante	1	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-
07	Pousada	2	1	-	3	-	3	-	-	1	-	1	1
08	Pousada	3	1	2	6	-	4	2	-	3	2	1	-
09	Restaurante	-	1	2	3	-	3	-	-	-	1	2	-
10	Bar e Restaurante	.	.	1	1	-	-	1	-	-	-	1	-
11	Hotel	9	5	-	14	2	10	2	-	6	2	6	-
12	Pousada	2	-	-	2	1	1	-	-	-	2	-	-
13	Restaurante/Camping	-	-	2	2	1	-	1	-	1	-	1	-
14	Pousada	-	-	2	2	-	-	2	-	-	-	2	-
15	Lanchonete/Padaria	-	-	4	4	1	1	2	-	2	-	2	-
16	Pousada	-	1	2	3	1	1	-	1	1	1	1	-
	TOTAL	31	19	21	71	10	44	15	2	25	14	31	1
	PERCENTUAL	43,7%	26,8%	29,6%	100%	14,1%	62%	21%	2,8%	35,2%	19,7%	43,7%	1,4%

Fonte: Dados de Campo – 2007. Elaborado por: BEDIM, B. P.

Dos trabalhadores celetistas³⁷⁵ amostrados, 58,1% são provenientes das unidades camponesas de produção de Ibitipoca (“nativos”), ao passo que o restante (41,9%) é composto de pessoas que migraram de cidades próximas como Juiz de Fora, Santana do Garambéu ou Lima Duarte – muito embora a amostra abranja trabalhadores procedentes de outros Estados. Contudo, ainda que a maioria dos empregados com vínculo formal de trabalho seja proveniente das famílias camponesas do entorno do parque, a média salarial deste grupo é de apenas R\$ 430,00. Já os trabalhadores em turismo que provém de outros lugares (“forasteiros”/ migrantes) alcançam uma média salarial de R\$ 547,70 – um acréscimo monetário de 27% em relação aos trabalhadores “nativos”.

Entre os “nativos”, o grau de escolaridade dominante é o 1º grau completo. As camareiras e cozinheiras possuem, predominantemente, a 4ª série primária, assim como os jardineiros e auxiliares de serviços gerais. Do total de funcionários amostrados, 54,83% são mulheres. Nos estabelecimentos em que elas operam, a execução das tarefas incumbidas exige certa versatilidade no desempenho dos serviços. Uma camareira, por exemplo, deve saber também cozinhar; assim como é exigido de uma cozinheira que ela saiba estender cama e faxinar as unidades de hospedagem. Entretanto, essas funções exercidas nestes estabelecimentos estão longe de atingir o grau de multifuncionalidade que a dona-de-casa desempenha no âmbito da unidade camponesa de produção.

Entre os trabalhadores provenientes do tradicional núcleo camponês de Ibitipoca, há ainda um considerável contingente de pessoas que não possui vínculo empregatício formal. Vivem, pois, da prestação de serviços aleatórios e são remunerados por hora trabalhada (diaristas). O valor dessas diárias oscila entre R\$ 15,00 e R\$ 20,00 para as mulheres e entre R\$ 16,00 e R\$ 25,00 para os homens, por dia de serviço – cuja jornada às quais são submetidos pode variar entre 8 e 10 horas trabalhadas. Quando se trata de serviços esporádicos que demandam poucas horas despendidas no trabalho, esses prestadores de serviço recebem, em média, R\$ 2,50 por hora despendida nas tarefas.

Os membros ocupados que procedem do campo – apesar de receberem uma remuneração inferior em relação aos demais funcionários – esses trabalhadores de origem camponesa conseguem acumular uma parcela maior da remuneração recebida em relação àqueles outros, já que o custo da reprodução de sua força de trabalho é reduzido em função de dois fatores principais:

- i) Produzem parte do que necessitam para a subsistência, minimizando assim o dispêndio de recursos para com a alimentação;
- ii) Possuem padrões menos sofisticados de consumo.

A diferenciação ocorrida na estrutura ocupacional alterou significativamente alguns aspectos da organização social comunitária, introduzindo uma nova ordem competitiva e diversificando as estratégias de reprodução social. Contudo, a inserção de ocupações rurais não-agrícolas ligadas à prestação de serviços em turismo paulatinamente reestrutura a esfera produtiva local sem, no entanto, extinguir antigos significados da dinâmica agrária outrora predominante. A família continua a desempenhar importante função socioeconômica, e as antigas relações de parentesco e compadrio são utilizadas como referência no recrutamento da força de trabalho empregada no turismo. As representações geradas no período anterior encontram-se impregnadas de significado, e parecem reviver na memória daqueles que as experimentaram: o jongo, por exemplo, apesar de não ocorrer mais, congrega atual valor simbólico.

Em certo sentido, o turismo intensificou o contato dos “nativos” com “o mundo lá fora”. Com o dinheiro proveniente da nova atividade os ibitipoquenses ampliaram o acesso aos meios de comunicação de massa, às leis, direitos e informação de um modo geral. Adquiriram televisão, vídeo-cassete, antena parabólica, etc. Tal alargamento dos horizontes comunicativos trouxe consigo outros efeitos e conquistas: entre eles, é apontada a previdência social – segundo relatos, até a década de 1980 eram raros os camponeses que pagavam algum tipo de contribuição previdenciária. Contudo, alguns aposentados ibitipoquenses resistem em confrontar positivamente o benefício previdenciário, atribuindo-lhe o fato de que muitos jovens atualmente “vivem às custas” da aposentadoria dos pais, ao invés de trabalharem na lavoura: *“Uma coisa que atrapalhou muito também foi a ajuda nacional, o tal do benefício: tem muita gente à toa aí, rapaz, nego à toa, custa o pai tratando nessa parte aí”* (lavrador aposentado, 79). O mesmo entrevistado reclama que os jovens se esquivam das ocupações agrícolas e, no seu ângulo particular de análise, considera um “exagero” a remuneração que aqueles recebem quando da prestação de serviços em turismo:

³⁷⁵ Neologismo derivado da sigla CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas.

A mão-de-obra rural não tem. E hoje a agricultura a homem, a puxar enxada, nunca mais produz nada.[...] Óh, o jovem depois que estudou, que pega escola, fica lá pra rua [arraial] caçar emprego. Não querem pegar o serviço pesado não. Lá [na vila] fica vagabundando... Os turista dá serviço pra eles, manda fazer uns aterro, capinar, uma coisa assim... paga bem, um exagero.

(Lavrador aposentado, 79).

Os mais jovens, seduzidos pelas “facilidades” das novas ocupações suscitadas pelo turismo, abandonaram quase que por completo as atividades da lavoura³⁷⁶. Algumas hipóteses: **i)** Como o perfil dos turistas que visitam a serra é composto predominantemente de jovens³⁷⁷, não demorou muito para que as gerações correspondentes de “nativos” absorvessem alguns de seus hábitos, costumes e modismos, os quais eram dissonantes daqueles da Ibitipoca eminentemente camponesa de outrora; **ii)** O turismo possibilitou-lhes um maior acesso ao trabalho assalariado, o qual “permite uma acumulação individual que torna-se o símbolo da autonomia, principalmente para os jovens, em relação à autoridade familiar”³⁷⁸.

Tendo em vista que muitas unidades camponesas de produção liberaram mão-de-obra para a nova esfera produtiva, gerou-se uma subsequente carência de braços aptos a trabalharem na lida da roça – já que a contrapartida monetária do turismo num dado momento se apresentou mais vantajosa para as novas gerações, além de os serviços prestados exigirem menos esforços físicos: *“Eles [agricultores] são prejudicados pelo turismo por causa da parte do salariado, porque o turismo faz um salário muito superior ao do lugar”³⁷⁹, muito mais que eles ganham aqui na roça*”. Um outro entrevistado confirma tal tendência, expondo que os trabalhadores da agropecuária estão em condições de desvantagem em relação aos que se deslocaram para a atividade turística – já que esta lhes provém de melhores remunerações:

³⁷⁶ Neste sentido, Resende (2006) sinaliza que o advento do turismo trouxe novas perspectivas para a comunidade, atingindo diretamente os jovens, “que nos dias atuais não precisam mais deixar sua comunidade em busca de emprego ou mesmo trabalhar na lavoura, como vinha acontecendo anteriormente”.

³⁷⁷ Segundo pesquisas da Fundação João Pinheiro, em 2000 os turistas compreendidos na faixa etária entre 16 e 30 anos somavam 58,57% do total de turistas de Conceição de Ibitipoca (FJP, 2000, p.100).

³⁷⁸ Carneiro apud Rodrigues (2001, p.60).

³⁷⁹ Lavrador aposentado, 79. No contexto de sua fala, a expressão “salário do lugar” se refere à remuneração paga aos trabalhadores rurais inseridos em ocupações agrícolas.

Ele dá valor pro meu suor né, o turista. A agricultura já é mais exploradora, o turismo não. Você vai trabalhar pro fazendeiro lá o cara fala: “Ah, te pago mais do que cinco não; dez real, se quiser”. Então tipo assim: desaforo! O turismo já faz aqui um carinho: o cara manda eu capinar o lote ou a pousada dele e eu capino, ele me dá uma gorjeta fora daquilo que eu ganhei né. Então eu dou mais valor nessa parte ao turista.

(Ajudante de serviços gerais, 52).

Em abril de 2007, o preço médio da diária paga a um trabalhador agrícola estava em torno de R\$ 12,00. Aliás, entre os meses de abril e outubro – período de entressafra na Serra – é que esses trabalhadores rurais são requisitados para a tarefa de roçar pasto – já que nos demais meses os mesmos se ocupam nas tarefas de plantio e colheita de suas próprias roças. A escassez de mão-de-obra agrícola em Ibitipoca chegou ao ponto de gerar emprego para os camponeses das localidades de Rancharia e Moreiras (ver mapa 2), de onde muitos trabalhadores rurais são atraídos.

Conseqüentemente, conformou-se uma irônica circunstância na estrutura ocupacional local: mediante a escassez de força de trabalho necessária à manutenção da produção agropecuária, a captação de mão-de-obra agrícola tornou-se algo raro e requisitado em Ibitipoca. Como no capitalismo quanto mais raro mais dispendioso é o preço de algo, a força de trabalho rural chega a atingir, em alguns períodos do ano, uma cotação de preços maior que a do turismo. Estimados por essa conjuntura anômala, os poucos proletários rurais disponíveis na região assistiram a demanda pelo seu trabalho aumentar significativamente à medida que as unidades camponesas de produção não repunham os seus quadros de trabalho familiar. **Essa brecha ocupacional não preenchida pela força de trabalho das novas gerações de camponeses se apresenta assim como um dos principais fatores de estrangulamento das forças produtivas agrícolas em Ibitipoca.**

Os dados da tabela a seguir expressam o aumento da complexidade da divisão do trabalho, e ainda, uma maior diferenciação ocupacional entre os jovens de Ibitipoca. Demonstram fragmentos empíricos da composição econômica atual, em que as mudanças no processo intergeracional diante da reestruturação da esfera produtiva encontram-se articuladas com a escolarização das camadas médias rurais. Dos jovens listados abaixo, muitos já nasceram inseridos no contexto turístico, cujos pais advêm dos ramos familiares que venderam suas terras na década de 1980 e se reagruparam espacialmente no arraial de Conceição de Ibitipoca. Outros, porém, são provenientes das atuais unidades camponesas

de produção que ainda resistem no entorno do parque (29%). Dos 17 pesquisados, apenas um jovem de 18 anos permanece no trabalho agrícola.

TAB.10: OCUPAÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO MÉDIO (2006) NA ESCOLA PÚBLICA DE CONCEIÇÃO DE IBITIPOCA (MG)

SEXO	OCUPAÇÃO ATUAL – JUL.2007	OCUPAÇÃO ANTERIOR
M	Servente de Pedreiro	Jardineiro e Agricultor
M	Servente de Pedreiro	Agricultor
M	Serviço Militar (Exército)	Agricultor e retirante
M	Desempregado	Serviços Gerais/ Pousada
F	Idem	Não trabalhava
F	Idem	Não trabalhava
F	Proprietária de bar	Comerciante
M	Agricultor	Agricultor
F	Secretária da AMAI	Não trabalhava
F	Restauradora/ Recuperação do acervo patrimonial da Igreja setecentista de Ibitipoca	Trabalho doméstico/ roça
M	Restaurador/ Recuperação do acervo patrimonial da Igreja setecentista de Ibitipoca	Não trabalhava
F	Cozinheira de Pizzaria	Não trabalhava
M	Garçom	Recepcionista/ Pousada
M	Estudante/ cursinho pré-vestibular/Juiz de Fora	Serviços Gerais/Pousada
F	Idem	Garçomete
F	Idem	Camareira
M	Idem	Serviços Gerais/ Pousada

Observação: Faixa etária média dos ex-alunos: 18,5 anos.

FONTE: Dados de Campo, 2007.

Elaboração: BEDIM, B. P.

A nova atividade, por sua vez, exige dos moradores aprimoramento, especialização das tarefas funcionais e profissionalização do atendimento – o qual deve tender à padronização, com vistas a acolher uma demanda turística cada vez mais exigente:

Com essa vinda do turismo a gente teve que começar a se profissionalizar, aí começou ao longo desse tempo... começamos a arrumar a pousada porque o público era cada vez mais exigente [...] porque o público que vinha começava a exigir. E foi esse público que foi transformando Ibitipoca.

(dona de pousada, 42)

Essas transformações na estrutura de trabalho através da inserção de ocupações não-agrícolas engendraram uma série de mudanças na dinâmica social local. O cotidiano, aos poucos, se distancia daquele modo de vida marcado pelas relações intensas com os fenômenos cíclico-naturais e estratégias de uso destes. O tempo de trabalho é então ditado a partir do tempo de não-trabalho dos turistas. O tempo de trabalho, no turismo, equivalente ao tempo de produção (prestação de serviços imediatos) e encontra-se

condicionado à sazonalidade da demanda, já que a mesma se distribui irregularmente ao longo do ano (concentração do fluxo em determinadas épocas). De calendário agrícola ao calendário turístico: se, por um lado, os lavradores guiam suas ações pela observação das estações do ano³⁸⁰ e das fases da lua, por outro lado o “calendário turístico” é que tende a conduzir o tempo de trabalho. Um simples feriado municipal em cidades como Rio de Janeiro ou Juiz de Fora é suficiente para levar milhares de turistas a visitarem a Serra.

7.1.2 – A DIALÉTICA DAS CHUVAS

Conforme abordado nos capítulos 1 e 4, as circunstâncias de existência do campesinato na Serra incorporam a observância das condições climáticas – as quais indicam a época mais propícia ao plantio ou à colheita, de acordo com a alternância entre períodos chuvosos ou “secos.” O camponês de Ibitipoca é um sujeito que desde a infância aprende a interpretar os sinais espaço-temporais do ambiente em que vive e os códigos da terra em que trabalha. No seu cotidiano rural, as chuvas estão atreladas a representações simbólicas cíclicas, donde os acontecimentos naturais e sociais orientam as ações humanas – assim como as estações do ano, fases da lua, estiagens, florescências, etc.

Com o advento do turismo, porém, a chuva é até mesmo preterida³⁸¹ pelos ibitipoquenses que trabalham nesta nova atividade econômica, uma vez que o barro costuma interditar a principal via de acesso dos turistas à serra – uma estrada de chão em precário estado de conservação. Mediante tais constatações, pode-se inferir que, em Ibitipoca, **o setor produtivo do turismo revela uma menor adaptabilidade do homem ao meio** (Ex: Se chover, o carro do turista não sobe a Serra. Logo, a população local que presta serviços para os turistas se vê prejudicada em termos econômicos).

Essa “dialética do tempo” tem ainda como agravante o fato de Ibitipoca possuir um dos maiores índices pluviométricos do sudeste brasileiro (DNAE/FJP, 2000, p.46). As alturas pluviométricas mensais em Conceição de Ibitipoca (1941/2000) alcançam precipitações de 296,2 mm no mês de janeiro – coincidentemente, o período de férias em que a demanda pela visitação tenderia a aumentar. Ou seja: as férias de verão coincidem com o período mais chuvoso do ano (dezembro a fevereiro), quando atingem-se

³⁸⁰ As estações do ano, neste contexto, remetem à observância da época mais propícia ao plantio ou à colheita, de acordo com alternância entre períodos chuvosos ou “secos”.

percentuais de 51% do total anual de precipitações. Portanto, em Ibitipoca os maiores índices de visitação são inversamente proporcionais à incidência de chuvas: quanto mais chove, menos turistas conseguem subir a Serra. Ironicamente, na agricultura se dá o processo contrário: a probabilidade de se atingir sucesso nos plantios aumenta à medida que as precipitações pluviométricas atingem os seus mais altos níveis.

Os turistas trazem consigo na bagagem o capital oriundo dos grandes centros urbanos³⁸², o qual provoca seu efeito multiplicador na economia local. Dessa forma, o tempo de trabalho da comunidade autóctone passa a ser ditado por fatores externos, criando uma relação de maior dependência para com a economia urbana – uma vez que os turistas provenientes das cidades precisam visitar e consumir o espaço rural.

Tais constatações empíricas revelam ainda uma maior inadaptabilidade do homem ao novo contexto, já que, ao contrário do agricultor, os que vivem do turismo ainda não superaram as limitações impostas pelas condições climáticas – já que uma simples chuva pode se tornar, subitamente, um fator transitório impeditivo do fluxo turístico e, conseqüentemente, da geração de divisas. As precipitações chuvosas tornam-se então um obstáculo à expansão das forças produtivas turísticas, o qual só será parcialmente superado com a implantação de vias pavimentadas de acesso à serra. Mesmo assim, quando da incidência de chuvas ou dias nublados, os turistas hesitam em se deslocar para Ibitipoca – já que um dia ensolarado torna-se um fator fundamental para os banhistas.

Aos camponeses que deixaram suas terras e se aglutinaram no arraial de Conceição de Ibitipoca para viver da prestação de serviços em turismo, o grau de previsibilidade sobre suas vidas é cada vez menor. Fatores que escapam ao controle humano imediato – como as chuvas e a sazonalidade da demanda turística – se traduzem como repercussões não-planejadas no curso do devir, e, em certo sentido, expõem fragmentos empíricos a revelar a não-intencionalidade da história.

Para um jovem que já nascera no contexto turístico, a problemática das chuvas se apresenta como um fator fundante da distinção entre a agricultura e o turismo.

Eu nem tive a oportunidade de trabalhar na lavoura. Os meus antepassados mexiam com a roça, mas a minha geração, o meu pai e a minha mãe já viram o turismo acontecer. Eu já tive um outro caminho, mas eu acho a agricultura uma área boa. Pra quem não tem dinheiro pra investir, o jeito é continuar na roça mesmo.

³⁸¹ Em Ibitipoca, o desvio pluviométrico médio em relação ao normal é bastante discreto, oscilando entre 10 e 15%. Fonte: DNAE/ FJP (2000, p.46).

³⁸² Pesquisas da Fundação João Pinheiro (2000) indicam que cerca de 44,6% dos turistas de Conceição de Ibitipoca são provenientes de capitais brasileiras, enquanto que apenas 2,8% são originários de zonas rurais.

Chovendo ou não, o leite vai. Nessas férias de janeiro, ninguém fez nada em Ibitipoca, ninguém ganhou dinheiro: foi chuva direto e o turista não veio. Mas na agricultura sempre tem um que quer. Porque a agricultura, queira ou não, se chover ou se der sol o caminhão não deixa de ir lá pegar o leite não. Agora, o turismo é uma coisa complicada: se chover não vem ninguém! Então ainda tem gente com o pé bem enterrado na agricultura... porque a agricultura eu acho uma área muito boa.

(Garçom e balconista, 18).

O milho crioulo sem agrotóxico, o qual é cultivado em 96,67% das unidades camponesas amostradas, é a expressão de um maior controle dos meios de produção na esfera produtiva agrícola. Já a demanda turística com baixo grau de previsibilidade (alta sazonalidade) sinaliza um elevado grau de interdependência do contexto urbano.

Em certo sentido, a complexidade inerente à sofisticação alcançada pela atividade turística torna o homem mais dependente das novas tecnologias, de forma a manter a satisfação de suas necessidades secundárias (o ato de viajar e consumir paisagens e culturas via deslocamento voluntário). A noção de *complexidade* ora exposta refere-se ao fato de que o camponês de Ibitipoca detém um maior controle sobre o seu próprio destino do que o empreendedor urbano que se deslocou para a Serra e lá realiza investimentos relacionados ao turismo.

A mudança do foco da economia atingiu inclusive aspectos da religiosidade local. Como os picos de visitação coincidem com as épocas das maiores celebrações religiosas do calendário católico (Semana Santa, Corpus Christi e Natal, etc.), houve uma redução da margem de tempo disponível às práticas culturais³⁸³. Nas datas e horários em que, por tradição, os “nativos” se dedicariam aos cultos lúdico-religiosos, grande parte da população de Conceição de Ibitipoca está voltada para o atendimento ao turista. A igreja, aos poucos, deixa de ser o centro da órbita social. Um morador aponta que o turismo teria corroborado para desviar a atenção dos ibitipoquenses para com a religião:

O turismo veio trazendo coisas que chamou a atenção e tirou a atenção da igreja, entendeu? Anos atrás a única tendência aos domingos era a missa [...] e todos os dias tinha o terço: todos os comerciantes fechavam a venda e vinha assistir o terço. A igreja enchia de gente [...] porque era o que tinha, então chamava a atenção. [...] Os velhos foram morrendo, as velhas foram morrendo e os novos não foram chegando. Então sofreu um abalo, um impacto. Aqui a religiosidade sofreu um abalo, e eu vejo dificuldade...

(produtor rural aposentado e dono de um camping, 73)

³⁸³ Vale lembrar que o jongo, por exemplo, apesar de estar vinculado ao trabalho da lavoura, ao mesmo tempo representava uma prática cultural local.

Em relação à apropriação do artesanato local pelo turismo, entre os principais produtos vendidos figuravam as tradicionais colchas, tapetes e bolsas produzidas no tear manual³⁸⁴ – o que provocava uma ressignificação dos valores atribuídos ao artesanato típico³⁸⁵, muito embora essa valorização partisse de agentes externos à comunidade (turistas), elevando assim a estima das artesãs. Porém, há três anos a última “tecedeira” encerrou suas atividades; ela ainda se orgulha de ter vendido peças para turistas das mais variadas partes do mundo, apesar de lamentar o fato de que nos últimos anos os turistas perderam o interesse por suas peças:

Eu parei [de tecer] por causa de saúde, causa de bronquite e também já não tem mais aquela idéia que tinha que turismo³⁸⁶ era louco causa de tear, queria comprar, queria levar... Eu tenho colcha nos município todo. [Os jovens] não tem a ilusão mais de aprender serviço de tear, sabe...porque o tear é um serviço braçal, pesado... então ninguém mais quer esse serviço, essas mocinha nova hoje em dia elas quer é serviço fácil. Porque o serviço de tear é mesmo que um serviço...é um serviço rural, né. Então hoje em dia aí eu já fui parando com isso, também a gente não tava encontrando fio, já o turismo já não comprava mais como era comprado e... pronto acabou. E eu também tava com muito bronquite então eu resolvi ranquei ele, porque o pó do fiado dá né... Toda tecedeira antiga tem bronquite.

(dona de casa aposentada; “ex-tecedeira”; 65)

Como expoentes do artesanato, há ainda um escultor – artefatos em madeira – que há oito anos está radicado no distrito, bem como um casal que elabora esculturas em papel machê³⁸⁷. Os outros tipos de artesanato atualmente comercializados em Ibitipoca são provenientes de outras regiões do país como Espírito Santo, Tiradentes, Congonhas do Campo, Lagoa Dourada, etc.

Tendo em vista que o atendimento ao turista é um serviço produzido e consumido ao mesmo tempo – o que demanda maior dedicação e mão-de-obra para atender às necessidades dos turistas – é observável a dedicação quase que integral dos prestadores de serviços em dias de feriado prolongado. Neste sentido, Rodrigues (2001, p.60) aponta para a “especialização não agrária do trabalho”. Isso, contudo, reduz a margem de tempo

³⁸⁴ O tear é bastante tradicional em Ibitipoca. Em 1787 um inventário dos teares existentes no distrito aponta a existência de vinte e três teares manuais “de uso comum e familiar” (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO apud IEF; BRANDT; 1994). Atualmente um projeto de resgate dessa tradição encontra-se em andamento, o qual envolve a participação e treinamento de meninas da comunidade.

³⁸⁵ Alguns utensílios do artesanato local vinculados à prática agrícola deixaram de ser confeccionados na atualidade. O balaio de taquara, por exemplo, de fabricação artesanal, servia para carregar milho durante a colheita. Seria oportuno utilizar o turismo como fator mediador para o resgate dessas tradições.

³⁸⁶ Os moradores mais antigos costumam utilizar a palavra “turismo” para se referir aos turistas.

³⁸⁷ É válido registrar que os atuais artesãos do distrito, apesar de serem provenientes de outras localidades, esculpem ícones identificados com a cultura e paisagem local, como lobos-guarás, bugios, macacos-sauás, onças, carros de boi, cachoeiras, plantas típicas, etc.

disponível às práticas culturais³⁸⁸, uma vez que os picos de visitação coincidem com as épocas das típicas manifestações culturais.

Com o advento do turismo, o período de trabalho é determinado a partir dos quadros temporais do universo urbano. Consequentemente, a produção local encontra-se subordinada ao ritmo das esferas produtivas das grandes metrópoles. Tem-se, pois, ritmos diferenciados da experiência do tempo de trabalho. Para Inskeep (apud COOPER et al., 2001, p.208), a magnitude dos efeitos socioculturais do turismo vincula-se ao “grau de diferenciação das características dos anfitriões e visitantes”, incluindo o *sentido de organização do tempo*. No caso de Ibitipoca, os agentes entrevistados apontaram haver certa discrepância entre a temporalidade dos moradores do lugar e a dos turistas, como se estes reproduzissem uma temporalidade acelerada, o que influenciaria diretamente no cotidiano da comunidade.

A antigamente era mais tranqüilo né. [...] Tenho saudade... porque a gente vivia naquela paz louca né... e o **negócio de turismo é muito corrido né...** Já trabalhei muito em pensão, trabalhei na pensão da minha irmã quás quatro anos, trabalhei na pensão da sobrinha ali assim também... e o negócio é muito corrido, sabe.

(dona-de-casa aposentada, “ex-tecedeira”, 65)

Acrescentar-se-á a todas essas colocações as alterações observadas nos padrões de consumo da população do arraial de Conceição de Ibitipoca: o maior contato com os turistas fez com que se absorvesse aspectos típicos do estilo de vida urbano, gerando-se a demanda por um maior consumo de produtos provenientes da cidade.

Concomitantemente, os relatos dos moradores indicam que o turismo provocou uma possível elevação de seu custo de vida³⁸⁹ – os alimentos comercializados localmente ficaram mais caros, atingindo diretamente os “nativos” e forçando muitos deles a estabelecer espaços de cultivo novamente. Um fator que talvez tenha contribuído para evitar que Ibitipoca estabelecesse o desenvolvimento de uma “monocultura turística”³⁹⁰.

Aqui tem muita gente vivendo do turismo. Essas pensão, esses hotéis, essas coisa assim só utiliza, só tem renda depois que recebe os turismo vem aí nos feriado e vai embora, compreendeu? Não tem outro meio de vida. Então se acabar o turismo o empate, o investimento que eles fez desvaloriza, volta, perde o valor e não tem mais valor, eles não têm manutenção, não tem meio de vida... não tem ninguém que quer plantar.

(lavrador aposentado, 79)

³⁸⁸ Vale lembrar que o jongo, por exemplo, apesar de estar vinculado ao trabalho da lavoura, ao mesmo tempo representava uma prática cultural local.

³⁸⁹ Dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Lima Duarte indicam que a renda familiar média em Conceição de Ibitipoca é de R\$ 350,00.

³⁹⁰ Expressão utilizada por Krippendorff (2003).

No relato anterior, o sujeito se reporta às famílias de (ex) camponeses que não mais plantam e que estão exclusivamente imersas na cadeia produtiva do turismo. Neste sentido, uma alternativa razoável seria a diversificação de seus meios de produção, aliando o turismo e a produção agrícola enquanto atividades complementares, não concorrentes – estratégia comumente adotada por muitos prestadores de serviço em turismo. Outrossim, pelas observações de campo supõe-se que o turismo fez surgir um estrato intermediário emergente, composto por alguns “nativos” empreendedores que “subiram na vida”, os quais alcançaram algum sucesso com seu próprio negócio, seja uma pequena pousada, restaurante, bar, camping ou sorveteria.

Contudo, a herança do antigo sistema de produção agrícola ainda deixa seus resquícios, muito embora as mudanças resultantes do turismo induzam alguns dos antigos agricultores a deixar de se comportar de modo ratificado pelo tempo. As tradições rurais insistem em permanecer na memória daqueles que as vivenciaram, o que alarga os horizontes da reestruturação da esfera produtiva ora descrita, vinculando-a a inúmeros traços diacrônicos de caráter político, sociocultural, territorial e econômico.

Mesmo que o fenômeno (agricultura) que provocou a ação (cultura camponesa) seja extinto materialmente de suas vidas, o sentido da ação ainda continua ali, agindo no plano simbólico. A forma de manifestação do *ethos da terra* é assim contraditória; múltipla; variada – não congrega formas “puras”. Muitas famílias que hoje vivem do turismo ainda estabelecem cultivos anuais; mas há também famílias autóctones que residem no arraial e não plantam mais. Mesmo para estas, os significados gerados num período anterior prosseguem incidindo em suas vidas – ainda que não se façam materialmente perceptíveis.

7.2 – REMINISCÊNCIAS DA TERRA

Os trabalhadores que atualmente vivem do turismo e, concomitantemente, estabelecem espaços de cultivo agrícola não o fazem apenas por necessidade material imediata, mas para lembrar a si mesmos que ainda são camponeses: a agricultura perde em sua função econômica, mas amplia sua significação identitária; o conteúdo simbólico gerado num momento pretérito não se esvai. Ao contrário, os sentidos de sua prática se recompõem em novos termos: *“a gente planta porque nasceu pra plantar; nasci e vou morrer plantando; sou lavrador, o viver nosso é plantar”*.

Mutatis mutandis, essa lógica não destoa do movimento observado por Eliane Paulino (2006), no sentido de que o acesso à técnica ou às novas formas de produção não dissolve o sentido de pertencimento camponês. Tem-se, pois, um *ethos* que se revela e desafia; resiste e se conforma face às artimanhas do capital.

Os camponeses que foram recrutados pelo IEF para trabalharem como guarda-parques ou auxiliares de serviços gerais, por exemplo, quando entrevistados se auto-identificam enquanto *lavradores*. Entre as funções desempenhadas por esses indivíduos, a que lhes traz maior realização profissional é a capina periódica do aceiro do parque.

Os funcionários querem trabalhar no horário que trabalhavam na roça. Mas só que aqui no parque eles não podem chegar às 6 h. e parar ar 16 h. Eles gostam de capinar, tudo para eles é enxada. Parece que é cultural isso.

(Funcionário (a) do quadro administrativo do IEF, faixa etária 40-60).

Algumas explicações possíveis: o ato de capinar é um ofício culturalmente enraizado entre esses trabalhadores, já que todos nasceram e cresceram na lida da roça. Portanto, a prática da capina é algo que o homem do campo domina e o que lhe distingue culturalmente; um serviço que desempenham com destreza e precisão. Ademais, a demanda pela manutenção do aceiro do parque é cíclica, está atrelada ao tempo cíclico de crescimento da vegetação e sua execução requer o cumprimento de tarefas, empreitadas conjuntas de trabalho – tal qual a capina dos roçados onde desde criança aprenderam a trabalhar. Um outro traço diacrônico será analisado a seguir: a família empreendedora.

7.2.1 – A FAMÍLIA EMPREENDEDORA E O TURISMO: O TRABALHO FAMILIAR COMO ESTRATÉGIA DE ORGANIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Dos meios de hospedagem e estabelecimentos comerciais amostrados, 50% utilizam mão-de-obra familiar, ao passo que 29,6% do total da força de trabalho constituem-se a partir de relações não-monetárias de produção, pautando-se, pois, na exploração do trabalho familiar não-remunerado. Tratam-se, eminentemente, de pequenos estabelecimentos administrados por famílias que provêm do antigo núcleo camponês de Ibitipoca e que diversificaram suas estratégias de reprodução social vendendo o patrimônio fundiário herdado e aplicando esse capital na nova atividade econômica.

Como não dispunham de capital acumulado na agropecuária, a aquisição de recursos para investimento se deu pela via dos processos especulativos emergentes a partir

do final da década de 1980, isto é, a venda de suas terras num contexto em que o *trade imobiliário* promovia a apropriação subversiva da renda da terra³⁹¹ pelo capital especulativo.

O fato é que, atualmente, na cadeia produtiva do turismo em Ibitipoca, são detectáveis resíduos das relações de produção assentadas em formas não-capitalistas, em que sobressaem relações informais de trabalho familiar como algo funcional à reprodução do capital. O fenômeno que os economistas designariam simplesmente de “mercados de trabalho não formalizados”³⁹² pode aqui ser entendido como uma funcionalidade econômica que se realiza no plano simbólico – permitindo ao pequeno empreendedor a acumulação de riqueza a partir de um mínimo de capital disponível.

Como abordado no capítulo 4, as unidades camponesas de produção em Ibitipoca historicamente se adaptaram à sobrevivência num ambiente com carência de recursos naturais e condições de vida com baixo grau de sofisticação. O mínimo excedente acumulado tinha, pois, um grande significado econômico para aquelas famílias. Essa adequação à “acumulação mínima” tornou-se assim um diferencial às famílias camponesas que venderam suas terras e investiram no turismo.

Embora a maior parte dessas famílias tenha sido expropriada de suas terras com o advento do turismo e, conseqüentemente, se proletarizado, é possível observar, na Serra, três individualidades históricas que se traduzem enquanto *casos de sucesso*. Ironicamente, o maior e mais sofisticado meio de hospedagem encontrado atualmente em Ibitipoca pertence a uma família proveniente do campo: agricultores que, na década de 1980, venderam suas terras e investiram o capital arrecadado num pequeno meio de hospedagem. Num contexto em que a terra camponesa se tornava mercadoria a ser especulada, a sua venda possibilitou a obtenção de recursos monetários suficientes para o investimento. Qual o segredo desse negócio? Simples: **a transposição da estrutura de organização do trabalho familiar camponês para a nova esfera produtiva (turismo)**.

Com a consolidação do negócio, a família então adquiriu um novo pedaço de terra e lá edificou uma rede de equipamentos turísticos articulados a uma sofisticada cadeia de

³⁹¹ Em relação à conceituação de renda da terra, ver Martins (2004).

³⁹² Woortmann (1984).

auto-fornecimento de produtos agrícolas: possuem suas próprias hortas, pomares³⁹³, aviários, tanques de piscicultura e curral. Os próprios membros familiares, além de trabalharem a terra e dela retirar parte do seu sustento, despendem a maior parte de seu tempo de trabalho na prestação de serviços ligados ao turismo no empreendimento familiar. Por conseguinte, produzem leite, frutas, ovos, legumes, queijos, cachaça, aves, trutas e verduras, etc. Uma parte considerável dos alimentos consumidos advém da horta orgânica cultivada nas dependências do próprio espaço produtivo circundante ao hotel³⁹⁴.

O objetivo é que, a curto prazo, todos os produtos utilizados no café-da-manhã sejam produzidos dentro da propriedade. Hoje, algumas frutas como uva e mamão ainda são comprados no mercado. “Pretendemos chegar à auto-suficiência e produzir aqui tudo o que necessitamos para o consumo”, ressalta o *empreendedor familiar* que dispensa ser chamado de *empreendedor*.

Em certo sentido, essas contradições são inerentes à própria reestruturação da esfera produtiva na Serra: a nova atividade econômica anexou a família enquanto unidade organizadora dos recursos da força de trabalho, incorporando novas formas de racionalidade ao processo produtivo do “camponês” – que agora além de produzir alimentos oferece serviços que satisfazem os desejos de consumo dos turistas. Por lógica, o atípico empreendimento familiar é, simultaneamente, unidade de produção e de consumo – tanto de produtos agrícolas quanto de serviços turísticos! Sobrepostos espacialmente e articulados em termos funcionais, meios de hospedagem e unidade camponesa de produção se atrelam e se complementam.

Não se trata, pois, de um “elo perdido” entre o turismo e a agricultura, mas de um modo de ser e de viver pautado na estrutura de trabalho familiar que se apresenta como algo funcional ao capitalismo – já que o próprio conteúdo de cultura campesino é apropriado enquanto elemento a agregar valor no atendimento ao turista: “*Aqui eles transmitem calor humano na mesa. Em lugar nenhum você vê isso*” – observa uma hóspede fluminense. Tudo porque o diferencial competitivo desses estabelecimentos híbridos tem como alicerce o ATENDIMENTO FAMILIAR, o ***ethos camponês e sua estrutura familiar de trabalho sendo apropriado enquanto força produtiva***. Mais uma contradição do “Paraíso do Capital”. Dessa forma, o cuidado no preparo de pratos *sui*

³⁹³ Tem ainda um pomar com 1600 mudas de espécies frutíferas, abrigando 45 variedades de frutas de regiões tropicais e temperadas.

³⁹⁴ Além do centro equestre e passeios a cavalo, o hotel oferece um pesqueiro com 10 tanques com espécies variadas, destacando-se as trutas.

generis, o tempero que reunido à hospitalidade típica de Ibitipoca agrega valor ao produto turístico local.

...o desenvolvimento capitalista não eliminou outras formas de produção não-capitalistas. Tanto a reprodução – e em algumas situações, a expansão – da produção camponesa como a de formas urbanas de produção doméstica simples de mercadorias foram estimuladas pelo próprio processo de acumulação capitalista. De fato, aquelas formas de produção simples parecem alimentar, de diferentes maneiras, esse mesmo processo (WOORTMANN, 1984, p.69).

Um dos estabelecimentos em questão é o único meio de hospedagem da Serra a oferecer infra-estrutura de Hotel Fazenda; um espaço que se apresenta como alternativa de lazer aos turistas que visitam o parque. Sua estrutura diferenciada não é um simulacro do rural, mas a revitalização do modo de vida da própria família camponesa que havia deixado o campo duas décadas atrás. Eles não representam o cenário de um hotel fazenda, mas antes constituem ali o seu ambiente de vida e de trabalho.

A organização do trabalho familiar, neste sentido, é capaz de administrar uma considerável cadeia de auto-fornecimento de produtos e de suprimento alimentar. A produção de alimentos orgânicos além de agregar valor ao portfólio do cardápio é, ainda, fundamental à reposição dos custos de reprodução da força de trabalho familiar e se dá de forma circunscrita ao próprio estabelecimento – perfazendo uma estratégia que permite a acumulação de riqueza a partir dos limitados recursos de que dispunham 20 anos atrás: Tudo começou quando a apropriação da renda da terra assumiu uma nova funcionalidade à reprodução do capital em Ibitipoca.

Não obstante, das propriedades rurais amostradas, as únicas que mantêm alguma interface produtiva com o turismo são aquelas situadas na Várzea do Tanque (Caminho entre a vila de C.I. e o Parque). Três dessas propriedades produzem e vendem o famoso Pão-de-Canela³⁹⁵ aos turistas, uma espécie de pão folhado cuja receita advém dos antigos núcleos familiares de colonos/agregados que habitavam a tradicional – e hoje desmembrada – Fazenda do Tanque. Elas possuem ainda áreas de camping, que são geralmente acomodadas nos espaços circundantes à sede dos sítios – terreiros ou pomares.

³⁹⁵ Na propriedade rural nº 16 da amostra (mapa 2), por exemplo, foram produzidos 1050 pães-de-canela durante o feriado da Semana Santa de 2007. A apropriação do pão-de-canela pelo turismo começou ao acaso, por volta de 1978, quando um grupo de turistas que caminhavam em direção ao parque parou à porta de uma das famílias camponesas do Tanque e pediu algo de comer à matriarca. Após servir café e pão-de-canela, ela percebeu que os visitantes se entusiasmaram com o quitute, que desde então passou a ser vendido na Serra, empregando principalmente mulheres. A maioria dos ingredientes da receita é produzida dentro do próprio estabelecimento rural (leite, ovos, manteiga e milho). Além de se diminuir os custos da produção e agregar valor ao produto final, tal estratégia confere a estes estabelecimentos a sua manutenção enquanto unidades de produção e de consumo.

7.3 – CAPITAL ALTERNATIVO; ALTERNATIVAS DO CAPITAL



Fig.24: Híppies de mercado. Para o turista de Ibitipoca, a cultura (neo)híppie é hoje apresentada como algo que deve ser consumido, revelando assim a capacidade do capitalismo em subjugar formas resistentes, transformando a pretensa "contracultura" em mercadoria.

Tem-se, pois, uma expressão do viés mimético inerente às sociedades capitalistas, em que o dominado compactua com a hegemonia do sistema, apesar de não concordar com ele. Neste contexto, as coisas não valem pelo que elas são, mas pelo que representam; e os estilos de vida tornam-se simulacros renovados para se venderem novos produtos. Foto: Bruno Bedim, abr.2005.

Fig.25: Camping no pomar.

Na imagem, uma concorrida área de camping assentada no pomar de um dos sítios da Várzea do Tanque. A alocação desses espaços para os campistas se tornou uma fonte complementar de renda para 3 famílias camponesas que habitam o caminho compreendido entre o arraial de Conceição de Ibitipoca e o parque. Na semana santa de 2007, a ocupação somava 92 barracas, a uma diária média de R\$ 10,00 por campista. Nessas unidades pluriativas, a estrutura de organização do trabalho familiar agrícola é transposta para a prestação de serviços em turismo.

Foto: Bruno Bedim, maio 2007.

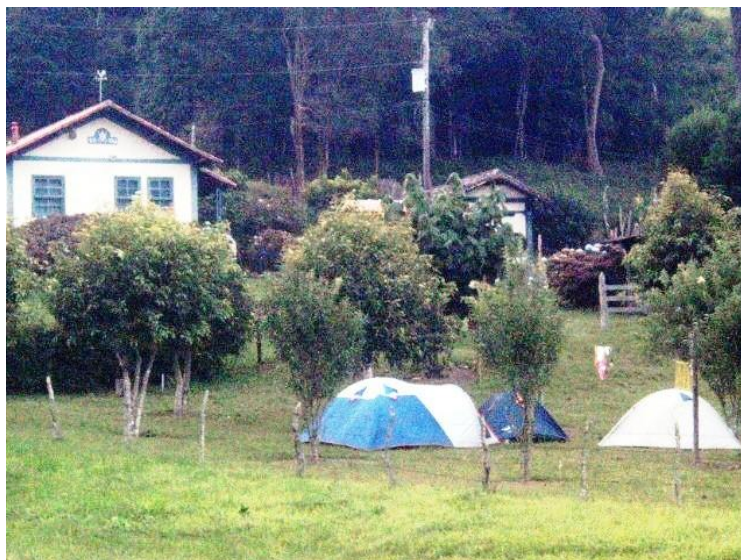


Fig.26: Pão-de-canela produzido em escala comercial.

A venda do tradicional pão-de-canela a turistas começou por volta de 1978 e, atualmente, ocupa cerca de 20 mulheres em Ibitipoca, algumas das quais o produzem nas propriedades rurais e se organizam a partir do trabalho familiar. A maioria dos ingredientes da receita é produzida no próprio estabelecimento (leite, ovos, manteiga, etc.). Além de diminuir os custos da produção e agregar valor ao produto final, tal estratégia confere a estes estabelecimentos rurais a sua manutenção enquanto unidades de produção e consumo.

Foto: Bruno Bedim, abr.2007.



Em certo sentido, essas imagens contextualizam aquilo que outrora foi exposto pelo próprio Marx (1980): o capitalismo é um modo de produção que contém uma capacidade muito grande de resistir e de se amoldar a diferentes situações; o seu mimetismo é, pois, capaz de incorporar formas resistentes, cujas concessões silenciam eventuais dissonâncias – tendo as metamorfoses da forma valor, a mercadoria e o universo do consumo como elementos balizadores das tensões sociais.

Exemplo disso é a cultura camponesa de Ibitipoca eventualmente assimilada enquanto “produto turístico” a ser fotografado pelo turista e/ou reproduzido enquanto simulacro na decoração das pousadas –, ou ainda, os ícones da pretensa contracultura dos (neo) hippies de Ibitipoca que possuem suas próprias grifes e linhas sofisticadas de “indumentária alternativa”, produzindo e vendendo em série suas bijuterias e vestimentas da “moda paz e amor”. Além disso, os próprios festivais de música que compõem o atual calendário de eventos da Serra possuem lá suas contradições – como o famoso *Ibitireggae*, evento anual que chega a atrair milhares de pessoas para a Serra: a massa *rastafári* e seu respectivo potencial de consumo.

Em Ibitipoca, nem a esfera da “conservação ambiental” se esquivava de ser fetichizada – mesmo que sob as rubricas da irreverência – enquanto mercadoria reproduzível. Camisas e bonés produzidos em série exibem na estampa a imagem de um lobo-guará “moderninho” – um animal caricaturado, de face malandra, aparentemente bêbado e que segura nas mãos um cigarro de maconha e uma garrafa de conhaque – evidência empírica da apropriação mercadológica de uma espécie-bandeira que, por possuir um apelo imagético carismático, é incorporada como símbolo de marketing no intuito de atrair e satisfazer as necessidades de consumo de um público específico, sob a chancela do “*ecologicamente (in)correto*” e do “*naturalmente alternativo*”.

Tem um reggae no seu quintal
O que foi que você fez?
Exploração sem igual
Salário no fim do mês

Tudo há nesse rural
Até garçom camponês
Voçoroca cultural
Rastafári do freguês.

7.4 – TRAÇÃO E ATRAÇÃO PELOS CAMINHOS DA ROÇA



Figs. 27, 28 e 29: Tração a quatro patas: maior controle dos meios de produção. O principal meio de transporte e escoamento da produção agropecuária local é a tração animal, que também é imprescindível à aração das roças (o arado a boi é usado em 93% das propriedades rurais amostradas). Na foto ao lado, equinos conduzidos por um agricultor carregam, nos balaio, 80 Kg de mandioca nas imediações dos Moreiras. Abaixo, à esquerda, outro sítio guia uma tropa a transportar latões com a produção leiteira dos compadres camponeses do bairro rural Fiscal (cerca de 90 l.). À direita, duas mulas com balaio do milho colhido em julho, no entorno sudeste.

Obs: Em Ibitipoca, quase não existem charretes em função do relevo acidentado. **Fotos:** Bruno Bedim, mar./ago. 2007.



Fig.30: Tração a quatro rodas: a declividade das estradas e as dificuldades de acesso como fator condicionante das forças produtivas turísticas.

Feriado da Semana Santa (2005), quando da realização de um evento musical na Serra, em que alguns milhares de turistas congestionam a principal via de acesso e suporte ao fluxo dos visitantes, na entrada do arraial de Ibitipoca. Na ocasião deste evento, a *massa rastafári* atraída provocou uma fila de carros de aproximadamente 2 km.

É válido destacar que os turistas trafegam pelas mesmas estradas de chão batido por onde circulam as tropas e cargueiros de muare expostos nas imagens acima. A diferença é que, chovendo ou não, os camponeses transitam livremente com seus animais pela Serra, ao passo que só os automóveis com tração nas quatro rodas conseguem superar o barro da estrada. **Foto:** Bruno Bedim, abr.2005.

7.5 – O DILEMA CAMPONÊS NO “PARAÍSO DO CAPITAL”

Daqui a uns anos, não terá mais agricultura aqui, porque o turismo e o eucalipto vão tomar o espaço. A gente tem que conservar isso aqui... conservar pra nós mesmos, pra quem mora aqui e pra quem vai vir morar. A agricultura hoje está muito ruim, porque tem pouca mão-de-obra. O turismo desarranjou tudo, mas se não fosse o turismo, a gente estava era passando aperto aqui. Então ele é o mal necessário...

(Agricultor e pedreiro, 28)

Conforme exposto no capítulo 5, a partir do século XIX estabeleceu-se em Ibitipoca um representativo núcleo de cultura camponesa, o qual se apoiava em atividades de subsistência como caça, extrativismo vegetal e agricultura. Ao longo do século XX, para essas famílias, os cultivos anuais aliados à pecuária leiteira se apresentam como os meios de vida e de trabalho na Serra.

Atualmente, uma parcela do antigo núcleo campesino de Ibitipoca ainda se reproduz econômica e socialmente assim, constituindo uma categoria social que insiste em permanecer ali, na terra: o sitiante-camponês, que se amparou na organização familiar do trabalho e nas relações de produção não-capitalistas para sobreviver contraditoriamente no “Paraíso do Capital”. Ao contrário dos fazendeiros típicos que foram varridos da Serra³⁹⁶, os camponeses-sitiantes, por sua vez, tiveram no trabalho familiar um fator diferencial a alicerçar a sua reprodução social – já que a correlação entre parâmetros demográficos e espaços cultivados se atrela ao equilíbrio entre a sua produção de subsistência e os respectivos níveis de seu consumo³⁹⁷.

Senhores de seus próprios meios de produção e independentemente da compra de mão-de-obra externa aos seus estabelecimentos rurais, esses sitiantes recriaram suas condições de existência ao sobreviver a dois intrincados momentos de sua história recente: **i)** Desde a segunda metade do século XX, a tenacidade de sua reprodução social enquanto camponeses que não se modernizaram tecnicamente contrasta com o processo de desenvolvimento capitalista da agricultura regional e nacional; **ii)** Atualmente, resistem ainda aos dilemas decorrentes da reestruturação da esfera produtiva verificada na Serra, contexto engendrado com a expansão do turismo em Ibitipoca.

³⁹⁶ Os fazendeiros não são mais encontrados na Serra, já que necessariamente tinham que mobilizar mão-de-obra externa ao seu estabelecimento rural e recorrer a relações de produção tipicamente capitalistas para atingir uma equação economicamente favorável entre custos de produção e rendimentos líquidos.

³⁹⁷ Neste sentido, ver Chayanov (1974). Contudo, há indícios de que, atualmente, tal correlação entre parâmetros demográficos e espaços cultivados encontra-se em processo de desestruturação em Ibitipoca, conforme veremos a seguir. (Ver também tabela/ apêndice 2).

7.5.1 – DA CERCA AO CERCO QUE CERCEIA

A Serra Grande – antigas terras devolutas que hoje constituem o parque – favoreceu, em tempos pretéritos, a expansão da agropecuária em Ibitipoca, sendo entendida como extensão dos espaços de produção do pequeno sítiante. Com a criação do parque, contudo, uma cerca de arame farpado foi soerguida para impedir o acesso do gado bovino a tais pastagens, intervindo assim sobre o modo de vida daquele grupo camponês sem oferecer a ele novas alternativas de reprodução social. Mas há outros cercos atuais que ameaçam a reprodução do campesinato de Ibitipoca enquanto tal. Entre eles, podemos destacar:

- i) O CERCO DA ESPECULAÇÃO FUNDIÁRIA derivada da apropriação de porções de terra por investidores urbanos, resultando em dois processos distintos embora suas intencionalidades eventualmente sejam similares: **A)** no entorno oeste e sudoeste do parque, tem-se uma tendência de parcelamento das unidades fundiárias, com destaque para o estabelecimento de empreendimentos turísticos (meios de hospedagem) e para a construção de casas de veraneio e condomínios; **B)** no entorno sul, leste e norte assiste-se ao processo de monopolização territorial a partir da formação de uma grande propriedade, processo pelo qual investidores ligados a uma grande empresa de construção e mineração já adquiriram aproximadamente 3000 *ha*, chegando inclusive a comprar uma parcela considerável do arraial Mogol.

- ii) O CERCO SUBSEQUENTE À REESTRUTURAÇÃO DA ESFERA PRODUTIVA, uma vez que muitas propriedades rurais liberaram mão-de-obra para o turismo, não repondo assim a força de trabalho necessária à agropecuária, já que as novas gerações, via de regra, estão ocupadas na nova atividade. No contexto em que a estrutura ocupacional se reconfigura, torna-se um dilema conseguir trabalhadores rurais dispostos a se dedicarem à lida na roça, tendo em vista que a remuneração paga no turismo se apresenta mais atrativa, além de as novas funções exigirem do trabalhador um menor esforço físico.

- iii) O CERCO DOS EUCALIPTAIS³⁹⁸ às terras camponesas, materializado na expansão dos cultivos de duas transnacionais francesas especializadas na produção de celulose, as quais já adquiriram cerca de 13 mil *ha* na região.
- iv) O CERCO DA LEGISLAÇÃO E DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS às práticas agrícolas tradicionalmente praticadas no entorno, impondo restrições ao uso do solo e dos demais recursos naturais.

Tais processos se apresentam como formas de **expropriação direta ou indireta**, criando as condições favoráveis à separação do trabalhador rural dos meios de que dispõe para produzir.

7.5.2 – O CAMPONÊS E AS CONDIÇÕES OBJETIVAS DE SUA EXISTÊNCIA

A atual reprodução do modo de vida camponês na Serra de Ibitipoca constitui um significativo enigma constatado por esta pesquisa. Em certo sentido, o que sustenta a cultura camponesa no entorno do parque, hoje, é a sua própria teimosia em querer viver ali. Ao lançarem mão das formas solidárias de trabalho, e ainda, ao resistirem em ceder a terra para os investidores do *trade* turístico, esses camponeses, apesar de não muito numerosos³⁹⁹, tomam vulto ao desafiar os interesses dos especuladores. Eles impuseram restrições à expansão dos empreendimentos turísticos na Serra, bem como condicionaram o movimento de ampliação territorial do patrimônio fundiário das empresas que pretensamente tentam adquirir terras no entorno do parque a título especulativo. Num determinado momento da história, o *ethos* camponês materializado na resistência do sitiante em ceder a terra para o investidor provocou o condicionamento da eventual “fronteira especulativa” outrora aberta a partir da emulação imobiliária sobre as terras desmembradas das fazendas remanescentes do sopé da Serra.

³⁹⁸ Dos 128 camponeses pesquisados no entorno do parque, apenas 2 trabalham nos eucaliptais. Expressão ocupacional de uma monocultura que gera apenas um emprego direto a cada 1000 hectares plantados.

³⁹⁹ Circunscritas no recorte espacial pesquisado, existem atualmente cerca de 80 unidades camponesas de produção. Os questionários foram aplicados em 30 delas.

Tem-se, pois, um grupo humano que se organiza para atingir a produção dos seus meios de vida agrária. Num contexto em que a racionalidade do turismo tende a conduzir o processo, a reprodução camponesa se apresenta, aparentemente, como elemento de discrepância a contrastar no processo histórico e social desenvolvido localmente.

Experiência precursora que se atualiza, o campesinato da Serra de Ibitipoca congrega formas específicas de organização do espaço e de vida social; sociabilidades pretéritas que ainda se fazem presentes na trama social do entorno do Parque. O camponês de Ibitipoca é o sujeito que age de acordo com as condições objetivas de sua própria existência: sua vida está articulada aos seus meios de produção, denotando uma economia baseada nos fatores de produção excedentes, em que trabalho familiar e ambiente conformam respectivos conteúdos de cultura, que por sua vez, reagem sobre as condições do meio.

Esta segunda parte do capítulo versará sobre a agropecuária praticada atualmente pelos camponeses no entorno do parque e os respectivos dilemas socioambientais da sua existência, incluindo a produção de sua economia de excedentes, e, por conseguinte, sua vida propriamente dita. Não obstante, Martins pontua que:

O excedente não é o produto que sobra do consumo, mas o produto dos fatores de produção excedentes dos que foram utilizados na subsistência (no caso, a mão-de-obra e a terra com suas pastagens naturais). É o fator excedente que gera o produto excedente e que define a economia, a sociedade e a cultura baseadas no excedente, à margem das relações monetárias, das relações sociais abstratas, da dominação política, das relações capitalistas de produção típica, da conduta racional com relação a fins seculares (MARTINS, 1975, p.12).

Conforme já explicitado na *Metodologia (Cap.3)*, as 30 unidades camponesas de produção amostradas no entorno do parque foram categorizadas em 7 intervalos de classe fundiária constatados a partir da análise dos dados empíricos coletados.

O tamanho das unidades amostradas e seu respectivo agrupamento de classe ora estabelecido sofrem variações de acordo com dois fatores principais: **i)** A altimetria, já que, como demonstrado no capítulo 4, por fatores históricos os camponeses sitiantes encontraram nas terras altas da Serra o seu espaço (900 -1400 m), ao passo que as fazendas perfaziam as zonas de menor altitude (abaixo de 900 m); **ii)** Os processos recentes de especulação fundiária deflagrados nas terras mais próximas à portaria do Parque.

TAB.11: NÚMERO E DIMENSÃO DAS UNIDADES CAMPONESAS DE PRODUÇÃO AMOSTRADAS NO ENTORNO DO PARQUE DO IBITIPOCA E ESTRATIFICAÇÃO EM INTERVALOS DE CLASSE FUNDIÁRIA (2007)

Estratos Fundiários (ha)	Nº de Unidades Amostradas	Classes	%	Área (ha)	%
0,5 a 0,7	2	1	6,67	1,2	0,13
4,0 a 8,4	4	2	13,33	25,4	2,70
11 a 20	7	3	23,33	106	11,25
24 a 28	5	4	16,67	132	14,02
36 a 40	5	5	16,67	190	20,17
46,5 a 52	3	6	10,00	148,5	15,76
68 a 108	4	7	13,33	339	35,98
TOTAL	30	7	100,0	942,1	100

FONTE: Dados de Campo – 2007

Elaborado por: BEDIM, B. P.

Espacialmente, há um discreto predomínio das unidades camponesas de produção agrupadas na classe 3 (23,3%), cujo tamanho está compreendido no intervalo fundiário entre 11 e 20 ha. Esses estabelecimentos se apresentam distribuídos de forma aleatória por toda a área amostrada, abrangendo terras de 5 diferentes bairros rurais (Várzea do Tanque, Morro do Paiol, Engenho, Mogol e Cachoeirinha).

Quanto à classificação por estratos, a classe 1 agrupa dois estabelecimentos (0,5 e 0,7 ha, respectivamente), ambos situados em diferentes zonas fisiográficas e bairros rurais: Fiscal e Várzea do Tanque (ver mapa 2). Sua composição enquanto pequena propriedade está diretamente associada aos efeitos do turismo na Serra, embora se dêem por fatores distintos: a propriedade com 0,7 ha está situada no caminho que liga a Conceição de Ibitipoca ao parque, ou seja, o principal eixo de escoamento dos visitantes – portanto, onde estão as terras mais visadas e valorizadas pelo mercado imobiliário. O morador mais idoso é agricultor, ao passo que seus dois filhos trabalham com turismo – recepcionista e cozinheira de pousadas, respectivamente. Como dispõe de pouca terra, o agricultor então é meeiro, encontrando eventualmente no sistema de parceria uma forma de viabilizar a sua produção – já que o trabalho familiar de sua propriedade foi desestruturado, tendo em vista a liberação da força de trabalho dos descendentes para a nova esfera produtiva (turismo).

Segundo este agricultor, a única forma de se manter na terra foi vendendo uma parcela dela e ampliando as trocas de serviço com os vizinhos como forma de suprir a carência da força de trabalho não preenchida com as novas gerações. Na outra propriedade deste estrato (0,5 ha) encontra-se o último “roçador de pasto” de toda a Serra, o resíduo do que outrora era

definido como o típico “camarada”: um camponês que, sem possuir terras suficientes para delas extrair seu sustento, torna-se um trabalhador diarista e ao mesmo tempo meeiro.

Nesta segunda unidade camponesa cujo espaço de produção disponível é insuficiente para abastecer a família, a agricultora expõe que a venda do terreno se deu após a distribuição da herança entre os irmãos. Até então, mesmo após casados, ela e o marido não possuíam terras nem residência própria, e moravam de favor no núcleo familiar dele. Não dispo de recursos monetários para edificar a residência na propriedade herdada, acabaram por aceitar a proposta de um investidor que se apropriou das terras a título especulativo⁴⁰⁰. A intenção da família naquele momento era construir sua autonomia domiciliar – mesmo que isso lhe custasse a perda definitiva de sua autonomia alimentar e ocupacional.

A gente teve que vender um pedacinho pra construir essa casa. A gente tinha 20 litros de terra⁴⁰¹, vendeu treze e ficou só com 7 pra poder fazer a casa de morada. **A gente não tem mais terra, a gente não tem mais como trabalhar pra si próprio, então tem que trabalhar pros outros.** Como a gente não tinha mais colocação de morada e vivia de favor na casa dos outros, a gente vendeu a terra pra ter a força de ter o lar da gente separado. O rapaz quis comprar aquele pedacinho de terra ali na frente, ele quis dar 8 mil. Mas a gente não vendeu não, porque é a frente da casa da gente. Ele queria comprar. (Agricultora, 37).

Ocorre que, com o advento do turismo em Ibitipoca e com a fragmentação territorial das grandes fazendas que antes envolviam o sopé da Serra, os “camaradas”⁴⁰² migraram quase em sua totalidade para a prestação de serviços pesados ligados ao turismo – na construção civil ou como jardineiros na manutenção paisagística de hotéis, pousadas e campings. Com poucas terras para estabelecer cultivos e com baixo grau de escolaridade, não restou-lhes outra alternativa senão vender os próprios braços. À medida que se proletarizaram, foram abandonando, gradativamente, o sistema de parceria. Apenas um “camarada” resistiu nas atividades agrícolas, motivo pelo qual o seu serviço é atualmente muito requisitado e, conseqüentemente, sobrevalorizado: a demanda pelo seu trabalho é significativa em determinadas épocas do ano, principalmente para as roçadas de pasto.

⁴⁰⁰ Não obstante, Wolf (2003b, p.95-96) pontua que “nas situações em que a terra e o trabalho se tornam mercadorias, as coalizões corporadas de parentesco tendem a perder seu monopólio sobre recursos e pessoal. O indivíduo é, ao invés, ‘liberado’ para entrar em coalizões individuais, com o objetivo de maximizar seus recursos tanto no campo econômico como no mercado matrimonial”.

⁴⁰¹ De acordo com o código cultural dos camponeses de Ibitipoca, 1 hectare equivale a 10 litros de terra. Portanto, a família citada acima dispunha de 2 ha, dos quais vendeu 1,3 ha, restando-lhe 0,7 ha.

⁴⁰² Como visto no capítulo 4, o camarada constituía-se enquanto camponês que, eventualmente, vendia livremente sua força de trabalho, e ainda, articulava-se a proprietários de terra enquanto meeiro. Não possuía, portanto, o domínio de seus próprios meios de produção.

A escassez desses trabalhadores rurais diaristas (camaradas) contribuiu para que a formação de capoeiras⁴⁰³ nos sítios de Ibitipoca aumentasse expressivamente, já que, à medida que os camaradas transformaram-se em jardineiros e auxiliares de pedreiro⁴⁰⁴, a não manutenção das pastagens da Serra fez com que os processos de sucessão ecológica se desenvolvessem. Se um pasto fica dois ou três anos sem ser roçado, o mesmo é infestado por arbustos e ervas nativas que rapidamente suprimem as gramíneas. Uma vez transformadas em capoeira, a legislação ambiental vigente sobre o entorno do Parque proíbe a derrubada da vegetação arbustiva dessas áreas – processo que contribui para a diminuição do espaço de produção do camponês.

Em função do excesso de capoeiras, o gado então pasteja nessas áreas em processo de regeneração e comumente é intoxicado por uma espécie de samambaia (*Pteridium aquilinum*)⁴⁰⁵ que leva o bovino a urinar sangue, emagrecer e, por fim, morrer⁴⁰⁶. Essa doença é conhecida como **Hematúria Enzoótica** e, de acordo com a amostragem que realizamos, atinge cerca de 11% do rebanho bovino pesquisado; sua ocorrência se concentra nas propriedades rurais das seguintes zonas fisiográficas: Serrinha, Fiscal, Ponte Alta, Clementes, Cachoeirinha, Córrego Dantas e Retiro da Pedra – coincidentemente (ou não), lugares onde vivem os camponeses com maior carência de recursos econômicos, e cujo solo é ácido e arenoso. Em Ibitipoca, os sintomas da Hematúria Enzoótica se manifestam com maior frequência no período de inverno (pastagens mais secas), e há indícios de que a ocorrência da doença esteja relacionada à escassez de pastos e/ou à baixa nutricional das pastagens. A incidência da Hematúria tornou-se acentuada nos últimos 15 anos e vem produzindo efeitos socioeconômicos drásticos ao suprimir ainda mais as possibilidades produtivas de que o camponês de Ibitipoca dispõe.

⁴⁰³ A capoeira é entendida aqui como uma vegetação nativa que se desenvolve por entre a pastagem não roçada, processo de sucessão ecológica pelo qual arbustos e ervas tomam o lugar das gramíneas, abafando-as, e criando as condições necessárias para a formação de sub-bosques nas propriedades rurais de Ibitipoca.

⁴⁰⁴ Esses “camaradas” que se proletarizaram no turismo são conhecidos localmente como “ambulanteiros”, devido à sazonalidade dos serviços prestados – já que, após executadas suas tarefas, geralmente são dispensados e procuram uma nova empreitada temporária.

⁴⁰⁵ Foge aos propósitos deste trabalho aprofundar a discussão sobre essas intoxicações. Sabemos apenas que as mesmas estão relacionadas à presença desta samambaia – que em Ibitipoca se apresenta como espécie pioneira no processo de regeneração da mata nativa, dominando rapidamente as áreas de pastagens que ficam sem manutenção (poda) periódica.

⁴⁰⁶ Segundo relatos, o período que compreende o aparecimento dos primeiros sintomas até a morte do animal pode levar de alguns dias a até dois anos. Assim que os sinais da doença são diagnosticados numa rês, o camponês imediatamente providencia a sua comercialização para corte – só que uma vaca com Hematúria Enzoótica atinge apenas cerca de 30% do preço que normalmente se paga por arroba, na região. Num único ano, uma propriedade rural da zona fisiográfica conhecida como Ponte Alta teve uma baixa de 47% de seu plantel bovino em função dessas intoxicações.

7.5.3 – UMA EQUAÇÃO ECOLÓGICA, UM PROCESSO ECONÔMICO



No primeiro plano, o plantio consorciado de milho e feijão. Acima, uma encosta que até 6 anos atrás constituía um pasto de capim-gordura. Após três anos sem roçar a área, o proprietário foi proibido pelo órgão ambiental fiscalizador de realizar a limpeza da vegetação, perdendo assim 2,5 hectares do seu espaço de produção. Conseqüentemente, vendeu a terra a empresários paulistas, os quais pretendem estabelecer duas chácaras de veraneio ali, construindo ainda infra-estrutura de lazer. Foto: Bruno Bedim, abr.2007.

Fig.31: O viés econômico subjacente à capoeira...

No segundo plano, o processo de sucessão ecológica favorece a transformação de pastagens em capoeiras, e de capoeiras em matas. A priori, tal processo garante a conservação da biodiversidade e, por tabela, ainda enaltece o olhar dos turistas. Por outro lado, camponeses vêm diminuir os seus espaços de vida e de trabalho. Assim, em Ibitipoca, a mancha verde avança abafando as forças produtivas agrícolas que se retraem. Ao invés de coibir o uso dos recursos naturais do entorno do parque pelos sitiantes, o Estado deveria pensar alternativas para que essas populações possam usufruir da biodiversidade de seus territórios. Que “conservação” é essa que leva à expropriação de camponeses, criando as condições favoráveis para que vendam suas terras? Que interesses estão sendo conservados neste processo e quais grupos humanos eles favorecem?

Fig.32: O verde que suprime a reprodução camponesa?

Típica pastagem infestada por samambaias (*Pteridium aquilinum*). Após dois anos sem manutenção, essa área encontra-se em processo de sucessão ecológica. Depois de pastejar nessas áreas de forma recorrente, uma parcela do gado adoece ao ingerir com frequência tal espécie de samambaia que intoxica os bovinos. Esta planta se apresenta como pioneira no processo de regeneração da mata nativa, invadindo e dominando rapidamente os terrenos cujas pastagens não sofreram limpeza periódica. Mediante tal processo, tem-se a seguinte equação: quanto mais samambaia, menos gado haverá e, conseqüentemente, menos camponeses habitarão o entorno do parque. Foto: Bruno Bedim, maio 2007.



O Código Florestal Brasileiro (Lei nº 4771, de 1965), complementado pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 24/08/2001, atribui ao órgão ambiental estadual competente (no caso, o IEF/MG) a função de aprovar a localização da área de reserva legal⁴⁰⁷ dentro de cada propriedade rural do entorno de um Parque Estadual – já que a aplicação de tal norma jurídica torna-se ainda mais rigorosa quando se trata de áreas próximas a outra Reserva Legal, Área de Preservação Permanente, Unidade de Conservação ou outra área legalmente protegida. Para o pequeno produtor rural do entorno do Parque do Ibitipoca, a execução dessas disposições legais tende a coibir a supressão da vegetação nativa em áreas consideradas “subutilizadas” – no caso, as pastagens não roçadas que são abafadas pela vegetação nativa em processo de regeneração. A manutenção/limpeza dessa vegetação em processo de sucessão ecológica é ainda regulamentada pela Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/ 2006):

Art. 11. O corte e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica ficam vedados quando a vegetação: [...] proteger o entorno das Unidades de Conservação (BRASIL, 2006).

Para o órgão gestor do Parque Estadual do Ibitipoca, as medidas necessárias à conservação dos atributos ecológicos do seu entorno implicam no cerceamento da exploração da atividade agropecuária nas propriedades rurais. Ocorre que a própria legislação ambiental vigente considera de *utilidade pública* “as atividades de manejo agroflorestal sustentável praticadas na pequena propriedade ou posse rural familiar, que não descaracterizem a cobertura vegetal e não prejudiquem a função ambiental da área” (BRASIL, 1965; 2001; 2006). Neste sentido, a Lei da Mata Atlântica é categórica ao incorporar as necessidades e os tradicionais sistemas de manejo do pequeno produtor rural:

Art. 13. Os órgãos competentes do Poder Executivo adotarão normas e procedimentos especiais para assegurar ao pequeno produtor e às populações tradicionais, nos pedidos de autorização de que trata esta Lei:

I - acesso fácil à autoridade administrativa, em local próximo ao seu lugar de moradia;
II - procedimentos gratuitos, céleres e simplificados, compatíveis com o seu nível de instrução; III - análise e julgamento prioritários dos pedidos.

Art. 14. A supressão de vegetação primária e secundária no estágio avançado de regeneração somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública, sendo que **a vegetação secundária em estágio médio de regeneração poderá ser suprimida nos casos de utilidade pública e interesse social**, em todos os casos devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, ressalvado o disposto no inciso I do art. 30 e nos §§ 1º e 2º do art. 31 desta Lei. (BRASIL, 2006, grifo nosso).

⁴⁰⁷ Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas. (BRASIL, Código Florestal, art.1º, § 2. Artigo incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001).

Embora esta legislação abranja um dispositivo capaz de incorporar o eventual manejo sustentável dos recursos naturais por camponeses, o parágrafo 1º do artigo supracitado condiciona a classificação de “utilidade pública” à aprovação do órgão ambiental estadual competente. Mais uma vez, o camponês do entorno do parque fica vulnerável às ações e critérios legalmente atribuídos ao Instituto Estadual de Florestas.

No capítulo 4, retratamos aspectos culturais relativos ao modo de vida do camponês de Ibitipoca no século XIX, cuja fonte principal de proteína animal se constituía da caça⁴⁰⁸ e da criação de pequenos animais – porcos e galinhas. Atualmente, tem-se ainda o leite de vaca e seus derivados (queijos, etc.) como complemento protéico.

Como já demonstrado, o período de convivência mútua e interação entre animais silvestres e o camponês da Serra é, no mínimo, bi-secular. Se essa fauna resistiu por séculos às interações com o homem rural, por que então o camponês hoje corre o risco de ser preso por caçar eventualmente um tatu para complementar a proteína de sua subsistência? Embora a legislação vigente desautorize a caça no território nacional, é difícil crer que este seja um “crime ambiental” mais grave que as atuais infra-estruturas turísticas soerguidas no entorno do parque – cujos empresários, via de regra, sequer são multados pelo volume excessivo das obras de seus empreendimentos ou pelas construções irregulares em encostas.

O camponês de Ibitipoca não deve ser visto como um matador sanguinário ou caçador impiedoso da fauna silvestre, mas, sim, como um componente humano que há mais de dois séculos convive com as demais espécies animais e vegetais da Serra sem, contudo, extingui-las. Ocorre que esse sujeito – quando raramente caça – não o faz com armas de fogo: são usadas arapucas e aratacas – armadilhas de procedência indígena para se capturar animais silvestres artesanalmente. Armas de fogo, segundo eles, quem usa é a polícia florestal a título de intimidação, quando lá aparece para lhes “vigiar e punir”.

Mediante tais coibições, há indícios de que espécies não predadas estejam se reproduzindo de forma descontrolada, as quais, eventualmente, podem consumir sementes em excesso e desequilibrar o ecossistema, causando ainda prejuízos socioeconômicos na região – como é o caso dos bandos de porcos-do-mato⁴⁰⁹ que atualmente atacam as roças de milho e feijão no entorno sudoeste e sul do parque. Como o território do PEIb é de apenas 1488 ha, sua

⁴⁰⁸ “Os trabalhos caseiros, as galinhas e os animais domésticos tomam-lhe o tempo todo. Havia, além disto, sempre algo de novo em seu pequeno lar. Era preciso ora plantar, ora colher; nasciam-lhe criações; o marido e o filho mais velho saíam para caçar e assim traziam ora um porco-do-mato, cuja carne, assada, comiam todos, ora um gato selvagem. E com efeito mostrou-me muitas peles já curtidas de vários animais” (SAINT-HILAIRE, 1974, p.34).

⁴⁰⁹ Provavelmente, trata-se de queixadas ou caititus. Segundo os agricultores, esses animais atacam os roçados à noite, em bandos de aproximadamente 20 animais. Veados também costumam se alimentar nas plantações de feijão, mas os camponeses não reclamam dos danos que estes cervídeos causam – já que são animais de hábitos solitários, cujo impacto sobre as lavouras é mínimo.

delimitação é insuficiente para circunscrever os domínios territoriais que muitas espécies demandam.

... o controle e a preservação da fauna é difícil. Como as áreas cobertas por matas são pequenas, os animais migram para fazendas vizinhas. Fora dos limites da reserva, entretanto, as espécies ficam vulneráveis à ação de caçadores e de doenças. A ampliação da área preservada está sendo estudada pelo Instituto Estadual de Florestas, mas a falta de recursos para desapropriações tem emperrado o projeto (TRIBUNA DE MINAS, 1996, p.12).

Ora, pois, ao longo dos últimos dois séculos essa população camponesa foi capaz de conviver com os recursos ambientais disponíveis na Serra, ajustando os seus ciclos de vida e de trabalho aos processos ecossistêmicos. A verdadeira ameaça não pode ser o camponês que tradicionalmente habita o entorno do parque, mas antes os processos que o espreitam e que subjazem ao avanço dos eucaliptais sobre as escarpas limítrofes à Unidade, assim como as tendências especulativas observadas. Ao invés de se discutirem meios de ampliação da área do parque via desapropriação das terras camponesas do entorno, deveriam ser pensadas medidas que aproximem o órgão gestor (IEF/MG) dos camponeses, no intuito de se estabelecer canais comunicativos favoráveis a ambos os lados.

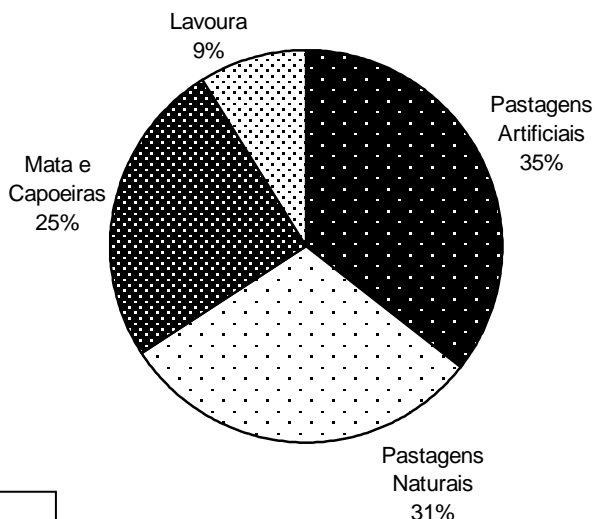
Ademais, o IEF ainda proíbe a prática de queimadas controladas nas pastagens situadas no entorno do parque, o que, além de desarticular os tradicionais sistemas de manejo dos pastos, dificulta o estabelecimento das roças de toco. Até mesmo a retirada de feixes de madeira para consumo doméstico – lenha ou construção de benfeitorias – requer a tramitação de processos burocráticos na regional do IEF em Juiz de Fora:

A roça mudou, porque o florestal proíbe muita coisa. Não pode queimar, não pode roçar... Pelo florestal, a gente não pode fazer quase nada dentro da propriedade. Eles dão a licença, mas com uma dificuldade doida. Tem que fazer um processo em Lima Duarte, ir pra Juiz de Fora e depois aqui, leva dois ou três meses. Por exemplo, se você for cortar um mourão pra fazer uma cerca, paga uma taxa. Hoje, caçar um lobo-guará é crime maior que matar um homem.

Agricultor aposentado, 81.

O camponês de Ibitipoca sabe do valor simbólico e funcional de uma floresta em pé. As árvores retiradas para a manutenção de suas atividades cotidianas são cuidadosamente selecionadas a partir de códigos culturalmente definidos e ambientalmente recriados. Não por acaso as propriedades rurais amostradas mantêm o índice de reserva legal exigido pelo Código Florestal. Atualmente, suas áreas florestais alcançam, na contabilização do uso total da terra, a média de 25,23%. É o que revela o gráfico a seguir.

Graf.3: Classificação Percentual do Uso Total da Terra nas Unidades Camponesas de Produção amostradas no entorno do PEIb (2007)



Fonte: Dados de Campo (2007)
Total amostrado: 942,1 ha.
Elaboração: BEDIM, B. P.

Entre as categorias de uso da terra analisadas, embora haja predomínio das pastagens artificiais (35,44%)⁴¹⁰, compostas principalmente pelo capim *Brachiaria*, as pastagens naturais⁴¹¹ também alcançam uma porcentagem representativa (30,52%).

Se somadas, essas duas categorias de pastagens atingem o percentual de 66% do uso total da terra nas propriedades amostradas no entorno do parque – já que a pecuária leiteira constitui o principal meio de se efetivar a acumulação entre esses sítios. A área destinada aos cultivos anuais está calculada em 8,81%.

Contudo, a amostra detectou que a classificação do uso da terra sofre variações de acordo com os diferentes estratos fundiários. Na classe 2, por exemplo (4 a 8,4 ha), as pastagens artificiais atingem o percentual de apenas 15,35%. Em contrapartida, os pastos naturais representam 41,34% da área total dessas propriedades. Já a abrangência dos fragmentos florestais totaliza, nesse intervalo de classe, 25,6%. Por sua vez, os espaços destinados aos cultivos anuais compreendem 17,72%.

Os estabelecimentos que variam entre 36 e 40 ha são os que possuem as maiores proporções de mata preservada – onde a floresta nativa cobre 31,05% das terras. Este

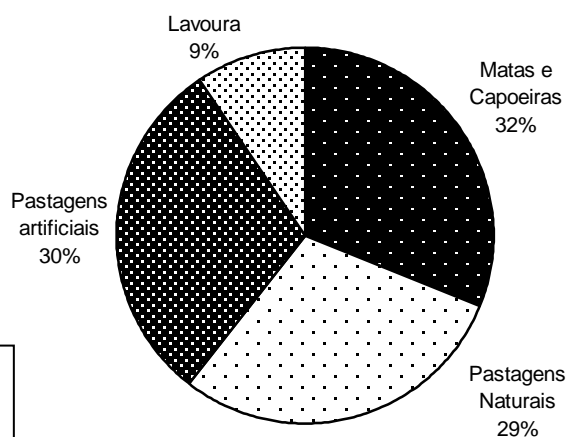
⁴¹⁰ As capineiras também compõem o cálculo das pastagens artificiais, ao passo que os canaviais foram tabulados como área de lavoura.

⁴¹¹ Quando consorciado ao capim-do-campo nativo, o capim-gordura, apesar de ser uma espécie exótica, foi tabulado na categoria “pastagens naturais”.

estrato, apesar de abranger 20,17 % do total de terras amostradas, é responsável por apenas 13,81% da produção leiteira diária. Motivo: é sobre esta classe fundiária que incidem as maiores porções de terra em processo de sucessão ecológica, portanto, áreas em que o domínio das samambaias tóxicas é freqüente. A subseqüente ocorrência da doença **Hematúria Enzoótica** compromete assim a produtividade do gado ao suscitar decréscimos no rebanho bovino e suprimir a esfera produtiva agrícola.

Aos olhos de um observador desatento, esses dados poderiam levar à simplificação histórica no sentido de se inferir que a atividade agropecuária e a preservação ambiental são incompatíveis entre si. Contudo, o problema é outro; a hipótese explicativa não deve se pautar apenas nos dados coletados nas propriedades rurais, mas sim, numa combinação de fatores que as espreitam. Se ampliadas as perspectivas de análise, essa conjuntura pode ser entendida como indicativo da escassez da força de trabalho agrícola, a qual tem nesse estrato fundiário a “evidência empírica” a demonstrar um ponto de estrangulamento das forças produtivas. Tudo porque este intervalo de classe apresenta um coeficiente de 15,03 *ha* cultivados para cada trabalhador familiar disponível (ver apêndices 1 e 2). Essa disparidade entre espaço produtivo e braços favorece o estrangulamento das forças produtivas agrárias, possibilitando assim a expansão das matas e capoeiras sobre as áreas de pastagem – já que a mão-de-obra familiar despendida não é mais suficiente para realizar a manutenção equilibrada dos processos produtivos.

Graf.4: Classificação do Uso da Terra nas Unidades Camponesas amostradas no intervalo de classe fundiária 5 (36 a 40 *ha*) - Entorno do PEIb (2007)



Fonte: Dados de Campo (2007)
Elaboração: BEDIM, B. P.
Área amostrada neste intervalo de classe fundiária: 190 *ha*.

ainda os maiores índices de milho e de feijão que são comercializados (96,36% e 62,5%, respectivamente). Alcança, ademais, a maior produtividade média de leite por vaca/dia (4,27 litros). Entretanto, possui as menores porções de mata preservada entre todos os estratos fundiários amostrados (apenas 9,85% de fragmentos florestais). Agrega ainda o maior percentual de áreas de pastagem artificial (58,33%), além de um espaço de cultivo considerável (14,39%). Nesta classe (24 a 28 ha), sim, verifica-se a incompatibilidade entre pecuária e proporção de mata nativa preservada.

Ironicamente, se analisarmos a série histórica que permeia esse intervalo de classe fundiária, veremos que a supressão das suas reservas florestais se deu na década de 1970, quando da criação do parque e da subsequente extinção das áreas de pastagens comunais da Serra Grande. Após a implantação da Unidade de Conservação, esses sítios não tiveram outra alternativa senão ampliar as áreas de pastagens circunscritas aos seus estabelecimentos como forma de compensar a perda das pastagens coletivas transformadas em parque. Trata-se, pois, do desdobramento diacrônico de um processo cuja gênese recai na ação do próprio Estado que instituiu o parque a partir da espoliação de uma terra de uso camponês.

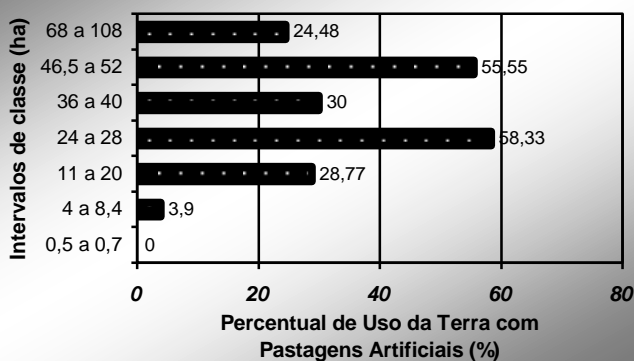
Não se pode analisar a interação ambiental do camponês de Ibitipoca para com a Serra sem antes remeter ao processo expropriatório que criou o parque e suprimiu as bases materiais da existência de todo um grupo social. Esse campesinato é sim capaz de produzir e conservar, desde que o Estado não conserve, a priori, os seus próprios interesses.

Os dados de que dispomos apontam ainda para a necessidade de o Estado incrementar políticas complementares e/ou alternativas à produção agrícola local, como o desenvolvimento de pastagens agroecológicas, por exemplo. O campesinato do entorno do Parque do Ibitipoca precisa de assistência e de apoio do Estado, não de represálias.

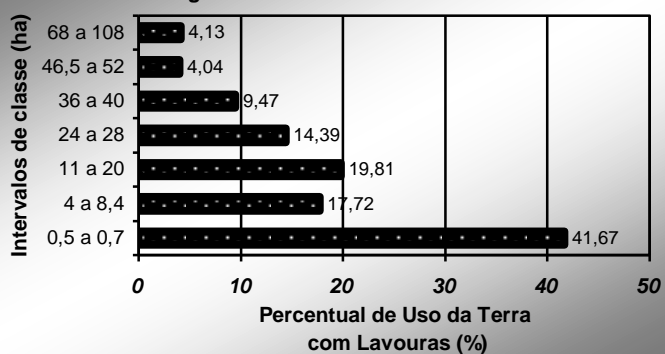
Como já demonstrado no capítulo 5, historicamente a ação do Estado no entorno do parque é punitiva, fiscalizadora e não educativa ou de orientação construtiva. “Preservar e punir” – parece ser este o lema do Estado para com os sujeitos que pesquisamos. Por conseguinte, os camponeses temem o poder coercitivo do Estado; todos se esquivam de eventuais retaliações – receio este que, às vezes, tende ao exagero, tendo em vista as atuais bases democráticas da sociedade brasileira. De certa forma, esse “medo” nos parece revelador no sentido de nos questionarmos sobre que tipo de ação pretérita produziu essas formas que estamos observando. Que processo social e que fatos históricos induziram a esse estado de “medo” do camponês para com os órgãos públicos?

GRAFS. 5, 6, 7 e 8: CLASSIFICAÇÃO DO USO DA TERRA POR INTERVALOS DE CLASSE FUNDIÁRIA NAS UNIDADES CAMPONESAS DE PRODUÇÃO AMOSTRADAS NO ENTORNO DO PEIB (2007)

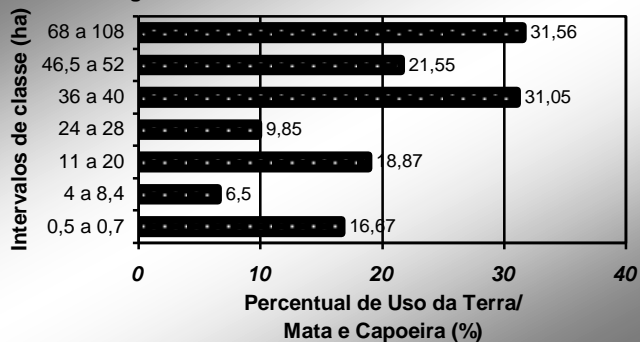
5 - Categoria de Uso da Terra: PASTAGENS ARTIFICIAIS



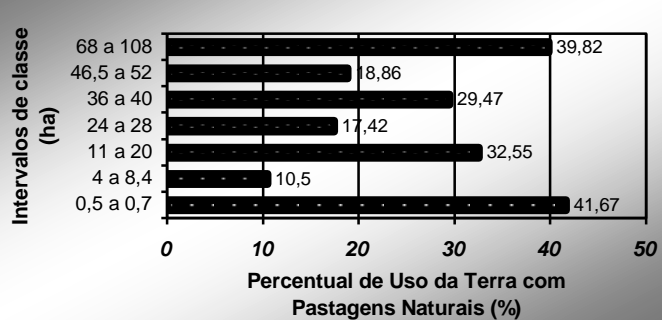
6 - Categoria de Uso da Terra: LAVOURA



7 - Categoria de Uso da Terra: MATA E CAPOEIRA



8-Categoria de Uso da Terra: PASTAGENS NATURAIS



7.5.4 – A GRANDE AMEAÇA NÃO É O PEQUENO AGRICULTOR ...



Fig.33: Máquina a extrair areia para a construção civil, diretamente de um depósito arenoso, situado nas imediações do Mogol (a 2 km da vila). Com a expansão dos empreendimentos imobiliários na Serra, o aquecimento da construção civil em Conceição de Ibitipoca demanda grande quantidade de matéria-prima para a edificação de casas e estabelecimentos comerciais, ou ainda, para subsidiar a manutenção freqüente das estradas como forma de garantir o acesso dos turistas à Serra. Em muitos casos, os próprios órgãos públicos retiram areia desses barrancos expostos, sem levar em conta a fragilidade do solo e o risco de erosão. **Foto:** Bruno Bedim, março 2007.

Fig.34: Eucaliptais avançam sobre a Serra e já tangenciam a divisa do Parque Estadual do Ibitipoca (porção noroeste). Na imagem, eucaliptos plantados no sistema “morro abaixo”, o qual favorece os processos erosivos. Ao fundo, em segundo plano, o paredão do parque (Pico da Lombada).

Se o Estado coíbe os usos da terra que os camponeses da Serra de Ibitipoca realizam, por que então é permitido que grandes empresas promovam o plantio de eucalipto em escala industrial no entorno do parque?

O que é socialmente justo e ecologicamente correto? Pequenos produtores rurais plantando suas roças e criando gado bovino para a própria subsistência, ou grandes empresas capitalistas que expropriam terras camponesas e monopolizam o território do entorno do parque, lá instalando uma monocultura que gera apenas um emprego direto a cada 1000 hectares cultivados? **Foto:** Bruno Bedim, maio 2007.



Fig.35: Mogol: cenário para quem? A recente especulação de terras neste subdistrito reduziu a população do arraial a apenas 22 habitantes, já que muitos venderam o seu direito de posse a empresários. Tal processo se dá em função do apelo estético-paisagístico das manchas brancas de arenização que circundam a vila. Não por acaso o lugar vem sendo apropriado como cenário para gravação de longas-metragens, incluindo o filme *O Diabo a quatro*, sucesso de crítica dirigido por Alice Andrade. **Foto:** Bedim, jun.2007.

Os camponeses de Ibitipoca não organizam a sua atividade econômica a partir de uma pauta diretamente atrelada à agricultura moderna, mas sim num complexo sistema tradicional de manejo que envolve elementos culturais subjetivos, valor simbólico-interativo para com a terra e parâmetros morais de conduta e sociabilidade.

Não apenas as técnicas de produção são ainda simples, quase que primitivas (arado-a-boi, enxada, ausência de agrotóxicos), como as relações sociais de produção se baseiam em formas não-monetárias (trocas de serviço; relações vicinais e comunitárias, sistema de parceria, etc.). O roçado de feijão-da-seca é comumente plantado sob a técnica milenar da coivara, quando pequenos fragmentos de capoeira contíguos à mata são queimados para dar lugar aos cultivos – uma espécie de roça-de-toco que assimila a rotatividade dos espaços cultivados, respeitando-se o tempo médio de pousio de 3 a 4 anos⁴¹³. A semeadura é realizada no mês de fevereiro, durante a lua crescente, e dias antes do início da quaresma. Diretamente ligado ao tempo cíclico, o seu plantio se dá entre fevereiro e março – aproveitando-se as últimas chuvas do verão –, para ser colhido em junho ou julho e, assim, abastecer a família camponesa nos períodos de seca (junho a setembro). A associação entre períodos de plantio e calendário religioso é algo recorrente em Ibitipoca. Para o camponês, a Sexta Feira da Paixão é o “dia ideal” para se plantar o alho. Já em 03 de maio (Santa Cruz), nenhum camponês trabalha, “em respeito ao dia santo”. Em certo sentido, a dimensão simbólica da vida camponesa e a devoção popular ainda estão diretamente associadas às práticas agrícolas: “*Eu vivo da colheita que Deus dá*” (Agricultor, 76).

A relação visceral entre o homem e a terra materializa-se tanto na composição da paisagem rural quanto nos demais domínios funcionais da vida social. Exemplo disso são os padrões de medida das colheitas se apresentarem também como parâmetros balizadores da dimensão territorial: 10 litros de terra, em Ibitipoca, equivalem a 1 hectare. Eis outros indicadores específicos:

1 alqueire = 32 kg de feijão

1 hectare = 10 litros de terra

1 carro de milho = 500 kg

1 alqueire = 4 hectares

⁴¹³ Com a escassez de mão-de-obra rural, contudo, o tempo de descanso da terra tende a diminuir no intuito de se evitar que os espaços de cultivo se transformem em capoeira – já que a derrubada desta não é legalmente permitida no entorno do parque, haja vista a Lei Federal nº 11.428/ 2006 (Lei da Mata Atlântica).

Somados os rendimentos líquidos, as rendas complementares e os eventuais salários recebidos por membros que trabalham parcialmente fora das propriedades, a renda familiar mensal das 30 unidades camponesas amostradas oscila entre R\$ 80,00 e 820,00. Nenhuma das propriedades pesquisadas capta recursos do PRONAF⁴¹⁴. Das 34 famílias pesquisadas, apenas uma recebe o *bolsa-família* – 3 crianças pertencentes a um mesmo núcleo familiar são assistidas; o total do benefício recebido em abr.2007 era de R\$ 90,00. Muitas famílias que possuem crianças em idade escolar afirmam desconhecer os meios de se obter acesso aos recursos deste programa de subvenção social do governo federal.

Em termos demográficos, assiste-se a um processo de eminente masculinização das unidades camponesas de produção amostradas, já que do total de 128 camponeses pesquisados, o número de homens (76) é 46,15% superior ao de mulheres (52).

A unidade amostrada nº 7 compreende a menor renda familiar diagnosticada. Abrange uma área total de 8,4 ha e organiza suas atividades produtivas com o trabalho familiar despendido pelos seus 6 membros. No âmbito econômico, seu único rendimento líquido mensal advém da comercialização do leite escoado para o laticínio (17 litros/dia) e perfaz a quantia de R\$ 80,00/mês. Não há outra atividade que gere fonte de renda complementar; a família se reproduz com esse parco recurso monetário, já que a agricultura praticada visa ao auto-consumo. Mesmo assim, seus 6 braços alimentam suas 6 bocas e o que se tem é uma forma de viver e produzir que ainda permite a acumulação deste “mínimo excedente”⁴¹⁵ que, apesar de mínimo, cria as condições necessárias para o sustento familiar e a reprodução da unidade camponesa – já que o dispêndio de recursos monetários para com a reposição dos custos de reprodução de sua força de trabalho é, igualmente, mínimo.

Em circunstância econômica similar encontra-se a unidade camponesa de produção representada no ponto 9 (mapa 2). A diferença é que o patrimônio fundiário dessa família é bem maior (40 ha), além de a propriedade estar enclavada numa área por onde os meios de hospedagem atualmente almejam se expandir (ver mapa 3, pontos 16, 15 e 14). Por se localizar próxima à portaria do parque, suas terras tendem a assumir uma maior cotação de preços no mercado – em que o hectare chega a custar R\$ 40 mil. Contudo, para essa família, suas terras não têm valor de troca, e sim, de uso. Os membros entrevistados

⁴¹⁴ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

⁴¹⁵ O uso dessa expressão se baseia nas teorizações dos estudos clássicos de Candido (2003) e Martins (1986b).

afirmam que não pretendem se desfazer de nenhum hectare que seja. Muito pelo contrário: marido e esposa pensam no futuro que os filhos terão vivendo ali e cultivando a terra herdada por seus antepassados. O fato de plantarem certas espécies de árvores que podem demorar décadas para efetivamente frutificar – como a sapucaia – nos parece revelador. Mais que reles mercadoria a ser especulada, a terra aqui assume a forma simbólica de uma dádiva que Deus teria reservado a esses homens e mulheres. O aterramento visceral dos camponeses ao meio faz com que manifestem um sentido de indiferença face aos assédios do mercado imobiliário. Enquanto essa geração viver, dificilmente os empreendimentos turísticos se expandirão efetivamente em determinadas porções do entorno oeste do parque (Fiscal, Clementes, Serrinha e Ponte Alta).

Os plantios, em grande parte, visam à produção de gêneros para consumo próprio – *“A gente planta a quantia da despesa. Não tem pra negócio não”*. A “despesa” se refere aos gêneros alimentares de primeira necessidade que compõem a base da alimentação, proveniente, em grande parte, dos roçados e das hortas. Mas alguns itens são ainda comprados no comércio (como arroz, açúcar, macarrão e sal) – estreitando a dependência com o mercado para a obtenção de produtos básicos – o que aumenta a necessidade de renda monetária.

Além de milho e feijão, planta-se para subsistência uma variedade muito grande de raízes e hortaliças, geralmente no espaço circundante à casa: abóbora, mandioca, quiabo, repolho, cenoura, beterraba, cará, batata inglesa, batata roxa, araruta, pimentão, alho, couve, mostarda, taioba, almeirão, inhame, cebola, jiló, alface, tomate, pimenta, chuchu, cebolinha, serralha. A dona-de-casa e as filhas são as responsáveis pela manutenção desses cultivos domésticos. Em certo sentido, o papel da mulher na gestão das hortas tem ainda uma função nutricional inerente à organização da unidade camponesa de produção: a mulher sabe o que plantar e como combinar os diferentes tipos de alimentos, de acordo com as hortaliças e os recursos protéicos de que dispõe em cada período do ano. Entre os meses de abril e junho, por exemplo, as mulheres coletam o pinhão da araucária como fonte complementar à alimentação – o qual é assado no fogão a lenha e servido como substituição à última refeição do dia (o jantar)⁴¹⁶.

⁴¹⁶ Algumas famílias ainda produzem doce com o pinhão de araucária.

O escoamento da produção de milho e feijão⁴¹⁷ se dá no mercado local, para os próprios moradores “nativos” que residem no arraial de Conceição de Ibitipoca – aqueles que hoje vivem do turismo e que, por terem vendido suas terras em tempos pretéritos, não mais estabelecem espaços de cultivo. Mesmo assim, fazem questão de consumir os produtos da terra de onde nasceram, geralmente privilegiando as tradicionais relações vicinais dantes estabelecidas no campo como critério para a aquisição dos produtos alimentares de seus antigos vizinhos e compadres.

Somente o excedente da produção de milho e feijão é, eventualmente, vendido. No mercado local, a cotação mediana do preço do feijão, em junho de 2007, era de R\$ 2,08, com oscilações entre R\$ 1,80 e R\$ 2,50. Em abril de 2007, a saca de 50 kg de milho em Ibitipoca alcançava o preço médio de R\$ 29,00.

TAB.13: PRODUÇÃO AGRÍCOLA (MILHO E FEIJÃO CRIOULO) DAS UNIDADES CAMPONESAS AMOSTRADAS NO ENTORNO DO PEIB (2007)

INTERVALOS DE CLASSES FUNDIÁRIAS	MILHO CRIOULO (KG)						FEIJÃO CRIOULO (KG)					
	Período de referência da safra: nov.2006/jul.2007						Período de referência das safras: Feijão das águas: out.2006/fev.2007 Feijão da seca: fev.2007/jun.2007					
	PRODUÇÃO TOTAL	%	CONSUMO	%	VENDA	%	PRODUÇÃO TOTAL	%	CONSUMO	%	VENDA	%
0,5 a 0,7 ha	3000	5,86	2800	6,13	200	3,64	340	8,81	240	7,84	100	12,5
4,0 a 8,4 ha	5400	10,55	5400	11,82	--	0,0	270	7,00	270	8,82	--	0,0
11 a 20 ha	9500	18,55	9500	20,79	--	0,0	660	17,10	580	18,95	80	10,0
24 a 28 ha	13500	26,37	8200	17,94	5300	96,36	1530	39,63	1030	33,66	500	62,5
36 a 40 ha	7200	14,06	7200	15,75	--	0,0	310	8,03	310	10,13	--	0,0
46,5 a 52 ha	4500	8,79	4500	9,85	--	0,0	100	2,59	100	3,27	--	0,0
68 a 108 ha	8100	15,82	8100	17,72	--	0,0	650	16,84	530	17,32	120	15,0
TOTAL	51200	100	45700	100	5500	100	3860	100	3060	100	800	100

FONTE: Dados de Campo – 2007. Elaborado por: BEDIM, B. P.

Os estabelecimentos rurais de Ibitipoca se apresentam como unidades de consumo e produção, absorvendo e consumindo 89,26% da colheita de milho e 79,27% da de feijão. A comercialização da produção excedente – quando há – perfaz um baixo grau de inserção na economia de mercado. Apenas 20,73% da produção total de feijão são escoadas para o

⁴¹⁷ Em Ibitipoca, o milho é plantado entre outubro e novembro e colhido em junho ou julho. Já o feijão possui dois plantios intercalados: **1)** o feijão das águas (plantado em outubro, às vezes consorciado com o milho, e colhido em fevereiro); **2)** o feijão da seca (semeado entre fevereiro e março e colhido em junho).

mercado, ao passo que a percentagem da comercialização do milho é ainda menor: 10,74%.

Entre as técnicas e equipamentos utilizados no plantio, observa-se a predominância da tração animal nos arados (93,33%), especialmente nos terrenos de maior declividade, onde nem mesmo o trator de esteira alcançaria. Nas palavras dos agricultores, trata-se de um “*terreno escorrido*”, ou ainda, de uma “*lançante*” (encostas com declividade acentuada onde se estabelecem cultivos). A inserção do trator é recente, de 6 anos para cá. Desde 2006, a prefeitura de Lima Duarte oferece 8 horas de aração mecânica para cada agricultor – benefício que não atende a todas as unidades camponesas de produção, face às limitações impostas pelo relevo.

TAB.14: EQUIPAMENTOS E TÉCNICAS AGROPECUÁRIAS/ SERRA DE IBITIPOCA (2007)

Técnicas e Equipamentos	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta
Sementes Crioulas	96,67	29
Sementes Híbridas	13,33	4
Plantio Consorciado	46,67	14
Rotatividade de Cultivos	86,67	26
Manejo de Pastagens a Fogo	56,67	17
Arado/ Tração Animal (boi)	93,33	28
Aração a Trator	56,67	17
Moinho d'água	93,33	28
Eletricidade na propriedade	60,0	18
Irrigação	0,0	0
Já fez Correção do Solo	16,67	5
Já fez Análise do Solo	23,33	7
Ordenha Mecânica	0,0	0
Sistema de Parceria	30,0	9
Plantio Encruzado	96,67	29
Plantio/ Curvas de Nível	0,0	0
Fertilizante Mineral/Adubo “Mariza”	90,0	27
Adubo orgânico/ esterco	36,67	11
Agrotóxicos	0,0	0
Inseminação Artificial	3,33	01
Observações:	O tempo médio de pousio da terra para a rotatividade dos cultivos é de 3 anos.	O sistema de plantio “Encruzado” é uma técnica local adaptada à declividade dos terrenos; visa a minimizar os processos erosivos.
Fonte: Dados de Campo (2007)	Elaboração: BEDIM, B. P.	IGC - UFMG

A inserção do trator tem levado à variação dos espaços de cultivo – já que os terrenos menos acidentados e acessíveis às máquinas passam a ser privilegiados. O trator se apresenta como um acréscimo tecnológico fundamental às atuais circunstâncias desses agricultores – já que lhes falta a força de trabalho das novas gerações, daí o trator se presta como fator de superação parcial das limitações das forças produtivas. Mesmo assim, o

arado-a-boi ainda é largamente utilizado e, na maioria das propriedades, o uso da tração animal e da máquina se dá de forma conjugada (56,67%).

Segundo os camponeses, o milho crioulo cultivado localmente está adaptado às condições climáticas e ao solo serrano, resistindo ao excesso de chuvas e a eventuais pragas. O milho híbrido, ao contrário, em Ibitipoca tem se apresentado mais suscetível ao caruncho – um tipo de inseto que perfura os cereais, seja nos roçados ou nos paióis, tornando-os rapidamente perecíveis. A cana também é cultivada e, quando sua colheita é suficiente para alimentar o gado no período das secas, a sobra da produção é vendida para alambiques⁴¹⁸ da região a título de renda complementar esporádica.

A conservação de tradicionais espécies domésticas na Serra de Ibitipoca é uma constatação empírica relevante. Sobressaem variedades rústicas de porcos (piauí, caruncho e canastra), as quais, de acordo com os camponeses, são mais resistentes a bernes e carrapatos, além de se adaptarem melhor às condições ambientais locais – incluindo uma melhor resposta à alimentação fornecida, que é à base de vegetais e sobras de comida (lixo orgânico/lavagem). Também se destacam as sementes crioulas (milho e feijão), variedades de raízes (araruta, inhames e mandiocas), aves caipiras, etc. Segundo os agricultores, o gado mestiço criado na Serra é mais resistente ao frio. De acordo com os entrevistados, as raças puramente zebuínas ou as de procedência europeia, ao contrário, possuem pouca adaptabilidade às variações climáticas e geofísicas de Ibitipoca.

Em julho de 2007, o gado comercializado para corte alcançava o preço médio de R\$ 44,00 a arroba. Mas a principal funcionalidade da pecuária bovina em Ibitipoca está na produção leiteira – atividade que permite um mínimo de acumulação ao pequeno produtor.

Nos pontos mais altos do entorno do parque (Serrinha, Fiscal, Cachoeirinha, Tanque/Encosta, etc.) os latões de leite são conduzidos pelo próprio camponês, via tração animal, até determinados pontos da estrada, onde, a partir de 10 h, um cargueiro de muare transporta a produção até um tanque de captação e refrigeração da produção leiteira situado nas imediações do arraial de Conceição de Ibitipoca. O tanque é mantido por um tradicional laticínio que compra a produção dessa área – Jong MB.

Os produtores dos bairros rurais Andorinhas, Engenho, Mogol e Grota do Canal são vinculados à APRAL – Associação dos Produtores Rurais de Andorinhas e São José dos

⁴¹⁸ Três propriedades amostradas produzem cachaça artesanal. Apenas uma comercializa a produção.

Lopes⁴¹⁹ – os quais se associaram para melhor organizar a produção e reivindicarem melhores preços de comercialização junto a este mesmo laticínio⁴²⁰. Levam o leite até um ponto da estrada Lima Duarte – Conceição de Ibitipoca, onde é captado pelo caminhão da empresa. E, de fato, alcançam o preço médio de R\$ 0,53 por litro de leite no período da seca, ao passo que nas águas a cotação média gira em torno de R\$ 0,34/litro⁴²¹. Esses são os produtores rurais que mais se utilizam de acréscimos tecnológicos em Ibitipoca: somente eles plantam milho híbrido, e ainda, são os únicos que já fizeram algum tipo de análise e correção do solo. O rebanho bovino dessas propriedades compreendidas na classe fundiária 7 constitui-se de um gado predominantemente girolando, perfazendo um plantel aparentemente mais apurado em termos genéticos – se comparado com as demais propriedades rurais amostradas. Das unidades de produção pesquisadas, nenhuma possui tanque resfriador.

INTERVALOS DE CLASSES FUNDIÁRIAS	TAB.15: PECUÁRIA BOVINA, SUÍNOS E AVES SEGUNDO OS INTERVALOS DE CLASSES FUNDIÁRIAS DAS UNIDADES CAMPONESAS DE PRODUÇÃO AMOSTRADAS – IBITIPOCA (2007)											
	PLANTEL BOVINO							AVES E SUÍNOS P/ CONSUMO				
	Vacas em Lactação	%	Vacas Solteiras	%	Bezerros e Garrotes	%	Reprodutores	%	Suínos	%	Aves caipiras	%
0,5 a 0,7 ha	-	0,00	-	0	-	0	-	2	2,41	45	5,59	
4,0 a 8,4 ha	15	6,70	9	5,84	13	4,96	1	4,0	10	12,05	132	16,40
11 a 20 ha	26	11,61	22	14,29	47	17,94	3	12,0	12	14,46	147	18,26
24 a 28 ha	44	19,64	54	35,07	41	15,65	4	16,0	15	18,07	75	9,32
36 a 40 ha	32	14,29	8	5,19	51	19,47	5	20,0	10	12,05	123	15,28
46,5 a 52 ha	37	16,52	23	14,94	41	15,65	3	12,0	17	20,48	160	19,88
68 a 108 ha	70	31,25	38	24,68	69	26,34	9	36,0	17	20,48	123	15,28
TOTAL	224	100	154	100	262	100	25	100	83	100	805	100

FONTE: Dados de Campo (2007). Elaborado por: BEDIM, B. P.

⁴¹⁹ Segundo os entrevistados, apenas estes poucos produtores vinculados à Associação dos Lopes já receberam algum tipo de assistência técnica da Emater desde 2005.

⁴²⁰ Constatamos que nas propriedades rurais com produtividade acima de 100 litros de leite, o laticínio faz a coleta individualmente, por estabelecimento. Apenas uma unidade camponesa de produção amostrada em Ibitipoca perfaz tal índice de produção. Por produzir mais, o preço pago por litro também é um pouco acima da cotação de mercado, alcançando um acréscimo de 3,8% em relação às demais.

⁴²¹ Dados relativos a 2007.

A produtividade média por vaca é de apenas 3,75 litros/dia. Dos 224 animais em lactação pesquisados, a produtividade máxima por rês atinge os 7 litros/dia.

Muitas propriedades, por produzirem tão pouco, ao invés de escoarem a produção leiteira no laticínio – cujo preço também não é muito atraente⁴²², apesar de garantir uma renda com maior grau de previsibilidade – preferem vender o leite no varejo, pelas ruas do arraial. O produto assim alcança um preço mais elevado, chegando a custar R\$ 0,70/litro.

TAB.16: PRODUÇÃO LEITEIRA DIÁRIA DO EFETIVO PECUÁRIO DAS UNIDADES CAMPONESAS AMOSTRADAS NO ENTORNO DO PEIB (PERÍODO DE REFERÊNCIA: ABRIL/MAIO/2007).					
INTERVALOS DE CLASSES FUNDIÁRIAS	Nº vacas em lactação	%	Produção Total das Unidades Amostradas (l)	%	Produtividade média (litros/vaca/dia)
0,5 a 0,7 ha	---	0,0	---	0,0	---
4,0 a 8,4 ha	15	6,70	39	4,64	2,60
11 a 20 ha	26	11,61	93	11,07	3,58
24 a 28 ha	44	19,64	188	22,38	4,27
36 a 40 ha	32	14,29	116	13,81	3,63
46,5 a 52 ha	37	16,52	177	21,07	4,78
68 a 108 ha	70	31,25	227	27,02	3,24
TOTAL	224	100,0	840	100,0	3,75

FONTE: Dados de Campo – 2007. Elaboração: BEDIM, B. P.

Nos estabelecimentos amostrados, 100% da ordenha é manual. O gado é criado solto no pasto, em regime extensivo, recebendo apenas fubá como complemento alimentar ao capim. Aos olhos dos técnicos produtivistas, a ordenha manual é comumente entendida como uma falha no processo de higienização – o que, sob o viés capitalista da indústria de laticínios, justifica o subsequente comprometimento da qualidade do leite produzido em Ibitipoca e seu menor valor de mercado. Contudo, propomos aqui um outro ponto de vista possível: o contato direto do ser humano com o leite via ordenha manual, no plano simbólico, para o camponês, significa uma maior interação com os animais de seu cotidiano. Trata-se de um leite produzido com calor humano, e isso, ao nosso ver, agrega valor ao produto final: um leite natural, cujo processo de ordenha incorpora a afeição do retirante em seu trabalho de produção artesanal. **Esse leite contém o trabalho da família, o ethos da terra agregado ao processo produtivo.** No plano subjetivo, as condições do

⁴²² Registra-se aqui o fato de haver camponeses que trabalham temporariamente como garçons e/ou pedreiros no arraial de Ibitipoca para depois investirem o dinheiro do salário na compra de gado bovino.

meio físico (solo, pastagens da Serra, clima, etc.) e seu respectivo conteúdo de cultura estão incorporadas na sua composição. **Não se trata de um leite qualquer: o que o produz é a dinâmica da vida na Serra de Ibitipoca.**

Já os produtores das imediações do arraial dos Moreiras (ver no mapa 2 as unidades camponesas nº 1, 2 e 3) escoam sua produção leiteira para um laticínio situado na localidade denominada Vermelho (entorno norte do parque, município de Santa Rita do Ibitipoca). No *Laticínio do Vermelho*, como é chamado, o preço do leite oscila entre R\$ 0,52 (no período de seca) e R\$ 0,41 (período das águas). Os camponeses levam o leite no lombo de muares até o arraial dos Moreiras, onde o caminhão do laticínio recebe a produção. Nas imediações da Mata do Luna (ver mapa 2), localiza-se o único produtor de toda a amostragem que realiza duas ordenhas diárias. Na ausência de refrigerador próprio – mesmo porque em seu sítio não possui energia elétrica – seus latões de leite pernoitam dentro de um córrego, submersos, o que mantém naturalmente a temperatura branda, evitando-se o perecimento do produto. Para esses camponeses do entorno norte e noroeste, o semi-isolamento ainda é algo constatável. Além da ausência de energia elétrica, também não há transporte coletivo que abranja a área em que residem. Quando algum indivíduo adocece, a única alternativa possível é se deslocarem 20 Km a cavalo até Santa Rita de Ibitipoca – o tempo de duração desta viagem oscila de 4 a 5 horas.

Das propriedades rurais amostradas no entorno do parque, 40% ainda não possuem energia elétrica. Em alguns casos, os próprios camponeses resistem em implantar a luz na propriedade, alegando “não fazer falta”. Mas muito deles almejam ter acesso a essa comodidade⁴²³.

O *ethos* camponês constrói assim o espaço de sua própria diferença; o compartimento de um outro tempo que se faz presente; a enunciação dos enigmas de um futuro incerto pois envolto pelos cercos e desafios de um modo de vida confrontado aos

⁴²³ O número de propriedades rurais amostradas que não possuem eletricidade só não é maior devido à iniciativa oportunista de deputados da região que ainda prestam favores em épocas estratégicas, realizando pequenas concessões políticas em períodos eleitorais. No segundo semestre de 2006, por exemplo, 6 estabelecimentos rurais amostrados foram contemplados com energia elétrica (entorno oeste). Os membros de duas dessas famílias, após instalarem a eletricidade entre setembro e dezembro de 2006, tiveram que prestar serviços fora do estabelecimento familiar como forma quitar dívidas contraídas com a aquisição de aparelhos eletrodomésticos. Ademais, não há nenhuma referência de que se trate do *Programa Luz para Todos*, do governo federal. Segundo informaram os agricultores, esses deputados são articulados à distribuidora regional de energia. Há, ademais, algumas discrepâncias explícitas verificadas em campo. Por exemplo, existe uma propriedade rural situada a apenas 300 metros do arraial de Conceição de Ibitipoca que ainda não foi contemplada com energia elétrica por ser considerada “zona rural” (ver ponto 19, mapa 2). Ocorre que o poder público considerou um condomínio residencial – implantado recentemente numa área bem mais afastada da vila que o referido sítio – como “área urbana”, motivo pelo qual os veranistas já podem desfrutar de energia elétrica em suas casas, ao passo que o camponês, apesar de viver a poucos metros do arraial, continua iluminando sua vida a lamparina.

movimentos mais amplos de expansão do capital. Eis algumas anotações registradas em nosso diário de campo.

Serra de Ibitipoca, 25 de abril de 2007. Hoje, eu e minha tia⁴²⁴ visitamos a primeira propriedade rural a ser amostrada. Trata-se de um pequeno sítio situado em terreno arenoso onde moram 3 idosos, numa casa simples soerguida na média encosta de uma das escarpas da Serra. Receberam-nos apreensivos, cautelosos, mas após uns 30 minutos estávamos todos à vontade. Nunca imaginei que na zona rural do Sudeste brasileiro ainda houvesse pessoas morando em situação de semi-isolamento, sem energia elétrica e que passassem meses sem ir à cidade mais próxima. Nem rádio a pilha havia ali. Tomamos café, almoçamos, minha tia se encantou ao ver as colchas artesanais de lã de carneiro tingidas com cipó-de-ruivinha, sementes de anêlis e casca de pau-brasil; a serpentina de lata e madeira que sobe pelo fogão-a-lenha; os fornos de cupinzeiro e a produção artesanal de polvilho de araruta. De fato, o biscoito estava muito bom, comi uns 8. Fiquei na sala a conversar com o anfitrião, enquanto a senhora levou minha tia para a cozinha. Para se aproximar do universo cultural de minha tia, ela relatou maravilhada o capítulo de uma novela que assistira do quarto de um hospital em Juiz de Fora, há uns 10 anos atrás. Contou ainda muitas histórias do “tempo do cativo”, a sua versão da primeira guerra mundial e algumas notícias sobre o ex-ministro Rui Barbosa que ainda povoam o seu imaginário. Deram-nos vários presentes, entre eles uma vassoura-do-campo feita com ramos colhidos na Serra e amarrada com cipó (embira). Minha tia está convicta de que o camponês de Ibitipoca é um elo perdido da civilização ocidental. Disse-me que aquelas pessoas ainda viviam no século XIX, e que estava muito realizada por ter visto coisas da roça que até então só sua avó havia lhe contado na sua infância. Vi nela uma turista feliz, a hospitalidade dos camponeses a havia seduzido. Ocorre que, aos 58 anos, minha tia, longe de ser uma típica urbanóide, nasceu e foi criada não muito longe dali, num sítio às margens do rio Pomba, zona rural do município de Cataguases (MG), onde desde a década de 1970 lecionara em escolas rurais. Apesar de também morar no campo, ela maravilhou-se com o aspecto *sui generis* da cultura de Ibitipoca. Foi então que percebi que a expropriação de terras camponesas causada pelo turismo estava ameaçando o maior dos patrimônios: o próprio homem da Serra, sua cultura, seu modo de viver. Parques, cachoeiras e grutas há em todo e qualquer lugar do Brasil; a hospitalidade e a cultura típica que encontramos em Ibitipoca, não. (BEDIM, B. P. Diário de campo, 25/04/07).

Por que eles são assim? Por que se organizam assim? Simples: porque eles vivem assim. Estes são fragmentos da vida camponesa captados no cotidiano do homem rural simples que “ama a vida que leva, e leva a vida que ama”⁴²⁵.

⁴²⁴ Nos trabalhos de campo em que realizei sozinho, percebi que as mulheres evitavam dirigir-me a palavra, devido às formas de coerção moral e subserviência que ainda permeiam a vida da mulher rural em Ibitipoca. Como estratégia para superar tais limitações e trazer a voz feminina para a narrativa, convidei minha tia aposentada para que me acompanhasse durante um trabalho de campo – o que, de fato, aproximou o ente feminino do universo da amostragem. Mesmo assim, no relato acima é perceptível o fato de a camponesa ter convidado minha tia para se dirigirem à cozinha, lugar socialmente reservado às mulheres camponesas pesquisadas em Ibitipoca. Na sala, permaneceram os homens a conversar comigo quando da interação via questionário e roteiros de entrevista.

⁴²⁵ Neste sentido, ver Oliveira (2006, p.12).

7.5.5 – ENTORNO DO PARQUE: A MORADA DO CAMPONÊS



Fig.36: Típico moinho d'água – entorno sudeste. Ainda hoje, 93,33% das unidades camponesas amostradas possuem moinho d'água como meio de processarem os grãos que colhem.

As pedras que se movimentam e esmagam os grãos são cuidadosamente selecionadas e esculpidas, de forma a proporcionar o ponto ideal de moagem dos fubás. Como as nascentes e os córregos na Serra são abundantes, quase todas as propriedades têm seu próprio moinho. Aliás, as próprias residências camponesas são soerguidas estrategicamente nas proximidades dos córregos que possuem alguma queda d'água. Ao redor da casa, verifica-se a organização de cenários a manifestar uma espacialidade inerente à vida camponesa: paióis de madeira armazenam as colheitas; hortas mantidas pelas donas-de-casa; flores do campo, ervas medicinais e pequenos animais criados livremente pelo terreiro – que, aliás, é sempre bem varrido como forma de expressar o asseio da família camponesa. **Foto:** Bruno Bedim, maio 2007.

Fig.37: A morada. As casas encontram-se assentadas na média encosta, próximas a córregos. As moradias são estrategicamente construídas em pontos que lhes confira proteção contra a alta incidência de raios na Serra. Nas últimas décadas, o IEF proibiu a fabricação de tijolos caseiros em função do desmatamento ocasionado pela retirada de lenha para alimentar os fornos: “*o florestal embargou até a fabricação do tijolo da casa*” – salienta um agricultor. Como esse tipo de tijolo é típico da Serra, o patrimônio cultural expresso na arquitetura rural de Ibitipoca corre o risco de desaparecer. **Foto:** Bruno Bedim, maio 2007. Entorno sul/PEIb.



Fig.38: A janela camponesa e o maior patrimônio da Serra: os antigos moradores e o saber tradicional acumulado através do tempo. Na imagem, Dona Zizica, Agricultora (93), a mais idosa habitante do entorno do parque, quando da realização da pesquisa. Da janela de sua casa, ela segura um cesto de palha na mão, de onde retira milho crioulo para alimentar os pequenos animais do terreiro (patos e galinhas caipiras).

“A vida aqui, sem luz, é uma vida de fumaça... olha só como aqui está esfumaçado! Isso é a luz do querosene, a nossa vida é feita a lamparina. Sou feliz com essa minha vida assim. Mudar pra quê?”

As roupas que vestia no inverno de 2007 foram tecidas artesanalmente por ela e suas irmãs, no tear de madeira e no tricô, a partir da lã de carneiros criados no próprio sítio. O tom azulado que colore sua blusa foi extraído das sementes de um arbusto típico da Serra (*anilis*). Aos 93 anos, esbanja saúde e disposição, realizando em seu cotidiano inúmeras tarefas domésticas. Desde o século XVIII, encontramos referências de sua família no processo de povoamento e ocupação da antiga fazenda Ponte Alta (entorno noroeste). Provavelmente, um de seus ancestrais recebeu Saint-Hilaire lá, em 1822. **Foto:** Bruno Bedim, abr. 2007.



7.5.6 – PRESERVAR PARA PRODUZIR: O CARÁTER MIMÉTICO DA RENDA TERRITORIAL

O estrato de classe 7 (68 a 108 ha) agrupa quatro propriedades rurais que, somadas, concentram 35,98% do total de hectares amostrados. Tal concentração fundiária se dá nas terras situadas nas imediações da antiga Fazenda do Engenho – que, embora desmembrada em propriedades menores, suas porções ainda possuem uma dimensão razoável para os parâmetros fundiários verificados na Serra, cuja variação altimétrica perfaz as zonas de menor altitude da amostragem – cotas inferiores a 1000 m. Uma unidade camponesa de produção do Mogol também integra esse intervalo de classe fundiária.

Aliás, um fator detectado por esta pesquisa: no subdistrito Mogol, entorno sudeste do parque, restaram apenas 3 unidades camponesas que ainda produzem; todo o restante vendeu suas terras recentemente para investidores externos à comunidade. Conseqüentemente, este arraial possuía, em julho de 2007, apenas 22 habitantes – um decréscimo populacional de 80% em apenas um ano!

Apesar de autores como Alencar e Moura Filho (1988) categorizarem como “pequenos produtores” apenas os que se utilizam de propriedades rurais abaixo de 50 ha, no entorno do Parque do Ibitipoca esse tipo de critério de classificação sinaliza os seus limites. Embora o tamanho das propriedades agrupadas na classe 7 seja relativamente maior no contexto estudado, isso não implica em dizer que as mesmas possuem uma produtividade elevada em relação às demais propriedades. Ocorre que justamente nesses estabelecimentos se concentram os grandes areais (áreas em processo de arenização avançada, de solo ácido e com depósitos expostos de grãos de quartzito⁴²⁶). Embora se trate de um processo natural, a arenização pode ser, eventualmente, acelerada pela ação antrópica – incluindo-se aí a prática da pecuária extensiva. O que, para o agricultor, é considerado um espaço improdutivo, para os empreendedores imobiliários, contudo, esses areais se apresentam enquanto paisagens altamente atrativas e sobrevalorizadas em termos estéticos, já que o impacto visual causado pelos montes brancos de grãos de areia depositados nas encostas da Serra se configura como um atrativo turístico singular.

Nessa mesma área, conseqüentemente, há um fator de dissonância em relação ao tamanho mediano das propriedades rurais. A exceção é uma propriedade com

⁴²⁶Sobre a distribuição espacial dos areais da Serra de Ibitipoca, ver Torres, Lawall e Rocha (2005).

aproximadamente 3000 ha, cujas terras⁴²⁷ se estendem desde a antiga sede da Fazenda do Engenho, perpassando pelo arraial do Mogol e abraçando quase todo o parque pela vertente leste, abrangendo terras desde o entorno sul, seguindo pelo eixo oriental até divisar com o extremo norte do Parque do Ibitipoca. Mas há também um fragmento isolado que compreende a Mata do Luna (entorno noroeste, logo abaixo da principal queda do rio Vermelho – a cachoeira Janela do Céu, a mais visitada do parque). A Mata do Luna (ver mapa 2) é um fragmento de Mata Atlântica com cerca de 20 ha; abriga o último bando de muriquis⁴²⁸ (monocarvoeiros) da região. Até o momento, os empresários que compraram essas terras despendem esforços para com a preservação desse fragmento florestal, incentivando a pesquisa científica na área e a manutenção de sua biodiversidade.

Seus proprietários são empresários provenientes de centros urbanos – ligados a uma grande empresa de construção e mineração – e seu processo de expansão territorial na Serra é relativamente recente, intensificado nos últimos seis anos⁴²⁹. Assim como o parque, essa propriedade rural compreende extensões territoriais de três municípios: Lima Duarte, Santa Rita do Ibitipoca e Bias Fortes.

Até o momento, as demais matas situadas nas terras adquiridas por este grupo também estão sendo conservadas; há inclusive evidências de que a empresa está promovendo o plantio de mudas nativas visando ao processo de sucessão ecológica das áreas outrora impactadas pelas atividades produtivas dos antigos proprietários. Além de possuir uma extensão de terras duas vezes maior que o território do parque, esses empresários realizam no entorno o que o IEF, até o momento, se esquivara de fazer: plantam árvores silvestres.

Contudo, os empresários não se apropriaram das porções territoriais mais altas da Serra, tendo em vista, entre outros fatores, a resistência do camponês em ceder a terra para o investidor. Essa grande propriedade, entretanto, não possui uma contigüidade territorial: circunscritos nela há “enclaves camponeses”, pequenas propriedades de agricultores que,

⁴²⁷ Em abril de 2007, dois funcionários que trabalham nessa propriedade impediram que o carro da UFMG adentrasse em suas terras. Os mesmos se negaram a dar qualquer informação que nos auxiliasse a contatar os empresários – ligados a uma empresa de construção e mineração – que atualmente adquirem grandes extensões de terras na região. Dessa forma, não foi possível perguntar pessoalmente aos proprietários quais seus reais interesses em adquirir tamanha extensão territorial no entorno de um Parque Estadual.

⁴²⁸ O muriqui ou monocarvoeiro (*Brachyteles arachnoides*) é o maior macaco das Américas.

⁴²⁹ Dentro dessa mesma propriedade, no entorno sul, situa-se uma pista para pouso e decolagem de aeronaves – por onde circulam especialmente aviões de pequeno porte – cujo artifício de engenharia impressiona, já que a pista possui uma relativa inclinação topográfica e está situada num terreno que, além de acidentado, sua cota altimétrica ainda ultrapassa os 1000 metros.

apesar de “ilhados”, resistem em permanecer ali. Para estes camponeses, o valor de uso de suas terras é sobredeterminante em relação ao seu valor de troca.

O grupo empresarial, então, expandiu seu patrimônio fundiário a partir da aquisição de terras dos últimos fazendeiros remanescentes que havia na região, comprando, via de regra, propriedades rurais cuja área ultrapassa 50 *ha*, geralmente de pecuaristas que se dispuseram da terra por motivo de velhice, doença na família ou após a morte dos progenitores. Após a venda da terra, esses fazendeiros se mudaram para cidades próximas, geralmente investindo o dinheiro na compra da casa própria ou em fundos de aposentadoria. Para eles, o fato de haver alguém interessado na compra de suas terras foi um alívio circunstancial.

Dessa forma, ironicamente, esse grupo empresarial, apesar de possuir uma extensão territorial dilatada, não está diretamente atrelado aos processos recentes de expropriação camponesa verificados no entorno oeste do Parque. A aquisição de suas terras se deu num contexto em que as fazendas remanescentes do entorno leste e sul sinalizavam o esgotamento de seus recursos econômicos no período subsequente à modernização da agricultura brasileira. Houve, portanto, fatores circunstanciais correlacionados à estrutura produtiva regional e nacional que criaram as condições favoráveis para que os investidores se apropriassem dessas terras no momento em que a esfera produtiva agrícola não mais sustentava o processo de valorização do capital na Serra. As últimas fazendas de Ibitipoca sinalizaram, assim, os limites da sua própria existência – já que, ao contrário do sitiante-camponês, o fazendeiro não dispunha de mão-de-obra familiar o suficiente para trabalhar a terra.

O investidor urbano, por sua vez, não precisou pressionar nem induzir a expropriação de ninguém: apenas sentou e esperou que os mecanismos do capital providenciassem **o afastamento dos elementos fundantes da contradição no capitalismo, isto é, a assimetria insustentável entre forças produtivas e relações de produção**. Portanto, no entorno sul, sudeste e leste, o processo de estrangulamento das forças produtivas agrárias que até então suportavam as grandes fazendas do sopé da Serra havia sido gerado num período anterior à chegada dos novos investidores. Como já demonstrado no capítulo 4, a esfera produtiva agropecuária de Ibitipoca há pelo menos três décadas sinalizava a eminência de seu próprio colapso.

Em certo sentido, os camponeses projetaram no jovem empresário que lidera este grupo a figura do grande fazendeiro que ali existira no passado. No horizonte do

camponês, o capitalista atual é o ente arquetípico a preencher o espaço do fazendeiro de outrora sem, contudo, herdar as antigas relações de subserviência do camponês para com o “patrão fazendeiro”. Como todos em Ibitipoca eventualmente podem necessitar recorrer a ele um dia, ninguém fecha suas portas ao capitalista. Mas o “Paraíso do Capital” não está aberto a todos.

O camponês então se remete ao capitalista como se ambos estabelecessem uma relação social planejada; como se possuíssem o mesmo poder político e econômico no âmbito local; como se o detentor do grande capital fosse um homem comum a atravessar o seu cotidiano. A relação entre eles incorpora um tratamento aparentemente pacífico que se realiza no âmbito interpessoal; o “olho a olho” a subentender conformidades e resistências.

Para o camponês, esse investidor é considerado um homem justo, de valores éticos e de intenções declaradas. Compra as terras que eventualmente lhes são oferecidas; paga por elas um preço que os sitiados estimam ser lícito; não descumpra seus acordos. Em Ibitipoca, as relações de compra e venda da terra incorporam assim uma dimensão simbólica muito valorizada pelo *ethos* camponês: a palavra dada; o pacto envolto pelo código de honra; o compromisso moral de compra e venda a preceder os trâmites burocráticos no cartório.

Assim o capital, personificado na figura do investidor urbano, incorpora os códigos de relação localmente instituídos enquanto ajuste cultural necessário à expansão capitalista sobre espaços onde ainda age a moral camponesa. Antes de se assentarem numa base jurídica definida, as relações de compra e venda da terra se realizam no plano moral.

Hoje o arquetipo do antigo fazendeiro e suas respectivas formas de coerção e exploração do trabalho (relação patrão-dependência) não são mais encontrados na Serra. Ironicamente, a sucessão desse modelo residual se deu a partir da emergência de **uma nova modalidade de propriedade e ocupação do solo que, na forma peculiar assumida pelos processos recentes verificados no entorno do Parque Estadual do Ibitipoca, talvez seja o supra-sumo do capitalismo na Serra: um grupo empresarial a constituir uma nova forma de apropriação da renda da terra, de caráter *sui generis*, uma espécie de “RENDA DA NATUREZA”.**

Para os interesses de um grupo empresarial desse porte, a natureza preservada se apresenta enquanto força produtiva em potencial. Historicamente, inaugura-se, assim, uma nova modalidade de uso e ocupação do solo no entorno de Unidades de Conservação no Brasil. **A (re)distribuição do custo social da renda da terra incorpora, aqui, uma**

dimensão socioambiental que pode permitir ao capitalista a sua posteriori utilização enquanto reserva de valor. Neste sentido, a simples aquisição de terras e a respectiva conservação de seus atributos ecológicos lhes atribuem um sobrevalor: a manutenção de um pretense *status quo* ambiental que, no futuro, poderá ser usado a título de medida compensatória.

No entorno sudeste, leste e sul do parque, portanto, há a tendência de monopolização territorial via formação de uma grande propriedade cujos gestores, até o momento, despendem esforços para com a preservação ambiental da área. No atual contexto anômalo da Serra de Ibitipoca, o grande capital preserva a natureza ao invés de promover a degradação ambiental típica do capitalismo.

Mediante as novas formas de racionalidades incorporadas, a **dimensão estética da paisagem natural surge como força produtiva**, já que a *atratividade* das formas naturais e culturais se apresenta como fator histórico-geográfico de desenvolvimento econômico e social. Tal constatação se anuncia a partir da **transição dos critérios de valorização da terra** mediante um processo conduzido pelo acréscimo de novas formas de racionalidade. Aqui, de pouco vale a fertilidade do solo. O fetiche assume então a forma das plantas, dos bichos e dos subsequentes ecossistemas em que se encontram inseridos.

Tudo porque a terra equivale à mercadoria, é a expressão contraditória do enigmático mundo da mercadoria a incorporar valor de uso e valor de troca. Só que se trata de uma mercadoria diferente, metamórfica: a terra se distingue de todas as outras formas assumidas pela mercadoria nas sociedades capitalistas. De acordo com Martins (1986, p.33), a terra se constitui enquanto “mercadoria que não circula; em seu lugar circula o seu representante, o título de propriedade. O que se compra e vende não é a própria coisa, mas o seu símbolo”. Subjacente a este processo, reside o fato de a terra possuir a capacidade de gerar renda mesmo que não seja usada: a renda da terra.

A terra não é propriamente mercadoria, mas equivalente de mercadoria. Para que possa produzir renda – que é o seu uso capitalista – a terra não exige que o *ter* e o *usar* estejam juntos. Nas outras mercadorias, o *ter* é condição do *usar* e o *usar* é a realização do *ter*; no caso da terra, na sociedade capitalista [...], não é necessário que estejam juntos (MARTINS, 1986, p.33).

A sujeição da renda da terra ao capital financeiro assume, em Ibitipoca, uma interface “*ecologicamente correta*”. Desse contexto, emerge na Serra o caráter mimético assumido pela renda territorial, em que **a terra incorpora a capacidade de produzir renda mesmo que não seja utilizada diretamente via processos produtivos agrícolas.**

Sob os domínios de seu legítimo proprietário, uma floresta em pé poderá assumir, num futuro próximo, um valor incalculável. Assim, a clássica natureza (essência; caráter) da renda da terra desdobra-se, pois, numa inédita “**renda da natureza**”: eis a recente face assumida pelos movimentos mais amplos de expansão do capital no entorno do Parque Estadual do Ibitipoca. **Conservar a natureza para produzir. Produzir renda da terra.**

7.5.7 – NO MEIO DO CAMINHO TEM UM MILHARAL.

TEM UM MILHARAL NO MEIO DO CAMINHO.

No entorno oeste e sudoeste do parque, assiste-se a um processo similar ao descrito acima, mas que mobiliza mecanismos inversos, sendo suscitado por outros agentes e fatores: o parcelamento fundiário a partir da especulação imobiliária conduzida não pelo grande capital, mas por pequenos empreendedores do *trade* turístico. Contudo, este processo só se desvela a partir da morte dos velhos camponeses. Atualmente, toda uma geração de progenitores vem impondo limites à expansão do turismo em Ibitipoca.

O subtítulo acima é uma paráfrase que alude a um clássico poema de Drummond (1967)⁴³⁰. No contexto de Ibitipoca, essa metáfora expressa a resistência do camponês em ceder a terra para o investidor no entorno ocidental do parque – já que, atualmente, dois tradicionais espaços de cultivo onde anualmente plantam-se milharais, ambos terrenos situados no caminho entre a vila e o Parque⁴³¹, são objetos de cobiça por parte de imobiliários, por constituírem pontos estratégicos à construção de empreendimentos turísticos e/ou casas de veraneio. Contudo, as famílias camponesas, encabeçadas pelos mais idosos e seu aterramento visceral à terra, se negam a vender os terrenos em que, há pelo menos quatro gerações, estabelecem seus tradicionais cultivos anuais de milho crioulo.

Na lavoura não tem mão-de-obra, está sem custeio o sítio. Depois que entrou esse turismo, tudo mudou. Por exemplo, aqui tem muita terra pra vender: pedacinho, pedaço... e os poderosos estão comprando as terras. E o povo está só vendendo, só vendendo... porque não tem dinheiro. Está só bom pra vender, quando acha um que dá valor. **Mas como é que eu vou mudar? Eu ainda não perdi a instrução da vida. Se eu sair daqui eu morro, ué...**

(Agricultor aposentado, 76).

Um outro grupo empresarial ofereceu R\$ 80 mil para comprar a porção de 0,7 ha de uma propriedade rural que se localiza nas imediações do arraial de Conceição de Ibitipoca

⁴³⁰ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Uma pedra no meio do caminho: biografia de um poema*. (Apresentação de Arnaldo Saraiva). Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1967.

⁴³¹ A localização geográfica dos referidos milharais compreende as terras situadas entre os domínios espaciais das propriedades rurais de número 13 e 10 amostradas no mapa 2 (Ver capítulo 3/ Metodologia).

(ver unidade amostrada nº 18, mapa 2). Num contexto em que o solo agricultável já não é mais o principal meio de produção em Ibitipoca, assiste-se à tendência de apropriação subversiva da renda da terra pelos especuladores.

Enquanto para o modelo europeu no centro do desenvolvimento capitalista está o capital, no modelo brasileiro, profundamente marcado pela tradição da dependência colonial, a terra é essencial para o desenvolvimento capitalista porque propicia uma acumulação de capital com base no tributo e na especulação, isto é, com base na renda da terra (MARTINS, 1994, p.129).

A existência de espaços de cultivo justamente nas áreas mais visadas pelo *trade* turístico não é a única contradição que envolve esse ente empírico “*teimoso*” – o camponês – e sua capacidade em desafiar o processo histórico e as pretensas teorias que tentam capturar as supostas regularidades que permeiam sua vida. Prova disso são as relações não-capitalistas de produção diagnosticadas no campesinato de Ibitipoca.

Como demonstrado, a forma de retribuição do meeiro ao dono da terra é uma relação de produção não-monetária – onde ainda inexistente a relação de trabalho assentada numa base jurídica contratual. Num arranjo produtivo em que o meeiro planta na terra de outrem, o proprietário da terra, *ipsis litteris*, não detém o convencional domínio capitalista da força de trabalho⁴³². Em certo sentido, as relações de parceria podem ser entendidas como uma forma ambígua: em parte capitalista e em parte não-capitalista – o meeiro é aquele que planta em terreno alheio, repartindo ao meio o resultado das plantações com o proprietário da terra ao invés de pagar aluguel ou receber algum tipo de salário por seu trabalho. O meeiro produz, a partir dessa relação não-capitalista de produção, os seus meios de subsistência imediata e, ao mesmo tempo, mercadoria (a parcela da colheita a ser comercializada).

Não obstante, o dono da terra cujos herdeiros “migraram” para a prestação de serviços em turismo – e que não detém mais o controle da força de trabalho familiar nem possui capital suficiente para contratar mão-de-obra externa – esse proprietário de terra tem na parceria o seu último recurso para continuar a se reproduzir enquanto camponês.

O campesinato de Ibitipoca, em certo sentido, pode ser entendido como uma complexa ambigüidade inerente à complexidade do real: a conjugação de duas formas de reprodução social distintas, variações não-capitalistas de produção a se reproduzirem contraditoriamente dentro do sistema capitalista, tendo o turismo como um processo de

⁴³² Ainda encontramos em Ibitipoca resíduos das relações de produção assentadas em formas coercitivas não-capitalistas, em que um colono mora de favor na terra alheia, devendo, em troca, retribuições morais ao dono da terra. Este único colono constatado pode ser entendido como um traço diacrônico.

intervenção social a contribuir para com a liberação da mão-de-obra rural para trabalhar em atividades não-agrícolas ligadas à prestação de serviços pessoais. Aos que ficaram na terra, mediante esse contexto da escassez de força de trabalho, restou-lhes avigorar os antigos laços de compadrio e reunir esforços para com seus parceiros.

No pretense “Paraíso do Capital”, as formas não-capitalistas de produção teimam em desafiar as teorias. É como se o ente empírico, no limiar de sua provável superação, subitamente se tonifica a partir da manutenção de relações pretéritas, quase que “puras”, ao mesmo tempo em que absorve novas formas de reprodução social. O “Paraíso do Capital”, assim, o é entre aspas, já que os processos de intervenção engendrados pelo turismo contraditoriamente contribuem para reforçar – mesmo que sem essa intencionalidade –, formas não-capitalistas de produção agrícola.

O turismo em Ibitipoca, assim, implica numa complexa transição entre o primário e o terciário que mantém o modo de vida campesino – face à resistência do camponês em ceder a terra para o investidor. Ao empreendedor imobiliário, o camponês e seu apego à terra tomam um vulto de monstruosidade. Resta aos especuladores, esperar. Como abutres a serviço do capital especulativo, eles então aguardam pela morte do velho camponês para, a partir daí, tirar proveito econômico das circunstâncias.

No “Paraíso do Capital”, a pujança produtiva dos corretores de imóveis se faz a partir da morte camponesa: o fim biológico de uns nutre a vida econômica de outros. Em Ibitipoca, quando um velho camponês detentor de terras morre, o *trade* da especulação mobiliza os aparatos financeiros e os trâmites legais para que viúvas(os) e órfãos herdeiros se desfaçam da terra. Em questão de dias, a família do finado recebe propostas diversas, contratos de intenção de compra insurgem das mais variadas direções.

Em Ibitipoca, morrer não era uma coisa tão pública quanto hoje. Morria-se a nível local, enterrava-se o morto pelas mãos dos próprios parentes, vizinhos, compadres e amigos. Hoje, dependendo do tamanho da terra que o falecido deixar de herança, a família receberá ainda afagos de empresários e, se quiser, poderá vislumbrar a possibilidade de comprar um caixão de mogno para o descanso do finado.

Eu vendi uma parte do meu sítio. O comprador, de fora, andou em roda de mim uns 10 meses. Não me dava sossego, tive que vender. Ele comprou... Dei a ele o compromisso de compra e venda e ele foi me cozinhando durante 10 meses, com um advogado. Ele comprou pra me embrulhar. **Há um bom tempo que ele espera minha morte pra se apossar disso aqui. Queria pegar o terreno, não sei pra quê. Era um empresário, ele me dobrou fácil...** Mas então acabou o negócio, porque o cheque não tinha fundo e ele destratou o contrato. Deus é que foi meu advogado. A gente não tem prática, não tem preparo, mas Deus me iluminou. Se eu dou a escritura...

(Agricultor aposentado, 81).

Nesse contexto, os velhos camponeses, já cientes da especulação que sucederá ao seu fim biológico, admitem e expressam o conhecimento prévio do que virá logo após a sua própria morte. Às famílias que se desfazem do patrimônio fundiário, por mais que a memória da pessoa morta continue acesa, o valor da terra perde em significação para alguns membros das gerações que ficam. Com a venda da terra, o principal elo que os une é assim abandonado. O *ethos* camponês, nessas circunstâncias, dificilmente é transmitido.

7.6 – ASSIMETRIAS DO “PROCESSO”: A DIALÉTICA DO DESTINO

Nos capítulos 1 e 3, apresentamos a concepção materialista da história enquanto lógica abstrata assentada na observação do real, e ainda, a constatação do movimento dialético observado por Marx e Engels no esforço de construir uma ciência da história da sociedade. Não se trata, pois, de uma “regra” que conduz a sociedade em termos ideais, tampouco se reduz a “leis” imutáveis, mas sim, “leis” que os próprios homens constroem na tentativa de suprir suas necessidades primeiras, gerando, por conseguinte, novas necessidades.

No capítulo 4 e neste capítulo 7, foram expostos alguns espectros da agricultura camponesa praticada em Ibitipoca enquanto expressão da vida de um grupo humano que estabelece meios de manipulação da natureza de forma a alcançar a satisfação das necessidades elementares à sua existência, atingindo assim a produção dos seus meios de vida. Ocorre que a complexidade⁴³³ alcançada pela sociedade capitalista contemporânea sobrepõe às necessidades elementares outras variadas necessidades secundárias, “fictícias”. Tal contexto pode ser reiterado pela constatação de que as sociedades pós-industriais possuem a capacidade de produzir necessidades cada vez mais sofisticadas, bens materiais e imateriais a partir da “cultura de mercado” que elas próprias constroem. Além das necessidades básicas de subsistência, produzem-se também necessidades de ordem cultural, como o desejo de viajar, a indústria da moda, o telefone celular, etc. Como decorrência de tais fatores, o processo de realização de uma necessidade sofisticará cada vez mais a relação homem/homem e homem/natureza⁴³⁴. A partir de tais pressupostos,

⁴³³ A noção de *complexidade* ora exposta refere-se ao fato de que o homem primitivo detinha muito mais controle sobre o seu próprio destino do que o homem moderno.

⁴³⁴ As formas de pensamento, por sua vez, são decorrentes da produção da vida material. Nesse processo, o conceito de *práxis* pressupõe a capacidade do homem de produzir consciência. Tal complexidade aplica-se apenas a partir da ação do próprio homem, decorrendo, pois, de uma capacidade neural, teleológica (MARX; ENGELS, 1984).

torna-se possível analisar a capacidade de a espécie humana se (re)produzir e se deslocar globalmente.

Do ponto de vista materialista, podemos dizer que o turismo em Ibitipoca se apresenta como uma nova forma de o homem se deslocar sobre a Serra enquanto espécie animal; “manadas humanas” que se espalham pelos campos de altitude a partir de necessidades imbuídas pelos mecanismos de reprodução ampliada do capital e suas respectivas interfaces com a vida moderna. Vale sublinhar, aqui, não apenas a capacidade mimética inerente às sociedades capitalistas, mas, sobretudo, o poder de a indústria cultural manipular desejos e vontades – inculcando num determinado público, por exemplo, o desejo de viajar a Ibitipoca como algo que deva ser por ele consumido.

Na medida em que as sociedades satisfazem necessidades que não sejam as de primeira ordem, elas tendem a degradar a natureza. O turismo, contudo, talvez seja uma das únicas formas econômicas de intercâmbio material entre homem e recursos naturais em que a preservação, a manutenção do *status quo* dos recursos disponíveis se apresente enquanto força produtiva por si só. Trata-se, pois, de uma necessidade humana secundária (viajar e consumir paisagens e culturas) cuja satisfação, em tese, deveria contribuir para com a salvaguarda do patrimônio ambiental dos lugares, da oferta primária dos recursos naturais que se traduzem enquanto atrativos turísticos em potencial.

Os turistas que “invadem” a Serra de Ibitipoca, em última instância, estão a exercitar seus dotes sensitivos humanos com um alto grau de sofisticação: a intervenção do homem enquanto espécie sobre a natureza externa constrói uma outra natureza, pretensamente conservada e circunscrita ao território de um parque, salvaguardada dos mecanismos destrutivos do próprio capitalismo. Tem-se, pois, a capacidade de o homem produzir bens e serviços a partir de um grau de complexidade avançado (turismo).

Nas *Metamorfoses do Tempo* (cap.1), vimos a noção de tecnologia enquanto processo de melhoria dos meios de manipulação da natureza – o que é inerente ao movimento dialético observado por Marx e Engels (1984). Estes autores, aliás, entendem o mundo a partir de uma concepção **naturalista, vitalista e não de uma metafísica**, segundo a qual a relação entre a sociedade e a natureza é um **intercâmbio** que se desenvolve historicamente por meio do trabalho humano e que, ao mesmo tempo, cria e transforma as relações entre os seres humanos. A (re)produção da vida material, por sua vez, se dá pelos *processos de trabalho*. Os desdobramentos do capitalismo observados na Serra de Ibitipoca são, em última instância, fragmentos de um modo de produção que

resulta numa sociedade desigual, baseada na exploração do trabalho e dos recursos ambientais disponíveis⁴³⁵. Por conseguinte, o conceito de forças produtivas de Marx abrange a força de trabalho e os meios de produção, o que inclui o próprio espaço geográfico.

No contexto que envolve a produção do espaço pelo turismo, tal composição pode ser exposta a partir do entendimento de que o turismo representa um acréscimo de formas de racionalidade ao processo produtivo – a inauguração de novas modalidades de intercâmbio material entre homem e natureza. Neste sentido, a **dimensão estética da paisagem surge como força produtiva**, já que a *atratividade* das formas naturais e culturais se apresenta como fator histórico-geográfico de desenvolvimento econômico e social. Tal constatação pode ser exposta a partir da transição dos critérios de valorização da terra num contexto em que a racionalidade da cadeia produtiva do turismo conduz o processo.

O valor que o sujeito recebe do leite não é capaz de pagar a mão-de-obra pra roçar o pasto. E o produtor rural está ficando mais na mão. No entorno do parque, o mato está só crescendo. **Hoje você não pode cortar nem um ramo mais. Então a paisagem muda, tudo muda, porque o turista quer ver o verde...**

Agricultor e pedreiro, 28.

O fato de o turista “querer ver o verde” abre perspectivas econômicas a inaugurar uma nova forma de incorporação do trabalho humano ao espaço. Tais pressupostos carregam em si uma aplicabilidade empírico-metodológica essencial à concepção do campesinato e do turismo em Ibitipoca como fenômenos imersos em processos mais amplos de expansão do capital, constituindo-os e sendo constituídos por eles – racionalidades incorporadas ao processo produtivo que deságuam na complexidade inerente à relação assimétrica entre *forças produtivas e relações sociais de produção*⁴³⁶.

Mediante a nova racionalidade econômica a conduzir o processo de valorização do capital na Serra, um fator emergente de produção é a *atratividade* das formas naturais (dimensão estético-simbólica das paisagens) que se apresenta enquanto força produtiva sobredeterminante em relação à *fertilidade* do solo. Numa conjuntura em que as bacias

⁴³⁵ Para Marx (1974, p.135), “na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção, essas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. [...] é preciso explicar a consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção”.

⁴³⁶ “Em certa fase de seu desenvolvimento, as forças produtivas da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então” (MARX, 1946, p.31).

visuais devem favorecer o verde e suas matas, as outras formas de produção e uso da terra tendem a ser desqualificadas (pastagens e tradicionais espaços de cultivo).

Aqui entrou muito o turismo e tirou o jeito das pessoa mexer com lavoura, buscar uma lenha. As terra aqui é quase tudo de turista, então você não pode mais cortar um pau de lenha, porque todo mundo acha ruim. De primeiro era fácil: você ia no mato, cortava uns dez paus e deixava secar pra uma lenha. Hoje você não pode fazer isso mais senão você é multado. Nem pegar os pau caído no chão eles deixa. **Os terreno de mato aí é tudo de turista, sabe? Então ficou tudo mais difícil... o turista veio com mais dinheiro e atrapalhou a vida do pessoal daqui, entende?** Mas eles também traz serviço pros morador do lugar também. Muita gente é bem colocada com eles. Mas daqui de casa ninguém mexe com turista não. **A gente nasceu e criou na roça e gosta dessa profissão e vamos seguir ela.**

(Agricultora, 37).

À medida que se avolumam essas contradições inerentes ao afastamento entre forças produtivas e relações de produção, a tendência é que a realidade se distancie dos homens e mulheres que vivem na Serra de Ibitipoca. Contudo, conforme ratificado no relato acima, o sentido gerado num período anterior ainda perdura, apesar de competir com formas mais sofisticadas de divisão do trabalho: *“A gente nasceu e criou na roça e gosta dessa profissão e vamos seguir ela”*.

Atualmente, a posse da terra agricultável em Ibitipoca tem um menor prestígio econômico que outrora. Uma das alternativas possíveis para a superação dessa limitação das forças produtivas agrícolas seria o camponês se associar a investidores de uma outra categoria – já que o lucro alcançado pela agropecuária é insuficiente para que haja a transposição de investimentos desta atividade econômica para a outra (turismo). **Ocorre que a lógica competitiva do *trade* turístico não consegue se expandir facilmente sobre espaços em que a moral camponesa ainda está agindo. Principalmente porque parte da própria comunidade rural não se percebe enquanto um destino turístico.**

Em certo sentido, tais “evidências empíricas” nos remetem ao que Elias (2006, p.216) alcunhou de “transformações estruturais não-planejadas das sociedades humanas”. Talvez isso explique o caráter subversivo e contraditório das estruturas sociais observadas em Ibitipoca: a atividade econômica almejada trouxe conseqüências indesejadas a caracterizar o atual estágio de desenvolvimento econômico e social constatado.

Seria um erro impor um modelo puramente econômico de sociedades industriais relativamente ricas a uma sociedade carente de capital, como uma população camponesa predominantemente analfabeta, sem uma investigação sociológica sistemática de seus potenciais de desenvolvimento [...]. Os governos poderiam planejar, pretender seguir e decidir tomar certo curso de ação e, ainda assim, o resultado teria grande chance de ser diferente do desejado (NORBERT ELIAS, 2006, p.188-218, passim).

O “desenvolvimento” do turismo, assim, sinaliza os seus limites se analisada a estrutura diacrônica da mudança social suscitada na Serra de Ibitipoca. Mas os seus sentidos podem ser ampliados se considerada a sua funcionalidade econômica a alimentar movimentos contraditórios de resistência e conformação.

Na esfera produtiva do turismo, o tempo de trabalho equivale ao tempo de produção (prestação de serviços imediatos; o turista requer atendimento instantâneo aos seus desejos e necessidades de consumo). Contudo, a produção e a reprodução do capital e da força de trabalho não estão num mesmo lugar embora se dêem de forma simultânea. Uma parcela considerável da força de trabalho empregada no turismo advém das unidades camponesas de produção e se sustentam a partir do baixo custo de sua própria reprodução.

Mais uma vez, tem-se um viés dialético constatado: o processo que satisfaz as necessidades secundárias do turista (desejo de viajar, lazer, etc.) possibilita a satisfação das necessidades também secundárias de uma parcela da população rural local (aquisição de aparelho celular, televisão, roupas de grife, etc.). O turismo em Ibitipoca se embasa no universo das necessidades de segunda ordem para existir e se reproduzir. É o mundo da imaterialidade imposto pela indústria cultural que, articulado aos mistérios da mercadoria, preenchem com desejos de consumo o espaço da agricultura de subsistência. Ao turista, esse processo satisfaz suas demandas; simultaneamente, incute na força de trabalho local novas aspirações e necessidades de consumo que só a prestação de serviços em turismo permite acumular um excedente necessário à sua aquisição.

Um trabalhador proveniente do antigo núcleo camponês cuja família ainda possui terras é capaz de, circunstancialmente, passar meses sem prestar serviços em turismo e, ainda assim, garantir a sua reprodução sem contrair eventuais dívidas – já que a satisfação de suas necessidades elementares (alimentação, abrigo, vestimenta, etc.) muitas vezes é alcançada dentro da sua própria unidade camponesa de produção, independentemente do que o turismo ocasionalmente lhe proporcione em termos de renda.

Muitas pessoas vem pra cá no feriado, chega aqui e vê três, quatro mil pessoas e acha que aqui rola muito dinheiro: “Opa, se lá rola dinheiro, então eu vou pra lá”. Aí muda pra cá... chega aqui com um pé na frente e outro pé atrás. Só que o feriado não é todo dia, o feriado é uma vez por mês, uma vez a cada dois meses... durante os outros 29 dias eles estão gastando – mas não vêem isso não. Então chega o feriado, o retorno não é suficiente para eles cobrir os gastos e eles têm que voltar, volta tudo pra trás e dão conta da realidade. **Já o nativo está adaptado aqui, já está no seu próprio lugar. Então se a gente ganhar cem reais, mil reais, pra nós tudo é lucro. Se não ganha nada, não tem importância nenhuma: você está na sua própria casa e tem seu ganha pão.**

(Agricultor e pedreiro, 28).

Tal constatação se apresenta como um fator agravante às tensões desencadeadas entre os “de dentro” e os “de fora”: ao contrário dos recém-chegados, os “nativos” possuem como diferencial a sua própria condição de (ex?) camponeses cuja reprodução da sua própria força de trabalho tem um custo amortizado. Podem trabalhar quando querem e a um menor preço que os demais – desequilibrando assim a competição no mercado de trabalho. Ao “forasteiro”, o dispêndio de recursos monetários para a sua manutenção na Serra é relativamente maior, já que além de não plantar gêneros alimentícios para o seu próprio sustento, possui ainda padrões de vida e de consumo mais elevados que o camponês. De acordo com Norbert Elias (2006), as tensões sociais se intensificam e assumem a forma de conflito aberto não quando a diferença e a desigualdade do exercício de poder entre os grupos interdependentes é muito grande e incontornável, mas sobretudo quando “a situação começa a mudar em favor dos grupos com menor poder”. Ou seja: foi a partir do momento que os “nativos” começaram a consolidar a ocupação de postos no mercado de trabalho turístico que os “forasteiros” se viram ameaçados face à possibilidade de não mais serem a única força de trabalho disponível na cadeia produtiva do turismo em Ibitipoca.

Mas talvez a maior discrepância do “Paraíso do Capital” seja o fato de, contraditoriamente, o próprio *ethos* camponês se apresentar enquanto potencial força produtiva por si só – elementos culturais passíveis de serem apropriados enquanto produtos turísticos (Ex: lendas regionais, “causos”, manifestações folclóricas, fogão a lenha, expressões do antigo dialeto falado na comunidade rural, etc.). Seria essa uma possível forma de superação das contradições que atualmente comprimem as forças produtivas agrícolas em Ibitipoca? Elas seriam superáveis?

**TAB.17: ELEMENTOS FUNDANTES DA CONTRADIÇÃO INERENTE À REESTRUTURAÇÃO
DA ESFERA PRODUTIVA – SERRA DE IBITIPOCA (2007)**

ATIVIDADES ECONÔMICAS		
	AGRICULTURA	TURISMO
FORÇAS PRODUTIVAS	<p>Atrofia das forças produtivas</p> <p>O solo agricultável como principal força produtiva (Fertilidade)</p> <p>Apropriação coletiva de parte dos meios de produção (terras comunais da Serra Grande); Menor diferenciação fundiária entre as unidades camponesas de produção</p> <p>Terra de trabalho como valor de uso, e ainda, o uso da terra enquanto valor.</p> <p>Função social da terra atrelada às necessidades elementares da vida humana (produção de alimentos; ambiente de vida e de trabalho; base material da existência camponesa).</p>	<p>Hipertrofia das forças produtivas</p> <p>A dimensão estético-simbólica da paisagem como principal força produtiva (Atratividade)</p> <p>Concentração de terra e capital nas mãos de poucos investidores; Tendência ao parcelamento fundiário das propriedades rurais próximas ao parque; monopolização privada do território por parte dos empreendedores do <i>trade</i> turístico</p> <p>A terra assume a forma equivalente de mercadoria. Sujeição da renda territorial ao capital especulativo: a terra produz renda sem ao menos ser utilizada (reserva de valor).</p> <p>A complexidade alcançada pela sociedade capitalista sobrepõe às necessidades elementares outras necessidades mais sofisticadas, de ordem cultural, como o desejo de viajar. A Serra de Ibitipoca é concebida imaterialmente como produto turístico, não como terra de trabalho camponês.</p>
RELAÇÕES DE PRODUÇÃO	<p>Formas solidárias de trabalho (mutirão, troca-de-serviço); relações de produção assentadas em formas ambíguas (em parte capitalistas, em parte não-capitalistas). Relações coercitivas não-monetárias funcionais à reprodução do capital.</p> <p>Maior proximidade entre o trabalhador rural e os meios de que dispõe para produzir; Vínculo visceral de aterramento do camponês ao meio.</p> <p>A família camponesa estabelece os meios de manipulação da natureza para sobreviver, via organização familiar do trabalho agrícola.</p> <p>Diferenciação entre tempo de trabalho e tempo de produção (o agricultor não trabalha durante todo o tempo de produção, mas o trabalho da terra é permanente).</p> <p>O camponês produz conservando a natureza (sistemas de manejo)</p> <p>Indicadores espaço-temporais revelam ao camponês os marcadores cíclicos dos períodos de trabalho.</p>	<p>Relações de produção majoritariamente capitalistas assentadas numa base jurídica definida (contratos formais de trabalho, assalariamento). Maior divisão social do trabalho e especialização funcional. Hipertrofia das relações remuneradas de trabalho sobre as formas solidárias. Estrutura ocupacional mais diferenciada.</p> <p>O prestador de serviços em turismo tende a se afastar do trabalho produtivo (alienação). Menor adaptabilidade do homem ao meio.</p> <p>IEF e empresários preservam a natureza como forma de satisfazer as necessidades dos turistas e gerar divisas.</p> <p>Tempo de trabalho equivalente ao tempo de produção (prestação de serviços imediatos) e condicionado à sazonalidade da demanda, já que a mesma se distribui irregularmente ao longo do ano (concentração do fluxo em determinadas épocas).</p> <p>Conserva-se a natureza para produzir (atrair visitantes).</p> <p>Período de trabalho determinado a partir dos quadros temporais do universo urbano; Ritmos diferenciados da experiência do tempo de trabalho.</p>

Elaboração: BEDIM. B. P. 2007

8 – **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O turismo em Ibitipoca implica numa complexa transição entre o primário e o terciário que mantém traços diacrônicos do *ethos* camponês como algo funcional à produção e à reprodução do capital na Serra – já que amortiza os custos da reprodução da força de trabalho local e, por conseguinte, favorece a extração de mais-valia pelo empresário do *trade* turístico. Mas à medida que as unidades camponesas de produção liberam mão-de-obra para o turismo sem repor os seus quadros ocupacionais, **contraem-se as forças produtivas do campo, levando o agricultor do entorno do parque a ser apropriado daquilo que o camponês mais tem de valor: o trabalho da família.**

Coisificado pelos artifícios desumanos do capital que transformam a si próprio e o seu lugar em reles mercadoria a ser fotografada e vendida aos turistas urbanos, o camponês resiste e/ou se conforma mediante o processo que lhe espreita. Nos domínios do terciário, a Serra de Ibitipoca não é mais predominantemente o espaço da produção e distribuição de gêneros agrícolas para a satisfação das necessidades mais elementares à reprodução da vida humana. Produzem-se símbolos e serviços para nutrir os desejos de consumo do turista – força motriz das transformações que têm como correspondente a especialização de funções ocupacionais. Deste contexto, tanto as paisagens agrárias quanto a própria cultura camponesa assumem a forma de forças produtivas em potencial. Não obstante, até mesmo a estrutura de organização do trabalho familiar camponês vem sendo apropriada enquanto força produtiva diferenciada.

O turismo em Ibitipoca se embasa no universo das necessidades de segunda ordem para existir e se reproduzir. É o mundo da imaterialidade imposto pela indústria cultural que, articulado aos mistérios da mercadoria, preenchem com desejos de consumo o espaço da agricultura de subsistência. Ao turista, esse processo satisfaz suas demandas; simultaneamente, incute na força de trabalho local novas aspirações e necessidades de consumo que só a prestação de serviços em turismo permite acumular um excedente necessário à sua aquisição.

Dessa conjuntura, insurge o caráter subversivo e contraditório das estruturas sociais observadas em Ibitipoca: a atividade econômica almejada pelo Estado trouxe conseqüências indesejadas a caracterizar o atual estágio de desenvolvimento econômico e

social constatado no entorno do parque. Trata-se de um complexo processo de intervenção social involuntário que escapa ao controle do próprio Estado que, a priori, implantou o parque sem a anuência da população local. Por conseguinte, a concepção camponesa sobre o parque é tanto simbólica quanto política; subjaz à transformação nas condições materiais de sua própria existência. Assim, a análise sobre o processo de criação e implantação do Parque Estadual do Ibitipoca encerra num intrincado jogo de forças no plano local, na fronteira abstrata entre o que é legal e o que é justo – já que o Estado estrategicamente ignorou o código distinto de apropriação coletiva das terras devolutas da Serra.

O Estado implantou o parque e criou as condições necessárias para o seu uso público via turismo. Daí em diante, engendrou-se um complexo processo que se estende de forma não-planejada por três gerações, pelo menos. Como expoentes, têm-se os domínios espaciais funcionais, processos de diferenciação social crescentes; tendência gradual de especialização do trabalho; movimentos contraditórios de resistência e conformação.

Por conseguinte, o campesinato de Ibitipoca se apresenta enquanto ente empírico diferenciado inserido na miríade das tramas sociais e econômicas que espreitam o entorno do parque; um grupo social que se reproduz dentro do capitalismo como expoente de suas próprias contradições. No *soi-disant* “Paraíso do Capital”, as formas não-capitalistas de produção teimam em desafiar as teorias; é como se o ente empírico, no limiar de sua provável superação, subitamente se tonifica a partir da manutenção de relações pretéritas, quase que “puras”, ao mesmo tempo em que absorve novas formas de reprodução social. O “Paraíso do Capital”, assim, o é entre aspas, já que os processos de intervenção engendrados pelo turismo contraditoriamente contribuem para reforçar – mesmo que sem essa intencionalidade –, formas não-capitalistas de produção.

A Ibitipoca de hoje não é uma evolução linear das formas sociais anteriores. Ela é uma forma nova, um espaço novo, uma população diversificada que se vê diante de novas alternativas, dificuldades, desafios. Não apenas porque sua história a longo prazo não é intencional, mas, sobretudo, porque o processo de intervenção social engendrado pelo turismo exacerba repercussões não planejadas das ações do homem, num contexto em que o grau de previsibilidade sobre as vidas das pessoas que vivem na Serra é cada vez menor. A Ibitipoca atual teima em extrapolar os seus limites, articulando suas reminiscências e seus acréscimos, suas desigualdades e suas próprias contradições.

Entre a satisfação das necessidades humanas elementares via agricultura de subsistência e a produção de bens e serviços intangíveis pelo turismo, flutuam signos de

exotização e alteridade. Ao turista, o camponês se apresenta enquanto instância constitutiva do próprio destino turístico, num cenário em que a Serra é representada como lugar de enunciação das diferenças. **Ocorre que a lógica competitiva do *trade* turístico não consegue se expandir facilmente sobre espaços onde a moral camponesa ainda está agindo. Principalmente porque uma parcela da própria comunidade rural não se percebe enquanto um destino turístico.**

Aos camponeses que resistem em permanecer na terra, o momento consumado da história recente do capitalismo na Serra de Ibitipoca reconstrói assim o destino destes homens e mulheres a partir da produção de realidades paralelas que se sobrepõem no tempo e no espaço:

i) Turistas indiferentes aos dilemas camponeses. O turista nada mais quer do camponês senão capturar o seu ar exótico, fotografando-o como se estivesse num museu – ou zoológico! – surpreendidos com os pretensos ‘fósseis sociológicos’ residuais que o imaginário acerca da vida camponesa representa.

ii) Por outro lado, têm-se camponeses que, na fronteira entre a conformação e a resistência, se dizem indiferentes aos turistas (“...*apenas vejo o turista passar na estrada, nada mais. Não tenho nada com essa gente*”).

O que se tem, contudo, é a exaltação da diferença que, em Ibitipoca, se conjuga num único – embora bipolar – processo dialético: **a intervenção social do turismo na Serra; o rebatimento do tecido sociocultural da Serra sobre o fenômeno turístico.**

Para o antigo núcleo campesino de Ibitipoca, a criação do parque é a marca de um passado a refletir e se atualizar no presente, nas lutas do presente, nas dificuldades do presente, nas estratégias atuais dos atingidos pela expansão capitalista e suas contradições. Porque o IEF, o turista, o empresário do *trade* turístico, são para eles O ESTRANHO, *aquele que modifica o significado das coisas*⁴³⁷, o capital personificado na figura do “forasteiro”, daqueles que num dado momento da história “invadiram” o seu lugar. Por sua vez, o “forasteiro”, busca em Ibitipoca reconstruir o seu espaço de socialização a partir da própria fenda social que se abre face à dupla *cultura da ausência* por ele experimentada: de

⁴³⁷ Cf. expressão advinda das teorizações de Martins (1993, p.33).

um lado, o chão de sua terra natal que lhe falta; na margem oposta, os vínculos sociais no lugar de destino lhe condicionam e retraem.

Já o turista personifica o tempo que tem preço; o gozo do tempo de não-trabalho que produz o trabalho de outrem que o hospeda, que o acolhe. No âmbito econômico, o turista se apresenta enquanto ser humano reduzido ao que ele pode pagar. O fluxo turístico na Serra de Ibitipoca engendra uma esfera produtiva cujo efeito multiplicador na economia é mediado pelos meios e pelos fins do lucro; o objeto a comprimir o sujeito; o simulacro que reduz quase tudo ao universo da mercadoria. A face oculta assumida pela forma mercadoria no mundo contemporâneo tem sido desmistificada há tempos por pesquisadores que denunciam os “desencontros e descompassos da trama social mercantilizada” a ela subjacentes⁴³⁸. O turismo em Ibitipoca não está alheio a este processo.

Em contrapartida, o camponês que deixou a roça para residir no arraial e prestar serviços ligados ao turismo tornou-se, subitamente, a pessoa que precede à coisa, o sujeito posto como um estranho em relação a si mesmo. Seriam esses os traços da *modernidade anômala*, postíça, outrora expressa nas teorizações de Martins (2000)?

Por outro lado, a moral camponesa ainda incide até mesmo por onde não se planta mais: é o caso daquelas famílias de (ex?) camponeses que não mais estabelecem seus tradicionais espaços de cultivo e que estão imersas na cadeia produtiva do turismo. Apesar de o fenômeno que provocou a ação ter sido extinto materialmente de suas vidas (agricultura), o sentido da ação ainda continua ali, agindo no plano simbólico. A forma de sua manifestação é contraditória; múltipla; variada. Não congrega formas “puras”.

Mutatis mutandis, o camponês de Ibitipoca detém muito mais controle sobre o seu próprio destino do que o empreendedor urbano que se deslocou para a Serra e lá realiza investimentos relacionados ao turismo. A complexidade inerente à sofisticação alcançada pela atividade turística torna o homem mais dependente das novas tecnologias, de forma a manter a satisfação de suas necessidades secundárias (o ato de viajar e consumir paisagens e culturas, etc.).

Como visto no capítulo 4, há mais de dois séculos as práticas espaciais e sociais desse campesinato permitem um uso conciliatório entre as funções produtivas e protetivas

⁴³⁸ “Essa não é uma relação simples, higiênica e pacífica, como a de ir ao supermercado, entregar dinheiro e receber mercadorias. No caso brasileiro [...] a mercadoria tem sido um instrumento de destruição e morte. A mercadoria revela aí a sua face oculta – como instrumento de dominação, de exploração e de extermínio – disfarçada na forma igualitária e contratual de intercâmbio de equivalentes que a põe no mundo” (MARTINS, 1986, p.17).

dos recursos ambientais disponíveis; o camponês possui um controle sobre suas intervenções; ele sabe interpretar os códigos espaço-temporais da terra em que trabalha.

O camponês incorpora o “princípio da precaução” historicamente construído, um modo de viver e de trabalhar a produzir uma forma de consciência que inclui a reserva de seus recursos ambientais para o futuro; o homem do campo se preocupa com o que deixará para as novas gerações; a reprodução do núcleo familiar camponês é um valor incorporado pelo seu *ethos*. O viés cultural de suas interações ecológicas para com a Serra de Ibitipoca se justifica no sentido de manter as bases (i)materiais de sua própria existência.

Tendo em vista as formas humanas de decodificação e uso dos recursos ambientais que lhe cercam, **o camponês se relaciona com a Serra de Ibitipoca a partir de sua própria presença**. Três décadas de ações coercitivas de um Estado impassível ao modo de vida campesino contribuíram para suprimir as condições da existência destes camponeses, mas ainda não foram suficientes para varrê-los do território em que nasceram. **Tudo porque a terra está neles; a Serra é eles e eles são a Serra; a cultura confere um valor diferenciado do camponês face ao seu ambiente de vida e de trabalho**.

Aos olhos do Estado e até mesmo dos que se dizem “planejadores turísticos”, o campesinato de Ibitipoca é uma alternativa não-credível do que existe, um fragmento da experiência social não socializado pela racionalidade dominante que atualmente conduz o “processo”; um modo de ser e de viver no entorno do parque que é estrategicamente desqualificado e tornado invisível.

Embora seja entendido a partir de seus traços diacrônicos, reminiscentes, o camponês em Ibitipoca não é um ente do passado, mas um sujeito do presente a coexistir com a incorporação de novas formas de racionalidade ao processo produtivo.

A história recente do capitalismo na Serra de Ibitipoca é uma trajetória que envergonha e emudece; expropria e subtrai; um componente de questionamento sobre o que o turismo e o capital são e o que eles podem representar às populações locais, e ainda, quais processos expropriatórios lhes subjazem. Os antecedentes de manejos diferenciados dos recursos ambientais disponíveis foram ignorados; a cultura camponesa foi empurrada para os bastidores da vida social; privilegiaram a proteção de plantas e animais circunscritos ao parque e abandonaram o ser humano que tradicionalmente ocupa o entorno à sua própria sorte: o “bicho homem” da Serra de Ibitipoca pede socorro; esse campesinato pode estar em vias de extinção!

Periodicamente, o Estado despende recursos financeiros no intuito de minimizar a erosão física das trilhas por onde os turistas transitam no parque, ao passo que no entorno da Unidade assiste-se a **um desumano processo de “voçoroca cultural” sem que nenhuma medida seja diretamente tomada: o patrimônio material e imaterial do campesinato da Serra de Ibitipoca encontra-se ameaçado.**

De um lado, fetiches são atribuídos à flora e à fauna silvestres circunscritas ao parque, em que lobos-guarás assumem uma face cada vez mais humanizada e caricata a interagir com os visitantes. No entorno desta U.C., porém, desenvolvem-se processos de intervenção em que a desumanização do homem rural se dá pela (re)distribuição do custo social da renda territorial conjugada a uma combinação de fatores – como o avanço dos eucaliptais sobre as terras de trabalho camponês e/ou pela especulação fundiária subjacente ao turismo.

Se as populações da flora e da fauna silvestres são protegidas por lei, então as populações camponesas do entorno de Unidades de Conservação também o devem ser. A verdadeira extinção ocorre quando se depreda o ambiente de vida e de trabalho dos seres humanos que há várias gerações habitam esses territórios. Quando essas populações são varridas do entorno, esvazia-se em conteúdo o arcabouço cultural dos parques e reservas. Às ações que almejam ser conservacionistas, é imprescindível a compreensão das práticas espaciais e do comportamento destes grupos sociais em relação à terra que ocupam; o entendimento das suas relações interpessoais; o campesinato e seus códigos ambientais específicos; a consciência de quem influencia e é influenciado pelo ambiente do entorno.

A gestão de uma Unidade de Conservação não deve se voltar apenas à proteção dos recursos ambientais circunscritos aos seus domínios territoriais, mas antes catalisar, contemplar as necessidades de desenvolvimento social dos elementos humanos de seu entorno, garantindo assim a **proteção da diversidade cultural** – enquanto alternativa a assegurar a permanência dessas populações no campo, promover a sua qualidade de vida e a conservação de suas tradições. Por conseguinte, a idéia de “conservação cultural” pode – e deve – balizar as pautas de discussão envolvendo políticas de conservação da natureza, reconhecendo a multiplicidade de conteúdos e funções desses entornos, como a estética (paisagem rural), a social (lazer, apoio à qualidade de vida, etc.), a ambiental, a cultural-patrimonial, e a pedagógica – a partir da concepção estratégica das especificidades e representações socioculturais que tais áreas denotam, à medida que seus atores se inserem nas esferas mais amplas da sociedade.

Ademais, acreditamos que o fenômeno turístico em Unidades de Conservação e seus desdobramentos se materializam enquanto práticas sociais na própria ação dos atores que neles estão inseridos. Nossos estudos têm indicado os grandes temas a serem pesquisados e esclarecidos, em certa medida, as estruturas, muitas vezes socialmente injustas, nas quais se inserem os atores rurais com os quais lidamos no entorno de áreas naturais protegidas.

Os dados de que dispomos no momento apontam para a necessidade de se pensar o camponês como um ator social integrado às formas de produção capitalistas e aos processos sociais que permeiam a vida contemporânea em Ibitipoca. Outrossim, deve-se ter em mente que o aparente “atraso” da agricultura camponesa pode ser entendido como algo interessante ao capitalismo, pois resguarda territórios para onde o capital poderá se expandir no futuro e se valorizar. São essas as “evidências empíricas” que fazem do camponês de Ibitipoca um sujeito histórico a desafiar a própria história.

Ultimamente, planos e idéias mirabolantes vêm surgindo dos gabinetes de alguns órgãos públicos e agentes privados que se dizem “preocupados” em “desenvolver o turismo sustentável” no entorno do parque. De repente, “projetos” oportunistas saltam das gavetas de pretensos “planejadores” interessados em transformar o camponês de Ibitipoca num exímio proletário cuja “eficácia” no atendimento ao turista, segundo os tais “agentes empreendedores”, deve ser desenvolvida. Cartilhas de como bem-receber um hóspede são distribuídas a analfabetos funcionais; lições de marketing são expostas a seres humanos do campo cuja temporalidade é outra; a moral é outra; a lógica de produção é outra; a consciência é outra. Subitamente, os “planejadores” olham para o camponês e resolvem definir-lhe um futuro e traçar-lhe um destino. Mas e os camponeses? **Por acaso alguém lhes perguntou que planos eles têm para si próprios?**

Com a palavra, um trabalhador de 42 anos cujo nascimento coincide com o advento do turismo na Serra. Um indivíduo que nasceu e cresceu numa das propriedades rurais do entorno do parque, e que há quatro décadas vivencia o turismo e a agricultura experimentados no lugar; a vida desse indivíduo atravessa o contexto da transição descrito nesta pesquisa; ele viu e ele ainda vê a reestruturação da esfera produtiva acontecer; assistiu e ainda assiste a vida e a terra de sua família serem transformadas desde a sua infância.

A preocupação que nós temos aqui é pra ter emprego pra todo mundo, pros jovens que estão vindo. Porque lavoura aqui pra nós vai acabar, não vai existir muito mais. **Enquanto aqui estiver nós mais velho como eu e ele, ainda haverá roça, porque o que nós sabe fazer é mexer com lavoura. Não vamos mexer com turismo, não queremos isso. Não temos estudo pra conversar com o turismo e se for pra nós fazer outro serviço nós não vai fazer. É lavoura, é mexer com plantação e roçar pasto – nossa vida é essa.** Mas o jovem hoje não quer mais mexer com lavoura nem roçar pasto, a preocupação nossa é essa. Se tiver futuro o turismo eles poderão ter um emprego. Alguns empregam no turismo, outros não. A preocupação maior com o turismo é a droga. A maioria hoje fuma droga, já depende dela, se não tiver ela enlouquece. Muitos deles trabalha com turismo: trabalha para comprar droga. Se a gente chama o jovem pra trabalhar na roça ele responde: “Eu, calejar minha mão? Não vou...” – esse é o problema.

(Agricultor, 42).

Que os anseios dessa população e a dimensão socioambiental e cultural do *ethos* camponês sejam incorporados aos processos de planejamento; que os extensionistas pensem duas vezes antes de tomar para si a ação quase que missionária de “conversão” do camponês em proletário e/ou “empreendedor” integrado à lógica produtivista dominante conduzida pelo *trade* turístico. Não se impõe um novo modelo de desenvolvimento econômico a uma população carente de recursos básicos, simplesmente. A inserção socioeconômica dos camponeses de Ibitipoca no turismo tem que ser vista como um processo gradativo que cabe a ELES decidir se almejam ou não para si. Antes de ser um “paraíso dos turistas” ou a “Sétima Maravilha de Minas”, Ibitipoca é a morada, é o reduto de um dos últimos remanescentes da cultura camponesa do eixo sul de Minas Gerais.

Quer entender a história recente da Serra de Ibitipoca? Então entenda a história dos homens que a fizeram e que ainda a fazem. O principal ente empírico a ser observado é a trajetória de um grupo social que num dado momento histórico viu as bases materiais de sua existência serem transformadas.

Ademais, a aspiração de se emancipar o distrito de Conceição de Ibitipoca é a anunciação irreverente do “universo do possível” que o turismo e o capital foram capazes de incitar mas não são capazes de realizar: a pretensa democracia participativa que os homens e mulheres da Serra almejam para si; a aspiração de um grupo social em guiar seu próprio destino face a redistribuição do poder político mediante o processo de intervenção social que o turismo aciona. O movimento pró-emancipação, em última instância, nada mais é do que a indignação de um contingente humano que, cansado dos planos que o mundo já fez para a Serra, anseia em demonstrar ao mundo que planos a Serra tem para si mesma. Até o momento, contudo, o que se vê são apenas sonhos emancipados.

Engenheiros florestais enxergarão o camponês de um jeito, geógrafos de outro, turismólogos de outra forma, biólogos terão seu viés particular de análise, os geólogos, economistas e sociólogos, idem, etc. **Mas só o camponês sabe o que é melhor para si.** O importante é que o camponês seja visto e se veja neste processo, e ainda, que anteveja os obtusos interesses que permeiam suas terras.

Da mesma forma, a resposta aos seus dilemas não está e nem poderia estar aqui nesta dissertação de mestrado; a resposta não poderia vir da cabeça de um único acadêmico. As evidências empíricas trazidas à superfície por esta pesquisa são apenas breves fragmentos momentâneos de um longo processo.

Ao invés de “vigiar e punir”, o Estado de MG deveria propiciar as condições necessárias para que essa população humana construa a sua própria alteridade territorial, cultural, econômica e socioambiental, no sentido de **o camponês se inserir como agente ativo de construção do desenvolvimento humano da Ibitipoca capitalista.**

Neste início de 2008, a atual administração do Parque Estadual do Ibitipoca efetivara um importante passo no intuito de promover o diálogo para com as comunidades rurais do entorno. Finalmente, começa a ser implantado na região o Projeto de Proteção da Mata Atlântica (PROMATA-MG)⁴³⁹, sob a coordenação do IEF, cujo objetivo principal é promover ações de proteção, recuperação e uso sustentável da Mata Atlântica no Estado de Minas Gerais. Dias antes da publicação desta dissertação, o Boletim Eletrônico Informativo nº 5 do PEIb trouxe em destaque uma manchete intitulada “De hectare em hectare, a volta da Mata Atlântica!”. Eis um trecho:

Os produtores rurais que aderiram ao programa demonstram grande interesse em contribuir para a recuperação de um bioma tão ameaçado. No início de 2008, técnicos do IEF realizaram análises para identificação de áreas a serem recuperadas nas propriedades do entorno do Parque. Além da recuperação ambiental, as ações do PROMATA têm um significado educativo, à medida que modifica o comportamento do homem em relação ao uso dos recursos naturais (IEF,2008,s.p.).

Nestes últimos meses, ações pontuais do IEF junto a comunidades rurais do entorno do parque apontam para a implantação de projetos relativos à educação ambiental, eco-alfabetização e segurança alimentar. Essas intervenções construtivas do IEF, apesar de

⁴³⁹ De acordo com dados levantados junto ao IEF/MG (2007; 2008), o PROMATA atua diretamente em 15 Unidades de Conservação e seus entornos, “abrangendo uma área total de 140 mil quilômetros quadrados distribuídos em 429 municípios pertencentes ao Alto Jequitinhonha, Vale do Rio Doce, Zona da Mata, Centro-Sul e Sul do Estado. Toda essa área equivale a aproximadamente 25% do território mineiro. Essa iniciativa resulta do acordo de Cooperação Financeira Brasil-Alemanha por meio do Banco Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), agente financiador do Ministério de Cooperação Internacional da Alemanha (BMZ)”. Fonte: PROMATA/IEF/MG. Disponível em <<http://www2.ief.mg.gov.br/promata/projeto.htm>>, acesso em jan.2008.

tardias, constituem um significativo marco histórico, sinalizando, ainda, para o rompimento da fronteira abstrata historicamente imposta pelo processo anômalo que criou e instituiu o Parque Estadual do Ibitipoca. Que os erros do passado sejam superados, e que as vias da gestão participativa alicercem a construção de um futuro possível: **“Educar e Construir”**, ao invés de **“Vigiar e Punir”**.

Que o IEF, de fato, distribua mudas de árvores nativas para o camponês do entorno do parque ao invés de simplesmente lhe aplicar restrições e/ou impedir que ele efetue o manejo tradicional dos recursos ambientais de que dispõe. Ou, então, que lhe incentive a desenvolver sistemas agroflorestais, no sentido de realizar a **conversão dos “discursos sustentáveis” do Estado em prática social**. Ora, pois, a cultura camponesa não deve ser vista pelos órgãos gestores do parque como um problema, mas sim, como solução:

Sentada ao pé de um velho cedro-rosa, ela mostrou-me um saco com sementes de árvores nativas. Disse-me que o futuro estava ali, guardado naquele pedaço de papel encanecido, a salvo das intempéries do tempo, e que nas primeiras chuvas de setembro seriam lançadas ao solo. No gesto simples dessa velha agricultora, há uma sublime metáfora a revelar um modo de ser e de viver. O seu ato de semear plantas silvestres é tão ou mais representativo que as idéias e/ou ações políticas, econômicas e administrativas dos ditos ambientalistas que defendem esta mesma natureza que ela. A diferença é que muitos desses “gestores ambientais” sequer sabem como os camponeses vivem e como manejam os recursos de que dispõem; mesmo assim, insistem em conceber os tradicionais manejos praticados por grupos camponeses como sendo incompatíveis com a lógica da conservação ambiental. Num ato sutil e no âmbito dos 93 anos que lhe pesam às costas, a mulher que testemunhou o controverso surgimento do Parque do Ibitipoca sequer sabia o que era um parque, de fato; tampouco conhece os sofisticados artigos da legislação ambiental brasileira; muito menos o que seria uma “ONG”, um “selo verde” ou até mesmo o próprio IEF. Mas o seu ato solitário de espalhar sementes nativas pelos campos da Serra é tão verde quanto a esperança dos que na terra estão e que nela resistem. A transmissão do *ethos* camponês é a maior das sementes conservadas por aqueles velhos que, na eminência de partir, pensam no futuro das gerações que ficam. Aos que me criticarão por esta nota, antes de afirmarem que estou sendo “ingênuo” ou “romântico”, gostaria que se questionassem o seguinte: Se esse *modus vivendi* não se encaixa no conceito ocidental de manejo dos recursos naturais, talvez haja algo de errado com estes constructos ocidentais...

(BEDIM, B. P. Diário de campo, 26/04/07).

Apesar de estar ali há mais de dois séculos e preceder à criação do próprio parque, ainda hoje esse campesinato é concebido como uma alternativa não-credível do que existe, um eventual obstáculo que o capital deva fatalmente remover. Uma vez posto como ente invisível, torna-se ainda mais vulnerável à ação do capital especulativo.

Não obstante, as unidades camponesas de produção amostradas no entorno do PEIb possuem um interessante patrimônio historicamente desenvolvido e conservado pelo

camponês: além de plantas nativas que são usadas como alimento ou remédio, há ainda as espécies domésticas rústicas como o porco piau, o milho crioulo, a araruta, aves caipiras, etc. Fala-se, aqui, em **agrobiodiversidade**. A constatação da rusticidade dessas culturas não pode ser entendida como signo de um suposto “atraso” ou como estereótipo do subdesenvolvimento tecnológico e cultural. Propõe-se, aqui, à concepção da Serra de Ibitipoca como **território biodiverso a abrigar plantas e animais silvestres e domésticos secularmente manipulados pelo homem do campo; um patrimônio genético agrobiodiverso que foi e é culturalmente produzido e ambientalmente recriado. Homens, plantas e bichos se produzem mutuamente**. Tudo porque a Serra de Ibitipoca não é um ente natural, mas resultado da ação dos homens: ela é feita pelos homens; mas ela também os produz.

Além das colheitas anuais – a maioria das quais orgânicas – o homem do campo de Ibitipoca produz ainda queijos, doces e quitutes *sui generis* muitas vezes produzidos apenas para consumo próprio. Que tal formular alternativas para se encurtar o mercado de tais produtos, melhorando a qualidade de vida dessa população e criando as condições favoráveis à sua permanência na terra?

Conforme exposto no capítulo 7, não há interface comercial entre a produção agropecuária do entorno do parque e o turismo: os camponeses nada vendem para os restaurantes e pousadas. O abastecimento destes estabelecimentos comerciais é feito a partir de produtos adquiridos no atacado, em Lima Duarte ou Juiz de Fora.

Uma alternativa razoável para estes pequenos produtores seria o escoamento da produção camponesa para os meios de hospedagem e restaurantes da Serra, encurtando-se assim o mercado e agregando valor ao produto final: o turista consumiria alimentos orgânicos que resultam da própria cultura camponesa local; quem os produz é a própria dinâmica da vida humana na Serra de Ibitipoca!

Não obstante, os tradicionais sistemas de manejo dos recursos naturais atualmente praticados pelo camponês corroboram para com a **manutenção do potencial produtivo e protetivo** dos recursos disponíveis em seu território de vida e de trabalho. Conforme visto, **o camponês produz conservando. O trade turístico conserva para produzir**.

Neste sentido, torna-se necessário repensar as funções do entorno rural das áreas protegidas, apontando novas diretrizes de planejamento territorial aplicado aos processos sociais decorrentes do turismo, analisando o rural a partir da transcendência de sua função primária de produzir alimentos – incluindo novos olhares sobre esses territórios, suas

paisagens, culturas e quadros de vida. Nesta perspectiva, a preservação do patrimônio cultural ligado a tais áreas é uma estratégia possível para que não se perca a identidade dessas populações locais – tendo em vista que as mesmas produzem e reproduzem o ambiente em que vivem, projetando suas dinâmicas sociais nos ecossistemas em que se encontram inseridas.

O camponês de Ibitipoca tem muito a nos ensinar acerca do valor econômico dos serviços prestados pela natureza. Se os turistas e empresários do *trade* turístico entendem o imaginário idílico das paisagens de Ibitipoca como algo bucólico que lhes atrai, então por que não aprendem com os camponeses da Serra que, conforme nossas amostragens, mantêm um índice percentual médio de 25,23% de matas preservadas em suas propriedades rurais? Que eles – turistas e empresários provenientes dos centros urbanos – ao retornarem ao seu respectivo lugar de origem após os feriados prolongados, **que ruralizem suas cidades ao invés de urbanizar o entorno do parque**; que plantem árvores e esverdeiem sua *urbis*, mas não acinzentem a Serra de Ibitipoca.

Ao intervir direta ou indiretamente nas dinâmicas socioambientais de seu entorno, as Unidades de Conservação representam, assim, muito mais do que simples categorias jurídicas de organização espacial – sendo necessário olhar para além de suas fronteiras. Compreender esses processos socioculturais desencadeados em espaços limítrofes às áreas naturais protegidas equivale a reconhecê-las como fenômeno de cultura, fenômeno com espírito social, cujo viés ambiental e econômico são tão importantes quanto os demais – e cuja vertente funcional tende a transformar as suas adjacências em territórios de lazer socialmente construídos.

Nesta perspectiva, as *figurações* engendradas pelo turismo em Ibitipoca não devem ser concebidas apenas como situações sociais mediadas por uma atividade econômica, e sim como um complexo processo de intervenção social capaz de alterar estruturalmente o cotidiano dos lugares. A partir do momento em que tais mecanismos de intervenção são conhecidos, podemos ampliar o entendimento sobre os fenômenos socioambientais e sobre as sociedades que os produzem, aumentando o nosso poder de atuar sobre a “realidade ambiental” através de ações que visem aos tão anunciados princípios de *sustentabilidade*, analisando-os, compreendendo-os e transformando-os no sentido da sua humanização.

Neste início de século, ainda que as sociedades estejam crescentemente se tecnificando, a problemática envolvendo o turismo e as Unidades de Conservação expõe as desigualdades e contradições do modo de produção capitalista e seus mecanismos de

expansão – face à sua capacidade de se adaptar a problemas que ele próprio criou, se reproduzindo sobre suas próprias chagas. **Simultâneo e desigual**, o dilema socioambiental dos camponeses que habitam o entorno do Parque Estadual do Ibitipoca perfaz um fragmento do tecido social a ser incorporado efetivamente na gestão desta U.C., como enunciação de uma era em que homem não pode mais negligenciar o futuro e destruir a natureza como se não fizesse parte dela.

O “**Paraíso do Capital**”, por sua vez, consiste na lógica econômica inerente aos processos verificados no entorno do Parque Estadual do Ibitipoca, em que a apropriação privada da natureza preservada se apresenta enquanto força produtiva em potencial. Deste contexto, a (re)distribuição do custo social da renda da terra incorpora uma dimensão “*ecologicamente correta*” que permite ao capitalista a sua posteriori utilização enquanto reserva de valor – a manutenção de um pretense *status quo* ambiental que, no futuro, poderá ser usado a título de medida compensatória. Na outra face do Janus, porém, um grupo social (campesinato) viu as bases materiais de sua existência serem transformadas ao longo das últimas décadas: a intervenção sobre o modo de vida de uns a subvencionar a conservação dos atributos ecológicos de um território cuja biodiversidade, em tese, deveria ser resguardada para o bem comum de toda a sociedade.

A gestão das Unidades de Conservação, assim, deve ampliar a sua abrangência temporal no sentido de acompanhar a série histórica que permeia as transformações estruturais subseqüentes à criação e implantação dos parques e reservas, no sentido de admitir, inclusive, os eventuais efeitos do desenvolvimento social não-planejado – aquele que escapa ao controle humano imediato – que nenhum gestor ambiental, sob o ar refrigerado de seu gabinete, foi, é, ou será capaz de prever ou solucionar a partir de fórmulas de planejamento pré-concebidas. A não ser que se resolvam todas as contradições dos “Paraísos do Capital”.

Como visto, o não-planejamento social do desenvolvimento econômico e das outras esferas funcionais da vida humana em Ibitipoca trouxeram conseqüências indesejáveis a médio prazo. Em última instância, tais processos se traduzem enquanto pedaços da história humana sobre a Terra. Tem-se aqui um breve fragmento do globo expresso no percurso histórico dessa tal Serra de Ibitipoca **moldada pelos ventos,**

Esculpida pelas águas,

Transformada pelos homens.

9 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ARQUIVÍSTICAS

9.1 – FONTES PRIMÁRIAS

ANDRADE, P. M. *Proposta Preliminar para o Zoneamento do Parque Estadual do Ibitipoca/MG*. Belo Horizonte: IEF – Diretoria de Parques e Reservas Equivalentes, 1988. 6p.

ARQUIVOS BIBLIOTHECA NACIONAL. *Carta de Bernardo Corrêa de Sousa Coutinho, escrita no Rio de Janeiro em 29 de julho de 1694, e endereçada a D. João de Lancastro – Governador e Capital Geral do Estado*. In: Documentos Históricos (1675 – 1709). Correspondência dos Governadores Geraes: Provisões 1664 – 1668. Vol. XI da série e IX dos Docs. da Bibliotheca Nacional. Rio de Janeiro: Augusto Porto & C., 1929.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM). *Inventário do Fundo Repartição Especial de Terras Públicas*. Belo Horizonte: APM/ Secretaria de Estado da Cultura, jan.2005. 16p.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE IBITIPOCA - AMAI. *Recenseamento da população do distrito de Conceição de Ibitipoca; levantamento do número de estabelecimentos comerciais, meios de hospedagem, automóveis e domicílios*. Ibitipoca,: AMAI, maio de 2005. (Resultados Preliminares)

BRASIL. *Lei Imperial nº 601, de 18/09/1850*. (Conhecida como **Lei de Terras de 1850**. Entre suas atribuições, define as terras devolutas como propriedade do Estado).

_____. *Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964*. Dispõe sobre o Estatuto da Terra; regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais.

_____. *Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965*. Institui o Novo Código Florestal.

_____. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo/ Ministério do Meio Ambiente. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília: Embratur/Ibama, 1994.

_____. *Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Dispõe sobre o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <<http://www.ibama.cjb.net>>. Acesso em fev. 2006.

_____. *Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001*. Altera artigos e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15/09/1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art.10 da Lei nº 9.393 de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e dá outras providências.

_____. *Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006*. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE. *Lei Municipal nº 1.126/2000*. Cria o Código de Posturas do Município de Lima Duarte – MG e dá outras providências.

_____. *Lei Municipal nº 1.155, de 19/11/2001*. Estabelece normas referentes à Organização da Ocupação e Uso do Solo do Distrito de Conceição de Ibitipoca e dá outras providências. 25p.

_____. *Projeto de lei nº 27/2001*. Estabelece normas referentes à organização da ocupação e uso do solo do Distrito de Conceição de Ibitipoca e dá outras providências.

CATÃO et al, Guaracy Duque Viriato. *Serra de Ibitipoca – Município de Lima Duarte. (Relatório da Comissão de cientistas, presidida por Guaracy Catão, encaminhado ao então governador de Minas Gerais José de Magalhães Pinto, cujo objetivo era definir um uso para as terras devolutas da Serra de Ibitipoca)*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Agricultura, 1964. 5p. (Relatório).

COMISSÃO DE ECONOMIA DA ALMG. Composta pelos Deputados: LOURIVAL BRASIL; VASCONCELOS, Fábio; ABI-AKEL, Ibrahim; COSTA, Manoel; ASSAD, Mário; SOUTO, Humberto. *Requerimento nº 793 encaminhado pelos deputados da Comissão de Economia da ALMG ao presidente da Assembléia Legislativa de Minas, em 27/06/1973. (Solicita construção de rodovia ligando Lima Duarte ao Parque Florestal do Ibitipoca)*. Minas Gerais, *Diário do Legislativo, Belo Horizonte*, p.2, 29 jun. 1973.

ESCRITURA PÚBLICA lavrada no Cartório do Segundo Ofício de Notas de Belo Horizonte em 29/12/1965, Livro 546 C, fls. 72 a 74, e transcrita sob o nº 11.456, fls 15, do Livro “3-I” do Registro de Imóveis da Comarca de Lima Duarte em 30/05/1966. Tal escritura confere ao Instituto Estadual de Florestas (IEF) todo o domínio, posse, direito e ação sobre o imóvel rural da chamada “Fazenda de Ibitipoca”, incorporada ao patrimônio do IEF em 29/12/1965.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. *Plano Diretor de Organização Territorial e Desenvolvimento do Turismo em Conceição de Ibitipoca*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2000. 313 p.

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil 1998*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

_____. *Censos demográficos: 1980, 1991 e 2000*.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). *Ofício nº 370/72 (EPM/mps) assinado pelo presidente do IEF, Edson Potsch Magalhães, e encaminhado ao Deputado Estadual Lourival Brasil em 16/10/1972. (Resposta a uma carta de Lourival Brasil enviada ao IEF em 11/10/1972)*.

_____. *Ofício encaminhado pelo Presidente do IEF Edson Potsch Magalhães ao Secretário de Agricultura de MG, Alysson Paulinelli. Esclarece acerca da situação fundiária das terras de Ibitipoca, relata a atuação do encarregado pela área (Jacinto Lage) e emite parecer favorável à criação do Parque*. Belo Horizonte, IEF, 16 out. 1972.

_____. *Parque Florestal de Ibitipoca: características. (MEO/ mgm)*. Belo Horizonte: IEF, 17/05/1980. 4p. (Separata. Contém informações gerais sobre o parque seguidas de um relatório sobre a inauguração, pelo Secretário de Agricultura Gerardo Renault, das obras de implantação do Parque num cerimonial realizado na Serra em 17/05/1980).

_____. *Lista de convidados para a solenidade de inauguração das obras públicas do Parque Estadual do Ibitipoca*. Belo Horizonte: IEF, 1984. 4p.

_____. *Parque Florestal do Ibitipoca*. Belo Horizonte: IEF/Diretoria de Parques e Reservas Equivalentes, [s.d.]. 74p.

_____. *Ofício interno encaminhando ao órgão central do IEF gráficos referentes à frequência de campistas e visitantes no Parque Estadual do Ibitipoca, período de 1988 a 1995. Dados coletados pela engenheira florestal Maria Rita de Cássia Amâncio, ex-diretora do Parque*. Belo Horizonte, 11 abr. 1996.

_____. *Frequência anual total de visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca, referentes ao período de 1995 a 2007. (Dados consultados em maio 2005 na sede administrativa do Parque e atualizados em jan.2008)*.

_____. *Estudo da Demanda Turística nos Parques Estaduais de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Núcleo de Estratégias de Ecoturismo (NET/IEF), 2006.

_____. *Boletim Eletrônico Informativo do Parque Estadual do Ibitipoca*, nº 01 ao nº 05, Conceição de Ibitipoca, 2007/2008. (Elaboração: Clarice N. L. Silva. Supervisão: ASCOM/SISEMA).

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS – IEF; BRANDT Meio Ambiente. *Parque Estadual do Ibitipoca: levantamento dos aspectos históricos e culturais*. Belo Horizonte, 1994a, v.1. 50p. (Relatório / versão preliminar)

_____. *Parque Estadual do Ibitipoca: levantamento dos aspectos históricos e culturais*. Belo Horizonte, jan.1994(b), v.2. (Versão preliminar do relatório técnico final, contendo em anexo algumas fontes consultadas). 32p. Anexo contendo 44 fls.

_____. *Parque Estadual do Ibitipoca: levantamento dos aspectos históricos e culturais*. Belo Horizonte, 1995, v.1. (Relatório Técnico Final).

KRIEGER, Leopoldo; CÂMARA, U.C.; ALMEIDA, E.L. de; CASTRO, J.G.de; GUARES, M.A.F.; SOUZA, L.T.; BRUGGER, M.C.; SOUZA, R.R.; OLIVEIRA, M.R.de. *Relatório da 3ª Expedição ao Parque Estadual da Serra de Ibitipoca*. Juiz de Fora: UFJF; CES, 1973. 4p. (Relatório).

KRIEGER, Leopoldo. *Relatório sobre o Parque Estadual do Ibitipoca – MG*. Juiz de Fora: UFJF, 1976. 3p. (Relatório).

LOURIVAL BRASIL. *Discurso proferido pelo Deputado Estadual Lourival Brasil em 27/10/1972, durante a 276ª Reunião Ordinária da Assembléia Legislativa de MG*. Recebido na Seção de Composição da Assembléia em 07/11/1972. (Atas das respectivas seções).

_____. *Discurso proferido pelo Dep. Lourival Brasil em 27/06/1973, na Sala das Reuniões/ Comissão de Economia da Assembléia Legislativa de MG, encaminhando ao presidente da Assembléia o requerimento nº 793 (Solicita construção de rodovia ligando Lima Duarte ao Parque Florestal do Ibitipoca)*. Minas Gerais, *Diário do Legislativo*, Belo Horizonte, p.2, 29 jun. 1973.

_____. *Comunicação do Deputado Estadual Lourival Brasil ao governador Rondon Pacheco agradecendo a remessa do projeto de lei nº 748/73 à Assembléia Legislativa (MG)*. Belo Horizonte, 18 mai. 1973. Comunicação publicada a posteriori no *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 10 ago. 1973.

_____. *Parque Florestal de Ibitipoca*. Discurso proferido pelo Dep. Lourival Brasil na Assembléia Legislativa, relatando a caravana de mais de 50 pessoas, entre jornalistas, representantes do IEF, da Embratur e da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Turismo (MG). Comunicação publicada a posteriori no *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, agosto/ 1973.

MINAS GERAIS. *Lei nº 2.606, de 05 de janeiro de 1962*. (Cria o Instituto Estadual de Florestas/MG). *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 05 jan. 1962.

_____. *Projeto de Lei nº 742/73*. (Propõe a criação dos Parques Florestais de Ibitipoca e Jaíba), encaminhado em 17/05/1973 à Assembléia Legislativa pelo Secretário de Agricultura Alysson Paulinelli, a pedido do governador Rondon Pacheco. Projeto inicial publicado a posteriori no *Diário oficial do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 10 ago. 1973.

_____. *Decreto-lei nº 6126 de 04 de julho de 1973*. Cria e institui os Parques Florestais do Ibitipoca e do Jaíba. *Diário oficial do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 04 jul. 1973.

_____. “Foram visitar o Parque Estadual do Ibitipoca”. *Diário oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 08 ago. 1973*. (Duplicata da notícia de que uma caravana de professores, jornalistas, agentes de viagem, técnicos florestais e políticos foram visitar o parque recém-criado. Republicação a posteriori, no mesmo jornal, em 10/08/73, anexada ao projeto de criação do parque).

_____. Portaria nº 36, de 03 de março de 2003. Estabelece normas de visitação e utilização das dependências do Parque Estadual do Ibitipoca e dá outras providências. *Diário oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 03 mar. 2003*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Ofício nº 61/Br, de 12/02/1973, encaminhado pelo Subchefe de Gabinete do Ministério ao Dep. Lourival Brasil*. Ofício assinado por Maurício Cantalico de Medeiros, em resposta à solicitação de criação do Parque do Ibitipoca feita por Lourival Brasil em 28/09/1972. O ofício informa que a propriedade rural do distrito de Ibitipoca deveria ser transformada em Parque Estadual, por pertencer ao IEF/MG. Brasília, Gabinete do Ministro da Agricultura, 12/02/1973.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE. Dados censitários e informações socioeconômicas relativos ao distrito de Conceição de Ibitipoca. Dados coletados em maio de 2005.

SECRETARIA DE AGRICULTURA DE MINAS GERAIS. *Comunicação nº 1.754/73, de 14/05/1973*. Encaminhamento, pelo Secretário de Agricultura Alysson Paulinelli, do Projeto de Lei nº 748/73 ao governador Rondon Pacheco. *Diário oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 10 ago. 1973*. (Publicado à posteriori).

9.2 – REFERÊNCIAS HISTÓRICAS SOBRE IBITIPOCA: VIAJANTES, CRONISTAS E OUTROS AUTORES

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1976. 366 p. (Reconquista do Brasil).

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. 429 p.

DELGADO, Alexandre M. *Memória histórica sobre a cidade de Lima Duarte e seu município*. Juiz de Fora: Edição do autor, 1962. 340 p.

LIAIS, Emmanuel. *Climats, Géologie, faune et Géographie Botanique du Brésil*. Paris: Garnier Freres, 1872

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais: 1837*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979, v.II.

_____. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais: 1837*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979, v.I. (Índice das matérias).

MENEZES, Eduardo. *A Revolução Mineira de 1842*. Juiz de Fora: Tipografia do Brasil, 1913.

MILLIET DE SAINT-ADOLPHE, J. C. R. *Dicionário Geográfico Histórico e Descritivo do Império do Brazil*. Paris: [s.n.], 1845.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822*. Trad. rev. e prefácio de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. (Reconquista do Brasil).

SENNA, Nelson de. Principaes povos selvagens que tiveram o seo “habitat” em território das Minas Geraes. *Revista do Archivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas, ano XXV, julho de 1937, v.1.

_____. A distribuição geográfica das tribus indígenas do Brasil: sua ethnogenia. *Revista do Archivo Público Mineiro*. Anno XXV, 1937. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas, p.157-176, 1938.

SILVEIRA, Alvaro Astolpho da. *Memorias Chorographicas*. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1921, v.1. 353 p.

_____. *Fontes, chuvas e florestas*. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1923.

9.3 – ARTIGOS E/OU REPORTAGENS DE JORNAIS E REVISTAS

BEDIM, Bruno P. Olhares da Serra. *Jornal Guia da Serra*, Juiz de Fora, n. 27, p.4, abr. 2005.

_____. Expedições, viajantes e mascates: os primórdios da hospitalidade em Ibitipoca. *Jornal Guia da Serra*, Juiz de Fora, n.28, p.10, 2006.

_____. Delírios Tropicais: a invenção inglesa da “colossal” mina de ouro do Ribeirão da Conceição. *Jornal Guia da Serra*, Juiz de Fora, v.29, 2007.

BERMAN, Deborah. Ibitipoca: com o boom do turismo, o arraial se adapta a uma nova vida. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, 22 jul. 1995.

CASTRO, Laura. Parque de Ibitipoca recebe 17 mil visitantes. *Jornal Zona da Mata*. Juiz de Fora, 20 fev. 1994.

COSTA, Vasconcelos. Serra do Ibitipoca. *Revista da Sociedade Ornitológica Mineira*, [s.l.], n.19, p.13, 1979.

_____. Flores da Solidão. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 10 ago. 1973.

DIÁRIO DA TARDE. *Turistas já podem visitar o Parque de Ibitipoca*. Diário da Tarde, Belo Horizonte, 19 mai. 1980.

DIÁRIO DE MINAS. *IEF faz reunião com prefeitos para ver Parque Florestal*. Diário de Minas, Belo Horizonte, 07 ago. 1974.

_____. *IEF assina convênio com o D.E.R. para eletrificação de Ibitipoca*. Diário de Minas, Belo Horizonte, 16 mar. 1975.

DIÁRIO DO COMÉRCIO. *IEF faz convênio para melhorias no Parque de Ibitipoca*. Diário do Comércio, [s.l.], 18 mar. 1975.

DIÁRIO MERCANTIL. *Abandono empobrece a Serra* (subtítulo). Juiz de Fora, 12 dez. 1971. (reportagem com título ininteligível).

_____. *Botânicos querem centro de pesquisa*. Juiz de Fora, p.5, 01 mar. 1977.

ESTADO DE MINAS. *Serra de Ibitipoca provoca polêmica*. Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, 09 jul. 1975.

- _____. *Parque (Tome Nota). Estado de Minas, Belo Horizonte, 19 mar. 1974.*
- _____. *Ibitipoca. Estado de Minas, Belo Horizonte, 06 ago. 1974.*
- _____. *Melhor agora o Parque Florestal de Ibitipoca. Estado de Minas, Belo Horizonte, 21 ago. 1974.*
- _____. *Ibitipoca (Tome Nota). Estado de Minas, Belo Horizonte, 06 set. 1974.*
- _____. *Turismo em Ibitipoca não prejudica a botânica. Estado de Minas, Belo Horizonte, 22 abr. 1975.*
- _____. *Implantação do Parque Florestal de Ibitipoca. Estado de Minas, Belo Horizonte, 31 jul. 1976.*
- _____. *Universitários da UFJF estudam ecologia na Serra de Ibitipoca. Estado de Minas, Belo Horizonte, 28 jul. 1977.*
- _____. *Preservação do Parque de Ibitipoca, pedem os alunos e professores da UFJF. Estado de Minas, Belo Horizonte, 12 ago. 1977.*
- FELIPE, Carlos. *Ibitipoca: aqui o céu abriu a sua janela. Estado de Minas, Caderno Turismo, Belo Horizonte, p.6-7, 13 ago. 1998.*
- FONSECA, C. *O turismo verde invade as serras de Minas. Revista Prática Hospitalar, [S.l.], ano 6, v.6, n.3, 42-3, abr./mar. 1991.*
- JORNAL DE CASA. *Ibitipoca: fica em Minas o maior grupo de grutas, em extensão e diâmetro, do continente. Jornal da Casa, Belo Horizonte, 7 a 13 ago. 1994.*
- LEAL, Henrique. *A festa da natureza: os turistas descobrem o parque do Ibitipoca e já preocupam os conservacionistas mais radicais. Isto é Minas, n.21, Belo Horizonte, p.4-9, 15 abr. 1992. (Parte integrante da Revista ISTO É, n.1176).*
- LYRA, M. *Parque de Ibitipoca tem “janela” para o céu. Folha de São Paulo, Caderno Turismo, São Paulo, p.6-10, 09 mai. 1991.*
- MAUAD, Isabel Cristina. *“...E Deus criou Ibitipoca. Vá ao encontro dela...”. Diário Mercantil, Juiz de Fora, p.7, 07 out. 1974.*
- O GLOBO. *Projeto transforma Serra e cria parque para desenvolver turismo. Caderno Turismo, O Globo, Rio de Janeiro, p.4, 11 a 20 jun. 1973.*
- PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE (PMLD). *Recorte de divulgação do município de Lima Duarte publicado no Diário Mercantil em 07/10/74, ao lado de uma reportagem assinada por Isabel Cristina Mauad sobre o Parque do Ibitipoca. Diário Mercantil, Juiz de Fora, p.7, 07 out. 1974. (Recorte assinado pelo prefeito municipal Liandyr de Paula Guimarães e pelo Presidente da Câmara Hilton de Paiva).*
- RESENDE, Terezinha Cristina C. *O mistério da bola de fogo. Jornal Guia da Serra, Juiz de Fora, n. 24, p.4, abr. 2004.*
- REVISTA DOMINGO. *Onde tudo são flores: Ibitipoca, em Minas, atrai pesquisadores do exterior e é opção de lazer para os cariocas. Domingo, n.858, Caderno Viagem, Rio de Janeiro, p.14-18, 11 out. 1992.*
- REVISTA VISÃO. *Um pedaço de Paraíso. Visão, [s.l.], p.108-111, 25 jun. 1984.*

RICHARD, Fernando. Aqui é Ibitipoca: sejam bem-vindos. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 nov. 1976. (Separata/ Secretaria de Estado da Agricultura – IEF/ Pasta Parques Estaduais, n.4, 17 nov. 1976).

TRAVASSOS, Miriam. *Leopoldo Krieger, o homem das mil e uma plantas, não pode pesquisar em Ibitipoca*. *Diário Mercantil*, Juiz de fora, 09 set. 1979.

TRIBUNA DE LIMA DUARTE. *Serra de Ibitipoca, um paraíso perdido*. Lima Duarte, 22 mar. a 05 abr. 1987.

TRIBUNA DE MINAS. *Parques de Minas: Ibitipoca e Rio Doce*. Juiz de Fora, p.2-17, out. 1996. (Suplemento especial publicado na edição de aniversário da Tribuna de Minas, 28p.).

VALE, Célio Murilo. Parques e Reservas de Minas Gerais. Parque Estadual de Ibitipoca. *Minas Ambiente – Informativo da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia*, n.9, p.4, 1986.

9.4 – BIBLIOGRAFIA GERAL

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, [s.l.], v. 4, n. 2, p.1-19, março/2000a.

_____. *Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000b. (Texto para Discussão nº 702).

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais.

In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. p.13-35.

ADORNO, Theodor W. Tempo livre. In: _____. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.112-127.

_____. Résumé sobre indústria cultural. In: *Ohne Leitbild*. Frankfurt: Parva Aesthetica. Suhrkamp, 1967. Trad. Carlos Eduardo Machado. (Mimeo).

ALBERTI, Verena. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1990. 202p.

ALENCAR, E.; MOURA FILHO, J. A. Unidade de produção agrícola e administração rural. *Revista Informe Agropecuário – EPAMIG*, Belo Horizonte, n.157, p.25-29, 1988.

ALFREDO, Anselmo. O mundo moderno e o espaço: apreciações sobre a contribuição de Henri Lefebvre. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n.19, p.53-79, 2006.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes(orgs.) *Usos e abusos da História Oral*. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 304p.

AMARAL, Amadeu. *Tradições populares*. São Paulo: Hucitec, 1976.

ANDERSON, W.A.; PARKER, F.B. *Uma introdução à sociologia*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Uma pedra no meio do caminho: biografia de um poema*. (Apresentação de Arnaldo Saraiva). Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1967.

AOUN, Sabáh. Paraíso à vista – os jardins do éden oferecidos pelo turismo. In: RODRIGUES, A.B. (org.). *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, 2003. p.15-27.

ARON, Raymond. *O Marxismo de Marx*. Trad. Jorge Bastos. São Paulo: Arx, 2003.

ASSUMPÇÃO, Alessandra de F. A.. Avanços e entraves no processo de descriminalização da maconha. In: *XII Congresso Brasileiro de Sociologia: Sociologia e Realidade – Pesquisa Social no século XXI*. Belo Horizonte: Anais do evento, jun. 2005.

BARRETTO, M. As ciências sociais aplicadas ao turismo. In: SERRANO, C.; BRUHNS, H. T.; LUCHIARI, M. T. D. P. (Org.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papirus, 2000. p. 17-36. (Turismo)

_____. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. *Turismo em Análise*, São Paulo, USP, v.15, n.2, p.133-149, nov. 2004.

BEDIM, Bruno P. O Programa de Turismo do Parque Estadual do Itacolomi: Significados, Reflexos e Perspectivas no Âmbito Regional. In: *Encontro Nacional de Turismo com Base Local*. Curitiba: Ed. UFPR/ UNICENP, 2004. Anais. 16p.

_____. *Turismo e Mudanças Socioculturais em Conceição de Ibitipoca*. 2005. 99f. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Departamento de Turismo / UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto.

_____. “Conflitos no Paraíso”: a problemática socioambiental envolvendo turistas, Instituto Estadual de Florestas e a população rural do entorno do Parque Estadual do Ibitipoca – 1973/ 2006. In: *XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária: Perspectivas Teórico-Metodológicas da Geografia Agrária*. Anais do evento. Rio de Janeiro: UERJ-IBGE-UFRJ, 2006a, v.1, 23p.

_____. “Memórias do Campo”: Considerações metodológicas sobre o uso da história oral em estudos rurais. In: *XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária: Perspectivas Teórico-Metodológicas da Geografia Agrária*. Anais. Rio de Janeiro: UERJ-IBGE-UFRJ, 2006b, v.1, 16p.

_____. O espaço capitalista da natureza e seu (contra) uso turístico: a dialética da visitação pública em áreas protegidas – um ensaio teórico. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v.7, n.3, UFRJ-IVT-Faperj, outubro de 2007, p.75-89. (ISSN 1677-6976). Disponível em < <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/> >.

_____. Os usos culturais do tempo no limiar de um destino turístico: da temporalidade camponesa aos ritmos diferenciados da experiência do tempo em Ibitipoca. *Revista Eletrônica de Turismo Cultural (ECA-USP)*, São Paulo, n.2, v.2, 2007. (ISSN - 1981-5646). Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/turismocultural>>.

_____. Maurice Halbwachs e a inserção do espaço na memória coletiva: refletindo a materialização social da percepção ambiental. *Ciência & Tecnologia – OLAM*, Rio Claro (SP), Aleph-Unesp, v.7, n.1, mai.2007, p.813-817. (ISSN 1519-8693).

_____. A dialética do turismo em áreas naturais protegidas. *Ciência & Tecnologia – OLAM*, Rio Claro (SP), Aleph-Unesp, v.7, n.1, mai.2007, p.1040-1044. (ISSN 1519-8693).

_____. “Era sólido e se recompôs no ar”. O lugar histórico do camponês no mundo moderno. In: *VII Encontro Nacional da ANPEGE: Espacialidades contemporâneas – o Brasil, a América Latina e o Mundo*. 2007, Niterói (RJ). 16p.

BEDIM, Bruno P. Turismo, Espaço e Tempo Social: acepções teóricas da modernidade em movimento. *Revista Geografias (UFMG)*, Belo Horizonte, v.4, n.1, 2008, [no prelo]. (ISSN 1808-8058).

_____. Implantação e uso público do Parque Estadual do Ibitipoca (MG): a violência simbólica do Estado no limiar de um território camponês. *Revista Floresta e Ambiente*, v.14, n.2, UFRRJ, Seropédica (RJ), 2007, [no prelo]. (ISSN 1415-0980).

_____. Perspectivas conceituais na controvérsia da abstração: o lugar histórico do camponês no mundo moderno. *Revista Geografias (UFMG)*, Belo Horizonte, v.3, n.2, 2007, p.72-88. (ISSN 1808-8058).

BEDIM, Bruno P.; PAULA, Heber Eustáquio. “Relatos Visitados”: História Oral e Pesquisa em Turismo e Hospitalidade. Considerações teórico-metodológicas. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v.7, n.1, UFRJ-IVT-Faperj, 2007, p.63-77. (ISSN 1677-6976). Disponível em < <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/> >.

_____. O processo de intervenção social do turismo em comunidades receptoras: considerações a partir de um ensaio etnográfico. In: *IV Semintur – Seminário de Pesquisas em Turismo do Mercosul*. Anais do evento. Caxias do Sul (RS): SEMINTUR/ ANPTUR, 2006, v.1, 15p.

BEDIM, Bruno P.; TUBALDINI, M. A. S. Turismo e populações rurais do entorno de Unidades de Conservação: dilemas socioambientais entre diferentes formas de apropriação do território. *Ciência & Tecnologia – OLAM*, Rio Claro (SP), v.6, n.2, dez.2006(a), p.356-376. (ISSN 1519-8693).

_____. A chegada do ‘outsider’ ao rural-paraíso: novos atores e relações econômicas e sociais no contexto turístico da Serra de Ibitipoca (MG). *Revista USP Agrária (DG/FFLCH/USP)*, São Paulo, n.5, v.2, 2006, p. 04-39. (ISSN 1808-1150). Disponível em < <http://www.geografia.ffe.usp.br/revistaagraria/revista.htm> >.

_____. The social configurations caused by the tourism in Conceição de Ibitipoca village, MG (Brazil): news relations and strategies of social distinction in the rural space. In: *VII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural: La Cuestión Rural em América Latina: Exclusión y Resistência Social ¿ Por um agro con soberania, democracia y sustentabilidad ¿*. Quito – Equador: ALASRU-FLACSO, 2006(b), v.1, 21p.

_____. Turismo e Mudanças Socioculturais em Conceição de Ibitipoca: da reestruturação da esfera produtiva à chegada de novos atores sociais, um espaço rural em transformação. In: *XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural: Questões Agrárias, Educação no campo e Desenvolvimento*. Fortaleza: SOBER, jul.2006(c). Anais. 20p.

_____. “Para além da Unidade”. O entorno ‘rural’ de Unidades de Conservação abertas à visitação pública: novos atores, conteúdos e funções. In: *VII Encontro Nacional da ANPEGE: Espacialidades contemporâneas – o Brasil, a América Latina e o Mundo*. 2007, Niterói (RJ). 15p.

BENI, Mário Carlos. *Análise Estrutural do Turismo*. 6.ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

_____. Conceituando turismo rural, agroturismo, turismo ecológico e ecoturismo. In: BARRETO, M; TAMANINI, E. (Orgs.). *Redescobrimo a ecologia do turismo*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002. p.31-34.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. 2.ed. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n.14, p.107-117, 2003.

BOSI, Alfredo. Plural, mas não caótico. In: _____. (Org). *Cultura brasileira: temas e situações*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1992. p.7-15.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 1990. 234p.

_____. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre, et al. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. *Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A cultura na rua*. Campinas (SP): Papirus, 1989.

_____. *O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da Serra da Mantiqueira, em Joanópolis*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1999. (Coleção Pesquisas).

_____. Sobre a tradicionalidade rural que há em nós. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p.121-131.

BRUHNS, Heloisa Turini. Considerações para uma história do lazer no Brasil. In: *Introdução aos estudos do lazer*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997. p.61-72.

CAMARA CASCUDO, Luis da. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 5.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

CAMARGO, Aspásia. *Quinze Anos de História Oral: Documentação e Metodologia* (apresentação). In: ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 10.ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O consumo do espaço. In: _____ (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p.173-186.

CARNEIRO, Henrique Soares. O múltiplo imaginário das viagens modernas: ciência, literatura e turismo. *História: Questões & Debates*, Curitiba, UFPR, n.35, p. 227-247, 2001.

CARNEIRO, M. J.; FERREIRA, H. C. H. Conservação ambiental, turismo e população local. *Cadernos Ebape/FGV*, [s.l], Edição temática 2005, pp.1-13. Disponível em <www.ebape.fgv.br/cadernosebape>, Acesso em junho/2006.

CARNEIRO, Maria José. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, J.R.; COSTA, L.F.C. (Orgs.). *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p.223-240.

CASTELLI, Geraldo. *Hospitalidade na perspectiva da gastronomia e da hotelaria*. São Paulo: Saraiva, 2005

- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP, 2000. p. 165-180.
- CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- CHONCHOL, Jacques. *Paysans a venir: lês sociétés rurales du Tiers Monde*. Paris: La Decouverte, 1986.
- CLAVAL, P. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L.(Orgs.). *Matrizes da geografia cultural*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- COMERFORD, John. Comunidade Rural. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp.112-120.
- COMPAGNON, Antoine. *Os cinco paradoxos da modernidade*. Trad. C.P.B. Mourão; C.F. Santiago; Eunice D. Gálery. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- COOPER, C. et al. *Turismo, princípios e prática*. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- CORIOLOANO, Luzia Neide. Turismo e meio ambiente: interfaces e perspectivas. *Ciência & Tecnologia – OLAM*, Rio Claro (SP), v.6, n.2, dez.2006(a), p.335-3355.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986.
- COSTA, Geraldo Magela. Análise de processos socioespaciais: contribuições metodológicas a partir da teoria e de resultados de pesquisas. *GEOgraphia – Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF*, Rio de Janeiro, n.13, ano 7, p.29-47, set. 2005.
- COUTINHO, L. M. O Cerrado e a Ecologia do Fogo. *Ciência Hoje, Edição Especial*, 1992, p.130-138.
- DEMO, Pedro. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1985.
- DENZIN, Normam; LINCOLN, Yvonna. Introduction: entering the field of Qualitative Research. In: DENZIN, Normam; LINCOLN, Yvonna (eds). *Handbook of Qualitative Research*. London: Sage Publications, 1994. p. 1-17.
- DESCARTES, René. Discurso do Método. In: *Descartes: Os pensadores*. Trad. J. Guinsburg e Bento Pardo Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores).
- DIAS, Reinaldo. *Sociologia do Turismo*. São Paulo: Atlas, 2003.
- DIAS, Herly C. Teixeira; FERNANDES FILHO, Elpídio; SCHAEFER, Carlos Ernesto; FONTES, Luiz Eduardo; VENTORIM, Leonardo Barros. Geoambientes do Parque Estadual do Ibitipoca, município de Lima Duarte – MG. *Revista Árvore*, Viçosa, v.26, n.6, p.777-786, 2002.
- DIEGUES, Antonio Carlos S. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. S. (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP, 2000. p. 1-46.
- _____. *O mito moderno da natureza intocada*. 4.ed. São Paulo: Annablume: Hucitec: Núcleo de Apoio a Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2002.

- DIEGUES, A. C.; NOGARA, P.J. *O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamaguá –Parati – Rio de Janeiro*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994. 187p.
- DIEGUES JR., Manuel. Populações rurais brasileiras. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Orgs.). *Vida Rural e Mudança Social*. 3.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. p.121-131.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Trad. de Maria Isaura Pereira de Queiroz. 9.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. (Biblioteca Universitária)
- EISENSTADT, S. N. *De geração a geração*. Trad. Sérgio Pomerancblum. São Paulo: Perspectiva, 1956.
- ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. *Sobre o tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. *Escritos & Ensaio: Estado, Processo, Opinião Pública*. (Apresentação e organização: Federico Neiburg; Leopoldo Waizbort). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON; J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, E. *Deporte y ocio en el proceso de la civilización*. México: Fôndo de Cultura Económica, 1992.
- FERREIRA, Aurélio B. de H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERNANDES, Florestan. *Mudanças Sociais no Brasil: Aspectos do Desenvolvimento da Sociedade brasileira*. 3.ed. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel/Difusão Editorial, 1979.
- FERNANDEZ, Fernando A. S. *O poema imperfeito: Crônicas de Biologia, Conservação da Natureza e seus Heróis*. Curitiba: Ed. UFPR, 2000.
- FILETTO, Ferdinando. Espaço econômico e social do ecoturismo. In: VITORINO, M.R.; FONTES, M.A.L.; FILETTO, F. (Orgs.). *Introdução ao turismo responsável*. Lavras: UFLA/FAEPE, 2004. p.31-70.
- FONTELES, José Osmar. *Turismo e Impactos Socioambientais*. São Paulo: Aleph, 2004.
- FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Trad. Maria Isabel Erthal Abdenur. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Estudos Brasileiros).
- FONTES, L.E.F, et al (org.). *Contribuições para elaboração do plano de manejo integrado e participativo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e entorno*. Viçosa: UFV, 2000.
- FOSTER, John Bellamy. *A Ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Trad. Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FRANÇA, Bruno César. *Plantas do cerrado utilizadas pela população humana na zona de amortecimento do Parque Nacional da Serra da Canastra – MG*. Lavras: Ed. UFLA, 2002.
- FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A C. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 7.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. 242 p. (Aprender)

- FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3.ed. São Paulo: Kairós, 1983.
- FUKUI, Lia Freitas Garcia. *Sertão e Bairro Rural: parentesco e família entre sitiantes tradicionais*. São Paulo: Ática, 1979. (Ensaio 58).
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. *Plano Diretor de Organização Territorial e Desenvolvimento do Turismo em Conceição de Ibitipoca*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2000. 313 p.
- GEERTZ, Clifford. *El antropólogo como autor*. Buenos Aires: Ed. Paidós Ibérica, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- GIULIANI, Gian Mario. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.14, p.59-67, out.1990.
- GOMEZ-POMPA A.; KAUS, A. Taming the wilderness myth. *BioScience*, v.42, n.4, p.271-279, 1992.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des) caminhos do meio ambiente*. 11.ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Temas Atuais)
- GONTIJO, Bernardo Machado. *A ilusão do ecoturismo na Serra do Cipó/MG: o caso de Lapinha*. 2003. 192f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.
- GRYNSZPAN, Mario. Posseiro. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.373-376.
- GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antonio José Teixeira. *Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico*. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e Caminhos de Minas (1700/1750). *Revista do Departamento de História*, Fafich/UFMG, Belo Horizonte, n.4, p.85-99, jun.1987.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. Niterói: Eduff; São Paulo: Contexto, 2002.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 14.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. *Território*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.77-85, jul./dez. 1997.
- IANNI, Octavio. *Dialética e Capitalismo*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- _____. *Enigmas da Modernidade-Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- JACOVINE, L.A.G.; NETO, P.S.F.; TEIXEIRA, M.C.C. Aspectos econômicos, relação com o entorno e educação ambiental. In: FONTES et al, L.E.F. *Contribuições para elaboração do plano de manejo integrado e participativo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e entorno*. Viçosa: UFV, 2000. p. 103-111.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes.(orgs.) *Usos e abusos da História Oral*. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.43-62.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Porto: Portucalense Editora, 1972. v.1.

KAYSER, Bernand. *La renaissance rurale*. Paris: A. Colin, 1990.

KRIEGER, Leopoldo; CAMARGO, Raquel de F. N. Pteridófitos rupícolas e saxícolas do Parque Florestal do Ibitipoca (MG). In: *Resumos do XXXVII Congresso Nacional de Botânica*. Ouro Preto (MG), 1986. p.239.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. 3.ed. São Paulo: Aleph, 2003.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Trad. Ana Maria Naoko Tijiwa. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1993. v.1. (Coleção Repertórios).

LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B.; ZHOURI, A. Introdução: desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B.; ZHOURI, A. (Orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.11-24.

LA TORRE. Oscar de la. *El turismo: fenómeno social*. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

LEADER – Liasion entre Activités de Development de L' Economie Rural. *Relatório O Desenvolvimento local em meio rural face ao desafio da sustentabilidade: os ensinamentos de 10 anos de iniciativa comunitária Leader em Portugal*. Lisboa: Cédula de Animação Rede Portuguesa Leader II, 2002. 365p.

LEFEBVRE, Henri. *O pensamento de Lenine*. Lisboa: Moraes Editores, 1969a.

_____. *Introdução à modernidade*. Trad. Jehovanira de Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969b. (Série Rumos da Cultura Moderna, v.24).

_____. *O fim da história*. Trad. Antonio Reis. Lisboa: Dom Quixote, 1971.

_____. *Espaço e Política*. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sergio Martins. [s.l.:s.n.], 2003. Inédito. (Do original: *Espace et Politique*. Paris: Éditions Anthropos, 1972).

_____. *El Manifiesto Diferencialista*. Trad. Julio Moguel e Saúl Escobar. 2.ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1975.

_____. Perspectivas da sociologia rural. (Trad. C. Sarti e S. Padilha). In: MARTINS, J.S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981. pp.163-177.

_____. Entrevista de Henri Lefebvre ao Le Monde (Entrevistado por Olivier Corpet e Thierry Paquot, em dez. 1982). In: *Idéias contemporâneas*. Trad. Maria Lúcia Blumer. São Paulo: Ática, 1989. p.131-160. (Entrevistas do Le Monde).

_____. *A revolução urbana*. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. [s.l.:s.n.], fev.2006. Inédito. (Do original: *La production de l'espace*. 4.ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

LEFF, Enrique. *Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Trad. Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Editora da FURB, 2000.

_____. *Epistemologia Ambiental*. Tradução de Sandra Valenzuela. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

_____. *História e Memória*. 5.ed. Trad. Bernardo Leitão, et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEITE, M. L. M. *Livros de viagem: 1803/1900*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

LEVI-STRAUSS, Claude. *A noção de estrutura em etnologia*. In: Levi-Strauss: Os pensadores. Trad. Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires; rev. Etnológica de Júlio Cezar Mellatti. São Paulo: Abril Cultural, 1976a. (Os Pensadores)

_____. *Raça e história*. In: Levi-Strauss: Os pensadores. Trad. Inácia Canelas. São Paulo: Abril Cultural, 1976b. (Os Pensadores)

_____. *O Pensamento Selvagem*. Tradução de Maria Celeste da Costa e Souza e Almir de Oliveira Aguiar. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976c. (Bib. Universitária).

LIAIS, Emmanuel. *Climats, Géologie, faune et Géographie Botanique du Brésil*. Paris: Garnier Freres, 1872.

LICKORISH, Leonard J.; JENKINS, Carson L. *Introdução ao turismo*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LINDBERG, K.; HUBER, R.M. Questões econômicas na gestão do ecoturismo. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D.H. *Ecoturismo: um guia para o planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC, 1995.

LOEBEL, E. As noções de capital social e pobreza no Brasil. (Artigo produzido a partir de pesquisas do Núcleo de Estudos sobre a Pobreza/ Faculdade de São Luis (NEPO/FSL). [s.l.], 2004. (Mimeo).

LOVISOLO, Hugo Rodolfo. *Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989. (Série Pesquisas).

LUYTEN, Joseph M. Desafio e repentismo do caipira de São Paulo. In: BOSI, Alfredo (Org). *Cultura brasileira: temas e situações*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1992. p.75-102.

MAÎTRE, Jacques. Sociologia da ideologia e entrevista não-diretiva. In: THIOLENT, Michel. *Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária*. 4.ed. São Paulo: Polis, 1985. p.213-223.

MALINOWSKI, Bronislaw. Objetivo, método e alcance desta pesquisa. In: GUIMARÃES, Alba Zalar (Org.). *Desevendando máscaras sociais*. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980. p.39-61.

MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. *Revista de Antropologia*, São Paulo, FFLCH/USP, n.34, p.197-221, 1991.

MARTINS, José de Souza. Viola Quebrada. *Debate & Crítica*, São Paulo, n.4, p.23-47, nov.1974.

_____. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. (Org.) *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.

MARTINS, José de Souza. As coisas no lugar (da ambigüidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo). In: _____.(org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981. pp.11-38.

_____. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986a.

_____. Pequena produção agrícola – antimito da produção capitalista no campo (crítica aos críticos). In: _____. *A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"*. São Paulo: Hucitec, 1986b. p.113-152.

_____. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, J.S.(Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 13-23.

_____. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. *O cativo da terra*. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARTINS, Sérgio M. A cidade sem infância: a produção do espaço no mundo da mercadoria. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.74, p.23-46, 1996.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Flama, 1946.

_____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. In: _____. *Karl Marx*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. El campesinato como clase. In: SHANIN, Teodor (Org.). *Campesinos y sociedades campesinas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979. p. 207-213.

_____. *O Capital*, Livro I, v.1. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1984. p.11-14.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1984.

_____. Manifesto do Partido Comunista. In: _____. *Cartas Filosóficas & O Manifesto Comunista de 1848*. São Paulo: Editora Moraes, 1987. p.101-140.

MARX, Karl. Carta de Karl Marx a Paul V. Annenkov (Escrita em Bruxelas, em 28 de dezembro de 1846, em francês). In: MARX, K.; ENGELS, F. *Cartas Filosóficas & O Manifesto Comunista de 1848*. São Paulo: Editora Moraes, 1987. p.13-27.

MEIRELLES, William Reis. Manhosos, sapecas e matreiros. De Jeca Tatu a Mazzaropi, o Brasil caipira foi retratado de várias maneiras. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n.17, ano 2, p.26-27, fev.2007.

MENDONÇA, Sonia. Ruralismo. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.410-414.

MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Trad. Maria José da Silveira Lindoso. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1978.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *A Natureza: Curso do Collège de France*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia.

In: THIOLENT, Michel. *Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária*. 4.ed. São Paulo: Polis, 1985. p.191-211.

MILANO, Miguel Serediuk. Mitos no Manejo de Unidades de Conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça. In: *II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Anais do evento: Campo Grande, 2000. p. 11-25.

MOESCH, Marutschka M. *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Turismo e lazer: conteúdos de uma única questão. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Formação e Desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Papirus, 2003. p.19-30.

MONTEIRO, M. A. A. Migração rural-urbana e política agrícola. *Travessia – Revista do Migrante*, CEM, n.50, p.10-16, set./dez. 2004.

MOREIRA, Roberto J. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação.

In: MOREIRA, R.J. (Org.). *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p.15-40.

MORIN, E. *O método III: O conhecimento do conhecimento*. São Paulo: Europa-América, 1986. (Bib.Universitária)

MORSELLO, C. Unidades de Conservação Públicas e Privadas: Seleção e Manejo no Brasil e Pantanal Mato-Grossense. In: JACOBI, P. R. (Org.). *Ciência Ambiental: os desafios da interdisciplinaridade*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000. p.333-358.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Público (RJ)/ Ed. Vício de Leitura, 1998.

_____. Terra Devoluta. In: MOTTA, Márcia M. (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.469-471.

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

MULS, Nair Costa. A formação da estrutura agrária mineira e a gênese do campesinato. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v.5, n.3, p.94-109, set./dez. 1990.

- MYSKIW, Antônio Marcos. Território. In: MOTTA, Márcia. (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.474-5.
- NEIBURG, F.; WAIZBORT, L. Apresentação. In: ELIAS, N. *Escritos & Ensaio: Estado, Processo, Opinião Pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. pp.7-20.
- NETTO, Alexandre. P. O problema epistemológico no turismo: uma discussão teórica. In: NETTO, A. P. ; TRIGO, Luiz. G. G. *Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade*. São Paulo: Aleph, 2003. p.87-709. (Série Turismo).
- NEVES, Lucília de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos de identidade. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, n.3, p.109-116, jun.2000.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1996. (Coleção Caminhos da Geografia).
- _____. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A.U.; MARQUES, M.I.M. *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. pp.29-70.
- _____. Prefácio. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. *Por uma geografia dos camponeses*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006. p.11-18.
- OLIVEIRA, Lyrian Chaves. *Produtores rurais e Parque Nacional: um estudo de caso na Serra da Canastra – MG*. 1992. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Escola Superior de Agricultura de Lavras, MG.
- OLIVEIRA, Ana Paula de Paula L. *A etnohistória como arcabouço contextual para as pesquisas arqueológicas na Zona da Mata Mineira*. Juiz de Fora: Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF, 2004. 25 p. (Mimeo).
- OLIVEIRA JR., Paulo H. B. *A história da agricultura através do tempo*. Rio de Janeiro: FASE/PTA, 1989.
- OLMOS *et al*, Fábio. Correção Política e Biodiversidade: a crescente ameaça das “Populações Tradicionais” à Mata Atlântica. In: ALBUQUERQUE, J.; CÂNDIDO, J.F.; STRAUBE, F.C.; ROSS, A. (Orgs.). *Ornitologia e Conservação: da Ciência às Estratégias*. Tubarão: Sociedade Brasileira de Ornitologia/UNISUL/CNPQ, 2001.
- PAULA, Heber Eustáquio. História oral e pesquisa em educação física e esporte: experiências vividas, reflexões necessárias. In: OLIVEIRA V. M. *História oral aplicada à educação física brasileira*. Rio de Janeiro: Editoria Central UGF, 1998. p 107-139.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. *Por uma geografia dos camponeses*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.
- PEREIRA, Lígia Maria Leite. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, n.3, p.117-127, jun.2000.
- PIRES, Paulo dos Santos. *Dimensões do Ecoturismo*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.
- PLEKHANOV, Guiorgui. *A concepção materialista da história*. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.1-15, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de

Moraes (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p.103-130.

PRADO JR. Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. São Paulo: Vozes; Editora da USP, 1973. (Coleção Estudos Brasileiros).

_____. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (orgs.). *Vida rural e mudança social*. 3.ed. São Paulo: Nacional, 1979. pp.160-176.

_____. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: VON SIMSON; Olga M. *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice; Editora dos Tribunais, 1988. p.14-43.

QUESADA, G. M. *Comunicação e comunidade: mitos da mudança social*. São Paulo: Ed. Loyola, 1980.

REJOWSKI, Mirian. *Turismo e pesquisa científica*. 2.ed. Campinas: Papirus, 1998.

RESENDE, Terezinha Cristina C. *O falar de Conceição de Ibitipoca: indícios de traços crioulos?* Pápi: Revista brasileira de estudos crioulos e similares. n. 13, p.139-149, Brasília: Thesaurus Editora, 2003.

_____. *Dinâmica do contato dialetal: estudo sociolinguístico em Conceição de Ibitipoca*. 2006. 186p. Tese (Doutorado em Linguística) – UFRJ, Rio de Janeiro.

RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador Dom Rodrigo José de Meneses. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.23, n.46, p.253-270, 2003.

RODRIGUES, Camila G. *O Turismo e a reconstrução do espaço rural: o caso do arraial de Conceição de Ibitipoca*. 2001. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RUSCHMANN, Doris. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. São Paulo: Papirus, 2001.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. Trad. Carlos A. Pavanelli et al. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p.182-188. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção Espaços).

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, A. R. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 6.ed. revisada. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, Jose de Souza (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 71-86.

SEVA, Janaína. Unidade de Conservação. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.486-488.

SCHMIDT, Carlos Borges. Rural life in Brazil. In: SMITH, T. L.; MARCHANT, A. *Brazil, Portrait of Half a Continent*. [s.n.], 1951.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.43-81, maio 1997. Disponível em: <eco.unicamp.br/projetos/rurbano7.html>.

SHANIN, Teodor. *Campesinos y sociedades campesinas (Org.)*. México: Fundo de Cultura Económica, 1979.

_____. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista. *Estudos CEBRAP*, Petrópolis (RJ), Editora Vozes, n.26, p.41-80, 1980.

SHIRLEY, Robert W. *O fim de uma tradição*. Trad. João José Oliveira Veloso. São Paulo: Perspectiva, 1971.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP, 2004.

SILVA, M. F. *Dinâmica Camponesa: processo de reprodução, integração e diferenciação na comunidade rural de Pedra Roxa, Ibitirama – ES*. 1997. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Universidade Federal de Lavras.

SORRE, Max. A noção de gênero de vida e sua evolução. In: MEGALE, J. F. (Org). *Max Sorre: Geografia*. São Paulo: Ática, 1984. p.99-123. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

SOUSA SANTOS, Boaventura. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez Editora, 2006. (Coleção *Para um novo senso comum*; v.4).

SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (orgs.). *Vida rural e mudança social*. 3.ed. São Paulo: Nacional, 1979.

THIOLLENT, Michel. *Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária*. 4.ed. São Paulo: Polis, 1985.

_____. *Metodologia da Pesquisa-ação*. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. História oral e contemporaneidade. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, n.5, p. 9-28, jun.2002.

TORRES, Fillipe Tamiozzo P.; LAWALL, Sarah; ROCHA, Geraldo César. Hazard of Desertification at Ibitipoca Region, Southeast of Minas Gerais State, Brazil. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, Edição Especial, p.478-483, mai.2005.

TRIGO, Luiz. G. G. Turismo brasileiro e a questão social. In: NETTO, A. P. ; TRIGO, Luiz. G. G. *Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade*. São Paulo: Aleph, 2003. p.87-709. (Série Turismo)

VIEIRA, M. E. G. *Ibitipoca: um caldeirão efervescente*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1988. 189 p. (Trabalho de Bacharelado, Departamento de Ciências Sociais/UFJF).

VIEIRA, M. E. G.; VIANNA, Ivan; MARTINS, Kao. *Ibitipoca: a beleza mora na serra*. [S.l.]: SMP&B Propaganda, 1994.

VIRILIO, Paul. Entrevista de Paul Virílio ao Le Monde. In: *Idéias Contemporâneas*. Trad. Maria Lúcia Blumer. São Paulo: Ática, 1981. p.161-168. (Entrevistas do Le Monde).

VOLDMAN, Danièle. “Definições e usos”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) *Usos e abusos da História Oral*. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.33-41.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v.15, p.87-145, out. 2000.

WHITAKER et al, Dulce C.A. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? *Cadernos CERU, São Paulo, s.2, n.11, 2000a*.

_____. Análise de entrevistas em pesquisas com histórias de vida. *Cadernos CERU, São Paulo, s.2, n.11, 2000b*.

WOLF, Eric R. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar.

In: FELDMAN-BIANCO; Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins. (Orgs.). *Antropologia e Poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Trad. Pedro Maia Soares. Brasília: Ed. UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ed. Unicamp, 2003a. p.117-144.

_____. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas.

In: FELDMAN-BIANCO; Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins. (Orgs.). *Antropologia e Poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Trad. Pedro Maia Soares. Brasília: Ed. UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ed. Unicamp, 2003b. p.93-114.

WOORTMANN, Klaas. A família trabalhadora. In: *Ciências Sociais Hoje – 1984/ Anuário de Antropologia, Política e Sociologia*. São Paulo: ANPOCS/ Cortez Editora, 1984. p.69-87.

_____. “Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. In: *Anuário antropológico/87*. Brasília/ Rio de Janeiro: Editora Unb; Tempo Brasileiro, 1990. p.11-73.

WOORTMANN, Ellen. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, A.U.; MARQUES, M.I.M. *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p.133-142.

YÁZIGI, Eduardo. *A alma do lugar: Turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas*. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Turismo Contexto)

10 – APÊNDICES

APÊNDICE 01: CARACTERIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DEMOGRÁFICA DAS UNIDADES AMOSTRADAS													
Unidades Amostradas	ESTRUTURA FUNDIÁRIA				DADOS DEMOGRÁFICOS								
	Número de Ordem	Zona Fisiográfica	Altitude (m)	Área total (ha)	Área Produtiva (ha)	Membros residentes por Estabelecimento			Distribuição por Faixa Etária				
						Masc.	Fem.	Total	0 a 20	21 a 40	41 a 60	> 60	Média Etária Geral
01	Moreiras	1099	24	23	5	1	6	0	4	0	2	40,33	
02	Moreiras	1137	5	4	3	2	5	3	2	0	0	23,20	
03	Ponte Alta	1289	17	13	2	2	4	2	2	0	0	15,00	
04	Ponte Alta	1282	46,5	24,5	6	2	8	3	2	0	3	40,38	
05	Serrinha	1250	40	20	3	2	5	3	2	0	0	11,4	
06	Serrinha	1215	28	26	0	0	--	0	0	0	0	----	
07	Fiscal	1184	8,4	6,4	4	2	6	2	1	3	0	34,16	
08	Fiscal	1231	0,5	0,5	2	2	4	2	1	1	0	29,5	
09	Tanque/Encosta	1277	40	28	1	3	4	2	0	2	0	25,5	
10	Tanque/Encosta	1231	50	42	1	1	2	1	0	1	0	34,5	
11	Retiro da Pedra	1148	70	52	3	0	3	0	2	0	1	48,67	
12	Clementes	1168	36	28	4	4	8	3	2	1	2	38,25	
13	Tanque/Encosta	1228	28	20	2	2	4	0	0	1	3	73,75	
14	Tanque/Várzea	1212	8	6	1	1	2	0	0	0	2	72,5	
15	Tanque/Várzea	1194	4	2,5	1	3	4	2	2	0	0	15,5	
16	Tanque/Várzea	1187	11	8	7	5	12	5	1	4	2	33,91	
17	Tanque/Várzea	1210	18	14	1	1	2	0	0	0	2	72,5	
18	Tanque/Várzea	1400	0,7	0,5	2	1	3	0	2	0	1	47,67	
19	Retiro da Pedra	1191	24	24	2	2	4	2	1	1	0	25,5	
20	Cachoeirinha	1160	12	8	2	1	3	0	1	2	0	44,33	
21	Córrego Dantas	1200	36	18	2	2	4	0	0	2	2	59,00	
22	Cachoeirinha	1177	38	37	4	2	6	3	1	2	0	28,83	
23	Morro do Paiol	1015	20	16	1	1	2	0	1	1	0	47,00	
24	Grota do Canal	985	68	60	1	1	2	0	1	0	1	43,00	
25	Engenho	855	13	12	4	1	5	3	2	0	0	16,6	
26	Engenho	848	52	50	2	1	3	0	1	0	2	50,33	
27	Andorinhas	820	28	26	1	2	3	1	0	2	0	38,33	
28	Andorinhas	837	108	48	2	1	3	0	1	2	0	45,67	
29	Mogol	921	93	73	2	2	4	0	2	2	0	39,75	
30	Mogol	889	15	15	5	2	7	0	4	1	2	42,57	
TOTAL	-----	-----	942,1	694,2	76	52	128	37	38	28	25	-----	
MÉDIA	-----	1127,93	31,00	23,14	2,53	1,73	4,26	1,23	1,27	0,93	0,83	39,23	

FONTE: Dados de Campo – 2007. Elaborado por: BEDIM, B. P.

APÊNDICE 2:
**RELAÇÃO CONSUMIDOR/ TRABALHADOR POR UNIDADE CAMPONESA DE PRODUÇÃO
AMOSTRADA NO ENTORNO DO PARQUE DO IBITIPOCA (2007)**

Unidade Amostrada	Unidades de Força de Trabalho Agrícola (Braços)	Unidades de Consumidores (Bocas)	Relação Consumidor/ Trabalhador	Área Produtiva [A.P.] (ha)	Relação A.P./ Consumidor (ha)	Relação A.P./ Trabalhador (ha)
01	5	6	1,2	23	3,83	4,6
02	4	5	1,25	4	0,8	1
03	2	4	2,0	13	3,25	6,5
04	1	8	8,0	24,5	3,06	24,5
05	1	5	5	20	4,0	20
06	5	7	1,4	26	3,71	5,2
07	6	6	1	6,4	1,06	1,06
08	2	4	2	0,5	0,13	0,25
09	2	4	2	28	7,0	14
10	2	2	1	42	21	21
11	3	3	1	52	17,33	17,33
12	6	8	1,33	28	3,5	4,67
13	2	4	2	20	5	10
14	1	2	2	6	3	6
15	2	4	2	2,5	0,63	1,25
16	3	12	4	8	0,67	2,67
17	1	2	2	14	7	14
18	2	3	1,5	0,5	0,17	0,25
19	3	4	1,33	24	6	8
20	1	3	3	8	2,67	8
21	1	4	4	18	4,5	18
22	2	6	3	37	6,17	18,5
23	3	3	1	16	5,33	5,33
24	1	2	2	60	30	60
25	1	5	5	12	2,4	12
26	2	3	1,5	50	16,67	25
27	1	3	3	26	8,67	26
28	2	3	1,5	48	16	24
29	3	4	1,33	73	18,25	24,33
30	5	7	1,4	15	2,14	3

FONTE: Dados de Campo – 2007. Elaborado por: BEDIM, B. P.

APÊNDICE 3: QUESTIONÁRIOS APLICADOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG

Instituto de Geociências - IGC

Programa de Pós-graduação em Geografia



Levantamento dos Meios de Hospedagem e Estabelecimentos Comerciais em Ibitipoca – MG

Nº questionário: ____ Ponto/ GPS: ____ Estabelecimento: _____

Data: __/__/__ Coordenadas: _____

Local: _____ Entrevista nº _____

Tipologia: _____ Desde _____

Área total do estabelecimento: _____ Forma de Aquisição: _____

a) Nº. de leitos: _____ b) Número de Prédios: _____

1 – IDENTIFICAÇÃO

a) Proprietário(a): _____ Cônjuge: _____

Ano nascimento: ____ Local de Nascimento _____

Primeira residência primária: _____

Tempo que reside em Ibitipoca: _____ Profissão: _____

b) Número total de filhos: _____ Filhos q moram em Ibitipoca: _____

2 – ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

a) Quem trabalha no estabelecimento?

() Família ____ () Trabalhadores contratados. _____

Em quais épocas () Permanente () Feriados () Outros _____

c) FUNCIONÁRIOS:

Nº	Local de Origem	Sexo	Idad	Nível Escolar	Ocup. Atual	Ocup. Anterior	R\$
01							
02							
03							
04							
05							
06							
07							
08							
09							
10							

3 – CARACTERIZAÇÃO:

a) Origem da água:

() poço/cisterna () rio/córrego () nascente () poço artesiano () Encanada () Outro _____

b) Destino do lixo: () queimado () alimentação de criações () enterrado () adubo () jogado a céu aberto () jogado no córrego/rio () Coletado pela prefeitura

c) Fez melhorias no estabelecimento nos últimos anos? () Sim () Não.

- Com dinheiro de qual atividade? _____

d) Meio de locomoção: () Ônibus () Veículo próprio () Cavalos () Outros _____

e) Onde compra suas mercadorias? _____

f) Compra produtos locais? () Sim () Não

Quais? _____ **De quem?** _____

4 – SOCIABILIDADE

a) Participa de alguma associação ? _____ **b) Qual ?** _____

c) Participa ativamente ? _____ **d) Quando ?** _____

e) Participa de festas na comunidade, na cidade, em outro local ? _____ **f) Quais festas ?** _____

g) Participa de lazer na comunidade ? _____

h) Como mantém informado dos acontecimentos ? () rádio () TV () vizinho () outros _____

i)- A coisas mudaram nos últimos anos? _____

- Estão melhores ou piores p/ trabalhar? _____

- E a mão-de-obra? _____

- O lugar, ambiente, paisagem, mudou ? _____ Para melhor ou pior ? _____

SUA OPINIÃO:

A- A VIDA EM

IBITIPOCA _____

B- O TURISMO EM IBITIPOCA _____

C- SERRA GRANDE/ PARQUE _____

D- NOVOS IBITIPOQUENSES _____

E- EMANCIPAÇÃO _____

OBS: _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
Instituto de Geociências - IGC

Programa de Pós-graduação em Geografia



Questionário aplicado nas propriedades rurais do entorno do Parque Ibitipoca – MG

Data: ___/___/___ Hora: ___:___ Coordenadas: _____
Local: _____ Estabelecimento: _____
Nº questionário: ___ Duração: _____ Entrevista nº _____

1) COMPOSIÇÃO FAMILIAR:

a) Proprietário(a): _____ Cônjuge: _____
Ano nascimento: _____. Local de Nascimento _____
Profissão: _____

Tempo que reside em Ibitipoca: _____

b) Número total de filhos: _____

c) Membros residentes na propriedade:

Nº	Local de Origem	Sexo	Idade	Nível Escolar	Ocup. Atual	Ocup. Anterior
01						
02						
03						
04						

d) MEMBROS NÃO RESIDENTES NA PROPRIEDADE:

Nº	Grau Parentesco	Sexo	Idade	Nível Escolar	Ocupação Atual	Ocup. Anterior
01						
02						
03						
04						
05						

e) Onde os pais nasceram e onde moraram por mais tempo?

e.1) Pai _____ Morou _____

e.2) Mãe _____ Morou _____

f) Há aposentados em casa? () Sim () Não. Quantos _____

Recebe bolsa família do governo? () Sim () Não.

g) Quantos filhos de 7 a 14 anos estudam? _____

Qual a importância disso? _____

h) Os filhos ajudam na produção familiar? () Sim () Não.

O que fazem? _____

i) Os filhos pretendem continuar no meio rural? () Sim () Não.

Por quê? _____

2 – ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

a) Quem trabalha a terra?

() Família () Trabalhadores contratados. Quantos? _____

Em quais épocas () Permanente () Plantio () Colheitas () Outros _____

b) Trabalho da família na propriedade:

Pessoa	Idade	Tipo de tarefa	Horas/dias	Remuneração (R\$)

c) Trabalho fora da propriedade? Onde? _____ Quais membros?

TRABALHO FORA DA PROPRIEDADE? ONDE? _____

Pessoa			Tempo Trabalhado	Tipo de emprego	Quanto ganha	Ajuda na despesa?

c.1) Por que trabalha fora da propriedade? _____

d) Trabalho Temporário (se houver):

Pessoa	Serviço	Onde mora	Salário	Dias / ano

e) Outra fonte de renda familiar: pessoa, tipo de renda, periodicidade:

Pessoa	Tipo de renda	Periodicidade

3 – CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA (Estabelecimento)

a) Área total da propriedade: ____ ha ____ alqueires

b) Situação do estabelecimento: () Proprietário () Arrendatário () Parceiro () Outros _____

c) Limitrofe ao parque? () Sim () Não _____

d) Acesso à terra se deu por:

() herança ____ ha () compra ____ ha () venda ____ ha () outro ____ há _____

e) A propriedade, após a aquisição: () aumentou ____ ha () diminuiu ____ ha

f) A propriedade nos últimos 20 anos:

() aumentou ____ ha () diminuiu ____ há **Obs:** _____

g) Já vendeu terras? () Sim () Não Quando? _____. Quanto vendeu? _____

Para quem vendeu? _____. Por que vendeu? _____

Se arrepende? () Sim () Não Por quê? _____

h) Já quiseram comprar suas terras? () Sim () Não. Quem? _____

Para quê? _____

i) Tem outra propriedade? () Sim () Não Local _____

j) Arrenda terras para outras pessoas? () Sim () Não Por quê? _____

k) Potencialidades naturais/ agropecuária:

1) Solo: _____ 2) relevo: _____ 3) Água: _____ 4) vegetação: _____

m) Potencialidades para o turismo:

Acesso à propriedade () Bom () Ruim () Regular

Distância entre a propriedade e a vila de Conceição de Ibitipoca _____

Distância entre a propriedade e a portaria do parque _____

Atrativos turísticos em potencial:

1) Cachoeira: _____ 2) Gruta: _____ 3) Patrimônio histórico-cultural 4) Outros _____

n)- A coisas mudaram nos últimos anos? _____

- Estão melhores ou piores p/ trabalhar? _____

- E a mão-de-obra rural? _____

- O lugar, ambiente, paisagem, mudou? ____ Para melhor ou pior? _____

4 – A PREOCUPAÇÃO COM O FUTURO:

a) Qual a maior preocupação que você tem para com o futuro de seus filhos?

() Que eles dêem continuidade a seu trabalho na propriedade.

() Que eles estudem para saírem da propriedade e investirem em uma nova profissão ligada ao turismo.

() Que eles estudem e retornem à propriedade com o intuito de melhora-la com novas técnicas.

() Que eles se mudem de Ibitipoca para morar na cidade.

() Outras. Quais _____

() Não se preocupa.

1) Filhos: _____

- 2) Filhas: _____
b) Herança: quantos, quem, _____
c) O que os seus filhos querem fazer no futuro ? _____

d) Na escola as crianças recebem informações sobre as questões ambientais ? () Sim () Não
 Elas ensinam alguma coisa ao Sr.? () Sim () Não. O quê? _____

e) Como fica a maneira de pensar dos jovens que saem para estudar? Eles se entrosaram no local? Com qual trabalho?

5 – ASPECTOS SOCIAIS

a – Moradia: _____

- a) Estado de conservação: () bom () regular () ruim
 b) N°. de cômodos: ____ total c) quantos moram: ____
 d) Energia elétrica: () sim () não. Desde quando? _____

e) Origem da água:

() poço/cisterna () rio/córrego () nascente () poço artesiano () Encanada (Copasa?) () Outro ____

f) Tratamento da água para beber: () Sem tratamento () filtrada () fervida () Coadada () Outros

g) Origem da água para criação e culturas:

() poço/cisterna () rio/córrego () nascente () poço artesiano () Encanada (Copasa?)

h) Lixo da casa: () queimado () alimentação de criações () enterrado () adubo () jogado a céu aberto
 () jogado no córrego/rio () Coletado pela prefeitura

i) Aparelhos eletrodomésticos: () ferro () telefone () Rádio () TV () Antena parabólica () Geladeira

() Fogão gás () Computador () Outros: _____

j) Fez melhorias na casa nos últimos anos? () Sim () Não.

- Com dinheiro de qual atividade? _____

k) Saúde

Membros da família	Doença	Onde tratou

l) Meio de locomoção: () Ônibus () Veículo próprio () Cavalos () Outros _____

5.1 – Sociabilidade

a) Participa de alguma associação ? _____ b) Qual ? _____

c) Participa ativamente ? _____ d) Quando ? _____

e) Participa de festas na comunidade, na cidade, em outro local ? _____ f) Quais festas ? _____

g) Participa de lazer na comunidade ? _____

h) Já participou ou participa de algum tipo de mutirão? () Sim () Não. Qual? _____

i) Como mantém informado dos acontecimentos ? () rádio () TV () vizinho () outros _____

j) Tem contato com algum político, vereador, deputado, etc.? _____

k) Com que frequência os políticos vêm a Ibitipoca? _____

l) Algum deles já veio aqui na sua propriedade? _____

6 – USO DA TERRA

a) Qual a principal fonte de renda da propriedade?

() Gado () Cultivos Anuais () Turismo () Outros _____

Obs: _____

b) Tem outro rendimento na propriedade ligado à agricultura?

() Sim () Não. Qual? _____

c) Tem algum rendimento na propriedade ligado ao turismo?

() Sim () Não. Qual? _____

CATEGORIA	ÁREA DESTINADA	OBSERVAÇÕES (Tipo capim)
Past. Natural		Tipo de capim:
Past. Artificial		Tipo de capim:
Capineira		Tipo de capim:
Canavial		
Lavoura Temporária		Período:
Lavoura Permanente		

Mata		
Capoeira		
Camping		
Outros		

ENTORNO DA CASA:

Porcos: nº _____ Consumo: _____ venda: _____
 Galinhas: nº _____ Consumo: _____ venda: _____
 Horta: _____ Quem cuida: _____
 Produtos da horta _____
 Vende produtos da horta? () Sim () Não. Para quem? _____
Obs.: _____

7 – EFETIVO AGROPECUÁRIO/ 2007

ESPÉCIE	Nº CABEÇAS	QUANT. VENDIDA	QUANT.COMPRADA
Vacas solteiras			
Vacas leiteiras			
Bezerros			
Reprodutores			
Muare			
Equinos			
Outros			

8 – PRODUÇÃO LEITEIRA? () Sim () Não. Por quê? _____

Destinação do leite produzido

Produção	Consumo	Venda	Venda /Laticínio	Preço (l)	Venda local/ Estabelecimento	Preço (l)

- a) Fabrica em casa derivados do leite (queijo, doce, etc.)? () Sim () Não.
 O que faz com esses produtos? () Consumo próprio () Vende no comércio () Vende para turistas () Outros/
Obs.: _____
 b) Técnica usada para ordenha: () Manual () Mecânica
 c) Quantas ordenhas por dia? () Uma () Duas. Horário _____;
 d) Possui resfriador? () Sim () Não. Capacidade: _____ litros. Ano de aquisição: _____.
 e) Leva seu leite para resfriador em outra propriedade: () Sim () Não. Local: _____

9- TRANSPORTE DO LEITE

- A que horas o leiteiro passa? _____
 Como é feito o transporte do leite?
 () A cooperativa ou laticínio pega o leite produzido dentro da sua propriedade.
 () Você leva até um ponto da estrada e o caminhão do laticínio pega os latões.
 () Você leva até o laticínio em carro próprio.
 () Você e outros proprietários se juntaram para pagar alguém para levar o leite até a cooperativa.
 () Outro _____
 a) Há uso de tração animal no transporte do leite? () Sim () Não. Como? _____

10 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA:

PRODUTO	QUANT.PRODUZIDA (KG/ANO)	CONSUMO	VENDA	LOCAL/ VENDA
MILHO				
FEIJÃO				
ABÓBORA				
CANA				
MANDIOCA				
BATATA DOCE				
INHAME				

OBS: _____

a) Comercialização:

a) Quem vende? _____ b) Quando? _____ c) O que pesa na hora de fazer o preço? _____

b) Recebe assistência técnica? () Sim () Não. Qual órgão? _____

c) – Solo: Faz análise do solo? Ou já fez? () sim () não Quando? _____

Faz correção do solo (calcário)? _____

d) Usa adubo? () químico () Orgânico. Por quê? _____

– Técnicas de plantio:

a) Plantio e curva de nível: () sim () não _____

b) Plantio consorciado: () sim () não - quais? _____

c) Repouso de terras: () Sim () Não. _____

d) Aração: _____

e) Origem das sementes: _____ Quais: _____

f) Irrigação: () Sim () Não Tipo: _____

g) Desde quando usa as técnicas modernas? _____

h) Como era antes? _____

i) Quais técnica antigas preserva? _____

– Máquinas e Equipamentos? () Sim () Não.

Qual e de quem: _____

11 – GRAU DE CONTATO COM OS TURISTAS

Grau de contato com os turistas no trabalho () Grande () Médio () Escasso () Nulo

Fora do trabalho tem contato com os turistas? () Grande () Médio () Escasso () Nulo

Onde? _____

SUA OPINIÃO:

A- A VIDA NO CAMPO _____

B- O SIGNIFADO DA TERRA _____

C- O TURISMO EM IBITIPOCA _____

D- SERRA GRANDE _____

E- O PARQUE _____

F- FORASTEIROS _____

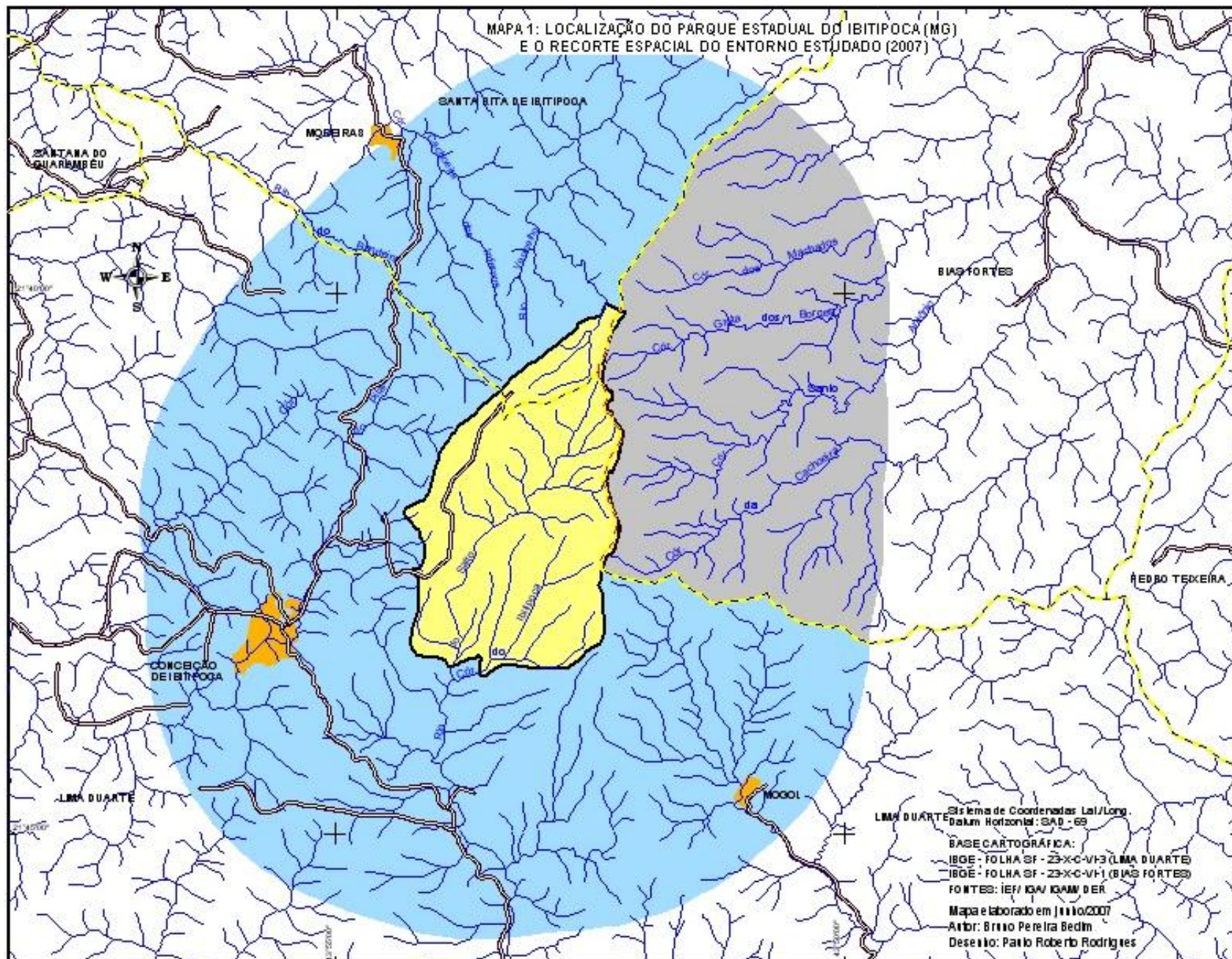
SERRA:

O que é a Serra de Ibitipoca, para você? _____

Onde a Serra começa e onde ela termina? _____

Você se sente próximo ou longe da Serra? _____

MAPA 1: LOCALIZAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DO IBITIPOCA (MG)
E O RECORTE ESPACIAL DO ENTORNO ESTUDADO (2007)



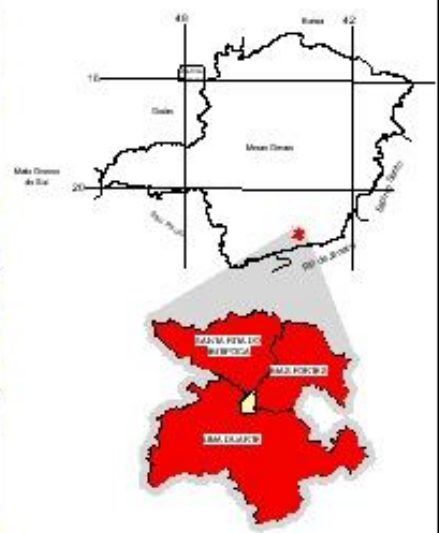
Sistema de Coordenadas Lat/Long.
Datum Horizontal: SAD - 69

BASE CARTOGRÁFICA:
IBGE - FOLHA SF - 23-X-C-VI-3 (LINA DUARTE)
IBGE - FOLHA SF - 23-X-C-VI-1 (BIAS FORTES)

FONTES: IEF/IGAM/IGAM/DER

Mapa elaborado em Julho/2007
Autor: Bruno Pereira Bedin
Desenho: Paulo Roberto Rodrigues

LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL DO IBITIPOCA

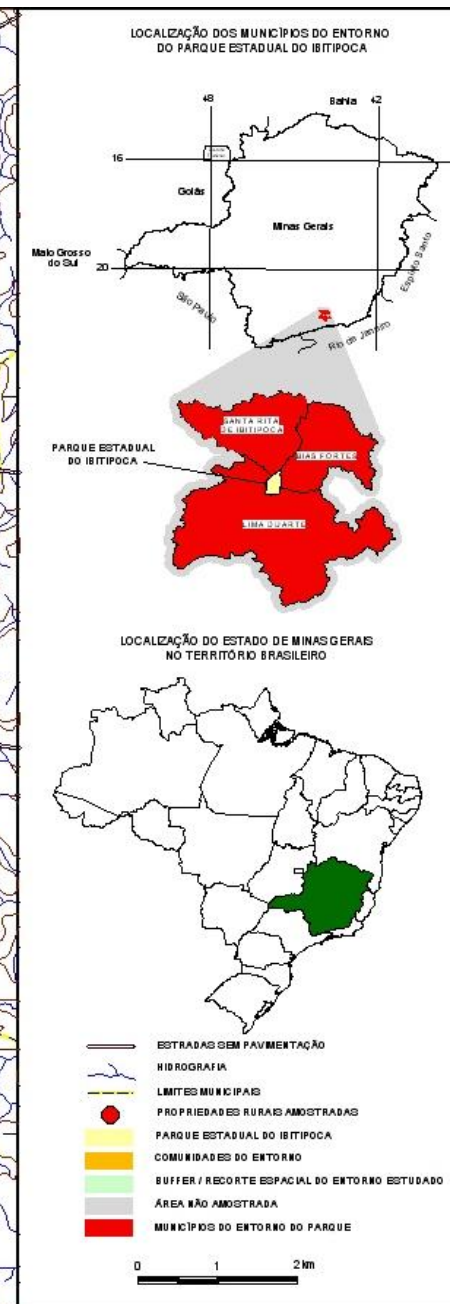
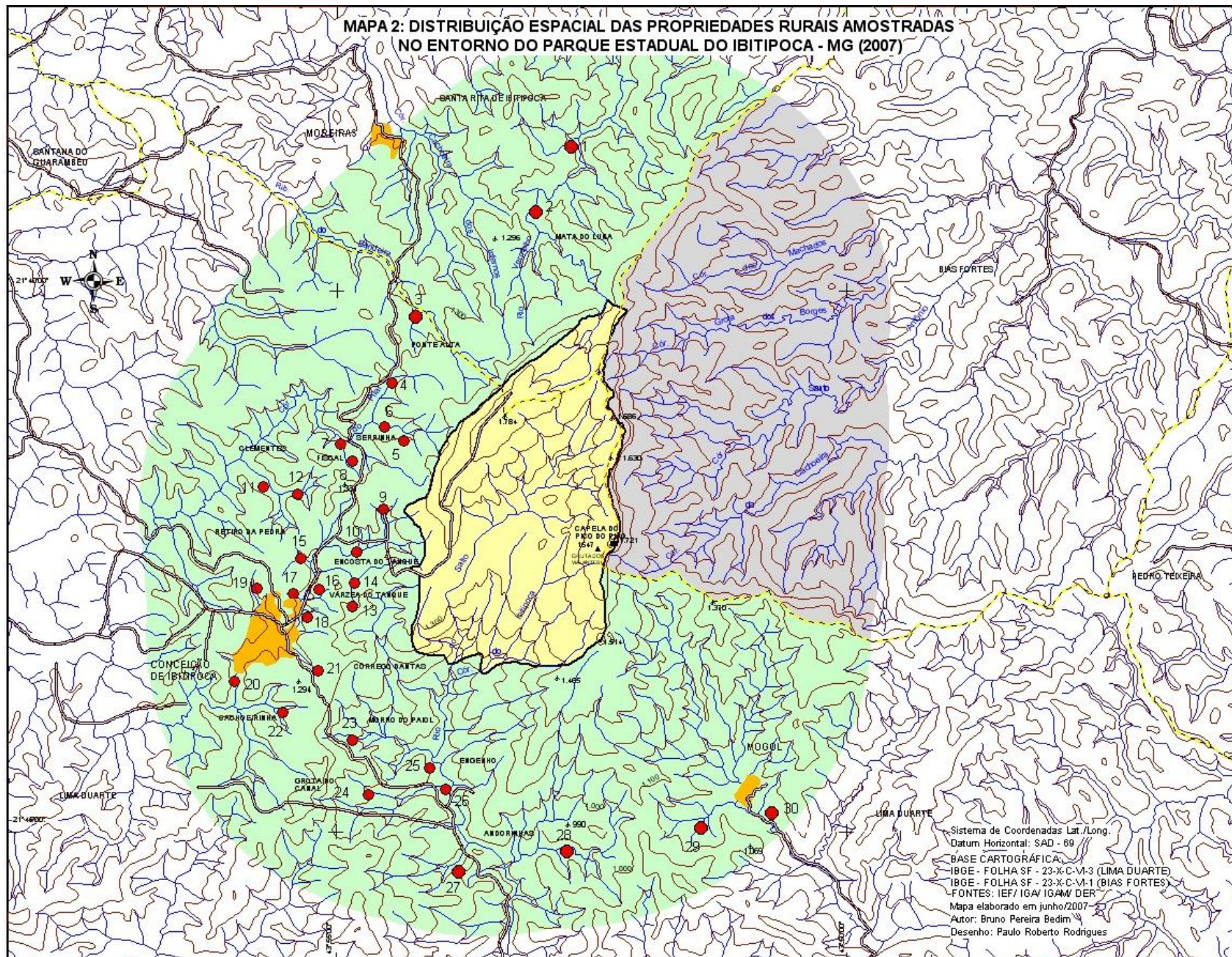


LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO



- SISTEMA DE LIMITAÇÃO
 - HIDROGRAFIA
 - LIMITE MUNICIPAL
 - PARQUE ESTADUAL DO IBITIPOCA
 - COMUMUNIDADE DO ENTORNO
 - ÁREA NÃO MOSTRADA
 - MUNICÍPIOS DO ENTORNO DO PARQUE
- 0 1 2 Km

MAPA 2: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS PROPRIEDADES RURAIS AMOSTRADAS NO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL DO IBITIPOCA - MG (2007)



MAPA 3: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM E ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS AMOSTRADOS NO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL DO IBITIPOCA (2007)

